ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 146

Brasília - DF, segunda-feira, 1 de agosto de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 5
Ministério da Ciência e Tecnologia 5
Ministério da Cultura 6
Ministério da Defesa 9
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Justiça 46
Ministério da Pesca e Aquicultura 51
Ministério da Previdência Social 53
Ministério da Saúde 54
Ministério das Cidades 84
Ministério das Comunicações 85
Ministério de Minas e Energia 87
Ministério do Desenvolvimento Agrário 97
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 98
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 98
Ministério do Esporte 98
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 99
Ministério do Trabalho e Emprego 99
Ministério dos Transportes 106
Conselho Nacional do Ministério Público 111
Ministério Público da União 113
Tribunal de Contas da União 122
Poder Judiciário 142
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 144

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.172 (1)

ORIGEM	: ADI - 31879 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S)	: ANA FRAZÃO
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S)	: DAMARES MEDINA RESENDE DE OLIVEIRA
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURICIO PITA MACHADO
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF,
ADV.(A/S)	: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
ADV.(A/S)	: ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO
ADV.(A/S)	: MARLUCIO LUSTOSA BONFIM
ADV.(A/S)	: RENATO BORGES BARROS

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Relatora. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em participação no *World Justice Forum III*, em Barcelona, na Espanha; o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado, e o Senhor Ministro Dias Toffoli, justificadamente. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 22.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.357 (2)

ORIGEM	: ADI - 4357 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA BRANDO E OUTRO(A/S)
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S)	: AIRTON MOZART VALADES VIEIRA PIRES
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO - ANSJ
ADV.(A/S)	: JULIO BONAFONTE
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - CNSP
ADV.(A/S)	: JÚLIO BONAFONTE
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO - ANPT
INTDO.(A/S)	: MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
INTDO.(A/S)	: MESA DO SENADO FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: HORACIO LUIZ AUGUSTO DA FONSECA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS
ADV.(A/S)	: IGOR TAMASAUSKAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - APROFEM
ADV.(A/S)	: ANA CRISTINA DE MOURA ACOSTA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS CREDORES DE PRECATÓRIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA -ACREPESC
ADV.(A/S)	: LOURENÇO MACIEL DE BEM
AM. CURIAE.	: ABRASF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS
ADV.(A/S)	: RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AM. CURIAE.	: FÓRUM DE PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - PROIFES
ADV.(A/S)	: TÚLIO AUGUSTO TAYANO AFONSO
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: Chamadas para julgamento em conjunto as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, e após o voto do Senhor Ministro Ayres Britto (Relator), rejeitando as preliminares e conhecendo, em parte, da ADI 4.372, foi o julgamento dos feitos suspenso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falaram, pelos requerentes Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADIs 4.357 e 4.372); Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Servidores Públicos (ADI 4.357); Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ADI 4.400), e Confederação Nacional da Indústria (ADI 4.425), respectivamente, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; o Dr. Júlio Bonafonte; o Dr. Alberto Pavie Ribeiro e o Dr. Sérgio Campinho; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; e, pelos *amici curiae* Município de São Paulo (ADIs 4.357 e 4.372); Estado do Pará (ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ADI 4.357) e Associação dos Advogados de São Paulo (ADI 4.357), respectivamente, a Dra. Simone Andrea Barcelos Coutinho, Procuradora do Município; o Dr. José Aluysio Cavalcante Campos, Procurador do Estado; o Dr. Cláudio Pereira de Souza Netto e o Dr. Roberto Timoner. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 16.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.372 (3)

ORIGEM	: ADI - 4372 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S)	: GUSTAVO ALEXANDRE MAGALHÃES E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107		

AVISO

CIRCULOU EM 29/7/2011 A EDIÇÃO EXTRA Nº 145-A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE BELÉM
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM
AM. CURIAE.	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: Chamadas para julgamento em conjunto as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, e após o voto do Senhor Ministro Ayres Britto (Relator), rejeitando as preliminares e conhecendo, em parte, da ADI 4.372, foi o julgamento dos feitos suspenso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falaram, pelos requerentes Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADIs 4.357 e 4.372); Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Servidores Públicos (ADI 4.357); Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ADI 4.400), e Confederação Nacional da Indústria (ADI 4.425), respectivamente, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; o Dr. Júlio Bonafonte; o Dr. Alberto Pavie Ribeiro e o Dr. Sérgio Campinho; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; e, pelos *amici curiae* Município de São Paulo (ADIs 4.357 e 4.372); Estado do Pará (ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ADI 4.357) e Associação dos Advogados de São Paulo (ADI 4.357), respectivamente, a Dra. Simone Andrea Barcelos Coutinho, Procuradora do Município; o Dr. José Aluysio Cavalcante Campos, Procurador do Estado; o Dr. Cláudio Pereira de Souza Netto e o Dr. Roberto Timoner. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 16.06.2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.400 (4)

ORIGEM	: ADI - 4400 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: Chamadas para julgamento em conjunto as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, e após o voto do Senhor Ministro Ayres Britto (Relator), rejeitando as preliminares e conhecendo, em parte, da ADI 4.372, foi o julgamento dos feitos suspenso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falaram, pelos requerentes Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADIs 4.357 e 4.372); Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Servidores Públicos (ADI 4.357); Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ADI 4.400), e Confederação Nacional da Indústria (ADI 4.425), respectivamente, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; o Dr. Júlio Bonafonte; o Dr. Alberto Pavie Ribeiro e o Dr. Sérgio Campinho; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; e, pelos *amici curiae* Município de São Paulo (ADIs 4.357 e 4.372); Estado do Pará (ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ADI 4.357) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ADI 4.357) e Associação dos Advogados de São Paulo (ADI 4.357), respectivamente, a Dra. Simone Andrea Barcelos Coutinho, Procuradora do Município; o Dr. José Aluysio Cavalcante Campos, Procurador do Estado; o Dr. Cláudio Pereira de Souza Netto e o Dr. Roberto Timoner. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 16.06.2011.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.375 (6)

ORIGEM	: ADI - 4375 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S)	: ALAIN ALPIN MACGREGOR
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FECOMÉRCIO-RJ
ADV.(A/S)	: LEONARDO RIBEIRO PESSOA E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação e, por maioria, julgou-a parcialmente procedente, nos termos do voto do Relator, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, que a julgava totalmente procedente, e Ayres Britto, que a julgava improcedente. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falaram, pela requerente (ADI 4.375), o Dr. Alain Alpin Mac Gregor; pela requerente (ADI 4.391), a Dra. Sylvia Lorena Teixeira de Souza; pelo requerido (ADI 4.375 e 4.391), o Dr. Alde Santos Júnior, Procurador do Estado, e pela requerida (ADI 4.375 e 4.392), a Dra. Fátima Amaral. Plenário, 02.03.2011.

EMENTA

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei estadual que fixa piso salarial para certas categorias. CNC. Preliminar de ausência parcial de pertinência temática. Rejeitada. Alegada violação ao art. 5º, *caput*(princípio da isonomia), art. 7º, inciso V; 8º, inciso I; e art. 114, § 2º, da Constituição. Inexistência. Expressão "que o fixe a maior" contida no *caput*artigo 1º da Lei estadual nº 5.627/09. Direito do trabalho. Competência legislativa privativa da União delegada aos Estados e ao Distrito Federal. Expressão que extravasa os limites da delegação de competência legislativa conferida pela União aos Estados por meio da Lei Complementar nº 103/00. Ofensa ao artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Lei Maior.

1. A exigência de pertinência temática não impede o amplo conhecimento da ação, com a declaração de inconstitucionalidade da norma para além do âmbito dos indivíduos representados pela entidade requerente, quando o vício de inconstitucionalidade for idêntico para todos os seus destinatários. Preliminar rejeitada.

2. A Lei nº 5.627/09 dá continuidade a uma sequência de normas que já vêm fixando, desde o ano de 2000, pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Conquanto acrescente algumas categorias não citadas nas leis anteriores, há na nova legislação somente uma inovação efetivamente relevante, qual seja, a expressão "que o fixe a maior", contida no **caput** do artigo 1º. Considerando que, em relação à Lei nº 3.512/2000, impugnada nas ADIs nº 2.401 e nº 2.403, esta Corte, em sede de liminar, entendeu restarem atendidos os requisitos da extensão e da complexidade do trabalho, e que, no presente caso, houve uma ampliação do número de patamares, de três (Lei nº 3.512/2000) para nove, com mais razão devem ser tidos por suficientes os pressupostos previstos no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal. Não há, no caso, aleatoriedade na fixação das faixas de piso salarial definidos no diploma questionado, não havendo violação dos artigos 5º, **caput** (princípio da isonomia); 7º, inciso V; 8º, inciso I; e 114, § 2º, todos da Constituição Federal.

3. A competência legislativa do Estado do Rio de Janeiro para fixar piso salarial decorre da Lei Complementar federal nº 103, de 2000, mediante a qual a União, valendo-se do disposto no artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Carta Maior, delegou aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir piso salarial para os empregados que não tenham esse mínimo definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Trata-se de lei estadual que consubstancia um exemplo típico de exercício, pelo legislador federado, da figura da competência privativa delegada.

4. A expressão "que o fixe a maior" contida no **caput** do artigo 1º da Lei estadual nº 5.627/09 tornou os valores fixados na lei estadual aplicáveis, inclusive, aos trabalhadores com pisos salariais estabelecidos em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho inferiores a esse. A inclusão da expressão extrapola os limites da delegação legislativa advinda da Lei Complementar nº 103/2000, violando, assim, o art. 22, inciso I e parágrafo único, da Constituição Federal, por invadir a competência da União para legislar sobre direito do trabalho.

5. Não há no caso mera violação indireta ou reflexa da Constituição. A lei estadual que ultrapassa os limites da lei delegadora de competência privativa da União é inconstitucional, por ofensa direta às regras constitucionais de repartição da competência legislativa. Existindo lei complementar federal autorizando os Estados-membros a legislar sobre determinada questão específica, não pode a lei estadual ultrapassar os limites da competência delegada, pois, se tal ocorrer, o diploma legislativo estadual incidirá diretamente no vício da inconstitucionalidade. Atuar fora dos limites da delegação é legislar sem competência, e a usurpação da competência legislativa qualifica-se como ato de transgressão constitucional.

6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para declarar, com efeitos **ex tunc**, a inconstitucionalidade da expressão "*que o fixe a maior*" contida no **caput** do artigo 1º da Lei nº 5.627, de 28 de dezembro de 2009, do Estado do Rio de Janeiro.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.391 (7)

ORIGEM	: ADI - 4391 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
ADV.(A/S)	: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e, por maioria, julgou-a totalmente procedente, nos termos do voto do Relator, contra o voto do Senhor Ministro Ayres Britto, que a julgava improcedente. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falaram, pela requerente (ADI 4375), o Dr. Alain Alpin Mac Gregor; pela requerente (ADI 4391), a Dra. Sylvia Lorena Teixeira de Souza; pelo requerido (ADI 4375 e 4391), o Dr. Alde Santos Júnior, Procurador do Estado, e pela requerida (ADI 4375 e 4392), a Dra. Fátima Amaral. Plenário, 02.03.2011.

EMENTA

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei estadual que fixa piso salarial para certas categorias. CNI. Preliminar de ausência parcial de pertinência temática. Rejeitada. Expressão "que o fixe a maior" contida no caput do artigo 1º da Lei estadual nº 5.627/09. Direito do trabalho. Competência legislativa privativa da União delegada aos Estados e ao Distrito Federal. Expressão que extravasa os limites da delegação de competência legislativa conferida pela União aos Estados por meio da Lei Complementar nº 103/00. Ofensa ao artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Lei Maior.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. A exigência de pertinência temática não impede o amplo conhecimento da ação, com a declaração de inconstitucionalidade da norma para além do âmbito dos indivíduos representados pela entidade requerente, quando o vício de inconstitucionalidade for idêntico para todos os seus destinatários. Preliminar rejeitada.

2. A competência legislativa do Estado do Rio de Janeiro para fixar piso salarial decorre da Lei Complementar federal nº 103, de 2000, mediante a qual a União, valendo-se do disposto no artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Carta Maior, delegou aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir piso salarial para os empregados que não tenham esse mínimo definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Trata-se de lei estadual que consubstancia um exemplo típico de exercício, pelo legislador federado, da figura da competência privativa delegada.

3. A expressão "que o fixe a maior" contida no **caput** do artigo 1º da Lei estadual nº 5.627/09 tornou os valores fixados na lei estadual aplicáveis, inclusive, aos trabalhadores com pisos salariais estabelecidos em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho inferiores a esse. A inclusão da expressão extrapola os limites da delegação legislativa advinda da Lei Complementar nº 103/2000, violando, assim, o art. 22, inciso I e parágrafo único, da Constituição Federal, por invadir a competência da União para legislar sobre direito do trabalho.

4. Não há no caso mera violação indireta ou reflexa da Constituição. A lei estadual que ultrapassa os limites da lei delegadora de competência privativa da União é inconstitucional, por ofensa direta às regras constitucionais de repartição da competência legislativa. Existindo lei complementar federal autorizando os Estados-membros a legislar sobre determinada questão específica, não pode a lei estadual ultrapassar os limites da competência delegada, pois, se tal ocorrer, o diploma legislativo estadual incidirá diretamente no vício da inconstitucionalidade. Atuar fora dos limites da delegação é legislar sem competência, e a usurpação da competência legislativa qualifica-se como ato de transgressão constitucional.

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 165 (8)

ORIGEM : ADPF - 23244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : SERGIO BERMUDES
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CONSUMIDOR - ABRACON
ADV.(A/S) : MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA ATIVA DOS CONSUMIDORES DO BRASIL - APROVAT
ADV.(A/S) : TONY LUIZ RAMOS
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC
ADV.(A/S) : ANDREA LAZZARINI SALAZAR
ADV.(A/S) : MARCOS VICENTE DIEGUES RODRIGUES
AM. CURIAE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - APDC
ADV.(A/S) : ILMAR NASCIMENTO GALVÃO
ADV.(A/S) : JORGE OCTAVIO LAVOCAT GALVÃO
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL - SINDNAPI
ADV.(A/S) : ANDRÉA ANGERAMI CORREA DA SILVA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES MUTUÁRIOS DA HABITAÇÃO, POUPADORES DA CADERNETA DA POUPANÇA, BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE APOSENTADORIA E REVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - PROCOPAR
ADV.(A/S) : THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DO CONSUMIDOR - BRASILCON
ADV.(A/S) : WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS CONTRIBUINTES DAS REGIÕES SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORDESTE - ACONTEST
ADV.(A/S) : RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON
ADV.(A/S) : FLÁVIO AURÉLIO NOGUEIRA JUNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
ADV.(A/S) : LARA CORRÊA SABINO BRESCIANI E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, não conheceu do recurso de agravo. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em participação no *World Justice Forum III*, em Barcelona, na Espanha; o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado; o Senhor Ministro Dias Toffoli, justificadamente e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 22.06.2011.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2011

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R$ 75.788.486,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, incisos I, alínea "e", e XXVII, da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R$ 75.788.486,00 (setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I a este Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 45.788.486,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II a este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 2011; 190º de Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 33000 - Ministério da Previdência Social
Unidade: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0083	**Previdência Social Básica**							**75.788.486**
		ATIVIDADES							
09 126	**0083 2292**	**Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários**							**75.788.486**
09 126	0083 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional							75.788.486
			S	3	2	90	0	151	45.788.486
			S	3	2	90	0	388	30.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**75.788.486**
TOTAL - GERAL									**75.788.486**

Órgão: 33000 - Ministério da Previdência Social
Unidade: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0083	**Previdência Social Básica**							**8.200.000**
		ATIVIDADES							
09 122	**0083 2272**	**Gestão e Administração do Programa**							**4.600.000**
09 122	0083 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							4.600.000
			S	3	2	90	0	151	4.600.000
09 271	**0083 2591**	**Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários**							**3.600.000**
09 271	0083 2591 0001	Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional							3.600.000
			S	3	2	90	0	151	3.600.000
	0085	**Qualidade dos Serviços Previdenciários**							**30.453.166**
		ATIVIDADES							
09 122	**0085 2272**	**Gestão e Administração do Programa**							**750.000**
09 122	0085 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							750.000
			S	3	2	90	0	151	750.000
09 665	**0085 2562**	**Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos**							**2.750.000**
09 665	0085 2562 0001	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional							2.750.000
			S	3	2	90	0	151	2.750.000
		PROJETOS							
09 271	**0085 10FH**	**Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital**							**1.000.000**
09 271	0085 10FH 0001	Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - Nacional							1.000.000
			S	4	2	90	0	151	1.000.000
09 126	**0085 3896**	**Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento**							**25.953.166**
09 126	0085 3896 0001	Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - Nacional							25.953.166
			S	4	2	90	0	151	25.953.166
	0087	**Gestão da Política de Previdência Social**							**6.395.320**
		ATIVIDADES							
09 122	**0087 2272**	**Gestão e Administração do Programa**							**395.320**
09 122	0087 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							395.320
			S	3	2	90	0	151	395.320
09 128	**0087 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**6.000.000**
09 128	0087 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							6.000.000
			S	3	2	90	0	151	6.000.000
	1079	**Educação Previdenciária**							**740.000**
		ATIVIDADES							
09 122	**1079 2272**	**Gestão e Administração do Programa**							**210.000**
09 122	1079 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							210.000
			S	3	2	90	0	151	210.000
09 128	**1079 2282**	**Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias**							**200.000**
09 128	1079 2282 0001	Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias - Nacional							200.000
			S	3	2	90	0	151	200.000
09 271	**1079 2284**	**Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária**							**330.000**
09 271	1079 2284 0001	Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - Nacional							330.000
			S	3	2	90	0	151	330.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**45.788.486**
TOTAL - GERAL									**45.788.486**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2011

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 156.230.975,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, incisos VII e XVII, da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 156.230.975,00 (cento e cinquenta e seis milhões, duzentos e trinta mil, novecentos e setenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I a este Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação, no valor de R$ 44.183.840,00 (quarenta e quatro milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta reais), sendo:

a) R$ 43.032.000,00 (quarenta e três milhões, trinta e dois mil reais) de Recursos de Convênios; e

b) R$ 1.151.840,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta reais) de Doações de Entidades Internacionais; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 112.047.135,00 (cento e doze milhões, quarenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II a este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 20000 - Presidência da República
Unidade: 20125 - Controladoria-Geral da União

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1173	**Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção**							**1.151.840**
		ATIVIDADES							
04 124	**1173 2B13**	**Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental**							**1.151.840**
04 124	1173 2B13 0001	Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental - Nacional							1.151.840
			F	3	2	90	0	195	576.656
			F	4	2	90	0	195	575.184
TOTAL - FISCAL									**1.151.840**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.151.840**

Órgão: 20000 - Presidência da República
Unidade: 20128 - Secretaria de Portos

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**49.006.153**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 784	**0909 00CT**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte**							**49.006.153**
26 784	0909 00CT 0101	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Areia Branca	F	5	3	90	0	100	49.006.153
	1461	**Vetor Logístico Centro-Sudeste**							**44.731.458**
		PROJETOS							
26 784	**1461 122E**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)**							**44.731.458**
26 784	1461 122E 0035	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo	F	4	3	90	0	100	44.731.458
	1462	**Vetor Logístico Sul**							**48.707.916**
		PROJETOS							
26 784	**1462 122B**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)**							**43.032.000**
26 784	1462 122B 0043	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	181	43.032.000
26 784	**1462 122F**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC)**							**5.675.916**
26 784	1462 122F 0042	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC) - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	5.675.916
TOTAL - FISCAL									**142.445.527**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**142.445.527**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0515	**Infra-Estrutura Hídrica**							**12.633.608**
		PROJETOS							
18 544	**0515 1I59**	**Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Missi no Estado do Ceará**							**6.910.479**
18 544	0515 1I59 0023	Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Missi no Estado do Ceará - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	6.910.479
18 544	**0515 1I63**	**Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Pedro Alexandre com 71 km no Estado da Bahia**							**242.354**
18 544	0515 1I63 0029	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Pedro Alexandre com 71 km no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	242.354
18 544	**0515 1I64**	**Implantação do Sistema Adutor de Piaus com 104 km no Estado do Piauí**							**1.031.461**
18 544	0515 1I64 0022	Implantação do Sistema Adutor de Piaus com 104 km no Estado do Piauí - No Estado do Piauí	F	4	3	90	0	100	1.031.461
18 544	**0515 1I67**	**Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais**							**1.782.345**
18 544	0515 1I67 0031	Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	1.782.345
18 544	**0515 1I80**	**Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Riacho da Serra no Estado do Ceará**							**2.666.969**
18 544	0515 1I80 0023	Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Riacho da Serra no Estado do Ceará - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	2.666.969
TOTAL - FISCAL									**12.633.608**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.633.608**

Órgão: 20000 - Presidência da República
Unidade: 20128 - Secretaria de Portos

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1458	**Vetor Logístico Leste**							**28.407.374**
		PROJETOS							
26 784	**1458 122I**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)**							**10.000.000**
26 784	1458 122I 0032	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo	F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 784	**1458 122L**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)**							**18.000.000**
26 784	1458 122L 0033	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	3	90	0	100	18.000.000
26 784	**1458 12IV**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)**							**407.374**
26 784	1458 12IV 0032	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES) - No Estado do Espírito Santo	F	4	3	90	0	100	407.374
	1459	**Vetor Logístico Nordeste Setentrional**							**17.000.000**
		PROJETOS							
26 784	**1459 12Y1**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)**							**5.000.000**
26 784	1459 12Y1 0024	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 784	**1459 131L**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI)**							**12.000.000**
26 784	1459 131L 0101	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI) - No Município de Luís Correia - PI	F	4	3	90	0	100	12.000.000
	1462	**Vetor Logístico Sul**							**54.006.153**
		PROJETOS							
26 784	**1462 122B**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)**							**5.000.000**
26 784	1462 122B 0043	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	5.000.000
26 784	**1462 7L25**	**Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)**							**49.006.153**
26 784	1462 7L25 0043	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	49.006.153
TOTAL - FISCAL									**99.413.527**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**99.413.527**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0515	**Infra-Estrutura Hídrica**							**12.633.608**
		PROJETOS							
18 544	**0515 10AK**	**Implantação do Sistema Adutor de Bocaina com 122 km no Estado do Piauí**							**1.497.738**
18 544	0515 10AK 0020	Implantação do Sistema Adutor de Bocaina com 122 km no Estado do Piauí - Na Região Nordeste	F	4	3	90	0	100	1.497.738
18 544	**0515 124M**	**Implantação da Adutora de Santa Quitéria no Estado do Ceará.**							**11.135.870**
18 544	0515 124M 0023	Implantação da Adutora de Santa Quitéria no Estado do Ceará. - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	11.135.870
TOTAL - FISCAL									**12.633.608**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.633.608**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 295, de 29 de julho de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Exposição de Motivos

Nº 48, de 26 de julho de 2011. Autorizo. Em 29 de julho de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 28 de julho de 2011

Entidade : AR CARACOLESANTANA, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000211/2011-85

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 090/2011 e consoante Parecer ICP 045/2011- APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CARACOLESANTANA, com instalação técnica situada na Avenida Santa Teresa - Nº 114 - Jardim Umuarama - Redenção - PA, vinculada à AC SINCOR RFB, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR GUIAMAIS, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000209/2011-14

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 080/2011 e consoante Parecer ICP 042/2011-APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR GUIAMAIS, com instalação técnica situada na Rua SE 05 - Nº 104 Sul - Conjunto 04 - Lote 003 - Sala 002 - Centro - Palmas - TO , vinculada à AC SINCOR RFB, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 42, DE 29 DE JULHO DE 2011

Revoga Portarias.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o encerramento das ações relativas à Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia - RENASIC no âmbito deste Gabinete de Segurança Institucional, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nº 31, de 6 de outubro de 2008 e nº 54, de 18 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 627, DE 29 DE JULHO DE 2011

Constitui Grupo de Trabalho para melhoria continuada da gestão das unidades da Procuradoria-Geral Federal.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão interna das unidades da Procuradoria-Geral Federal, com vistas ao fomento e difusão de boas práticas gerenciais e a busca pela excelência dos serviços prestados pela instituição, resolve:

Art. 1º Constituir o Grupo de Trabalho denominado "Programa de Melhoria Continuada da Gestão - PGF", com a finalidade de promover medidas visando ao aprimoramento contínuo dos mecanismos de gestão interna das unidades da Procuradoria-Geral Federal e propiciar a disseminação de boas práticas gerenciais.

Art. 2º A indicação dos integrantes do Grupo de Trabalho fica delegada ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal, a quem compete também a coordenação, supervisão e gerenciamento do "Programa de Melhoria Continuada da Gestão - PGF".

Art. 3º O grupo de trabalho terá duração indefinida e avaliação periódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 628, DE 29 DE JULHO DE 2011

Constitui Equipe de moderadores dos grupos virtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerado a necessidade de cumprimento da Portaria Conjunta AGU/PGF nº 02 de 22 de janeiro de 2009, DOU 23.01.2009, seção 1, páginas 11 e 12, bem como da Portaria Conjunta AGU/PGF nº 39, de 16 de dezembro de 2010, DOU 20.12.2010, seção 1, página 1, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Equipe de moderadores dos grupos virtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. A indicação dos componentes da Equipe de moderadores fica delegada para Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º A Equipe de moderadores instituída pela presente portaria terá duração indefinida e avaliação periódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 629, DE 29 DE JULHO DE 2011

Constitui Grupo de Trabalho para definição de estratégia de proteção do nome e imagem das autarquias e fundações públicas federais.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando recorrentes casos de utilização indevida do nome, sigla e símbolos que compõem o patrimônio imaterial das autarquias e fundações públicas federais;

Considerando a necessidade de aprimorar teses jurídicas e de formular diretrizes de atuação estratégica para prevenir e reprimir a utilização indevida do nome e da imagem das autarquias e fundações públicas federais e proteger o seu patrimônio imaterial, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho denominado "Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais" com a finalidade de promover estudos e propor medidas de caráter preventivo e repressivo visando à preservação e a valorização do patrimônio imaterial das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º A indicação dos integrantes do Grupo de Trabalho fica delegada ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal, a quem compete também a coordenação, supervisão e gerenciamento do "Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais".

Art. 3º O grupo de trabalho terá duração indefinida e avaliação periódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 630, DE 29 DE JULHO DE 2011

Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA naquele estado.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA naquele estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.458, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.002816/2010-64, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária MISTRAL TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ 11.949.123/0001-90, com sede social na cidade do Rio de Janeiro/RJ, como empresa exploradora de serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2º A sociedade empresária deverá comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, o início do processo de certificação junto à ANAC, com vistas à obtenção do Certificado de Operador Aéreo, sob pena de revogação imediata desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 577, DE 29 DE JULHO DE 2011

Cria o Comitê Editorial do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição;

Considerando a necessidade de alinhar as publicações editadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ao Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação e às Orientações Estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia; e

Considerando a necessidade de assegurar a uniformidade dos procedimentos e a qualidade das publicações editadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê Editorial do Ministério da Ciência e Tecnologia (CECTI), com as seguintes competências:

I-propor Minuta de Portaria da Política Editorial do Ministério da Ciência e Tecnologia a ser submetida ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;

II-elaborar, à luz da Política Editorial do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Plano Anual de Editoração do Ministério;

III-analisar e aprovar os materiais e publicações educacionais, científicas, tecnológicas e institucionais, impressas ou eletrônicas a serem editados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV-elaborar o Manual de Publicações do Ministério da Ciência e Tecnologia contendo as especificações técnicas gerais de produção e da logística de distribuição, consoante as especificidades das publicações das unidades, bem como das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e normas ISO (International Standardization Organization) relativas a publicações; e

V-supervisionar e acompanhar a distribuição dos materiais e publicações educacionais, científicas, tecnológicas e institucionais, impressas ou eletrônicas editados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 2º O CECTI será integrado por um representante titular e respectivo suplente de cada unidade organizacional do Ministério a seguir indicada:

I-Gabinete do Ministro
II-Secretaria-Executiva (SEXEC);
III-Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);
IVAssessoria de Assuntos Internacionais (ASSIN);
V - Consultoria Jurídica (CONJUR);
VI - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC);

VIII - Secretaria de Política de Informática (SEPIN);

IX - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED);

X - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP).

§1º O CECTI será presidido pelo representante da Secretaria-Executiva;

§2º À ASCOM caberá:

I - exercer a Secretaria Administrativa do CECTI; e

II - dar apoio à dinâmica de funcionamento do CECTI.

§3º Os representantes titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades organizacionais representadas e designados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

§4º O CECTI poderá convidar outros profissionais, servidores ou não, para participar dos trabalhos do Comitê.

Art. 3º O CECTI poderá constituir grupos de trabalho com finalidade de examinar e propor soluções para temas específicos.

Parágrafo único. O ato de constituição do grupo de trabalho definirá seus objetivos específicos, sua composição e prazo para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º É facultado ao CECTI solicitar pareceres à área técnica do Ministério da Ciência e Tecnologia e/ou a especialistas e profissionais externos sobre as matérias submetidas a seu exame.

Art. 5º O CECTI poderá sugerir a formalização de parceria com organizações nacionais ou internacionais para a edição de publicações de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º A periodicidade das reuniões e o funcionamento do CECTI serão definidos pelo próprio Comitê.

Art. 7º A participação no CECTI não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia, ouvido o CECTI.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 150, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0225 - Memória de Dinossauro

Processo: 01580.019178/2011-74

Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 09.180.984/0001-04

Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.484.829,63

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.110.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8674-6

Aprovado ad referendum em 19/07/2011, e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 402 de 26/07/2011

Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 151, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "Historietas Assombradas" para "O Clube Secreto dos Monstros".

08-0225 - O Clube Secreto dos Monstros

Processo: 01580.021065/2008-33

Proponente: Neoplastique Entretenimento Ltda.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 08.296.780/0001-70

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 402, realizada em 26/07/2011.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

09-0349 - Eu Maior

Processo: 01580.035237/2009-37

Proponente: Catalisadora Áudio Visual Ltda.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 05.306.875/0001-30

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 549.560,00 para R$ 799.328,30

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 522.082,00 para R$ 358.673,09

Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 37.145-9

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 402, realizada em 26/07/2011.

Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 3º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

08-0225 - O Clube Secreto dos Monstros

Processo: 01580.021065/2008-33

Proponente: Neoplastique Entretenimento Ltda.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 08.296.780/0001-70

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.163.452,80 para R$ 8.540.605,49

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.200.000,00

Banco: 001- agência: 3324-3 conta corrente: 20.197-9

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 355.657,77 para R$ 196.000,00

Banco: 001- agência: 3324-3 conta corrente: 19.426-3

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 402, realizada em 26/07/2011.

Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínios na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93, e mediante patrocínio na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

05-0310 - Estranhos

Processo: 01580.039349/2005-33

Proponente: Araçá Azul Produção, Eventos e Turismo Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 01.231.528/0001-34

Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 152, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Revisar os valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

09-0403 - É Ouro!

Processo: 01580.040235/2009-60

Proponente: Caribe Produções Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 32.267.676/0001-32

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.696.451,84 para R$ 1.360.271,97

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 838.447,31 para R$ 837.447,00

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 35.292-6

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 773.181,93 para R$ 454.811,38

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 35.293-4

Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 253, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada na Rua do Rosário, Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais, bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, considerando:

o disposto no artigo nº 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que protege a visibilidade dos bens tombados e determina a necessidade de prévia autorização do IPHAN para intervenções na vizinhança dos bens tombados;

que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é objeto de tombamento pelo IPHAN através do Processo de Tombamento nº 516-T, inscrito sob o n° 428, folha 81, volume I do Livro de Belas Artes em 11 de março de 1955;

a necessidade de estabelecer parâmetros para as intervenções propostas para essa área visando preservar sua ambiência e visibilidade;

os estudos realizados pelo IPHAN visando à delimitação das áreas de ambiência e proteção da visibilidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, resolve:

Art. 1º Delimitar a área de entorno do bem tombado, delineada no mapa constante à fl. 25 do processo administrativo nº 01514.001046/2011-80, cuja poligonal tem início no ponto ponto E1, situado no cruzamento do eixo da Rua Sete de Setembro com o prolongamento do limite dos fundos dos lotes pares voltados para a Rua do Rosário. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo limite dos fundos dos lotes pares voltados para a Rua do Rosário, até encontrar o limite lateral direito do lote número 176, definindo o ponto E2. Deste ponto segue em sentido norte pelo limite lateral direito do lote número 176 da Rua do Rosário, incluindo-o, cruza a Rua do Rosário, e segue pelo limite lateral esquerdo do lote defronte a ele, de número 173, incluindo-o, até encontrar o limite dos fundos do mesmo lote número 173, definindo o ponto E3. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua do Rosário até encontrar o limite dos fundos dos lotes ímpares voltados para a Rua Itabira do Campo, definindo o ponto E4. Deste ponto continua em sentido nordeste pelo limite dos fundos dos lotes ímpares voltados para a Rua Itabira do Campo, cruzando a Rua Dr. José Médici e continuando pelo mesmo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Itabira do Campo, até encontrar o limite lateral direito do lote número 465, definindo o ponto E5. Deste ponto segue em sentido sudeste até encontrar o eixo da Travessa Itabira do Campo, definindo o ponto E6. Deste ponto segue em sentido sudoeste, depois sul, depois sudeste pelo eixo da Travessa Itabira do Campo, cruza a Rua Padre Souza e continua por seu prolongamento até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Padre Souza, definindo o ponto E7. Deste ponto segue pelo limite dos fundos dos lotes voltados para Rua Padre Souza, incluindo-os, até encontrar o limite dos fundos dos lotes ímpares voltados para a Rua do Rosário, definindo o ponto E8. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo limite dos fundos dos lotes ímpares voltados para a Rua do Rosário, incluindo-os, depois por seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Sete de Setembro, definindo o ponto E9. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo eixo da Rua Sete de Setembro até encontrar o eixo da Rua do Rosário, definindo o ponto E10. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua do Rosário, até encontrar o eixo da Travessa São Benedito, definindo o ponto E11. Deste ponto segue em sentido sul pelo eixo da Travessa São Benedito até encontrar o prolongamento do limite dos fundos do lote da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, definindo o ponto E12. Deste ponto segue em sentido oeste, depois noroeste, pelo limite dos fundos do lote da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Sete de Setembro, definindo o ponto E13. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Sete de Setembro até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes pares voltados para a Rua do Rosário, no ponto E1, fechando a poligonal.

Parágrafo único: Também serão considerados como entorno do bem tombado os imóveis situados nos dois lados da Rua Paraopeba entre os números 71 e 233, inseridos na linha de visada a partir da Capela de Matosinhos, situada na Rua Matosinhos, no mesmo município de Itabirito.

Art. 2º. As intervenções nos imóveis inseridos na poligonal de entorno deverão observar o gabarito de 01 (um) pavimento a partir da cota mais alta da testada do lote.

§ 1º se a topografia permitir poderá aproveitada a declividade do terreno para ocupação do porão, condicionado à análise in loco e elaboração de Parecer Técnico favorável por servidor do IPHAN.

§ 2º será permitido o gabarito de até 02 (dois) pavimentos para os lotes impares da Rua Itabira do Campo, para os lotes pares a partir do número 370 (incluindo-o), para a Travessa Itabira do Campo.

§ 3º poderá ser permitido o gabarito de até 02 (dois) pavimentos para o trecho da Rua do Rosário paralelo à Rua Três de Outubro, condicionado à análise in loco e elaboração de Parecer Técnico favorável por servidor do IPHAN demonstrando que, efetivamente, não causará impacto sobre a visibilidade do bem tombado.

Art. 3º. Para o trecho da Rua Paraopeba descrito no Parágrafo único do Art. 1º desta Portaria, será admitido o gabarito de até 02 (dois) pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote.

Art. 4º. A área em frente ao lote da Igreja de Nossa Senhora do Rosário definida por seus alinhamentos laterais e uma distância de pelo menos 35 metros a partir do muro do lote, será considerada como non aedificandi.

Parágrafo único: para toda a área em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário deverá ser mantida a pavimentação original em pedra, nos trechos ainda existentes.

Art. 5º. Aplicam-se para toda a área de entorno as seguintes diretrizes:

I - a implantação dos edifícios no alinhamento da testada do lote;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - o acabamento das coberturas em telha cerâmica, preferencialmente do tipo "capa-e-canal";

III - caixas d´água ou outros volumes deverão estar embutidos sob a cobertura ou, se situados em volume anexo, não poderão ultrapassar a cota da cumeeira do edifício principal.

Art. 6º. Todos os projetos de intervenções nos imóveis inseridos na poligonal de entorno, bem como engenhos publicitários e equipamentos de sinalização, deverão ser submetidos ao IPHAN para análise e manifestação, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e da Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 425, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2717 - As Graças - Circular Teatro: Do Parque da Luz para o Brasil
Lama Serviços Artisticos Ltda
CNPJ/CPF: 60.266.962/0001-19
Processo: 01400.007014/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.026.718,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

As Graças propõem a manutenção da cia teatral por 2 anos em que realizarão 67 apresentações gratuitas, estimando público total de 20 mil pessoas. No 1º ano realizarão a ocupação do Parque da Luz, em SP, com seu Ônibus Palco em 28 apresentações de suas peças de repertório e mais 3 saraus, também iniciarão a pesquisa de dramaturgia e montagem do próximo espetáculo realizarão circulação do novo espetáculo em mais 12 estados, além de SP.

11 1277 - 5º Festival Nacional de Teatro de Juiz de Fora
Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA
CNPJ/CPF: 20.429.437/0001-52
Processo: 01400.002469/20-11
MG - Juiz de Fora
Valor do Apoio R$: 253.110,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

O Festival Nacional de Teatro de Juiz de Fora é um evento realizado desde 2006 pela Prefeitura de Juiz de Fora, por meio da Funalfa. Em sua 5ª Edição, o Festival tem em sua programação a mostra competitiva de 14 espetáculos selecionados, mostra paralela com 02 peças locais, 05 oficinas,01 palestra, 01 exposição temática, 05 espetáculos convidados e também espaço para a reflexão, com a realização de mesas-redondas e debates.

11 3612 - Tragédia Brasileira
Livia de Bueno Produções e Comunicações LTDA
CNPJ/CPF: 08.208.196/0001-16
Processo: 01400.008397/20-11
RJ - Saquarema
Valor do Apoio R$: 649.289,78
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização do espetáculo teatral "Tragédia Brasileira" de autoria coletiva e direção do Português Nuno Gil, com temporada prevista para 3 meses na cidade do Rio de Janeiro.

11 2282 - Universo Casuo - Sonhar Colorido
Marcos de Oliveira Casuo Produções
CNPJ/CPF: 10.541.490/0001-97
Processo: 01400.006410/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.139.540,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Este projeto propõe a montagem e realização de dez apresentações gratuitas do espetáculo circense "Universo Casuo" no interior do estado de São Paulo. O espetáculo trata-se de uma mescla de música, performance, humor e poesia. Estas linguagens artísticas irão interagir no universo impar do circo, num espetáculo que prima pela alegria e diversão, fazendo uso de efeitos luminosos, sonoros, e o uso de técnicas especiais.

11 0633 - Memória em Movimento
Ouro Verde Produções Culturais e Esportivas Ltda
CNPJ/CPF: 11.504.050/0001-22
Processo: 01400.001421/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 356.690,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A partir da idéia de reconstrução e memória, este projeto pretende eternizar momentos representativos da história da dança brasileira através de coreografias consagradas, de grandes criadores comprometidos com a proposta deste projeto. Gravação de DVD e apresentações de espetáculo de dança.

11 0763 - OFICINAS DE TEATRO
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters
CNPJ/CPF: 79.373.940/0001-86
Processo: 01400.001662/20-11
SC - Indaial
Valor do Apoio R$: 53.270,60
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

REALIZAR OFICINAS DE TEATRO NA CIDADE DE INDAIAL.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 10947 - Projeto Mestre Jamelão - 100 anos
Fomenta Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.989.945/0001-27
Processo: 01400.021561/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 631.394,95
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto Mestre Jamelão - 100 anos, preservará e difundirá o acervo pessoal de José Bispo Clementino dos Santos, conhecido como Jamelão, por meio de ações de organização, conservação, digitalização, publicação e manutenção de site de internet por 02 anos.

11 2611 - Música Clássica na Voz de Ithamara Koorax III
Associação Arte Nova Produções Culturais e Artísticas
CNPJ/CPF: 09.372.135/0001-52
Processo: 01400.006845/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 196.600,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Série de 02 shows gratuitos da carioca Ithamara Koorax, intérprete que foi considerada uma das três melhores cantoras do mundo em 2008 e 2009 pela revista norte-americana DownBeat, na Casa da Cultura de Paraty.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 0263 - A escultura da dança em bronze (complementação)
Plataforma Cultural Eventos e Projetos Ltda
CNPJ/CPF: 02.531.335/0001-61
Processo: 01400.000416/20-11
MG - Itabira
Valor do Apoio R$: 462.020,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Concluir o conjunto da obra proposta no projeto "A ESCULTURA DA DANÇA EM BRONZE", aprovado em 2006 pela Lei Rouanet em seu valor integral, porém com recursos parcialmente captados insuficientes para sua conclusão.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 9003 - Restauração das fachadas externas da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis
Associação de Cultura Democrática Paulista
CNPJ/CPF: 03.673.599/0001-12
Processo: 01400.018660/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.525.233,79
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Restauração das fachadas externas da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, execução da iluminação e acessibilidade externa e elaboração dos projetos básicos para a próxima fase do restauro.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 12769 - Festa Literária de Pouso Alegre
Plataforma Cultural Eventos e Projetos Ltda
CNPJ/CPF: 02.531.335/0001-61
Processo: 01400.024019/20-10
MG - Itabira
Valor do Apoio R$: 641.396,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A Festa Literária de Pouso Alegre é um evento literário que leva ao sul de Minas a temática da literatura a partir do seu contexto e importância literária. Terá até 8 dias de duração e terá cinco mesas de bate papo ou temáticas formada por escritores nacionais, locais e regionais, apresentações cênicas voltadas para estudantes da rede de ensino, exposição literária com lançamentos de títulos e oficinas para formação de agentes culturais

11 0764 - Biomas brasileiros - Retratos de um país plural
Casa da Palavra Produção Editorial Ltda.
CNPJ/CPF: 01.609.506/0001-65
Processo: 01400.001663/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 322.765,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto consiste em um livro que contara com textos de especialistas sobre os biomas brasileiros, com representações artísticas dessas paisagens naturais ao longo dos tempos, revelando o olhar de artistas nacionais e estrangeiros, além da história e atualidade da geografia e natureza brasileiras.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 6843 - Caravana da Música - ano 2011
Instituto Sol da Liberdade
CNPJ/CPF: 10.551.503/0001-09
Processo: 01400.014758/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.250.455,60
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Ação sociocultural que tem como objetivo valorizar um de nossos maiores patrimônios imateriais: o folclore regional - que será transmitido às comunidades de baixa renda por meio de oficinas de ritmos (música instrumental) e danças locais. Os profissionais estudam a região a ser visitada e posteriormente realizam um grande evento ensinando a confeccionar os instrumentos tradicionais da região seguido de oficinas onde são tocados os instrumentos e lecionadas as danças típicas.

10 12394 - Circulação do espetáculo TIRANDO OS PES DO CHÃO.
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.023590/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 660.245,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar um projeto de circulação com o objetivo de consolidar e difundir um espetáculo de dança, assim como a metodologia de criação, e o compartilhamento dos processos criativos deste espetáculo com o público. Esse objetivo se dará através da realização de uma temporada do espetáculo "Tirando os pés do chão", realização do experimento aqui denominado "Ações Performáticas" (onde os processos de criação são compartilhados com o público) e workshop (também do processo de criaçãodo espetáculo).

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 3844 - DVD - SANDRO & DIEGO
SANDRO ALVES BARBOSA
CNPJ/CPF: 848.148.371-00
Processo: 01400.009827/20-10
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 165.836,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

- Gravar um DVD com 10 musica da dupla Sandro & Diego e divulgar a carreira da dupla em todo o estado de Goiás e ganhar o Brasil;

11 3949 - 2012 Carnaval em Brumado
Sociedade Musical Lira Ceciliana Brumadense - Brumado / BA
CNPJ/CPF: 63.189.112/0001-52
Processo: 01400.018379/20-11
BA - Brumado
Valor do Apoio R$: 1.191.189,90
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O resgate de uma festa de carnaval que já foi considerada uma tradição e hoje, esta esquecida, pois não se realiza há 03 (três), anos. No presente Projeto, são quatro dias de festa com grande participação popular e absolutamente gratuita.

11 0964 - TURNÊ 20 ANOS BADI ASSAD
Luz Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.089.799/0001-58
Processo: 01400.002029/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.459.468,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto aqui proposto tem como principal objetivo apresentar shows pelas capitais do país - regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, mostrando o trabalho da violonista, compositora e cantora BADI ASSAD e lançando o DVD comemorativo aos 20 anos de carreira da artista.

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
11 0218 - Livro Anotações Elis Regina
Editora anotacoes com arte ltda
CNPJ/CPF: 10.919.814/0001-88
Processo: 01400.000355/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 279.900,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Será um Livro Biografico com apelo artístico e de Design, sobre a história e obra de Elis Regina. Haverá pequenos espaços para Anotações dos leitores, trazendo interatividade para o Produto. O projeto busca resgatar fotos, fatos, cultura, momento histórico da época e dos integrantes da Bossa Nova, representados em forma de Texto, Fotos e documentos escaneados nas paginas do Livro.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
10 11718 - Carnaval Cultural Ubá 2012
Amar Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.143.941/0001-60

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400.022726/20-10
MG - Viçosa
Valor do Apoio R$: 317.750,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar em parceria com a prefeitura de Ubá, MG, o Carnaval Cultural 2011, e oferecer estrutura e programação pautada no resgate e valorização de tradições culturais locais tais como: bandas marciais, fanfarras, grupos de percussão, blocos caricatos, congados e outras manifestações culturais em geral, sem cobrança de ingressos.
11 2995 - Festival Cultural: Viajando Pelo Mundo
Dado Macedo Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 00.451.540/0001-91
Processo: 01400.007833/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.094.350,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto prevê a agregação de adultos, adolescentes e crianças de escolas públicas e particulares em um parque temático a fim de se vivenciar diferenças culturais sobre os cinco continentes abarcando principalmente a contribuição por meio da diversidade de cada um destes. Arte-educadores capacitados desenvolverão oficinas temáticas para o evento. O festival terá a duração de três meses sendo realizado de segunda a sexta-feira, para duzentos estudantes por dia, de escolas diferenciadas.
11 2929 - Muriçoquinhas 2012 Contra o Trabalho Infantil
Muriçoquinhas do Miramar Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 06.259.797/0001-22
Processo: 01400.007566/20-11
PB - João Pessoa
Valor do Apoio R$: 250.312,50
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O BLOCO MURIÇOQUINHAS DO MIRAMAR é um evento que acontece há dezenove anos, sempre na semana pré carnavalesca no município de João Pessoa com um público participante estimado em 250.000 pessoas, sendo aproximadamente 65 por cento crianças e adolescentes e 35 por cento adultos acompanhantes. Grande parte das crianças desfilam fantasiadas pela avenida Epitácio Pessoa até a praia de Tambaú onde se encontram com o BLOCO DA MELHOR IDADE, foliões acima de 51 anos.
11 1127 - LENDAS AMAZÔNICAS: TEATRO AQUÁTICO, AÉREO E TERRESTRE
Associação Teatral Grupo Teo Artes Produções Teatrais
CNPJ/CPF: 07.237.975/0001-87
Processo: 01400.002277/20-11
RR - Mucajaí
Valor do Apoio R$: 82.220,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Promover, através do Projeto: Teatro com Lendas ("Um espetáculo aquático, aéreo e terrestre no Baixo Rio Branco"), a valorização da cultura dos estados da Amazônia em conjunto com a diversidade temática e estética que acompanha essa região plural, bem como ações de formação de platéia.
11 3096 - Encontro da AICA em Curitiba
Solange Lingnau
CNPJ/CPF: 09.248.202/0001-21
Processo: 01400.008023/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 502.380,00
Prazo de Captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objeto da presente proposta é a realização de um encontro da Associação Internacional de Críticos de Arte em Curitiba, durante o período de exposições da 6ª Bienal de Curitiba.

PORTARIA Nº 426, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 8151 - Mariko Mori
Grupo AG Arquitetura e Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.618.407/0001-38
DF - Brasília
Valor Complementar em R$: 334.407,39

PORTARIA Nº 427, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:
Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 5225 - Filarmônica Bachiana e Maestro João Carlos Martins em Fortaleza
Acesso Comunicação LTDA.
CNPJ/CPF: 04.078.914/0001-26
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/07/2011 a 30/08/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 1933 - Exposição Laurie Anderson
Magnetoscópio Produções Ltda
CNPJ/CPF: 07.647.467/0001-77
SP - Santana de Parnaíba
Período de captação: 01/07/2011 a 31/08/2011

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 91, DE 19 DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Edital nº 1, de 27 de maio de 2011, publicado no DOU de 06 de junho de 2011, Seção 3, págs. 14 e 15, resolve:
Art. 1°- DEFERIR, conforme relação constante do Anexo I a esta Portaria, as inscrições dos projetos concorrentes ao 3º PROGRAMA DE FOMENTO À PRODUÇÃO E TELEDIFUSÃO DE DOCUMENTÁRIOS LATINO-AMERICANOS DOCTV AMÉRICA LATINA, tendo em vista o cumprimento das exigências previstas no referido Edital.
Art. 2°- INDEFERIR, conforme relação constante do Anexo II a esta Portaria, as inscrições dos projetos concorrentes ao 3º PROGRAMA DE FOMENTO À PRODUÇÃO E TELEDIFUSÃO DE DOCUMENTÁRIOS LATINO-AMERICANOS DOCTV AMÉRICA LATINA, por não terem cumprido exigência(s) do referido Edital.
Art. 3º - O prazo para interposição de recurso é de 05 dias úteis.
Art. 4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Controle	Projeto	Concorrente
001	Sobre trabalho e fronteiras	Guillermo Planel
002	A indústria cultural do Senhor	Joana Brea
003	Portas abertas	Rodrigo Naimi Usberco
004	Cinema e cidadania	Ana Cristina C. R. Coelho
005	Uma viagem de vida	Tatiana Paternost de Carvalho e Villela
006	Rocinha à vista	Felippe Schultz Mussel
007	Caravelas	Robney Bruno de Almeida
008	Yungas, a cidade e a floresta... Um encontro anunciado, 53 anos depois. Um encontro latino - americano: Thiago de Mello e Ilo Krugli	Paulo Eduardo Szwec
009	Cultura curiosa	Raul Gleyer Aguinaga
010	Ongamira, o tempo não existe	Raquel Gerber
011	Alá meu bom Alá.	José da Silva Junior
012	Projeto Hinos - América Latina, letra e música.	Fabrízio Pellegrino Fernandes
013	Peabirú - Não se pode entender sabendo pouco	Eduardo Barioni
014	Memória emprestada	Maria Clara Escobar
015	Horizontes mínimos	Marcos Almeida Pimentel
016	A geografia do preconceito	Daniel Nolasco de Souza
018	Juventude, juventudes	Paulo Renato Flores Durán
019	Rivotrip	Renata Porto D'ave Lima Monteiro Torres
020	O lenço do samba	Shaynna Jacques Pidori
021	Felicidade	Tarsila Araújo
022	Guerra dos Gibis	Raquel Terpins
023	Ordem e medo	Thiago Mendonça
024	Daqui pra frente	Julio Bezerra
025	Câmara de espelhos	Andrea de Arruda Ferraz
026	Cuba em 24 quadros	Julio Cesar Munhoz
027	Santiago de las Américas ou o olho do 3º mundo	Silvio Tendler
028	Territórios	Allan Ribeiro
029	Lancheria - um ensaio sobre a distância	Fábio Lobanowsky
030	Os animais	Gustavo Odim Amaral Beck
031	De fronte	Aluízio de Azevedo Silva Júnior
032	Bar do museu	Felipe Siena Tomazelli
033	Trabalho escravo	Marcelo Santiago
034	A ciência de Nanã	Luiz Chaves
035	O clarão de Canudos	Bruno Leonardo Valentim Veiga Neto
036	Sertão sertão: cadernos de viagem trilhas do documentário brasileiro.	André Costa
037	Namoral	Mariana Carpenter Genesc
038	Castanha	Davi Agrello Pretto
039	Caminho da cavalhda - de Marrocos a Poconé	Duflair Magri Barradas
040	Bom fim	Ivanir Migotto
041	Os inocentes	Solange Augusta de Castro Neves
042	Ausência	Selma Perez Flora
043	Colina Latina: olhares de um ex-guerrilheiro	Camete Lyra Queiroz
044	Liberdade em marcha	Carolina Dias de Almeida Berger
045	Margaret Mee e a Flor da Lua	Maria Lúcia Toledo de Martino
046	Homens	Lucia Antonieta Caus Delbone
047	Olhos azuis e a expedição secreta de Hitler	Márcia Paraíso
048	Cinema marginal brasileiro	Eugênio Puppo
049	Se Deus quiser	Carlos André Constantin
050	Marginal	Alex Miranda
051	World Music 2.0 Brasil	Felipe Continentino Freire
052	Vestido de noiva	Marcelo Spomberg
053	Floresta em sinfonia	Susanna Lira
054	Versus - Páginas da Utopia	Omar Luiz de Barros Filho
055	Desterro	Cláudio Márcio Pereira Costa Marques
056	Não identificado	Marco Antonio Ribeiro Alves
057	A jornada do herói	Reinofy Duarte
058	Eu, palhaço!	Eduardo Ataciba Benaim Toledo Piza Almeida
059	O que os olhos não vêem	Clarice Saliby
060	Cidade Jardim: do vidro à margem	Miguel Antunes Ramos
061	Brasiguaios - uma luta por cidadania	Cláudia Almeida
062	Baleiros	Marjoty Christine Broenstrup Correa
063	Tambores na cidade	Vitor Antonio Amati
064	Brasil, enfim	Márcia Dias de Pinho Latini
065	Rio de sonhos	Ana Paula Mendes
066	Historia da policia que mata	Giovanni Francischelli
067	Harmonia do improviso	Nilma Thallita Oshiro Meireles
068	Minha vida não é um romance	Tatiana Sager
069	Armando, a corda, o som.	Rúbia Margarida de Oliveira
070	Conceição das crioulas	Nataraney Nunes dos Santos
071	Em um lugar do arco íris	Cláudia de Lucena Novais Dutra
072	É nois na fita	Cristiano Pereira Aro
073	Acuados	Fernanda Pasqualin de Macedo
074	Sorria meu bem	Audrey Rose de Nóbrega
076	Aquí começa o Brasil	Karina Bonini Fogaça
077	Conselheiros	Sara Puerta Machado Silveira
078	As caballeras solitárias	Letícia Simões
079	SP: Sons de Pernambuco	Karen Fernanda de Oliveira Torres
080	Sentidos do Brasil	Bellini Andrade
081	Porto	Maoro da Rocha Pitta

ANEXO II

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Controle	Projeto	Concorrente	Motivo
017	A felicidade nos outros	Alessandra Maria Ritondaro	Concorrente não encaminhou cópia autenticada do comprovante de registro de direitos autorais na Biblioteca Nacional ou do respectivo protocolo, acompanhado pelo comprovante do depósito da taxa de registro conforme estabelecido no subitem II.3 do Edital.
075	Bela união	Caio Pompeia Ribeiro Neto	Concorrente não encaminhou ficha de inscrição conforme estabelecido no subitem II.3 do Edital.
082	Ueinzz	Eduardo Henrique Anize Liron	Postado depois da data limite estabelecida no subitem II.1 do Edital.
083	Trajeto: um documentário sobre a Jurema	Manuela Monteiro de Barros Sobral	Postado depois da data limite estabelecida no subitem II.1 do Edital.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
E PROCESSAMENTO DE FEITOS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 22.500/06 - BM "GENESIS III" e outra EMB
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Isaías Pereira Soares (Timoneiro)
Advogado : Dr. André Souza Lopes (DPU/RJ)
: Jorge Heleno Gomes (Comandante)
Advogada : Drª Fabrízia da Fonseca Passos Bittencourt (DPU/RJ)
: Manoel Messias da Costa Pinheiro (Comandante)
Advogada : Drª Simone Batista da Silva
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Proc. nº 23.748/08 - NM "BARCELONA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Paulo José de Azevedo Reis (Prático)
Advogada : Drª Leonilia Maria de Castro Lemos
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.025/09 - BP "ENDERSON"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Eriberto Victor de Oliveira (Proprietário) - Revel
: Luciano Silva de Melo (Mestre inabilitado) - Revel
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Proc. nº 24.244/09 - LM "CRISTO REI"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Ubirajara Fagundes do Nascimento (Condutor)
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Júnior (DPU/RJ)
: Walzinto Rocha Martins Júnior (Proprietário)
Advogado : Dr. Gilberto Firmino Martins
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Proc. nº 24.414/09 - Escuna "SONHO MEU"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Leonardo Junqueira Mascarenhas (Comandante)
Advogado : Dr. Rodolfo Vaccari Batista
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.551/09 - LM "NON STOP I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : José Silvio Ferreira Bretas (Condutor)
Advogado : Dr. Maurício Georges Haddad
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.773/10 - EMB "PIERRE LD"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autores : Vale S/A e
: Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho
Representado : Pigeaud Pierre Gaston Leon (Comandante)
Advogado : Dr. Artur R. Carbone
Despacho : "À Representante de Parte para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.003/10 - EMB "KAROLINA DO NORTE"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Edson Carvalho de Sousa,
: Edson Carvalho de Sousa Júnior e
: Manoel Benicio da Rocha (Comandante)
Advogado : Dr. Alexandre Scherer
: Robson Viana Barreto (Proprietário)
Advogado : Dr. Alonso Oliveira de Souza
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.234/10 - Rb "ZH-1" e outras EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Antonio Carlos Belém Nascimento (Comandante)
Advogado : Dr. Ferdinando Gabriel Domingues
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 23.859/08 - Iate "PILAR ROSSI"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Estaleiro TWB S/A
Advogado : Dr. Daniel Monteiro de Oliveira
: Maurício Câmara Piquet
Advogado : Dr. Ricardo Henrique Safini Gama
: Josué Lote Amorim
Advogada : Drª Cristiane Santiago de Almeida (DPU/RJ)
Despacho : "1- Defiro o requerido por Maurício Câmara Piquet quanto à tomada dos depoimentos pessoais do Representado Estaleiro TWB S/A e do Representado Josué Lote Amorim, conforme requerido às fls. 319.
2- Ao Representado Maurício Câmara Piquet para, querendo, apresentar quesitos a serem formulados às testemunhas requeridas pelo Representado Estaleiro TWB S/A e deferida às fls. 274."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.145/09 - NM "KOZNITSA" e outra EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Madeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autor : Liberalino Sebastião Endlich (Proprietário)
Advogados : Dr. Adriano Sobrosa Mezzomo,
Dr. Rodrigo Sobrosa Mezzomo e
Dr. Francisco Gabriel Pacheco Júnior
Representados : Chavdar Dimitrov Penkov (Comandante) e
: Ivan Stefanov Kirkov (Oficial de Náutica)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.501/10 - Rb "TQ-27" e outras EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Gilberto Moreno Rodrigues (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Ferreira da Silva
Despacho : "Defiro o requerido pelo patrono do Representado para que apresente o competente Mandato de Procuração no prazo de 15 (quinze) dias."
Proc. nº 22.888/07 - Rb "VITÓRIA" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Luiz Marques de Souza (Comandante) - Revel
: Gecivaldo de Souza Gato (Condutor) - Revel
: Raimundo Pereira de Jesus (Proprietário) - Revel
Despacho : "Aos Representados para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 23.878/09 - Lancha "NAVEMAR VII" e outras EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Manoel Bomfim Gomes da Silva (Propr./Cond. inab.)-Revel
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 23.900/09 - Rb "PROTEÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Elias Gomes dos Santos (Comandante)
Advogado : Dr. Eraldo Silva Júnior (DPU/RJ)
: Francisco Castro de Oliveira (Proprietário)
Advogado : Dr. Lindonor Ferreira de Melo Santos
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.419/09 - Rb "LAB 152" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Jeferson dos Santos Rocha (Comandante) e
: Djalma Palácio Cavalcante Júnior (Imediato)
Advogada : Drª Maria das Neves Santos da Rocha
Despacho : "Ante a inércia do Representado Jeferson dos Santos Rocha em apresentar a tradução juramentada dos documentos por ele juntados às fls. 230/256, determino que os mesmos sejam desentranhados e juntados por linha, a teor do art. 157 do Código de Processo Civil.
Dou por encerrada a Instrução.
À PEM para Alegações Finais."
Proc. nº 24.801/10 - Lancha "SUZI II"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Marcilon Rodrigues de Melo (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Alexandre Augusto de Camargos Bernardes
Despacho : A contestação traz duas preliminares:
Na primeira alega nulidade de citação, dizendo que uma vez que não foi o próprio representado quem assinou o Aviso de Recebimento da carta de citação enviada pelos correios não poderia ser considerada regular sua citação. A PEM, em manifestação acerca desta preliminar, aduz que se o representado veio a Juízo e ofereceu contestação, ficou evidente que a citação foi válida e que nenhuma nulidade há. Tem razão a PEM. A citação é o ato pelo qual alguém é chamado em Juízo para se defender, sob pena de serem aceitos os fatos narrados pela outra parte como incontroversos. No caso dos autos o representado veio a Juízo muito bem representado e apresentou contestação tempestiva, não tendo que se falar em nulidade de citação, motivo pelo qual rejeito a preliminar.
A segunda preliminar diz respeito a um suposto cerceio de defesa, posto que a representação seria por demais genérica, faltando a imputação nas penalidades específicas. A PEM a refuta sob o argumento de que estariam garantidos os direitos constitucionais à ampla defesa e ao contraditório. Não prospera tampouco essa prejudicial, motivo pelo qual também a rejeito. O procedimento específico da Lei 2.180/54 determina que a PEM apenas aponte quem entende ser o responsável pelo fato ou acidente da navegação e que será o Tribunal Marítimo, em colegiado que, se acatada a representação, fará a graduação das penas eventualmente aplicadas. Assim, por estar a representação conforme a Lei 2.180/54, também rejeito a preliminar.
Defiro a prova pretendida pela PEM. Oficie-se como requerido às fls. 193.

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 29 de julho de 2011.

ACÓRDÃOS

Proc. nº 24.439/2009
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : R/E "TQ-23". Colisão com boia de sinalização. Erro de manobra. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Leandro Faraldo de Oliveira (Condutor) (Adv. Dr. Mauricio Moreno).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de R/M com boia de sinalização com danos materiais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência do representado Leandro Faraldo de Oliveira, condenando-o à pena de repreensão e custas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 22 de fevereiro de 2011.
Proc. nº 24.709/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : N/M "BLUE LADY". Queda de guindaste e de pau de carga de navio estrangeiro, durante carregamento. Falha na manutenção, conservação e certificação dos equipamentos de bordo. Negligência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Isa Yamak (Comandante), Ft Denizcilik Sanayi Ve Ticaret Anonim Sirketi (Proprietária) e Tuzla Shipyard (Advª Drª Maria Izabel Gomes Sant'Anna, Defensora Pública da União).
ACORDAM os Juizes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de equipamentos de carga, a lança de um guindaste e um pau de carga, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: precárias condições de conservação e manutenção e com certificação atestando condições satisfatórias; c) decisão: julgar os fatos da navegação, tipificados no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, que se materializaram nos incidentes em pauta, como decorrentes das condutas negligentes dos Representados, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, inciso VII; 124, §1º; e 127, todos da Lei nº 2.180/54, aplicar a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a Isa Yamak, Comandante do N/M "BLUE LADY", e a pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a FT Denizcilik Sanayi ve Ticaret A.S, proprietária deste navio, e a Tuzla Shipyard, responsável pela aprovação dos testes de carga realizados no navio. Custas processuais divididas proporcionalmente. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas a infração ao art. 24 do RLESTA, Decreto nº 2.596/98, c/c o art. 8º da LESTA (Lei nº 9.537/97) a ser atribuída a Isa Yamak, Comandante do N/M "BLUE LADY". Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.
Proc. nº 25.202/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Barco a motor não identificado. Escalpelamento, vítima não fatal. Prescrição. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpo parcial em vítima não fatal; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, tendo em vista a ocorrência de sua prescrição, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de maio de 2011.
Proc. nº 23.789/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA Embarcação "SUNSET" e balsa sem nome. Fato da Navegação. Morte de tripulante a bordo de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Represa de Furnas, Passos, Capitólio, Minas Gerais. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado:Ilha Subatividades Subaquáticas Ltda. (Locatária) (Adv. Dr. Arnaldo Soares Alves).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte de Guilherme Dutra, condutor da lancha "SUNSET", após colidir com o cabo de amarração de uma balsa não inscrita, sem nome, utilizada para trabalhos subaquáticos e amarrada na ponte sobre no rio Turvo, represa de Furnas, Passos, Capitólio, MG, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança da navegação; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência da Representada, responsabilizando empresa Ilha Sub - Atividades Subaquáticas Ltda, condenando-a à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 121, VII e § 5º, art. 124, § 1º e art. 127, § 2º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à DPC as infrações aos art. 16, inciso I, art. 17 e art. 19, inciso I, todos do RLESTA, cometidas por Geraldo Lucchesi Mourão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 24.815/2010
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "APARECIDA DO NORTE I". Fato atípico. Carga ilícita desconhecida da tripulação na bagagem de passageiro, sem exposição a risco das vidas e fazendas de bordo. Terminal portuário do Cai N`água, rio Madeira, Porto Velho, Rondônia. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente/e/ou fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: mandar arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM, pois o fato relatado não se caracteriza como um acidente ou fato da navegação dentre os capitulados nos art. 14 e art.15, da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2011.
Proc. nº 23.434/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "IMARA I". Acidente da Navegação. Encalhe de embarcação brasileira em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais. Praia de Salinas, Cidreira, Rio Grande do Sul. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe da draga "IMARA I" na praia de Salinas, Cidreira, RS, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2011.
Proc. nº 22.868/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Escuna "AMAZÔNIA I" Naufrágio Parcial de bote orgânico, com queda na água de seus seis ocupantes, proximidades do cais da Vila, Ilhabela, SP. Danos materiais, sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico.
Do acidente: não comprovado acima de qualquer dúvida. Do Fato: Imprudência do mestre da embarcação, quando decidiu realizar o transbordo dos seis passageiros para bote orgânico, em local sabidamente desabrigado, sob condições adversas de tempo e mar, sem se preocupar em fornecer a cada um deles o imprescindível colete salva-vidas, gerando pânico a bordo. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Evandro Luis Ramos (Mestre) (Adv. Dr. Ricardo Marino de Souza).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: Naufrágio parcial de bote orgânico, com queda na água de seus ocupantes, proximidades do cais da Vila, Ihabela, SP,. Danos materiais, sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante do acidente: Não comprovado acima de qualquer dúvida, e do fato; imprudência do mestre a embarcação, quando decidiu realizar o transbordo dos seis passageiros para bote orgânico, em local sabidamente desabrigado, sob condições adversas de tempo e mar, sem se preocupar. em fornecer a cada um deles o imprescindível colete salva-vidas, gerando pânico a bordo: c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria, fl, 88/92, considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, e suas conseqüências, como decorrente da conduta imprudente do representado Evandro Luiz Ramos, condenando-o a pena de repreensão, prevista no art. 121, inciso I, c/c artigos 127 e 139, Inciso IV (a), todos da mesma Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da Lei. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas quanto a infração ao art. 19, Inciso III, do RLESTA por parte do Sr. Marcos Vitorazzo. Publique-se . Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de março de 2011.
Proc. nº 22.586/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/M "ATLANTIDA I" Desaparecimento de pessoa que se encontrava nadando nas imediações de embarcação em movimento, proximidades da Ilha de Búzios, Ilhabela, SP. Não houve registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, a despeito de indícios de provável imprudência da própria vítima, por conseguinte não restando comprovada a alegada omissão de socorro por parte da embarcação "ATLANTIDA I" que teria resultado no desaparecimento da vítima. Arquivamento.
Autora : A Procuradoria.
Representado : Edgard de Oliveira (Condutor) (Adv. Dr. Rafael César dos Santos).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) Quanto à natureza e extensão do acidente: Desaparecimento de pessoa que se encontrava nadando nas imediações de embarcação em movimento, proximidades da Ilha de Búzios, Ilhabela, SP, Não houve registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. b) causa determinante: Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, à despeito de indícios de provável imprudência da própria víima, por conseguinte não restando comprovada a alegada omissão de socorro por parte da embarcação "ATLANTIDA I" cujo teria resultado no desaparecimento da vítima c) decisão: Julgar improcedente a representação da D. Procuradoria Especial da Marinha -PEM, fls 73/75, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, alínea "e", da Lei nº. 2.180/54 e suas consequências como de origem indeterminada, para exculpar os Srs. Edgar de Oliveira, com o arquivamento do processo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de março de 2011.
Proc. nº 23.518/2008
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : NT "AGAWAM"- Tentativa de homicídio a bordo de navio estrangeiro, fundeado na Barra de Paranaguá, PR. Não houve registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; Desentendimento a bordo, provocando descontrole de tripulante alcoolizado, terminando por agredir seriamente seu companheiro de trabalho, o 3º Oficial de Náutica do mercante. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Eric Mantuhac Pilapil (Taifeiro) (Adv. Dr. Eduardo Duílio Piragibe, Defensor Público da União).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: tentativa de homicídio a bordo de navio estrangeiro, fundeado n a barra de Paranaguá , PR. Não houve registros de danos ao navio ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. b) quanto à causa determinante: desentendimento a bordo, provocando descontrole de tripulante alcoolizado, terminando por agredir seriamente seu companheiro de trabalho, o 3º Oficial de Náutica do mercante; c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, fls. 95/100, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54 e suas conseqüências como decorrente da conduta dolosa do representado Eric Mantuhac Pilapil, condenando-o à pena de interdição, por 5 (cinco) anos (proibição de exercer a função de aquaviário, em águas sob jurisdição nacional), prevista no inciso III, c/c § 4º, ambos do artigo 121, da Lei nº 2.180/54, com redação alterada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei. Deve-se ainda encaminhar cópia do Acórdão ao Ministério Público, em Paranaguá, PR, conforme preconiza o artigo 21 da Lei Orgânica deste Tribunal Marítimo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de março de 2011.
Proc. nº 23.709/2008
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : R/M "COMTE PERES" e Balsa "TICUNA V". Revelia. Imperícia do comandante ao colidir com a rampa de atracação e negligência ao seguir viagem depois da colisão com águas abertas ocasionando o naufrágio. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Pedro Nogueira Gomes (Condutor) - Revel.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de balsa com rampa de atracação, causando águas abertas. Prosseguimento da viagem e posterior naufrágio com perda de mercadorias e automóvel transportados. Sem danos pessoais ou poluição; b) quanto à causa determinante: imperícia do comandante no momento da atracação e negligência ao apurar os efeitos da colisão, dando seguimento à viagem com águas abertas que ocasionou o naufrágio da balsa; c) decisão: julgar procedente a representação apresentada pela Douta Procuradoria Especial da Marinha em razão do acidente da navegação constante do art. 14, letra "a" (colisão, águas abertas e naufrágio) e do fato da navegação constante do art. 15, letra "e" (todos os fatos que ponham em risco a incolumidade e a segurança da embarcação, das pessoas e das fazendas de bordo) para condenar o representado, Sr. Pedro Nogueira Gomes à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no disposto no art. 124, I (erro da manobra), da Lei nº 2.180/54 e custas. Oficiar à DPC para que tome as necessárias providências por infração aos art. 11 e 20, inciso I do Decreto nº 2.596/98 (RLESTA) pelo Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de abril de 2011.
Proc. nº 23.429/2008
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : B/P "ALALUNGA III". Encalhe seguido de naufrágio com perda total da carga e da embarcação. Comandante exculpado. Imperícia e negligência do piloto apurados na perícia e não contestados. Pena de suspensão e multa em razão do erro da navegação do piloto. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Adilson Lourenço Alves (Vigia), Revel e Laureno Paulo Schufer (Mestre) (Adv. Dr. Ruy Fernando Carvalho da Silva).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão seguido de naufrágio com perda total da embarcação e da carga. Sem danos pessoais ou poluição marinha relevante; b) quanto à causa determinante: falta da devida atenção durante singradura em condições de tempo adversas. Negligência do piloto; c) decisão: julgar o acidente capitulado no art. 14, letra "a" (encalhe seguido de naufrágio) como decorrente da imperícia e da negligência do primeiro representado, Sr. Adilson Lourenço Alves, condenando-o à pena de suspensão por 10 dias e multa de R$ 100,00 (cem reais), com base no disposto no art. 124, I (erro da navegação), ambos da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais. Exculpar o segundo representado, Sr. Laureno Paulo Schefer da representação que lhe impunha a Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2011.
Proc. nº 24.612/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Lancha a motor sem nome, em processo de inscrição na Capitania. Naufrágio e exposição a risco. Falha na instalação do motor, não vedando furo para a passagem de cabos através do costado. Negligência. Atenuante. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Braga Motos Ltda. (Adv. Dr. Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: naufrágio de lancha, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: falta de vedação, dos furos destinados à passagem dos cabos, através do casco da lancha, e teste de pré-entrega efetuado abaixo dos limites operacionais da embarcação; c) decisão: julgar o acidente e o fato da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (naufrágio) e art. 15, letra "e" (exposição a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de negligência de Braga Motos Ltda., acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, inciso VII, 124, inciso IX e parágrafo primeiro, e 127, caput e parágrafo segundo, e, ainda, a atenuante prevista no art. 139, inciso IV, letra "a", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais). Custas processuais na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de maio de 2011.
Proc. nº 24.726/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Veleiro "MACANUDO I". Encalhe. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de veleiro, com danos materiais; b) quanto à causa determinante: fortuidade; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.095/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Casco "AL-009". Acidente de trabalho e morte de operário. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho provocando a morte de operário; b) quanto à causa determinante: não apurada com precisão; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.119/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Bote sem nome. Naufrágio e morte de ocupante. Força maior. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de bote e morte de um ocupante da embarcação; b) quanto à causa determinante: força maior; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Oficiar à DPC quanto a infração ao art. 16, do RLESTA por parte da proprietária da embarcação - Maria Suely A. Lira Lopes. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.131/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : N/M "MONICA P". Encalhe. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de N/M com danos materiais de pequena monta; b) quanto à causa determinante: fortuidade - movimentação de banco de areia alterando o calado; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.162/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Lancha "RAFAELA II". Incêndio e perda total. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio em lancha, provocando sua perda total; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de maio de 2011.
Proc. nº 25.268/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Canoa sem nome. Escalpelamento de passageira. Prescrição. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento de passageira de canoa; b) quanto à causa determinante: xxx; c) decisão: prescrição da pretensão punitiva. Arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.314/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Canoa sem nome. Naufrágio e morte de dois ocupantes. Provável imprudência das vítimas. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de bote sem denominação, provocando a morte de dois ocupantes; b) quanto à causa determinante: provável imprudência das próprias vítimas; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.

Proc. nº 25.362/2010

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : Embarcação sem nome. Escalpelamento. Prescrição. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento de passageira a bordo de embarcação; b) quanto à causa determinante: xxx; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.

Proc. nº 24.840/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : N/M "VELA". Encalhe de navio estrangeiro, no Fundeadouro de Macapá, AP, sem registro de danos materiais. Causa não apurada acima de qualquer dúvida, mas com indícios de assoreamento. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio estrangeiro no Fundeadouro de Macapá, AP, sem vítima e sem registro de danos materiais ou de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não foram apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes Autos. Oficiar à Diretoria de Hidrografia e Navegação enviando cópia do presente Acórdão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 02 de junho de 2011.

Proc. nº 25.044/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : B/M "RAINHA SOFIA". Pane mecânica seguida de deriva de embarcação nacional. Rompimento das correias do sistema de resfriamento. Causa fortuita. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: pane mecânica em embarcação nacional, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: quebra das correias da bomba centrífuga, devido ao deslocamento da polia que impedia sua regulagem; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (pane ou defeito na embarcação), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa fortuita, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 31 de maio de 2011.

Proc. nº 25.197/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : Barco a motor não identificado. Escalpelamento, vítima não fatal. Prescrição. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpo parcial em vítima não fatal; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, tendo em vista a ocorrência de sua prescrição, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 31 de maio de 2011.

Proc. nº 25.355/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : B/M "BOAS NOVAS". Escalpelamento, vítima não fatal. Prescrição. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escapo parcial em vítima não fatal; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, tendo em vista a ocorrência de sua prescrição, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 2 de junho de 2011.

Proc. nº 24.282/2009

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : Comboio formado pelo R/E "TQ-27" e as balsas "TQ-34" e "TQ-75". Colisão de balsa contra o muro guia de eclusa. Erro de manobra. Agravante e atenuantes. Condenação.

Autora : A Procuradoria.

Representado: Bernardino Cano (Comandante) (Adv. Dr. Admir Flôr).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de chata em comboio com a extremidade do muro guia da eclusa de Promissão, com danos materiais de pequena monta, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: ângulo de aproximação em desacordo com o previsto nas Normas de Tráfego da Hidrovia Tietê-Paraná e seus canais; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de erro de manobra do representado, Bernardino Cano, Piloto Fluvial, Comandante do comboio, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, a agravante e as atenuantes, com fulcro nos artigos 121, 124, inciso I, 127, 135, inciso I, 136 e 139, incisos II e IV, letras "a" e "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais). Custas processuais na forma da Lei. O Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos votou com o Exmo. Sr. Juiz Relator, quanto ao mérito, mas acrescentou a pena de suspensão por 30 dias à pena de multa, no que foi vencido. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de maio de 2011.

Proc. nº 24.821/2010

Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA : N/M "AFRICA REEFER". Acidente da Navegação. Encalhe de navio estrangeiro em águas interiores, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais. Paranaguá, Paraná. Materialidade do acidente não comprovada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: possível encalhe do N/M "AFRICA REEFER" durante a desatracação do terminal da Ponta do Felix, porto de Paranaguá, PR, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: mandar arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM, pois a materialidade do suposto acidente da navegação não foi comprovada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2011.

Proc. nº 25.438/2010

Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA : B/P "PRIMAVERA VI". Fato da Navegação. Morte de tripulante brasileiro a bordo de embarcação brasileira em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Litoral sul, Rio Grande, Rio Grande do Sul. Caso fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito do tripulante Rubens José Braz a bordo da embarcação "PRIMAVERA VI" quando realizava atividade de pesca no litoral sul, Rio Grande, RS, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: enfarto agudo do miocárdio da vítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº. 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de maio de 2011.

Proc. nº 22.727/2007

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : Lancha de esporte e recreio "ARETHISA II". Naufrágio decorrente da negligência do condutor e proprietário. Revelia. Condenação.

Autora : A Procuradoria.

Representado: André Rubim Podolsky (Proprietário) - Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de lancha de esporte e recreio com danos ao equipamento da lancha e ao motor. Sem danos pessoais ou notícia de poluição marinha; b) quanto à causa determinante: negligência do proprietário, representado, por não ter fechado corretamente os bujões de rabeta e de fundo da lancha, levando a seu naufrágio; c) decisão: julgar procedente a representação apresentada pela Douta Procuradoria Especial da Marinha em razão do acidente da navegação constante do art. 14, letra "a" (naufrágio) para condenar o representado, Sr. André Rubim Podolsky, à pena de repreensão e multa de R$ 100,00 (cem reais), com base no disposto no art. 121, incisos I e VII, cumulado com o art. 124, IX, todos da Lei nº 2.180/54 e custas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 07 de abril de 2011.

Proc. nº 23.224/2007

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : Barcaça "SILO 18". Adernamento e naufrágio parcial de embarcação de bandeira paraguaia, no terminal Sobramil, rio Paraguai, sem perda da carga, danos a pessoas ou poluição ao ambiente hídrico. Negligência na manutenção da embarcação e descumprimento doloso das normas do Acordo da Hidrovia Paraná-Paraguai. Condenação.

Autora : A Procuradoria.

Representados: Fluviomar Paraguay S/A e Serviços de Navegação da Bacia do Prata S/A (Advª Drª Carla Priscila Campos Dobes do Amaral).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: adernamento e naufrágio parcial de barcaça, sem perda da carga, danos a pessoas ou poluição; b) quanto à causa determinante: negligência das Representadas na manutenção da embarcação e descumprimento doloso das normas do Acordo da Hidrovia Paraná-Paraguai, com a colocação em tráfego de embarcação para transporte de minério abaixo das especificações, por entenderem que os valores das reduções máximas das espessuras contidas no Acordo da HPP são meras referências; c) decisão: condenar as representadas, Fluviomar Paraguay S.A. e Serviços de Navegação da Bacia do Prata S/A, respectivamente proprietária e operadora da barcaça "SILO 18", à pena de multa, que arbitro em R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada uma, com fulcro no art. 124, inc. V, combinado com art. 127, § 2º, ambos da Lei nº 2.180/54 e custas, rateadas em igual proporção; d) Medidas Preventivas e de Segurança: Oficiar a DPC recomendando a aplicação do art. 5º da LESTA para retirar de tráfego a barcaça "SILO 18" até que sejam cumpridas as normas do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná. Oficiar também o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, encaminhando cópia integral deste processo para que tomem as medidas cabíveis às Representadas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 31 de março de 2011.

Proc. nº 24.928/2010

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : Embarcação miúda sem nome. Acidente da Navegação. Queda de duas pessoas na água, ocasionando óbito do condutor e proprietário em razão de defeito na embarcação. Arquivamento por extinta a punibilidade.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do acidente da navegação: defeito no manete de aceleração que causou a queda do condutor e do passageiro de bordo com resultado óbito do condutor; b) quanto à causa determinante: negligência do condutor e proprietário, vítima fatal do acidente, por não dar a devida manutenção na embarcação; c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da negligência do condutor, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM, tendo em vista a extinção da punibilidade pelo falecimento do responsável. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 22 de fevereiro de 2011.

Proc. nº 25.051/2010

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : B/P "DEUS ME PROTEJE". Desaparecimento de Embarcação. Falha de máquinas que a deixou a deriva em zona de difícil comunicação. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do acidente da navegação: embarcação com motor avariado que a deixou a deriva, declarada desaparecida, ocasionando abertura de incidente SAR; b) quanto à causa determinante: indeterminada; c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não esclarecida pela perícia, mandando arquivar os autos. Determinar seja oficiada a DPC para que tome as necessárias providências em face do Sr. Francisco Ferreira de Souza, em razão do descumprimento dos artigos 11 e 19, inc. I, do Dec. nº 2.596/98 (RLESTA) e dos §§ 1° e 2° do art. 14 e do art. 15 da Lei nº 8.374/91 (Seguro DPEM). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, 26 de abril de 2011.

Proc. nº 25.127/2010

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : N/M "CASTILLO DE CATOIRA". Acidente com tripulante a bordo enquanto se encontrava fundeado ao largo do porto de Tubarão, Vitória, ES. Caso fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho a bordo de embarcação estrangeira, fundeada ao largo de porto nacional aguardando atracação, com danos pessoais a tripulante, sem danos materiais ou poluição; b) quanto à causa determinante: balanço do mar que levou uma peça de duas toneladas a imprensar levemente a perna de um tripulante; c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2011.

Proc. nº 25.209/2010

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : Embarcação de pesca de pequeno porte. Emborcamento com morte de seu proprietário. Extinção da punibilidade. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do fato da navegação: emborcamento de bote com o óbito de seu proprietário; b) quanto à causa determinante: baixa visibilidade aliada à forte correnteza do rio, somada ainda à falta de experiência dos ocupantes do bote e à falta de uso do colete salva-vidas; c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência da própria vítima fatal, mandando arquivar o processo, conforme promoção da PEM, devido à extinção da punibilidade. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de abril de 2011.

Proc. nº 25.217/2010

Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA : Lancha a motor de pequeno porte sem nome. Morte de seu condutor provavelmente por mal súbito. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA e ao Seguro DPEM. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do acidente da navegação: colisão de embarcação com vegetação ribeirinha, com pequenos danos materiais. Morte de seu condutor provavelmente por um mal súbito; b) quanto à causa determinante: não apontada; c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar o processo, conforme promoção da PEM. Oficiar a DPC para que tome as providências aplicáveis em razão do descumprimento aos artigos 16, inciso I; 17, incisos III e IV; 19, inciso I; 15, inciso II, todos do RLESTA e ao art. 15 da Lei nº 8.734/91, por parte da proprietária da lancha, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, AM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 22.066/2006 - Embargos de Declaração
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : BM "ALMIRANTE MOREIRA VII": conhecer do recurso de embargos de declaração, fls. 224/227, posto que tempestivo e está conforme, para lhe negar provimento, mantendo-se o inteiro teor do Acórdão embargado, constantes as fls. 210/218 dos autos, com ementa publicada no D.J. nº 204 de 25 de outubro de 2010, em todos os seus termos.
Embargante: Ivaldo do Nascimento (Prático inabilitado) (Adv. Dr. André Souza Lopes, Defensor Público da União).
Embargada: Decisão do Tribunal Marítimo de 14 de junho de 2010.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: xxxx; b) quanto à causa determinante: xxxx; c) decisão: Conhecer do Recurso de Embargos de Declaração, fls. 224/227, posto que tempestivo e está conforme, para lhe negar provimento, mantendo-se o inteiro teor do Acórdão embargado, constante as fls. 210/218 dos autos, com ementa publicada no D.J. nº 204, de 25 de outubro de 2010, em todos os seus termos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de abril de 2011.
Proc. nº 23.481/2008
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : M/V "VOGE PROSPERITY". Ruptura de cabos de amarração, de navio atracado. Terminal da TERMASA, Porto do Rio Grande, RS. Danos materiais de pequena monta. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Inobservância às exigências da boa técnica marinheira, por parte do comandante do navio, materializada no emprego de amarração tipo singela, imprópria e inapta para sustentar a atracação de navio a cais de Terminal, com características peculiares (forte correnteza e ventos), a despeito de alertado pelos seus Agentes. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Tehin Oo Myint (Comandante) (Adv. Dr. Eduardo Duílio Piragibe, Defensor Público da União).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ruptura de cabos de amarração, de navio atracado. Terminal da TERMASA, Porto do Rio Grande, RS. Danos materiais de pequena monta. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto a causa determinante: inobservância às exigências da boa técnica marinheira, por parte do comandante do navio, materializada no emprego da amarração, tipo singela, imprópria e inapta para sustentar a atracação de navio a cais de terminal, com características peculiares (forte correnteza e ventos), a despeito de alertado pelos seus Agentes; c) decisão: julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria (fls. 145/148) e considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta negligente e imprudente de Tehin Oo Myint, na condição de Comandante, condenando-o à pena de R$ 600,00 (seiscentos reais), prevista no artigo 121 Inciso VII, c/c artigos 127 e 139, inciso II, todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de março de 2011.
Proc. nº 25.260/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Canoa "LUCIANA IV". Morte de ocupante atingido por raio. Caso de força maior. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte de ocupante de canoa atingido por raio; b) quanto à causa determinante: força maior; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de maio de 2011.
Proc. nº 25.269/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Embarcação sem nome, tipo catraia. Escalpelamento, vítima não fatal. Prescrição. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpo parcial em vítima não fatal; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, tendo em vista a ocorrência de sua prescrição, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 2 de junho de 2011.
Proc. nº 24.231/2009
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : Escuna "MAR A DENTRO". Exposição de passageiro a risco. Não atendimento do condutor à determinação do médico no sentido de levar o passageiro para a embarcação de socorro. Prejuízo apenas ao pronto atendimento. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Genilson de Brito Oliveira (Mestre) (Advª Drª Juliana Duarte Régent Martins).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: exposição a risco de passageiro que havia desmaiado a bordo, ao não tê-lo levado até a embarcação de socorro conforme instruído pelo médico responsável, com prejuízo apenas ao rápido atendimento do passageiro, posto que não houve maiores consequências; b) quanto à causa determinante: decisão deliberada do Representado de não proceder conforme instruído pelos médicos e atender ao pedido do passageiro que se recuperara, seguindo com a viagem; c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e", condenando o Representado à pena de repreensão, com fulcro no 121, inc. I, ambos da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de abril de 2011.
Proc. nº 25.210/2010
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : N/M "DIMITROVSKY KOMSOMOL". Acidente de trabalho com ferimento grave em tripulante. Causa atribuída à fortuna do mar. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho ocorrido em navio estrangeiro em águas nacionais com perda de parte de três dedos da mão da vítima; b) quanto à causa determinante: desequilíbrio da vítima devido ao balanço do mar; c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, determinando o arquivamento do processo em atendimento à promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.
Proc. nº 25.403/2010
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : Veleiro "BORN FREE". Arribada Justificada ocasionada por caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; c) decisão: julgar a arribada forçada como plenamente justificável, não configurando o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, mandando arquivar o processo, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 2 de junho de 2011.
Proc. nº 25.527/2010
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : Rb "NORTHERN PRINCESS". Desaparecimento de tripulante em aparente suicídio. Causa do fato atribuída a distúrbio de ordem psicológica - depressão - do tripulante. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do fato da navegação: tripulante que caiu no mar vindo a falecer por afogamento; b) quanto à causa determinante: provável atitude da própria vítima, em razão de surto psicótico; c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável atitude da vítima, mandando arquivar o processo, conforme promoção da PEM, em razão da extinção da punibilidade com a morte desta. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 2 de junho de 2011.
Proc. nº 24.798/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "TAGUS". Rompimento de espia de mercante durante manobra de desatracação, Porto Novo, Rio Grande, RS. Sem provocar danos ao navio e/ou aos rebocadores que auxiliavam na manobra. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Condições ambientais adversas (forte correnteza de vazante e forte vento), provocando o contato do mastro de um dos rebocadores com a espia que prendia a popa do navio ao cais, ocasionando o rompimento desta. Caso Fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: Rompimento de espia de mercante durante manobra de desatracação, Porto Novo, Rio grande, RS. Sem provocar danos ao navio e/ou aos rebocadores que auxiliavam na manobra. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: condições ambientais adversas (forte correnteza de vazante e forte vento), provocando o contato do mastro de um dos rebocadores com a espia que prendia a popa do navio ao cais, ocasionando o rompimento desta. Caso Fortuito; e c) decisão: arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 164 a 168) considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54, como mais um daqueles eventos de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.
Proc. nº 24.823/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : L/M "ESTIMADA". Naufrágio parcial (emborcamento) de embarcação, com posterior resgate, jogando seus ocupantes na água, durante navegação nas proximidades da praia do Cascalho, município de Penha, SC. Não houve vítimas ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Ação inesperada e irresistível de fortes ondas, decorrente da mudança brusca de tempo. (fortuna do mar). Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente/fato da navegação: naufrágio de embarcação, com posterior resgate, jogando seus ocupantes na água, durante navegação nas proximidades da praia do Cascalho, município de Penha, SC. Não houve vítimas ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: ação inesperada e irresistível de fortes ondas, decorrente da mudança brusca de tempo. Fortuna do mar; e c) decisão: determinamos o arquivamento dos Autos considerando o acidente da navegação previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, de natureza fortuita, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 45/47. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.
Proc. nº 24.855/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/M "ABARÉ" - Queda seguida de desaparecimento nas águas de passageiro/pescador de bordo de embarcação pesqueira fundeada, nas proximidades da Ilha de Búzios, Ilhabela, SP, até o encerramento do IAFN não havia sido localizado. Sem registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda seguida de desaparecimento nas águas de passageiro/pescador de bordo de embarcação pesqueira fundeada nas proximidades da Ilha de Búzios, Ilhabela , São Paulo, e até o encerramento do encerramento do IAFN não havia sido localizado. Sem registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida; e c) decisão: determinamos o arquivamento dos Autos considerando o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e" da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela D. Procuradoria da Marinha em sua promoção de fls. 84 a 86 dos Autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2011.
Proc. nº 25.272/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Embarcação sem nome e não inscrita. Escalpelamento sofrido por passageira a bordo de embarcação (sem nome e não inscrita), durante navegação entre o rio Pracutuba e a ilha Caviana Grande, PA. Causa não apurada, face o lapso temporal de quinze anos, prejudicando a apuração dos fatos. Prescrição (Lei nº 9.873/99). Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento sofrido por passageira a bordo de embarcação (sem nome e não inscrita), durante navegação entre o rio Pracutuba e a Ilha Caviana Grande - PA.; b) quanto à causa determinante; não apurada, face o lapso temporal de quinze anos, prejudicando a apuração dos fatos. Prescrição (Lei nº 9.873/99); e c) decisão: arquivar os autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha (fl. 56) considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 31 maio de 2011.
Proc. nº 23.687/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : B/P "RIO DE JANEIRO". Fato da Navegação. Acidente hiperbárico com o óbito de pescador não habilitado a bordo de embarcação nacional em atividade de mergulho ilícita em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Uca do Mioto, praia de Caiçara do Norte, Rio Grande do Norte. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Pedro Sabino da Silva (Proprietário), Cledson José Martins Ribeiro (Condutor) e Jacleijane Paulino Soares (Proeiro) (Adv. Dr. Frederico Carlos Ferreira Machado).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão dos fatos da navegação: exposição a risco das vidas e fazendas de bordo e emprego ilícito do B/P "RIO DE JANEIRO", materializado no acidente de mergulho com o óbito de Oliveiros Ricardo do Nascimento, não habilitado, durante a prática de pesca submarina de lagosta com o emprego ilícito de compressor, na Uca do Mioto, praia de Caiçara do Norte, RN, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de medidas de segurança para a faina de mergulho, aliada à falta de habilitação do mergulhador e emprego de meio ilícito; e c) decisão: julgar os fatos da navegação capitulados no art. 15, alíneas "e" e "f", da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência do 1º e 2º Representados e dolo dos três Representados, responsabilizando Pedro Sabino da Silva, na qualidade de proprietário da embarcação, condenando-o à pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 121, VII e § 5º, art. 124, §1º e art. 127; Cledson José Martins Ribeiro, na qualidade de Mestre, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com fundamento no art. 121, VII e § 5º; e Jacleijane Paulino Soares, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, I, todos da mesma lei. Sem custas em razão da hipossuficiência econômica dos Representados, conforme requerida. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de maio de 2011.

Tribunal Marítimo, em 28 de julho de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 25724/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO DOS MACACOS / BREVES-PA
Data do Acidente: 29/12/1994
Hora:
Data Distribuição: 30/03/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25883/2011
Acidente / Fato:
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PUMA / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: BOTE/BALEEIRA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: LAGOA DO CASAMENTO / PALMARES DO SUL-RS
Data do Acidente: 17/05/2010
Hora: 00:30
Data Distribuição: 10/05/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25896/2011
Acidente / Fato:
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: TUNAS VI / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / GUARAPARI - ES
Data do Acidente: 12/10/2010
Hora: 15:55
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES

N° do Processo: 25945/2011
Acidente / Fato:
ASSALTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CASTILLO DE SOUTOMAIOR / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: NAVIO DE GUERRA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DE MOSQUEIROS / FUNDEADOURO DE MOSQUIEIROS-PA
Data do Acidente: 14/04/2009
Hora: 23:45
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25953/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO JUPARIQUARA / ABAETETUBA - PA
Data do Acidente: 02/04/2007
Hora: 13:00
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25781/2011
Acidente / Fato:
COLISÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PRINCESA LAURA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR
E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO NEGRO / SANTA ISABEL DO RIO NEGRO-AM
Data do Acidente: 29/08/2010
Hora: 20:00
Data Distribuição: 11/04/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25799/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CASTILLO DE MACEDA / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: NAVIO-TANQUE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: TERMINAL DA BRASKEM / MACEIÓ - AL
Data do Acidente: 21/12/2010
Hora: 04:10
Data Distribuição: 18/04/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25956/2011
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PAVULAGEM / EMBARCAÇÃO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ILHA MARACÁ / NAS PROXIMIDADES DE PONTA PELADA - AP
Data do Acidente: 05/06/2009
Hora: 22:00
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25988/2011
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PRINCESA DE ALMERIM / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BALSA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: CAIS DA CIDADE DE ALMERIM / ALMERIM-PA
Data do Acidente: 22/08/2010
Hora: 20:00
Data Distribuição: 07/06/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25788/2011
Acidente / Fato:
AVARIA DE CARGA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MAERSK VENTURA / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: REBOCADOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DO GOYTACAZES - RJ
Data do Acidente: 22/06/2010
Hora: 10:25
Data Distribuição: 18/04/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25829/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO CAMPIM / SÃO DOMINGOS DO CAMPIM - PA
Data do Acidente: 13/01/1982
Hora:
Data Distribuição: 03/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25908/2011
Acidente / Fato:
AVARIA DE MÁQUINAS
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: JEAN FILHO XXXII / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: REBOCADOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / PRAINHA - PA
Data do Acidente: 06/11/2010
Hora:
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25940/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO PARNAÚBA / PRÓXIMO DA CIDADE DE BAGRE - PA
Data do Acidente: 26/07/1999
Hora: 11:30
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES

N° do Processo: 25878/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SALMO XXIII / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: EM VIAGEM DA VILA SANTA JULIA PARA O RIO ANDIROBA / AFUÁ - PA
Data do Acidente: 20/04/2007
Hora:
Data Distribuição: 10/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES

N° do Processo: 25895/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BALTIA / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BARRA DO PORTO DE TUBARÃO / TUBARÃO - ES
Data do Acidente: 01/05/2010
Hora: 17:00
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25905/2011
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ALICE I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO GUAMÁ / PROXIMIDADES DO PORTO MUNDURUCUS - BELÉM-PA
Data do Acidente: 26/04/2009
Hora: 06:30
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25943/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: JAQUELINE / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: EM VIAGEM DO ESTADO DO PARÁ / DA CIDADE DE PORTEL - PA X SANTA MARIA -PA
Data do Acidente: 20/10/1993
Hora: 13:40
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES

N° do Processo: 25947/2011
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: YAMASKA / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Local do Acidente: PORTO DE VILA DO CONDE / BELÉM-PA
Data do Acidente: 01/06/2009
Hora:
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25767/2011
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BRISA MAR I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO ITIBERÊ / TRAPICHE DA ABALINE - PARANAGUÁ - PR
Data do Acidente: 26/07/2010
Hora: 18:00
Data Distribuição: 11/04/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25832/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: TRÊS IRMÃOS / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO CURUARI / SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA
Data do Acidente: 07/02/2009
Hora:
Data Distribuição: 03/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25870/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PRINCESA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO ITACURUÇÁ / ABAETETUBA - PA
Data do Acidente: 28/02/2003
Hora: 22:00
Data Distribuição: 10/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25876/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO BRAZ / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCAÇA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: TRAVESSIA DE RIO MARIAÍ / NO TRAJETO DE BREVES PARA GURUPÁ - PA
Data do Acidente: 03/10/2003
Hora: 23:40
Data Distribuição: 10/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: GILMA GOULART DE BARROS

N° do Processo: 25909/2011
Acidente / Fato:
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CONFIANÇA XI / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: EMPURRADOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PORTO DA EMPRESA PONTAL / ORLA FLUVIAL DE BELÉM - PA
Data do Acidente: 01/09/2008
Hora: 07:30
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25928/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEACOR COLUMBUS / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: REBOCADOR
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL ALFANDEGADO DE IMBETIBA / MACAÉ-RJ
Data do Acidente: 28/05/2010
Hora: 12:30
Data Distribuição: 30/05/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25860/2011
Acidente / Fato:
AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: FLUMAR ARATU / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: QUÍMICO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BAIA DE TODOS OS SANTOS / CANAL DE COTEGIPE - BA
Data do Acidente: 16/05/2010
Hora: 16:40
Data Distribuição: 10/05/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25981/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO - ESCALPELAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: EM VIAGEM DO RIO ATATÁ PARA O RIO ABACATAL / ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MUANÁ - PA
Data do Acidente: 06/05/1995
Hora:
Data Distribuição: 07/06/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 29 de Julho de 2011.
ANGELA CARNEVALE
Chefe da Seção de Processamento de Feitos

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 2.108, DE 28 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 29 do Anexo I do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve

Art. 1º Prorrogar, até os dias 5 e 15 de agosto de 2011, respectivamente, os prazos para envio dos documentos, constantes do subitem 5.1, e para publicação dos resultados da seleção das IES, conforme subitem 7.4, do Regulamento anexo à Portaria nº 1.565/SE-PESD-MD, de 13 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 114, de 15 de junho de 2011, Seção 1, páginas 27 e 28.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO SABOYA DE ARAUJO JORGE

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 1.307, DE 28 DE JULHO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 113, de 22 de janeiro de 2008, do Ministro do Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; o Decreto Presidencial nº 4.175, de 27 de março de 2002, o Decreto Presidencial nº 6.944 de 21 de agosto de 2009 e a Portaria nº 450, de 06 de novembro de 2002, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; e os termos do Edital de inscrição de concurso nº 51/2010 de 25/05/2010, publicado no DOU de 27/05/2010 e do Edital de homologação nº 94/2010 de 02/09/2010, publicado no DOU de 03/09/2010, resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade do Concurso Público para provimento dos cargos de Professor Assistente e Professor Adjunto da Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

MARIA BEATRIZ LUCE
Reitora pro tempore

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.539, DE 20 DE JULHO DE 2011

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo nº23113.008160/11-33, resolve:

Art. 1º - Retificar os termos constantes no artigo 1º da portaria nº 1523/2011, de 18/07/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Rescindir, a partir de 21 de junho de 2011, o contrato nº 774.045/2007-UFS celebrado entre a UFS e a empresa RAUL CÉSAR LINHARES DE SÁ, CNPJ nº 32.816.597/0001-33", ficando ratificado os demais termos.

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI
em exercício

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA FINANCEIRA

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024340/2011-03.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica							
	1448.0E53.0184	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Bocaina - No Estado do Piaui	F	4	2	40	0	100	123.000
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica							
	1448.0E53.0172	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Domingos Mourão - No Estado do Piaui	F	4	2	40	0	100	123.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACRÉSCIMO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0174	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Inhuma - No Estado do Piaui	F	4	2	40	0	100	123.000	
ACRÉSCIMO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0186	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Ipiranga do Piauí - No Estado do Piaui	F	4	2	40	0	100	123.000	
REDUÇÃO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0184	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Bocaina - No Estado do Piaui	F	4	2	90	0	100	123.000	
REDUÇÃO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0172	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Domigos Mourão - No Estado do Piaui	F	4	2	90	0	100	123.000	
REDUÇÃO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0174	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Inhuma - No Estado do Piaui	F	4	2	90	0	100	123.000	
REDUÇÃO										
12.847	1448.OE53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica								
	1448.0E53.0186	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - Ipiranga do Piauí - No Estado do Piaui	F	4	2	90	0	100	123.000	

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024355/2011-63.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.09CW	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.09CW.0710	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica-João Pessoa - No Estado da Paraíba	F	4	2	40	0	112	1.100.000
REDUÇÃO									
12.847	1448.09CW	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.09CW.0710	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica-João Pessoa - No Estado da Paraíba	F	4	2	99	0	112	1.100.000

PORTARIA Nº 3, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024943/2011-05.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.367	1374.6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial							
	1374.6310.0041	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial - No Estado do Paraná	F	4	2	50	0	112	2.000.000,00
REDUÇÃO									
12.367	1374.6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial							
	1374.6310.0041	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial - No Estado do Paraná	F	4	2	30	0	112	2.000.000,00

PORTARIA Nº 4, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024871/2011-98.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							
	1448.0509.0015	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Pará	F	4	2	30	0	112	843.000,00
			F	4	2	40	0	112	3.077.000,00
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.09CW	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.09CW.0015	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - No Estado do Pará	F	3	2	30	0	112	1.405.000,00
			F	3	2	40	0	112	4.475.000,00
REDUÇÃO									
12.847	1448.0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							
	1448.0509.0015	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Pará	F	4	2	99	0	112	3.920.000,00
REDUÇÃO									
12.847	1448.09CW	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.09CW.0015	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - No Estado do Pará	F	3	2	99	0	112	5.880.000,00

PORTARIA Nº 5, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024249/2011-80.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	40	0	100	250.000
REDUÇÃO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais.	F	4	2	99	0	100	250.000

PORTARIA Nº 6, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024360/2011-76.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0509	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.0509.0025	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica- No Estado da Paraíba	F	4	2	40	0	100	100.000
REDUÇÃO									
12.847	1448.0509	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica							
	1448.0509.0025	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica- No Estado da Paraíba	F	4	2	99	0	100	100.000

PORTARIA Nº 7, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024120/2011-71.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	40	0	100	390.000
REDUÇÃO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais.	F	4	2	50	0	100	390.000

PORTARIA Nº 8, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024695/2011-94.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	40	0	112	1.300.000
REDUÇÃO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0031	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	99	0	112	1.300.000

PORTARIA Nº 9, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.006473/2011-90.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.367	1374.6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial							
	1374.6310.0054	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	4	2	50	0	100	300.000
REDUÇÃO									
12.367	1374.6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial							
	1374.6310.0054	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	4	2	90	0	100	300.000

PORTARIA Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.024942/2011-52.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CORREA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0035	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de São Paulo	F	4	2	40	0	112	1.000.000,00
REDUÇÃO									
12.847	1448.0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							
	1448.0E53.0035	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de São Paulo	F	4	2	99	0	112	1.000.000,00

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 622, DE 28 DE JULHO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve homologar e tornar público o resultado dos processos seletivos simplificados para contratação de Professor Substituto/Temporário, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 019/2011 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário

1.1 - INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
1.1.1 - Seleção 17 - Depto. de Psicologia - Processo nº 23071.006165/2011-18

Classificação	Nome	Nota
1º	Iracema Abranches	83,94
2º	Antonio Carlos Rabelo Dalbone Júnior	79,66
3º	Pricila Cristina Correa Ribeiro	76,66

2 - Edital nº. 020/2011 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário
2.1 - FACULDADE DE ECONOMIA
2.1.1 - Seleção 18 - Depto. de Economia - Processo nº 23071.008099/2011-11

Classificação	Nome	Nota
1º	Henrique Brigatte	76,6

2.2 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA
2.2.1 - Seleção 21 - Depto. de Odontologia Restauradora - Processo nº 23071.007593/2011-68

Classificação	Nome	Nota
1º	Bruno Salles Sotto Maior	8,66

2.2.2 - Seleção 22 - Depto. de Odontologia Restauradora - Processo nº 23071.007596/2011-00

Classificação	Nome	Nota
1º	Milene de Oliveira	9,91
2º	Vitória Celeste Fernandes Teixeira	8,38
3º	Bhenya Ottoni Tostes	7,5

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 738, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Diretora, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.021686/2011-96 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Psicologia - PSI/CFH, instituído pelo Edital nº 093/DDPP/2011, de 22 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 120, Seção 3, de 24/06/2011, retificado pelo Aviso de Retificação de 27/06/2011, publicado no DOU nº 122, Seção 3, de 28/06/2011.

Campo de Conhecimento: Psicologia Geral
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Ana Luiza Gonçalves da Silva	9,60
2º	Alex Simon Lodetti	9,43
3º	Alice Casanova dos Reis	9,18
4º	Néli Tellis D'Ajello	8,89
5º	Monica da Silva Justino	8,35
6º	Vanessa Silva Cardoso	8,25
7º	Fernando Altair Pocahy	8,20
8º	Luciane de Medeiros dos Santos	7,82

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 739, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Diretora, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.021139/2011-19 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCS, instituído pelo Edital nº 092/DDPP/2011, de 16 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 116, Seção 3, de 17/06/2011.

Campo de Conhecimento: Linguagem.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Maísa Tatiana Casarin	8,02

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 740, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Diretora, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.022110/2011-46 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Odontologia - ODT/CCS, instituído pelo Edital nº 093/DDPP/2011, de 22 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 120, Seção 3, de 24/06/2011, retificado pelo Aviso de Retificação de 27/06/2011, publicado no DOU nº 122, Seção 3, de 28/06/2011.

Campo de Conhecimento: Endodontia.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luciane Geanini Pena dos Santos	9,00
2º	Maybell Tedesco	8,98
3º	Josiane de Almeida	8,25
4º	Gabriela Santos Felippe	8,24

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 741, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Diretora, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.022495/2011-41 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ecologia e Zoologia - ECZ/CCB, instituído pelo Edital nº 094/DDPP/2011, de 1º de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 126, Seção 3, de 04/07/2011.

Campo de Conhecimento: Ecologia e Oceanografia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fernando de Pol Mayer	9,60
2º	Vanessa Mafra Pio	8,01
3º	José Maria de Souza da Conceição	7,99
4º	Jonatas Alves	7,85
5º	Graciela Bernardi Horn	7,12

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 369, DE 28 DE JULHO DE 2011

Institui o Comitê Estratégico de Gestão do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico de Gestão (CEG) do Ministério da Fazenda.

CAPITULO I

DA COMPETÊNCIA, FINALIDADE E DIRETRIZES

Art. 2º O Comitê Estratégico de Gestão - CEG, órgão colegiado do Ministério da Fazenda - MF, tem por competência e finalidade:

I - definir e institucionalizar o processo de planejamento estratégico do MF;

II - definir os direcionadores estratégicos do MF;

III - garantir o alinhamento e a convergência do planejamento estratégico das diversas áreas do MF com a estratégia ministerial;

IV - garantir, no que couber, a integração do planejamento estratégico das diversas áreas do MF;

V - garantir, no contexto do MF, o alinhamento das ações relacionadas à gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, gestão de processos, gestão de projetos, e gestão de pessoas com a estratégia ministerial;

VI - monitorar a implementação e revisar periodicamente a estratégia ministerial;

VII - definir e institucionalizar mecanismos de comunicação da estratégia ministerial ao corpo funcional;

VIII - avaliar os resultados das ações realizadas na implementação da estratégia ministerial;

IX - zelar para que os níveis de maturidade de gestão das áreas integrantes do MF sejam adequados ao cumprimento da sua função institucional e da estratégia ministerial;

X - empreender ações no sentido de buscar os meios e os recursos suficientes e necessários para execução e sustentação dos projetos relacionados à estratégia ministerial;

XI - instituir e extinguir, a seu critério, Órgãos de Assessoramento, Comitês ou Grupos de Trabalho (permanentes ou temporários) a ele vinculados para discussão de temas específicos;

XII - estabelecer, no contexto do MF, políticas relativas à gestão de TIC, gestão de processos, gestão de projetos e gestão de pessoas;

XIII - solicitar aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MF ou mesmo a quaisquer outras organizações públicas ou privadas quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos; e

XIV - reavaliar e modificar seu Regimento Interno, quando necessário.

Art. 3º O CEG obedecerá às seguintes diretrizes:

I - buscar a coordenação de ações de gestão entre as áreas do MF;

II - compatibilizar, no contexto do MF, as visões políticas e técnicas a respeito de prioridades relativas à gestão corporativa;

III - priorizar, no contexto do MF, o investimento de recursos naquilo que for considerado estratégico;

IV - buscar a eficiência e eficácia organizacional; e

V - disseminar melhores práticas de gestão.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Comitê Estratégico de Gestão será composto pelo(a) titular de cada um dos seguintes órgãos da estrutura do Ministério da Fazenda:

I - Gabinete do Ministro;

II - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

III - Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

IV - Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE;

V - Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN;

VI - Secretaria de Política Econômica - SPE;

VII - Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e

VIII - Secretaria-Executiva - SE.

Parágrafo único. Ficará a critério de cada área a indicação formal do suplente do seu representante no CEG.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O CEG será presidido pelo(a) titular da Secretaria-Executiva do MF, a quem competirá decidir, ad referendum, sobre questões omissas e urgentes.

Art. 6º A Secretaria Executiva do Comitê será exercida pelo(a) titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva.

Art. 7º Em seus impedimentos ou ausências, os membros titulares serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

Art. 8º A juízo do(a) Presidente do CEG, ou por deliberação dos seus membros, poderão ser convidados profissionais do próprio Ministério da Fazenda ou de outras organizações públicas ou privadas para participar de reuniões ou mesmo do desenvolvimento dos trabalhos do Comitê.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º São atribuições do(a) Presidente do CEG:

I - coordenar os trabalhos e as reuniões do Comitê;

II - convocar reuniões ordinárias ou extraordinárias;

III - conduzir as votações, presenciais ou virtuais, bem como declarar o seu resultado; e

IV - representar o Comitê perante outros órgãos.

Art. 10. São atribuições do (a) Secretário(a) Executivo (a) do CEG:

I - elaborar pautas de reunião; e

II - registrar e divulgar as deliberações do Comitê.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. Serão organizadas reuniões ordinárias do Comitê, periodicamente, em data e horário previamente estabelecidos.

Art. 12. Serão realizadas reuniões extraordinárias por iniciativa do Presidente ou por provocação de qualquer dos seus membros com aprovação do (a) Presidente.

Art. 13. Havendo empate em qualquer votação o (a) Presidente emitirá o voto de qualidade.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Em caso de ausência do Presidente, este será substituído pelo(a) Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda.

Art. 15. Casos omissos e dúvidas surgidas na aplicação da presente Portaria serão dirimidos no âmbito do CEG.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Portaria MF nº 184, de 25 de julho de 2007.

GUIDO MANTEGA

PORTARIA Nº 370, DE 29 DE JULHO DE 2011

Prorroga o prazo para recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente sobre as operações com derivativos.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, resolve:

Art. 1º O recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente sobre as operações com derivativos a que se refere o art. 32-B do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, relativo aos fatos geradores ocorridos no período de 27 de julho a 30 de setembro de 2011, será efetuado no dia 5 de outubro de 2011.

Parágrafo único. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 2011, os recolhimentos do imposto a que se refere o caput serão efetuados até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de sua cobrança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 28 de julho de 2011

Processo nº: 17944.000131/2011-09
Interessado: Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada a financiar, parcialmente, "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007 e alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 10, de 15 de julho de 2011, publicada no D.O.U. do dia 18 de julho de 2011, também daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado do Rio de Janeiro, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, notadamente a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado, bem como as formalidades de praxe.

Publique-se. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

Processo nº. 17944.000797/2010-78
Interessado: Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada a financiar, parcialmente, "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional - Rio de Janeiro".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007 e alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 9, de 15 de julho de 2011, publicada no D.O.U. do dia 18 de julho de 2011, também daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado do Rio de Janeiro, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, notadamente a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado, bem como as formalidades de praxe.

Publique-se. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

GUIDO MANTEGA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho 137/11, de 28 de julho de 2011, publicado no DOU de 29 de julho de 2011, Seção 1, páginas 52, onde se lê: "... POL298011 ...", leia-se: "... POL2982011 ...".

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 141ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2010

Pauta publicada no DOU de 29-11-2010, Seção 1, pág. 24.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 24º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária-Executiva a Sra. Theresa Christina Cunha Martins. Presentes os Srs. Representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. Maria Eli Trachtenberg e Agostinho do Nascimento Netto.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Bruno Perrut Ferreira, Pedro Lúcio Lyra, Claudio Carvalho Pacheco, Salvador Cícero Velloso Pinto e Marcelo Augusto Camacho Rocha.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 140ª Sessão.

2.3 - RECURSOS A SEREM SORTEADOS PARA RELATOR E REVISOR:

RECURSO Nº 4816 - Processo SUSEP nº 15414.000072/2007-47 - Recorrente: UNIPREV União Previdenciária; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4950 - Processo SUSEP nº 10.004535/01-40 - Recorrente: Santos Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 5161 - Processo SUSEP nº 15414.004863/2005-84 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 5165 - Processo SUSEP nº 10.003832/99-63 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5173 - Processo SUSEP nº 15414.002805/2008-69 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

2.4 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 1162 - Processo SUSEP nº 10.002336/01-42 - apenso Processo SUSEP nº 10.002333/01-54 - Recorrente: Bozano, Simonsen Seguradora S.A, em fase de alteração de denominação social para Santander Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar à SUSEP os dados estatísticos do seguro de automóveis. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,30. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2933/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Bozano, Simonsen Seguradora S.A, em fase de alteração de denominação social para Santander Seguros S.A. para retirar o aumento aplicado decorrente da reincidência, tendo em vista que somente tomou conhecimento do referido processo, utilizado para efeito de reincidência, quando foi intimada a conhecer da decisão do Conselho Diretor da SUSEP, caracterizando evidente cerceamento de defesa. Decidem, ainda, determinar a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. As representações da SUSEP, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e FENACOR negaram provimento ao recurso.

RECURSO Nº 1441 - Processo SUSEP nº 10.005102/99-51 - Recorrente: Unimed Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de renda por incapacidade temporária. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2934/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Unimed Seguradora S.A, uma vez que os relatórios médicos e as cópias dos exames realizados, previstos para a regulação do sinistro, foram apresentados pelo segurado/reclamante, ao passo que o comprovante de produção exigido pela Recorrente, não faz parte dos termos contratuais.

RECURSO Nº 1607 - Processo SUSEP nº 010-00194/98 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização referente a seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e deferido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2935/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que a SUSEP somente deu ciência do processo usado para efeitos da reincidência quando da decisão de primeiro grau, caracterizando evidente cerceamento de defesa da Recorrente. As representações da FENACOR, SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça negaram provimento ao recurso. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 1932 - Processo SUSEP nº 10.002665/00-01 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Demora no pagamento de indenização relativa a seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº2936/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia Excelsior de Seguros, posto que está evidenciado o retardo injustificado no pagamento de indenização do seguro DPVAT. Conforme se depreende da própria peça recursal, em 15 de fevereiro de 2000, a Interessada - por seu procurador - fez juntar documentos comprovando que a vítima não deixou filhos e que, portanto, seria única e legítima beneficiária da indenização pleiteada.

RECURSO Nº 2267 - Processo SUSEP nº 006-00276/99 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. Relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento de indenização relativa a seguro DPVAT fora do prazo estipulado. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2937/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros para excluir o agravamento da pena por reincidência na medida em que não foi dada oportunidade à Recorrente para se manifestar sobre a pertinência dos paradigmas antes da decisão de primeira instância e que tal fato representa violação de seu direito constitucional ao contraditório. As representações da FENACOR, FENAPREVI e FENASEG votaram pela concessão da atenuante prevista no art. 34, § 1º, III das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95. As representações da SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça negaram provimento ao recurso. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2583 - Processo SUSEP nº 15414.002782/2003-88 - Recorrente: AXA Seguros do Brasil S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não realizar Assembléia Geral até 30/05/2003, para adequar seu Estatuto Social. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 36, § único c/c art. 77 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2938/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da AXA Seguros do Brasil S.A, tendo em vista que a Recorrente reconhece que, por um erro material, a adequação do estatuto social não foi realizada dentro do prazo estipulado pela Lei Complementar nº 109/2001.

RECURSO Nº 2771 - Processo SUSEP nº 15414.005387/98-00 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de indenização em seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2939/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da HSBC Seguros (Brasil) S.A, ante a ocorrência de intempestividade.

RECURSO Nº 3021 - Processo SUSEP nº 15414.002103/97-25 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 4.014,46. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2940/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para adequar a penalidade ao disposto no art. 27, inciso III das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 16/91, posto que esta era a norma vigente na época da infração, e em obediência ao princípio do tempus regit actum, na medida em que a infração teria ocorrido a partir de maio de 1995, meses antes da entrada em vigor da Resolução CNSP nº 14/95. As Representações da SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça negaram provimento ao recurso. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3151 - Processo SUSEP nº 006-00160/00 - II volumes - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2941/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Federal de Seguros S.A., haja vista que a seguradora não conseguiu comprovar a existência de má-fé do segurado, não podendo ser esta presumida. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3311 - Processo SUSEP nº 15414.004046/2003-64 - Recorrente: Mongeral S.A. Seguros e Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Insuficiência na cobertura de provisões técnicas referentes ao mês de setembro de 2003. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.000,00. BASE LEGAL: Arts. 28 e 84 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2942/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Mongeral S.A. Seguros e Previdência, haja vista que na data da ocorrência da infração, 30 de setembro de 2003, apenas parte das cotas da Recorrente estava registrada na conta de provisões técnicas junto à CETIP. A diferença verificada, como bem apontada pela fiscalização, compunha a carteira de ativos livres da entidade, portanto, não vinculados à garantia de provisões técnicas. Quanto ao registro de aquisição de cotas com data retroativa, esta não pode servir para emendar situação de insuficiência, posto que viola a paridade temporal entre ativo e passivo, como bem apontado no parecer de fls. 36/38. Presente a advogada Dra. Tatiana Ferreira da Silva Marques de Oliveira que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3370 - Processo SUSEP nº 15414.100263/2002-01 - Recorrente: Rural Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Valor pago a menor em seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2943/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Rural Seguradora S.A., tendo em vista a sua manifesta intempestividade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO Nº 3398 - Processo SUSEP nº 005-00212/00 - II volumes - Recorrente: Bomfimseg Corretora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Apropriação indevida do prêmio. PENALIDADE: Cancelamento de registro. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2944/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Bomfimseg Corretora de Seguros Ltda. para substituir a pena de cancelamento de registro por suspensão temporária pelo prazo de 60 dias, prevista no art. 16, inciso II das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95, uma vez que a pena de cancelamento de registro extrapola a razoabilidade, pois acarretaria no banimento da Corretora do mercado securitário. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso, tendo em vista que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aditou seu parecer e opinou pelo cancelamento do registro.

RECURSO Nº 3428 - Processo SUSEP nº 15414.004814/2003-80 - Recorrente: Seguradora Brasileira Rural S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Insuficiência de reservas técnicas referentes ao mês de outubro de 2003. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.000,00. BASE LEGAL: Art. 57 do Decreto nº 60.459/67 c/c os arts. 28 e 84 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2945/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Seguradora Brasileira Rural S.A., tendo em vista que a questão relativa ao mérito, intempestividade verificada pelo Conselho Diretor da SUSEP, não foi discutida no presente procedimento. É inexistente o recurso apresentado por não combater a intempestividade detectada na instância anterior.

RECURSO Nº 3434 - Processo SUSEP nº 15414.00712/2003-95 - II volumes - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Prática de propaganda enganosa na comercialização de título de capitalização. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.000,00. BASE LEGAL: § 1º e § 3º da Lei nº 8.078/1990. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2946/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP, ante a ocorrência de intempestividade.

RECURSO Nº 3462 - Processo SUSEP nº 005-00238/01 - Recorrentes: Sabemi Seguradora S.A. e Companhia Excelsior de Seguros. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multas no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recursos conhecidos, indeferido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2947/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Sabemi Seguradora S.A. tendo em vista que, se havia dúvida fundada quanto aos reais beneficiários, deveria ter ajuizado a competente ação de consignação da quantia devida, com o fito de eximir-se de responsabilidade no tocante ao prazo legal para pagamento. Em relação a Companhia Excelsior de Seguros decidem, por unanimidade, pelo provimento parcial do recurso para que se aplique a atenuante prevista no inciso III do parágrafo 1º do art. 34 das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95, visto estar comprovado às fls. 80 e seguintes, o pagamento aos beneficiários em data anterior ao julgamento de primeira instância administrativa. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Companhia Excelsior de Seguros, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3578- Processo SUSEP nº 10.001567/01-20 - II volumes - Recorrente: Federal Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2948/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Federal Seguros S.A, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pela Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal.

RECURSO Nº 3619 - Processo SUSEP nº 15414.100826/2002-53 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2949/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP para retirar o aumento aplicado como reincidência, tendo em vista que a SUSEP somente deu ciência do processo usado para efeitos da reincidência quando da decisão de primeiro grau, caracterizando evidente cerceamento de defesa da Recorrente. Decidem, ainda, determinar a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. As representações da FENACOR, SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça negaram provimento ao recurso.

RECURSO Nº 3651 - Processo SUSEP nº 10.003405/00-18 - apenso Processos SUSEP nº 10.001733/00-16; Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - Embaraço a fiscalização. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66; Item 2 - Patrimônio Líquido inferior ao seu passivo não operacional, na data base de abril/2000. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 84, § 1º do Decreto-Lei nº 73/66, alterado pela MP 1.940-21; Item 3 - Manter a documentação da Companhia fora da sede. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: inciso IV do art. 63 do Decreto nº 60.459/67; Item 4 - Efetuar, indevidamente, lançamentos contábeis de Resgates de Previdência Privada. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2950/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Companhia Mutual de Seguros, ante a ocorrência de intempestividade.

RECURSO Nº 3655 - Processo SUSEP nº 15414.200263/2002-01 - II volumes - Recorrente: MBM Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - Pactuou com a Portocred S.A o repasse de valores recebidos de assistência financeira em prazo máximo de 5 (cinco) dias, vindo a efetuá-lo em prazo superior ao estabelecido pela normas, ou seja, de 2 (dois) dias. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.000,00. Item 2 - não constituiu provisão para riscos sobre assistência financeira, conforme conta 1.2.2.4.9 do plano de contas aprovado pelo CNSP. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 3 - não constituiu provisão para as ações judiciais em curso movidas contra a entidade. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 4 - realizou adiantamentos às empresas participadas Montelar Administradora de Imóveis e Condomínios Ltda. e MBM Seguradora S.A. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. Item 5 - manter o Registro de Recebimento das Contribuições em desacordo com as normas vigentes: sem termos de abertura e de encerramento. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 6 - manter o Registro de Beneficiários de Pecúlios em desacordo com as normas vigentes: sem termos de abertura e de encerramento. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 7 - manter o Registro de Beneficiários de Rendas em desacordo com as normas vigentes: sem termos de abertura e de encerramento e com informação incompleta quanto à vigência. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 8 - manter o Registro de Pagamento de Resgates em desacordo com as normas vigentes: sem termos de abertura e de encerramento. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. Item 9 - Registros de Admissões, Exclusões e Readmissões em desacordo com as normas vigentes: sem termos de abertura e de encerramento; sem o campo para data da exclusão; com informação incorreta quanto às datas de admissão. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº2951/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da MBM Previdência Privada, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente caracterizadas pelo parecer técnico de fls. 257/263, sendo que os argumentos aduzidos pela Recorrente não foram capazes de afastar a subsunção aos respectivos tipos legais, seja pela ausência de provas, seja pelo não cabimento das teses defensivas apresentadas. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3703 - Processo SUSEP nº 10.002356/99-63 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2952/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. Da mesma forma, o ato administrativo ora impugnado goza de presunção relativa de legalidade, sendo que o ônus da prova no sentido de desconstituir tal atributo pertence ao administrado, por meio de provas cabais e, acima de tudo, suficientes. Nesse diapasão, verifica-se que as provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de elidir tal atributo inerente a todos os atos administrativos. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3764 - Processo SUSEP nº 15414.000734/98-36 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2953/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, negar provimento ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. As representações da FENAPREVI, FENASEG e FENACOR votaram pela exclusão da reincidência, tendo em vista que o ofício dirigido à Recorrente, datado de 3 de julho de 2003, não faz menção à reincidência. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3773 - Processo SUSEP nº 15414.003337/98-52 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 4.014,46. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2954/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da RS Previdência, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. Da mesma forma, o ato administrativo ora impugnado goza de presunção relativa de legalidade, sendo que o ônus da prova no sentido de desconstituir tal atributo pertence ao administrado, por meio de provas cabais e, acima de tudo, suficientes. Nesse diapasão, verifica-se que as provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de elidir tal atributo inerente a todos os atos administrativos.

RECURSO Nº 3776 - Processo SUSEP nº 10.003179/00-11 - apensos Processos SUSEP nºs. 15414.002996/97-72, 003-00033/96 e 003-00105/94 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagar indenização do seguro DPVAT fora do prazo legal. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 32.000,00. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2955/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em prosseguimento ao julgamento iniciado na 116ª Sessão, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros para adequar a pena à legislação vigente à época do cometimento da infração, qual seja, a Resolução CNSP nº 14/95, e retirar o aumento aplicado como reincidência, pois a SUSEP somente deu ciência dos processos usados para tais efeitos quando da decisão de primeiro grau, caracterizando evidente cerceamento de defesa da Recorrente. A representação da SUSEP, à época, negou provimento ao recurso, uma vez que a Recorrente apresentou a sua defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código de Processo Civil Brasileiro. A representação da FENACOR votou pelo provimento

PROIBIDA A VENDA - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

parcial do recurso para fins de adequação da infração à norma de penalidade vigente à época da infração, mantida a atenuante concedida e as reincidências, já que transitadas em julgado em 28 de janeiro de 1999, 23 de dezembro de 1997 e 13 de novembro de 1998. A representação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça negou provimento ao recurso, tendo em vista que a materialidade e autoria da infração restaram devidamente demonstradas. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3823 - Processo SUSEP nº 15414.002641/97-47 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2956/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para adequar a penalidade ao disposto no art. 3º, inciso III, alínea "c" da Resolução CNSP nº 17/81, tendo em vista que a infração ocorreu em 1981. As Representações da SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pela concessão da atenuante. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela adequação da penalidade. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3826 - Processo SUSEP nº 15414.002664/2003-70 - II volumes - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - não atendeu ao item 4 e atendeu parcialmente o item 5 da solicitação de documentos do Ofício SUSEP/DEFIS/GEFIP nº 24-03/01. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66; Item 2 - não atendeu à solicitação de documentos efetuada através do Ofício SUSEP/DEFIS/GEFIP nº 24-03/02. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66; Item 3 - não atendeu integralmente ao item "a" da solicitação de documentos efetuada através do Ofício SUSEP/DEFIS/GEFIP nº 27-04/03. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66; Item 4 - não atendeu aos itens "b" e "c" e atendeu parcialmente o item "a" da solicitação de documentos do Ofício SUSEP/DEFIS/GEFIP nº 27-05/03. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2957/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. Da mesma forma, o ato administrativo ora impugnado goza de presunção relativa de legalidade, sendo que o ônus da prova no sentido de desconstituir tal atributo pertence ao administrado, por meio de provas cabais e, acima de tudo, suficientes. Nesse diapasão, verifica-se que as provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de elidir tal atributo inerente a todos os atos administrativos.

RECURSO Nº 3863 - Processo SUSEP nº 10.000997/00-52 - Recorrente: Sabemi Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de benefício. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2958/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente verificada às fls. 126/129 dos autos, nos termos da art. 1º,§ 1º da Lei nº 9.873/99. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3926 - Processo SUSEP nº 15414.004142/2003-11 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 6º c/c art. 7º c/c parágrafo 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 109/01. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2959/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada, para que se exclua a reincidência. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3929 - Processo SUSEP nº 006-00150/00 - II volumes - Recorrente: Previna Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Apropriação indevida de parcela do prêmio pago pelo segurado. PENALIDADE: Cancelamento do registro. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2960/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Previna Corretora de Seguros Ltda. para converter a pena de cancelamento do registro em pena de suspensão por 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Quanto ao aproveitamento do presente recurso em favor do seu sócio e corretor responsável, o Sr. Antônio Francisco Silveira de Castilho, tal providência não é possível. O primeiro óbice diz respeito à não identidade entre as sociedades de responsabilidade limitada e seus respectivos sócios tanto em direitos quanto em obrigações. O segundo óbice diz respeito ao próprio procedimento da SUSEP em intimar separadamente a sociedade corretora e seu responsável técnico, o que elimina qualquer hipótese de ambiguidade por conta da Autarquia Fiscalizadora ao atribuir os apenamentos. Além disso, a decisão de segunda instância proferida pelo Conselho Diretor da SUSEP informa que o Sr. Antônio Francisco Silveira de Castilhos não apresentou recurso, a despeito de haver sido intimado duas vezes. Diante do silêncio do responsável técnico em sua defesa, seu direito de se defender foi atingido pela preclusão ainda em sede de recurso ao Conselho Diretor da SUSEP, de sorte que este Conselho não deve apreciar o apenamento que foi imposto ao responsável técnico, ainda que tal apenamento derive apenas da sua condição objetiva de responsável técnico. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pela Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal.

RECURSO Nº 3994 - Processo SUSEP nº 15414.100748/2002-97 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 6º c/c art. 7º, c/c §1º do art. 68 da Lei Complementar nº 109/01. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2961/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para adequar a penalidade aos critérios da Resolução CNSP nº 17/81, tendo em vista que a infração ocorreu em 1985, motivo pelo qual a penalidade deverá ser adequada à Resolução vigente à época. Em relação ao aumento da pena por reincidência, importante é notar que os processos paradigmas mencionados são todos posteriores a 1985. As representações da SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pela concessão da atenuante. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4063 - Processo SUSEP nº 15414.001576/2002-70 - II volumes - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento do benefício. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2962/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da RS Previdência, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. Da mesma forma, o ato administrativo ora impugnado goza de presunção relativa de legalidade, sendo que o ônus da prova no sentido de desconstituir tal atributo pertence ao administrado, por meio de provas cabais e, acima de tudo, suficientes. Nesse diapasão, verifica-se que as provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de elidir tal atributo inerente a todos os atos administrativos.

RECURSO Nº 4135 - Processo SUSEP nº 15414.001014/2002-26 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2963/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, tendo em vista que o sinistro ocorreu em 23/8/2001, o aviso de sinistro em 28/8/2001 e o pagamento da indenização em 4/4/2002. Consoante parecer técnico de fls. 45/46, a Recorrente efetuou o pagamento que lhe cabia somente após a intervenção da SUSEP no caso. Aponte-se que a atenuante foi sopesada no cálculo do demonstrativo de multa de fl. 48, apesar de não constar no termo de julgamento de primeira instância de fl. 50. Outrossim, a reincidência, ventilada no recurso ora interposto, foi aplicada regulamente, não havendo fundamento para o respectivo afastamento. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4161 - Processo SUSEP nº 15414.003834/2002-52 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não cumprimento de contrato de previdência privada. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Art. 6º c/c o § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 109/01. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2964/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB, ante a ocorrência de intempestividade. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4255 - Processo SUSEP nº 15414.100450/2004-49 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização relativa a seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 36.000,00. BASE LEGAL: Art. 5º, parágrafo 1º da Lei nº 6.194/74, alterado pela Lei nº 8.441/92. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2965/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal.

RECURSO Nº 4589 - Processo SUSEP nº 10.002811/99-58 - Recorrentes: R. Santiago Administradora, Assessoria e Corretagem de Seguros Ltda. e Roberto Ataíde Santiago Fontes - corretor responsável; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator de voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não repassar prêmio recebido à Seguradora. PENALIDADE: Cancelamento dos registros. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recursos conhecidos, provido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2966/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dar provimento ao recurso do corretor responsável Roberto Ataíde Santiago Fontes e deferir parcialmente o recurso da R. Santiago Administradora, Assessoria e Corretagem de Seguros Ltda. para convolar a pena de cancelamento de registro em pena de suspensão por 180 (cento e oitenta) dias. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO Nº 4617 - Processo SUSEP nº 15414.004390/2002-72 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Efetuar acréscimos nas contribuições do Plano Idade Certa sem a anuência da participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2967/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da RS Previdência, tendo em vista que a Recorrente se apega ao teor do Parecer da Procuradoria Federal (Parecer PRGER/8699/01), que trata da impossibilidade de devolução das contribuições, dando-lhe interpretação que não se aplica ao caso vertente, uma vez que o presente procedimento, em verdade, trata da irregularidade na transferência de parte das contribuições para novos planos sem a anuência da participante, ou seja, de matéria completamente diversa daquela arguida pela Recorrente em seu recurso.

2.5. ASSUNTOS GERAIS:

2.5.1. A pedido das Recorrentes, os recursos nºs. 2299 - Processo SUSEP nº 10.002395/99-15, 3605 - Processo SUSEP nº 15414.003788/2004-53 e 3821 - Processo SUSEP nº 15414.002578/2005-29 tiveram seus julgamentos adiados.

2.5.2. O recurso nº 3636 - Processo SUSEP nº 15414.100262/2002-59 foi retirado de pauta, a pedido do Sr. Conselheiro representante da SUSEP, para ser verificado se o Processo SUSEP nº15414.003548/97-87, citado no Termo de Julgamento mas não referenciado no ofício endereçado à Recorrente, transitou em julgado. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente.

2.6. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 141ª (centésima quadragésima primeira) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procuradores da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 30 junho de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO
Procurador da Fazenda Nacional

BRUNO PERRUT FERREIRA
Conselheiro

PEDRO LÚCIO LYRA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 29 DE JULHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE SANTOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada: a) a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do PAES ou que este foi efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003; b) a opção pelo parcelamento estabelecido pela Lei nº 11.941/2009 e/ou pela Medida Provisória nº 470/2009; ou c) a desistência do sujeito passivo.

Art. 2º É facultado aos sujeitos passivos abaixo identificados, no prazo de dez dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, no termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional de Santos, junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santos, com endereço à Rua do Comércio, nº 86, Centro, Santos (SP), mencionando expressamente o número do processo administrativo de rescisão/exclusão, conforme indicado no Anexo Único.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO NASCIMENTO AMORIM

ANEXO ÚNICO

CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
021.542.008-00	12998.008996/2011-66

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 4 DE JULHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA-SP, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, especialmente no seu art. 1º, inciso §9, da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, especialmente art. 21, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 1º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, nos termos da Lei 11.941, art. 1º, inciso §9, e do art. 21 da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10(dez) dias, contado da data da publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos dos artigos 23 e seguintes da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional do seu domicílio tributário.

Art. 4º Não havendo recurso, ou mediante seu indeferimento, a exclusão do citado Parcelamento é definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO LUIZ PALÁCIOS TORRES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, com base no número do CPF/CNPJ:

NOME	CNPJ/CPF
INVICTA VIGORELI METALURGICA LTDA	53509626/0001-94
TEXTIL RUIZ RODRIGO LEDA EPP	50989193/0001-23
VIDALAR EMERGENCIA MEDICAS LTDA	05323260/0001-11
COM DE FERRO VELHO MORETTI ME	63998058/0001-96
PLASSEPUMA COM DE COLCHOES LTDA ME	60627585/0001-04
METALURGICA NATINOX	51328805/0001-08
VC COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	04726813/0001-14
REGINALDO FERNANDO DA SILVA	004360638-59
ACADEMIA ESPAÇO OLIMPICO LTDA	00700107/0001-42
SPINOSA & SPINOSA LTDA ME	57017097/0001-62
PIMPINATO CIA LTDA	54394499/0001-98

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 29 DE JULHO DE 2011

Divulga os valores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), segundo o regime de tributação de que trata o art. 58-J da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 58-J da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no § 3º do art. 27 do Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, declara:

Art. 1º Os valores, por litro de produto, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) devidos pela pessoa jurídica optante pelo Regime Especial de Tributação de que trata o art. 58-J da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo.

Art. 2º Para efeitos do cálculo do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, devidos em cada período de apuração, a pessoa jurídica optante deverá multiplicar a quantidade comercializada, em litro, pelo valor em Real do respectivo tributo constante do Anexo Único referido no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO ÚNICO

Valores da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI no regime especial

TABELA I (Valores em R$ por litro)			
Produto	Águas minerais artificiais e águas gaseificadas artificiais.		
Cód. TIPI	2201.10.00		
Embalagem	Todas		
Preço de Referência	Tributos Devidos		
	IPI	PIS	Cofins
0,9111	0,0228	0,0114	0,0542

Notas Explicativas (Tabela I)

1. Águas saborizadas ou adicionadas de edulcorantes ou aromatizantes devem ser enquadradas nas Tabelas III, IV ou V, conforme a embalagem.

2. Para efeito de cálculo dos tributos, o valor-base representa 50% (cinquenta por cento) do preço de referência.

TABELA II (Valores em R$ por litro)		
Produto	Águas minerais naturais (incluída as naturalmente gaseificadas)	
Cód. TIPI	2201.10.00 Ex 01 e 2201.10.00 Ex 02	
Embalagem	Todas	
Capacidade	Preço de Referência	Tributos Devidos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		IPI	PIS	Cofins
Até 9,999 litros	0,9111	NT	0,0114	0,0542
Igual ou Superior a 10 litros	0,2066	NT	0,0021	0,0098

Notas Explicativas (Tabela II)

1. Águas saborizadas ou adicionadas de edulcorantes ou aromatizantes devem ser enquadradas nas Tabelas III, IV ou V, conforme a embalagem.

2. Para efeito de cálculo dos tributos, o valor-base representa 50% (cinquenta por cento) do preço de referência para embalagens com capacidade inferior a 10 (dez) litros e de 40% (quarenta por cento), para embalagens com capacidade igual ou superior a 10 (dez) litros.

TABELA III
(Valores em R$ por litro)

Produto	Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas
Cód. TIPI	2202.10.00
Embalagem	PET/plástico

Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	0,7500	0,7875	0,7803	0,0414	0,0103	0,0492
2	0,7876	0,8270	0,8146	0,0432	0,0108	0,0514
3	0,8271	0,8684	0,8402	0,0445	0,0111	0,0530
4	0,8685	0,9120	0,8755	0,0464	0,0116	0,0552
5	0,9121	0,9577	0,9258	0,0491	0,0123	0,0584
6	0,9578	1,0057	0,9750	0,0517	0,0129	0,0615
7	1,0058	1,0560	1,0220	0,0542	0,0135	0,0645
8	1,0561	1,1089	1,0746	0,0570	0,0142	0,0678
9	1,1090	1,1645	1,1319	0,0600	0,0150	0,0714
10	1,1646	1,2228	1,1942	0,0633	0,0158	0,0753
11	1,2229	1,2841	1,2604	0,0668	0,0167	0,0795
12	1,2842	1,3484	1,3338	0,0707	0,0177	0,0841
13	1,3485	1,4159	1,3874	0,0735	0,0184	0,0875
14	1,4160	1,4868	1,4228	0,0754	0,0189	0,0897
15	1,4869	1,5613	1,5302	0,0811	0,0203	0,0965
16	1,5614	1,6394	1,5973	0,0847	0,0212	0,1007
17	1,6395	1,7215	1,6968	0,0899	0,0225	0,1070
18	1,7216	1,8077	1,7653	0,0936	0,0234	0,1113
19	1,8078	1,8982	1,8618	0,0987	0,0247	0,1174
20	1,8983	1,9932	1,9491	0,1033	0,0258	0,1229
21	1,9933	2,0929	2,0607	0,1092	0,0273	0,1300
22	2,0930	2,1977	2,1853	0,1158	0,0290	0,1378
23	2,1978	2,3077	2,2941	0,1216	0,0304	0,1447
24	2,3078	2,4232	2,3519	0,1246	0,0312	0,1483
25	2,4233	2,5444	2,4675	0,1308	0,0327	0,1556
26	2,5445	2,6718	2,6000	0,1378	0,0345	0,1640
27	2,6719	2,8055	2,7636	0,1465	0,0366	0,1743
28	2,8056	2,9458	2,8584	0,1515	0,0379	0,1803
29	2,9459	3,0932	3,0721	0,1628	0,0407	0,1938
30	3,0933	3,2480	3,0976	0,1642	0,0410	0,1954
31	3,2481	3,4105	3,3805	0,1792	0,0448	0,2132
32	3,4106	3,5811	3,4804	0,1845	0,0461	0,2195
33	3,5812	3,7603	3,7098	0,1966	0,0492	0,2340
34	3,7604	3,9484	3,8626	0,2047	0,0512	0,2436
35	3,9485	4,1459	4,0126	0,2127	0,0532	0,2531
---	---	---	---	---	---	---
37	4,3534	4,5711	4,4427	0,2355	0,0589	0,2802
38	4,5712	4,7998	4,7871	0,2537	0,0634	0,3019
39	4,7999	5,0399	5,0366	0,2669	0,0667	0,3177

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela III

Marca Comercial	Grupo
Água da Serra	13
Ah! Max	19
Alto Astral	16
American Cola	10
Americana	10
AQUA +	17
Aquarius Fresh	27
Aquazero	26
Arco Iris	10
Argenta	16
Bacana Demais Sabores	13
Bacana Tubaina	03
Bacana Uva	03
Bare	12
Batuta	02
Beb Sol	06
Belco	19
Big	08
Big Boy	10
Big Gyn	10
Bizu	19
Bizz Cola	11
Bluu	19
Bonanza	08
Campeão	08
Campinho Lemon	27
Capricho	14
Carrefour	06
Carrefour Chaves	28
Cerpa	11
Cerradinho	12
Chinotto	29
Cibal	09
Cini	11
Cintra	14
Classic	22
Coca-Cola	20
Cola Café	20
Colonia	13
Conquis Cola	10
Conquista	19
Conti	09
Convenção	08
Cooper +	03
Copa	04
Coroa	13
Cotuba	11
Cotubinha	33
Country	08
Cristalina	06
Crystal Age	16
Del Rey	15
Delriozinho	25
Dolly	15
Don	09
Dore	17
Dydyo	18
Ehbon	11
Fanny	15
Fanta	17
Ferráspari	10
Flesh	12
Flexa	09
Flor do Campo	06
Folia	13
Fors	08
Fresko	07
Frevo	05
Friish	02
Fruki	10
Frutilla	09
Frutty	10
Fryss	06
Funada	09
Furlan	03
Garoto	09
Genial	15
Gluty	05
Goianinho	09
Gold Scrin	09
Golé	11
Gosty	02
Granfino	06
Grapette	11
Grapette Zero	12
Green Tea Spree	26
Gruck	22
Guarah	27
Guaraná Antarctica	16
Guaraná Charrua	08
Guaraná Cruzeiro	03
Guaraná Jesus	21
Guaraná Real	13
Guarapan	13
Guaratuba	06
Gula	22
Gury	13
Gut Gut	06
H2OH!	29
HCON	27
Hidro	34
Hiper	07
Hydric	31
Iate	08
Ice Cola	13
Igarapé	11
Imperial	08
Indaia	18
Ita Up	09
Jaboti	04
Jah	35
Jao	09
Kareta	10
Kero	09
Kiko	05
Kimania	02
Krill	05
Kuat	14
Laranjao	09
Ligiane	07
Lindagua	09
Magistral	14
Mais Sabor	13
Mantiqueira	07
Mantovani	06
Marajá	12
Mate Couro	15
Max	08
Mek	17
Micos	10
Mil	06
Milzinho	28
Minalba	15
Mineirinho	18
Mineiro	10
Mister Tonic	39
Monte Roraima	15
Multi Marketi	02
Nacional	07
Naco	04
Naipy	04
Neon	05
Orange	10
Ouro Verde	09
Pakera	09
Pakera Zero	08
Paranaense	07
Paulistinha	09
Pepsi	16
Pepsi Twist	16

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pet Mil	04
Pet Plus	07
Piracaia	05
Pitchula	32
Planet Cola	12
Ponchic	10
Poty	10
Prata Tonica	30
Psiu	19
Pureza	20
Quipo	10
RC Cola	14
Refree	02
Refrigerantes 15	07
Refriko	04
Refris	07
Refry Pet	05
Regente	13
Reizinho	32
Relva	09
Rinco	11
Rio Branco	09
River	12
Roller	11
Roraicola	14
Saboraki	07
Samba	04
Sao Geraldo	19
São José	11
Sarandi	09
Sax	05
Schin Citrus	09
Schin Demais Sabores	13
Schin Laranja	14
Schin Limão	14
Schin Maça Verde	35
Schin Morango Azedinho	35
Schin Uva	15
Schincariol Itubaína	07
Schincariol Maçã	08
Schweppes Citrus	32
Schweppes	28
Serra Spri	05
Simba	07
Ski	12
Soberano	08
Soda Limonada	17
Soda Limonada Galeguinha	03
Soft	05
Splash	13
Splet	12
Sprite	17
Sukita	16
Sullper	24
Superlaranjinha Pureza	13
Taça de Cristal	03
Tai	08
Tamoyo	12
Tampy	08
Tarobá	15
Tauá	11
Teem	12
Thom	11
Tiss H2O	28
Tobi	09
Tobi Zero	10
Tofe	17
Top	10
Tropi Cola	05
Tubarel	12
Tuchaua	16
Tyss	11
Uai	14
Uaizinho	32
Uliana	05
Vedete	13
Vencetex	09
Vittal	28
Vitt's	06
Viva	30
Viver	19
Wilson	06
Wimi	15
Xameguinho	29
Xereta	13
Xima	30
Yara	37
Zap	09
Zip	10
Demais Marcas	01

TABELA IV
(Valores em R$ por litro)

Produto	Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas
Cód. TIPI	2202.10.00
Embalagem	Lata

Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	2,2900	2,4045	2,3528	0,0706	0,0176	0,0840
---	---	---	---	---	---	---
4	2,6513	2,7838	2,7143	0,0814	0,0204	0,0969
5	2,7839	2,9231	2,8957	0,0869	0,0217	0,1034
6	2,9232	3,0694	2,9868	0,0896	0,0224	0,1066
7	3,0695	3,2230	3,1213	0,0936	0,0234	0,1114
8	3,2231	3,3842	3,3210	0,0996	0,0249	0,1186
9	3,3843	3,5535	3,4805	0,1044	0,0261	0,1243
10	3,5536	3,7313	3,6104	0,1083	0,0271	0,1289
11	3,7314	3,9180	3,7811	0,1134	0,0284	0,1350
12	3,9181	4,1140	4,0692	0,1221	0,0305	0,1453
13	4,1141	4,3198	4,2976	0,1289	0,0322	0,1534
14	4,3199	4,5359	4,3580	0,1307	0,0327	0,1556
15	4,5360	4,7628	4,5749	0,1372	0,0343	0,1633
---	---	---	---	---	---	---
17	5,0011	5,2512	5,1373	0,1541	0,0385	0,1834
18	5,2513	5,5139	5,3996	0,1620	0,0405	0,1928
19	5,5140	5,7897	5,5429	0,1663	0,0416	0,1979
---	---	---	---	---	---	---
24	7,0379	7,3898	7,0400	0,2112	0,0528	0,2513

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela IV	
Marca Comercial	Grupo
Agua Da Prata	18
Amazon Guarana	05
American Cola	06
Aquarius Fresh	11
Arco Iris	09
Bare	12
Belco	07
Cerpa	08
Cintra	07
Classic	11
Coca-Cola	15
Colonia	05
Conti	04
Coroa	10
Cotuba	13
Country	08
Cristalina	08
Del Rey	08
Fanta	14
Fors	08
Frevo	07
Fruki	11
Goianinho	05
Guaraná Amazon	19
Guaraná Antarctica	13
Guarana Charrua	15
Guaraná Jesus	13
Guarapan	13
Ice Cola	07
Igarapé	08
Krill	06
Kuat	12
Mantiqueira	05
Marabá	08
Marajá	07
Max	07
Mek	24
Mineiro	11
Orange	06
Original Agua Tonica	14
Pepsi	12
Pepsi Twist	13
Planet Cola	07
Poty	08
RC Cola	10
Roller	07
Sarandi	09
Schin Demais Sabores	09
Schin Tônica	12
Schweppes Tônica	18
Schweppes Demais sabores	17
Ski	13
Soda Limonada	14
Spoller	09
Sprite	13
Sukita	12
Tamoyo	07
Tampy	08
Tarobá	08
Teem	12
Thom	07
Tonica Antarctica	15
Tropi Cola	08
Tuchaua	15
Xereta	07
Zap	07
Demais Marcas	01

TABELA V
(Valores em R$ por litro)

Produto	Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas
Cód. TIPI	2202.10.00
Embalagem	Vidro e outras embalagens não especificadas

Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	1,0800	1,1340	1,0813	0,0378	0,0095	0,0450
2	1,1341	1,1908	1,1706	0,0410	0,0102	0,0488
3	1,1909	1,2505	1,2139	0,0425	0,0106	0,0506
4	1,2506	1,3131	1,2687	0,0444	0,0111	0,0528
5	1,3132	1,3788	1,3518	0,0473	0,0118	0,0563
6	1,3789	1,4479	1,4263	0,0499	0,0125	0,0594
7	1,4480	1,5204	1,5061	0,0527	0,0132	0,0627
8	1,5205	1,5965	1,5840	0,0554	0,0139	0,0660
9	1,5966	1,6764	1,6676	0,0584	0,0146	0,0695

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10	1,6765	1,7604	1,7493	0,0612	0,0153	0,0729
11	1,7605	1,8485	1,8073	0,0633	0,0158	0,0753
12	1,8486	1,9410	1,9124	0,0669	0,0167	0,0796
13	1,9411	2,0382	1,9958	0,0699	0,0175	0,0831
14	2,0383	2,1402	2,0811	0,0728	0,0182	0,0867
15	2,1403	2,2473	2,1993	0,0770	0,0192	0,0916
16	2,2474	2,3598	2,2964	0,0804	0,0201	0,0956
17	2,3599	2,4779	2,4115	0,0844	0,0211	0,1004
18	2,4780	2,6019	2,5308	0,0886	0,0221	0,1054
19	2,6020	2,7321	2,6754	0,0936	0,0234	0,1114
20	2,7322	2,8688	2,8074	0,0983	0,0246	0,1169
---	---	---	---	---	---	---
22	3,0124	3,1630	3,1122	0,1089	0,0272	0,1296
23	3,1631	3,3213	3,1753	0,1111	0,0278	0,1323
24	3,3214	3,4875	3,3230	0,1163	0,0291	0,1384
---	---	---	---	---	---	---
26	3,6620	3,8451	3,6984	0,1294	0,0324	0,1540
---	---	---	---	---	---	---
29	4,2396	4,4516	4,3390	0,1519	0,0380	0,1807
30	4,4517	4,6742	4,5561	0,1595	0,0399	0,1898
31	4,6743	4,9081	4,8947	0,1713	0,0428	0,2039
32	4,9082	5,1536	5,1352	0,1797	0,0449	0,2139
33	5,1537	5,4114	5,3554	0,1874	0,0469	0,2231
34	5,4115	5,6820	5,5172	0,1931	0,0483	0,2298
---	---	---	---	---	---	---
41	7,6153	7,9960	7,7971	0,2729	0,0682	0,3247
42	7,9961	8,3959	8,3145	0,2910	0,0728	0,3463
43	8,3960	8,8158	8,4242	0,2948	0,0737	0,3509
---	---	---	---	---	---	---
53	13,6775	14,3614	13,7121	0,4799	0,1200	0,5711

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela V	
Marca Comercial	Grupo
Água da Serra	17
American Cola	19
Arco Iris	17
Bare	16
Campeão	11
Cerpa	18
Cibal	10
Cintra	17
Classic	31
Coca-Cola	20
Conquis Cola	08
Conquista	08
Convenção	12
Coroa	19
Cotuba	14
Cristalina	07
Dore	08
Dushy Fest	53
Estrela	09
Fanta	22
Ferráspari	14
Fruki	15
Frutilla	09
Frutty	13
Funada	08
Furlan	11
Garoto	05
Goianinho	18
Gold Scrin	06
Golé	14
Gotas de Cristal	41
Grapette	18
Guaraná Antarctica	29
Guaraná Jesus	16
Guaraná Real	09
Guarapan	30
Guaratuba	03
Iate	12
Ice Cola	19
Jaboti	12
Kimania	04
Krill	05
Kuat	24
Ligiane	17
Magistral	07
Mantiqueira	15
Mantovani	02
Marajá	12
Mate Couro	14
Mineiro	19
Monte Roraima	15
Orange	18
Ouro Verde	11
Pakera	08
Paulistinha	09
Pepsi	33
Pepsi Twist	34
Piracaia	12
Ponchic	18
Poty	07
Pureza	23
Quipo	05
Refrigerantes 15	08
Regente	10
Rio Branco	03
Sant'anna	06
São Geraldo	17
São José	08
Sarandi	11
Schincariol	17
Schweppes	42
Schweppes Club Soda	43
Simba	09
Ski	07
Soda Limonada	30
Soda Limonada Galeguinha	23
Sprite	26
Sukita	32
Taça de Cristal	15
Tampy	04
Taroba	22
Teem	33
Tobi	08
Tonica Antarctica	31
Top	04
Tropi Cola	14
Tuchaua	22
Vencetex	07
Xereta	15
Zap	24
Demais Marcas	01

Notas Explicativas (Tabelas III, IV e V)

1. Salvo se expresso na marca comercial constante da tabela, os valores para os produtos identificados aplicam-se a todos os sabores, tipos e variações (light, diet, zero, edição especial, etc.), observado o disposto no item 3.

2. Marcas comerciais lançadas após a divulgação da tabela e que não constituam tipos ou variações (light, diet, zero, edição especial, etc.) das expressamente relacionadas, deverão ser enquadradas em "Demais Marcas".

3. O valor de tributo informado na tabela não está ajustado por eventual redução de alíquota ou base de cálculo prevista na legislação. Cabe ao contribuinte, observada a legislação pertinente, efetuar os ajustes necessários.

4. Imprecisões, como erros de grafia ou denominação incompleta, não descaracterizam o enquadramento da marca comercial.

5. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela III, o valor-base representa 53% (cinquenta e três por cento) do preço de referência.

6. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela IV, o valor-base representa 30% (trinta por cento) do preço de referência.

7. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela V, o valor-base representa 35% (trinta e cinco por cento) do preço de referência.

TABELA VI (Valores em R$ por litro)				
Produto	Preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados, para elaboração de bebida refrigerante)			
Cód. TIPI	2106.90.10 Ex 02			
Embalagem	Todas			
Tipo	Preço de Referência	Tributos Devidos		
		IPI	PIS	Cofins
Post Mix	15,6357	0,5472	0,1368	0,6512
Pre Mix	3,6567	0,1280	0,0320	0,1523

Nota Explicativa (Tabela VI)

1. Para efeito de cálculo dos tributos, o valor-base representa 35% (trinta e cinco por cento) do preço de referência.

TABELA VII (Valores em R$ por litro)						
Produto	Refrescos, Isotônicos, Energéticos.					
Cód. TIPI	2202.10.00 Ex 01, 2202.90.00 Ex 04, 2202.90.00 Ex 05					
Embalagem	PET/Plástico, copos, cartonados e outros não especificados					
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	2,0000	2,1000	2,0617	0,1093	0,0273	0,1300
2	2,1001	2,2051	2,1322	0,1130	0,0283	0,1345
3	2,2052	2,3155	2,2658	0,1201	0,0300	0,1429
4	2,3156	2,4313	2,3733	0,1258	0,0314	0,1497
5	2,4314	2,5530	2,4903	0,1320	0,0330	0,1571
6	2,5531	2,6808	2,6584	0,1409	0,0352	0,1677
7	2,6809	2,8149	2,7154	0,1439	0,0360	0,1713
---	---	---	---	---	---	---
9	2,9559	3,1037	2,9689	0,1573	0,0393	0,1872
10	3,1038	3,2589	3,1458	0,1667	0,0417	0,1984
11	3,2590	3,4220	3,3785	0,1791	0,0448	0,2131
12	3,4221	3,5932	3,4453	0,1826	0,0457	0,2173
13	3,5933	3,7730	3,6469	0,1933	0,0483	0,2300
14	3,7731	3,9617	3,7957	0,2012	0,0503	0,2394
15	3,9618	4,1599	4,1036	0,2175	0,0544	0,2588
16	4,1600	4,3680	4,2897	0,2274	0,0568	0,2706
17	4,3681	4,5865	4,4445	0,2356	0,0589	0,2803
18	4,5866	4,8160	4,7984	0,2543	0,0636	0,3026
19	4,8161	5,0569	4,8839	0,2588	0,0647	0,3080
20	5,0570	5,3098	5,1915	0,2752	0,0688	0,3274
21	5,3099	5,5754	5,4000	0,2862	0,0716	0,3406
22	5,5755	5,8543	5,6624	0,3001	0,0750	0,3571
23	5,8544	6,1471	6,0109	0,3186	0,0796	0,3791
24	6,1472	6,4546	6,3333	0,3357	0,0839	0,3994
25	6,4547	6,7774	6,4991	0,3445	0,0861	0,4099
---	---	---	---	---	---	---
27	7,1165	7,4723	7,1345	0,3781	0,0945	0,4500
28	7,4724	7,8460	7,5306	0,3991	0,0998	0,4750
---	---	---	---	---	---	---
30	8,2385	8,6504	8,4181	0,4462	0,1115	0,5309
31	8,6505	9,0831	8,9324	0,4734	0,1184	0,5634
32	9,0832	9,5373	9,1870	0,4869	0,1217	0,5794
---	---	---	---	---	---	---
34	10,0144	10,5151	10,3754	0,5499	0,1375	0,6544
35	10,5152	11,0410	10,6270	0,5632	0,1408	0,6702
36	11,0411	11,5931	11,4240	0,6055	0,1514	0,7205
37	11,5932	12,1729	12,0111	0,6366	0,1591	0,7575
38	12,1730	12,7816	12,7723	0,6769	0,1692	0,8056
---	---	---	---	---	---	---
42	14,7968	15,5366	15,0245	0,7963	0,1991	0,9476
---	---	---	---	---	---	---
45	17,1294	17,9859	17,9785	0,9529	0,2382	1,1339
---	---	---	---	---	---	---
50	21,8625	22,9556	22,3083	1,1823	0,2956	1,4070

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela VII	
Marca Comercial	Grupo
Bali Hai	37
Bebida Energética HP	42
Bitz	05
Black Lince	27
Bliss Sport	22
Celina	04
Cini Mix	07
Citrus Cool	13
Citrus Sarandi	04
Convenção	12
Crazy Cow	38
D Lice	04
Da Tribo	10
Del Valle Frut	12
Energil Isotonico	28
Energil Sport	18
Energy Fly	38
Extra Sport	21
Frukito	05
Frutzzz	16
Gatorade	23
Giant Bad Boy Power Drink	31
Ginga	02
Guara Power	25
Guaramix	16
Guarana Power	22
Guarana Power Plus	25
Guaraná Up	09
Guaravita	05
Guaravitton	14
Hula Hula	07
I9	20
Ice Clube	23
Indaia Citrus	11
Kapo	20
Lipton	3
Marathon	17
Megathom	19
Nativo	9
Night Power	45
Ninja Power	35
Nitrix Energy Drink	32
Nitrix Zero	38
Nova Onda	03
Nut	13
One Power	36
Orbit Energy Drink	27
Palmeiron	24
Plus Energy	32
Powerade	23
Propel	18
Rabbit 40	31
Red Horse	30
Santa Claudia	06
Santal	20
Skinka Abacaxi com Hortelã	06
Skinka demais sabores	13
Skinka Frutas Cítricas	12
Skinka Limonada	06
Status Energy Drink	30
TAEQ	12
Taff Man E	50
Tampico	12
Teko Kids	22
Toda Hora	09
Turn On Energy Drink	31
Up On	25
Vibe Energy	15
Viver	18
VNG Energy Drink	34
Vulcano	31
Whoops	16
Demais Energéticos	15
Demais Marcas	01

TABELA VIII
(Valores em R$ por litro)

Produto	Refrescos, Isotônicos, Energéticos..					
Cód. TIPI	2202.10.00 Ex 01, 2202.90.00 Ex 04, 2202.90.00 Ex 05					
Embalagem	Lata e Vidro					
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	3,0000	3,1500	---	---	---	---
---	---	---	---	---	---	---
17	6,5510	6,8785	6,8209	0,2046	0,0512	0,2435
---	---	---	---	---	---	---
28	11,2058	11,7661	11,3150	0,3395	0,0849	0,4039
29	11,7662	12,3545	12,3137	0,3694	0,0924	0,4396
30	12,3546	12,9724	12,4441	0,3733	0,0933	0,4443
---	---	---	---	---	---	---
32	13,6212	14,3023	14,0995	0,4230	0,1057	0,5034
33	14,3024	15,0175	14,4852	0,4346	0,1086	0,5171
34	15,0176	15,7685	15,5959	0,4679	0,1170	0,5568
35	15,7686	16,5570	16,1316	0,4839	0,1210	0,5759
36	16,5571	17,3849	16,7551	0,5027	0,1257	0,5982
37	17,3850	18,2543	17,8475	0,5354	0,1339	0,6372
38	18,2544	19,1671	18,8838	0,5665	0,1416	0,6742
39	19,1672	20,1256	19,8840	0,5965	0,1491	0,7099
40	20,1257	21,1319	20,1599	0,6048	0,1512	0,7197
41	21,1320	22,1886	21,7679	0,6530	0,1633	0,7771
42	22,1887	23,2982	22,3014	0,6690	0,1673	0,7962
---	---	---	---	---	---	---
44	24,4633	25,6865	24,5421	0,7363	0,1841	0,8762
45	25,6866	26,9709	26,6942	0,8008	0,2002	0,9530

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela VIII	
Marca Comercial	Grupo
220 V Energy Drink	37
Adrenalina	39
All Need Energy Drink	38
Atomic Energetico	36
Atomic First One	41
Bad Boy Power Drink	36
Bebida Energética HP	35
Blue Energy	39
Blue J Power	39
Burn	41
Crash Energy Drink	39
Extra Power	34
Flash Power Energetico	37
Flying Horse	33
Full Energy Drink	38
Gladiator	29
Hiline	41
Hir0 Energetica	44
Ionic Energy Drink	32
K12 Energetico	33
Lipton	17
Megathom	36
Monster	30
Mood Energetico	42
Night Power	37
Ninja Power	36
Nitro Energy	35
On Line	36
Ou Energetico	40
Panico Energy Drink	38
Power Drink Fitness	28
Red Bull	45
Red Dragon Energy Drink	41
Red Energy Drink	45
Red Horse	35
Red Hot	37
Rush	36
Speed Up Energy Drink	34
Start	38
Taff Man E	42
TNT Energy Drink	39
TNT Zero	38
Turn On Energy Drink	35
Vibe Energy	36
Vulcano	41
Demais Energéticos	28
Demais Marcas	17

Notas Explicativas (Tabelas VII e VIII)

1. Marcas comerciais lançadas após a divulgação da tabela e que não constituam simples variações das expressamente relacionadas, deverão ser enquadradas em "Demais Energéticos", para os energéticos, ou "Demais Marcas" para os demais produtos.

2. O valor de tributo devido informado na tabela não está ajustado por eventual redução de alíquota ou base de cálculo prevista na legislação. Cabe ao contribuinte, observada a legislação pertinente, efetuar os ajustes necessários.

3. Imprecisões, como erros de grafia ou denominação incompleta, não descaracterizam o enquadramento da marca comercial.

4. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela VII, o valor-base representa 53% (cinquenta e três por cento) do preço de referência.

5. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela VIII, o valor-base representa 30% (trinta por cento) do preço de referência.

TABELA IX
(Valores em R$ por litro)

Produto	Cervejas de malte e cervejas sem álcool					
Cód. TIPI	2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03					
Embalagem	Vidro Retornável					
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	2,5000	2,6250	2,5000	0,1406	0,0234	0,1116
---	---	---	---	---	---	---
3	2,7565	2,8943	2,7760	0,1561	0,0260	0,1239
4	2,8944	3,0391	3,0029	0,1689	0,0282	0,1340
5	3,0392	3,1912	3,0693	0,1726	0,0288	0,1370
6	3,1913	3,3508	3,3181	0,1866	0,0311	0,1481
7	3,3509	3,5185	3,4074	0,1917	0,0319	0,1521
8	3,5186	3,6945	3,5275	0,1984	0,0331	0,1574
9	3,6946	3,8793	3,7116	0,2088	0,0348	0,1656
10	3,8794	4,0734	3,9192	0,2205	0,0367	0,1749
11	4,0735	4,2772	4,1838	0,2353	0,0392	0,1867
12	4,2773	4,4911	4,3037	0,2421	0,0403	0,1921
13	4,4912	4,7158	4,5074	0,2535	0,0423	0,2011
14	4,7159	4,9517	4,7408	0,2667	0,0444	0,2116
15	4,9518	5,1994	5,1754	0,2911	0,0485	0,2310
16	5,1995	5,4595	5,2753	0,2967	0,0495	0,2354
17	5,4596	5,7325	5,6538	0,3180	0,0530	0,2523
18	5,7326	6,0193	5,8338	0,3281	0,0547	0,2603
---	---	---	---	---	---	---
20	6,3204	6,6365	6,5332	0,3675	0,0612	0,2915
---	---	---	---	---	---	---
24	7,6830	8,0671	7,7978	0,4386	0,0731	0,3480

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25	8,0672	8,4706	8,0989	0,4556	0,0759	0,3614
---	---	---	---	---	---	---
32	11,3522	11,9198	11,7241	0,6595	0,1099	0,5232
33	11,9199	12,5159	12,1104	0,6812	0,1135	0,5404
34	12,5160	13,1418	13,0293	0,7329	0,1221	0,5814

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela IX	
Marca Comercial	Grupo
A Outra	4
Antarctica Malzebier	17
Antarctica	11
Antarctica Sub Zero	10
Bauhaus	13
Bavaria	4
Bavaria Premium	11
Belco Malzbier	6
Belco	4
Bohemia Escura	16
Bohemia	17
Brahma	12
Brahma Extra	17
Brahma Fresh	10
Brahma Malzbier	15
Caracu	20
Cerpa	6
Cerpa Gold	8
Cintra	6
Colonia Extra Lager	9
Colonia Low Carb	5
Colonia Malzebier	8
Colonia	4
Colonia sem Alcool	10
Conti Malzbier	10
Conti	7
Conti Premium	9
Crystal Malzbier	9
Crystal	8
Dado Bier	20
Dado Bier Lager	10
Devassa	14
D'Fonte	4
Fass	3
Glacial	3
Gluck	5
Golden	4
Guaratuba	5
Guitt's	7
Guitt's Malzbier	4
Heineken	24
Imperial	4
Imperial Ouro	18
Itaipava Malzbier	11
Itaipava	10
Kaiser Bock	16
Kaiser Gold	18
Kaiser	9
Kilsen Chopp	7
Kilsen Extra	7
Kilsen Malzebier	8
Kilsen	4
Krill	4
Krill Malzbier	9
Liverpool	5
Lokal Bier	8
Malta Malzbier	6
Mantiqueira	4
Nobel	10
Nova Schin Malzbier	12
Nova Schin	10
Nova Schin Zero Álcool	14
Original	14
Paulistinha	34
Pils	4
Plier Malzebier	9
Plier	7
Polar Bock	17
Polar Export	13
Primus	9
Puerto del Mar	9
Ravache Gold	17
Samba	3
Santa Cerva	6
Santa Cerva Malzbier	8
Selki Malzebier	8
Selki	5
Serramalte	20
Skol 360	14
Skol	12
Sol	9
Spoller Malzbier	6
Spoller	4
Spoller Puro Malte	6
Steinecker Premium	5
Stell	4
Therezopolis Gold	33
Xingu	17
Zanni Malzbier	6
Demais Importadas	15
Demais Nacionais Especiais	4
Demais Nacionais Pilsen	1

TABELA X (Valores em R$ por litro)	
Produto	Cervejas de malte e cervejas sem álcool
Cód. TIPI	2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03
Embalagem	Lata

Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	2,5000	2,6250	-	-	-	-
2	2,6251	2,7564	2,6800	0,1608	0,0268	0,1276
3	2,7565	2,8943	2,8715	0,1723	0,0287	0,1367
4	2,8944	3,0391	2,9643	0,1779	0,0296	0,1411
5	3,0392	3,1912	3,0665	0,1840	0,0307	0,1460
6	3,1913	3,3508	3,2792	0,1968	0,0328	0,1561
7	3,3509	3,5185	3,3731	0,2024	0,0337	0,1606
8	3,5186	3,6945	3,6232	0,2174	0,0362	0,1725
9	3,6946	3,8793	3,7877	0,2273	0,0379	0,1803
10	3,8794	4,0734	4,0665	0,2440	0,0407	0,1936
11	4,0735	4,2772	4,1809	0,2509	0,0418	0,1990
12	4,2773	4,4911	4,3814	0,2629	0,0438	0,2086
13	4,4912	4,7158	4,6429	0,2786	0,0464	0,2210
14	4,7159	4,9517	4,8592	0,2916	0,0486	0,2313
15	4,9518	5,1994	5,1039	0,3062	0,0510	0,2429
16	5,1995	5,4595	5,3239	0,3194	0,0532	0,2534
17	5,4596	5,7325	5,6475	0,3389	0,0565	0,2688
18	5,7326	6,0193	5,8078	0,3485	0,0581	0,2765
19	6,0194	6,3203	6,1762	0,3706	0,0618	0,2940
20	6,3204	6,6365	6,5480	0,3929	0,0655	0,3117
---	---	---	---	---	---	---
22	6,9685	7,3169	7,2328	0,4340	0,0723	0,3443
23	7,3170	7,6829	7,5105	0,4506	0,0751	0,3575
---	---	---	---	---	---	---
27	8,8943	9,3390	8,9515	0,5371	0,0895	0,4261
28	9,3391	9,8061	9,3651	0,5619	0,0937	0,4458
---	---	---	---	---	---	---
42	18,4928	19,4174	19,3000	1,1580	0,1930	0,9187
---	---	---	---	---	---	---
44	20,3885	21,4079	20,8155	1,2489	0,2082	0,9908
45	21,4080	22,4784	22,1495	1,3290	0,2215	1,0543

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela X	
Marca Comercial	Grupo
8,6	44
A Outra	6
Antarctica	9
Antarctica Sub Zero	6
Bauhaus	16
Bavaria	5
Bavaria Premium	11
Bavaria sem alcool	15
Belco	7
Belco Sem Alcool	13
Bella	2
Bohemia Escura	16
Bohemia	13
Brahma	11
Brahma Extra	14
Brahma Fresh	7
Brahma Malzbier	17
Budweiser	22
Caracu	18
Cerpa	9
Cerpa Gold	9
Cintra	3
Colonia Extra Lager	7
Colonia Low Carb	11
Colonia Malzebier	8
Colonia	6
Colonia sem Alcool	13
Conti Malzbier	7
Conti	6
Crystal Fusion	17
Crystal Malzbier	14
Crystal	10
Crystal sem Alcool	16
Dado Bier	10
Dado Bier Lager	11
Devassa	8
Donna's Beer	10
Fass	4
Glacial	2
Golden	7
Guiness Draugh	45
Guitt's	6
Guitt's Malzbier	12
Heineken	19
Imperial	5
Itaipava fest	22
Itaipava Malzbier	15
Itaipava	8
Itaipava Premium	17
Itaipava sem Alcool	16
Kaiser Bock	14
Kaiser Gold	15
Kaiser	8
Kaiser Summer	15
Krill	4
Krill Malzbier	4
Kronenbier	17
Liber	17
Lokal Bier	6
Mae Preta	15
Malta	5
Mantiqueira	3
Murphy's Irish	42
Nobel	9
Nova Schin Malzbier	14
Nova Schin Munich	13
Nova Schin	7
Nova Schin sem Álcool	14
Nova Schin Zero Álcool	14
Petra Demais Tipos	27

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Petra Premium	16
Pils	5
Polar Export	12
Primus	5
Puerto del Mar	10
Samba	4
Santa Cerva	6
Santa Cerva Malzbier	13
Schneider	9
Skol 360	12
Skol Beats	20
Skol	11
Sol	7
Spoller Malzbier	13
Spoller	5
Spoller Puro Malte	7
Stell	5
Stella Artois	23
Xingu	16
Zanni	5
Zebu	7
Demais Importadas	22
Demais Nacionais Especiais	4
Demais Nacionais Pilsen	2

TABELA XI
(Valores em R$ por litro)

Produto	Cervejas de malte e cervejas sem álcool
Cód. TIPI	2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03
Embalagem	Vidro Descartável e outras embalagens não especificadas

Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS	Cofins
1	2,5000	2,6250	2,5800	0,1355	0,0226	0,1075
2	2,6251	2,7564	2,6800	0,1407	0,0235	0,1116
---	---	---	---	---	---	---
4	2,8944	3,0391	3,0083	0,1579	0,0263	0,1253
5	3,0392	3,1912	3,0667	0,1610	0,0268	0,1277
---	---	---	---	---	---	---
7	3,3509	3,5185	3,3833	0,1776	0,0296	0,1409
8	3,5186	3,6945	3,5781	0,1879	0,0313	0,1490
9	3,6946	3,8793	3,8081	0,1999	0,0333	0,1586
10	3,8794	4,0734	4,0367	0,2119	0,0353	0,1681
11	4,0735	4,2772	4,1169	0,2161	0,0360	0,1715
12	4,2773	4,4911	4,4484	0,2335	0,0389	0,1853
13	4,4912	4,7158	4,7021	0,2469	0,0411	0,1958
14	4,7159	4,9517	4,7667	0,2502	0,0417	0,1985
15	4,9518	5,1994	5,1327	0,2695	0,0449	0,2138
16	5,1995	5,4595	5,3512	0,2809	0,0468	0,2229
17	5,4596	5,7325	5,5816	0,2930	0,0488	0,2325
18	5,7326	6,0193	5,8326	0,3062	0,0510	0,2429
19	6,0194	6,3203	6,1970	0,3253	0,0542	0,2581
20	6,3204	6,6365	6,3756	0,3347	0,0558	0,2655
21	6,6366	6,9684	6,7063	0,3521	0,0587	0,2793
22	6,9685	7,3169	7,0538	0,3703	0,0617	0,2938
23	7,3170	7,6829	7,6285	0,4005	0,0667	0,3177
24	7,6830	8,0671	7,8613	0,4127	0,0688	0,3274
25	8,0672	8,4706	8,4551	0,4439	0,0740	0,3522
26	8,4707	8,8942	8,6016	0,4516	0,0753	0,3583
27	8,8943	9,3390	9,2514	0,4857	0,0810	0,3853
---	---	---	---	---	---	---
29	9,8062	10,2965	9,8752	0,5184	0,0864	0,4113
30	10,2966	10,8114	10,3333	0,5425	0,0904	0,4304
31	10,8115	11,3521	11,2166	0,5889	0,0981	0,4672
32	11,3522	11,9198	11,7557	0,6172	0,1029	0,4896
33	11,9199	12,5159	12,2790	0,6446	0,1074	0,5114
34	12,5160	13,1418	12,8382	0,6740	0,1123	0,5347
35	13,1419	13,7990	13,4930	0,7084	0,1181	0,5620
36	13,7991	14,4890	13,9310	0,7314	0,1219	0,5802
37	14,4891	15,2136	15,1078	0,7932	0,1322	0,6292
38	15,2137	15,9744	15,7592	0,8274	0,1379	0,6564
39	15,9745	16,7732	16,1332	0,8470	0,1412	0,6719
40	16,7733	17,6120	17,1944	0,9027	0,1505	0,7161
41	17,6121	18,4927	18,0269	0,9464	0,1577	0,7508
42	18,4928	19,4174	18,9671	0,9958	0,1660	0,7900
---	---	---	---	---	---	---
44	20,3885	21,4079	21,3422	1,1205	0,1867	0,8889
45	21,4080	22,4784	21,8000	1,1445	0,1908	0,9080
46	22,4785	23,6024	22,7592	1,1949	0,1991	0,9479
47	23,6025	24,7826	24,1049	1,2655	0,2109	1,0040
---	---	---	---	---	---	---
64	54,1000	56,8050	56,2039	2,9507	0,4918	2,3409
---	---	---	---	---	---	---
74	88,1244	92,5306	89,8231	4,7157	0,7860	3,7411
---	---	---	---	---	---	---
83	136,7110	143,5466	140,0811	7,3543	1,2257	5,8344

Distribuição das Marcas Comerciais para Tabela XI

Marca Comercial	Grupo
Amstel	34
Antarctica Malzebier	17
Antarctica	9
Antarctica Pilsen Cristal	17
Austria	25
Austria Weiss	32
Baden Baden Ale Golden	41
Baden Baden Barley Red Ale	41
Baden Demais Tipos	40
Baden Baden Tripel	83
Baden Baden Weiss	41
Bamberg Demais Tipos	38
Bamberg Munchen	37
Bamberg Pilsen	36
Bamberg Schwarzbier	40
Bauhaus	21
Bavaria	15
Bavaria sem alcool	17
Becks	33
Belco Pilsen	13
Belle Vue	40
Bierbaum	29
Bierland Demais Tipos	31
Bierland Pilsen	30
Birra Moretti	34
Black Princess Escura	35
Black Princess Gold	23
Bohemia Confraria	32
Bohemia Escura	23
Bohemia Oaken	29
Bohemia	18
Bohemia Royal Ale	31
Bohemia Weiss	27
Brahma Beats	16
Brahma	14
Brahma Extra	17
Brahma Fresh	10
Brahma Malzbier	19
Budweiser	29
Caracu	19
Cerpa Draft Beer	13
Cerpa Export	29
Cerpa Gold	14
Cintra	8
Colonia Malzebier	16
Colonia	11
Colorado Appia	41
Colorado Demais Tipos	40
Colorado Demoiselle	41
Colorado Indica	41
Conti	13
Cordoba	18
Crystal Malzbier	13
Crystal	10
Crystal Premium	16
Crystal sem Alcool	16
Dado Bier	19
Dado Bier Larger	10
Devassa Bem Loura	17
Devassa Loura	29
Devassa Demais Tipos	32
Devassa	32
Dos equis	27
Ecobier	4
Edelweiss	42
Eisenbahn 5	32
Eisenbahn Demais Tipos	33
Eisenbahn Lust	74
Eisenbahn Natural	34
Eisenbahn Strong Golden Ale	35
Eisenbahn Weihnac Ale	37
Eisenbahn Weizenbier	35
Franziskaner	37
Gluck	11
Guaratuba	12
Guitt's	10
Guitt's Malzbier	9
Heineken	22
Hoegaarden	39
Hops Cerveja Escura	2
Imperial	10
Imperial Ouro	18
Itaipava fest	20
Itaipava Malzbier	14
Itaipava	11
Itaipava Premium	18
Itaipava sem Álcool	17
Kaiser Bock	15
Kaiser Gold	18
Kaiser	12
Kaiser Summer	17
Kilsen Extra	17
Kilsen Malzebier	17
Krill	11
Krill Malzbier	16
Kronenbier	18
La Brunette	42
La Trape	64
Leffe	36
Liber	19
Licher Weizen	47
Liverpool	11
Lokal Bier	20
Lowenbrau	35
Murphy's Irish	38
Nobel Pilsen	12
Nortena	26
Nova Schin Malzbier	14
Nova Schin Munich	15
Nova Schin	11
Nova Schin sem Álcool	17
Nova Schin Zero Álcool	17
Opa Bier Pale Ale	35
Opa Bier	36
Opa Bier Porter	35
Opa Bier Sem Alcool	37
Opa Bier Weisen	37
Original	19
Patagônia	35
Patricia	26
Paulistania	33
Petra	41
Pilsen	24
Pilsner Urquell	47
Plier	12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Polar Bock	16
Polar Export	15
Primator	45
Primus	11
Puerto del Mar	14
Quilmes	25
Red Stripe	36
Saint Bier Demais tipos	23
Saint Bier Malzebier	7
Saint Bier Pilsen	5
Santa Cerva	12
Santa Cerva Malzbier	16
Schimitt Ale	39
Schimitt Barley Wine	44
Schneider	22
Selki Malzebier	16
Selki	13
Skol Beats	21
Skol	12
Sol	11
Sol premium	23
Spaten	36
Spoller Puro Malte	13
Starobrno	45
Steinecker Premium	11
Stella Artois	23
Therezopolis Gold	32
Warsteiner	38
Weltenburger Kloster	46
Xingu	18
Zanni	12
Zanni Malzbier	16
Zebu	14
Zehn Bier	15
Demais Importadas	25
Demais Nacionais Especiais	4
Demais Nacionais Pilsen	1

Notas Explicativas (Tabelas IX, X e XI)

1. Salvo se expresso na marca comercial constante da tabela, os valores para os produtos identificados aplicam-se a todos os seus tipos e variações.

2. A classificação "Demais Importadas" refere-se a cervejas importadas, que não estejam expressamente relacionadas.

3. A classificação "Demais Nacionais Especiais" refere-se a marcas comerciais de cervejas não expressamente relacionadas e que sejam do tipo premium, extra, malzbier, sem álcool, pilsen extra, etc.

4. Marcas comerciais nacionais lançadas após a divulgação da tabela deverão se enquadrar com "Demais Nacionais Especiais" ou "Demais Nacionais Pilsen", conforme o caso específico.

5. O valor de tributo devido informado na tabela não está ajustado por eventual redução de alíquota ou base de cálculo prevista na legislação. Cabe ao contribuinte, observada a legislação pertinente, efetuar os ajustes necessários.

6. Imprecisões, como erros de grafia ou denominação incompleta, não descaracterizam o enquadramento da marca comercial.

7. As Tabelas IX, X e XI não se aplicam nos casos em que cervejas de malte, classificadas no código 2203.00.00, são vendidas a granel, inclusive diretamente para o consumidor final (por exemplo, nas microcervejarias). Neste caso, aplica-se a Tabela XII.

8. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela IX, o valor-base representa 37,5% (trinta e sete inteiros e cinco décimos por cento) do preço de referência.

9. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela X, o valor-base representa 40% (quarenta por cento) do preço de referência.

10. Para efeito de cálculo dos tributos da Tabela XI, o valor-base representa 35% (trinta e cinco por cento) do preço de referência.

TABELA XII (Valores em R$ por litro)			
Produto	Chope		
Cód. TIPI	2203.00.00 Ex 01		
Embalagem	Todas		
Preço de Referência	Tributos Devidos		
	IPI	PIS	Cofins
7,7857	0,4087	0,0681	0,3243

Notas Explicativas (Tabela XII)

1. A Tabela XIII se aplica também às cervejas de malte, classificadas no código 2203.00.00, quando vendidas a granel, inclusive diretamente para o consumidor final (por exemplo, nas microcervejarias).

2. Para efeito de cálculo dos tributos, o valor-base representa 35% (trinta e cinco por cento) do preço de referência.

PORTARIA Nº 3.182, DE 29 DE JULHO DE 2011

Altera a Portaria RFB nº 2.439, de 21 de dezembro de 2010, que estabelece procedimentos a serem observados na comunicação ao Ministério Público Federal de fatos que configurem, em tese, crimes contra a ordem tributária; contra a Previdência Social; contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional; contra Administração Pública Estrangeira; bem como crimes de contrabando ou descaminho, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Os arts. 4º, 5º e 6º da Portaria RFB nº 2.439, de 21 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e aos crimes contra a Previdência Social, definidos nos arts. 168-A e 337-A do Código Penal, será formalizada e protocolizada em até 10 (dez) dias contados da data da constituição do crédito tributário.

§ 1º A representação fiscal deverá permanecer no âmbito da unidade de controle até a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente ou na ocorrência das hipóteses previstas no art. 5º, respeitado o prazo legal para cobrança amigável, caso o processo seja formalizado em papel.

§ 2º A representação fiscal poderá ser formalizada em processo digital, desde que não contenha elementos passíveis de perícia ou que caracterizem falsidade material ou ideológica.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a representação fiscal será apensada ao processo administrativo-fiscal e, cumprirá o rito processual deste, caso o crédito tributário seja impugnado.

§ 4º Os autos da representação fiscal, juntamente com cópia da respectiva decisão administrativa, deverão ser arquivados na hipótese de o correspondente crédito tributário ser extinto pelo julgamento administrativo, pelo pagamento ou pela quitação do parcelamento." (NR)

"Art. 5º .....

.....

II - da exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento do crédito tributário;

III - da lavratura de auto de infração ou da expedição de notificação de lançamento de que não resulte exigência de crédito tributário.

Parágrafo único. ....." (NR)

"Art. 6º .....

.....

II - ser formalizada em autos separados e protocolizada na mesma data da lavratura do auto de infração, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 29 DE JULHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ (MA), no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 35, da Instrução Normativa nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e em razão do que consta no processo administrativo nº 10325.001524/2010-99, declara:

BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 04.755.241/0001-00, KHISTIANE SANTOS GOMES, por cancelamento no órgão de registro, por indicativo de fraude, fato comprovado por exame grafotécnico e homologado pela Junta Comercial do Maranhão, operando-se efeitos retroativos à data de abertura.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da publicação de sua baixa.

MARCELO CUNHA GUIMARÃES

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara inscrito no registro especial para realização operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a empresa que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo nº 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 2° da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas, e face ao que consta do processo nº 10425.720.512/2011-10, declara:

Art.1º Inscrito no registro especial instituído pela Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, alterada pela Lei n° 12.058, de 13 de outubro de 2009, o estabelecimento da empresa EDITORA JORNAL DA PARAÍBA LTDA, CNPJ nº 08.703.373/0002-11, com sede à Rua Almeida Barreto, n° 534 A, São José, Campina Grande/PB, que realiza operações com papel destinado à impressão de jornais, na atividade de Gráfica (impressor de livros jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária) sob o número GP-04302/16, nos termos do inciso V do artigo 1°, da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

Art.2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE DOMINGOS DE MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara inscrito no registro especial para realização operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a empresa que especifica.

A DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo nº 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 2° da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas, e face ao que consta do processo nº 10425.720.511/2011-75 declara:

Art.1º Inscrito no registro especial instituído pela Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, alterada pela Lei n° 12.058, de 13 de outubro de 2009, o estabelecimento da empresa EDITORA JORNAL DA PARAÍBA LTDA, CNPJ nº 08.703.373/0002-11, com sede à Rua Almeida Barreto, n° 534 A, São José, Campina Grande/PB, que realiza operações com papel destinado à impressão de jornais, na atividade de Usuário (empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódicos), sob o número UP-04302/15, nos termos do inciso II do artigo 1°, da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

Art.2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE DOMINGOS DE MEDEIROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 29 DE JULHO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 220 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso IV, § 1º , artigos 2º e 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo administrativo nº 18019.000134/2011-58, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o nº 04102/027, o estabelecimento da empresa CISA TRADING S/A, CNPJ Nº 39.373.782/0009-05, estabelecida no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, S/N, LT AGRI FS 644/645, S1, Núcleo 2, Petrolina-PE, de acordo com os autos do processo administrativo nº 18019.000134/2011-58..

Art. 2º O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações citadas na IN SRF nº 504/2005, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial.

HERBERT CAVALCANTE VASCONCÉLOS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Inspetor da Receita Federal do Brasil no Recife, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

INCLUIR no Registro de Despachante Aduaneiro a(s) seguinte(s) pessoas físicas:

Nº de Inscrição	Nome	CPF	Nº de Processo
4D.0.350	Alex Filipi Soares da Silva	076.755.534-11	10480.721.421/2011-37

EXCLUIR do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a(s) pessoas físicas: agora inscritas como Despachantes Aduaneiros:

Nº de Inscrição	Nome	CPF	Nº de Processo
4A.0.398	Alex Filipi Soares da Silva	076.755.534-11	10480.721.421/2011-37

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GINALDO ANTONIO FREIRE

5ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 29 DE JULHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria SRRF05 nº 461, de 17 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2010, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 12689.001386/2004-04, declara:

Art. 1º Fica a empresa PERBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.451/0001-47, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos.

Parágrafo Único: Encontra-se identificado no Anexo o estabelecimento que poderá utilizar o Repetro.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência das situações previstas nos incisos II e III do art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PETER TOFTE

ANEXO

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	LOCALIZAÇÃO	Nº D0 CONTRATO	TERMO FINAL
15.126.451/0001-47	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas terrestres sob a jurisdição da UN-RNCE dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará.	2500.0064907.11.2	09/07/2015 prorrogação
15.126.451/0001-47	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.		2500.0041655.08.2	06/10/2012 prorrogação
15.126.451/0001-47	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.		2500.0041610.08.2	05/10/2012 prorrogação

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

PORTARIA Nº 69, DE 29 DE JULHO DE 2011

Declara cancelada Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa - CPD-EN.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 429, combinado com o art. 439, I, da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA, desde a sua emissão, ocorrida em 21/03/2011, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 143412011-17026010, em nome da empresa IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, CNPJ: 33.255.787/0001-91, em virtude de revogação da decisão judicial que amparou sua emissão originária, emitida nos autos do processo judicial nº 0079152-36.1997.4.02.5101.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 29 DE JULHO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, com base nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (e alterações posteriores), e nas disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010 (e alterações posteriores), resolve:

Art. 1° Tornar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade AGL Consultoria e Agenciamentos Ltda - CNPJ: 03.791.579/0001-46 , conforme artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010.

Art. 2° A presente declaração de inaptidão baseia-se na falta de regularização cadastral e no não atendimento à intimação constante do Edital Demac/RJO N° 03, de 04 de novembro de 2010, afixado em dependência franqueada ao público (Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC/Demac/RJO) em 17/11/2010 e desafixado em 02/12/2010, constatando-se a inexistência de fato do contribuinte, e a sua não localização no endereço constante do cadastro de CNPJ desta RFB, de acordo com o art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010, e em conformidade com os registros contidos no processo administrativo nº: 10569.000191/2010-18.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 224, DE 29 DE JULHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2.010 e nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ENSCO BRAZIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo 10768.001341/2011-45				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº do CONTRATO	Termo Final
40.409.542/0001-37	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em que a Contratante seja concessionária da ANP, nos termos da Lei nº 9.478/1997	2050.0063670.10.2 (afretamento) 2050.0063671.10.2 (serviços) ENSCO 7500 Concessão do Regime de admissão temporária condiciconada ao atendimento do § 10, do Art. 17, da IN RFB nº 844, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	08.09.2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 35, DE 29 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 2008.99.00 Descrição da mercadoria: Polpa da fruta mamão, obtida da separação das cascas e sementes da polpa dos frutos sadios próprios para processamento, embalada assepticamente em sacos plásticos denominados "bags", sem adição de conservantes.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 20.08), RGI 6 (texto da subposição 2008.99) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 36, DE 29 DE JULHO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 2008.20.90 Descrição da mercadoria: Polpa da fruta abacaxi, obtida da separação das cascas e coroa da polpa dos frutos sadios próprios para processamento, embalada assepticamente em sacos plásticos denominados "bags", sem adição de conservantes.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 20.08), RGI 6 (texto da subposição 2008.20) e RGC-1 (texto do item 2008.20.90) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 25 DE JULHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 12448.726840/2011-97, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para o Sr. Luis Carlos Pereira Cravo, CPF nº 905.846.607-82, o veículo marca: BMW, modelo: 330i, tipo: passeio, ano de fabricação: 2006, modelo 2007, cor prata, chassis nº WBAVB31067VF34262, em nome do Consulado Geral da Federação da Rússia no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 04.761.890/0001-05, importado por meio da DI nº 07/0230295-8, desembaraçada em 06/03/2007 pela Alfândega do Porto de Vitória - ES.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 26 DE JULHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720114/2011-21, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, sem promitente comprador, o veículo marca: Honda, modelo: CRV-EXL, Caminhonete, ano de fabricação/modelo 2008, cor prata, chassis nº 3CZRE28708G500632, em nome de Marco Colbacchini, funcionário administrativo do Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro/RJ, CPF nº 060.549.327-80, importado por meio da DI nº 08/0811907-3, desembaraçada em 09/06/2008 pela Alfândega do Porto de Santos - SP.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara NULAS Inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial de 14 de junho de 2010, declara:

Art. 1º: NULAS, as inscrições CPF nº 405.004.618-05 e 118.187.066-60 por fraude, na forma prevista no Artigo 32, c.c. Artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.001139/2010-51.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES LINO BARBOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara NULAS Inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial de 14 de junho de 2010, declara:

Art. 1º: NULAS, as inscrições CPF nº 300.893.228-27 e 302.372.828-36 por fraude, na forma prevista no Artigo 32, c.c. Artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.000301/2010-13.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES LINO BARBOSA FILHO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 27 DE JULHO DE 2011

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6° a 13° da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01, de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
57.656.779/0001-15

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza a empresa que menciona a utilizar os procedimentos da Instrução Normativa RFB nº 562/2005

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso II do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 562, de 19 de agosto de 2005, e à vista do que consta do processo nº 12782.000029/2011-81, declara:

1. Fica a empresa WAIVER LOGÍSTICA BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 08.726.359/0001-52, autorizada a utilizar os procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 562, de 19 de agosto de 2005, para os despachos aduaneiros de admissão temporária e de reexportação de bens destinados ao evento desportivo "FÓRMULA 1 GRANDE PRÊMIO PETROBRÁS DO BRASIL", a realizar-se no período de 25 a 27 de novembro de 2011, no Autódromo Municipal José Carlos Pace - Interlagos - São Paulo - Capital.

2. A operação de que trata o item 1 fica condicionada à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

3. Em conformidade com o §4º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 562/2005, fica fixado como prazo máximo para a permanência dos bens no País o período compreendido entre 26 de outubro e 27 de dezembro de 2011.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 28 DE JULHO DE 2011

Prorroga até 30/08/2011 a habilitação ao REPETRO da empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e à vista do que consta do processo nº 12782.000067/2010-53, declara:

1. Fica prorrogada para 30 de agosto de 2011 a habilitação da empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santanense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, para utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008 durante a execução do Contrato de Prestação de Serviços nº DR-003-2010 relativo à embarcação "SEA PANTHER", para prestação de serviços na Bacia de Campos - bloco C-M-560, na área denominada BM-C-37, firmado em 03 de setembro de 2010 com a empresa MAERSK OIL BRASIL LTDA., concessionária da respectiva área em conformidade com o Contrato ANP nº 48610.001366/2008-18.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Fica prorrogada para 30 de agosto de 2011 a autorização para a empresa ora habilitada compartilhar a embarcação referida no item 1 acima durante a execução do Contrato de Serviços nº DR-003-2010, firmado em 02 de fevereiro de 2011 com a empresa STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA., concessionária das áreas denominadas BM-C-7 e BM-C-47 na Bacia de Campos, conforme os contratos 48000.003887/2000 e 48610.001365/2008-65, respectivamente.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE JULHO DE 2011

Prorroga até 30/08/2011 a habilitação ao REPETRO da empresa que menciona

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e à vista do que consta do processo nº 12782.000066/2010-17, declara:

1. Fica prorrogada para 30 de agosto de 2011 a habilitação da empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santanense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, para utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008 durante a execução do Contrato de Prestação de Serviços nº DR-004-2010 relativo à embarcação "SEA TIGER", para prestação de serviços na Bacia de Campos - bloco C-M-560, na área denominada BM-C-37, celebrado com a empresa MAERSK OIL BRASIL LTDA., concessionária da respectiva área em conformidade com o Contrato ANP nº 48610.001366/2008-18.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

3. Fica prorrogada para 30 de agosto de 2011 a autorização para a empresa ora habilitada compartilhar a embarcação referida no item 1 acima durante a execução do Contrato de Serviços nº DR-004-2010, firmado com a empresa STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA., concessionária das áreas denominadas BM-C-7 e BM-C-47 na Bacia de Campos, conforme os contratos 48000.003887/2000 e 48610.001365/2008-65, respectivamente.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRA IVETE RAU VITALI

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 12 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria: 7308.90.90 Estrutura para tampa de caixa de inspeção, composta por uma base (quadro de cantoneiras de aço), a ser instalada no piso, e uma tampa (requadro de cantoneiras de aço, com barras de aço verticais e horizontais soldadas, e um batoque central dotado de furo com rosca), a ser preenchida com concreto e, opcionalmente, revestida com acabamento de piso, fabricante Geometal Construções Metálicas Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 73.08 e da subposição 7308.90), c/c RGC-1, todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria 7315.82.00 Correntes de aço, grau 8, de elos curtos, soldados, com diâmetro nominal de 6 a 36 mm, destinadas ao uso em elevadores, travessões e talhas, para elevação de carga, com capacidades máximas de 1.120 a 40.000 kg. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 73.15, da subposição de 1º nível 7315.8 e da subposição de 2º nível 7315.82), todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 27, DE 18 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria: 3824.90.89 Preparação para a higiene das mãos, constituída por álcool etílico, água, glicerina, carbômero e trietanolamina, na forma de um gel, acondicionado em frasco plástico com 50 g, e em frasco plástico com válvula dosadora, com 140 g e 250 g, denominado Gel Higienizante para as Mãos BioClean. Fabricante: Pro Descart Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 38.24 e da subposição 3824.90), c/c RGC-1, todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 28, DE 25 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria 7315.82.00 Lingas de aço, grau 8, com um conector Clévis e 1, 2 ou 4 braços, compostos por corrente de diâmetro nominal de 6 a 16 mm e gancho com trava, próprias para elevação de carga, com capacidades máximas de 1.120 a 11.800 kg, modelos H1/GSH, H2/GSH e H4/GSH. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

CÓDIGO TIPI Mercadoria 7315.82.00 Lingas de aço, grau 8, com encurtador e 1, 2 ou 4 braços, compostos por corrente de diâmetro nominal de 6 a 16 mm, gancho com trava e gancho Clévis, próprias para elevação de carga, com capacidades máximas de 1.120 a 11.800 kg, modelos H1V/GSH, H2V/GSH e H4V/GSH. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª , 2.ªb c/c 3.ªb e 6.ª (textos da posição 73.15, da subposição de 1º nível 7315.8 e da subposição de 2º nível 7315.82), todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29, DE 25 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria 7326.90.90 Ganchos de elevação de carga, de aço forjado, grau 8, com ou sem olhal, com ou sem trava de segurança, modelos GSH, AGH, AOH, VH, WHO, OH, OHK e GOK. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 73.26 e da subposição 7326.90), c/c RGC-1, todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 30, DE 27 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TEC: Mercadoria 3004.32.90 Medicamento contendo como princípio ativo o furoato de mometasona, um glicocorticóide tópico com propriedade anti-inflamatória local, para tratamento da rinite alérgica, na forma de um líquido, acondicionado em frasco plástico de 18 g ou 9 g, dotado de válvula spray, denominado Nasonex®.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 30.04, da subposição de 1º nível 3004.3 e da subposição de 2º nível 3004.32), c/c RGC-1, todas da TEC, do Mercosul (Decreto nº 2.376, de 1997 - Anexos Resolução Camex nº 43, de 2006, e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 31, DE 27 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria: 6810.99.00 Churrasqueira pré-moldada, por montar e inacabada, cujas peças são fabricadas com argila expandida, cimento e água, acompanhada de pequenas partes de aço inox: porta-espeto, grelha e gaveta de cinzas, mas não acompanhada de material de revestimento, rejunte e tijolos refratários, apresentando as seguintes dimensões, após a montagem: 2,15 m de altura, 54 cm de profundidade, 63 cm de largura e 280 kg de peso. Fabricante: Arceprem Artefatos Cerâmicos Pré-Moldados Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 68.10, da subposição de 1º nível 6810.9 e da subposição de 2º nível 6810.99), todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 32, DE 27 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria 7315.90.00 Conectores de aço, para lingas de corrente, constituídos por duas alças, pino e mola, próprios para elevação de carga, com capacidades máximas de 1.120 a 31.500 kg, comercialmente denominados "elos de união VS", modelos VS-6, VS-8, VS-10, VS-13, VS-16, VS-20, VS-22, VS-26 e VS-32. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª , 2.ªb c/c 3.ªb e 6.ª (textos da posição 73.15 e da subposição 7315.90), todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 33, DE 28 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: Mercadoria 7315.90.00 Anéis de carga de aço, grau 8, para lingas de corrente, próprios para elevação de carga, com capacidades máximas de 1.120 a 63.000 kg, comercialmente denominados de "elos de sustentação", modelos AK1, AK2, AK3/AK4, Elo B, ES, ESM e ESMA. Fabricante Rud Correntes Industriais Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª , 2.ªb c/c 3.ªb e 6.ª (textos da posição 73.15 e da subposição 7315.90), todas da TIPI (Decreto nº 6.006, de 2006 e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 34, DE 28 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TEC: Mercadoria 2309.90.90 Aditivo acidificante para a água de beber de aves e suínos, na forma de um líquido transparente bege claro, constituído por ácido fórmico, ácido acético, ácido propiônico, ácido sórbico e água, a ser adicionado à água, na proporção de 2,0 a 5,0 litros para cada 1.000 litros, acondicionado em frascos plásticos de 5 litros e 25 litros, denominado Evacide S Liquid. Fabricante: Nutri Ad International NV.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGIs 1.ª e 6.ª (textos da posição 23.09 e da subposição 2309.90), c/c RGC-1, todas da TEC, do Mercosul (Decreto nº 2.376, de 1997 - Anexos Resolução Camex nº 43, de 2006, e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 35, DE 29 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TEC: Mercadoria 3804.00.20 Aditivo aglutinante para ração animal, constituído por lignossulfonato de cálcio (94,00% em peso) e goma arábica (6,00% em peso), utilizado na fabricação da ração para melhorar a qualidade física dos péletes, acondicionado em sacos de papel de 25 kg, denominado Nutri-Bind Aqua Veg Dry. Fabricante: Nutri Ad International NV.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1.ª (texto da posição 38.04), c/c RGC-1, todas da TEC, do Mercosul (Decreto nº 2.376, de 1997 - Anexos Resolução Camex nº 43, de 2006, e alterações posteriores), com os esclarecimentos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Decreto nº 435, de 1992 - alterado pela IN RFB nº 807, de 2008, e IN RFB nº 1.072, de 2010).

SANDRA IVETE RAU VITALI
Chefe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 28 DE MAIO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT n° 65/2011, de 02/03/2011, e ao que consta do Processo 10314.003621/2011-32, em tramitação nesta Inspetoria, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Mercedes Benz , modelo E 230, ano-fabricação 1997, ano-modelo 1997, chassi WDB210037VA435971, cor verde, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à EMBAIXADA DO REINO DA TAILÂNDIA, desembaraçado com privilégio diplomático, em 05/08/1998, através da declaração de importação nº 98/0511666-2, registrada na Alfândega Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. SOMCHAI ANSUJ, CPF 225.439.020-15, dispensado do pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 17, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a necessidade de agendamento dos atendimentos de habilitação ao RADAR.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Renumerar o parágrafo único do art. 2º da Ordem de Serviço IRF/SPO nº 5/2011, publicada no DOU de 15/04/2011, Seção 1, pág. 24, 25 e 26, para § 1º, acrescentando os §§ 2º e 3º ao mesmo artigo, como segue:

"Art. 2º ...

§ 1º ...

§ 2º - O comprovante de agendamento do atendimento gerado pelo Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - SAGA deverá ser digitalizado e juntado ao respectivo e-processo.

§ 3º - Somente os Chefes da EQHAB, da EQFIN ou do SEFIA II poderão autorizar o atendimento não agendado pelo SAGA, por meio de despacho, o qual será juntado ao e-processo."

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO BALAGUER

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara sem efeito a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau, MÁRIO SUEKI SONOMURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, 21 de Dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito, a partir de 29 de Março de 2011, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa N° 6421/2011, com data de emissão de 29 de Março de 2011 em nome de Back Serviços Especializados Ltda, CNPJ nº 75.285.965/0001-77, expedida pela Agência da Receita Federal em Rio do Sul/SC, face a decisão judicial que cassou a determinação de sua expedição.

Art. 2º Desta forma, a contar 29 de Março de 2011, ficam cancelados os efeitos da certidão discriminada no artigo. anterior, devendo ser recusada por qualquer instituição pública ou privada à qual venha a ser apresentada.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no artigo 2º, para o qual a apresentação da Certidão nº 06421/2011, tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

MARIO SUEKI SONOMURA

PORTARIA Nº 2, DE 27 DE JULHO DE 2011

Declara sem efeito a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau, MÁRIO SUEKI SONOMURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, 21 de Dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito, a partir de 29 de Março de 2011, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa N° 6586/2011, com data de emissão de 29 de Março de 2011 em nome de Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, CNPJ nº 85.787.737/0001-59, expedida pela Agência da Receita Federal em Rio do Sul/SC, face a decisão judicial que cassou a determinação de sua expedição.

Art. 2º Desta forma, a contar de 29 de Março de 2011, ficam cancelados os efeitos da certidão discriminada no artigo. anterior, devendo ser recusada por qualquer instituição pública ou privada à qual venha a ser apresentada.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no artigo 2º, para o qual a apresentação da Certidão nº 006586/2011, tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

MARIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 19 DE JULHO DE 2011

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721289/2011-71, declara:

Art. 1º Concedida a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a da empresa CBEMI - CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA, CNPJ no 83.720.060/0001-06, relativa ao projeto Concessão da Rodovia BR-116/PR/SC, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 225 e seu anexo I, de 17 de setembro de 2008, do Ministério de Estado dos Transportes, de titularidade da empresa Autopista Planalto Sul S.A., CNPJ no 09.325.109/0001-73, habilitada ao Reidi pelo Ato Declaratório Executivo ADE nº 306, de 19 de dezembro de 2008, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville - SC.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 27 DE JULHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721190/2011-70, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. CNPJ no 07.753.727/0001-99, relativa ao projeto Projeto de Transmissáo de Energia Elétrica, relativo à Subestação Foz do Chapecó, de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 190 e seu anexo I, de 19 de março de 2011, do Ministério de Estado de Minas e Energia..

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 27 DE JULHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721324/2011-52, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa Eólica Porto das Barcas S.A., CNPJ no 09.438.017/0001-08, relativa ao projeto Central Geradora Eólica EOL Porto do Delta, de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 380 e seu anexo I, de 29 de junho de 2011, do Ministério de Estado de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 27 DE JULHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721325/2011-05, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa Central Eólica Fleixeiras I Ltda, CNPJ no 09.096.120/0001-09, relativa ao projeto Central Geradora Eólica EOL Canaã, de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 430 e seu anexo I, de 12 de julho de 2011, do Ministério de Estado de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 27 DE JULHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721326/2011-41, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa Central Eólica Mundaú S.A., CNPJ no 08.629.553/0001-10, relativa ao projeto Central Geradora Eólica EOL Mundaú, de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 438 e seu anexo I, de 14 de julhode 2011, do Ministério de Estado de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

PORTARIA Nº 71, DE 28 DE JULHO DE 2011

Altera a Portaria ALF/PGA nº 14, de 25 de fevereiro de 2011, publicada no DOU n.º 46, de 9 de março de 2011, Seção 2, págs. 33 e 34, alterada pela Portaria ALF/PGA nº 48, de 31 de maio de 2011, publicada no DOU n.º 104, de 1.º de junho de 2011, Seção 2, pág. 63.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1.º Os arts. 10 e 11 da Portaria ALF/PGA nº 14, de 25 de fevereiro de 2011, publicada no DOU n.º 46, de 9 de março de 2011, Seção 2, págs. 33 e 34, alterada pela Portaria ALF/PGA nº 48, de 31 de maio de 2011, publicada no DOU n.º 104, de 1.º de junho de 2011, Seção 2, pág. 63, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

"Art. 10…

…

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - autorizar a destruição de mercadoria importada, que tenha sido objeto de avaria, quando proposta tal medida pela Comissão de Vistoria designada.

...

Art. 11. Delegar competências ao Chefe da Sadad e ao Chefe da EAD03 para a prática dos seguintes atos no âmbito de suas respectiva área de competência:

...

IX - exigir, quando for o caso, garantia das obrigações fiscais, constituída em termo de responsabilidade, na aplicação do regime especial de trânsito aduaneiro, nos termos do art. 337, parágrafo único, do RA;

X - decidir sobre pedidos de redestinação de mercadoria estrangeira nos casos de erro manifesto ou comprovado de expedição."

Art. 2.º Revogar os incisos I, III e IV do art. 5.º da Portaria ALF/PGA nº 14, de 25 de fevereiro de 2011.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 156, DE 28 DE JULHO DE 2011

Cancela Registro Especial Provisório.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 4º, § 2° da Instrução Normativa SRF n° 1.026, de 16 de abril de 2010, e o despacho exarado no processo n° 11020.003502/2010-56, declara:

Artigo único. Está cancelado o Registro Especial Provisório de engarrafador de bebidas, pertencente ao estabelecimento da empresa Mario Zanrosso Industria de Vinhos Ltda, CNPJ nº 90.607.003/0001-80, situado na Rua Ludovico Cavinato, 896, Bairro Nossa Senhora da Saúde, no município de Caxias do Sul - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a alteração da denominação do código de receita 2009.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 265 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e no art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, declara:

Art. 1º A denominação do código de receita 2009, utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), fica alterada para "R D Ativa - Multa Processual Penal - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, declara:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 2871 - R D Ativa - Multa Polícia Federal - Controle e Fiscalização de Produtos Químicos para ser utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf)

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 87 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, no § 8º do inciso II do art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e no inciso I do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, declara:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 2888 - R D Ativa - Multas Diversas - SPU para ser utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, declara:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 2894 - R D Ativa - Fiset - Florestamento e Reflorestamento para ser utilizado no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 28 DE JULHO DE 2011

Divulga códigos de receita para depósito judicial ou extrajudicial e consolida em tabela os códigos vigentes a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, no Decreto nº 2.850, de 27 de novembro de 1998, e na Instrução Normativa SRF nº 421, de 10 de maio de 2004, declara:

Art. 1º Os códigos de receita para depósito judicial ou extrajudicial a serem utilizados no preenchimento do campo 12 do Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente (DJE), a que se refere a Instrução Normativa SRF nº 421, de 10 de maio de 2004, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Codac nº 74, de 13 de agosto de 2009.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Item	Código de Receita	Especificação da Receita
		CÓDIGOS PARA DEPÓSITO JUDICIAL
1	0163	Receita dos Direitos Antidumping e Compensatórios - Depósito Judicial
2	0216	Depósito Judicial - Outros - Aduaneiros
3	0701	Parcelamento - Art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006 - Depósito Judicial
4	0868	Pasep - Depósito Judicial
5	1382	Lei 11.941/2009 (arts. 1º a 13) - PGFN - Débitos Previdenciários - Depósito Judicial
6	1399	Lei 11.941/2009 (arts. 1º a 13) - PGFN - Débitos Não Previdenciários - Depósito Judicial
7	1415	Lei 11.941/2009 (arts. 1º a 13) - RFB - Débitos Previdenciários - Depósito Judicial
8	1421	Lei 11.941/2009 (arts. 1º a 13) - RFB - Débitos Não Previdenciários - Depósito Judicial
9	1947	PIS - Importação - Depósito Judicial
10	1994	Cofins - Importação - Depósito Judicial
11	2226	Contribuição Segurado - Depósito Judicial
12	2300	Contribuição Empresa/Empregador - Depósito Judicial
13	2420	Multa Isolada Previdenciária - Depósito Judicial
14	2450	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Salário Educação - Depósito Judicial
15	2466	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - Depósito Judicial
16	2472	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Depósito Judicial
17	2489	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo Aeroviário - Depósito Judicial
18	2505	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Diretoria de Portos e Costas - DPC - Depósito Judicial
19	2528	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - Depósito Judicial
20	2534	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social de Transporte - Sest - Depósito Judicial
21	2557	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - Depósito Judicial
22	2563	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social da Industria - Sesi - Depósito Judicial
23	2570	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - Depósito Judicial
24	2586	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social do Comércio - Sesc - Depósito Judicial
25	2592	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - Sebrae - Depósito Judicial
26	2602	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop - Depósito Judicial
27	6648	Parcelamento Lei nº 10.684/2003 (Paes) - Depósito Judicial
28	7363	Imposto de Importação - Depósito Judicial
29	7389	IPI - Outros - Depósito Judicial
30	7391	IPI Vinculado à Importação - Depósito Judicial
31	7416	IRPF - Depósito Judicial
32	7429	IRPJ - Depósito Judicial
33	7431	IRRF - Depósito Judicial
34	7444	IOF - Depósito Judicial
35	7457	ITR - Depósito Judicial
36	7460	PIS - Depósito Judicial
37	7485	CSLL - Depósito Judicial
38	7498	Cofins - Depósito Judicial
39	7512	CPMF - Depósito Judicial
40	7525	Receita Dívida Ativa - Depósito Judicial Justiça Federal
41	7961	Receita Dívida Ativa - Depósito Judicial Justiça Estadual
42	8047	Depósito Judicial - Outros
43	8811	Refis - Depósito Judicial
		CÓDIGOS PARA DEPÓSITO EXTRAJUDICIAL
44	0174	Receita dos Direitos Antidumping e Compensatórios - Depósito Administrativo
45	0229	Depósito Administrativo - Outros - Aduaneiros
46	0447	PIS - Importação - Depósito Administrativo
47	0855	Cofins - Importação - Depósito Administrativo
48	0860	Pasep - Depósito Administrativo
49	2619	Contribuição Segurado - Depósito Administrativo
50	2625	Contribuição Empresa/Empregador - Depósito Administrativo
51	2654	Multa Isolada Previdenciária - Depósito Administrativo
52	2677	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Salário Educação - Depósito Administrativo
53	2683	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - Depósito Administrativo
54	2716	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Depósito Administrativo
55	2722	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo Aeroviário - Depósito Administrativo
56	2739	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Diretoria de Portos e Costas - DPC - Depósito Administrativo
57	2745	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - Depósito Administrativo
58	2774	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social de Transporte - Sest - Depósito Administrativo
59	2780	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - Depósito Administrativo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

60	2797	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social da Indústria - Sesi - Depósito Administrativo
61	2813	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - Depósito Administrativo
62	2820	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social do Comércio - Sesc - Depósito Administrativo
63	2842	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - Sebrae - Depósito Administrativo
64	2859	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop - Depósito Administrativo
65	7538	Imposto de Importação - Depósito Administrativo
66	7540	IPI - Outros - Depósito Administrativo
67	7553	IPI Vinculado à Importação - Depósito Administrativo
68	7566	IRPF - Depósito Administrativo
69	7581	IRPJ - Depósito Administrativo
70	7594	IRRF - Depósito Administrativo
71	7619	IOF - Depósito Administrativo
72	7621	ITR - Depósito Administrativo
73	7634	PIS - Depósito Administrativo
74	7647	CSLL - Depósito Administrativo
75	7650	Cofins - Depósito Administrativo
76	7662	CPMF - Depósito Administrativo
77	7880	Multas Isoladas Diversas - Depósito Administrativo
78	8050	Depósito Administrativo - Outros
79	8944	II - Imposto de Importação - Canal cinza - Depósito Administrativo
80	8957	IPI Vinculado à Importação - Canal cinza - Depósito Administrativo

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a instituição de códigos de receita para os casos que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 149 e § 2º do art. 212 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 113 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); no inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971; nos arts. 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942; nos arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944; nos arts. 4º e 5º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946; no art. 3º do Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946; no art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946; no inciso II do art. 2º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955; no § 2º do art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965; no art. 1º da Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968; nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970; no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974; no § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990; na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; no § 6º do art. 57 e arts. 133 e 134 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991; nos incisos I e II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993; nos arts. 10, e 12, no § 1º do art. 25 e no art. 25-A da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994; no art. 15 da nº Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996; no art. 6º da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; no art. 1º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998; nos §§ 1º e 2º do art. 1º e arts. 4º e 8º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003; no inciso I do art. 9º da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998; e no art. 395 da Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Ficam instituídos os códigos de receita constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo para serem utilizados no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Item	Código de Receita	Especificação da Receita
1	2096	Contribuição Segurados - Lançamento de Ofício
2	2141	Contribuição Empresa/Empregador - Lançamento de Ofício
3	2158	Contribuição Riscos Ambientais/Aposentadoria Especial - Lançamento de Ofício
4	2193	Contribuição Sujeita a Retenção Previdenciária - Lançamento de Ofício
5	2164	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Salário Educação - Lançamento de Ofício
6	2187	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - Lançamento de Ofício
7	2249	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Lançamento de Ofício
8	2255	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo Aeroviário - Lançamento de Ofício
9	2261	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Diretoria de Portos e Costas - DPC - Lançamento de Ofício
10	2278	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - Lançamento de Ofício
11	2290	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social de Transporte - Sest - Lançamento de Ofício
12	2317	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - Lançamento de Ofício
13	2323	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social da Industria - Sesi - Lançamento de Ofício
14	2346	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - Lançamento de Ofício
15	2352	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social do Comercio - Sesc - Lançamento de Ofício
16	2369	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - Sebrae - Lançamento de Ofício
17	2381	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop - Lançamento de Ofício
18	2398	Multa Isolada Compensação Previdenciária Indevida
19	2408	Multa Regulamentar Descumprimento de Obrigação Acessória Previdenciária - Lançamento de Ofício
20	2414	Glosa de Compensação Previdenciária - Lançamento de Ofício

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

PORTARIA Nº 3.187, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre metas de aplicação de horas a julgamento de processos nas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ).

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 1.910, de 13 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) devem aferir, mensalmente, o "Índice de Aproveitamento de Horas no Julgamento" (IAH), simultaneamente com o "Índice de Aderência ao IAH".

§ 1º Os índices de que trata o caput serão calculados pelos critérios estabelecidos na Portaria RFB nº 1.910, de 13 de outubro de 2010.

§ 2º O resultado da multiplicação dos índices a que se refere o caput deve ser igual a, no mínimo, 0,7 (sete décimos), em cada trimestre.

Art. 2º O Relatório de Horas Aplicadas (RHAP), de que trata o Anexo III à Portaria RFB nº 1.910, de 2010, deverá ser consolidado mensalmente pela DRJ e disponibilizado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, pelo sistema e-Processo.

§ 1º Até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao trimestre findo, deverá ser consolidado e disponibilizado também o relatório trimestral, com as justificativas para os casos em que o resultado tiver sido inferior ao definido no § 2º do art. 1º.

§ 2º Até que seja possível a extração do RHAP pelo sistema e-Processo, o resultado de cada mês e o resultado trimestral consolidado deverão ser mensurados pelo "Formulário de Aferição de Índices da DRJ", de que trata o Anexo Único a esta Portaria.

§ 3º O formulário de que trata o § 2º, contendo o resultado mensal e o consolidado trimestral, deverá ser preenchido em planilha eletrônica e encaminhado por correio eletrônico para a Divisão de Gerenciamento e Análise do Contencioso, no endereço "Divisão de Gerenciamento e Análise do Contencioso - Cocaj - DF - RFB", até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

§ 4º Excepcionalmente, o resultado relativo ao terceiro trimestre de 2011 deverá conter apenas os dados consolidados dos meses de agosto e setembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de agosto de 2011, devendo ser publicada no Boletim de Pessoal (BP) do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Fica revogada a Portaria RFB/Sutri nº 2.484, de 13 de abril de 2011.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

FORMULÁRIO DE AFERIÇÃO DE ÍNDICES DA DRJ

Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento_____

AFERIÇÃO DE ÍNDICES DA DRJ **MÊS/ANO:** _____

QUANTIDADE DE JULGADORES			DIAS ÚTEIS =		
QUANTIDADE DE TURMAS					

DEMOSTRATIVO DE UTILIZAÇÃO DAS HORAS NA UNIDADE		Sigla	Código	REALIZADO	%
HORAS BRUTAS DOS JULGADORES (HB)	(=)	HB			Base HB (%)
Horas Acrescentadas por Compensação	(+)	HAC	50		
Horas Descontadas por Compensação	(-)	FF	20		
Férias	(-)		21		
Licenças Médicas	(-)		22		
Outras Ausências Justificadas	(-)		23		
Horas Destinadas às Convocações das Subsecretariæ RFB	(-)	HC	24		
Horas destinadas às Convocações do CARF/Coger/Audit	(-)		25		
HORAS BRUTAS PARA JULGAMENTO (HBJ)	(=)	HBJ			Base HBJ (%)
Horas de Delegado (até 6 h por dia)	(-)	HAG	30		
Horas de Presidente (até 3 h por dia por Presidente, exceto Delegado)	(-)		31		
Horas em Sessão (até 4 h por sessão por Julgador)	(-)	HS	32		
Horas Diárias para aperfeiçoamento e atualização (até 1 h por dia por Julgador)	(-)	HAD	33		
Horas Destinadas a reuniões técnico-administrativas	(-)	HRC	34		
Horas Destinadas a eventos incluídos no PROCAD	(-)		35		
HORAS LÍQUIDAS PARA JULGAMENTO DE PROCESSOS (HLJ)	(=)	HLJ			
Horas Discricionárias (eventos não incluídos no Procad)	(-)	HD	40		
Horas Discricionárias (destinados a outros trabalhos na DRJ)	(-)		41		
Horas Discricionárias (atividades não especificadas)	(-)		42		
HORAS LÍQUIDAS (HL)	(=)	HL			

DEMOSTRATIVO DE HORAS RELACIONADAS AO PROCESSO		Sigla	Código
Horas Estimadas dos Processos Saídos (HPS)	(=)	HPS	
Horas de Processos Trabalhados com Saída Diferida (HPSD)	(+)	HPSD	
Horas de Processos Trabalhados em Meses Anteriores (HPA)	(-)	HPA	
HPS ajustado (HPSa)	(=)	HPSa	

Índice de Aproveitamento de Horas no Julgamento -> IAH = HLJ / HBJ	
Índice de Aderência ao IAH -> Aderência = HL / HLJ	
IAH x Aderência ao IAH	
Coeficiente de Horas Trabalhadas -> CHT = HPSa / HLJ	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 3.188, DE 29 DE JULHO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único a esta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto (SP), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador (BA).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser digitalizados e transferidos eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Relação de processos a serem transferidos da DRJ Ribeirão Preto (SP) para a DRJ Salvador (BA)

10580.720949/2007-84	10932.000413/2007-10	13899.000356/2007-11
10580.721021/2007-17	10932.000418/2007-34	13974.000086/2007-90
10830.006964/2007-27	10932.000437/2007-61	13984.002248/2008-96
10830.007576/2007-63	10980.003893/2005-25	15889.000074/2007-50
10830.010955/2007-31	10980.003894/2005-70	15889.000112/2007-74
10830.010958/2007-74	10980.010219/2007-69	15956.000022/2007-32
10855.002099/2007-61	10980.017570/2008-61	15956.000211/2007-13
10865.000074/2007-12	11444.000044/2007-11	16045.000342/2008-17
10865.002849/2007-86	11444.000045/2007-66	16095.000237/2006-12
10882.002865/2008-41	11444.000071/2007-94	16095.000325/2008-86
10920.007806/2008-66	11634.001275/2007-13	16095.000537/2008-63
10920.007914/2007-58	13839.005504/2007-90	18088.000058/2008-61
10925.002002/2008-21	13839.005545/2007-86	18088.000685/2007-11
10925.002146/2007-04	13888.002992/2008-89	19515.001445/2008-09
10932.000308/2007-72	13888.004862/2008-81	19515.008224/2008-53
10932.000309/2007-17	13888.004989/2008-08	

PORTARIA Nº 3.189, DE 29 DE JULHO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único a esta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto (SP), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém (PA).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser digitalizados e transferidos eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Relação de processos a serem transferidos da DRJ Ribeirão Preto (SP) para a DRJ Belém (PA)

10803.000011/2007-82	10940.002536/2005-16	13830.002281/2005-27	15956.000284/2008-88
10805.001203/2007-96	10945.004992/2007-12	13830.002342/2005-56	15956.000322/2007-11
10825.002066/2005-15	10950.003322/2006-29	13830.002343/2005-09	16004.000013/2006-82
10830.001343/2005-95	10980.000322/2006-10	13830.002391/2005-99	16004.000961/2006-18
10830.002299/2006-11	10980.003799/2006-57	13830.002425/2005-45	16045.000641/2007-62
10835.000257/2006-04	10980.004971/2005-17	13830.002791/2006-85	16095.000021/2005-76
10855.000847/2006-91	10980.007374/2007-06	13830.002797/2006-52	16095.000096/2007-19
10855.000849/2006-80	10980.007494/2007-03	13839.005337/2006-04	16095.000447/2007-91
10855.001171/2006-52	10980.008223/2007-67	13851.000136/2006-44	16175.000336/2005-23
10855.001810/2006-80	10980.008226/2007-09	13855.001757/2006-13	16370.000235/2006-27
10855.001811/2006-24	10980.008227/2007-45	13857.000470/2005-67	16370.000236/2006-71
10855.003317/2005-13	10980.008727/2005-15	13857.000752/2005-64	16370.000237/2006-16
10855.003318/2005-68	10980.013298/2005-06	13876.000227/2007-82	16370.000238/2006-61
10855.003683/2006-53	11070.001737/2006-36	13876.000361/2007-83	16403.000098/2007-87
10855.003684/2006-06	11516.000099/2005-79	13876.000362/2007-28	16403.000099/2007-21
10865.001082/2006-97	11516.000248/2007-61	13876.000363/2007-72	16404.000167/2006-61
10865.001310/2006-29	11516.000879/2005-19	13884.000479/2005-41	16408.000065/2007-97
10865.001311/2006-73	11516.000880/2005-43	13888.000058/2005-80	16408.000244/2006-43
10865.001313/2006-62	11516.002605/2005-64	13888.002751/2005-97	16408.001009/2006-99
10865.001314/2006-15	11516.003212/2005-78	13899.000656/2005-20	19515.000477/2005-36
10865.002538/2006-36	13819.000221/2005-28	13899.000792/2006-09	19515.000977/2007-30
10875.000359/2005-64	13819.000344/2005-69	13899.001067/2006-40	19515.001624/2006-76
10882.000545/2005-12	13819.000633/2005-68	13974.000023/2005-71	19515.001744/2005-92
10882.002150/2006-27	13819.000689/2005-12	13982.000258/2007-26	19515.002291/2006-01
10920.003368/2006-03	13819.000696/2005-14	13984.001639/2005-41	19515.002455/2007-72
10925.001185/2005-14	13830.000346/2007-61	13984.002609/2007-13	19515.002498/2006-77
10930.003210/2005-25	13830.000756/2006-21	15165.001532/2005-71	19515.002587/2006-13
10930.003766/2005-11	13830.000789/2006-71	15889.000194/2006-76	19515.003041/2006-80
10932.000020/2005-36	13830.000790/2006-04	15956.000043/2007-58	19515.003657/2005-70
10932.000030/2006-52	13830.000804/2006-81	15956.000054/2007-38	19515.003980/2007-13
10932.000052/2006-12	13830.000805/2006-26	15956.000128/2006-55	19515.004377/2007-41
10932.000075/2005-46	13830.001530/2006-48	15956.000147/2007-62	19791.000028/2004-48
10932.000083/2006-73	13830.001551/2006-63	15956.000205/2007-58	19791.000214/2004-87
10935.004625/2007-38	13830.001592/2005-79	15956.000249/2006-05	
10940.000812/2007-73	13830.001625/2005-81	15956.000250/2006-21	

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 526, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 1.089.225,47 (um milhão, oitenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Parágrafo único. Na emissão dos títulos mencionados no caput deste artigo serão observadas as seguintes condições:

I - data-base: 1º de julho de 2000;

II - data de emissão: 15 de abril de 2001;

III - data de vencimento: a partir de 15 de setembro de 2011 e todos os dias 15 dos meses subseqüentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de janeiro de 2019;

IV - quantidade: 558.965 (quinhentos e cinqüenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco) títulos;

V - taxa de juros: doze por cento ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal na data de emissão: R$ 1,198500;

VIII - preço unitário em 15.7.2011: R$ 1,948647;

IX - modalidade: nominativa e negociável;

X - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

XI - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

XII - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XIII - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 527, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 4.592.132,80 (quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Parágrafo único. Na emissão dos títulos mencionados no caput deste artigo serão observadas as seguintes condições:

I - data-base: 1º de julho de 2000;

II - data de emissão: 15 de abril de 2001;

III - data de vencimento: a partir de 15 de setembro de 2011 e todos os dias 15 dos meses subseqüentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de outubro de 2020;

IV - quantidade: 2.356.575 (dois milhões, trezentos e cinqüenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco) títulos;

V - taxa de juros: doze por cento ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal na data de emissão: R$ 1,198500;

VIII - preço unitário em 15.7.2011: R$ 1,948647;

IX - modalidade: nominativa e negociável;

X - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

XI - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

XII - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XIII - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 528, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 16.952.636,51 (dezesseis milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinqüenta e um centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Parágrafo único. Na emissão dos títulos mencionados no caput deste artigo serão observadas as seguintes condições:

I - data-base: 1º de julho de 2000;

II - data de emissão: 15 de abril de 2001;

III - data de vencimento: a partir de 15 de setembro de 2011 e todos os dias 15 dos meses subseqüentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de maio de 2021;

IV - quantidade: 8.699.696 (oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e seis) títulos;

V - taxa de juros: doze por cento ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal na data de emissão: R$ 1,198500;

VIII - preço unitário em 15.7.2011: R$ 1,948647;

IX - modalidade: nominativa e negociável;

X - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

XI - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

XII - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XIII - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 524, DE 29 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de agosto de 2011.

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
ACRE	194.852.579,07
ALAGOAS	334.401.332,23
AMAPÁ	166.026.304,57
AMAZONAS	579.388.021,90
BAHIA	1.303.556.638,50
CEARÁ	752.713.211,92
DISTRITO FEDERAL	821.913.027,56
ESPÍRITO SANTO	639.704.108,72
GOIÁS	718.313.854,90
MARANHÃO	581.649.359,45
MATO GROSSO	498.091.749,22
MATO GROSSO DO SUL	376.368.469,86
MINAS GERAIS	2.374.999.793,04
PARÁ	746.812.890,90
PARAÍBA	388.478.029,94
PARANÁ	1.315.701.124,74
PERNAMBUCO	974.772.696,09
PIAUÍ	335.800.489,64
RIO DE JANEIRO	2.503.570.604,30
RIO GRANDE DO NORTE	432.010.024,73
RIO GRANDE DO SUL	1.471.590.701,07
RONDÔNIA	292.916.697,88
RORAIMA	130.004.526,73
SANTA CATARINA	872.172.199,49
SÃO PAULO	6.862.349.610,60
SERGIPE	338.942.821,52
TOCANTINS	303.843.802,32

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2º As retificações dos valores da Receita Líquida Real das unidades da Federação publicadas anteriormente, tendo em vista alterações na apuração.

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	2.936.043,54
Bauru/SP	32.231.342,19
Blumenau/SC	31.699.764,71
Campina Grande/PB	FALTAM DADOS
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS
Diadema/SP	43.177.655,55
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	12.708.919,62
Maringá/PR	35.975.434,25
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	875.370.325,85
São Carlos/SP	FALTAM DADOS
São Paulo/SP	2.089.466.553,21
Umuarama/PR	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	18.350.639,16

R$ 1,00

PARAÍBA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/07	576 de 31/08/07	230.446.828,33	230.385.412,50
mai/07	285 de 29/05/08	236.916.142,10	236.608.358,40
jun/07	285 de 29/05/08	238.511.091,44	238.061.850,01
jul/07	285 de 29/05/08	240.766.028,13	240.222.222,97
ago/07	285 de 29/05/08	244.177.586,65	243.522.064,44
set/07	285 de 29/05/08	247.970.347,74	247.092.698,98
out/07	285 de 29/05/08	250.327.563,90	249.303.740,53
nov/07	285 de 29/05/08	251.289.598,68	250.146.057,25
dez/07	285 de 29/05/08	254.213.757,37	252.874.239,08
jan/08	285 de 29/05/08	258.906.752,13	257.033.902,47
fev/08	285 de 29/05/08	260.459.892,77	258.444.073,29
mar/08	084 de 27/02/08	263.107.944,43	260.714.502,34
abr/08	396 de 30/07/08	269.110.809,24	266.627.409,60
mai/08	396 de 30/07/08	274.259.351,54	271.695.061,77
jun/08	396 de 30/07/08	281.478.939,79	278.896.549,45
jul/08	396 de 30/07/08	286.818.637,64	284.288.884,01
ago/08	396 de 30/07/08	290.830.357,75	288.228.495,53
set/08	481 de 29/08/08	293.271.843,15	290.833.990,97
out/08	538 de 29/09/08	296.772.355,68	294.213.951,49
nov/08	601 de 30/10/08	301.661.002,52	298.947.440,52
dez/08	662 de 28/11/08	306.575.234,40	303.746.008,73
jan/09	727 de 23/12/08	309.812.375,07	307.479.690,58
fev/09	62 de 28/01/09	317.515.252,77	315.291.709,11
mar/09	132 de 26/02/09	315.042.953,08	312.823.280,24
abr/09	610 de 28/10/10	315.726.090,68	313.066.647,72
mai/09	610 de 28/10/10	313.256.303,98	310.886.620,80
jun/09	610 de 28/10/10	311.578.109,91	308.781.479,32
jul/09	610 de 28/10/10	309.560.047,12	306.743.298,76
ago/09	610 de 28/10/10	310.304.378,80	307.282.829,29
set/09	610 de 28/10/10	313.846.535,12	310.552.143,83
out/09	610 de 28/10/10	313.032.968,99	309.897.634,85
nov/09	610 de 28/10/10	312.517.844,00	309.240.773,48
dez/09	610 de 28/10/10	310.551.522,10	307.279.926,80
jan/10	610 de 28/10/10	311.155.232,56	307.740.823,51
fev/10	610 de 28/10/10	311.758.675,41	307.949.645,58
mar/10	610 de 28/10/10	333.066.367,10	329.451.470,39
abr/10	555 de 29/09/10	334.409.673,72	331.024.326,95
mai/10	555 de 29/09/10	338.482.609,78	334.776.736,45
jun/10	555 de 29/09/10	341.006.913,81	337.243.095,67
jul/10	555 de 29/09/10	350.251.542,50	346.134.245,85
ago/10	555 de 29/09/10	354.819.892,42	350.839.520,85
set/10	555 de 29/09/10	356.618.557,41	352.490.135,29
out/10	555 de 29/09/10	359.500.101,31	354.979.370,77
nov/10	610 de 28/10/10	364.905.052,15	360.741.124,64
dez/10	652 de 29/11/10	367.403.549,06	363.497.545,18
jan/11	723 de 29/12/10	370.252.400,63	365.949.320,17
fev/11	67 de 27/01/11	371.690.066,91	367.630.665,13
mar/11	121 de 28/02/11	362.705.094,61	358.637.002,46
abr/11	195 de 29/03/11	370.899.854,31	366.884.122,02
mai/11	282 de 29/04/11	382.238.999,14	375.374.668,35
jun/11	353 de 30/05/11	384.316.102,18	380.633.832,34
jul/11	448 de 30/06/11	386.811.756,17	383.528.876,72

RIO GRANDE DO NORTE			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	414.158.896,75	409.777.484,41
mai/11	282 de 29/04/11	416.685.736,30	418.086.294,85
jun/11	353 de 30/05/11	418.750.818,37	424.406.192,15
jul/11	448 de 30/06/11	418.779.220,12	426.421.186,40

RONDÔNIA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	279.872.537,18	279.872.625,73
mai/11	282 de 29/04/11	285.887.267,31	285.887.430,00
jun/11	353 de 30/05/11	293.062.478,06	292.695.768,64
jul/11	448 de 30/06/11	293.933.977,55	293.369.276,18

SERGIPE			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	323.872.637,78	328.416.595,94
mai/11	282 de 29/04/11	325.848.628,63	335.562.718,10
jun/11	353 de 30/05/11	327.463.524,70	339.430.816,78
jul/11	448 de 30/06/11	327.485.734,89	339.199.563,72

Diadema/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jul/11	448 de 30/06/11	41.943.486,63	42.594.922,98

Juazeiro/BA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jul/11	448 de 30/06/11	FALTAM DADOS	12.329.994,12

Maringá/PR			
MÊS DE PAGAMENTO	POR TARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jan/11	723 de 29/12/10	FALTAM DADOS	31.363.715,18
fev/11	67 de 27/01/11	FALTAM DADOS	31.668.343,02
mar/11	121 de 28/02/11	FALTAM DADOS	32.078.525,95
abr/11	195 de 29/03/11	FALTAM DADOS	33.097.088,96
mai/11	282 de 29/04/11	FALTAM DADOS	34.427.073,22
jun/11	353 de 30/05/11	FALTAM DADOS	34.814.145,04
jul/11	448 de 30/06/11	FALTAM DADOS	35.275.260,83

Art. 3º Os valores da Receita Líquida Real, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação:

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
BAHIA	1.273.742.055,40
GOIÁS	698.555.708,42
MATO GROSSO DO SUL	372.816.169,82
RIO DE JANEIRO	2.305.412.758,68

Art. 4º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de agosto de 2011.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria STN nº 507, de 25 de julho de 2011, publicada no DOU de 27 de julho de 2011, Seção 1, página 28, onde se lê:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde		Financeiro Total (R$)
				Vencida	Vincenda	
1º/06/2006	87,49	18 anos	2% a.a.	1.400	4.576	522.840,24
1°/09/2007	89,55	15 anos	3% a.a.	210	1.272	132.713,10
1°/09/2008	90,47	5 anos	6% a.a.	2.276	6.830	823.819,82
1°/10/2008	90,64	15 anos	3% a.a.	686	8.943	872.772,56
1º/06/2009	91,60	5 anos	3% a.a.	916	2.748	335.622,40
1º/03/2010	91,80	15 anos	3% a.a.	0	4.853	445.505,40
1º/04/2010	91,87	15 anos	3% a.a.	0	27.607	2.536.255,09
Total				**5.488**	**56.829**	**5.669.528,61**

Leia-se:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde		Financeiro Total (R$)
				Vencida	Vincenda	
1º/06/2006	87,49	18 anos	2% a.a.	768	2.520	287.667,12
1°/09/2007	89,55	15 anos	3% a.a.	210	1.272	132.713,10
1º/04/2008	89,92	18 anos	2% a.a.	316	2.372	241.704,96
1°/09/2008	90,47	5 anos	6% a.a.	2.276	6.830	823.819,82
1°/10/2008	90,64	15 anos	3% a.a.	686	8.943	872.772,56
1º/06/2009	91,60	5 anos	3% a.a.	916	2.748	335.622,40
1º/03/2010	91,80	15 anos	3% a.a.	0	4.853	445.505,40
1º/04/2010	91,87	15 anos	3% a.a.	0	27.607	2.536.255,09
Total				**5.172**	**57.145**	**5.676.060,45**

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3.995, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e institui Linha de Financiamento de Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28 de julho de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 6º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º O Manual de Crédito Rural (MCR), Capítulo 9, que dispõe sobre financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), passa a viger com nova redação, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º As despesas relacionadas à colheita de café integram o orçamento e o financiamento de custeio (MCR 9-2-1-"b").

Art. 3º Fica instituída, nos termos do MCR 9-6, a linha de crédito ao amparo de recursos do Funcafé destinada ao financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel.

Art. 4º Em consequência, com vistas à consolidação das normas do Funcafé, seguem anexas as folhas necessárias à atualização do MCR.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2011.

Art. 6º Ficam revogadas, a partir de 1º de setembro de 2011, as Resoluções ns. 3.554, de 27 de março de 2008, 3.640, de 26 de novembro de 2008, 3.643, de 26 de novembro de 2008, 3.774, de 26 de agosto de 2009, 3.785, de 16 de setembro de 2009, 3.856, de 27 de maio de 2010, 3.898, de 26 de agosto de 2010, 3.903, de 30 de setembro de 2010, 3.943, de 27 de janeiro de 2011, 3.966, de 31 de março de 2011, 3.968, de 28 de abril de 2011, e 3.975, de 27 de maio de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

ANEXO

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Disposições Gerais - 1

---

1 - Os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) devem ser aplicados em operações de crédito pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), credenciadas junto ao Funcafé, nas finalidades previstas neste capítulo, observadas as seguintes disposições gerais:

a) remuneração da instituição financeira: 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal da operação e devida nas datas de vencimento das parcelas do financiamento ou, no caso de pagamento antecipado pelo mutuário, até as respectivas datas de amortização ou liquidação;

b) risco das operações: da instituição financeira;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

d) as instituições financeiras devem apresentar ao gestor do Funcafé, trimestralmente, previsão de aplicação e de reembolso dos recursos para os próximos 12 (doze) meses, contemplando os informes mês a mês;

e) os recursos do Funcafé repassados às instituições financeiras devem ser remunerados:

I - enquanto não aplicados nas finalidades previstas: pela Taxa Selic;

II - uma vez aplicados em operações de crédito: pela taxa efetiva de juros contratual da operação de crédito, observadas as alterações nas taxas autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);

III - no período compreendido entre a data de vencimento das parcelas do financiamento ou do pagamento antecipado pelo mutuário e a data de reembolso dos recursos ao Funcafé: pela Taxa Selic, calculada sobre os valores a serem reembolsados;

f) o reembolso dos recursos ao Funcafé deve ser efetuado pela instituição financeira até o dia 10 (dez) do mês subsequente:

I - ao de vencimento das parcelas dos financiamentos, independentemente do recebimento dos valores devidos pelos mutuários;

II - ao de previsão para aplicação quando não aplicados pela instituição financeira de acordo com a previsão constante da alínea "d";

III - ao de pagamento antecipado do mutuário.

2 - As aplicações das disponibilidades financeiras do Funcafé somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A. ou de instituição integrante do conglomerado financeiro por ele controlado, observado o disposto na Resolução nº 2.423, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores, relativamente à constituição de fundo de investimento para tal finalidade.

3 - O Banco do Brasil é o agente financeiro das vendas de café dos estoques governamentais, cabendo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a responsabilidade pela condução da política cafeeira e a definição dos agentes operacionais para venda dos referidos estoques.

4 - A instituição financeira deve informar ao gestor do Funcafé, na forma por ele definida, o tipo, o volume e a localização do café dado em garantia de operações de estocagem no mês anterior, inclusive das operações de custeio objeto de conversão para crédito de estocagem de que trata o MCR 9-2-2.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Custeio - 2

---

1 - O financiamento do custeio da safra de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), está sujeito às seguintes condições específicas:

a) beneficiários: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção;

b) itens financiáveis: tratos culturais e colheita das lavouras, incluindo as despesas com aquisição de insumos, mão de obra, operações com máquinas e equipamentos, arruação, transporte para o terreiro e secagem, observado o orçamento apresentado pelo produtor;

c) garantias: as usualmente admitidas para o crédito rural;

d) limites de crédito: R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por hectare, limitado a R$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) por produtor, ainda que em mais de uma propriedade;

e) período de contratação: de 1º de outubro de cada ano a 28 de fevereiro do ano subsequente, podendo ser estendido até 31 de julho de cada ano, quando o orçamento contiver somente verbas destinadas às atividades de colheita;

f) liberação do crédito: em parcelas, de acordo com o cronograma de execução dos tratos culturais e colheita;

g) reembolso do financiamento: em parcela única, até 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para término da colheita nas diferentes regiões produtoras, respeitada a data-limite de:

I - 30 de dezembro, nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e São Paulo; e

II - 30 de novembro, nos demais estados.

2 - A instituição financeira, mediante solicitação do mutuário antes da data do vencimento da operação de custeio, comprovado o armazenamento do produto em armazém credenciado e habilitado tecnicamente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), pode efetuar a conversão da operação em crédito de estocagem, com reembolso nos mesmos prazos estabelecidos no MCR 9-3-1-"h", para os financiamentos de estocagem.

3 - A conversão do crédito de custeio em crédito de estocagem de que trata o item 2 fica condicionada:

a) à substituição da garantia do crédito de custeio, até a data de seu vencimento, por penhor em sacas de café;

b) ao pagamento do valor correspondente aos encargos financeiros pactuados e devidos até a data de formalização da conversão;

c) à permissão para que a Conab, a qualquer tempo e mediante prévia solicitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realize inspeções do estoque garantidor do crédito.

4 - A instituição financeira, a seu critério e com base nas condições constantes do MCR 2-6-9, nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de custeio contratadas com recursos repassados pelo Funcafé, com vencimento no ano civil, desde que respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas destas operações com vencimento no respectivo ano, em cada instituição financeira, observadas as seguintes condições:

a) o limite de 8% (oito por cento) deve ser apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

b) a renegociação fica condicionada a que o mutuário:

I - solicite a renegociação do vencimento da prestação até a data prevista para o respectivo pagamento, sob pena de ter o seu risco de crédito agravado em caso de inadimplemento;

II - efetue, até a data do ajuste, o pagamento de, no mínimo, o valor correspondente aos encargos financeiros devidos no ano;

c) até 100% (cem por cento) do valor da (s) parcela (s) do principal com vencimento no ano pode ser renegociado para pagamento em até três parcelas anuais, a partir da data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantidas as demais condições pactuadas;

d) cada operação de crédito de custeio somente pode ser beneficiada com 1 (uma) renegociação ao amparo deste item;

e) quando da renegociação as instituições financeiras podem solicitar garantias adicionais, dentre as usuais do crédito rural;

f) as instituições financeiras devem atender prioritariamente os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos;

g) o pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado;

h) nas operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) efetuadas com recursos do Funcafé, se o fato que deu causa à solicitação atingir mais de 30 (trinta) agricultores de um mesmo município, o documento com as informações de que trata a alínea "g" poderá ser grupal;

i) a formalização da renegociação deve ser efetuada pela instituição financeira em até 60 (sessenta) dias após o vencimento da respectiva prestação;

j) a cada ano, os valores reprogramados com base neste item devem ser deduzidos das disponibilidades da linha de crédito de custeio no exercício vigente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

k) para efeito de acompanhamento, as instituições financeiras operadoras do Funcafé devem apresentar trimestralmente ao Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA planilhas específicas relativas às operações objeto desta renegociação.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Estocagem - 3

---

1 - A concessão de financiamento para estocagem de café, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), subordina-se à prévia ou concomitante amortização ou liquidação das operações de custeio amparadas em recursos desse fundo ou em recursos obrigatórios (MCR 6-2) referentes ao produto estocado, além das seguintes condições específicas:

a) beneficiários:

I - cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou mediante repasse por meio de suas cooperativas de produção;

II - cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria;

b) limites de crédito:

I - duas vezes o valor estabelecido no MCR 9-2-1-"d", por produtor em cada safra e em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), incluído o valor do crédito de custeio objeto de conversão para estocagem (MCR 9-2-2) e observado o disposto no MCR 3-4-12;

II - 50% (cinquenta por cento) da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, por cooperativa de produtores rurais que beneficie ou industrialize o produto, respeitado o limite por cooperado de que trata o inciso I;

c) base de cálculo do financiamento: preço mínimo, admitidos ágios ou deságios em face das características que definem a qualidade do produto, estimados conforme processo adotado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), devendo o valor do crédito corresponder a, no máximo, 100% (cem por cento) do produto ofertado em garantia, observado o disposto na alínea "d";

d) caso o preço médio de mercado pago ao produtor rural ultrapasse em mais de 30% (trinta por cento) o preço mínimo vigente na respectiva região, fica facultado à instituição financeira considerar como valor base para o financiamento até 80% (oitenta por cento) do preço médio de mercado pago aos produtores;

e) garantias: penhor do Certificado de Depósito Agropecuário (CDA)/Warrant Agropecuário (WA) ou do recibo de depósito representativo do café financiado, podendo ser exigidas garantias adicionais;

f) período de contratação: de 1º de abril a 31 de janeiro do ano subsequente ao da colheita;

g) liberação do crédito: em parcela única, no ato da contratação;

h) reembolso do financiamento em duas parcelas, observado o seguinte cronograma:

I - a primeira, com vencimento para até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da contratação, desde que não exceda 30 de abril do ano subsequente ao da colheita, para pagamento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor nominal do financiamento acrescido dos encargos financeiros pactuados e devidos até a data do efetivo pagamento;

II - a segunda, com vencimento para até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da data da contratação, desde que não exceda 31 de outubro do ano subsequente ao da colheita;

i) o produto objeto da estocagem deve:

I - permanecer depositado em armazém credenciado e habilitado tecnicamente pela Conab, na proporção do saldo devedor do financiamento;

II - ser acondicionado em sacaria nova de juta, com 60,5kg brutos, em condições técnicas de armazenamento ou, a critério da instituição financeira, em "sacaria de primeira viagem" ou em "big bags", arcando o beneficiário do crédito com a responsabilidade pela conservação do produto.

2 - O instrumento de crédito deve conter permissão para que a Conab, a qualquer tempo e mediante prévia solicitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realize inspeções do estoque garantidor do crédito.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Financiamento para Aquisição de Café (FAC) - 4

---

1 - As operações destinadas ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC) ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) beneficiários: indústrias torrefadoras de café, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exerçam as atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café;

b) item financiável: café verde adquirido diretamente de produtores rurais ou de suas cooperativas ou indiretamente de produtores rurais, por preço não inferior ao preço mínimo, considerados ágios ou deságios em face das características que definem a qualidade do produto, estimados conforme processo adotado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);

c) limite de crédito por beneficiário: 50% (cinquenta por cento) da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, limitado a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), observado o disposto no MCR 3-4-12;

d) base de cálculo do financiamento: preço mínimo, admitidos ágios ou deságios em face das características que definem a qualidade do produto, estimados conforme processo adotado pela Conab, devendo o valor do crédito corresponder a, no máximo, 100% (cem por cento) do produto ofertado em garantia, observado o disposto na alínea "e";

e) caso o preço médio pago ao produtor rural ultrapasse em mais de 30% (trinta por cento) o preço mínimo vigente na respectiva região, fica facultado à instituição financeira considerar como valor base para o financiamento até 80% (oitenta por cento) do preço médio pago aos produtores, devidamente comprovado por meio de documento fiscal de venda.

f) período de contratação: de 1º de abril a 30 de dezembro de cada ano;

g) liberação do crédito: em parcela única;

h) reembolso do crédito: em duas parcelas, observado o seguinte cronograma:

I - a primeira, com vencimento para até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da contratação, desde que não exceda 30 de abril do ano subsequente ao da colheita, para pagamento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor nominal do financiamento acrescido dos encargos financeiros pactuados e devidos até a data do efetivo pagamento;

II - a segunda, com vencimento para até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de vencimento da primeira parcela, para pagamento do saldo devedor remanescente;

i) garantias:

I - penhor do produto adquirido com o crédito, que deve ser obrigatoriamente depositado em armazém credenciado e habilitado tecnicamente pela Conab;

II - admite-se, desde que preservada a correspondência de valor da garantia em relação ao saldo devedor do financiamento, a substituição do café apenhado por subproduto de sua industrialização ou por títulos representativos da venda desses bens, observado que, nesses casos, os prazos de vencimento das operações não poderão exceder a 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de substituição da garantia, respeitado o prazo máximo da operação disposto na alínea "h";

j) os beneficiários devem entregar à instituição financeira, relativamente ao valor do financiamento, as seguintes informações:

I - se a compra for realizada de produtores rurais: relação que indique, para cada produtor, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a quantidade adquirida, o valor pago, a data da compra, a safra, o produto, o município e a Unidade da Federação (UF) da origem do produto;

II - se a compra for realizada de cooperativa ou associação de produtores rurais: relação que indique, para cada associado que vendeu para a cooperativa o produto objeto do financiamento, o número de inscrição no CPF ou CNPJ, a quantidade adquirida, o valor pago, a data da compra, a safra, o produto, o município e a UF da origem do produto;

III - comprovação de que o produto foi adquirido por valor não inferior ao preço mínimo vigente para o café arábica ou robusta, admitidos ágios ou deságios em face das características que definem a qualidade do produto, estimados conforme processo adotado pela Conab;

IV - quando se tratar de aquisição indireta: relação dos produtores rurais que venderam ao intermediário o produto objeto da operação de crédito, com o respectivo CPF ou CNPJ, a quantidade vendida por produtor, o valor correspondente, a data da compra, a safra, o produto, o município e a UF da origem do produto.

2 - As informações prestadas em face do disposto na alínea "j" do item 1 devem ser registradas pelas instituições financeiras no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor), referentes às operações contratadas a partir de 1º/1/2012, na forma definida pelo Banco Central do Brasil.

3 - O Banco Central do Brasil deve encaminhar ao Ministério da Fazenda (MF), até o trigésimo dia após cada trimestre civil, relatório contendo as informações de que trata o item 2, na forma acordada por ambos.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Financiamento de Contratos de Opções e de Mercados Futuros - 5

---

1 - A linha de crédito destinada ao financiamento de contratos de opções e de operações em mercados futuros deve observar as normas gerais aplicadas aos financiamentos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e as seguintes condições especiais:

a) finalidades:

I- financiar a constituição de margem de garantia e de ajustes diários em operações de vendas futuras referenciadas em café, realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros;

II - financiar o pagamento dos prêmios em contratos de opção de venda referenciados em café, realizados em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros;

III - financiar o pagamento de taxas e emolumentos referentes às transações referidas nos incisos I e II;

b) beneficiários: cafeicultores e suas cooperativas de produção;

c) liberação dos recursos: em parcela única ou de acordo com o cronograma da instituição financeira;

d) valor financiável: até 100% (cem por cento) do valor exigido em bolsas de mercadorias e de futuros para o custeio das finalidades de que trata a alínea "a", limitado:

I - por produtor: a R$80.000,00 (oitenta mil reais), independentemente dos limites das outras linhas de financiamento com recursos do Funcafé ou de outras fontes do crédito rural;

II - por cooperativa de produção: ao resultado da multiplicação de R$40.000,00 (quarenta mil reais) pela quantidade de associados ativos que tenham depositado a produção de café na cooperativa para que esta realize proteção de preços por meio das transações de que trata a alínea "a";

e) a soma dos saldos devedores dos créditos a um mesmo tomador, além dos limites constantes da alínea "d", deve se restringir:

I - ao estoque de café de produção própria depositado em cooperativas de produção, em unidades armazenadoras credenciadas e habilitadas tecnicamente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou em armazéns credenciados pela instituição financeira ou pela respectiva bolsa de mercadoria e futuro;

II - à produção própria estimada das lavouras de café do beneficiário, conforme laudo técnico a ser exigido pela instituição financeira, quando a produção a ser comercializada não tiver sido colhida;

f) garantias: as admitidas para o crédito rural;

g) período de contratação: de 1º de abril a 28 de fevereiro do ano subsequente;

h) reembolso: coincidente com o prazo de liquidação da operação de mercado de futuros ou de opções, limitado a 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data de contratação.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel - 6

---

1 - A linha de crédito para financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), fica subordinada às disposições gerais afetas às operações lastreadas em recursos desse fundo e às seguintes condições específicas:

a) beneficiários: indústrias de café solúvel instaladas no território nacional;

b) limite de crédito por beneficiário: até R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

c) período de contratação: de março a novembro de cada ano;

d) liberação do crédito: em parcela única ou de acordo com o cronograma de desembolso previsto no projeto;

e) prazo de reembolso: até 24 (vinte e quatro) meses, incluídos até 6 (seis) meses de carência;

f) garantias: de livre convenção entre as partes;

g) admite-se a concessão de mais de uma operação de crédito de que trata este item ao mesmo beneficiário, observado que o somatório dos valores das operações de crédito "em ser" contratadas para esta finalidade não pode ultrapassar o limite de que trata a alínea "b", mesmo que a contratação seja realizada em safras distintas.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Financiamento para Recuperação de Cafezais Danificados - 7

---

1 - A linha de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento da recuperação de lavouras de café danificadas por chuvas de granizo, geadas, vendavais ou outros fenômenos climáticos, fica subordinada às disposições gerais afetas às operações lastreadas em recursos desse fundo e às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: cafeicultores que tiveram, no mínimo, 10% (dez por cento) da área de suas lavouras cafeeiras danificadas por chuvas de granizo, geadas, vendavais ou outros fenômenos climáticos;

b) itens financiáveis: recuperação e replantio da área afetada, conforme orçamento, que deve ser acompanhado de laudo técnico que delimite a área prejudicada, a intensidade das perdas decorrentes do evento e identifique a forma de recuperação da capacidade produtiva dos cafezais;

c) garantias: as usuais para o crédito rural;

d) limite de crédito: até R$3.000,00 (três mil reais) por hectare de lavoura de café a ser recuperada, limitado a R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) por produtor, ainda que em mais de uma propriedade;

e) período de contratação: de 1º de março a 31 de outubro de cada ano, devendo a formalização ocorrer até dez meses após a ocorrência do evento;

f) liberação de recursos: de acordo com cronograma de aplicação dos recursos, previsto no orçamento;

g) reembolso em três parcelas anuais e subsequentes, respeitado o prazo máximo, a partir da data de contratação:

I - de até 6 (seis) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, para os financiamentos destinados à recuperação de lavouras submetidas ao procedimento de recepa ou arranquio;

II - de até 5 (cinco) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência, para os financiamentos destinados à recuperação de lavouras submetidas ao procedimento de esqueletamento.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Direcionamento de Recursos - 8

---

1 - Os recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), no exercício de 2011, são direcionados da seguinte forma:

a) operações de custeio: até R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);

b) operações de estocagem: até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) Financiamento para Aquisição de Café (FAC): até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

d) financiamento de contratos de opções e de operações em mercados futuros: até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

e) financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel: até R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);

f) operações de financiamento para recuperação de cafezais danificados: até R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

g) operações de colheita, para contratação até 31/8/2011: até R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

h) linha extraordinária de crédito para composição de dívidas decorrentes de financiamentos à produção de café: até R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - 9
SEÇÃO: Linhas transitórias - 9

Financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo entre 1º/10/2010 e 31/5/2011

1 - Fica autorizada a concessão de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinado ao financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo, observadas as condições gerais de financiamento com recursos do Funcafé, em especial as previstas no MCR 9-7 e as seguintes condições específicas:

a) beneficiários: cafeicultores que tiveram perdas decorrentes das chuvas de granizo ocorridas entre 1º/10/2010 e 31/5/2011 em, no mínimo, 10% (dez por cento) da área de suas lavouras cafeeiras;

b) prazo de contratação: até 31/10/2011;

c) itens financiáveis: excetuados os vinculados às despesas de colheita e observado o orçamento apresentado pelo produtor, que deverá ser acompanhado de laudo técnico, e demais exigências, se houver, do agente financeiro, todos os necessários à recuperação da capacidade produtiva dos cafezais.

2 - Com relação ao disposto no item 1, deve ser observado que:

a) as propostas de financiamento para recuperação das lavouras atingidas por chuva de granizo, a serem atendidas nesta linha de crédito, devem ser acompanhadas de laudo técnico que comprove a intensidade da perda e de projeto técnico para a recuperação da referida área;

b) na concessão de futuros financiamentos para custeio e colheita de café, para efeito de comprometimento do limite de crédito por mutuário, será considerado o resultado da divisão do valor do financiamento amparado na linha de crédito de que trata o item 1 pelo número de parcelas da respectiva operação.

Linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura

3 - Fica instituída linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura, observadas as normas gerais aplicadas aos créditos concedidos com recursos desse fundo que não conflitarem com as disposições dos itens 4 a 7 e as seguintes condições especiais:

a) beneficiários: cafeicultores e suas cooperativas de produção;

b) finalidade: financiar a composição dos saldos devedores de dívidas decorrentes de operações de crédito efetuadas por produtores de café em instituições financeiras, inclusive as contratadas por intermédio de suas cooperativas de produção, cujas dívidas se originem de operações de crédito rural e cujos recursos tenham sido utilizados exclusivamente na produção de café;

c) montante de recursos: até R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Funcafé;

d) limite de crédito por mutuário: o valor atualizado da dívida a ser composta, respeitado o teto de R$200.000,00 (duzentos mil reais);

e) instituições financeiras operadoras: as integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural credenciadas junto ao Funcafé;

f) risco da operação: da instituição financeira;

g) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

h) remuneração da instituição financeira, com base no saldo devedor da operação: 2% a.a. (dois por cento ao ano);

i) período de contratação: até 31/8/2011;

j) reembolso: em até cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil do mês de setembro de cada ano, devendo o vencimento da primeira parcela ocorrer em 2012;

k) garantias: as usuais do crédito rural, sem prejuízo do disposto no item 7.

4 - A composição de dívidas autorizada no item 3 não inclui parcelas vincendas a partir de 1º/4/2011, referentes às seguintes operações:

a) destinadas a investimentos;

b) de pré-comercialização;

c) de estocagem;

d) objeto de securitização, dação em pagamento ou de renegociação por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA);

e) contratadas ao amparo da linha especial de crédito instituída pela Resolução nº 3.783, de 16/9/2009;

f) reescalonadas com base na Resolução nº 3.785, de 16/9/2009;

g) destinadas a custeio e colheita amparadas em recursos da exigibilidade dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) ou do Funcafé, cujo saldo devedor da operação seja passível de renegociação com base no MCR 2-6-9 e MCR 9-2-4, respectivamente.

5 - Para fazer jus ao financiamento previsto no item 3, o mutuário deve demonstrar perante a instituição financeira que, em face das circunstâncias previstas no MCR 2-6-9, a referida composição é efetivamente necessária para viabilização do pagamento das dívidas objeto da composição, não lhe sendo possível fazê-lo de outra forma.

6 - O valor do saldo devedor em ser da operação ao amparo da linha prevista no item 3 deverá ser deduzido do limite de crédito do mutuário por safra para financiamentos lastreados em recursos controlados e do Funcafé.

7 - Fica facultado à instituição financeira, para os efeitos da composição de que trata o item 3:

a) exigir, em garantia suplementar, a penhora de opções de venda de café, contratadas pelo mutuário em bolsas de mercadoria e de futuros ou em mercado de balcão, podendo a contraparte ser entidade nacional ou estrangeira;

b) financiar, ao abrigo da linha de crédito instituída pelo item 3, o pagamento dos prêmios referentes aos contratos de opção de que trata a alínea "a", bem como as taxas e emolumentos relacionados a essas transações.

RESOLUÇÃO Nº 3.996, DE 28 DE JULHO DE 2011

Define fatores de ponderação para fins de cumprimento da exigibilidade e das subexigibilidades com base nos depósitos à vista (MCR 6-2), altera os percentuais de subexigibilidades e da faculdade de aplicação com recursos do MCR 6-2 e introduz outros ajustes no MCR.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28 de julho de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 4º, 14, 15, inciso I, alínea "l", 16 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolve:

Art. 1º Fica alterada a redação do Manual de Crédito Rural (MCR), que passa a vigorar com nova redação para os seguintes itens:

I - MCR 6-2-5:

"5 - A partir de 1º/8/2011, a título de Subexigibilidade Pronamp, observado o disposto no item 8, no mínimo 10% (dez por cento) do total dos recursos da exigibilidade devem ser mantidos aplicados em operações ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), de que trata o MCR 8." (NR)

II - MCR 6-2-7:

"7 - A partir de 1º/8/2011, a título de Subexigibilidade Cooperativa, observado o disposto nos itens 7-A e 8, no mínimo 20% (vinte por cento) do total dos recursos da exigibilidade devem ser mantidos aplicados em operações de crédito rural de que trata o MCR 5 (Créditos a Cooperativas)." (NR)

III - MCR 6-2-7-A:

"7-A - A título de faculdade, os recursos da Subexigibilidade Cooperativa podem ser mantidos aplicados em operações cujo valor contratado com o beneficiário final não ultrapasse R$300.000,00 (trezentos mil reais), excetuadas as operações ao amparo do Pronamp e do Pronaf, nos percentuais e nos períodos de cumprimento definidos abaixo, acrescidas e/ou deduzidas, conforme o caso, do valor do saldo médio diário dos recursos recebidos ou repassados mediante DIR-Subex:

a) até 30% (trinta por cento), de 1º/8/2011 a 30/6/2012;

b) até 20% (vinte por cento), de 1º/7/2012 a 30/6/2013;

c) até 10% (dez por cento), de 1º/7/2013 a 30/6/2014." (NR)

IV - MCR 6-2-11:

"11 - Para efeito de cumprimento da exigibilidade e das subexigibilidades, o valor correspondente ao saldo médio diário das operações ou de negociações a seguir relacionadas deve ser computado mediante sua multiplicação pelos fatores de ponderação indicados, sem prejuízo da observância das disposições dos itens 12 a 14:

a) operações de investimento (MCR 3-3), contratadas com prazo de reembolso superior a 2 (dois) anos: 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

b) operações ao amparo do Pronamp (MCR 8):

I - com recursos da exigibilidade própria da instituição financeira: 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

II - lastreadas em recursos captados por meio de DIR-Pronamp: 1,34 (um inteiro e trinta e quatro centésimos);

c) operações de custeio ao amparo do Pronaf (MCR 10-4) com recursos da exigibilidade própria da instituição financeira, contratadas com taxa de juros de:

I - 1,50% a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano): 2,00 (dois inteiros);

II - 3% a.a. (três por cento ao ano): 1,72 (um inteiro e setenta e dois centésimos);

III - 4,50% a.a. (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano): 1,43 (um inteiro e quarenta e três centésimos);

d) operações de custeio ao amparo do Pronaf (MCR 10-4) lastreadas em recursos captados por meio de DIR-Pronaf, contratadas com taxa de juros de:

I - 1,50% a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano): 2,45 (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos);

II - 3% a.a. (três por cento ao ano): 2,10 (dois inteiros e dez centésimos);

III - 4,50% a.a. (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano): 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos);

e) operações de investimento ao amparo do Pronaf (MCR 10-5) com recursos da exigibilidade própria da instituição financeira, contratadas com taxa de juros de:

I - 1% a.a. (um por cento ao ano): 2,10 (dois inteiros e dez centésimos);

II - 2% a.a. (dois por cento ao ano): 1,91 (um inteiro e noventa e um centésimos);

f) operações de investimento ao amparo do Pronaf (MCR 10-5) lastreadas em recursos captados por meio de DIR-Pronaf, contratadas com taxa de juros de:

I - 1% a.a. (um por cento ao ano): 2,56 (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos);

II - 2% a.a. (dois por cento ao ano): 2,33 (dois inteiros e trinta e três centésimos);

g) operações ao amparo do Pronaf de que tratam o MCR 10-11 e o MCR 10-12, com recursos da exigibilidade, inclusive os captados por meio de DIR-Pronaf: 1,53 (um inteiro e cinquenta e três centésimos)." (NR)

Art. 2º O MCR 5-5-19 passa a vigorar com a seguinte redação:

"19 - Os créditos destinados a cooperativas para repasse a cooperados com Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), quando computados para o cumprimento de subexigibilidade nas condições definidas naquela Seção, estão limitados a operações com valor médio de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por associado ativo e ao teto de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por beneficiário." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

RESOLUÇÃO Nº 3.997, DE 28 DE JULHO DE 2011

Altera a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28 de julho de 2011, com base no art. 4º, incisos V e XXXI, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 6º e 17 da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional e de empresas facilitadoras de pagamentos internacionais, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive mediante vales postais e reembolsos postais internacionais." (NR)

"Art. 6º O Banco Central do Brasil definirá os critérios para recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante cartões de uso internacional e empresas facilitadoras de pagamentos internacionais e para a realização de transferências financeiras postais internacionais, inclusive mediante vales postais e reembolsos postais internacionais." (NR)

"Art. 17. Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio, as empresas responsáveis pelas transferências financeiras decorrentes da utilização de cartões de uso internacional, as empresas facilitadoras de pagamentos internacionais e as empresas que realizam transferências financeiras postais internacionais devem zelar pelo cumprimento da legislação e regulamentação cambial." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

RESOLUÇÃO Nº 3.998, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre o registro de operações de cessão de créditos e de arrendamento mercantil em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28 de julho de 2011, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, no art. 23 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e na Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, resolve:

Art. 1º As operações de cessão de créditos relativas a empréstimos e financiamentos com consignação das prestações em folha de pagamento, bem como de financiamento de veículos automotores realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação em vigor, devem ser objeto de registro, pelo cedente e pelo cessionário, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Estão também sujeitas ao registro de que trata o caput:

I - as operações de cessão de créditos nas modalidades citadas no caput contratadas antes da entrada em vigor desta Resolução, cujos créditos cedidos apresentem parcelas vincendas a partir de 22 de agosto de 2011; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - as demais operações de cessão de créditos e as de cessão de arrendamento mercantil, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º Os sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos a que se refere o art. 1º, caput, devem permitir ao Banco Central do Brasil o acesso às informações e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais.

Art. 3º As instituições mencionadas no art. 1º devem indicar diretor responsável pelo procedimento de registro e controle das operações de cessão de créditos.

Parágrafo único. Para fins da responsabilidade de que trata o caput, admite-se que o diretor indicado desempenhe outras funções na instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros, à auditoria interna, aos controles internos ou a outras que possam implicar conflitos de interesse ou representar deficiência de segregação de funções.

Art. 4º Os contratos das operações de cessão de créditos de que trata esta Resolução, inclusive nas situações de cessão parcial do crédito, devem prever a obrigação de registro pelo cedente e sua confirmação pelo cessionário, não sendo admitidas operações de cessão de créditos sem que ocorra o correspondente registro.

Art. 5º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar normas complementares e a adotar as medidas necessárias ao cumprimento desta Resolução, disciplinando, em especial, os seguintes aspectos:

I - informações requeridas para o registro; e

II - condições para identificação das operações objeto de registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 22 de agosto de 2011.

Art. 7º Fica revogado o § 4º do art. 6º da Resolução nº 2.836, de 30 de maio de 2001.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.843, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ALENCAR RODRIGUES FERREIRA JUNIOR, C.P.F. nº 054.988.988-43, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.844, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. CARLOS ALBERTO PAONE CARDILLO, C.P.F. nº 032.474.218-58, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.845, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. UBIRAJARA CAMPOS FILHO, C.P.F. nº 000.638.436-68, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.846, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARCELO CALONGE, C.P.F. nº 104.121.906-72, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.847, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ROGERIO BROMFMAN, C.P.F. nº 163.308.138-92, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.848, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JON FRANCISCO TOSCANO, C.P.F. nº 104.663.618-90, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.849, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. IVAN GUETTA, C.P.F. nº 095.466.137-03, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.850, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. FABIO JOSE DE CAMARGO ASSUMPÇÃO, C.P.F. nº 105.233.068-14, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.851, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. SERGIO LUIZ BALDASSARRI GABRIELE, C.P.F. nº 045.179.598-99, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.852, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. ROBERTO ALEXANDRE DE ALENCAR ARARIPE QUILELLI CORREA, C.P.F. nº 850.819.657-15, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.853, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. ALEXANDRE VIANNA, C.P.F. nº 118.889.598-27, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.854, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. ALVARO JOSE CANDELA CABEZAS, C.P.F. nº 992.343.007-34, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.855, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. FLAVIO DE AZEVEDO LOBATO JUNIOR, C.P.F. nº 453.974.812-20, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.856, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida ao Sr. ARIEL DAVID SEVI, C.P.F. nº 231.279.598-18, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.857, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida a SWISS CAPITAL DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 05.464.937, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.858, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. CURTIS ROBERT GOULDING, C.P.F. nº 231.835.818-41, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.859, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a Sra. PAULA DAUDT DE FARO SALAMONDE, C.P.F. nº 025.253.347-01, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 11050.002554/2003-23
Recurso nº 330.562 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.333 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 4 de fevereiro de 2010
Matéria II e IPI (classificação de mercadorias)
Recorrente KILLING S.A. TINTAS E SOLVENTES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Período de apuração: 22/03/1999 a 20/01/2003
CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS. POLIAMIDAS EM FORMAS PRIMÁRIAS. THERMELT105, THERMELT135 E THERMELT168.
Laudos técnicos utilizados como suporte da exação não permitem concluir que as poliamidas em formas primárias comercialmente denominadas Thermelt105, Thermelt135 e Thermelt168 são obtidas por condensação de ácidos graxos dimerizados ou trimerizados com etilenaminas, condição necessária para a classificação das mercadorias no código NCM/SH3908.90.20.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade, dar provimento ao recurso voluntário.
Processo nº 10711.005342/2007-38
Recurso nº 506.673 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.497 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de vinte e seis de agosto de dois mil e dez
Matéria II - CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Recorrente IFF ESSÊNCIAS E FRAGRÂNCIAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 24/10/2005
ÓLEO ESSENCIAL DE LAVANDIM.
A classificação fiscal do óleo essencial de lavandim é a do código 3301.29.90 da TEC, pois o lavandim não é uma variedade de lavanda, e sim uma planta diferente da Lavandula Officinalis, merecendo assim o seu óleo uma classificação residual.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 11065.000002/2004-01
Recurso nº 259.992 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.553 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de outubro de 2010
Matéria COFINS
Recorrente MÓVEIS KAPPESBERG LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Período de apuração: 01/01/2000 a 30/06/2002
COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. MANIFESTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA.
Em sede de reafirmação de jurisprudência em repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela inconstitucionalidade do conteúdo do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, conhecido como alargamento da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, o que permite a este Conselho Administrativo aplicar tal interpretação, consoante art. 26-A, § 6º, I do Decreto nº 70.235/72, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
Processo nº 11684.001597/2006-88
Recurso nº 509.174 De Ofício e Voluntário
Acórdão nº 3101-00.554 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de outubro de 2010
Matéria Multas (mercadoria quantificada incorretamente)
Recorrentes PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRÁS) e FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 17/01/2003 a 30/12/2004
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NULIDADE.
As regras do processo administrativo fiscal determinam que a nulidade do ato administrativo não deve ser pronunciada quando a decisão de mérito favorece o sujeito passivo beneficiário da declaração de nulidade.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 17/01/2003 a 30/12/2004
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO. PENALIDADES. RETROATIVIDADE BENIGNA.
A norma jurídica que deixa de definir determinado fato como infração tem aplicação pretérita sobre atos não definitivamente julgados.
Recurso de ofício negado e recurso voluntário provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade: (1) em negar provimento ao recurso de ofício e (2) em dar provimento ao recurso voluntário.
Processo nº 10218.720005/2004-01
Recurso nº 268.587 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.556 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de outubro de 2010
Matéria IPI - CRÉDITO PRESUMIDO
Recorrente SIDERURGICA IBERICA DO PARA S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI.
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/12/2003
PEREMPÇÃO.
O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido não pode ser conhecido, haja vista que a decisão a quo já se tornou definitiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.
Processo nº 10630.720190/2006-16
Recurso nº 177.175 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.565 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de dezembro de 2010
Matéria COFINS-RESSARCIMENTO
Recorrente COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO RIO DOCE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.
Ano-calendário: 2005
PEREMPÇÃO.
O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido não pode ser conhecido, haja vista que a decisão a quo já se tornou definitiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.
Processo nº 10630.720177/2006-67
Recurso nº 177.176 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.566 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de dezembro de 2010
Matéria PIS - RESSARCIMENTO
Recorrente COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO RIO DOCE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.
Ano-calendário: 2004
PEREMPÇÃO.
O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido não pode ser conhecido, haja vista que a decisão a quo já se tornou definitiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.
Processo nº 10630.720179/2006-56
Recurso nº 177.182 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.567 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de dezembro de 2010
Matéria PIS-RESSARCIMENTO
Recorrente COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO RIO DOCE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.
Ano-calendário: 2005
PEREMPÇÃO.
O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido não pode ser conhecido, haja vista que a decisão a quo já se tornou definitiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.
Processo nº 13811.002128/00-05
Recurso nº 344.855 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.584 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 9 de dezembro de 2010
Matéria FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente ALTANA PHARMA LTDA.
Recorrida DRJ - SÃO PAULO/SP
Assunto: Processo Administrativo Fiscal.
Período de apuração: 01/09/1989 a 30/11/1991
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. JULGAMENTO EM DUAS INSTÂNCIAS.
É direito de o contribuinte submeter o exame da matéria litigiosa às duas instâncias administrativas. Forçosa é a devolução dos autos para apreciação do mérito pelo órgão julgador a quo quando superadas, no órgão julgador ad quem, prejudiciais que fundamentavam o julgamento de primeira instância.
Recurso não conhecido nas demais razões de mérito, devolvidas ao órgão julgador a quo para correção de instância.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria: (1) em afastar a intempestividade do pedido de restituição do tributo, vencido o conselheiro Henrique Pinheiro Torres; (2) em determinar a devolução dos autos do processo ao órgão a quo para apreciar as demais questões de mérito, vencida a conselheira Valdete Aparecida Marinheiro (relatora). Designado redator para o acórdão o conselheiro Tarásio Campelo Borges.
Processo nº 13811.002128/00-05
Recurso nº 344.855 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.584 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 9 de dezembro de 2010
Matéria FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente ALTANA PHARMA LTDA.
Recorrida DRJ - SÃO PAULO/SP
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Período de apuração: 01/09/1989 a 30/11/1991
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. JULGAMENTO EM DUAS INSTÂNCIAS.
É direito do contribuinte submeter o exame da matéria litigiosa às duas instâncias administrativas. Forçosa é a devolução dos autos para apreciação do mérito pelo órgão julgador a quo quando superadas, no órgão julgador ad quem, prejudiciais que fundamentavam o julgamento de primeira instância. Recurso não conhecido nas demais razões de mérito, devolvidas ao órgão julgador a quo para correção de instância.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria: (1) em afastar a intempestividade do pedido de restituição do tributo, vencido o conselheiro Henrique Pinheiro Torres; (2) em determinar a devolução dos autos do processo ao órgão a quo para apreciar as demais questões de mérito, vencida a conselheira Valdete Aparecida Marinheiro (relatora). Designado redator para o acórdão o conselheiro Tarásio Campelo Borges.
Processo nº 12466.001336/2005-14
Recurso nº 510.472 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.610 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de fevereiro de 2011
Matéria Multa controle administrativo importações
Recorrente THORK COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E IIMAK BRASIL LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 27/10/2000
INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AO CONTROLE DE IMPORTAÇÕES. SUBFATURAMENTO. SUPERFATURAMENTO.
O subfaturamento ou o superfaturamento do preço ou do valor da mercadoria importada é fato típico para a exigência de multa igual a 100% dessa diferença. Pena cominada no Decreto lei 37, de 1966, artigo 169, inciso II, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei 6.562, de 1978.
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário.
Processo nº 10660.005327/2002-28
Recurso nº 517.073 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.611 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de fevereiro de 2011
Matéria II e IPI (drawback suspensão)
Recorrente MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 26/01/1995 a 09/04/1997
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. DIES A QUO. REGIME ADUANEIRO ESPECIAL DRAWBACK SUSPENSÃO.
Decadência, norma geral de direito tributário privativa de lei complementar, é matéria disciplinada nos artigos 150, § 4º, e 173 do Código Tributário Nacional. Na importação com suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não há se falar em pagamento antecipado de tributos nem na aplicação do disposto no citado artigo 150, §4º. Segundo a regra do artigo 173, incisoI, o prazo decadencial tem início no "primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado". Forte no princípio constitucional da eficiência administrativa e dada a impossibilidade de ser aferido o adimplemento do compromisso vinculado ao regime aduaneiro especial antes de esgotado o trintídio posterior ao prazo concedido no ato administrativo de outorga do benefício, o primeiro dia do exercício seguinte ao trigésimo primeiro dia subsequente à validade do ato concessório do drawback é o dies a quo para medir o prazo decadencial do inciso I do artigo 173 do Código Tributário Nacional.
ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS
Período de apuração: 26/01/1995 a 09/04/1997
DRAWBACK SUSPENSÃO. INADIMPLEMENTO DE COMPROMISSOS DO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO FÍSICA.
Na modalidade suspensão, a fruição do beneficio do drawback está subordinada ao princípio da vinculação física, que impõe aos insumos importados com suspensão dos tributos aplicação direta e fisicamente à mercadoria exportada, seja integrando-se fisicamente a ela, seja, excepcionalmente, consumindo-se no processo produtivo. Não há se falar em aplicação do disposto no Ato Declaratório Cosit 20, de 1996, senão para os setores econômicos definidos pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).
Recurso voluntário negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário.
Processo nº 10209.000806/2005-38
Recurso nº 338.296 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.612 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de fevereiro de 2011
Matéria II REDUÇÃO ALÍQUOTA
Recorrente PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO II.
Data do fato gerador: 13/10/2000
PREFERÊNCIA TARIFÁRIA. DIVERGÊNCIA ENTRE CERTIFICADO DE ORIGEM E FATURA COMERCIAL. INTERMEDIAÇÃO DE PAÍS NÃO SIGNATÁRIO DE ACORDO INTERNACIONAL.
É incabível a aplicação de preferência tarifária em caso de divergência entre certificado de origem e fatura comercial, bem como quando o produto importado é comercializado por terceiro país, não signatário do Acordo Internacional, sem que tenham sido atendidos os requisitos previstos na legislação de regência.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por voto de qualidade, em negar provimento ao recurso voluntário, vencidos os Conselheiros Valdete Aparecida Marinheiro, Vanessa Albuquerque Valente e Helder Massaaki Kanamaru.
Processo nº 10314.002917/2002-39
Recurso nº 339.815 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.615 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de fevereiro de 2011
Matéria II e IPI (papel imune, desvio de finalidade)
Recorrente TYPE BRASIL QUALIDADE EM GRÁFICA E EDITORA LTDA. [nova denominação social de TYPELASER DESENVOLVIMENTO EDITORIAL LTDA.]
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/2000
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. IPI VINCULADO. DECADÊNCIA. DIES A QUO. IMPORTAÇÃO DECLARADA COMO PAPEL IMUNE.
Decadência, norma geral de direito tributário privativa de lei complementar, é matéria disciplinada nos artigos 150, § 4º, e 173 do Código Tributário
Nacional. Na importação declarada acomo papel imune, não há se falar em pagamento antecipado de tributos nem na aplicação do disposto no citado artigo 150, §4º. Segundo a regra do artigo 173, incisoI, o prazo decadencial tem início no "primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO II
Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/2000
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. IPI VINCULADO. IMPORTAÇÃO DECLARADA COMO PAPEL IMUNE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nas importações declaradas como papel imune, irreparável o lançamento dos tributos quando não comprovado o seu efetivo uso na produção das publicações informadas nos demonstrativos de utilização de papel imune, quando utilizado para produção de publicações estranhas àquelas amparadas pelo texto constitucional, bem como quando adquirido sem a correspondente declaração no respectivo demonstrativo de compra desse insumo.
Recurso voluntário provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em rejeitar a prejudicial de decadência e em dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir da exigência as parcelas do crédito tributário correspondentes aos erros apontados pelo sujeito passivo da obrigação tributária e confirmados pela fiscalização aduaneira da IRF São Paulo (SP) em relatório de diligência.
Processo nº 10831.013183/2004-36
Recurso nº 337.443 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.619 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria II CONFERÊNCIA FINAL MANIFESTO
Recorrente LUFTHANSA CARGO AG.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO II.
Data do fato gerador: 19/02/1999, 25/03/1999, 25/12/1999
CONFERÊNCIA FINAL DE MANIFESTO. CONSTATAÇÃO DE NÃO ARMAZENAMENTO DE CARGA. FALTA DE MERCADORIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.
Merece ser declarada a improcedência do lançamento lastreado no fato de a carga não ter sido objeto de armazenamento, pois isso não autoriza presumir o extravio de volume ou de mercadoria em relação aos registros constantes no manifesto de carga, nem a imputar responsabilidade à pessoa do transportador, haja vista ausência de previsão legal para tanto. A falta de armazenamento de carga não constitui fato apurável mediante procedimento de conferência final do manifesto e tampouco serve para constatar extravio ou acréscimo de volume e/ou mercadoria registrados em manifesto de carga ou documento de efeito equivalente.
BASE DE CÁLCULO. IRRETROATIVIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA.
Em virtude do princípio da irretroatividade da lei tributária, é imprópria a base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal, uma vez que o artigo 67, caput e § 1º da Lei 10.833/2003 contém dispositivo que trata de critério de apuração da base de cálculo, e não pode ser utilizado para fatos geradores de 1999, nem com o escudo do § 1º do art. 144 do CTN, como apregoado pela decisão recorrida, porquanto os novos critérios de apuração, referidos no texto legal, estão umbilicalmente ligados à expressão pregressa ocorrência do fato gerador da obrigação, ou seja, apurar a existência da obrigação tributária, e não da base de cálculo. O § 1º do art. 144 retrocitado admite a aplicação de novas normas procedimentais para apurar a ocorrência do fato gerador, com novos procedimentos fiscalizatórios, inclusive com mais poderes investigatórios às autoridades tributárias e maiores garantias e privilégios aos créditos fiscais, mas em hipótese alguma permite tocar na dimensão do lançamento ou na sua sujeição passiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.
Processo nº 10530.001242/2002-56
Recurso nº 519.391 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.622 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de fevereiro de 2011
Matéria IPI (ressarcimento)
Recorrente BAHIA ARTES GRÁFICAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/05/2002 a 31/05/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NULIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.
As normas que regem o processo administrativo fiscal concedem ao contribuinte o direito de ver apreciada toda a matéria litigiosa em duas instâncias. Supressão de instância é fato caracterizador do cerceamento do direito de defesa. Nula é a decisão maculada com vício dessa natureza.
Processo que se declara nulo a partir do acórdão recorrido, inclusive.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em declarar nulo o processo a partir do acórdão recorrido, inclusive.
Processo nº 10530.001243/2002-09
Recurso nº 519.398 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.623 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de fevereiro de 2011
Matéria IPI (ressarcimento)
Recorrente BAHIA ARTES GRÁFICAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/06/2002 a 30/06/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NULIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.
As normas que regem o processo administrativo fiscal concedem ao contribuinte o direito de ver apreciada toda a matéria litigiosa em duas instâncias. Supressão de instância é fato caracterizador do cerceamento do direito de defesa. Nula é a decisão maculada com vício dessa natureza.
Processo que se declara nulo a partir do acórdão recorrido, inclusive.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em declarar nulo o processo a partir do acórdão recorrido, inclusive.
Processo nº 11020.000031/2005-61
Recurso nº 341.522 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.627 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria II MULTA CONVERSÃO PERDIMENTO
Recorrente LOJAS MAGAZINE LUIZA SUL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 01/10/2004
SUJEITO PASSIVO. ADQUIRENTE NO MERCADO INTERNO.
A preliminar de ilegitimidade passiva, ancorada no fato de que a recorrente não importou as mercadorias, mas as adquiriu no mercado interno, não merece acolhida, conquanto o inciso X do art. 105 do Decreto Lei nº 37/66 não faz diferença entre as pessoas que detenham a posse das mercadorias estrangeiras, valendo o comando também para aqueles que as adquirem no mercado interno.
AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.
O procedimento fiscal para a aplicação da multa equivalente ao valor aduaneiro das mercadorias sujeitas a perdimento é deveras diverso do procedimento referente ao perdimento em si, e não se comunicam? ao contrário, excluem-se mutuamente, porquanto não existe multa equivalente ao perdimento se esse existe, daí não fazer o menor sentido a alegação de que não houve processo de perdimento previamente à conversão desse em multa, e via de conseqüência, cumpre afastar a preliminar de nulidade do auto de infração, pois o devido processo legal está presente o tempo todo no feito.
MULTA RESULTANTE DA CONVERSÃO DA PENA DE PERDIMENTO. MERCADORIAS CONSUMIDAS. DOCUMENTÁRIO FISCAL INÁBIL.
Deve ser mantida a multa equivalente ao valor aduaneiro das mercadorias sujeitas à pena de perdimento que tenham sido consumidas. Nota fiscal sem a devida descrição dos produtos importados, sem seus números de série e que não menciona serem as mercadorias estrangeiras, não caracteriza documento fiscal hábil para fins de aquisição no mercado interno.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.
Processo nº 13603.001751/2008-61
Recurso nº 270.012 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.628 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria COFINS PAF
Recorrente TRANSDIAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS.
Período de apuração: 01/08/2002 a 31/12/2006
PEREMPÇÃO.
O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância. Recurso apresentado após o prazo estabelecido não pode ser conhecido, haja vista que a decisão a quo já se tornou definitiva.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário, nos termos do voto do relator.
Processo nº 10209.000850/2004-67
Recurso nº 343.957 Voluntário
Acórdão nº 3101-00.629 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de fevereiro de 2011
Matéria II DRAWBACK
Recorrente COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS.
Ano calendário: 2000
DILIGÊNCIA. INDEFERIMENTO.
Denega-se pedido de diligência com o escopo de levar a efeito nova auditoria nos documentos da recorrente, uma vez que não foi declinado nenhum motivo razoável para tanto, havendo apenas a evocação genérica do princípio da verdade material.
DRAWBACK. INADIMPLÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.
A imputação não foi baseada na Portaria SECEX nº 11/2004, como assevera a recorrente, e sim no Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 91.030/85, no Comunicado DECEX nº 21/97 (Consolidação das Normas de Drawback) e na Portaria SECEX nº 02/92. Demais disso, a recorrente não cumpriu com todas as exigências da legislação aplicável, sendo por isso inadimplente com o regime do Drawback.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por voto de qualidade, em negar provimento ao recurso voluntário, vencidos os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, Tarásio Campelo Borges e Leonardo Mussi da Silva, que davam provimento.
Processo nº 11128.006503/2005-91
Recurso nº 513.297 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.757 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de agosto de 2010
Matéria II - CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Recorrente CRODA DO BRASIL S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Data do fato gerador: 10/12/2001
CONFERÊNCIA ADUANEIRA. ERRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL. DIFERENÇA DE TRIBUTO OU IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. EXTEMPORANEIDADE. EFEITOS. LIBERAÇÃO AUTOMÁTICA DA MERCADORIA. DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR. INOCORRÊNCIA.
A eventual não formalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do término da conferência aduaneira, de exigência do crédito tributário apurado nessa etapa, acarreta apenas o desembaraço ou liberação automática (ou tácita) da mercadoria, sem afetar, contudo, o direito de a fiscalização proceder ao lançamento do crédito tributário apurado na fase de revisão aduaneira, desde que obedecido o referido prazo decadencial.
LANÇAMENTO DE OFÍCIO PREVIAMENTE AO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ERRO DE DIREITO DA AUTORIDADE FISCAL. INOCORRÊNCIA.
Se antes da efetivação do desembaraço aduaneiro a autoridade fiscal concluiu o lançamento, obviamente não houve concordância com o procedimento de classificação e apuração do crédito tributário consignado na Declaração de Importação (DI), em decorrência, inadmissível erro de direito nessa circunstância.
MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. FALTA DE PRÉVIO CRITÉRIO JURÍDICO INTRODUZIDO POR ATO DE OFÍCIO. CONDIÇÃO NECESSÁRIA. INOCORRÊNCIA.
Para que haja mudança de critério jurídico é imprescindível que a autoridade fiscal tenha adotado um critério jurídico anterior, por meio de ato de lançamento de ofício, realizado contra o mesmo sujeito passivo, o que não ocorreu no presente caso, uma vez que o primeiro ato de ofício praticado pela autoridade fiscal foi exatamente a lavratura dos presentes autos de infração.
MULTA DE OFÍCIO. DECLARAÇÃO INEXATA. ERRÔNEA CLASSIFICAÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICABILIDADE.
A descrição inexata do produto na Declaração de Importação (DI), acrescida da sua errônea classificação fiscal na NCM, subsume-se à hipótese da infração por declaração inexata, descrita no art. 44, I, da Lei nº 9.430, de 1996. Além disso, por se tratar de responsabilidade de natureza objetiva, a configuração da referida infração independente da comprovação da existência de dolo ou má-fé do importador.
MULTA POR FALTA DE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO (LI). PRODUTO DISPENSADO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E DE LICENCIAMENTO. INAPLICABILIDADE.
É condição necessária para a prática da infração administrativa ao controle das importação por falta de Licença de Importação (LI) que produto importado esteja sujeito ao controle administrativo e ao licenciamento, previamente ao embarque no exterior ou ao despacho aduaneiro, conforme o caso.
Nos presentes autos, inaplicável a multa por falta de LI, pois os produtos importados estavam dispensados de controle administrativo e de licenciamento.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, para afastar a multa de 30% do valor aduaneiro, por falta de licença de importação. Ausente, justificadamente, a Conselheira Nanci Gama, que foi substituída pelo Conselheiro Helder Massaaki Kanamaru.
Processo nº 11128.006504/2005-36
Recurso nº 508.333 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.758 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de agosto de 2010
Matéria II - CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Recorrente CRODA DO BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 27/11/2002
NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM). PRODUTO DE NOME COMERCIAL "FLUILAN". ENQUADRAMENTO TARIFÁRIO.
O produto identificado como lanolina, na forma líquida, uma substância gorda derivada da suarda, de nome comercial "Fluilan", classifica-se no código NCM 1505.00.l0.
CONFERÊNCIA ADUANEIRA. ERRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL. DIFERENÇA DE TRIBUTO OU IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. EXTEMPORANEIDADE. EFEITOS. LIBERAÇÃO AUTOMÁTICA DA MERCADORIA. DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR. INOCORRÊNCIA.
A eventual não formalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do término da conferência aduaneira, de exigência do crédito tributário apurado nessa etapa. Acarreta apenas o desembaraço ou liberação automática (ou tácita) da mercadoria, sem afetar, contudo, o direito de a fiscalização proceder ao lançamento do crédito tributário apurado na fase de revisão aduaneira, desde que obedecido o referido prazo decadencial.
LANÇAMENTO DE OFÍCIO PREVIAMENTE AO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ERRO DE DIREITO DA AUTORIDADE FISCAL. INOCORRÊNCIA.
Se antes da efetivação do desembaraço aduaneiro a autoridade fiscal concluiu o lançamento, obviamente não houve concordância com o procedimento de classificação e apuração do crédito tributário consignado na Declaração de Importação (DI), em decorrência, inadmissível erro de direito nessa circunstância.
MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. FALTA DE PRÉVIO CRITÉRIO JURÍDICO INTRODUZIDO POR ATO DE OFÍCIO. CONDIÇÃO NECESSÁRIA. INOCORRÊNCIA.
Para que haja mudança de critério jurídico é imprescindível que a autoridade fiscal tenha adotado um critério jurídico anterior, por meio de ato de lançamento de ofício, realizado contra o mesmo sujeito passivo, o que não ocorreu no presente caso, uma vez que o primeiro ato de ofício praticado pela autoridade fiscal foi exatamente a lavratura dos presentes autos de infração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MULTA DE OFÍCIO. DECLARAÇÃO INEXATA. ERRÔNEA CLASSIFICAÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICABILIDADE.
A descrição inexata do produto na Declaração de Importação (DI), acrescida da sua errônea classificação fiscal na NCM, subsume-se à hipótese da infração por declaração inexata, descrita no art. 44, I, da Lei nº 9.430, de 1996. Além disso, por se tratar de responsabilidade de natureza objetiva, a configuração da referida infração independente da comprovação da existência de dolo ou má-fé do importador.
MULTA POR FALTA DE LICENCIAMENTO. PRODUTO DISPENSADO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E DE LICENCIAMENTO. INAPLICABILIDADE.
É condição necessária para a prática da infração administrativa ao controle das importação por falta de Licença de Importação (LI) que produto esteja sujeito ao controle administrativo e ao licenciamento previamente ao embarque no exterior ou ao despacho aduaneiro.
Nos presentes autos, inaplicável a multa por falta de LI aos produtos dispensados de controle administrativo e licenciamento e ao produto sujeito a licenciamento, porém inexigível novo licenciamento em decorrência da mudança do código tarifário.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, para afastar a multa de 30% do valor aduaneiro, por falta de licença de importação. Ausente, justificadamente, a Conselheira Nanci Gama, que foi substituída pelo Conselheiro Helder Massaaki Kanamaru.
Processo nº 10494.000465/2008-75
Recurso nº 513.824 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.765 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2010
Matéria II - REGIME DE TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADA
Recorrente FEDERAL EXPRESS CORPORATION
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II.
Data do fato gerador: 30/06/2008
AUTO DE INFRAÇÃO. ERRO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. PRELIMINAR DE NULIDADE. ACATAMENTO.
A correta identificação do sujeito é formalidade essencial do instrumento que formaliza o lançamento do crédito tributário. O erro na identificação do sujeito passivo torna nulo o Auto de Infração por ilegitimidade passiva (inteligência do art. 142 do CTN, c/c art. 10, I, do Decreto nº 70.235, de 1972)
Processo Anulado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, dar provimento ao recurso voluntário.
Processo nº 10314.004185/2003-01
Recurso nº 344.929 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.780 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de outubro de 2010
Matéria II - MULTA ADMINISTRATIVA
Recorrente UCLAF LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 26/06/1998 a 26/09/2000
AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. VÍCIO FORMAL INSANÁVEL. NULIDADE.
É nulo, por vício formal insanável, o Auto de Infração sem motivação e desacompanhado dos elementos probatórios indispensáveis à comprovação do ilícito.
Processo Anulado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, dar provimento ao recurso, para anular o processo desde o auto de infração, por vício formal.
Processo nº 13808.002285/00-43
Recurso nº 262.170 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.786 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de outubro de 2010
Matéria PIS
Recorrente LA PASTINA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 30/08/1995 a 30/09/1995, 30/11/1995 a 29/02/1996
Decadência. Súmula Vinculante nº 8 Nos termos da Súmula Vinculante 8 do Supremo Tribunal Federal, de 20/06/2008, é inconstitucional o artigo 45 da Lei n° 8.212, de 1991. Assim, a regra que define o termo inicial de contagem do prazo decadencial para a constituição de créditos tributários dos tributos e contribuições sujeitos ao lançamento por homologação é a do § 4º do artigo 150 ou a do art. 173, I do Código Tributário.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Período de apuração: 31/08/1995 a 30/09/1995, 30/11/1995 a 29/02/1996
COMPENSAÇÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA
A condição básica para a compensação, ainda que sob a modalidade "de ofício", é a existência de um débito líquido e certo e tal condição é claramente incompatível com a impugnação da exigência fiscal, sabidamente manejada no intuito de obstaculizar a definitividade da exigência fiscal.
Recurso Voluntário Provido em Parte
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher a prejudicial de decadência relativamente à competência 08/1995 e por voto de qualidade, negar provimento ao recurso voluntário quanto à revisão da base de cálculo do PIS informada nas declarações. Vencidos os conselheiros Beatriz Veríssimo de Sena, Leonardo Mussi e Nanci Gama.
Processo nº 11050.002448/2006-92
Recurso nº 514.239 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.798 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de outubro de 2010
Matéria II - CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Recorrente ARTECOLA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Data do fato gerador: 09/10/2001, 17/01/2002, 10/05/2002, 17/10/2002, 17/04/2003,15/07/2003, 03/10/2005, 10/04/2006, 02/06/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO. AÇÃO JUDICIAL. OBJETO. CONCOMITÂNCIA.
A propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial, independentemente da modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto do processo administrativo, importa a renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso interposto.
REVISÃO ADUANEIRA. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. INEXISTÊNCIA.
Não constitui modificação de critério, o resultado do procedimento de revisão aduaneira que implique alteração da classificação fiscal do produto na NCM, anteriormente adotada pelo importador, visando à apuração dos impostos incidentes na operação de importação, para fins de determinação da alíquota aplicável, fixadas na Tarifa Externa Comum (TEC) e na Tabela de Incidência do IPI (TIPI).
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 09/10/2001, 17/01/2002, 10/05/2002, 17/10/2002, 17/04/2003, 15/07/2003, 03/10/2005, 10/04/2006, 02/06/2006
DECLARAÇÃO INEXATA. ERRÔNEA CLASSIFICAÇÃO FISCAL. MULTA DE OFÍCIO DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO). DESCRIÇÃO INEXATA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICABILIDADE.
A descrição inexata do produto na Declaração de Importação (DI), acarretando ou não a incorreta classificação fiscal do produto na NCM, subsume-se à hipótese da infração por declaração inexata descrita no inciso I do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, independente da existência de dolo ou má-fé do importador.
MULTA POR FALTA DE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO (LI). PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ADMINISTRATIVO E DE LICENCIAMENTO NÃO AUTOMÁTICO. APLICABILIDADE.
Para a configuração da infração administrativa ao controle das importações, por falta de Licença de Importação (LI), é condição necessária que produto esteja sujeito a licenciamento, automático ou não. No presente caso, o produto importado estava sujeito a licenciamento não automático, que não foi providenciado, restando configurada, por conseguinte, a infração administrativa ao controle das importações, por falta de LI.
CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA INCORRETA. MULTA ADUANEIRA OU REGULAMENTAR. APLICABILIDADE.
Por se tratar de responsabilidade de natureza objetiva, a infração caracterizada pelo enquadramento tarifário incorreto do produto na NCM, sancionada com a multa de 1% (um por cento) do valor aduaneiro da mercadoria, independente da existência de dolo ou máfé do importador.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso relativamente à classificação fiscal, por concomitância. Negar provimento ao recurso, por unanimidade de votos, no que se refere às multas de ofício de 75% do valor dos impostos e de 1% do valor aduaneiro, por indicação errônea da classificação fiscal; e, por maioria de votos, no que concerne à aplicação da multa de 30% do valor aduaneiro, por falta de Licença de Importação (LI). Vencida a Conselheira Nanci Gama, que dava provimento ao recurso relativamente à multa de 30% do valor aduaneiro, por falta de LI.
Processo nº 12466.002159/2008-36
Recurso nº 513.440 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.815 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 8 de dezembro de 2010
Matéria Multa de Conversão da Pena de Perdimento
Recorrente BRASPONTEX COMERCIO EXTERIOR LTDA__
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 23/06/2004 a 10/03/2005
OMISSÃO NA DESCRIÇÃO DOS FATOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO.
O Decreto nº 70.235, de 1972, exige que do auto de infração conste a descrição dos fatos que ensejaram sua lavratura mas não veda tal descrição seja levada a efeito em relatório anexo ao referido auto de infração, notadamente em razão de que o uso de tal metodologia longe está de cercear o direito à defesa e ao contraditório.
NULIDADE POR VÍCIO DO MPF. AUSÊNCIA
O Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) é instrumento de gerenciamento, controle e acompanhamento das atividades de fiscalização; eventuais falhas em sua prorrogação não contaminam o lançamento.
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE - IN 228, DE 2002. PRAZO.
A Instrução Normativa SRF nº 228, de 2002 não estabelece limite para a prorrogação do prazo do procedimento especial de controle verificação da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas.
Ademais, o encerramento das verificações não representa empecilho para a lavratura do auto de infração de perdimento, real ou convertido. Ao contrário, regra geral, tal encerramento representa uma condição para a constatação das irregularidades e a conseqüente elaboração daquele lançamento de ofício.
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PERÍCIA OU DILIGÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO.
Não há que se falar em nulidade por indeferimento de pedido de perícia quando os autos reúnem os elementos necessários à formação da convicção do julgador e, o que é mais relevante, o sujeito passivo não logra êxito em demonstrar a imprescindibilidade desse exame suplementar.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 23/06/2004 a 10/03/2005
OCULTAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO MEDIANTE SIMULAÇÃO E FALSIDADE IDEOLÓGICA DE DOCUMENTO NECESSÁRIOS AO DESEMBARAÇO. EFEITO.
A ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou de responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, bem assim a inserção de informações ideologicamente falsas na fatura comercial caracteriza Dano ao Erário, punível com a pena de perdimento da mercadoria, convertida em multa igual ao valor aduaneiro, caso não seja possível realizar a sua apreensão.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário. Os conselheiros Beatriz Veríssimo de Sena, José Fernandes do Nascimento, Luciano Pontes de Maya Gomes e Nanci Gama votaram pelas conclusões.
Processo nº 12466.002159/2008-36
Recurso nº 513.440 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.815 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 8 de dezembro de 2010
Matéria Multa de Conversão da Pena de Perdimento
Recorrente BRASPONTEX COMERCIO EXTERIOR LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 23/06/2004 a 10/03/2005
OMISSÃO NA DESCRIÇÃO DOS FATOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO.
O Decreto nº 70.235, de 1972, exige que do auto de infração conste a descrição dos fatos que ensejaram sua lavratura mas não veda tal descrição seja levada a efeito em relatório anexo ao referido auto de infração, notadamente em razão de que o uso de tal metodologia longe está de cercear o direito à defesa e ao contraditório.
NULIDADE POR VÍCIO DO MPF. AUSÊNCIA
O Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) é instrumento de gerenciamento, controle e acompanhamento das atividades de fiscalização; eventuais falhas em sua prorrogação não contaminam o lançamento.
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE - IN 228, DE 2002. PRAZO.
A Instrução Normativa SRF nº 228, de 2002 não estabelece limite para a prorrogação do prazo do procedimento especial de controle verificação da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas.
Ademais, o encerramento das verificações não representa empecilho para a lavratura do auto de infração de perdimento, real ou convertido. Ao contrário, regra geral, tal encerramento representa uma condição para a constatação das irregularidades e a consequente elaboração daquele lançamento de ofício.
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PERÍCIA OU DILIGÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO.
Não há que se falar em nulidade por indeferimento de pedido de perícia quando os autos reúnem os elementos necessários à formação da convicção do julgador e, o que é mais relevante, o sujeito passivo não logra êxito em demonstrar a imprescindibilidade desse exame suplementar.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 23/06/2004 a 10/03/2005
OCULTAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO MEDIANTE SIMULAÇÃO E FALSIDADE IDEOLÓGICA DE DOCUMENTO NECESSÁRIOS AO DESEMBARAÇO. EFEITO.
A ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou de responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, bem assim a inserção de informações ideologicamente falsas na fatura comercial caracteriza Dano ao Erário, punível com a pena de perdimento da mercadoria, convertida em multa igual ao valor aduaneiro, caso não seja possível realizar a sua apreensão.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário. Os conselheiros Beatriz Veríssimo de Sena, José Fernandes do Nascimento, Luciano Pontes de Maya Gomes e Nanci Gama votaram pelas conclusões.
Processo nº 10907.000616/2005-43
Recurso nº 141.732 De Ofício
Acórdão nº 3102-00.824 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 8 de dezembro de 2010
Matéria IPI - MULTA REGULAMENTAR
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado MOINHO CARLOS GUTH S/A
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 18/03/2005
MULTA REGULAMENTAR. IMPORTAÇÃO IRREGULAR. DESPACHO ANTECIPADO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO E AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA. OCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE.
De acordo com as normas que disciplinam o despacho aduaneiro antecipado (Instrução Normativa SRF nº 104, de 1999), na falta de apresentação dos documentos originais ou de sua apresentação incompleta, a mercadoria importada a granel somente poderá ser desembaraçada e entregue ao importador, mediante a formalização de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Termo de Responsabilidade. O eventual descumprimento do compromisso assumido no referido Termo é sancionado por penalidade de natureza administrativa.
Nos presentes autos, por falta de subsunção entre a conduta da importadora e a infração tipificada pela prática de importação fraudulenta ou irregular, prevista no inciso I do artigo 463 do RIPI/98, reputa-se indevida a imposição da penalidade pecuniária equivalente ao valor comercial da mercadoria.
Recurso de Ofício Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Relator.
Processo nº 10380.006474/2004-23
Recurso nº 517.796 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.830 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de dezembro de 2010
Matéria Pedido de Ressarcimento - COFINS
Recorrente BERMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004
RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS DE PIS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE.
Na ausência de previsão legal, não há como proceder à correção, seja a título de atualização monetária ou de juros de mora, do valor de ressarcimento apurado. As regras de compensação ou restituição não são aplicáveis ao caso.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado. Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Luciano Pontes de Maya Gomes e Nanci Gama.
Processo nº 10831.007501/00-61
Recurso nº 507.181 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.835 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 9 de dezembro de 2010
Matéria Classificação de Mercadorias
Recorrente EYBL DO BRASIL LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Data do fato gerador: 29/08/2000
A impugnação mencionará, dentre outros, as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito, considerando-se não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender a tais requisitos. Por outro lado, ainda que se observe o cumprimento de tais formalidades, cabe à autoridade julgadora analisar a imprescindibilidade da medida de instrução complementar.
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II
Data do fato gerador: 29/08/2000
EXTARIFÁRIO. LIMITES.
Tratando-se hipótese de redução do Imposto de Importação, somente pode ser beneficiada com "ex" tarifário a mercadoria que corresponder exatamente à descrita no ato que concede o benefício. Aplicação do art. 111, II do CTN, jurisprudência do extinto Terceiro Conselho de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
MULTA DE OFÍCIO. CABIMENTO.
A indicação de destaque "ex", quando indevida, associada à descrição inexata da mercadoria não se enquadra nas hipóteses de exclusão de penalidade instituídas no Ato Declaratório Normativo Cosit nº 10/1997 e, consequentemente, dá ensejo a aplicação da multa de ofício de 75% do valor do imposto lançado, capitulada no art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996.
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 29/08/2000
MULTA POR FALTA DE LI. CABIMENTO
Demonstrado que o erro de classificação prejudicou o exercício do controle administrativo das importações, em razão da não realização do licenciamento não-automático de mercadoria que estaria sujeita a tal tratamento, correta é a imposição da multa que, à época dos fatos, era prevista no art. 526,II do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 1985. Por outro lado, não é possível aplicar Ato Declaratório Normativo nº 12/1997 à hipótese em que a mercadoria não é corretamente descrita.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acórdão os membros do Colegiado, por maioria de votos, em afastar a preliminar de nulidade e negar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os conselheiros Nanci Gama, que propunha a realização de diligência e, no mérito, dava provimento parcial para afastar a multa prevista no art. 526, II do Regulamento Aduaneiro; e Luciano Pontes de Maya Gomes, que acompanhou a proposta de diligência e, no mérito, acompanhava o Relator.
Processo nº 10735.001811/2005-18
Recurso nº 170.171 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.844 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 8 de dezembro de 2010
Matéria COFINS - FALTA DE RECOLHIMENTO
Recorrente OLIVAMAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Data do fato gerador: 31/01/2004, 29/02/2004, 31/03/2004, 30/04/2004, 31/10/2004, 31/12/2004.
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO VOLUNTÁRIO. PRAZO DE APRESENTAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PEREMPÇÃO. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
No âmbito do processo administrativo fiscal federal, é considerado perempto o recurso voluntário apresentado após o prazo de 30 (trinta) dias. Nos presentes autos, caracterizada a intempestividade não se toma conhecimento do recurso interposto.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, não tomar conhecimento do recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.
Ausente a Conselheira
Nanci Gama.
Processo nº 10380.009200/2003-13
Recurso nº 169.322 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.851 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Contribuição para o PIS
Recorrente ALUBRÁS - ARTEFATOS DE AÇO E ALUMÍNIO DO BRASIL S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Ano-calendário: 1997
PEDIDO DE COMPENSAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO E LANÇAMENTO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO.
A existência, em nome da interessada, de processo pendente de decisão definitiva acerca de pedido indeferido de compensação não invalida o lançamento de ofício, realizado no intuito de prevenir a decadência do crédito que o Fisco reputa devido, principalmente quando a autoridade julgadora condiciona fixação definitiva do quantum ao encerramento daquele processo judicial.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acórdão os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário. Ausente a Conselheira Nanci Gama.
Processo nº 10320.000925/2005-12
Recurso nº 168.747 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.856 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria COFINS - COMPENSAÇÃO
Recorrente ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Período de apuração: 01/11/2004 a 31/12/2004
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS. INCIDÊNCIA NÃOCUMULATIVA. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA DE CERVEJAS, ÁGUAS E REFRIGERANTES. VENDAS EFETUADAS COM ALÍQUOTA ZERO. DIREITO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.
Por força da técnica legal de tributação concentrada nos fabricantes e importadores de cervejas, águas e refrigerantes, denominada de tributação monofásica, as receitas auferidas pelos comerciantes atacadistas e varejistas, decorrentes da revenda desses produtos, são submetidas à alíquota zero das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, sendo expressamente vedado, de outra parte, o aproveitamento de créditos em relação às aquisições desses produtos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Beatriz Veríssimo de Sena. Ausente a Conselheira Nanci Gama. O Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes declarou-se impedido de votar.
Processo nº 10320.000929/2005-92
Recurso nº 168.751 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.858 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria PIS/PASEP - COMPENSAÇÃO
Recorrente ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS. INCIDÊNCIA NÃOCUMULATIVA. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA DE CERVEJAS, ÁGUAS E REFRIGERANTES. VENDAS EFETUADAS COM ALÍQUOTA ZERO. DIREITO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.
Por força da técnica legal de tributação concentrada nos fabricantes e importadores de cervejas, águas e refrigerantes, denominada de tributação monofásica, as receitas auferidas pelos comerciantes atacadistas e varejistas, decorrentes da revenda desses produtos, são submetidas à alíquota zero das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, sendo expressamente vedado, de outra parte, o aproveitamento de créditos em relação às aquisições desses produtos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Beatriz Veríssimo de Sena. Ausente a Conselheira Nanci Gama. O Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes declarou-se impedido de votar.
Processo nº 10320.000931/2005-61
Recurso nº 168.753 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.859 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria PIS/PASEP - COMPENSAÇÃO
Recorrente ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/01/2005 a 31/03/2005
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS. INCIDÊNCIA NÃOCUMULATIVA. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA DE CERVEJAS, ÁGUAS E REFRIGERANTES. VENDAS EFETUADAS COM ALÍQUOTA ZERO. DIREITO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.
Por força da técnica legal de tributação concentrada nos fabricantes e importadores de cervejas, águas e refrigerantes, denominada de tributação monofásica, as receitas auferidas pelos comerciantes atacadistas e varejistas, decorrentes da revenda desses produtos, são submetidas à alíquota zero das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, sendo expressamente vedado, de outra parte, o aproveitamento de créditos em relação às aquisições desses produtos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Beatriz Veríssimo de Sena. Ausente a Conselheira Nanci Gama. O Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes declarou-se impedido de votar.
Processo nº 15578.000097/2008-59
Recurso nº 523.107 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.860 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente CIA COREANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/03/2003 a 30/04/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 11543.003609/2003-71
Recurso nº 521.514 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.861 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente CIA COREANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/09/2003 a 30/09/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
TRANSFERÊNCIA ONEROSA DE CRÉDITOS DO ICMS. BASE DE CÁLCULO.
A receita decorrente da transferência onerosa de créditos do ICMS somente deixou de integrar a base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS a partir do dia 1º de janeiro de 2009, tal como disposto na Lei 11.945/09.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado. Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Beatriz Veríssimo de Sena e Luciano Pontes de Maya Gomes.
Processo nº 11543.005109/2003-73
Recurso nº 521.349 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.862 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO -
KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/12/2003 a 31/12/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 11543.005109/2003-73
Recurso nº 521.349 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.862 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/12/2003 a 31/12/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 10680.014189/2004-00
Recurso nº 503.615 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.871 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria PIS/PASEP
Recorrente ALPHAVILLE PERFUMARIA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/10/1999 a 31/12/2003
Ementa: Redução Relativa às Operações com Produtos de Perfumaria e Toucador.
O benefício instituído pela Lei nº 10.147, de 2000 só atinge fatos geradores ocorridos a partir de 1º de maio de 2001.
Ademais, se o contribuinte, após regularmente intimado, deixa de apresentar notas fiscais que permitam identificar o valor das operações aptas a fruir do benefício, não há como reconhecer o pleito.
Deduções Autorizadas pela Lei nº 10.637, de 2002.
A não apresentação de documentos que respaldem a dedução impede que se reconheça o pleito do sujeito passivo de recalcular os valores lançados nas correspondentes declarações formuladas perante o Fisco.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente a Conselheira Nanci Gama.
Processo nº 10320.000930/2005-17
Recurso nº 168.752 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.878 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria PIS/PAPES - COMPENSAÇÃO
Recorrente ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS. INCIDÊNCIA NÃOCUMULATIVA. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA DE CERVEJAS, ÁGUAS E REFRIGERANTES. VENDAS EFETUADAS COM ALÍQUOTA ZERO. DIREITO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.
Por força da técnica legal de tributação concentrada nos fabricantes e importadores de cervejas, águas e refrigerantes, denominada de tributação monofásica, as receitas auferidas pelos comerciantes atacadistas e varejistas, decorrentes da revenda desses produtos, são submetidas à alíquota zero das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, sendo expressamente vedado, de outra parte, o aproveitamento de créditos em relação às aquisições desses produtos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Beatriz Veríssimo de Sena. Ausente a Conselheira Nanci Gama. O Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes declarou-se impedido de votar.
Processo nº 10320.000927/2005-01
Recurso nº 168.749 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.879 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria COFINS - COMPENSAÇÃO
Recorrente ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
Período de apuração: 01/01/2005 a 31/03/2005
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E COFINS. INCIDÊNCIA NÃOCUMULATIVA. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA DE CERVEJAS, ÁGUAS E REFRIGERANTES. VENDAS EFETUADAS COM ALÍQUOTA ZERO. DIREITO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.
Por força da técnica legal de tributação concentrada nos fabricantes e importadores de cervejas, águas e refrigerantes, denominada de tributação monofásica, as receitas auferidas pelos comerciantes atacadistas e varejistas, decorrentes da revenda desses produtos, são submetidas à alíquota zero das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, sendo expressamente vedado, de outra parte, o aproveitamento de créditos em relação às aquisições desses produtos.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Beatriz Veríssimo de Sena. Ausente a Conselheira Nanci Gama. O Conselheiro Luciano Pontes de Maya Gomes declarou-se impedido de votar.
Processo nº 11543.001399/2004-67
Recurso nº 521.513 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.881 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO
KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.
Período de apuração: 01/04/2004 a 30/06/2004
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 11543.004567/2003-95
Recurso nº 521.430 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.882 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO KOBRASCO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.
Período de apuração: 01/11/2003 a 30/11/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 11543.004053/2003-30
Recurso nº 521.512 Voluntário
Acórdão nº 3102-00.883 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de dezembro de 2010
Matéria Auto de Infração - PIS
Recorrente COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/10/2003
PIS/PASEP. ISENÇÃO. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO.
A contribuição para o PIS/Pasep apenas não incide sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias para o exterior ou vendas a empresa comercial exportadora com o fim especifico de exportação.
RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL.
As variações cambiais ativas têm natureza de receitas financeiras, não se enquadrando no conceito de receitas de exportação.
NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS.
Para fins de apuração do saldo a pagar no sistema de não-cumulatividade, consideram-se insumos os bens e serviços aplicados diretamente na fabricação do produto.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 13971.000151/2004-64
Recurso n° 141.236 Voluntário
Acórdão n° 3201-00.456 - 2ª Camara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de maio de 2010
Matéria RESTITUIÇÕES DIVERSAS
Recorrente CHRISTIAN GRAY LTDA.
Recorrida DRJ FLORIANÓPOLIS-SC
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 31/03/2000 a 10/07/2003
MULTA MORATÓRIA. DENUNCIA ESPONTÂNEA.
Na forma da Súmula n° 360 do Superior Tribunal de Justiça, o beneficio da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.
Processo n° 11128.002383/2003-91
Recurso n° 142.223 Voluntário
Acórdão n° 3201-00.457 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de maio de 2010
Matéria IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II
Recorrente ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
Recorrida SÃO PAULO II - SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO-II
Data do fato gerador: 27/03/2003
TRANSITO ADUANEIRO DE PASSAGEM. FATO GERADOR. OCORRÊNCIA.
0 Imposto de Importação incide sobre mercadoria estrangeira entrada no território aduaneira, em trânsito aduaneiro de passagem para outro país, cujo extravio tenha sido apurado em Ato de Vistoria Aduaneira.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, Pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Marcelo Ribeiro Nogueira, Luciano Lopes de Almeida Moraes e Tatiana .Midori Migiyama. Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Ricardo Paulo rosa.
Processo nº 11080.911280/2009-01
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3803-01.176 - 3ª Turma Especial
Sessão de 2 de fevereiro de 2011
Matéria PEDIDO DE RESTITUIÇÃO ELETRÔNICODECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente CENTRO CLÍNICO GRAVATAÍ LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/05/2003 a 31/05/2003
INTIMAÇÃO ENDEREÇADA AO ADVOGADO.
Dada a existência de determinação legal expressa em sentido contrário, Indefere-se o pedido de endereçamento das intimações ao escritório do procurador.
ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO NO QUAL SE FUNDAMENTA A AÇÃO. INCUMBÊNCIA DO INTERESSADO.
Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/05/2003 a 31/05/2003
Ementa: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. INDÉBITOS. DÉBITOS CONFESSADOS. ERRO. COMPROVAÇÃO.
O deferimento de pedido de restituição de pagamento indevido de débito declarado em DCTF depende da prova do erro na confissão, passível de ser produzida, mesmo no curso do contencioso administrativo fiscal, até o momento processual da reclamação.
COMPENSAÇÃO. REQUISITOS.
É vedada a compensação de débitos com créditos desvestidos dos atributos de liquidez e certeza.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 11080.905187/2009-50
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3803-01.197 - 3ª Turma Especial
Sessão de 3 de fevereiro de 2011
Matéria PEDIDO DE RESTITUIÇÃO ELETRÔNICODECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/09/2001 a 30/09/2001
INTIMAÇÃO ENDEREÇADA AO ADVOGADO.
Dada a existência de determinação legal expressa em sentido contrário, Indefere-se pedido de endereçamento das intimações ao escritório do procurador.
PRECLUSÃO.
Inadmissível a apreciação em grau de recurso de pedido não suscitado na instância a quo.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Período de apuração: 01/09/2001 a 30/09/2001
COMPENSAÇÃO. REQUISITOS.
É vedada a compensação de débitos com créditos desvestidos dos atributos de liquidez e certeza.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatorio e votos que integram o presente julgado.
Processo nº 10730.002228/2005-66
Recurso nº 272.275 Voluntário
Acórdão nº 3803-01.208 - 3ª Turma Especial
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente CLICHERIE J FIGUEIREDO LTDA ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/04/2002 a 30/06/2004
DIF PAPEL IMUNE. FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.
A não apresentação, ou a apresentação da DIF Papel Imune após os prazos estabelecidos para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à imposição da multa.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna artigo.
106 do CTN
ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
Súmula Nº 2 do CARF O CARF não é competente para se pronunciar sobre inconstitucionalidade de lei tributária.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.
Processo nº 10730.002774/2005-05
Recurso nº 272.279 Voluntário
Acórdão nº 3803-01.209 - 3ª Turma Especial
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente PALMAR GRAFICA E EDITORA LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/04/2002 a 31/07/2004
DIFPAPEL IMUNE. FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.
A não apresentação, ou a apresentação da DIF Papel Imune após os prazos estabelecidos para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à imposição da multa.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna artigo 106 do CTN.
ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
Súmula CARF nº 2 CARF não é competente para se pronunciar sobre inconstitucionalidade de lei tributária.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.
Processo nº 10950.000411/2005-32
Recurso nº 270.819 Voluntário
Acórdão nº 3803-01.210 - 3ª Turma Especial
Sessão de 03 de fevereiro de 2011
Matéria OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente PREGRAPHI
COM DE MAQ E MAT. GRÁFICOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2003 a 30/06/2004
DIFPAPEL IMUNE. FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.
A não apresentação, ou a apresentação da DIF Papel Imune após os prazos estabelecidos para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à imposição da multa.
NORMA PENAL MAIS BENIGNA. RETROAÇÃO.
Reduz-se a penalidade aplicada em face da edição posterior de norma penal mais benigna artigo 106 do CTN.
ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
Súmula Nº 2 do CARF O CARF não é competente para se pronunciar sobre inconstitucionalidade de lei tributária.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 29 de julho de 2011

Nº 670 - Processo nº 08017.001772/2009-38. Interessado: TV Ômega Ltda. Assunto: Recurso Administrativo em face da decisão do Secretário Nacional de Justiça, consubstanciada no Despacho exarado em 16 de junho de 2011. Decisão: conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do PARECER Nº 143/2011/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ, de lavra da Consultoria Jurídica desta Pasta Ministerial, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 2ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 03 de agosto de 2011, à partir das 09 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos remanescentes de sessões anteriores:

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2002.01.08175	A	EULÁLIA SALES	Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque Vistas Márcio Gontijo	NUMERAÇÃO	59
2.	2003.01.16826	A	JOSÉ LACERDA DOURADO	Conselheira Sueli Aparecida Bellato Vistas Márcio Gontijo	NUMERAÇÃO	68
3.	2004.01.49265	A	ALLAN EDISON MORENO FONSECA	Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque	NUMERAÇÃO	68

II - Processos incluídos para sessão do dia 03.08.2011:

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
4.	2001.01.00497	A	THEREZINHA FERREIRA DO AMPARO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	84
5.	2001.01.01425	A	PAULO ROBERTO TELES FRANCK MARGARIDA DA SILVA FRACK	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	60
6.	2001.01.01648	A	JOSÉ LIMA BORGES	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	70
7.	2001.01.02416	A R	MANOEL JOSÉ DA ROCHA NALDE FERREIRA DE LIMA	Conselheiro Juvelino José Strozake	NUMERAÇÃO	60
8.	2001.01.02686	A	GILBERTO SÁ BRITO DOS SANTOS	Conselheira Aline Sueli Salles Santos	NUMERAÇÃO	76
9.	2002.01.06145	A	ALMORÉ ZOCH CAVALHEIRO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	80
10.	2002.01.06152	A	LUIZ PATROCÍNIO DA SILVA	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	IIDADE	72
11.	2002.01.06445	A	FERNANDO JOSPE PEREIRA CARDOSO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	IDADE	67
12.	2002.01.10352	A	JOSÉ RODRIGUES DA ROCHA	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	IDADE	72
13.	2003.01.16025	A	NIKODEM EDLER	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	79
14.	2003.01.17106	A R	OLEG TARAPANOFF KARINA ROSSIGNOLI TARAPANOGG PADILHA DOS SANTOS	Conselheiro Juvelino José Strozake	NUMERAÇÃO	39
15.	2003.01.22196	A	ANTONIO GENEROSO DE MEDEIROS	Conselheira Eneá de Stutz e Almeida	NUMERAÇÃO	63
16.	2003.21.36370	A	ITAMAR SIQUEIRA RIBEIRO	Conselheiro Narciso Patriota Fernandes Barbosa	NUMERAÇÃO	73
17.	2004.01.44388	A	MARIANO RIBEIRO COSTA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	IDADE	68
18.	2005.01.50648	A R	MANOELITO RIBEIRO DO NASCIMENTO NECI OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Conselheiro Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	58
19.	2005.01.52197	A	IZAIAS MOREIRA FILHO	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	54
20.	2006.01.53905	A R	EMIDIO NICOLAU JANET FERREIRA DE SOUZA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	47
21.	2006.01.54734	A	LIZANDRO VIEIRA DA PAIXÃO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	86
22.	2006.01.55429	A R	DEMISTHOCLIODES BAPTISTA PARAGUASSU BAPTISTA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	INSTAURAÇÃO DE REVISÃO	52
23.	2006.01.55436	A R	DEMISTHOCLIDES BAPTISTA PALOMA BAPTISTA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	INSTAURAÇÃO DE REVISÃO	47
24.	2006.01.55709	A	MAIRE JOSÉ DE ABREU LOPES	Conselheira Maria Emília Guerra Ferreira	INSTAURAÇÃO DE REVISÃO	51
25.	2007.01.58319	A	ANTONIO CABEÇA FILHO	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	IDADE	75

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.437, DE 21 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.011558/2010-81-SR/DPF/PI resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS, CNPJ nº 06.862.627/0001-38, para atuar no PIAUÍ com Certificado de Segurança nº 038371, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.444, DE 21 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.041388/2010-11-DELESP/SR/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa H STERN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, CNPJ nº 33.388.943/0017-50, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.447, DE 21 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.027413/2010-11-SR/DPF/PE resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA BOM JESUS S/A, CNPJ nº 10.785.202/0001-40, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança nº 035335, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.453, DE 22 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.038912/2011-89-SR/DPF/RJ (Gesp- 2011/96), resolve:

Conceder autorização à empresa SOLIDEZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 02.992.301/0001-74, sediada no Estado do RIO DE JANEIRO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 6 (SEIS) REVÓLVERES CALIBRE 38;
- 108 (CENTO E OITO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.461, DE 27 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001494/2011-44-CGCSP/DIREX (Gesp- 2011/2240), resolve:

Conceder autorização à empresa V & S SEGURANCA PATRIMONIAL DO NORDESTE LTDA, CNPJ/MF nº 11.092.610/0001-89, sediada no Estado de PERNAMBUCO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 41 (QUARENTA E UM) REVÓLVERES CALIBRE 38;
- 738 (SETECENTOS E TRINTA E OITO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.462, DE 27 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/2500-GESP e 08105.002189/2011-70-CGCSP/DIREX; resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 12.394 de 18 de julho de 2011, publicado no D.O.U., em 26 de julho de 2011;

b) Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0085-43, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-62 (SESSENTA E DUAS) PISTOLAS CALIBRE .380;
-31 (TRINTA E UMA) ESPINGARDAS CALIBRE 12 e;
-2.790 (DOIS MIL SETECENTOS E NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE .380.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.287, DE 12 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002362/DPF/ANS/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA-AEE , CNPJ nº 01.060.102/0001-65, para atuar em GOIÁS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.376, DE 15 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2498/DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0091-91, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

23 (vinte e três) Revólver(es) calibre 38,
8 (oito) Espingarda(s) calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.380, DE 18 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001659/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ nº 10.403.744/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em MINAS GERAIS , com Certificado de Segurança nº 919/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.395, DE 18 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2545/DPF/CAC/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa DELTA STAR CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.271.596/0001-40, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

24300 (vinte e quatro mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre 38,
26800 (vinte e seis mil e oitocentos) Projéteis para Munição calibre 38,
300 (trezentos) Espoletas para Munição calibre .380,
300 (trezentos) Projéteis para Munição calibre .380,
1100 (um mil e cem) Cartuchos de Munição calibre 12,
8720 (oito mil, setecentos e vinte) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.423, DE 20 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001374/DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTESUL SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.576.238/0004-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em RONDÔNIA , com Certificado de Segurança nº 1137/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.430, DE 21 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2659/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa A2DPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 09.412.018/0001-75, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8 (oito) Pistola(s) calibre 380,
8 (oito) Espingarda(s) calibre 12,
360 (trezentos e sessenta) Cartuchos de Munição calibre .380,
192 (cento e noventa e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.472, DE 26 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002001/DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 07.930.100/0002-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Transporte de Valores, para atuar no AMAPÁ , com Certificado de Segurança nº 1313/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.475, DE 28 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2521/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CLASI SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.019.070/0001-78, sediada no MARANHÃO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:110 (cento e dez) Revólver(es) calibre 38,1100 (um mil e cem) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 12.480, DE 28 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2509/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa SULFOR VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.620.783/0001-67, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.481, DE 28 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/2774/DPF/SIC/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa INVIOSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF: 06.145.774/0001-97, para exercer a atividade de Escolta Armada no MATO GROSSO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.488, DE 28 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002028/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINKS SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0003-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Transporte de Valores, para atuar no RIO DE JANEIRO , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1182/11 (CNPJ nº 60.860.087/0003-60);e nº 1340/11 (CNPJ nº 60.860.087/0011-70)e nº 1185/11 (CNPJ nº 60.860.087/0014-13)e nº 1339/11 (CNPJ nº 60.860.087/0103-23).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 29 DE JULHO DE 2011

Altera os artigos 14 e 16 da Resolução nº 27, de 25 de março de 2011.

O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, nos termos do artigo 9º de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 1.488, de 15 de agosto de 2008 e da Resolução Nº 24, de 04 de agosto de 2009, que dispõe sobre Projetos Especiais, resolve:

Art. 1º Os artigos 14 e 16 da Resolução CFDD nº 27, de 25 de março de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Até o último dia útil do mês de agosto de 2011, o CFDD indicará os projetos selecionados como prioritários para o ano de exercício (2011) na linha especial a que se refere esta resolução, de acordo com a política definida para aplicação dos recursos públicos do FDD e as disponibilidades orçamentárias.

Art. 16. Até o 10º dia útil do mês de setembro de 2011, a Secretaria-Executiva do CFDD fará publicar Despacho de seu Presidente no Diário Oficial da União com a relação de projetos indicados pelos integrantes do Conselho como prioritários, e disponibilizará, também, na página do CFDD na Rede Mundial de Computadores (www.mj.gov.br/cfdd)."

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL JOSEF LERNER
Presidente do Conselho

ATA DA 142ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e onze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. DANIEL JOSEF LERNER, os Conselheiros: Dr. FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA BAPTISTA, representante Titular do Ministério da Saúde. Dr. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA, representante do Ministério Público Federal-MPF; Dra. ANNA ELISA FINGER, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dr. RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA e Dra THALIA LACERDA DE AZEVEDO, ambos representantes do Ministério da Fazenda/MF; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. MARIANA BOABAID DALCANALE ROSA, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dra. VANÊSCA BUZELATO PRESTES, representante do Instituto 'O Direito Por Um Planeta Verde"; Dra ROSANA GRINBERG, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC e o Dr. NELSON CAMPOS, Secretário-Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr. WALTER JOSÉ FAIAD MOURA e o Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representantes do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRAILCON. O Presidente do Conselho, Dr. DANIEL JOSEF LERNER, agradeceu a presença de todos e deu início à discussão dos assuntos em pauta. Item 1º - Aprovação das Atas das 140ª e 141ª Reuniões Ordinárias do CFDD. As Atas foram aprovadas pelo Conselho. Item 2º - Quadro Demonstrativo dos Valores Recolhidos ao FDD do dia 1º de janeiro a 31 de maio de 2011, de acordo com os códigos de recolhimento. O Secretário-Executivo leu os valores recolhidos na conta do FDD: Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 3.402.068,51 (três milhões quatrocentos e dois mil sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos) 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 7.996,06 (sete mil novecentos e noventa e seis reais e seis centavos); Código 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 6.193,26 (seis mil cento e noventa e três reais e vinte e seis centavos); Código; 004 - Qualquer outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 2.799.106,32 (dois milhões setecentos e noventa e nove mil cento e seis reais e trinta e dois centavos); Código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) - R$ 1.219.19 (mil duzentos e dezenove reais e dezenove centavos); Código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 5.056,62 (cinco mil cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos); Código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - 574.885,00 (quinhentos e setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais); Código 008 -Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; Código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 15.139.128,65 (quinze milhões cento e trinta e nove mil cento e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 22.495,81 (vinte e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) Outras Receitas - Doações - R$ 21.689,95 (vinte e um mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve recolhimento; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 203.228positada Indevidamente na conta do CFDD - Não houve recolhimento. Obtendo uma arrecadação total n,49 (duzentos e três mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos); Restituição de Receita De o valor de R$ 22.219.333.69 (vinte e dois milhões duzentos e dezenove mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos). Quadro de extrato da Conta do FDD, de 1º de janeiro a 31 de maio de 2011. Item 3º - DEFESA DE PROJETOS: Foram apresentadas para os Conselheiros quatro Cartas-Consulta: 1ª -ONG Repórter Brasil, projeto: Escravo nem Pensar, Apresentada pela Senhora Carolina Motoki. 2ª - Comissão Pastoral da Terra/TO, projeto: "Vigilância e Mobilização Social Contra o Trabalho Escravo". Os representantes falaram e ilustraram apresentação com fotos, folders, cartazes e cartilhas que foram distribuídos para os Conselheiros. A 3ª - Fundação Nacional do Índio-FUNAI/DF, "projeto: "Na área de mudanças climáticas", as representantes falaram da importância do projeto, ilustraram a apresentação com fotos, slides. A 4° - Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor/ADECCON/PE, "Projeto: "Direito do Consumidor no Turismo", O Dr. Geraldo Guerra, representante da ADECCON/PE, pediu mais apoio aos Fundos Estaduais de Direitos Difusos, falou sobre a importância do projeto da ADECCON/PE. Item 4º - Deliberação sobre projetos: 4.1 - Prefeitura de Cerqueira César/SP (08012.00006581/2010); Projeto: "Construção de Centro de Educação Ambiental e Viveiro de Mudas"; Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade, condicionado a apresentação de estratégia e metodologia, bem como da contrapartida em serviços conforme esclarece a Prefeitura. 4.2- Interessado: Associação de Estudos Costeiros e Marinhos (ECOMAR)/BA (08012.006603/201078); Projeto: "Encantamar: educando o olhar para construir seu lugar"; Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Decisão do CFDD: retirado de pauta. 4.3 - Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MG (08012.004153/2010-89); Projeto: "Identificação e Inventário dos Bens de Natureza Imaterial na Região Ribeirinha do São Francisco no Estado de Minas Gerais"; Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Decisão do CFDD: aprovado por unanimidade. 4.4 - Interessado: Associação de Defesa da Cidadania do Consumidor/ADECCON/PE (08012.006574/2010-44); Projeto: "Consumidor em Ação" - Conselheira-Relatora: Dra. Mariana Boabaid Dalcanale, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Decisão do CFDD: retirado de pauta. 4.5 - Interessado: Universidade Estadual da Paraíba/PB (08012.009906/2010-56); Projeto: "Antes que se Apague Completamente: Memória e Patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba". - Conselheira-Relatora: Dra. Thalia Lacerda de Azevedo, representante do Ministério da Fazenda. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. 4.6 - Interessado: Sinagoga Comunidade Israelista/SP. (08012.006607/2010-56); Projeto: "Criação e Estabelecimento do Memorial da Imigração Judaica na Sinagoga Comunidade Israelista".Conselheiro-Relator: Dr. José Elaeres Marques Teixeira, representante do Ministério Público Federal/MPF. Decisão do CFDD: aprovado por unanimidade. Item 5º Assuntos Gerais: 5.1) Portaria nº 458, de 12 de abril de 2011: Foi apresentado e debatido um texto elaborado pela Conselheira Dra. Vanêsca Buzelato Prestes, referente à solicitação de alteração da Portaria nº 458/2011, do Ministério da Justiça, a fim de que seja solicitada a manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, destacando alguns pontos: 1) recursos, aprovar e firmar convênios e contratos; 2) com relação a Portaria nº 458/11, foram contestados i) art. 3º , que dispõe sobre a obrigatoriedade de justificativa da área técnica e aprovação pelo dirigente máximo do órgão, para a celebração de convênios e termos de parcerias com entidades civis sem fins ; ii) art. 3º caput. " preferencialmente, os instrumentos serão celebrados com órgãos ou entidades públicos," iii) projetos que estejam em consonâncias com programas do Ministério da Justiça ou entidades a ele vinculadas, na forma do que prevê o art. 2º , I, da Portaria; e iv) entende-se que a Portaria nº 458/11 é incompatível com a legislação que institui e rege o CFDD. 5.2) Projetos Especiais: A Conselheira Vanêsca Buzelato Prestes questionou sobre o valor de recursos disponível destinados aos projetos especiais de Mudanças Climáticas. O Presidente do Conselho solicitou ao Secretário-Executivo do CFDD que esclarecesse. Foi dito que o recurso destinado ao tema "Mudanças Climáticas", estava previsto no orçamento do Ministério da Justiça, e que atualmente está indisponível. O Presidente do CFDD comementou que iria solicitar uma audiência com o Secretário-Executivo do MJ para discutir o orçamento do CFDD do corrente ano e do próximo ano também. 5.3) SELEÇÃO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA 2012. Após a indicação dos projetos pelas comissões, o plenário do CFDD decidiu selecionar os seguintes projetos:"CONSUMIDOR E CONCORRÊNCIA". 01) Interessado: ICDE - Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência/SP, (08012.005046/2011-59), Projeto: "Programa integrado de formação e capacitação na área de defesa da concorrência, direitos do consumidor e ilícitos socialmente aceitos". 02) interessado: Instituto Consultor Social/SC (08012.001952/2011-84), Projeto: "Consumidor Surdo - CDC em Libras", 03) Interessado: Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP, (08012.005452/2011-11) Projeto; "Promoção da Defesa da Concorrência". 04) Interessado: Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor/ADECCON/PE (08012.004284/2011-47) Projeto: "Direito do Consumidor no Turismo" 05)Interessado: Fórum Nacional de Entidades civis de Defesa do consumidor - FNECDC/ (08012.004116/2011-51) Projeto: "Fortalecimento do Movimento Civil de Defesa dos Consumidores no Brasil". 06) Interessado: Associação das Donas de Casa do Estado de Goiás/GO (08012.004122/2011-17) Projeto: "Qualificar donas de casa para multiplicaras associações dos direitos do consumidor". 07) interessado: COOPERUNA - Cooperativa dos Produtos Rurais de Una Ltda/BA (08012.004320/2011-72) Projeto: "Promoção e Defesa da Concorrência Estabelecida no Mercado da mamona em grãos pós implantação do Programa Nacional de Produção de Biocombustível na Bahia". 08) Interessado: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE/DF (08012.003616/2011-76) Projeto: "CADE 50 Anos". 09) Interessado: IAMUR - Instituto de Apoio a Mulher Rural de Jaru/RO (08012.003616/2011-89) Projeto: "Uma mudança, um olhar e um novo consumidor". 10) interessado: Instituto para o Desenvolvimento de Empreendimentos, Instalação e Aceleração/PE (08012.005520/2011-15) Projeto: "Sou Consumidor Consciente". E conheço os meus direitos e deveres"."MEIO AMBIENTE" 01) Interessado: Prefeitura de Ubá/MG (08012.005575/2011-52) Projeto: "Estudo sobre as alterações climáticas promovidas pela urbanização no município de Ubá". 02) Interessado: Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro-APHERJ/RJ (08012.004336/2011-85) Projeto: "Conservação do Meio Ambiente e Produção de Alimentos: Um futuro possível". 03) Interessado: Instituto Ecológico Palmas/TO (08012.005089/2011-34). Projeto: "ECO-TROPICAL - O desenvolvimento sustentável através de pessoas e produtos que beneficiam o clima". 04) Interessado: Fundação Neotrópica do Brasil/MS (08012.005214/2011-14) Projeto: "Ecomunicadores da Serra da Bodoquena: Rede de comunicadores ambientais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena". 05) Interessado: IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas/SP (08012.001786/2001-42) Projeto: "Corredores de vida: Proteção de recursos hídricos, geração de renda e restauração da paisagens no Pontal de Paranapanema" 06) Interessado: Instituto de Permacultura da Bahia-IPB/BA (08012.005369/2011-42) Projeto: "Sementes da Biodiversidade". 07) interessado: União para o Desenvolvimento Educacional Social e Cultural - UNIDESC/AM (08012.004043/2011-06), Projeto: "Direito de saber e valorizar". 08) Interessado: Crescente Fértil - Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação/RJ (08012.005630/2011-12) Projeto: "Recuperação ambiental da sub-bacia hidrográfica do rio Sesmarias - Fase 1 Diagnóstico sócio econômico e ambiental" 09) interessando: Centro da Terra - Grupo Espeleológico de Sergipe/SE (08012.005670/2011-56), Projeto: Expedição centro da terra - conhecendo o meio ambiente e as cavernas" 10) Interessado: OASIS - Organização Atuante na saúde e Integração Social/BA (08012.005669/2011-21) Projeto: "Agroecologia na APA estadual da Serra do Barbado". 11) Interessado: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM/DF (08012.004056/2011-77) Projeto: Promoção de uma economia de baixa carbono por meio do acesso aos recursos do PABC - Programa de Agricultura de Baixo Carbono". 12) interessado: Associação dos Catadores do Município de Patos/PB (08012.005532/2011-77) Projeto: "Sustentabilidade no sertão para os catadores". 13) Interessado: Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu/MA (08012.005138/2011-39) Projeto:Um "Mutirão" em defesa das florestas de babaçu "a mãe do povo". O movimento das quebradeiras de coco babaçu e a academia num diálogo entre saberes sobre direitos ambientais e patrimônio cultural".14) Interessado: Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais/PR(08012.005159/2011-54) Projeto: "Adequação ambiental de imóveis rurais na Serra da Esperança". 15) Interessado: Instituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"O Direito por Um Planeta Verde/SP (08012.005427/2011-38) Projeto: "Sistemas estaduais de PSA: diagnóstico, lições aprendidas e desafios para futura legislação. "OUTROS:" 01) Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN/PI (08012.005098/2011-25) Projeto: "Restauração da Casa de Fazenda da comunidade quilombola olho D'Água dos Negros". 02) Interessado: Arquivo Histórico do Exército/Departamento de Educação e Cultura do Exército/RJ (08012.005403/2011-25) Projeto: "Quando o Brasil Foi à guerra: Os bastidores da Guerra do Paraguaia a partir do acervo do Arquivo Histórico do Exército". 03) Interessado: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/RJ (08012.005500/2011-71) Projeto: "Restauração de esculturas bicentenárias do Mestre Valentim" 04) Interessado: Fundação Gregório de Matos/BA (08012.005391/2011-25) Projeto: Digitalização do Arquivo Histórico Municipal da cidade de Salvador". 05) Interessado: Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia/PA (08012.004016/2011-25) Projeto: "Direitos & Comunidades na prevenção ao trabalho escravo no Pará" 06) Interessando: Comissão Pastoral da Terra/TO (08012.001934/2011-01) Projeto: "Vigilância e mobilização social contra ao trabalho Escravo" 07) Interessado: Associação dos jovens da Juréia/SP (08012.004342/2011-32) Projeto: "Pelas trilhas da Juréia - jovens caiçaras em busca de sua identidade". 08) Interessado: Museu Aleijadinho/MG.(08012.005644/2011-28) Projeto: "Ouro Preto preserva: Obras de restauro na Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões e cemitério anexo." 09) Interessado: Ação Cultural - Associação dos Produtores Culturais do Mato Grosso/MT (08012.004146/2011-13) Projeto: "Preservar para rememorar - Um Direito do Cidadão" 10) Interessado: Thydêwá/BA(08012.005540/2011-13) Projeto: " Tupinambá e Pataxá Hãhãhã - Patrimônio pela Paz". 11) Interessado: Associação Fluminense de Preservação Ferroviária/RJ (08012.003747/2011-53) Projeto: "Mauá Vive!" 12) Interessado: Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina/SC (08012.002124/2011-63) Projeto: "Restauração da antiga Casa do Vigário" 13) Interessado: Associação Viva Saveiro/BA(08012.001942/2011-49) Projeto: "Recuperação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia" 14) Interessado: Associação do Reinado do Rosário de Itapecerica/MG (08012.001941/2011-02) Projeto: "Conservação e restauração dos elementos artísticos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itapecerica/MG 15) Interessado: Associação Horizontes/SP (08012.005083/2011-67) Projeto: "Monumenta" 16) Interessado: Fundação Athos Bulcão/DF:08012.002060/2011-09) Projeto: "Restauração de painéis de Athos Bulcão" 17) Interessado: Sociedade de Amigos do Museu Imperial/RJ (08012.002107/2011-26), Projeto: "Digitalização do acervo do Museu Imperial". Item 6º . Data da próxima reunião Ordinária do CFDD: Está prevista para o dia 28 de julho de 2011, no Edifício Sede do Ministério da Justiça. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

DANIEL JOSEF LERNER
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional apátrida WALTRAUD ERNA DOS SANTOS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada sua nacionalidade constante no seu registro, passando de APÁTRIDA para PORTUGUESA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional norte-americano RICHARD NEIL MARTIALTO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada sua data de nascimento constante no seu registro, passando de 31/07/1951 para 31/07/1941.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional cubano PEDRO ALEXANDRE CUBAS HERNANDEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de PEDRO ALEXANDRE CUBAS HERNANDEZ para PEDRO ALEXANDER CUBAS HERNÁNDEZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviana NANCY BEATRIZ BLANCO DE VACA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de NANCY BEATRIZ BLANCO DE VACA para NANCY BEATRIZ BLANCO SALVADOR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional colombiana FRAISSY ALEJANDRA MENDEZ VARGAS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de FRAISSY ALEJANDRA MENDEZ VARGAS para ALEJANDRA MENDEZ VARGAS.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional angolano FIGUEIREDO NFITU VICTOR, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de FIGUEIREDO NFITU VICTOR para FIGUEREIDO NFITU VICTOR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional britânico IAN FROST, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de ROSE REEVES para ROSE ELLEN FROST e passando a não constar o nome de seu genitor DOUGLAS FROST.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional cubano ANDRES TERRY SAMA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de DIOSDADO TERRY AVILES para DIOSDADO ANTONIO TERRY AVILES e de MARGARITA SARRIA LAY para MARGARITA SAMÁ LAY.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional alemão CHRISTIAN ANDREAS TRIEBE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de WOLFGANG TRIEBE para WOLFGANG RICHARD TRIEBE e de CHRISTA TRIEBE para CHRISTA MARTHA TRIEBE.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional alemão GERHARD KLAUS WAGNER, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de ERICH WAGNER para OTTO ERICH HELLMUT WAGNER e de ANNE MARIE WAGNER para ANNEMARIE KAETHE WAGNER.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional uruguaio FERNANDO MARIO SGADARI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de JULIA FERRER SGADARI para JULIA FERRER e passando a constar o nome de seu genitor FRANCISCO SGADARI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês RÉMI PATRICK JULIEN MONTECOT, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de JACQUES MONTECOT para JACQUES VINCENT MONTECOT e de VIVIANE AUMONT para VIVIANE ODETTE MARCELLE AUMONT.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruano LUIS AUGUSTO DARIO TOMAS HERRERA RODRIGUEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de LUIS HERRE para LUIS ENRIQUE HERRERA ZEGARRA e de ROSA RODRI para CARMEN ROSA RODRIGUEZ DE HERRERA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional alemão GEORG ERWIN RIEKEHR, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de ERWIN RIEKEHR para ERWIN HERMANN RIEKEHR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional chileno ANDRES EMILIO OYARZO CARRASCO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de RUDE EMILIO OYARZO para RUDE EMILIO OYARZO OLIVO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional italiana RAFFAELE MARIA RONCHI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de ANNA MARIA RONCHI para ANNA MARIA RIZZI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional italiana ELISABETTA SGUEGLIA DA ROCHA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de FILOMENA D'AGOSTINHO para FILOMENA D'AGOSTINO SGUEGLIA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruano PERCY EZRA RENGIFO VASQUEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de ESTHER VÁSQUEZ ZUMAETA para EMMA ESTHER VÁSQUEZ ZUMAETA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional guineano THIERNO ABDOU BARRY, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome, data de nascimento, cidade de nascimento e o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de THIERNO ABDOU BARRY para THIERNO ABDOUL BARRY a data de nascimento de 01/01/1982 para 10/10/1982 a cidade de nascimento de Conakry para Timbo/Mamou e o nome de seus genitores de MAMADOU YERO para MAMADOU YERO BARRY e FATOU DIALLO para FATOUMATA DIALLO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional palestina HIBA AMJAD MOHAMAD FIHMY SHALABI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome e o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de HIBA AMJAD MOHAMAD FIHMY SHALABI para HEBA AMJAD MOHAMAD SAID e o nome de seus genitores de AMJAD MOHAMAD FIOHMY SHALABI para AMJAD MOHAMAD FIHMY SHALABI e BAHA SHALABI para BAHAA SHALABI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional norte- americano BENJAMIN KINSELL SWARTZ III, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome e o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de BENJAMIN KINSELL SWARTZ III para BENJAMIN KINSELL SWARTZ e o nome de seus genitores de BENJAMIN KINSELL SWARTZ JR para BENJAMIN KINSELL e CHINA CASSILAS SWARTZ para CYRILLA SWARTZ JR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruano JUAN GUILERMO FUENTES ALCEDO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome e o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de JUAN GUILERMO FUENTES ALCEDO para JUAN GUILLERMO FUENTES ALCEDO e o nome de seus genitores de IGNACIO FUENTES para IGNACIO FERNANDO FUENTES MENDONZA e ISABEL ALCEDO DE FUENTES para ISABEL ANGELINA ALCEDO DE FUENTES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional chilena ADRIANA MARCELA HUERTA MEDINA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado sua data de nascimento o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de 07/05/1978 para 07/05/1968 e nome de seu genitor de JACINTO HUERTA CORROTEA para JACINTO ABEL HUERTA CORROTEA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional chinesa FU LIYUN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome e o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de FU LIYUN para LIYUN FU e nome de sua genitora de XU QING XIA para XU QINGHUA.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08337.000819/2011-48 - Nelson Fernando da Cunha Cruz
Processo Nº 08508.019530/2010-11 - Jin Kyu Oh.
Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional venezuelana, Alicia Del Carmen Lee De Ng, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08485.014182/2009-59 - Alicia Del Carmen Lee De Ng.
Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Processo Nº 08707.001515/2005-02 - John Robert Goodrich II
Processo Nº 08458.004251/2008-62 - Christian Andres Cuadra Velasco
Processo Nº 08354.000845/2010-87 - Magdalena Maria Zach Bartolomeu
Processo Nº 08320.013589/2010-85 - Fabian Andres Padilla Alcazar.
Torno insubsistente o ato DEFERITÓRIO no DOU de 09/05/2011, página 22, tendo em vista que o Estrangeiro não se enquandra mais nos termos do art.75.II,``a``, da Lei 6.815/80. Processo N° 08107.000546/2011-45 - Emily Jean Haddad Dias.
Considerando o disposto no art. 4°, inc. III, da Lei 11.961/09, INDEFIRO os pedidos de residência provisória abaixo formulados:
Processo N° 08212.004730/2009-42 - Luis Enrique Aparco Minaya
Processo N° 08280.019028/2009-70 - Xu Xiaozhen
Processo N° 08212.004733/2009-86 - Nelly Milagros Acapana Tapia
Processo N° 08475.034868/2009-85 - JOEL GONZALES CRUZATTI.
INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional boliviana, JULIETA RICALDES MACHUCA, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08505.085792/2009-51 - JULIETA RICALDES MACHUCA.
Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 1º da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional chinês, Chen Jingzhou. Processo N° 08460.034711/2009-19 - Chen Jingzhou.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08057.000604/2011-73 - Victor Luis Martins Larsen
Processo Nº 08107.001559/2011-31 - Vannozza Pignatti Morano
Processo Nº 08107.002048/2011-37 - Maria Elisabete de Sousa Martins Zanelatto
Processo Nº 08107.003281/2010-56 - Windsor Iban Lara Gutierrez
Processo Nº 08270.011499/2010-92 - Julie Fages Cavalcanti Gomes
Processo Nº 08280.004936/2011-83 - Laura Pérez Barrabi Braga
Processo Nº 08286.000356/2011-67 - Nelson Palma da Rosa
Processo Nº 08286.000590/2011-94 - José Ferreira da Graça
Processo Nº 08286.002331/2009-83 - Aline da Conceição Barata Estácio da Silva
Processo Nº 08339.007923/2010-62 - Isabel Nuñez Britez
Processo Nº 08386.010203/2011-08 - Antonio Manuel Brito dos Santos
Processo Nº 08420.004715/2008-68 - Chad William Brightman
Processo Nº 08492.016042/2010-60 - Ariane Richter
Processo Nº 08505.009503/2011-32 - Ismael Ortiz Salvatierra
Processo Nº 08505.026822/2011-11 - Bayram Sunger
Processo Nº 08505.030176/2011-88 - Valerie Isabelle David de Souza Moura
Processo Nº 08505.035669/2011-12 - Christiaan Francis Rombaut

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.035694/2011-98 - Erika Margot Santos Frencl
Processo Nº 08505.068455/2010-33 - Sophie Elizabeth Johnstone Maia
Processo Nº 08508.019521/2010-11 - Blanca Marisa Alvarenga de Sousa
Processo Nº 08701.003253/2011-19 - Vilma Vanessa Stampfli de Silva
Processo Nº 08701.003281/2011-28 - Manuel Alberto Serra
Processo Nº 08702.001159/2011-15 - Jenny Del Pilar Rubio
Processo Nº 08702.001858/2011-57 - Juan José Arias Leon
Processo Nº 08702.001962/2011-41 - Carlos Manuel de Castro Alves
Processo Nº 08706.000604/2011-81 - Silvia Marta Soares Borges
Processo Nº 08706.002483/2011-11 - Meriel Wyn Maximo
Processo Nº 08709.004375/2010-63 - Horácio Ricardo Freire
Processo Nº 08709.017474/2010-13 - Whitney Danielle Ward de Freitas
Processo Nº 08709.017487/2010-84 - Julio Augusto Sato Nakamura.
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08102.003304/2011-53 - Maria Eugenia Moreno
Processo Nº 08270.029619/2010-16 - Emiliano José Castelo
Processo Nº 08507.002996/2010-89 - Claudia Patricia Vazquez.
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08458.004384/2011-34 - Hector Alejandro Patrucco.
INDEFIRO os pedidos de permanencia, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.
Processo Nº 08420.000824/2009-97 - Fortunato Lo Preato
Processo Nº 08420.012371/2010-85 - Helena Maria Viana Duarte da Silva.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000146/2011-28 - Ruperto Castro Ocampo, até 18/01/2013
Processo Nº 08000.001648/2011-76 - Robert John Parkinson, até 30/08/2013
Processo Nº 08000.003489/2011-44 - John Pierre Guzman e Karina Yusty Guzman, até 10/05/2013
Processo Nº 08000.003636/2011-86 - Pedro Arnulfo Hernandez Garcia e Adriana Gallegos Gaytan, até 21/05/2013
Processo Nº 08000.005766/2011-53 - Steven Robert Haas, Diana Lee Haas, Guldana Haas e Laura Jayme Haas, até 14/12/2013
Processo Nº 08000.006487/2011-15 - Mariyadi, até 02/06/2013
Processo Nº 08000.006542/2011-69 - Alan James O Neill, até 20/10/2013
Processo Nº 08000.006920/2011-12 - Amir Faghani, até 26/06/2012
Processo Nº 08000.007123/2011-44 - Claudia Patricia Atencia Munoz, até 15/08/2013.
Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).
Processo Nº 08000.005319/2010-13 - Han Zhiguo
Processo Nº 08000.005326/2010-15 - Yan Jinliang
Processo Nº 08000.005327/2010-60 - Jiayu Wang
Processo Nº 08000.005331/2010-28 - Tonglei Wang
Processo Nº 08000.005333/2010-17 - Wang Jiyuan
Processo Nº 08000.005423/2010-16 - Xu Yingxin
Processo Nº 08000.005428/2010-31 - Liu Wenlai
Processo Nº 08000.005431/2010-54 - Weizhi Feng
Processo Nº 08000.005432/2010-07 - Hu Yuanxiang
Processo Nº 08000.005437/2010-21 - Jianlei Zhang
Processo Nº 08000.005504/2010-16 - Lu Jianbin
Processo Nº 08000.005520/2010-09 - Song Chuanxin
Processo Nº 08000.006123/2010-46 - Adam Steven Wyly
Processo Nº 08000.006233/2010-16 - Justin Ryan Saar
Processo Nº 08000.006236/2010-41 - Charles Frederick Bauer
Processo Nº 08000.006241/2010-54 - John Christopher Mc Donald
Processo Nº 08000.006289/2010-62 - Ryan Marshall Kelly
Processo Nº 08000.006319/2010-31 - Ronald Guy Hankins
Processo Nº 08000.006540/2010-99 - Wang Quanwen
Processo Nº 08000.006544/2010-77 - Wang Xianchao
Processo Nº 08000.006576/2010-72 - Li Shouguang
Processo Nº 08000.006580/2010-31 - Wang Dejun
Processo Nº 08000.006581/2010-85 - Zhao Zhenwei
Processo Nº 08000.006582/2010-20 - Tan Jinjun
Processo Nº 08000.006583/2010-74 - Wan Zhaode
Processo Nº 08000.006588/2010-05 - Wang Rongyu
Processo Nº 08000.006667/2010-16 - Hu Fuzhen
Processo Nº 08000.006669/2010-05 - Chai Jiazhi
Processo Nº 08000.006674/2010-18 - Li Ruiqing
Processo Nº 08000.006701/2010-44 - Gu Yubo
Processo Nº 08000.006702/2010-99 - Wang Wei
Processo Nº 08000.006703/2010-33 - Yang Xilin
Processo Nº 08000.006705/2010-22 - Shen Baojun
Processo Nº 08000.006751/2010-21 - Zhang Yule
Processo Nº 08000.006757/2010-07 - Li Jin
Processo Nº 08000.006760/2010-12 - Yang Maomeng
Processo Nº 08000.006766/2010-90 - Yin Yukun
Processo Nº 08000.006828/2010-63 - He Zhiqing
Processo Nº 08000.007290/2010-12 - Jian Qin
Processo Nº 08000.007473/2010-20 - Deguo Gao
Processo Nº 08000.019282/2010-19 - Subramanian Muruganantham
Processo Nº 08000.019354/2010-10 - Lee Delton Cruise
Processo Nº 08000.019355/2010-64 - Brian Matthew Kavanaugh
Processo Nº 08000.003147/2010-43 - Rogel Banes Macoco
Processo Nº 08000.007285/2010-00 - Jian Li e Lifen Lin
Processo Nº 08000.006676/2010-07 - Li Songsong
Processo Nº 08000.006663/2010-20 - Debin Jiang
Processo Nº 08000.006572/2010-94 - Zhu Shizhen
Processo Nº 08000.006547/2010-19 - Liu Jiankuan
Processo Nº 08000.006568/2010-26 - Hao Qingtian
Processo Nº 08000.006571/2010-40 - Guo Qiping
Processo Nº 08000.006539/2010-64 - Feng Chuanmin
Processo Nº 08000.006318/2010-96 - John William Milam II
Processo Nº 08000.006235/2010-05 - Winston Lynn Micheal Dupuis Jr
Processo Nº 08000.005523/2010-34 - Xiangyang Ma
Processo Nº 08000.006117/2010-99 - Brian Thomas Miller
Processo Nº 08000.006119/2010-88 - James Thomas Smith
Processo Nº 08000.006120/2010-11 - Charles Russell Sheridan
Processo Nº 08000.005517/2010-87 - Wang Xin
Processo Nº 08000.005518/2010-21 - Yuncheng Qu
Processo Nº 08000.005501/2010-74 - Chen Wanfang
Processo Nº 08000.005322/2010-37 - Qingguo Wang
Processo Nº 08000.005321/2010-92 - Liu Yangzeng
Processo Nº 08000.005005/2010-11 - Tony Dion Horn
Processo Nº 08000.000603/2011-84 - Alejandro Marquez de Leon.
INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.
Processo Nº 08000.000477/2011-68 - Feb Obani Narboneta
Processo Nº 08000.000706/2011-44 - Erik Besse
Processo Nº 08000.003410/2011-85 - Ivan Eduardo Alarcon Mora
Processo Nº 08000.006368/2010-73 - Mario Matira Enriquez
Processo Nº 08000.008395/2010-81 - Willington Echeverri Ceballos, Lina Maria Osorio Tamayo e Sarah Echeverri Osorio
Processo Nº 08000.012180/2010-64 - Jean Paul Leblanc
Processo Nº 08000.013042/2010-01 - Hong Kuk Han, Gyeol Han, Jongseob Han, Mi Kyeong Choi e Yeeun Han
Processo Nº 08000.013892/2010-09 - Miguel Alexis de La Cruz Nunez Olmos
Processo Nº 08000.014028/2010-16 - Rudyard Nunez Cabusas
Processo Nº 08000.014144/2010-35 - Romeo Estrera Onde
Processo Nº 08000.014853/2010-11 - Steven John Shepherd
Processo Nº 08000.019346/2010-73 - Alexander Ruzanov
Processo Nº 08000.020823/2010-43 - Edwin Benitez Galimba
Processo Nº 08000.021548/2010-85 - David Milne Stewart Harris
Processo Nº 08000.021590/2010-04 - Edmon Glenn Hendrix
Processo Nº 08000.021591/2010-41 - Charles David Tait
Processo Nº 08000.021596/2010-73 - Oriano Barbalic
Processo Nº 08000.021597/2010-18 - John Henry Munsey
Processo Nº 08125.000453/2010-11 - Yasutoshi Shimma, Akiko Shimma, Keita Shimma e Saki Shimma
Processo Nº 08125.000561/2010-94 - Yutaka Nagata
Processo Nº 08240.023128/2010-19 - Yongok Kim
Processo Nº 08240.027294/2009-42 - David Kenton Adams
Processo Nº 08240.027296/2009-31 - Patricia Sanchez Lizardi
Processo Nº 08260.003328/2010-17 - Angeles Arroyuelo Cladera
Processo Nº 08420.024881/2010-03 - Carlos Rodriguez Sanchez
Processo Nº 08460.004214/2011-19 - Carmen Nilda Mena Paz
Processo Nº 08460.023252/2010-81 - Angel Torres Aldama
Processo Nº 08460.041464/2010-41 - Headlee Guy Bailey
Processo Nº 08460.044714/2010-02 - Ryan Alan Boulware
Processo Nº 08461.005417/2010-23 - Stefan Eflund
Processo Nº 08506.005670/2010-13 - Lidio Esteban Vargas Samaniego.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 23/03/2011, Seção I, Pág. 65, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08420.001873/2011-61 - Ariel Ruben Coseani

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08420.001873/2011-61 - Ariel Ruben Coseani e Nicolas Coseani.

No Diário Oficial da União de 23/03/2011, Seção I, Pág. 65, Onde se lê: DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto N° 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado:

Processo N° 08505.010931/2011-16 - Adriana Elizabeth Rosel, Francisco Ariel Guaita e Jazmin Victoria Guaita

Leia-se: DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto N° 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado:

Processo N° 08505.010931/2011-16 - Adriana Elizabeth Rosel de Guaita, Francisco Ariel Guaita e Jazmin Victoria Guaita.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 28 de julho de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º , Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:

Processo MJ nº 08017.002398/2010-21
Título do Episódio: "POWER TRIP"
Título da Série: "CSI MIAMI - 7ª TEMPORADA"
Nº Episódio: 09
Requerente: Rádio e Televisão Record S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (dezesseis) anos
Tema: Investigação
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação do episódio da série, classificando-o como "Não recomendada para menores de 14 (dezesseis) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 207, DE 28 DE JULHO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º , Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: CAÇADORES DE BRUXAS (WITCHWILLE, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Mike Callaghan
Diretor(es): Pearry Reginald Teo
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Caça
Processo: 08017.002439/2011-61
Requerente: Playarte Pictures

Filme: TUDO FICARÁ BEM (EVERYTHING WILL BE FINE, Dinamarca - 2010)
Produtor(es): Tine Grew Pfeiffer
Diretor(es): Christoffer Boe
Distribuidor(es): Frederico da Cruz Machado
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Exposição de Cadáver e Tortura.
Tema: Dramático
Processo: 08017.002442/2011-84
Requerente: Frederico da Cruz Machado
Filme: OS DONOS DA RUA (BOYZ N` THE HOOD, Estados Unidos da América - 1991)
Produtor(es): Steve Nicolaides
Diretor(es): Jhon Singleton
Distribuidor(es): Sony Pictures Home Entertainment do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Juventudes
Processo: 08017.002446/2011-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: GOBLIN O SACRIFÍCIO (GOBLIN, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): John Price
Diretor(es): Jeffrey Scott Lando
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: DVD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Criaturas
Processo: 08017.002449/2011-04
Requerente: Playarte Pictures
Filme: A ERA DOS DRAGÕES (AGE OF THE DRAGONS, Estados Unidos da América - 2001)
Produtor(es): McKay Daines
Diretor(es): Ryan Little
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Dragões
Processo: 08017.002450/2011-21
Requerente: Playarte Pictures
Filme: QUARENTENA 2 (QUARANTINE 2, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Sergio Aguero
Diretor(es): John Pogue
Distribuidor(es): Sony Pictures Home Entertainment do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Vírus
Processo: 08017.002493/2011-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Conjunto de Episódios: BOB ESPONJA - ENTRANDO NUMA FRIA (SPONGEBOB SQUARE PANTS - STUCK IN THE FREEZER, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Stephen Hillenburg
Diretor(es): Walt Dohn
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Contém: Violência Fantasiosa
Tema: Vida no Mar
Processo: 08017.002626/2011-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: AMOR PURO E SIMPLESMENTE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Singularte Produções
Diretor(es): Alexandre Lino
Distribuidor(es): Cine Teatro Produções
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção Experimental
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Amor
Processo: 08017.002627/2011-99
Requerente: CINE TEATRO PRODUÇÕES LTDA.
Filme: COM AMOR... DA IDADE DA RAZÃO (WITH LOVE... FROM THE AGE OF REASON, França - 2010)
Produtor(es): Eve Machuel/Stephane Quinet
Diretor(es): Yann Samuell
Distribuidor(es): Antonio Fernandes Filmes/Califórnia Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Realizações
Processo: 08017.002699/2011-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: UM NEGÓCIO DE MORTE (JUST BURIED, Canadá - 2007)
Produtor(es): John Watson
Diretor(es): Chaz Thorne
Distribuidor(es): Five Star Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Assassinato e Relação Sexual Não-Explícita
Tema: Mortes Acidentais
Processo: 08017.002714/2011-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: PRONTO PARA RECOMEÇAR (EVERYTHING MUST GO, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Marty Bowen
Diretor(es): Dan Rush
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Romance
Processo: 08017.002729/2011-12
Requerente: Playarte Pictures
Filme: A MÚSICA IRRESISTÍVEL DE BENNY GOODMAN (THE BENNY GOODMAN STORY, Estados Unidos da América - 1955)
Produtor(es): Aaron Rosenberg
Diretor(es): Valentine Davies
Distribuidor(es): Representações Arrais Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Biografia de Compositor Musical
Processo: 08017.002735/2011-61
Requerente: Representações Arrais Ltda
Conjunto de Episódios: SUPER FOFOS- SALVEM O DINOSSAURO (WONDER PETS - SAVE THE DINOSSAUR, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Josh Selig/Tone Thyne/Lisa Simon
Diretor(es): Jennifer Oxley/Josh Selig/Robert Powers
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil), Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Trabalho em Equipe
Processo: 08017.002787/2011-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: MANNY MÃOS À OBRA - A NOITE NO CINEMA (HANDY MANNY - MOVIE NIGHT, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es):
Diretor(es): Roger Bollen/Marilyn Sadler
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertaiment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Amizade
Processo: 08017.002798/2011-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: UMA LONGA VIAGEM (Brasil - 2011)
Produtor(es): Taiga Filmes e Vídeo Ltda.
Diretor(es): Lúcia Murat
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Drogas Ilícitas
Tema: História de Três Irmãos
Processo: 08017.002886/2011-10
Requerente: TAIGA FILMES E VÍDEO LTDA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 222, DE 29 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei n.º 11.958, de 26 de junho de 2009, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e o que consta na Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 7.077, de 26 de janeiro de 2010, no Anexo I, da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 25 de agosto de 2006, e no Processo nº 00350.007855/2010-71, resolve:

Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Art. 2º Promover as alterações na PORTARIA nº 524, de 01 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U., de 03 de dezembro de 2010, Seção 1, Páginas 102 e 105, nos termos do Anexo II.

Art. 3º Alterar o Anexo I da Portaria MPA nº 524, de 01 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. no dia 03 dezembro de 2010, seção I, página 96 e 100, EXCLUINDO a embarcação FENIX GONÇALENSE III, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010116901, de propriedade de MARCELO HIPOLITO MENDONÇA, CPF Nº 885.637.237-15; e embarcações LEARDINI II, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010447141, LEARDINI IV, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010588446, LEARDINI VII, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010588195, LEARDINI VIII, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010588187, todas de propriedade de LEARDINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ Nº 80.727.720/0001-92.

Art. 4º Alterar o Anexo I da Portaria MPA nº 30, de 09 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U no dia 10 de fevereiro de 2011, seção I, página 75, EXCLUINDO as embarcações LEARDINI I, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010447150 e LEARDINI V, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4430046867, todas de propriedade de LEARDINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ Nº 80.727.720/0001-92.

Art. 5º Alterar o Anexo da Portaria MPA nº 112, de 28 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2011, Seção I, página 86, EXCLUINDO a embarcação ATLANTA II, inscrita na Capitania dos Portos sob o nº 4010588489, de propriedade de MARIA DAS GRAÇAS CUNHA NOVAS, CPF Nº 052.023.808-79.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA

ANEXO I

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Julho a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTÔNIO ZEFERINO VERAS NETO ME 08.951.422/0001-54	CAPITÃO CAVERNA 1610031806	CE00094819	14.602,16	4.826,38
	PAPA LEGUAS 1630031143	CE00094827	14.602,16	4.826,38
BENITZ REGIS LIMA MONTEIRO 017.994.203-45	MAYANA I 1610058631	CE00048690	20.592,79	6.806,43

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FRANCISCO JOHNNY DA SILVA ARAUJO 026.664.873-85	MAPIM VI 1610053214	CE00006748	21.609,72	7.142,55
JOSÉ GOMES DE ARAUJO 234.945.493-20	ANDORINHA V 1630037656	CE00007006	21.609,72	7.142,55
	ANDORINHA VI 1630038261	CE00007018	22.591,98	7.467,21
	ANDORINHA VII 1630038270	CE00007020	22.591,98	7.467,21
	ANDORINHA VIII 1630039560	CE00007126	21.609,72	7.142,55
	ANDORINHA X 1630041084	CE00007238	21.609,72	7.142,55
MIGUEL ALVES DE SOUSA 767.643.703-20	SÃO FRANCISCO III 1630042340	CE00038907	6.679,37	2.207,70
RAIMUNDO LUIZ COSTA RODRIGUES 190.492.423-91	MÃE DAGUA 1630043494	CE00039007	10.608,41	3.506,34
TOTAL	**11**		**198.707,73**	**R$ 65.677,87**

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Julho a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANDRE LUIZ DUTRA MATTOS 597.003.860-15	D. MATTOS 4010149329	SP00004090	71.502,75	25.084,95
ATILIO SÉRGIO LEARDINI 045.877.678-59	LEARDINI IV 4010588446	SC00010077	107.254,12	37.627,43
	LEARDINI VII 4010588195	SC00010089	92.953,58	32.610,44
	LEARDINI VIII 4010588187	SC00010097	92.953,58	32.610,44
CICERO KOWALSKY 810.503.729-72	KOWALSKY IV 4430078653	SC00012571	53.619,84	18.811,18
	MACEDO IV 4430082383	SC00012535	49.921,92	17.513,86
	MACEDO V 4430082391	SC00012559	49.921,92	17.513,86
	KOPESCA I 4430117373	SC00008784	74.651,76	26.189,70
	KOPESCA IV 4430090009	SC00010051	92.953,58	32.610,44
	MARBELLA I 4430082936	SC00008818	73.669,50	25.845,10
	YAMAYA III 4430069379	SC00008910	70.133,36	24.604,54
CLAUDIO ROBERTO LEARDINI 972.094.498-68	LEARDINI I 4010447150	SC00041698	107.254,12	37.627,43
	LEARDINI V 4430046867	SC00041718	92.953,58	32.610,44
	LEARDINI II 4010447141	SC00010065	100.103,85	35.118,93
EVALDO KOVALSKY 121.846.409-72	KOWALSKY VI 4430111634	SC00008804	133.125,12	46.703,62
DORIVAL PEDRO LOURENÇO 390.123.959-68	PEDRO CRISPIM I 4010103655	SC00102627	43.759,68	15.351,99
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS 766.995.369-15	THIAGO EJ I 4010138165	SC00010647	92.953,58	32.610,44
IVAN REGIS 846.734.789-91	VENCEDOR C 4430110409	SC00041528	51.481,98	18.061,17
JORGE SEIF 299.022.827-68	ARTHUR SEIF 4410132989	SC00104235	62.864,64	22.054,49
	SAFADI SEIF 4430091919	SC00053939	60.900,12	21.365,28
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA 347.918.948-20	MENSAGEIRO DO MAR III 4010058188	SC00086906	32.891,26	11.539,08
LUIZ CARLOS OLIVEIRA DE ALMEIDA 677.379.277-00	LUIZ CARLOS I 4430056269	SC00039037	102.963,96	36.122,33
MARCIAL CUNHA NOVAS 293.351.578-48	ATLANTA II 4010588489	SC00058287	55.772,15	19.566,26
MARIA DE FATIMA SANTOS SILVA 444.943.787-04	SANTA MADALENA 4010555416	SC00048428	92.332,44	32.392,53
MARLETE SILVA CUSTÓDIO 005.049.649-25	DON CUSTÓDIO 4430058105	SC00010121	32.891,26	11.539,08
OSMAR LUIZ MONTAGNA 312.290.429-20	SANTA TEREZINHA 5 4010207701	SC00101167	85.803,30	30.101,94
VOLNEI JOSÉ DOS SANTOS 291.580.019-72	AQUARIUS S 4010116901	RJ00003946	47.148,48	16.540,87
WILSON JOSÉ CORDEIRO 248.773.109-59	TAMBÉ I 4010588373	SC00098917	91.523,52	32.108,74
WILSON JOSÉ LOPES DARELLA 298.274.269-15	MENINO DARELLA 4430081000	SC00013329	77.656,32	27.243,78
TOTAL	**29**		**2.193.915,27**	**R$ 769.680,34**

Frota Pesqueira em Operação no Estado São Paulo

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Julho a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
LUIGI FRANZESE 506.880.908-00	SÃO JOÃO 4010298766	SP00038527	71.502,75	23.996,32
	FRANZESE I 4010148501	SP00103509	76.364,94	25.628,07
	SAN LUCIDO 4010131080	SP00038515	67.212,58	22.556,54
CARLOS ROBERTO DE SOUZA 018.008.148-95	STAR U 4430113106	SP00040108	33.697,30	11.308,81
TOTAL	4		248.777,57	R$ 83.489,74

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

Onde se lê:

FERNANDO ANTONIO MOTTA 883.974.088-00	IGARAÇU I 4010216727	SP00004188	28.601,10	9.598,53	

Leia-sê:

FERNANDO ANTONIO MOTTA 883.974.088-00	IGARAÇU I 4010216727	SP00004188	91.523,00	30.715,00	

Onde se lê:

RONILDO AURELIANO DOS SANTOS 799.729.859-20	MAR CRISTALINO MS 4430123420	SC00010185	108.684,18	38.129,13	

Leia-sê:

RONILDO AURELIANO DOS SANTOS 799.729.859-20	MAR CRISTALINO MS 4430123420	SC00010185	165.886,38	58.192,94	

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E CONTROLE
COORDENAÇÃO-GERAL DE SANIDADE PESQUEIRA

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL SANIDADE PESQUEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, no Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, no Decreto 7.024, de 07 de dezembro de 2009, na Portaria MPA nº 523, de 02 de dezembro de 2010, e o que consta do processo nº 21000.006941/2003-88,

Considerando os resultados positivos de bioensaios para a toxina DSP (Diarrheic Shellfish Poisoning) na carne de mexilhões das áreas de cultivo situadas em Fazenda Armação, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de resguardar a saúde do consumidor e a imagem dos produtos da maricultura catarinense; resolve:

Art. 1º Suspender a retirada de mexilhões, retroativo ao período de 25 de julho de 2011, procedentes da localidade de Fazenda Armação, no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 33, DE 26 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

PROCESSO Nº: MPS 44170.000001/2010-58

AUTUADOS: Jorge Costa Ponde

ENTIDADE: ERPROS Fundo Multipatrocinado

Vistos, relatados e discutidos os autos em que é autuado Jorge Costa Ponde, diretor executivo da SERPROS Fundo Multipatrocinado, por aplicar os recursos garantidores das reservas técnicas em desacordo com os limites e as condicionantes estabelecidas pelas normas vigentes, infringindo o disposto no § 1º do art. 40 e parágrafo único do art. 50 da Lei nº 6.435, de 15/07/1977; Resolução BC nº 1.362, de 30/07/1987, alterada pela Resolução BC nº 1.612, de 23/06/1989, alterada pela Resolução BC nº 2.038, de 23/12/1993, vigente até 20/09/1994; Resolução CMN nº 2.109, de 20/09/1994, com redação dada pela Resolução CMN nº 2.206, de 25/10/1995, revogadas pela Resolução CMN nº 2.324, de 30/10/1996; Resolução CGPC nº 29, de 03/12/1996, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 70ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 08/10-94, 15/06/2010, com aplicação da pena de MULTA no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), agravada de 50% (cinquenta por cento), conforme o Relatório Final nº 32/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 21/07/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 29 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.005350/96-55, sob o comando nº 346302483 e juntada nº 347038918, resolve:

Nº 410 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os itens 9.5.1 e 16.5, do Regulamento do Plano de Benefícios Previleaf - CNPB nº 1996.0021-47, administrado pela Previleaf - Sociedade Previdenciária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000420/02-31, sob o comando nº 346025188 e juntada nº 347061996, resolve:

Nº 411 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 1º, 2º, 3º, 16 e 19, do Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - CNPB nº 1998.0031-83, administrado pela Fundação Bemgeprev.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301772/79, comando nº 337123055 e juntada nº 347194888, resolve:

Nº 412 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos: 1º; 2º; 6º; 12; 16, 17; (exclusão do § 1º do art. 19); 25; 27; 33; 37 e 44 e as inclusões dos arts: 35; 37, § 1º e 2º; 40 do Plano de Benefícios da PREBEG - CNPB nº 1984.0010-19, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000629/93, sob o comando nº 345181152 e juntada nº 347297516, resolve:

Nº 413 - Art. 1º Aprovar a alteração proposta ao item 7.1.2 e inclusão dos itens 10.1.1.1; 10.1.10 e 10.1.10.1, dentre outras alterações, do Plano de Benefícios da Abrilprev - CNPB nº 1993.0008-11, administrado pelo Abrilprev Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004798/98-01, sob o comando nº 346385968 e juntada nº 347388308, resolve:

Nº 414 - Art. 1º Aprovar o Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da nova denominação da patrocinadora, em razão da sucessão por incorporação da Vale Fosfatados S.A. pela Vale Fertilizantes S.A. ao Plano de Benefícios Bunge Alimentos - CNPB nº 1993.0017-19, administrado pela Bungeprev - Fundo Múltiplo de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

O Diretor de Fiscalização - Substituto da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XV do artigo 24 do Decreto nº 7075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com o artigo 62 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e com o artigo 26 da Lei nº 6024, de 13 de março de 1974, decide:

1. APROVAR, por seus próprios fundamentos, os Pareceres Técnicos elaborados para cada uma das impugnações apresentadas pelos participantes do Plano de Benefícios I - VARIG (em administração especial com poderes de liquidação extrajudicial), no Instituto AERUS de Seguridade Social, onde contestam os créditos descritos no Quadro Geral de Credores Provisório, elaborados pelo administrador especial do plano.

2. APROVAR, por seus próprios fundamentos, a Análise Técnica nº 67/2011/CGRE/DIFIS/PREVIC, de 29 de julho de 2011.

3. INDEFERIR, com fundamento nos documentos aludidos nos itens 1 e 2 da presente decisão, as impugnações a seguir relacionadas:

Nome	Matrícula AERUS	Nº Protocolo
Pedro Augusto Rodrigues Damasceno	065563-9	4
Carlos Vanzelotti	087040-2	40
Francisca Izumi Nakamura	090804-6	41
Vitoria Miranda Rodrigues	089479-0	245
Maria de Lourdes Justino	009458-1	267
Walber Vasques Pedreira	102666-5	274
João Luiz Casemiro da Costa	073617-3	281
Ana Lúcia Mattes	072747-9	380
Auristela Maria Mendes Romeu	066739-4	382
Ana Paula de Figueiredo Santiago	129596-3	402

EDUARDO MENEZES MEIRELES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.759, DE 28 DE JULHO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade dos Estados do Amazonas, Bahia. Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 352/SAS/MS de 21 de julho de 2011, que habilita Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 4.658.832,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil oitocentos e trinta e dois reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual da Média de Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	COD	Tipo	Município	Gestão	Valor anual (R$)
AM	130290	CAPS I	Maués	Municipal	261.648,00
AM	130270	CAPS I	Manicoré	Estadual	261.648,00
BA	291160	CAPS I	Governador Mangabeira	Estadual	261.648,00
GO	521890	CAPS I	Rubiataba	Municipal	261.648,00
GO	521760	CAPS	Planaltina de Goiás	Municipal	384.000,00
GO	521010	CAPS I	Ipameri	Municipal	261.648,00
GO	522045	CAPS II	Senador Canedo	Municipal	384.000,00
MA	211400	CAPS II	Zé Doca	Municipal	384.000,00
MA	210570	CAPS I	Lago da Pedra	Municipal	261.648,00
RJ	330475	CAPS I	São Francisco do Itabapoana	Estadual	261.648,00
RN	240720	CAPS ad	Macau	Municipal	384.000,00
RS	431950	CAPS I	São Sebastião do Caí	Estadual	261.648,00
SP	352050	CAPSi	Indaiatuba	Municipal	384.000,00
SP	351280	CAPSi	Cosmópolis	Municipal	384.000,00
PE	261100	CAPS I	Petrolândia	Municipal	261.648,00
TOTAL GERAL					4.658.832,00

PORTARIA Nº 1.760, DE 28 DE JULHO DE 2011

Estabelece recurso anual destinado ao custeio da Nefrologia do Município de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC); e

Considerando a Portaria nº 365/SAS/MS, de 21 de julho de 2011, que habilita no Município de São Paulo (SP), o SEDIT, Norte Nefrologia Diálise e Transplante LTDA., CNES 6273491, como Serviço de Nefrologia, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 2.224.560,00 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil quinhentos e sessenta reais), destinado ao custeio da Nefrologia do Município de São Paulo (SP).

Art. 2º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0035 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.761, DE 28 DE JULHO DE 2011

Estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro do Município de Porangatu, no Estado de Goiás, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC); e

Considerando a Portaria nº 677/SAS/MS, de 9 de dezembro de 2010, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Nefrologia (TRS) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 274.079,52 (duzentos e setenta e quatro mil setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), a ser adicionado ao limite financeiro do Município de Porangatu, (GO), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média de Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.762, DE 28 DE JULHO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados da Bahia, Minas Gerais e Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 351/SAS/MS, de 21 de julho de 2011, que habilita Centros de Atenção Psicossocial - CAPS II e CAPS III, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 400.704,00 (quatrocentos mil e setecentos e quatro reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual da Média de Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática aos Municípios, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Cod	Tipo	Município	Gestão	Valor anual
BA	291460	CAPS II	Irecê	Municipal	122.352,00
PA	150470	CAPS II	Moju	Municipal	122.352,00
MG	315780	CAPS III	Santa Luzia	Municipal	156.000,00
TOTAL GERAL					400.704,00

PORTARIA Nº 1.778, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Canoas (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11 de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 88577.416000/1100-13 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Canoas (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Canoas (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Canoas	I	01

PORTARIA Nº 1.779, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Pelotas (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11, de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 87455.531000/1100-05 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Pelotas (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Pelotas (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Pelotas	I	01

PORTARIA Nº 1.780, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município do Viseu (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PA), conforme Resolução nº 02/2011, de 26 de janeiro 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11984.819000/1100-01 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Viseu (PA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Viseu (PA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Viseu	I	01

PORTARIA Nº 1.781, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Várzea Paulista (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SP), conforme Resolução nº 07/2011, de 23 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 45780.087000/1100-09 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Várzea Paulista (SP).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Várzea Paulista	II	01

PORTARIA Nº 1.782, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Novo Repartimento (PA)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PA), conforme Resolução nº 02/2011, de 26 de janeiro 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 34626.416000/1100-01 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Novo Repartimento (PA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Novo Repartimento	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Novo Repartimento (PA)

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.783, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Três Corações (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 17955.535000/1090-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Três Corações (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Três Corações (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Três Corações	II	01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.784, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Barbalha (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/CE), conforme Resolução nº 16/2011, de 28 de fevereirol de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11740.887000/1100-04 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Barbalha (CE), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo desta Portaria:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Barbalha (CE).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Barbalha	I	01

PORTARIA Nº 1.785, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Alfenas (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 18243.220000/1100-31 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Alfenas (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Alfenas	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Alfenas (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.786, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Timóteo (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 19875.020000/1100-08 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Timóteo (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Timóteo (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Timóteo	II	01

PORTARIA Nº 1.787, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Aparecida de Goiânia (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/GO), conforme Resolução nº 037/2011 de 17 de março de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 01005.727000/1100-24 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (GO), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade descrita no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia (GO).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Aparecida de Goiânia	III	01

PORTARIA Nº 1.788, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Brusque (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC), conforme Deliberação 504/CIB/10 - Retificação de 25 de março de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11188.015000/1100-14 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Brusque (SC), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Brusque (SC).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Brusque	II	01

PORTARIA Nº 1.789, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Navegantes (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC), conforme Deliberação 504/CIB/10 - Retificação de 25 de março de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 83102.855000/1090-05 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Navegantes (SC), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Navegantes	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Navegantes (SC).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.790, DE 28 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Juiz de Fora (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 17783.226000/1100-16 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Juiz de Fora (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo desta Portaria:

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Juiz de Fora (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Juiz de Fora	II	01

PORTARIA Nº 1.791, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Içara (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC), conforme Deliberação 504/CIB/10 - Retificação de 25 de março de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11391.558000/1100-08 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Içara (SC), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Içara	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Içara (SC).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.792, DE 20 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Toledo (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 08885.072000/1100-09 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Toledo (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Toledo	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Toledo (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.793, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Francisco Beltrão (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 09165.798000/1100-02 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Francisco Beltrão (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Francisco Beltrão	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Francisco Beltrão (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.794, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 008/2011, de 2 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13927.801000/1100-21 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Salvador (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Salvador	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.795, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidades de Pronto Atendimento - UPA no município de Mage (RJ)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.863, de 29 de setembro de 2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, que estabelece diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RJ, conforme Resolução nº 1.323, de 20 de Maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - UPAs 24horas; e

Considerando a Proposta nº 29138.351000/1100-04 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente Prefeitura Municipal de Mage (RJ), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Mage	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 15 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Mage (RJ).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.796, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Caratinga (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 19875.020000/1100-08 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Caratinga (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Caratinga	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Caratinga (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.797, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Nossa Senhora do Socorro (SE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SE), conforme Resolução nº 93/2010 de 29 de outubro de 2010 e AD Referendum nº 41/2011, de 27 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 06113.056000/1100-04 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro (SE), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Nossa Senhora do Socorro	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro (SE).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.798, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Araçatuba (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SP), conforme Resolução nº 07/2011, de 23 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando as Propostas nº 45511.847000/1090-31 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Araçatuba (SP), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Araçatuba	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Araçatuba (SP).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.799, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Araci (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 346/2010, de 07 de dezembro de 2010 e o Termo de Reti - Ratificação de 04 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 14232.086000/1100-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Araci (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Araci	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Araci (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.800, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Campo Grande (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 1 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MS), conforme Resolução nº 26/SES/MS, de 09 de junho de 2011, republicada em 10 de junho de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11228.564000/1100-04 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Campo Grande (MS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Campo Grande	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Campo Grande (MS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.801, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 008/2011, de 02 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13927.801000/1100-17 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Salvador (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Salvador	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.802, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 008/2011, de 02 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13927.801000/1100-22 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Salvador (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Salvador	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.803, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Cabedelo (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PB), conforme Declaração AD Referendum, de 28 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 08778.268000/1100-10 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba (PB), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Cabedelo	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde da Paraíba (PB).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.804, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 008/2011, de 02 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13927.801000/1100-23 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Salvador (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Salvador	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.805, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Rio Branco (AC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/AC), conforme Resolução nº 11/2011 de 18 de maio de 2011,e para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 04034.526000/1100-17 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Acre (AC), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Rio Branco	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Acre (AC).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.806, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Timbaúba (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PE), conforme Resolução nº 1.639/2011 de 25 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11361.904000/1100-15 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Saúde de Timbaúba (PE), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Timbaúba	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Timbaúba (PE).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.807, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Olinda (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PE), conforme Resolução nº 1.639/2011 de 25 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 10404.184000/1100-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Saúde de Olinda (PE), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Olinda	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Olinda (PE).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.810, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Rio Grande (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11, de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 88566.872000/1100-09 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Rio Grande	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Rio Grande (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.811, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Ilhéus (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 346/2010, de 07 de dezembro de 2010 e o Termo de Reti - Ratificação de 04 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13672.597000/1100-42 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Ilhéus	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Ilhéus (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.812, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Porto Alegre (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11 de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11358.235000/1100-34 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Porto Alegre	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.813, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Carazinho (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11 de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Proposta nº 87613.535000/1100-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Carazinho (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Carazinho	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Carazinho (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.815, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Campo Mourão (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 75904.524000/1090-05 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Campo Mourão	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Campo Mourão (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.816, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Pato Branco (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 80872.476000/1100-17 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Pato Branco	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.817, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/BA), conforme Resolução nº 008/2011, de 02 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 13927.801000/1100-16 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Salvador (BA), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Salvador	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.818, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Londrina (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 75771.477000/1090-09 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Londrina (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Londrina	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.819, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Distrito Federal - Paranoá (DF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada no Colegiado de Gestão do Distrito Federal, conforme Deliberação nº 06/2011, de 18 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 00394.700000/1100-41 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Distrito Federal - Paranoá	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.820, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Distrito Federal - Planaltina (DF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada no Colegiado de Gestão do Distrito Federal, conforme Deliberação nº 06/2011, de 18 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 00394.700000/1100-35 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Distrito Federal - Planaltina	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.821, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Campo Grande (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MS), conforme Resolução nº 26/SES/MS, de 09 de junho de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11228.564000/1100-51 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Campo Grande (MS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Campo Grande	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Campo Grande (MS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.822, DE 29 DE JULH DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Distrito Federal - Santa Maria (DF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada no Colegiado de Gestão do Distrito Federal, conforme Deliberação nº 06/2011, de 18 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 00394.700000/1100-40 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Distrito Federal - Santa Maria	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.823, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Distrito Federal - Sobradinho (DF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada no Colegiado de Gestão do Distrito Federal, conforme Deliberação nº 06/2011, de 18 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 00394.700000/1100-37 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Distrito Federal - Sobradinho	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.824, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Distrito Federal - SCIA (DF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada no Colegiado de Gestão do Distrito Federal, conforme Deliberação nº 06/2011, de 18 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 00394.700000/1100-42 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Distrito Federal - SCIA	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal (DF).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.825, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Paranaguá (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), conforme Resolução nº 37/2011, de 13 de maio de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 10428.937000/1100-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Paranaguá (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Paranaguá	II	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Paranaguá (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.826, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Camaquã (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11, de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 88696.810000/1100-11 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Camaquã (RS), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Camaquã	I	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Camaquã (RS).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.827, DE 29 DE JULHO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Curitiba (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências dos três esferas de gestão;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.601, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.767 de 01 de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), conforme Resolução nº 007/11, de 20 de janeiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento - (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 76417.005000/1100-07 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Curitiba (PR), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte na localidade abaixo relacionada:

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Curitiba	III	01

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria GM/MS nº 1.020, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba (PR).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.057, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a prorrogação da Portabilidade Especial dos beneficiários da operadora Micromed Assistência Médica Ltda. com posterior decretação do regime de Liquidação Extrajudicial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, inciso XXXIV, e 10, inciso II da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em vista do disposto nos arts. 24 e 24-D da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e na forma prevista nos arts. 6º, inciso IV, e 86, inciso II, alínea "c" da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião ordinária de 28 de julho de 2011, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.075849/2010-11, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências poderá ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente de o tipo de contratação do plano de origem ser individual ou familiar, coletivo por adesão ou coletivo empresarial, e da data de aniversário dos contratos;

II - os beneficiários que não tenham cumprido, no plano de origem, os prazos de carência previstos para os seus contratos, nos termos do inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998, ou que estejam cumprindo cobertura parcial temporária, poderão exercer a portabilidade especial, sujeitando-se aos períodos remanescentes de carência e cobertura parcial temporária;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - a portabilidade especial poderá ser exercida entre planos de segmentações assistenciais distintas, desde que sejam cumpridos os períodos de carência e de cobertura parcial temporária para as coberturas incluídas no plano de destino e não previstas no plano de origem.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial os requisitos previstos nos incisos II, III e IV e nos §§ 1º e 2º do arts. 3º da Resolução Normativa nº 186, de 2008.

§ 2º Não será exigida a apresentação do relatório previsto nos arts. 18 e 19 da Instrução Normativa nº 19, de 3 de abril de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, devendo ser apresentados apenas os três últimos boletos vencidos recebidos pelo beneficiário, nos termos do inciso I do art. 8º da Resolução Normativa nº 186, de 2008.

Art. 2º Fica decretado o regime de liquidação extrajudicial sobre a operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 59.018.945/0001-83 e registro ANS nº 30336-4.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, salvo quanto ao disposto no art. 2º, cuja vigência terá início em 61 (sessenta e um) dias a partir da publicação desta Resolução.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 10 da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e o artigo 12 & 4º da Resolução Normativa - RN nº 171, de 29 de abril de 2008, em deliberação na 302ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária realizada em 28 de julho 2011, decidiu:

Decisão: Aprovadas à unanimidade as Notas de nº 973/2011/GGEFP/DIPRO, nº 974/2011/GGEFP/DIPRO, nº 975/2011/GGEFP/DIPRO, nº 976/2011/GGEFP/DIPRO e nº 977/2011/GGEFP/DIPRO que tratam dos Termos de Compromisso celebrados, respectivamente, entre a ANS e as operadoras GOLDEN CROSS.ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA, Processo nº 33902.357444/2011-71, AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA, Processo nº 33902.357449/2011-01, ITAÚSEG SAÚDE S/A, Processo nº 33902.357464/2011-41, SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S/A, Processo nº 33902.357438/2011-13 e BRADESCO SAÚDE S/A, Processo nº 33902.357410/2011-86 acerca da aplicação do reajuste de 2011 aos planos individuais anteriores à Lei 9656/98. O Reajuste autorizado deve ser aplicado a partir de julho de 2011 por estas operadoras.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.004646/2010-37	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar.cob. 20 sessões de exercício ortóptico em consultório, em abril/10, ao benef.JPS.Infr.art.12 da Lei9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.004245/2010-87	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar.cob.proc.internação em leito clínico para tratamento com ATB, solic. em junho/10, à benef.MFSZ.Infr. art.12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.010735/2010-10	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	suspender unilateralmente contrato do benef.JAT, em junho/10, sem seguir o rito legal.Infr.art13,§único da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.005182/2010-86	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar.cob.proc. tomografia computadorizada das órbitas, solic. junho/10 à benf.EMRS.Infr.art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.005534/2010-01	UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	303976.	04.201.372/0001-37	Aplicar, em junho/10, reajuste por mudança de faixa etária (70 anos), acima do contratado, na mensalidade do benef.JSS.Infr.art. 25 da Lei 9656/98.	45000 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.015090/2010-17	Marcos Antônio Sampaio Gester, Representante da Empresa FALENCIA DE - M. A. S. GESTER COMERCIO E REPRESENTAÇOES	413852.	181.820.202-63	deixar de repassar as informações referentes ao documento de informações periódicas das operadoras de planos de saúde (DIOPS), no período de 2001 a 2004, enquanto esteve a frente da direção da Empresa MAS GESTER COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA.Infr. art. 20 c/cart.25 da LEI 9656/98.	Advertencia
25773.011508/2010-01	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA DE GRUPO - DENTAL MED CENTER	413941.	04.067.810/0001-16	Deixar de gar.cob.proc.reabilitação com coroa total e núcleo metálico fundido, em julho/10, ao benef.LKOP.Infr.art.12 da Lei9656/98.	32000 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25773.007962/2010-50	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	proceder a recontagem de carência, em 15/08/2009, à benef. ASM.Infr.art.12, inciso V da Lei 9656/98.	25000 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
25780.005550/2010-96	ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA NORTE BRAS. DE PREV. E ASSIST. A SAÚDE	406554.	83.367.342/0001-71	Descumprir cláusula 6ª,§1º do contrato da benef.TCS, ao deixar gar,cob.integral dos proced. nefrolitotripsia percutânea, uretero litotripsia rigida unilateral e colocação ureteroscópica de duplo J, solic. em 10/08/10.Infr.art.25 da Lei 9656/98.	36000 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25773.008853/2010-50	ASL-ASSISTÊNCIA A SAÚDE	411264.	03.716.044/0001-00	Deixar de gar.cob.proc.angiologia com implante de stent,solic.maio/10,à benef. GBA,até antecipação de tutela concedida pela justiça.Infr.art.12 da Lei 9656/98.	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25773.010748/2010-81	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deixar de gar.cob.proc. ressonância magnética, ao benef.AABN,solic. em 14/07/10.Infr.art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.012808/2010-08	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	318299.	83.506.030/0001-00	Deixar de gar.cob.proc.ureterorrenolitotripsia rigida a laser, à benef. J.S.M,solic. a paritr de 30/07/10.Infr.art.12 da Lei 9656/98.	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25773.010727/2010-65	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar.cob.proc.consulta médica com clínico geral, solic. 14/03/10, ao benef.JIOJ.Infr.art.12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.007477/2010-97	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar.cob. integral proc. consulta na especialidade pediatria aos benef. F.KT e KFT, em julho/10.Infr.art.12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)

UENDER SOARES XAVIER

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 22 DE JULHO DE 2011

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.000563/2011-20	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	327263.	40.869.042/0001-88	Reajustar contraprestação pecuniária sem cumprir obrigação imposta pela legislação como condicionante à autorizaçãod e aplicação do reajuste, excetuando-se o disposto no inciso II deste artigo (Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º XVII da Lei 9961/ c/c art. 10ºda RN 171/08)	25783.000563/2011-20

RICARDO NUNES

DECISÃO DE 25 DE JULHO DE 2011

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.015789/2010-44	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656)	36000 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)

RICARDO NUNES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 27 DE JULHO DE 2011

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.015053/2010-76	GRUPO SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA	391727.	11.140.431/0001-70	Encaminhar à ANS, informações e estatísticas periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, contendo incorreções ou omissões excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares e dependentes, previst (Art.20, caput da Lei 9.656) e Não garantia de cobertura prevista em contrato (Art. 25 da Lei 9.656)	ADVERTÊNCIA e 24000 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
25783.004995/2011-18	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente. (Art.14 da Lei 9.656)	40000 (QUARENTA MIL REAIS)

RICARDO NUNES

DECISÃO DE 28 DE JULHO DE 2011

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.022459/2010-13	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Deixar de cumprir a obrigação de cobertura de atendimento aos casos de urgência e emergência, conforme dispõe o art. 35 e incisos, da Lei 9656, de 1998. (Art.35-C da Lei 9.656 c/c §2º, do Art.3º da CONSU 13)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

RICARDO NUNES

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.006835/2011-03	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	327263.	40.869.042/0001-88	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas em contrato com infração ao art. 25 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde.	72000 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
25783.006265/2011-43	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Não houve a efetiva comprovação referente à negativa de cobertura alegada pelo demandante, de forma que restou impossibilitada à confirmação de infração ao Art. 12 da lei 9.656/98, sendo o auto anulado.	Auto anulado

RICARDO NUNES

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 28 DE JULHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.085579/2010-48	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.186962/2008-06	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art. 12, I, "a" da Lei nº 9.656/98.)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.054394/2009-58	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de cumprir as normas relativas às garantias dos direitos dos consumidores. (Art.31, §1º da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.049580/2010-17	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, "b" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.135619/2009-76	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de cumprir a obrigação de cobertura de atendimento aos casos de urgência e emergência. (Art.35-C da Lei 9.656/98)	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.114383/2010-78	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITEROI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, "a" da Lei 9.656/98)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.078851/2010-33	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.048050/2011-24	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.365334/2010-00	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S/A	000027.	04.518.814/0001-73	Comercializar seus produtos de forma diversa da cadastrada na ANS. (Art. 9º, II, da Lei 9.656/98 c/c Art. 20 da RN 85 alterada pela 100); reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS. (Art.17, §4º da Lei 9.656/98)	3.059.573,67 (TRES MILHÕES, CINQUENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E TRES REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)
33902.105563/2010-69	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27		80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.178060/2010-11	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. Art.12, I, "b" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.133216/2010-26	UNIMED NOVA IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	344397.	28.714.533/0001-54	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 28 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.012320/2005-36	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art. 12, I da Lei 9656/98)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

LUIZ PAULO FAGGIONI

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.009955/2007-18	JLM ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	416215.	04.879.295/0001-79	Comercializar produto não registrado perante a ANS nos meses de 10/11 e 12/2007, ofertar por meio eletrônico produtos não registrados perante a ANS até 04/03/2008 e manter atendimento a beneficiários de produtos não registrados na ANS até 07/03/2008 (Artigo 9, inc. II da Lei n.º 9.656/98)	50.350,00 (CINQUENTA MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS

LUIZ PAULO FAGGIONI

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.259, DE 28 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 8 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.260, DE 28 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 8 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.261, DE 28 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação e registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.273, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 do Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 8 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.274, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.275, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12, 15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.276, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.282, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de nova apresentação comercial e cancelamento de registro do medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.292, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir solicitação de transferência de titularidade de registro, cancelamento de registro de medicamento por transferência de titularidade, inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, renovação de registro de medicamento e cancelamento de registro da apresentação do medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.293, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento, retificação de publicação, suspensão temporária de fabricação, inclusão de nova apresentação comercial, renovação de registro de medicamento, reativação de fabricação do medicamento, cancelamento de publicação, inclusão de nova forma farmacêutica já registrada no país e inclusão de novo acondicionamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.294, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011,

e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.295, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Cadastramento, Revalidação, Alteração, Retificação e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.296, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação e Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.297, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro, Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.298, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011,

e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.299, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento a pedido, inclusão de nova apresentação comercial e revalidação de registro, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.300, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 2º da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o § 6º do art. 14 do Decreto n° 79.094, de 5 de janeiro de 1977;

considerando a Resolução - RDC n° 250, de 20 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos produtos novos sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.301, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.302, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.335, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.336, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.337, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.338, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.339, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.340, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.341, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.342, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Cadastro de Filial na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.343, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.344, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização Especial para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.345, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.346, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.347, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.348, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.349, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.350, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.351, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.352, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.353, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.354, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Indeferir o pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.355, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA em função de pleito de mudança de endereço da matriz, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.356, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.357, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Indeferir o pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.358, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.359, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.360, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.361, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de endereço constante na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.362, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.363, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.364, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.365, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.366, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.367, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.368, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.369, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Responsável Técnico em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.370, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Representante Legal em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.371, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.372, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.373, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.374, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.375, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.376, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.377, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.378, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.380, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.381, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.382, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.383, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.384, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Responsável Técnico em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.385, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.386, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.387, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.388, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração do Responsável Técnico da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.389, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.390, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

No caput da Resolução RE nº. 1.551, de 12 de abril de 2011, publicada no DOU nº. 74 de 18 de abril de 2011, Seção 1, Página 65 em Suplemento a presente edição página 37.

Onde se lê:

MATRIZ

EMPRESA: W.B. CONTROLADORA DE VETORES E PRAGAS LTDA ME

AUTORIZ/MS: XX42-Y3L6-1495

CNPJ: 40.314.379/0001-28

Leia-se:

MATRIZ

EMPRESA: W.B. CONTROLADORA DE VETORES E PRAGAS LTDA ME

AUTORIZ/MS: XX42-Y3L6-1495

CNPJ: 40.314.379/0001-29

Na Resolução RE ANVISA nº5.810, de 14 de dezembro de 2010, publicada no DOU nº 242 de 20 de dezembro de 2010, Seção 1, Página 758 em Suplemento a presente edição página 61.

Onde se lê:

MATRIZ

EMPRESA: CIMAR MONTAGEM ELETROMECÂNICA LTDA

AUTORIZ/MS: U4L2-9XL4-7792

CNPJ: 03.042.123/0001-83

PROCESSO: 25752.138468/2010-28

Leia-se:

MATRIZ

EMPRESA: CIMAR MONTAGEM ELETRO-MECÂNICA LTDA

AUTORIZ/MS: U4L2-9XL4-7792

CNPJ: 03.042.123/0001-83

PROCESSO: 25752.453608/2010-28

Na Resolução - RE Nº 5063 de 9 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n°218, de 16 de novembro de 2010, Seção 1, pág. 44, e Suplemento, Página 95.

Onde se lê:

EMPRESA: LIMP - ART LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA.

AUTORIZ/MS: P521-HM09-M634

C.N.P.J.: 01.260.858/0001-58

Leia-se:

EMPRESA: LIMP - ART LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA.

AUTORIZ/MS: P521-HM09-M634

C.N.P.J.: 01.260.858/0002-39

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.160, DE 18 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787, de 9 de junho de 2011

considerando os artigos 6º e 7º, ambos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário da empresa Agilise Cosméticos Indústria e Comércio Ltda - ME, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensos, como medida de interesse sanitário, a distribuição, o comércio e o uso, em todo o território nacional, dos produtos TRATAMENTO GEL HIDRATANTE AGILISE PROFESSIONAL - ANTI RESÍDUO 1, LOTE 162 (FAB. 01/03/2010, VAL. 01/03/2012) E TRATAMENTO GEL HIDRATANTE AGILISE PROFESSIONAL - ANTI VOLUME 2, LOTE 151, (FAB. 01/03/2010, VAL. 01/03/2012), fabricados pela empresa AGILISE COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ/MF nº 02.901.753/0001-01, localizada na Rua Antônio Moisés, nº 106, - Vila Pagano, Valinhos/SP, por apresentar desvio de qualidade.

Art. 2º. Dar publicidade, ao recolhimento dos lotes dos produtos citados no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 137, de 19-7-2011, Seção 1, pág. 42, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 34, DE 28 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a extensão de prazo estabelecido pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, e prorrogado pela Resolução - RDC nº 36, de 19 de junho de 2007 para adequação da rotulagem nutricional das bebidas não-alcóolicas comercializadas em embalagens retornáveis até 1º de março de 2012.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n°. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 22 de julho de 2011,

Art. 1º O art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC n.º 360, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

Art. 3º .....

§ 1º Para a adequação da rotulagem nutricional das bebidas não-alcóolicas comercializadas em embalagens retornáveis, as empresas têm até o dia 1º de março de 2012 para cumprir o disposto nesta Resolução.

§ 2º Até o término do prazo estabelecido no §1º deste artigo, as informações que não constarem no corpo da embalagem deverão figurar em sua tampa." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC n.º 36, de 19 de junho de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RDC Nº 35, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre os procedimentos para protocolo e anuência relacionados às embarcações por meio do Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso II e nos §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 22 de julho de 2011, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Estabelecer a modalidade de atendimento por protocolo virtual via Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel nos Postos Portuários de Vigilância Sanitária da ANVISA, conforme Portarias publicadas pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

Art. 2º A protocolização dos documentos de competência dos Postos Portuários de Vigilância Sanitária da ANVISA, onde o Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel estiver implantado deverá ser realizada por meio deste Sistema.

Parágrafo único. A protocolização física dos documentos de que trata o caput deste artigo poderá ser excepcionalmente aceita nos casos de confirmada impossibilidade de acesso ao Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel, por parte do Gerente Local de Operações Portuárias da Autoridade Portuária, conforme previsto no Plano de Contingência do Sistema Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel.

Art. 3º Os procedimentos, já disponíveis no Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel, que envolvem autorizações de competência da ANVISA e emissão dos respectivos Certificados devem ser realizados por meio do Sistema, salvo nos casos de confirmada impossibilidade de acesso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 4 º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.227, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.228, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.229, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.230, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.231, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.232, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.233, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.234, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.235, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.236, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar Autorização Especial para Empresa de Medicamentos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.237, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.238, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.239, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.240, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.241, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.242, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.243, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.244, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.245, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.246, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.247, DE 26 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

Art. 1º Cancelar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação concedido por meio da Resolução - RE n.º 5.389, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n.º 228, de 30 de novembro de 2009, seção 1, página 801 e em suplemento da seção 1, página 106.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.248, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Novartis Biociências S.A., CNPJ n.º 56.994.502/0001-30 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.068-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.249, DE 26 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

Art. 1º Cancelar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação concedido por meio da Resolução - RE n.º 3.115, de 15 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 136, de 18 de julho de 2011, seção 1, página 83 e em suplemento da seção 1, página 85, por duplicidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.250, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa United Medical Ltda., CNPJ n.º 68.949.239/0001-46 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.576-2 , resolve:

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.251, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa Astrazeneca do Brasil Ltda., CNPJ n.º 60.318.797/0001-00 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.618-1, resolve:

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.252, DE 26 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.262, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.263, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.264, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.265, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.266, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.267, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros, as revalidações e inclusão de tonalidade dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.268, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os pedidos de registros, revalidações e inclusões de tonalidades dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.269, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 5 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.270, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.271, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.272, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.277, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.278, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.279, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.280, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.281, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.283, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.284, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.285, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.286, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686 de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.287, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando, a Portaria SVS/MS n.º 327, de 30 de julho de 1997 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de saneantes, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 02 (dois) anos, a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.288, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.289, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.290, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.291, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.303, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Intermediários e Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.304, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Intermediários e Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.305, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA Ltda., CNPJ n.º 50.929.710/0001-79;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.306, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa LIBBS FARMOQUÍMICA LTDA, CNPJ nº 06.230.373/0001-35;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.307, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa MERCK S.A., CNPJ nº 33.069.212/0001-84;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.308, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa LABORATÓRIOS PFIZER LTDA, CNPJ n.º 46.070.868/0001-69;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.309, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.310, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.311, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.312, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.313, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.314, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.315, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.316, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.317, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.318, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 5 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.319, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 5 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.320, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.321, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.322, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 23 e parágrafos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, os Laudos de Análise Fiscal n.ºs 1087.1P.0/2011, 1088.1P.0/2011, 1089.1P.0/2011, emitidos pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde- INCQS, os quais apresentaram resultado insatisfatório no ensaio de Aspecto, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar em todo o território nacional, dos lotes abaixo caracterizados do produto Preservativo Masculino, fabricado por MADEITEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE LÁTEX LTDA. - CNPJ nº 65.651.028/0001-34, localizado na Rua Guaianésia nº 433 - Chácaras Reunidas - São José do Campos - SP, por apresentarem desvio de qualidade:

Lote/Validade	Lote/Validade	Lote/Validade
01110 11/2012	01112 11/2012	L01113 11/2012

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de tal data.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.323, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Medley Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 50.929.710/0001-79 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.181-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.324, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado da Bahia, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.325, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.326, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Ranbaxy Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 73.663.650/0001-90 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.352-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.327, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.328, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa Procter & Gamble do Brasil S/A, CNPJ n.º 59.476.770/0001-58 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.142-2;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.329, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 8 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária de Tocantins, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.330, DE 29 D EJULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa Arrow Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 33.150.764/0001-12 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.492-9;,

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.331, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Collect Importação e Comércio Ltda., CNPJ n.º 53.452.157/0001-14 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.05.189-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.332, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.300-3 e Autorização Especial n.º: 1.20.167-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.333, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.300-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.334, DE 29 DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda, CNPJ n.º 45.987.013/0001-34, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.029-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

CONSULTA PÚBLICA Nº 40, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c o inciso II, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 30 de junho de 2011,

adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre o protocolo eletrônico para emissão de Certificado de Registro de Medicamento e Certidão de Registro para Exportação de Medicamento.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no sítio da ANVISA na internet e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Gerência Geral de Medicamentos (GGMED), SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília- DF, CEP 71.205-050; ou para o Fax: (61) 3462-5674; ou para o e-mail: cp40.2011@anvisa.gov.br.

§1° A documentação objeto dessa Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no sítio da ANVISA na internet.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no sítio da ANVISA na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 1.024, de 10 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 49, de 14 de março de 2011, Seção 1 Pag. 61 e Suplemento Pags. 23 e 27.

Onde se lê:

EMPRESA: Botica Imperial Farmácia de Manipulação LTDA Me

ENDEREÇO: Rua Feliciano Sodré 1145

BAIRRO: Várzea CEP: 25963025 - TERESÓPOLIS/RJ

CNPJ: 12.722.224/0001-96

PROCESSO: 25351.099865/2011-27 AUTORIZ/MS: 0.74774.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: Botica Imperial Farmácia de Manipulação LTDA Me

ENDEREÇO: Rua Feliciano Sodré 1145

BAIRRO: Várzea CEP: 25963025 - TERESÓPOLIS/RJ

CNPJ: 12.722.224/0001-96

PROCESSO: 25351.099865/2011-27 AUTORIZ/MS: 0.74774.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 1.254, de 24 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 59, de 28 de março de 2011, Seção 1 Pag. 89 e Suplemento Pags. 48 e 51.

Onde se lê:

EMPRESA: CHARLANE GEYSE SILVA PEREIRA

ENDEREÇO: AVENIDA JÚLIO CAMPOS - 408

BAIRRO: CENTRO CEP: 39820000 - NOVO CRUZEIRO/MG

CNPJ: 11.819.926/0002-00

PROCESSO: 25351.131733/2011-24 AUTORIZ/MS: 0.74952.6

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: CHARLANE GEYSE SILVA PEREIRA

ENDEREÇO: AVENIDA JÚLIO CAMPOS - 408

BAIRRO: CENTRO CEP: 39820000 - NOVO CRUZEIRO/MG

CNPJ: 11.819.926/0002-00

PROCESSO: 25351.131733/2011-24 AUTORIZ/MS: 0.74952.6

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 1.256, de 24 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 59, de 28 de março de 2011, Seção 1 Pag. 89 e Suplemento Pags. 57 e 65.

Onde se lê:

EMPRESA: UGALDE E GOES LTDA

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Nº 1592

BAIRRO: CENTRO CEP: 97015372 - SANTA MARIA/RS

CNPJ: 94.240.868/0002-93

PROCESSO: 25351.032183/2003-24 AUTORIZ/MS: 0.35974.0

ATIVIDADE/ CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Leia-se:

EMPRESA: UGALDE E GOES LTDA

ENDEREÇO: av. presidente vargas, nº 2112 - térreo

BAIRRO: CENTRO CEP: 97015512 - SANTA MARIA/RS

CNPJ: 94.240.868/0002-93

PROCESSO: 25351.032183/2003-24 AUTORIZ/MS: 0.35974.0

ATIVIDADE/CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE nº 1.277, de 24 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 28 de março de 2011, Seção 1, pág. 91 e em Suplemento ANVISA, página 88.

Onde se lê:

Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco I, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001;

Leia-se:

Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução - RE N.º 1.362, de 1º de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 64, de 4 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 30 e Suplemento Pags. 86 e 89.

Onde se lê:

EMPRESA: CUNHA E LOBO LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MARIO FERREIRA, No- 180

BAIRRO: CENTRO CEP: 75180000 - SILVÂNIA/GO

CNPJ: 04.680.116/0001-70

PROCESSO: 25351.251426/2009-83 AUTORIZ/MS: 0.59620.6

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: KENIA MONICA DOS SANTOS E CIA LTDA - ME
ENDEREÇO: AVE MARIO FERREIRA N 180
BAIRRO: CENTRO CEP: 75180000 - SILVÂNIA/GO
CNPJ: 04.680.116/0001-70
PROCESSO: 25351.251426/2009-83 AUTORIZ/MS: 0.59620.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 1.648, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 74, de 18 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 72 e Suplemento Pags. 88 e 123.
Onde se lê:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL
ENDEREÇO: RUA AFONSO VAZ DE MELO, 1600
BAIRRO: BARREIRO CEP: 30640070 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 93.209.765/0344-45
PROCESSO: 25351.205146/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.65735.6
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL
ENDEREÇO: Rua afonso vaz de melo, 1600
BAIRRO: barreiro CEP: 30640070 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 93.209.765/0344-45
PROCESSO: 25351.205146/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.65735.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 1.719, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 73, de 19 de abril de 2010, Seção 1 Pag. 85 e Suplemento Pags. 17 e 19.
Onde se lê:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL
ENDEREÇO: RUA AFONSO VAZ DE MELO, 1600
BAIRRO: BARREIRO CEP: 30640070 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 93.209.765/0344-45
PROCESSO: 25351.205146/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.65735.6
EXPEDIENTE: 271255/10-5
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL
ENDEREÇO: Rua afonso vaz de melo, 1600
BAIRRO: barreiro CEP: 30640070 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 93.209.765/0344-45
PROCESSO: 25351.205146/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.65735.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 1.872, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 9 de maio de 2011, Seção 1 Pag. 43 e Suplemento Pags. 34 e 38.
Onde se lê:
EMPRESA: COSTA E KUHN LTDA
ENDEREÇO: av. cel victor dumoncel, 900
BAIRRO: centro CEP: 98240000 - SANTA BÁRBARA DO
SUL/RS
CNPJ: 09.432.005/0001-68
PROCESSO: 25351.528425/2008-95 AUTORIZ/MS: 0.56167.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: BRIGNONI & COSTA LTDA
ENDEREÇO: av. cel victor dumoncel, 900
BAIRRO: centro CEP: 98240000 - SANTA BÁRBARA DO SUL/RS
CNPJ: 09.432.005/0001-68
PROCESSO: 25351.528425/2008-95 AUTORIZ/MS: 0.56167.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 2.033, de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 92, de 16 de maio de 2011, Seção 1 Pag. 68 e Suplemento Pags. 52 e 56.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA K. R. MURAOKA LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ FONSECA ARRUDA Nº 59
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 13044130 - CAMPINAS/
SP
CNPJ: 07.434.242/0001-32
PROCESSO: 25351.306054/2009-71 AUTORIZ/MS: 0.60355.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA POSCIDONIO & FACINE LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ FONSECA ARRUDA Nº 96
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 13044130 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 07.434.242/0001-32
PROCESSO: 25351.306054/2009-71 AUTORIZ/MS: 0.60355.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 2.037, de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 92, de 16 de maio de 2011, Seção 1 Pag. 68 e Suplemento Pags. 62 e 66.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: AV. BRASIL OESTE 307
BAIRRO: CENTRO CEP: 99010021 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 92.786.037/0049-50
PROCESSO: 25351.342792/2009-13 AUTORIZ/MS: 0.60563.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CAPILE LTDA
ENDEREÇO: AV. BRASIL, N° 322 - TERREO
BAIRRO: CENTRO CEP: 99070000 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 92.786.037/0049-50
PROCESSO: 25351.342792/2009-13 AUTORIZ/MS: 0.60563.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 2.402, de 2 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 107, de 6 de junho de 2011, Seção 1 Pag. 33 e Suplemento Pags. 89 e 121.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA K. R. MURAOKA LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ FONSECA ARRUDA Nº 59
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 13044130 - CAMPINAS/
SP
CNPJ: 07.434.242/0001-32
PROCESSO: 25351.306054/2009-71 AUTORIZ/MS: 0.60355.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA POSCIDONIO & FACINE LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ FONSECA ARRUDA Nº 96
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 13044130 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 07.434.242/0001-32
PROCESSO: 25351.306054/2009-71 AUTORIZ/MS: 0.60355.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 2.475, de 9 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 112, de 13 de junho de 2011, Seção 1 Pag. 58 e Suplemento Pag. 55.
Onde se lê:
EMPRESA: MANOVALDO NUNES FARMACIA ME
ENDEREÇO: AV. PAULO VI, 434
BAIRRO: JD. CRUZEIRO DO SUL CEP: 13572140 - SÃO CARLOS/
SP
CNPJ: 09.424.012/0002-07
PROCESSO: 25351.186669/2011-91 AUTORIZ/MS: 0.76124.9
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: MANOVALDO NUNES FARMACIA ME
ENDEREÇO: AV. PAULO VI, 434
BAIRRO: JD. CRUZEIRO DO SUL CEP: 13572140 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 09.424.012/0002-07
PROCESSO: 25351.186669/2011-91 AUTORIZ/MS: 0.76124.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA HM COSTA LTDA
ENDEREÇO: AV AGENOR CARLOS WERNER 228 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 36970000 - MANHUMIRIM/MG
CNPJ: 11.143.970/0001-62
PROCESSO: 25351.186684/2011-30 AUTORIZ/MS: 0.76186.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA HM COSTA LTDA
ENDEREÇO: AV AGENOR CARLOS WERNER 228 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 36970000 - MANHUMIRIM/MG
CNPJ: 11.143.970/0001-62
PROCESSO: 25351.186684/2011-30 AUTORIZ/MS: 0.76186.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 2.622, de 16 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 117, de 20 de junho de 2011, Seção 1 Pag. 110 e Suplemento Pags. 48 e 49.
Onde se lê:
EMPRESA: ARPOADOR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GETULIO VARGAS N.200
BAIRRO: CENTRO CEP: 29700010 - COLATINA/ES
CNPJ: 27.326.719/0002-54
PROCESSO: 25351.166497/2008-34 AUTORIZ/MS: 0.53609.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: ARPOADOR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDAENDEREÇO: avenida getulio vargas, n° 200 BAIRRO: centro CEP: 29700010 - COLATINA/ESCNPJ: 27.326.719/0002-54PROCESSO: 25351.166497/2008-34 AUTORIZ/MS: 0.53609.1ATIVIDADE/CLASSECOMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENEDISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 2.823, de 1º de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 126, de 4 de julho de 2011, Seção 1 Pag. 69 e Suplemento Pags. 84 e 87.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA OLIVEIRA E RAMOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ARTUR BERNARDES 1476
BAIRRO: CENTRO CEP: 38550000 - COROMANDEL/MG
CNPJ: 06.208.255/0001-20
PROCESSO: 25351.216832/2006-91 AUTORIZ/MS: 0.46170.5
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS
DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA OLIVEIRA E RAMOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ARTUR BERNARDES, N° 1210
BAIRRO: CENTRO CEP: 38550000 - COROMANDEL/MG
CNPJ: 06.208.255/0001-20
PROCESSO: 25351.216832/2006-91 AUTORIZ/MS: 0.46170.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Na Resolução - RE N.º 2.961, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 131, de 11 de julho de 2011, Seção 1 Pag. 110 e Suplemento Pag. 108.
Onde se lê:
EMPRESA: w & j comercio de produtos farmaceuticos ltda me
ENDEREÇO: qd 11 conj. f lt 34 lj 02
BAIRRO: morro azul CEP: 71691206 - SÃO SEBASTIÃO/DF
CNPJ: 08.743.876/0001-30
PROCESSO: 25351.222884/2011-63 AUTORIZ/MS: 0.76579.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: w & j comercio de produtos farmaceuticos ltda me
ENDEREÇO: qd 11 conj. f lt 34 lj 02
BAIRRO: morro azul CEP: 71691206 - SÃO SEBASTIÃO/DF
CNPJ: 08.743.876/0001-30
PROCESSO: 25351.222884/2011-63 AUTORIZ/MS: 0.76579.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: Natusvita Laboratórios de Manipulação
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas 3863 sala térreo
BAIRRO: centro CEP: 97510431 - URUGUAIANA/RS
CNPJ: 06.237.802/0001-04
PROCESSO: 25351.219189/2011-14 AUTORIZ/MS: 0.76575.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: Natusvita Laboratórios de Manipulação
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas 3863 sala térreo
BAIRRO: centro CEP: 97510431 - URUGUAIANA/RS
CNPJ: 06.237.802/0001-04
PROCESSO: 25351.219189/2011-14 AUTORIZ/MS: 0.76575.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Onde se lê:
EMPRESA: EDINEI DE OLIVEIRA ROCHA -ME
ENDEREÇO: RUA REGINALDO LEMES DA SILVA No- 879
BAIRRO: CENTRO CEP: 79215000 - DOIS IRMÃOS DO BURITI/
MS
CNPJ: 13.159.261/0001-09
PROCESSO: 25351.226246/2011-11 AUTORIZ/MS: 0.76596.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: EDINEI DE OLIVEIRA ROCHA -ME
ENDEREÇO: AV. REGINALDO LEMES DA SILVA, Nº 897
BAIRRO: CENTRO CEP: 79215000 - DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS
CNPJ: 13.159.261/0001-09
PROCESSO: 25351.226246/2011-11 AUTORIZ/MS: 0.76596.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução-RE nº 2.985, de 8 de julho de 2011, publicada no D.O.U. n° 131, de 11 de julho de 2011, Seção 1, Pág. 112 e Suplemento Pág. 155.
Onde se lê:
EMPRESA: DIGUINHO INDUSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS LTDA.
ENDEREÇO: RUA VEREADOR JOSÉ NANCI 595
BAIRRO: PQ. JAÇATUBA CEP: 09290415 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 53.918.116/0001-70
PROCESSO: 25351.378620/2011-47 AUTORIZ/MS: 2.05903.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PERFUMES
DISTRIBUIR: PERFUMES
EMBALAR: PERFUMES
EXPEDIR: PERFUMES
FABRICAR: PERFUMES
FRACIONAR: PERFUMES
REEMBALAR: PERFUMES
Leia-se:
EMPRESA: DIGUINHO INDUSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS LTDA.
ENDEREÇO: RUA VEREADOR JOSÉ NANCI 595
BAIRRO: PQ. JAÇATUBA CEP: 09290415 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 53.918.116/0001-70
PROCESSO: 25351.378620/2011-47 AUTORIZ/MS: 2.05903.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PROD. DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PROD. DE HIGIENE
EMBALAR: PROD. DE HIGIENE
EXPEDIR: PROD. DE HIGIENE
FABRICAR: PROD. DE HIGIENE
FRACIONAR: PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: PROD. DE HIGIENE

Na Resolução - RE N.º 3.034, de 14 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 136, de 18 de julho de 2011, Seção 1 Pag. 77 e Suplemento Pag. 38.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S.A.
ENDEREÇO: SHCS CR QD. 516 BLOCO C LOJA 35 N. 39 SL.
101,102 E 103
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70381535 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.447.821/0039-43
PROCESSO: 25351.252739/2011-15 AUTORIZ/MS: 0.76900.9
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S.A.
ENDEREÇO: SHCS CR QD. 516 BLOCO C LOJA 35 N. 39 SL. 101,102 E 103
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70381535 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.447.821/0039-43
PROCESSO: 25351.252739/2011-15 AUTORIZ/MS: 0.76900.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Onde se lê:
EMPRESA: OFS RJ LTDA
ENDEREÇO: RUA DR.FELICIANO SODRÉ No- 67
BAIRRO: CENTRO CEP: 24440440 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 04.779.685/0006-81
PROCESSO: 25351.253468/2011-15 AUTORIZ/MS: 0.76907.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: OFS RJ LTDA
ENDEREÇO: R. BARAO DO RIO BRANCO, 173, LOJAS 06 E 07
BAIRRO: CENTRO CEP: 25804010 - TRÊS RIOS/RJ
CNPJ: 04.779.685/0006-81
PROCESSO: 25351.253468/2011-15 AUTORIZ/MS: 0.76907.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução RE nº. 5.127, de 10 de novembro de 2010 publicada no DOU nº. 218, de 16 de novembro de 2010, Seção 1 Página 49 e Suplemento a presente edição página 106,
Onde se lê:
MATRIZ
EMPRESA: STAR PORT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
AUTORIZ/MS:
Leia-se:
MATRIZ
EMPRESA: STAR PORT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
AUTORIZ/MS: G4HX-2604-MM83

Na Resolução - RE n.º 5.776, de 10 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 237, de 13 de dezembro de 2010, seção 1, página 43 e em suplemento da seção 1, página 63.
Onde se lê:
Sólidos: Comprimidos.
Leia-se:
Sólidos: Comprimidos (granel) e comprimidos revestidos.

Na Resolução - RE n.º 779, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 37, de 22 de fevereiro de 2011, seção 1, página 77 e em suplemento da seção 1, página 198.
Onde se lê:
CNPJ: 61.068.755/0002-01
Autorização Especial n.°: 1.21.559-2
Leia-se:
CNPJ: 61.068.755/0001-12
Autorização Especial n.°: 1.22.873-2

Na Resolução - RE n.º 4.362, de 1° de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n.º 190, de 05 de outubro de 2009, seção 1, página 43 e em suplemento da seção 1, página 29.
Onde se lê:
ENDEREÇO: Industrial Area 3, Dewas, 455001 Indore, Madhya Pradesh
Leia-se:
ENDEREÇO: Industrial Area 3, Dewas, 455001, Madhya Pradesh

Na Resolução - RE Nº 5.981, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1, pág. 92 e Suplemento Págs. 16 e 20.
Onde se lê:
EMPRESA: MIRIAM FERRETTI MENDES
ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 157
BAIRRO: CENTRO CEP: 89654000 - JOAÇABA/SC
CNPJ: 01.669.173/0001-60
PROCESSO: 25351.025328/2008-45 AUTORIZ/MS: 0.52409.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA MIRINHA LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 157
BAIRRO: CENTRO CEP: 89654000 - JOAÇABA/SC
CNPJ: 01.669.173/0001-60
PROCESSO: 25351.025328/2008-45 AUTORIZ/MS: 0.52409.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 401, DE 28 DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o estabelecido na Portaria nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, que cria mecanismos para a implantação dos Sistemas Estaduais de Referência Hospitalar no Atendimento da Gestante de Alto Risco;

Consederando a Portaria nº 3.482/GM/MS, de 25 de agosto de 1998, que inclui na Tabela do Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS, os grupos de procedimentos exclusivos para cobrança por hospitais habilitados nos Sistemas de Referência Hospitalar no Atendimento Terciário à Gestante Alto de Risco, de que trata a Portaria nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998;

Considerando a Portaria Conjunta SE/SAS nº 42, de 30 de setembro de 1999, que estabelece no seu artigo 2º, § 3º, que o valor relativo ao impacto de habilitação de serviços relativos ao Sistema Estadual de Referência Hospitalar para o Atendimento à Gestante de Alto Risco passa a compor o teto livre do Estado, que será responsável pelo custeio total desta unidade; e

Considerando o projeto específico encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite, resolve:

Art. 1º - Habilitar a unidade hospitalar a seguir descrita como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco, no que dispõe as Portarias GM/MS nº 3.477/1998 e nº 3.482/1998:

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ	Nível de Referência	Unidade Hospitalar
18632315/0001-17 CNES: 2760657	Secundário	SES/MG - Hospital São Sebastião de Três Corações / MG

Parágrafo único. A unidade será submetida à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas Portarias GM/MS nº 3.477/1998 e nº 3.482/1998, poderá ter suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º - Estabelecer que o custeio da habilitação de que trata esta Portaria deverá onerar o teto financeiro do estado e/ou município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 414, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.278/GM/MS, de 20 de outubro de 1999, que estabelece normas para o cadastramento de Centros/Núcleos para a realização de Implante Coclear e seus critérios de indicação e contra-indicação no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 968/GM/MS, de 11 de dezembro de 2002, que atualiza os Procedimentos de Alta Complexidade e Estratégicos do Sistema de Informações Ambulatoriais e Sistema de Informações Hospitalares - SIA/SIH/SUS;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Saúde de Estado do Piauí e a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Piauí, por meio da CIB nº 073, de 09 de julho de 2010, que aprova a habilitação de que trata esta Portaria;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º - Habilitar o estabelecimento de saúde a seguir informado, para realizar procedimentos de Alta Complexidade em Implante Coclear, serviço 107, código 005:

CNPJ	CNES	Razão Social/Nome fantasia/Município
23.633.829/0001-27	3036472	HOSPITAL FLAVIO SANTOS LTDA/ HOSPITAL FLAVIO SANTOS/Teresina-PI.

Art. 2º - Estabelecer que o custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MAGALHÃES MIRANDA JÚNIOR

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 354, DE 29 DE JULHO DE 2011

Altera a Portaria nº 646/2010, que dispõe sobre os procedimentos para contratação e execução das Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos da segunda etapa do PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Alterar os Anexos I e III da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, Seção 1, páginas 138 e 139, que passam a ter a seguinte redação:

ANEXO I

GRUPO 1 - OGU

MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, RISCOS DE DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

PROCEDIMENTO	Prazos para Municípios	Prazos para Estados
Apresentação, pelos proponentes, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional, aos agentes financeiros	Até 29/04/2011	Até 31/05/2011
Contratação da operação, inclusive com cláusula suspensiva parcial	Até 31/08/2011	Até 31/08/2011
Apresentação da primeira medição	Até 12 meses a contar da data da contratação	

ANEXO III

GRUPOS 2 e 3 - OGU

GRUPO 2

MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

GRUPO 3

MODALIDADE: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

PROCEDIMENTO	Prazos para Municípios	Prazos para Estados
Apresentação, pelos proponentes, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional, aos agentes financeiros	Até 29/04/2011	Até 31/05/2011
Contratação da operação, inclusive com cláusula suspensiva parcial	Até 31/08/2011	Até 31/08/2011
Apresentação da primeira medição	Até 12 meses a contar da data da contratação	

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 355, DE 29 DE JULHO DE 2011

Divulga a relação dos imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida e estabelece cronograma para habilitação e seleção de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, nos termos da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o subitem 3.1 do Anexo I da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma dos Anexos a esta Portaria, relação de imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, no âmbito dos recursos transferidos para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e estabelecer cronograma para habilitação e seleção das entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS MAGALHÃES

ANEXO I

IMÓVEIS ORIUNDOS DO FRGPS DESTINADOS AO PMCMV

IMÓVEIS OBJETO DO PROCESSO SELETIVO				
Nº		UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO COMPLETO
GRUPO I	1	PI	Floriano	Avenida Bucar Neto, nº. 721/741/761
	2	RS	Rio Grande	Rua Pandiá Calógeras, s/n, Qd. 35
	3	ES	Vila Velha	Rodovia Carlos Lindemberg, Edifício Boecha, nº. 94 -Jaburuna
GRUPO II	4	MG	Ipatinga	Avenida F. Noronha esquina com Rua Floriano Peixoto, Qd. 7D, Lote 2 - Imbaúbas
	5	MG	Ipatinga	Rua Máximo Rosa Gomes, nº 01, Qd. 1A - Bom Jardim
	6	PB	João Pessoa	Avenida Guedes Pereira, nº. 27
	7	SP	São Paulo	Rua Frederico Von Martius, Qd. 09, Lote 48 - Vila Monumento
	8	SP	São Paulo	Rua Guinle, Qd. 04, Lotes 4/6 - Vila Monumento
	9	SP	São Paulo	Rua Vigário João Alvares, Qd. 02, Lotes 10/11/11A/11B - Vila Monumento
	10	SP	São Paulo	Avenida Jangadeiro, Qd. 94, Lotes 2/4/6 - Cidade Dutra
	11	SP	São Paulo	Rua Mariano Procópio, Qd. 08, Lote 10 - Vila Monumento
	12	SP	São Paulo	Rua Conselheiro Crispiniano, nº. 119/125/131
	13	SP	Suzano	Rua Milton Pereira Vidal Lotes 32/35/19/33/20 - SESC Qd. 1
	14	ES	Vitória	Rua General Osório, nº. 26, Ed. Aragão - Centro
	15	RJ	Rio de Janeiro	Rua Sara, nº. 85 - Santo Cristo
	16	SP	São Paulo	Rua Maria Domitila, nº. 228/232

ANEXO II

CRONOGRAMA DE HABILITAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
1 - Envio de documentos para fins de habilitação e qualificação conforme itens 4 e 5 do Anexo I da Portaria nº 618 de 14 de dezembro do Ministério das Cidades.	1	Até 19/08/2011*
2 - Validação da documentação entregue para fins de habilitação; homologação e divulgação do resultado da habilitação em sítio eletrônico do Ministério das Cidades.	2	Até 02/09/2011
4 - Protocolo de recursos em relação ao processo de habilitação.	1	Até 12/09/2011
5 - Divulgação do resultado do julgamento dos recursos apresentados e resultado final do processo de habilitação.	2	Até 19/09/2011

Legenda:

(1) Entidades privadas sem fins lucrativos

(2) Ministério das Cidades

* Será considerada a data da postagem no correio ou a data do protocolo no Ministério das Cidades.

CRONOGRAMAS DE SELEÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

IMÓVEIS DO GRUPO I		
ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
1 - Envio das propostas conforme item 3 do Anexo I da Portaria nº 618 de 14 de dezembro do Ministério das Cidades.	1	Até 03/10/2011*
2 - Divulgação do resultado do processo de análise e seleção das propostas e divulgação da relação das entidades selecionadas em sítio eletrônico do Ministério das Cidades.	2	Até 18/10/2011
3 - Protocolo de recursos em relação ao processo de seleção.	1	Até 25/10/2011
4 - Divulgação do resultado do julgamento dos recursos apresentados e resultado final do processo de seleção.	2	Até 01/11/2011
5 - Assinatura do Termo de Compromisso.	1 e 2	Até 01/12/2011
6 - Envio a Caixa de lista de famílias selecionados de acordo com regulamentação do Ministério das Cidades que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção de beneficiários.	1	Até 16/12/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IMÓVEIS DO GRUPO II		
ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
1 - Envio das propostas conforme item 3 do Anexo I da Portaria nº 618 de 14 de dezembro do Ministério das Cidades.	1	Até 07/11/2011*
2 - Divulgação do resultado do processo de análise e seleção das propostas e divulgação da relação das entidades selecionadas, em sítio eletrônico do Ministério das Cidades.	2	Até 06/12/2011
3 - Protocolo de recursos em relação ao processo de seleção.	1	Até 13/12/2011
4 - Divulgação do resultado do julgamento dos recursos apresentados e resultado final do processo de seleção.	2	Até 23/12/2011
5 - Assinatura do Termo de Compromisso.	1 e 2	Até 23/01/2012
6 - Envio a Caixa de lista de famílias selecionados de acordo com regulamentação do Ministério das Cidades que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção de beneficiários.	1	180 dias antes da conclusão da obra

Legenda:
(1) Entidades privadas sem fins lucrativos
(2) Ministério das Cidades
* Será considerada a data da postagem no correio ou a data do protocolo no Ministério das Cidades.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR
DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Declaro, para os fins previstos no inciso III, do § 6º, do art. 12 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e demais normas complementares aplicáveis, que a entidade privada sem fins lucrativos denominada: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, sob o Nº _____, apresentou funcionamento regular nos 3 (três) anos anteriores ao da data desta declaração, período em que demonstrou qualificação técnica e capacidade operacional para exercer as atribuições de Proponente/Agente Executor do Programa de Habitação de Interesse Social, Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, lastreado nos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

(Local e Data)

(Nome, assinatura e cargo do declarante)

Observação: O declarante fará juntar cópia de carteira de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF e do ato de nomeação ou equivalente, que o qualifique como autoridade local competente, na forma prevista pelo inciso I do subitem 4.3, do Anexo I, da Portaria Nº 618 de 14 de dezembro de 2010.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DE ENTIDADE
PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS

(NOME DA ENTIDADE)

Eu, (Nome do(a) coordenador(a)) , portador do documento de identidade, RG: (N°) e do CPF: (N°), brasileiro(a), (estado civil), (Profissão), residente domiciliado(a) (Endereço), coordenador(a) - geral da entidade (Nome da entidade), CNPJ (N°), informo que esta entidade não possui dívida com o Poder Público, bem como não tem inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito,em relação aos dirigentes, proprietários ou controladores da entidade.

Declaro que os dirigentes, proprietários ou controladores da entidade não ocupam cargo ou emprego público no âmbito da administração pública federal.

Declaro ainda que no quadro de dirigentes, proprietários ou controladores da entidade não constam membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, servidor público vinculado ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Ministério das Cidades, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau.

(Local e Data)

(Nome, assinatura e cargo do declarante)

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 14 de julho de 2011

Nº 5.458/2011 - CD - Processo nº 53000.011378/1994

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela empresa METALÚRGICA LCR LTDA, CNPJ/MF nº 06.045.777/0001-59, autorizada do Serviço Móvel Especializado (SME) em Fortaleza, no estado do Ceará, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Despacho nº 3.369/2009-PVCPA/PVCP/SPV, de 19 de maio de 2009, que não conheceu do Recurso Administrativo, por intempestivo, ante os termos do § 5º do art. 82 do Regimento Interno da Anatel, interposto em face do Despacho nº 1.646/2009-PVCPA/PVCP, de 12 de março de 2009, do Gerente-Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (PVCP), o qual indeferiu o pedido de prorrogação do prazo de autorização de uso da radiofrequência associada ao SME objeto do Ato nº 12.766, de 10 de novembro de 2000, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 606, realizada em 12 de maio de 2011: (a) recepcionar a correspondência protocolizada na Anatel sob o nº 53560.001663/2009 (fls. 683/688), em 09 de julho de 2009, dirigida ao senhor Presidente da Anatel, como Recurso Administrativo interposto em face do Despacho nº 3.369/2009-PVCPA/PVCP/SPV, de 19 de maio de 2009, e não conhecê-lo, por ausência do pressuposto processual relativo à tempestividade; (b) remeter cópia dos autos ao Gabinete da Presidência (GPR), para providências pertinentes para resposta ao Ofício enviado pelo Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 393/2010-GCJR, de 27 de maio de 2010, e (c) determinar que a Superintendência de Serviços Privados realize as diligências necessárias a fim de apurar possível descumprimento de obrigações por parte METALÚRGICA LCR LTDA, proposta adicional da Conselheira Emília Maria Silva Ribeiro Curi, consignada no VOTO nº 53/2011-GCER, de 11 de maio de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

ATO Nº 5.268, DE 27 DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.014019/2006. Aprova a posteriori a transferência do controle direto da INTERLINK COMUNICAÇÃO VIRTUAL LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 07.855.684/0001-52, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, de Cleonice de Andrade Camargo, CPF nº 498.248.301-97, para Vilmar Francisco de Camargo, CPF nº 430.236.221-91, Benedito Sinédio de Camargo, CPF nº 640.203.631-53, e Clodoaldo Marcus de Camargo, CPF nº 822.742.151-20. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 5.304, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar ELETRO MECÂNICA BOETTGER COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 75.403.501/0001-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 04/08/2011 a 08/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.305, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar J. F. RACING S/C LTDA, CNPJ nº 97.383.137/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 03/08/2011 a 08/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.306, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar J. L. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 53.420.568/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 05/08/2011 a 08/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.307, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 05/08/2011 a 07/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.308, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 29/07/2011 a 31/07/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.309, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar REVOLUTION BROADCAST PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 13.050.715/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 05/08/2011 a 07/08/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.310, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar a(o) Embaixada da República Argentina a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 29/07/2011 a 30/07/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.311, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autorizar VIA ITALIA COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA., CNPJ nº 07.638.845/0003-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/07/2011 a 31/07/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO AMAZONAS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 9 de Junho de 2011

Nº 4522 - - Processo nº 53578.001349/2010. Aplica-se a sanção de multa, a MARCELO MOREIRA DE MOURA, pela infração de uso não autorizado de radiofrequência para explorar o Serviço Limitado Privado, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, a multa é no valor de R$ 1.762,02(um mil e setecentos e sessenta dois reais e dois centavos), tendo infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentares: Item 9.8 da Norma MC n.º 13/97 e art. 163, caput da Lei nº 9.472/97.

Em 17 de maio de 2011

Nº 3.856 - Processo nº 53578.001678/2006. Aplica-se a sanção de multa, a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, executante do Serviço de Comunicação Multimídia na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas, a multa e no valor de R$ 4.252,50 (quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), por infração ao art.162 caput da Lei de 9.472/97 pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 96/2011-ER11AT de17 de Maio de 2011.

JOSÉ GOMES PIRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 5.338, DE 29 DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.017068/11. TELEVISÃO LIBERAL LTDA - RTV - Tucumã/PA - Canal 18+. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 5.339, DE 29 DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.017069/11. SENADO FEDERAL - RTV - Rio de Janeiro ((Serra do Mendanha))/RJ - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.340, DE 29 DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.017070/11. FUNDAÇÃO MARIA TARGINO PONTES DE ARAUJO - FM - João Câmara/RN - Canal 207 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5342, DE 29 DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.017071/11. W.H.Z. EMPRESA JORNALISTICA E DE RADIODIFUSÃO LTDA - FM - Macau/RN - Canal 235. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 4.322, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.001517/2011. Aplica à empresa LINKTECK NET PROVEDOR DE ACESSO A REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ nº 09.467.939/0001-35, a sanção de advertência, pelo descumprimento do disposto no art. 51 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.041, DE 15 DE JULHO DE 2011

Processo: 29101.140502/1981. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedida à PX CLUBE DEDO DE DEUS, CNPJ: 30.598.528/0001-75, Fistel: 80102013160, validade da licença: 12/03/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.136, DE 20 DE JULHO DE 2011

Processo n° 53500.013423/2011 . Expede autorização de uso de radiofreqüências à NETWIS SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 07.986.733/0001-96, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.138, DE 20 DE JULHO DE 2011

Processo n° 535000128912011. Expede autorização de uso de radiofreqüências à CANGERE ONLINE PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 07.824.556/0001-41, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.142, DE 21 DE JULHO DE 2011

Processo nº 535000005021998. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.145, DE 21 DE JULHO DE 2011

Processo. 53508.009533/2011. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Relação de Entidades acompanhadas dos respectivos FISTEL, CNPJ/MF e validade da licença: ADELMAR PINHEIRO SILVA, 01020487895, 02254034553, 08/03/2010 / ASSOCIACAO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO, 01030707960, 33611617000100, 11/09/2010 / ASSOCIACAO CRISTA DE MOCOS DO RIO DE JANEIRO, 01030910847, 33559162000113, 24/04/2010 / AUTO SOCORRO PINHEIRO REBOQUES LTDA, 01030660123, 01143091000187, 26/04/2011 / AZUL MARINA COMERCIO E SERVICO LTDA, 50010193464, 03283072000181, 22/01/2011 / CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SAO LUCAS LTDA, 50009795596, 31129141000132, 13/10/2010 / CAVALCANTI CIA LTDA, 01030588341, 29915238000129, 21/03/2011 / CIPA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARESLTDA, 01030932816, 01851716000246, 31/07/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO AVENIDA COPACABANA, 01030937702, 28129302000183, 18/08/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE MAUA II, 01030912890, 35810019000188, 06/02/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO CENTRO CANDIDO MENDES, 01021484733, 28718823000176, 02/01/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO CENTRO DA BARRA, 01030710244, 30125850000187, 05/10/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO CIDADE DO LEBLON, 01030707375, 29280252000101, 04/09/2010 / CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO DESIGN BARRA, 50403854555, 04504741000160, 05/03/2011 / CONDOMINIO DO EDIFICIO VIVENDAS DO PARQUE, 01030597251, 36130995000152, 23/04/2011 / CONDOMINIO QUADRA DAS LAGOAS, 01031440640, 40395998000195, 31/10/2010 / CONDOMINIO VIA PARQUE SHOPPING CENTER, 01030876649, 02284436000185, 03/10/2010 / CONSORCIO CONSTRUTOR BR-040, 50010053298, 02195155000156, 22/01/2011 / CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A, 50404830749, 15102288011460, 14/04/2011 / EBIP SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, 01030938008, 00672363000173, 22/08/2010 / EMPRESA PROGRESSO DE CAMPOS LTDA, 50000201545, 28938413000130, 23/05/2010 / EXPRESSO MIRAMAR LTDA, 01030934789, 30075436000100, 10/08/2010 / EXPRESSO SAO JORGE LTDA, 01030613630, 30777114000103, 01/12/2010 / FUNDACAO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS RIO DE JANEIRO, 01030871680, 31940836000108, 11/01/2010 / GM-GRANITOS E MARMORES LTDA, 01030053901, 27662469000142, 03/10/2010 / GUARDIAN-SEGURANCA VIGILANCIA LTDA, 01030612900, 00872608000106, 27/11/2010 / HAROLDO PEIXOTO ROCHA, 01030595712, 01114379700, 08/04/2011 / HOSPITAL DE CLINICAS DE NITEROI LTDA, 01031596224, 27781293000148, 23/02/2010 / IATE CLUBE DE ITACURUCA, 01030056846, 29821758000172, 09/10/2010 / JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA, 01020487208, 00508903000340, 13/09/2010 / LABORATORIO BRONSTEIN S/A, 01030891281, 30035950000112, 30/01/2010 / LUBRIZOL DO BRASIL ADITIVOS LTDA., 01020375310, 42593962000141, 29/10/2010 / LUFTHANSA CARGO A G, 50005596149, 01912192000175, 05/10/2010 / MASTER VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, 01030613982, 00867848000112, 05/12/2010 / MINERACAO JENIPAPO S.A., 01030591806, 31975014000154, 08/01/2011 / MULTIPONTO TELECOMUNICACOES LTDA, 50000118133, 86982675000107, 27/03/2010 / NAUTICA DRUMOND COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, 50001148257, 39158605000140, 21/06/2010 / NOVA IGUACU PREFEITURA, 50005095522, 29138278000101, 26/07/2010 / ORMEC ENGENHARIA LTDA, 01030713936, 29060647000190, 21/11/2010 / PAQUETA IATE CLUBE, 01020488190, 42173815000112, 15/06/2010 / PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA, 50004517598, 67405936000505, 07/01/2010 / PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO REAL, 50005729203, 01612355000102, 15/08/2010 / PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 50010077120, 29138328000150, 08/12/2010 / PROTEC PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, 50004526317, 68649797000196, 10/01/2010 / QUAKER BRASIL LTDA, 50005857040, 55323448000995, 28/08/2010 / QUALITY SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCALTDA, 01030926840, 73295198000151, 26/04/2010 / RELUMI MATERIAL ELETRICO LIMITADO, 01030933464, 28380111000190, 18/07/2010 / RUI TEIXEIRA PESSANHA, 50009347682, 65588959787, 04/10/2010 / SBIL SEGURANCA BANCARIA E INDUSTRIAL LTDA, 01021499927, 33074659000141, 18/01/2010 / SIDERURGICA BARRA MANSA S/A, 50010277722, 60892403001862, 05/03/2011 / STILL DO BRASIL S.A., 01030708266, 42365296000194, 14/09/2010 / TONY MARITIMA OFFSHORE LTDA., 01030593345, 31967466000194, 18/02/2011 / TRANSCEIVER SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA, 01030888493, 73453409000137, 12/01/2010 / TURISMO TRANSMIL LTDA, 01020385979, 30743975000170, 21/07/2010 / UNIAO DE LOJAS LEADER SA, 01030617031, 30094114000109, 04/01/2011 / VILA BOA VIDA HOTEL LTDA, 50005413753, 31942063000190, 12/04/2010.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.170, DE 22 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA, CNPJ nº 00.352.294/0001-10 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.175, DE 25 DE JULHO DE 2011

Processo n° 53500.013059/2010. Outorga autorização de uso de radiofrequências à LINK SOL LTDA - ME, CNPJ nº 07.999.038/0001-69, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.302, DE 29 DE JULHO DE 2011

Processo n° 53500.001849/2011. Outorga autorização de uso de radiofrequências na faixa de 2.570 MHz a 2.620 MHz, à TV FILME BRASÍLIA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 01.402.057/0001-80, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, com área de prestação em Brasília/DF. O valor da outorga de autorização para uso da radiofrequência na Subfaixa 2.570 MHz a 2.620 MHz, objeto deste ato, é de R$ 9.531.979,38 (nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 176, DE 15 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.034851/2003, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da KMR TELECOMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Itaí, Estado de São Paulo, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis) classe B1.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 49 de 21 de Janeiro de 2011, DEAA/SCE/MC, Processo n.º 53000.026039/2009, Publicada no D.O.U de 31 de março de 2011 - Seção 1 - pág. 80, onde se lê: na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, leia-se: no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

Na Portaria nº 398 de 18 de Dezembro de 2008, DEAA/SCE/MC, Processo n.º 53000.029488/2008, Publicada no D.O.U de 20 de setembro de 2010 - Seção 1 - pág. 50, onde se lê: na cidade de Barreiras,Estado da Bahia, leia-se: no Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*.
Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Atualize, com freqüência, seu antivírus.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 463, DE 29 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 807.683/1977, resolve:

Art. 1º Outorgar à Companhia Geral de Minas, concessão para lavrar Bauxita, nos Municípios de São Sebastião da Grama e Divinolândia, Estado de São Paulo, numa área de 509,95ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°44'01,284"S/46°41'47,551"W; 21°42'49,757"S/46°41'47,551"W; 21°42'49,750"S/46°40'17,297"W; 21°42'57,586"S/46°40'17,296"W; 21°42'57,587"S/46°40'28,082"W; 21°44'01,279"S/46°40'28,072"W; 21°44'01,284"S/46°41'47,551"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2788,0m, no rumo verdadeiro de 63°40'00"000 NE, do Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°44'41,500"S e Long. 46°43'14,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2200,0m-N; 2594,0m-E; 241,0m-S; 310,0m-W; 1959,0m-S; 2284,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 464, DE 29 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 807.682/1977, resolve:

Art. 1º Outorgar à Companhia Geral de Minas, concessão para lavrar Bauxita, nos Municípios de São Sebastião da Grama e Divinolândia, Estado de São Paulo, numa área de 272,16ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°42'27,060"S/46°42'07,505"W; 21°41'30,489"S/46°42'07,505"W; 21°41'30,488"S/46°41'38,283"W; 21°42'27,060"S/46°41'38,280"W; 21°42'27,053"S/46°40'36,003"W; 21°42'46,561"S/46°40'35,999"W; 21°42'46,567"S/46°41'49,064"W; 21°42'27,060"S/46°41'49,065"W; 21°42'27,060"S/46°42'07,505"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4491,0m, no rumo verdadeiro de 25°59'59"999 NE, do Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°44'38,300"S e Long. 46°43'16,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1740,0m-N; 840,0m-E; 1740,0m-S; 1790,0m-E; 600,0m-S; 2100,0m-W; 600,0m-N; 530,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 465, DE 29 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 807.681/1977, resolve:

Art. 1º Outorgar à Companhia Geral de Minas, concessão para lavrar Bauxita, no Município de Divinolândia, Estado de São Paulo, numa área de 487,05ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°42'27,060"S/46°42'07,505"W; 21°42'27,059"S/46°42'44,036"W; 21°41'52,271"S/46°42'44,034"W; 21°41'52,262"S/46°43'57,091"W; 21°41'09,996"S/46°43'57,082"W; 21°41'10,005"S/46°42'21,419"W; 21°41'38,291"S/46°42'21,420"W; 21°41'38,292"S/46°42'07,505"W; 21°42'27,060"S/46°42'07,505"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4491,0m, no rumo verdadeiro de 25°59'59"999 NE, do Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°44'38,300"S e Long. 46°43'16,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1050,0m-W; 1070,0m-N; 2100,0m-W; 1300,0m-N; 2750,0m-E; 870,0m-S; 400,0m-E; 1500,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 466, DE 29 DE JULHO DE 2011

Autoriza a empresa UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro, localizada no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 60 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2008, e o que consta do Processo nº 48500.000880/2008-75, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.506.738/0001-89, com sede na Avenida Jorge Amado, s/nº, Shopping Open Center, 3º andar, sala 309, parte 12, Ponto Certo, Município de Camaçari, Estado da Bahia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro, constituída de dez Unidades Geradoras de 17.600 kW cada, em ciclo simples, totalizando 176.000 kW de capacidade instalada e 100.500 kW médios de garantia física de energia, utilizando como combustível Óleo Combustível B1, localizada no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a empresa autorizada proceder à implantação, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, do Sistema de Transmissão de interesse restrito da Central Geradora Termelétrica, constituído de uma Subestação Elevadora junto da Usina de 13,8/230 kV, 2x110 MVA, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de 1,3 km de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora junto da Usina ao Barramento de 230 kV da Subestação Jardim, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - implantar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início das Obras Civis das Estruturas: até 31 de agosto de 2011;

b) início da Montagem Eletromecânica: até 31 de dezembro de 2011;

c) implementação da Subestação e respectivo Sistema de Transmissão associado: até 31 de maio de 2012;

d) obtenção da Licença Ambiental de Operação: até 31 de agosto de 2012;

e) início do Comissionamento das Unidades Geradoras de 1 a 5: até 31 de setembro de 2012;

f) início do Comissionamento das Unidades Geradoras de 6 a 10: até 31 de novembro de 2012;

g) conclusão da Montagem Eletromecânica: até 31 de dezembro de 2012; e

h) início da Operação Comercial das Unidades Geradoras 1 a 10: até 1º de janeiro de 2013;

II - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares de geração e comercialização de energia elétrica, respondendo perante a ANEEL, usuários e terceiros, por quaisquer consequências danosas decorrentes da exploração da Central Geradora Termelétrica;

III - efetuar solicitação de acesso aos Sistemas de Transmissão e Distribuição, nos termos da Resolução ANEEL nº 281, de 1º de outubro de 1999, observando especialmente o disposto em seu art. 9º, no que tange aos prazos compatíveis com o atendimento do cronograma de implantação da Central Geradora Termelétrica;

IV - celebrar os Contratos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição, nos termos da legislação específica;

V - efetuar o pagamento, nas épocas próprias definidas nas normas específicas:

a) das cotas mensais da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC que lhe forem atribuídas;

b) da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos termos da legislação específica;

c) dos encargos de uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição decorrentes da operação da Central Geradora Termelétrica;

d) da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, nos termos da legislação, se couber; e

e) do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, nos termos da legislação, se couber;

VI - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2008, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 16.356.500,00 (dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da Usina Termelétrica;

VII - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

VIII - organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações da Central Geradora Termelétrica, comunicando à ANEEL qualquer alteração das características de suas Unidades Geradoras;

IX - manter em arquivo, à disposição da fiscalização da ANEEL, Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA ou estudo formalmente requerido pelo Órgão licenciador ambiental, projetos básico e executivo, registros operativos e de produção de energia elétrica e os resultados dos ensaios de comissionamento;

X - respeitar a legislação ambiental e articular-se com o Órgão competente, com vistas à obtenção das licenças ambientais, cumprindo as exigências nelas contidas, encaminhando cópia dessas licenças à ANEEL, e respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, regulamentos e licenças;

XI - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral ou que venha a ser estabelecida pela ANEEL, especialmente àquelas relativas à Produção Independente de Energia Elétrica;

XII - prestar todas as informações relativas ao andamento do empreendimento, facilitar os serviços de fiscalização, comunicando a conclusão das obras, bem como cumprir as diretrizes estabelecidas na Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003;

XIII - solicitar anuência prévia à ANEEL, em caso de transferência de controle acionário;

XIV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

XV - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

XVI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de quinze anos;

XVII - celebrar contratos de compra de energia para garantir os contratos de venda originais, no caso de descumprimento do cronograma, conforme art. 5º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e Resolução ANEEL nº 165, de 19 de setembro de 2005; e

XVIII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Constituem direitos da autorizada:

I - acessar livremente, na forma da legislação, o Sistema de Transmissão e Distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e de conexão, quando devidos;

II - comercializar a energia elétrica produzida, nos termos da legislação;

III - modificar ou ampliar, desde que previamente autorizado pela ANEEL, a Central Geradora Termelétrica e as instalações de interesse restrito;

IV - oferecer, em garantia de financiamentos obtidos para a realização de obras e serviços, os direitos emergentes desta autorização, bem assim os bens constituídos pela Central Geradora Termelétrica, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da produção de energia elétrica pela UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro; e

V - ceder, mediante prévia anuência da ANEEL, os direitos decorrentes desta autorização para empresa ou consórcio de empresas.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

§ 1º A autorização poderá ser revogada nas seguintes situações:

I - produção de energia elétrica em desacordo com as prescrições desta Portaria e legislação específica;

II - descumprimento das obrigações decorrentes desta autorização;

III - transferência a terceiros de qualquer das Unidades Geradoras de energia elétrica sem prévia autorização da ANEEL;

IV - solicitação da autorizada; e

V - desativação da Central Geradora Termelétrica.

§ 2º A revogação da autorização não acarretará para ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 29 de julho de 2011

Nº 3.103 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.001501/2011-60, resolve conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pelo Ministério de Minas e Energia - MME, para suspender a aplicação da Resolução Normativa nº 440, de 5 de julho de 2011, até que a matéria seja deliberada pela Diretoria da ANEEL, por se encontrar presente o requisito de lesão grave ou de difícil reparação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº. 3.052, de 25 de julho de 2011, constante do Processo n. 48500.000519/2009-20, publicado no Diário Oficial nº. 142, de 26 de julho de 2011, seção 1, página 56: onde se lê "à EOL SM e EOL Santa Helena, constantes do Despacho nº 2.165, de 28 de julho de 2010", leia-se "à EOL SM, constante do Despacho nº 2.165, de 28 de julho de 2010, e à EOL Santa Helena, constante do Despacho nº 2.164, de 28 de julho de 2010".

PROIBIDA A VENDA E DE ASSINATURA DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2011

Nº 3.105 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo nº 48500.003179/2011-11, resolve: I - autorizar a empresa RBE Gestão Estratégica de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.338.734/0001-27, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, Ed. Centro Comercial nº 410, sala 408, bloco A, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; II - que a empresa RBE Gestão Estratégica de Energia Ltda. fica obrigada a atender as determinações estabelecidas da Resolução nº 265, de 13 de agosto de 1998, a legislação de regência da atividade de comercializador de energia elétrica, inclusive as supervenientes que venham a ser estabelecidas pelo Poder Concedente.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2011

Nº 3.104 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições na Portaria nº 1.807, de 13 de maio de 2011, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005684/2008-97, resolve: I - Aprovar o Projeto Básico da UHE Jirau, de titularidade da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.029.666/0001-47, situada no rio Madeira, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, localizada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com as características dadas pela tabela abaixo:

Potência Instalada [MW]	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	N.A. máximo normal de montante [m]	Área do Reservatório no N.A. máximo normal [km²]
3750	9º 15' 18" S 64º 38' 40" W	90,0	302,6

II - O nível normal de jusante deverá respeitar o aproveitamento ótimo da cascata do rio Madeira.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2011

Nº 3.101 - O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, publicada em 07 de fevereiro de 2008, com base na metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 89, de 25 de outubro de 2004, e com base na Resolução Homologatória nº 945, de 02 de março de 2010, no art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, e nas verificações de consistências dos valores pleiteados pelas concessionárias, referentes às diferenças mensais de receita em virtude dos critérios de classificação de unidades consumidoras da Subclasse Residencial Baixa Renda, resolve homologar previamente, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores relativos às perdas de receita apresentados nos anexos I e II, referentes aos meses de dezembro de 2010 e de janeiro, fevereiro, março, maio e junho de 2011.

ANEXO I

DIFERENÇAS DE RECEITA, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA
PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2010 E DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2011.

EMPRESA	DEZEMBRO/10	JANEIRO/11	FEVEREIRO/11	MARÇO/11
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S/A	172.079,00	115.807,90	54.895,26	14.895,21
UHENPAL - Usina Hidro Elétrica Nova Palma Ltda	-	26.882,65	-	-
TOTAL	2.809.607,24	1.783.585,97	2.606.596,07	2.206.636,28

PERÍODO DE MAIO DE 2011.

EMPRESA	MAIO/11
CHESP - Companhia Hidroelétrica São Patrício	104.943,04
COELCE - Companhia Energética do Ceará	17.577.798,24
TOTAL	17.682.741,28

ANEXO II

DIFERENÇAS DE RECEITA, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA
PERÍODO DE JUNHO DE 2011.

EMPRESA	DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA
AES-SUL - AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A.	1.434.851,14
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S/A.	6.620.230,02
CAIUÁ - Caiuá Distribuição de Energia S/A.	227.487,35
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.	1.731.381,86
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A.	3.330.258,85
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco.	10.727.933,59
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins.	1.280.377,62
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão.	8.024.425,53
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S/A.	265.218,71
CEMIG-D - CEMIG Distribuição S/A.	6.163.267,79
CEPISA - Companhia Energética do Piauí.	4.396.959,28
CFLO - Companhia Força e Luz do Oeste.	53.065,24
CHESP - Companhia Hidroelétrica São Patrício.	103.635,64
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica.	42.235,22
COCEL - Companhia Campolarguense de Energia.	70.240,19
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.	22.404.568,32
COELCE - Companhia Energética do Ceará.	17.082.727,13
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte.	2.606.137,38
DEMEI - Departamento Municipal de Energia de Ijuí.	40.402,20
DMEPC - Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas.	63.415,51
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S/A.	48.424,58
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A.	244.420,97
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre.	340.753,11
ELETROCAR - Centrais Elétricas de Carazinho S/A.	61.752,59
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.	1.989.220,18
ELFSM - Empresa Luz e Força Santa Maria S/A.	159.172,21
EMGDE Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	1.254.563,20
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A.	1.043.100,52
ENF Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.	140.279,24
EPDE Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.	4.307.944,29
ESDE Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.996.570,57
FORCEL - Força e Luz Coronel Vivida Ltda.	12.696,21
HIDROPAN - Hidroelétrica Panambi S/A.	25.504,34
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S/A.	2.280.305,36
SULGIPE - Companhia Sul Sergipana de Eletricidade.	638.824,87
UHENPAL - Usina Hidro Elétrica Nova Palma Ltda.	23.497,34
TOTAL	101.235.848,15

Nº 3.102 - O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, publicada em 07 de fevereiro de 2008, com base no disposto no § 2º do art. 6º da Resolução Normativa nº 89, de 25 de outubro de 2004, incluído pela Resolução Normativa nº 325, de 22 de julho de 2008, e no art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, resolve publicar, apenas para fins de controle e acompanhamento, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores de diferença entre o faturamento que decorreria da aplicação dos critérios vigentes de classificação do consumidor baixa renda, na data imediatamente anterior à incidência da Lei nº 10.438, de 2002, e aquele verificado em conformidade com os novos critérios estabelecidos pelo art. 1º da mesma Lei, apurados com base na metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 89, de 25 de outubro de 2004, apresentados no anexo I, referentes aos meses de outubro de 2010 e de abril e junho de 2011.

OBERDAN ALVES DE FREITAS

ANEXO I

DIFERENÇAS ENTRE O FATURAMENTO QUE DECORRERIA DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VIGENTES DE CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR BAIXA RENDA, NA DATA IMEDIATAMENTE ANTERIOR À INCIDÊNCIA DA LEI Nº 10.438, DE 2002, E AQUELE VERIFICADO EM CONFORMIDADE COM OS NOVOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO ART. 1º DA MESMA LEI, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA, PARA FINS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO.
PERÍODO DE OUTUBRO DE 2010 E DE ABRIL E JUNHO DE 2011.

EMPRESA	OUTUBRO/10	ABRIL/11	JUNHO/11
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S/A.	-	(15.994,01)	-
COOPERALIANÇA - Cooperativa Aliança.	(63.537,78)	-	(77.951,80)
CPFL-Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz.	-	-	(327.155,80)
CPFL-Paulista - Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	(2.061.314,10)
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S/A.	-	-	(4.404.512,96)
MUX-Energia - Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda.	-	-	(25.690,89)
TOTAL	(63.537,78)	(15.994,01)	(6.896.625,55)

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho n. 4.080, de 27 de dezembro de 2010, publicado no D.O. n. 248, de 28 de dezembro de 2010, Seção 1, página 77, retificar o item do Anexo III disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL www.aneel.gov.br/cedoc/dsp20104080.pdf.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 346, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP 11/2011 e no Processo nº 48610.010558/2011-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda., CNPJ 07.195.911/0001-60, com sede na Praia de Botafogo, 300 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ, autorizada a realizar aquisição, processamento e entrega de dados eletromagnéticos SLB-seabed logging (CSEM) e magnetolelúrico (MT), não-exclusivos, em área delimitada na bacia sedimentar de Sergipe-Alagoas, definida pelo polígono com as seguintes coordenadas geográficas:

Polígono da área de aquisição Datum: SAD 69

Vértices	Latitude	Longitude
1	-11:56:05.890	-36º:29:22.540
2	-11:28:59.360	-37:11:49.310
3	-10:56:34.870	-36:40:49.350
4	-10:33:43.710	-36:09:47.320
5	-10:59:07.580	-35:36:15.260
6	-11:56:05.890	-36:29:22.540

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda, compromissada a enviar à ANP:

I - As autorizações e licenças exigidas por órgãos federais, estaduais e municipais para realização das atividades de aquisição de dados, com antecedência mínima de 20 dias do início das atividades;

II - Notificação de Início de Aquisição de Dados Não-Exclusivos, com antecedência mínima de 30 dias do início das atividades de aquisição de dados;

III - Relatório Mensal de atividades, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

IV - Informe de quaisquer incidentes e/ou acidentes que porventura venha a ocorrer, relacionados à aquisição;

V - Relatório Final de aquisição e processamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados não-exclusivos adquiridos, no prazo máximo de até 60 dias contados da data da conclusão das aquisições, processamento, reprocessamento ou interpretação;

§ 1º Os modelos dos documentos descritos em I, II, III, VI e VII estão disponibilizados na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp, Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados, via correio eletrônico, para dados_técnicos@anp.gov.br;

§ 2º Juntamente com os arquivos dos documentos relacionados no § 1º, deverão ser encaminhados para dados_técnicos@anp.gov.br:

a) Na Notificação de Início de Aquisição de Dados Não-Exclusivos:

i. o arquivo shape file da programação do levantamento (pré-plot);

ii. diagrama esquemático do projeto de aquisição em papel e em arquivo digital, contendo a indicação dos equipamentos que serão utilizados, assim como arranjo e características geométricas do conjunto ("offset diagram", "source diagram" e "streamer layout");

iii. desenho esquemático do projeto de navegação ("pre plotted navigation position" e "pre plotted vessel position");

b) No Relatório Mensal: arquivo shape file contendo as linhas executadas no mês de referência;

c) Na Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos; arquivo shape file contendo a área vendida;

Art. 3º De acordo com os padrões técnicos da ANP fica determinado que todos os documentos entregues pela EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda deverão ser identificados com o código <<EEM-0295>>e os dados resultantes da aquisição deverão ser entregues nas mídias e formatos estabelecidos no Padrão ANP 2B:

I - O conjunto de arquivos que constituem os registros de dados de campo serão aceitos também em fita cartucho compatível com "Drive" IBM 3590 de 20 ou 40 GB ou em fitas 4 mm ou em mídias de DVDs no formato Ascii;

II - O conjunto de arquivos que constituem os dados processados poderá ser entregue em DVD;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - O conjunto de arquivos que constituem os relatórios do observador, de aquisição e processamento poderá ser entregue em DVD;

IV - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft";

V - Em caso de inclusão de imagens fornecê-las em meio digital no formato « pdf »;

VI - Quando da entrega os dados adquiridos e processados deverão estar em conformidade com o padrão ANP 2B ou a versão vigente na época da entrega dos dados à ANP;

VII - Em conformidade ao padrão ANP2B, os dados referentes a esta aquisição integrarão o programa 0295_CSEM_MT_SEAL.

Art. 4º Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de levantamentos eletromagnéticos CSEM (seabed logging) e MT (magnetotelúrico), não-exclusivos, na área definida no art.1º;

Art. 5º O compromisso assumido pela EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda de aquisição e processamento é de 50 km de linhas eletromagnéticas;

§ 1o O prazo de vigência da presente Autorização será de 01 (um) ano;

Art. 6º Fica a empresa EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda, obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP cópia de todos os dados batimétricos e geofísicos provenientes dos levantamentos eletromagnéticos adquiridos no âmbito desta Autorização, em meio magnético e digital, cumprindo os prazos de entrega determinados no 19º, inciso VII da Resolução ANP nº 011, de 17 de Fevereiro de 2011.

§ 1o As autorizações concedidas pela ANP para aquisição dos dados terão caráter intuitu personae, não sendo permitida a sua venda ou qualquer forma de negociação com terceiros, sem o prévio e expresso consentimento da ANP;

§2o Os dados técnicos não-exclusivos adquiridos nas bacias sedimentares brasileiras são partes integrantes do patrimônio petrolífero do País, com regime de confidencialidade e publicidade estabelecidas pela Resolução ANP 11/2011;

Art.7º A presente Autorização entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de julho de 2011

Nº 916 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/SP0015902	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.	61.602.199/0055-05	SAO PAULO	SP	48610.008842/2007-32
001/GLP/RN0012074	J. P. DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	04.899.438/0002-95	ACU	RN	48610.001394/2007-46
GLP/MG0186439	MOISÉS DOMINGUES SIMÕES NETO	05.230.864/0001-13	CONGONHAL	MG	48610.006724/2010-95
001/GLP/BA0019414	PRIMAGAS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.	01.761.511/0001-99	ALAGOINHAS	BA	48610.001051/2008-62

Nº 917 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/CE0176578	COMERCIAL AGRÍCOLA SUSSUAPARA LTDA.	10.330.389/0013-20	SOBRAL	CE	48610.000538/2009-17
GLP/RS0177638	COMERCIAL DE GÁS CACHOEIRINHA	10.562.417/0001-00	CACHOEIRINHA	RS	48610.004546/2009-24
001/GLP/SP0018124	EDNA DISTRIBUIDORA DE GAZ LTDA. - ME.	04.157.330/0001-46	SAO PAULO	SP	48610.007781/2007-96
001/GLP/SP0001102	ERICK FABRO RAMOS GÁS ME	05.996.344/0001-16	SANTOS	SP	48610.006095/2004-55
GLP/GO0182120	LEANDRO DE CASTRO SOUZA	05.695.577/0002-60	MIMOSO DE GOIAS	GO	48610.015460/2009-27
001/GLP/GO0008480	LEDES RODRIGUES PIMENTEL LOPES	07.970.555/0001-05	PADRE BERNARDO	GO	48610.007696/2006-47
001/GLP/MG0001413	LUIZ DO NASCIMENTO AMARAL	22.647.945/0002-13	BARBACENA	MG	48610.006659/2004-51
001/GLP/PR0001253	MERCADO VIDEIRA LTDA	77.686.046/0001-30	CURITIBA	PR	48610.006676/2004-97
001/GLP/RS0007325	OÁSIS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	07.856.448/0001-50	CAXIAS DO SUL	RS	48610.004966/2006-68
GLP/SP0179908	VILA DAS MERCÊS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	07.007.036/0001-46	SAO PAULO	SP	48610.010774/2009-33

Nº 918 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RR0209505	A J RIBEIRO DE ANCHIETA - ME	05.491.044/0001-85	BOA VISTA	RR	48610.010031/2011-88
GLP/MA0209506	ALO GÁS DISTRIBUIDORA LTDA.	11.593.221/0002-18	VITORIA DO MEARIM	MA	48610.010022/2011-97
GLP/SC0209507	AUTO POSTO BRUDIESEL LTDA.	10.425.249/0001-00	BRUNOPOLIS	SC	48610.008838/2011-51
GLP/SP0209508	AUTO POSTO CAPRI DE SERTÃOZINHO LTDA.	05.420.356/0001-06	SERTAOZINHO	SP	48610.010342/2011-47
GLP/GO0209509	AUTO POSTO MENDES LTDA.	06.204.873/0007-98	JUSSARA	GO	48610.007308/2011-95
GLP/MS0209510	AUTO POSTO SAN MARTIN LTDA	01.550.726/0001-60	SAO GABRIEL DO OESTE	MS	48610.008003/2011-09
GLP/RN0209511	C. M. DA FONSECA COMERCIAL DE GAS LTDA.	02.138.945/0007-95	PARAU	RN	48610.008573/2011-91
GLP/MS0209512	CAMILA SOARES DA SILVA ME	08.003.247/0001-73	NOVA ANDRADINA	MS	48610.005467/2011-55
GLP/SC0209513	CEDIR DOMINGOS BEGNINI EPP	02.561.024/0001-45	CAMPO ERE	SC	48610.008928/2011-41
GLP/MG0209514	COMERCIAL ALBERTO E BLENDA LTDA - ME	10.676.423/0001-80	PATIS	MG	48610.010020/2011-06
GLP/RJ0209515	COMÉRCIO DE GÁS BRISA 2011 LTDA	13.491.960/0001-43	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.010016/2011-30
GLP/MG0209516	CRISTIANE BELINI DE AZEVEDO	13.558.185/0001-04	ALFENAS	MG	48610.010058/2011-71
GLP/RJ0209517	D.BIAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	12.087.140/0001-28	BELFORD ROXO	RJ	48610.007705/2011-67
GLP/CE0209518	DISTRIBUIDORA DE GAS MARANGUAPE LTDA ME	00.828.666/0001-32	MARANGUAPE	CE	48610.010046/2011-46
GLP/MG0209519	DONIVAL VENANCIO - ME	12.781.876/0001-00	CARNEIRINHO	MG	48610.010061/2011-94
GLP/SC0209520	ELISIANE VARGAS SCHULER	10.909.525/0001-06	DIONISIO CERQUEIRA	SC	48610.010025/2011-21
GLP/SP0209521	EMERSON RODRIGO DA COSTA GÁS - ME	13.873.818/0001-60	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.010018/2011-29
GLP/RJ0209522	ESIO EVAN DE SOUZA ALMEIDA	13.096.988/0001-86	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.010015/2011-95
GLP/RN0209523	FRANCISCO PINHEIRO DE LIMA VAREJISTA-ME	70.318.001/0001-64	TENENTE LAURENTINO CRUZ	RN	48610.001640/2011-46
GLP/PA0209524	GARRA COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	13.768.610/0001-81	BELEM	PA	48610.010059/2011-15
GLP/MG0209525	GÁS ARAGUAIA LTDA - ME	13.144.384/0001-68	ARAGUARI	MG	48610.010060/2011-40
GLP/RS0209526	GLECI MARIA SEEFELDT OSWALD	04.327.079/0001-10	SAO LOURENCO DO SUL	RS	48610.010021/2011-42
GLP/SE0209527	GONÇALVES GAS LTDA. - ME.	07.205.310/0002-72	SAO CRISTOVAO	SE	48610.010009/2011-38
GLP/TO0209528	GUARAI DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	08.690.550/0004-34	GOIANORTE	TO	48610.010036/2011-19
GLP/CE0209529	J N SOARES VIANA ME	13.372.587/0001-01	CANINDE	CE	48610.009309/2011-74
GLP/ES0209530	J R DA CRUZ BAR ME	10.803.983/0001-58	ARACRUZ	ES	48610.007403/2011-99
GLP/RN0209531	JAIR EDUARDO PESSOA LEAO - ME	07.664.917/0001-30	AREZ	RN	48610.010056/2011-81
GLP/ES0209532	JOBSON LUIZ RAMOS ROSA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	11.766.405/0001-51	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	48610.017028/2010-12
GLP/GO0209533	JOSÉ GOMES VALADÃO JUNIOR	12.553.628/0001-01	ANAPOLIS	GO	48610.010007/2011-49
GLP/AL0209534	JOSÉ CLAUDIO NUNES DE OLIVEIRA	12.325.794/0001-42	ARAPIRACA	AL	48610.008684/2011-05
GLP/MG0209535	JOSE NILTON VAZ DE MELO	00.348.834/0001-92	GUIRICEMA	MG	48610.008303/2011-80
GLP/MG0209536	JURCENI TOMAZ BRAZIL AMORIM - ME	03.476.613/0002-79	NOVO CRUZEIRO	MG	48610.010027/2011-10
GLP/ES0209537	KAMILLA AMORIM LOUREIRO ME	13.558.551/0001-17	LINHARES	ES	48610.010034/2011-11
GLP/SP0209538	L. APARECIDO VIEIRA - ME	13.558.410/0001-02	GARCA	SP	48610.010024/2011-86
GLP/MG0209539	LUCIANA CARDOSO FLAUSINO	02.187.933/0001-65	PERDIZES	MG	48610.010019/2011-73
GLP/SC0209540	MERCADO A. L. LTDA ME	01.478.316/0001-56	HERVAL D'OESTE	SC	48610.009397/2011-12
GLP/SC0209541	MERCADO DIESEL LTDA ME	07.932.133/0001-45	PARAISO	SC	48610.008859/2011-76
GLP/SC0209542	MERCADO SANHES LTDA ME	81.527.103/0001-06	GALVAO	SC	48610.004432/2011-07
GLP/SC0209543	MERCEARIA E RESTAURANTE PALMEIRAS LTDA . ME	85.149.250/0001-40	RIO DOS CEDROS	SC	48610.005219/2011-12
GLP/SP0209544	MILEIDE DE SOUZA SANTOS GÁS - ME	13.381.922/0001-38	SANTOS	SP	48610.010030/2011-33
GLP/MA0209545	N F DA S SILVEIRA	13.605.007/0001-89	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	MA	48610.010057/2011-26
GLP/RS0209546	NEORILDO BERNARDI & CIA LTDA	08.013.988/0001-35	CACIQUE DOBLE	RS	48610.010064/2011-28
GLP/PR0209547	PASTI E COSTA LTDA - ME	01.642.977/0001-75	BOA ESPERANCA	PR	48610.010063/2011-83
GLP/MG0209548	PATRICK LIMA GOMES	13.187.991/0001-05	CONGONHAL	MG	48610.008917/2011-61
GLP/RS0209549	PEGORARO E SACHET COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLÉO LTDA	13.357.471/0001-01	FARROUPILHA	RS	48610.010033/2011-77
GLP/RN0209550	POSTO JP NATAL LTDA.	13.192.940/0001-71	NATAL	RN	48610.008402/2011-61

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/PE0209551	RAFAEL MACIEL DE BARROS EPP	13.760.406/0001-14	BOM CONSELHO	PE	48610.010062/2011-39
GLP/AL0209552	R.S. DE LIMA DA SILVA GAS GLP	13.430.868/0001-73	BARRA DE SAO MIGUEL	AL	48610.010045/2011-00
GLP/SP0209553	SCHIEVANO & SCHIEVANO COM. GASES LTDA EPP	10.677.810/0001-30	PIRACICABA	SP	48610.008418/2011-74
GLP/MS0209554	SILVA & NUNES GÁS LTDA	12.926.185/0001-49	FIGUEIRAO	MS	48610.010032/2011-22
GLP/PA0209555	S.N. BARROS & CIA LTDA.	09.404.099/0001-61	BAIAO	PA	48610.005469/2011-44
GLP/SC0209556	SUPERMERCADO JUVENTINO LTDA. ME	78.353.919/0001-56	ILHOTA	SC	48610.003183/2011-24
GLP/CE0209557	TUIUIU COMERCIAL DE PETRÓLEO LTDA.	08.859.950/0001-88	TABULEIRO DO NORTE	CE	48610.007816/2011-73
GLP/PR0209558	TULL¿IS TRANSP E COMERCIO DE GAS LTDA	82.348.335/0002-40	JARDIM ALEGRE	PR	48610.010012/2011-51
GLP/BA0209559	UESLEI RIBEIRO SALES	10.407.395/0001-03	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.010017/2011-84
GLP/ES0209560	V. L. LOPES DE BARROS ME	13.450.490/0001-70	IUNA	ES	48610.010035/2011-66

Nº 919 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.012126/2002-45, torna pública a revogação do Despacho n.º 350/2003, publicado no D.O.U. em 17/04/2003, que concede o registro n.º 177, para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado da Race Comércio Importação e Exportação Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.676.801/0001-34, situada na Rua Abiail do Amaral Carneiro, n.º 41, Salas 301 / 304, Ed. Palácio da Enseada, Bairro Enseada do Suá, no município de Vitória - ES, a pedido da empresa. Fica cancelado o registro n.º 177, de 17/04/2003.

Nº 920 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP Nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/RS097422	PARTNERS AIR SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A.	07.803.085/0004-38	SANTA MARIA	RS	48610.008506/2011-76

Nº 921 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
MT0016205	A J COMERCIO DE COMB. LTDA	33.706.250/0001-09	RONDONOPOLIS	MT	48610.017554/2001-83
RJ0009857	AUTO POSTO DO TRABALHO IV LTDA	03.759.843/0001-64	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.007224/2000-15
MG0005416	AUTO POSTO F-3 LTDA	01.892.252/0001-35	MURIAE	MG	48610.003247/2001-15
PA0166916	AUTO POSTO M L P DE SOUZA LTDA.	05.963.851/0001-53	OUREM	PA	48610.000366/2004-69
SE0016867	AUTO POSTO SERRANO LTDA.	13.134.432/0004-80	ARACAJU	SE	48610.018135/2001-69
RS0186244	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LEOPOLDINA LTDA.	06.295.185/0001-95	PORTO ALEGRE	RS	48610.003323/2005-16
RS0005912	COMERCIAL JOTACE DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	87.471.165/0001-20	JAGUARAO	RS	48610.005447/2000-21
RS0020297	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DOIS LAJEADOS LTDA.	93.447.803/0001-70	DOIS LAJEADOS	RS	48610.001274/2002-34
SP0024526	COMPANHIA ALBERTINA MERCANTIL E INDUSTRIAL	71.320.857/0016-13	SERTAOZINHO	SP	48610.004994/2002-51
RJ0167391	FERRARI TRIBOBO AUTO POSTO LTDA.	06.056.530/0001-38	SAO GONCALO	RJ	48610.000605/2004-81
BA0221216	FLÁVIO OLIVEIRA ROCHA	08.754.964/0001-37	PIRIPA	BA	48610.014859/2007-29
TO0163291	JOÃO DE DEUS SILVA - O PIAUIENSE	02.136.299/0002-12	ESPERANTINA	TO	48610.008585/2003-13
PR0167871	L. MOREIRA DA COSTA & FILHOS LTDA.	00.225.434/0002-70	COLOMBO	PR	48610.001168/2004-12
MA0230267	L V U DE ARRUDA COMBUSTÍVEL ME	07.212.708/0002-36	TURILANDIA	MA	48610.006258/2008-23
PR/PE0087336	LATOT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ME	10.992.608/0002-84	PAUDALHO	PE	48610.014333/2010-44
GO0175768	LINCOLN & CLAIR LTDA.	05.724.993/0001-68	CAMPOS VERDES	GO	48610.008528/2004-15
RN0219516	M B R COMERCIAL LTDA.	70.313.598/0003-16	NATAL	RN	48610.013394/2007-99
SE0214086	MARY'S COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.665.095/0001-74	ESTANCIA	SE	48610.008388/2007-11
PR0007444	POSTO GRANDE PIONEIRO LTDA	03.061.013/0001-69	TOLEDO	PR	48610.005484/2001-11
PR/MG0092409	POSTO J & C LTDA. ME	13.026.287/0001-70	LAVRAS	MG	48610.002433/2011-17
ES0014194	POSTO SOTURNO LTDA	02.677.982/0001-86	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.015299/2001-34
BA0194860	REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS L. J. LTDA.	04.599.070/0003-20	GUANAMBI	BA	48610.003122/2006-16
TO0224199	R.S. NUNES	08.780.022/0001-23	ESPERANTINA	TO	48610.002152/2008-51

Nº 922 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0209561	ADAUTO DONISETE MASSUIA	12.787.788/0001-07	CARNEIRINHO	MG	48610.010291/2011-53
GLP/MG0209562	ALVES & MICHEL'S COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME	13.284.380/0001-85	PRATA	MG	48610.010292/2011-06
GLP/AL0209563	ANISIO FRANCA DE OLIVEIRA	24.167.108/0001-31	PILAR	AL	48610.010203/2011-13
GLP/AL0209564	ANTONIO AZEVEDO DE CARVALHO	08.461.444/0001-36	MACEIO	AL	48610.010198/2011-49
GLP/PR0209565	BAR E MERCEARIA GIACOMELLI LTDA	79.725.206/0001-39	CASCAVEL	PR	48610.010289/2011-84
GLP/ES0209566	CASA DO PÃO SÃO LUIZ LTDA ME	06.880.120/0001-07	JERONIMO MONTEIRO	ES	48610.010238/2011-52
GLP/PE0209567	CENTRAL PORTO GÁS LTDA ME	13.504.553/0001-23	IPOJUCA	PE	48610.010225/2011-83
GLP/SP0209568	COMERCIAL ÁRTICO MONGAGUÁ LTDA ME	00.262.363/0001-03	MONGAGUA	SP	48610.010237/2011-16
GLP/SC0209569	COMERCIAL DUTRA LTDA - ME	10.332.082/0001-25	SCHROEDER	SC	48610.010279/2011-49
GLP/MG0209570	COMERCIO E TRANSPORTE CALIXTO LTDA - ME.	03.314.562/0001-06	AIURUOCA	MG	48610.010099/2011-67
GLP/RO0209571	COMGÁS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE GÁS LTDA	22.850.580/0002-20	COSTA MARQUES	RO	48610.010227/2011-72
GLP/SC0209572	CONSTRUDELLA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	11.447.203/0001-47	JACINTO MACHADO	SC	48610.010290/2011-17
GLP/ES0209573	CONTINENTE GÁS LTDA - ME	13.342.151/0001-70	LINHARES	ES	48610.010283/2011-15
GLP/PR0209574	COSTA SUPERMERCADOS LTDA	12.467.738/0001-42	CURITIBA	PR	48610.010221/2011-03
GLP/RS0209575	DARIO COUTO RODRIGUES	88.162.151/0001-97	CACHOEIRA DO SUL	RS	48610.010267/2011-14
GLP/GO0209576	DEUSDETE MARTINS DA CUNHA	33.626.110/0002-01	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	GO	48610.010261/2011-47
GLP/PR0209577	DORIVAL DA SILVA - GAS -ME	13.549.709/0001-92	LONDRINA	PR	48610.010286/2011-41
GLP/PA0209578	E. DE J. DA S. LACERDA - ME	13.001.853/0001-90	MELGACO	PA	48610.010224/2011-39
GLP/AL0209579	EDSON DA ROCHA LIMA GAS - ME.	13.491.369/0001-96	CORURIPE	AL	48610.010049/2011-80
GLP/CE0209580	F B AZEVEDO - ME	13.578.152/0001-18	NOVO ORIENTE	CE	48610.010218/2011-81
GLP/ES0209581	FABIOLA BROEDEL ZANON ME.	02.874.331/0001-86	ANCHIETA	ES	48610.010105/2011-86
GLP/RS0209582	GOUVEA & SOARES COMERCIO DE GAS LTDA	13.791.391/0001-51	SAO LEOPOLDO	RS	48610.010241/2011-76
GLP/PR0209583	GVL. COMÉRCIO DE VEICULOS E GÁS LTDA	80.880.487/0003-45	NOVA AURORA	PR	48610.010284/2011-51
GLP/MG0209584	HENZO JARDIM MOUTINHO E CIA LTDA - ME	13.251.718/0001-00	CORONEL MURTA	MG	48610.010212/2011-12
GLP/RS0209585	ILSEU GODOIS DUTRA	12.523.222/0002-59	MACAMBARA	RS	48610.010041/2011-13
GLP/CE0209586	INDEPÊNCIA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	11.121.776/0001-86	INDEPENDENCIA	CE	48610.010197/2011-02
GLP/ES0209587	J. A. RAMOS - ME.	13.511.747/0001-56	MARATAIZES	ES	48610.010050/2011-12
GLP/PR0209588	J. B. REIS E CIA LTDA - ME	03.594.731/0001-09	SAO MIGUEL DO IGUACU	PR	48610.010274/2011-16
GLP/PR0209589	JENSEN E JENSEN COMERCIAL LTDA.	76.665.850/0001-70	COLOMBO	PR	48610.010055/2011-37
GLP/PR0209590	JOAO APARECIDO BARBOSA - ME	00.701.077/0001-99	PONTA GROSSA	PR	48610.003048/2004-51
GLP/RS0209591	JOSE LUIZ DA COSTA GAS	03.076.357/0001-41	NOVO HAMBURGO	RS	48610.010052/2011-01
GLP/MT0209592	JOSE PEREIRA DA SILVA NETO ME	05.963.119/0001-83	CUIABA	MT	48610.010294/2011-97
GLP/RJ0209593	JR IVENS COMERCIO DE GAS LTDA EPP	13.393.233/0001-43	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.010285/2011-04
GLP/PI0209594	KARLLA FERNANDA DE MOURA ARAÚJO	13.146.371/0002-09	AGRICOLANDIA	PI	48610.010223/2011-94
GLP/PR0209595	L B SOUZA GENEROS ALIMENTÍCIOS	10.687.163/0001-48	PONTA GROSSA	PR	48610.010277/2011-50
GLP/RN0209596	L B DE MEDEIROS - ME	09.049.184/0001-59	SAO JOSE DO SERIDO	RN	48610.010214/2011-01
GLP/PA0209597	LUARA THUYANE DA SILVA LIMA COMERCIO	11.603.705/0001-10	MARABA	PA	48610.010048/2011-35
GLP/RS0209598	LUCIMAR DE OLIVEIRA DIAS - ME	13.678.919/0001-80	BUTIA	RS	48610.010204/2011-68
GLP/MA0209599	LUIS FERREIRA CRUZ FILHO	13.622.167/0001-36	SAO LUIS	MA	48610.008840/2011-20
GLP/RS0209600	LUIS GONZAGA SILVEIRA FAGUNDES	13.317.206/0001-91	BAGE	RS	48610.010043/2011-11
GLP/MG0209601	LUIZ DO NASCIMENTO AMARAL	22.647.945/0001-32	BARBACENA	MG	48610.010209/2011-91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/RS0209602	MAGDA MARA BARCELLOS LOPES PINTOS	13.216.666/0001-23	BAGE	RS	48610.010196/2011-50
GLP/PA0209603	MARCELO MENDONCA BARROSO	13.448.795/0001-47	NOVO REPARTIMENTO	PA	48610.010054/2011-92
GLP/MG0209604	MARIA JOSE DA SILVA LIMA - ME	25.541.319/0002-36	ARAGUARI	MG	48610.010220/2011-51
GLP/MG0209605	MARIA MARGARIDA HUERBRA	20.813.903/0002-80	MANTENA	MG	48610.010206/2011-57
GLP/SC0209606	MARIA ZILLI NUNES	13.197.139/0001-19	JAGUARUNA	SC	48610.010287/2011-95
GLP/GO0209607	MAXX GÁS DISTRIBUIDOR LTDA	13.386.197/0001-90	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.010195/2011-13
GLP/SP0209608	MIRIAM SILVA BOTELHO - ME	12.471.585/0001-07	MARILIA	SP	48610.008120/2011-64
GLP/ES0209609	M.W.S.SOUZA ME	13.129.388/0001-77	SANTA MARIA DE JETIBA	ES	48610.010295/2011-31
GLP/PR0209610	N. N. PEIXOTO MERCADO - ME	11.081.391/0001-32	BOA ESPERANCA	PR	48610.010202/2011-79
GLP/ES0209611	N P RAMOS - ME	05.844.703/0001-10	PRESIDENTE KENNEDY	ES	48610.010199/2011-93
GLP/MT0209612	PEGORARO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	12.377.524/0001-85	CUIABA	MT	48610.010053/2011-48
GLP/MT0209613	POLETTO SUPERMERCADO LTDA - EPP	10.282.905/0001-55	BRASNORTE	MT	48610.010216/2011-92
GLP/RN0209614	R B S DE OLIVEIRA - ME	13.204.703/0001-83	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.010213/2011-59
GLP/SP0209615	RENAM BOIM ZOCCAL DE SANTANA & CIA LTDA	10.962.701/0001-65	NHANDEARA	SP	48610.008842/2011-19
GLP/PR0209616	RENATO LUIZ CHIAMENTI DISTRIBUIDOR	80.865.447/0001-62	CASCAVEL	PR	48610.010240/2011-21
GLP/SP0209617	RITCHE PATRIK DE PAIVA - ME.	10.748.953/0001-96	SALTO	SP	48610.008381/2011-84
GLP/RS0209618	ROMARIO VOLK ME	13.446.953/0001-20	BOA VISTA DO BURICA	RS	48610.010215/2011-48
GLP/PR0209619	SILVANA PIVA	13.172.782/0001-98	MARILENA	PR	48610.010288/2011-30
GLP/GO0209620	SILVANIO PEREIRA AMARAL	13.277.144/0001-31	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.010219/2011-26
GLP/AM0209621	SKINAO ALMEIDA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME.	06.126.473/0001-16	MAUES	AM	48610.010014/2011-41
GLP/MA0209622	SUPERGAS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	11.926.817/0001-01	IMPERATRIZ	MA	48610.008683/2011-52
GLP/SP0209623	SUPERGAS SUL COMERCIO DE GAS LTDA	13.364.711/0001-97	SAO PAULO	SP	48610.009297/2011-88
GLP/RS0209624	ULTRADUPOL COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	13.224.442/0001-63	CAXIAS DO SUL	RS	48610.008697/2011-76
GLP/PA0209625	VIRGÍNIA ROSA DE SOUZA MAIA ME	03.973.184/0003-26	BELEM	PA	48610.010200/2011-80
GLP/SP0209626	W. NOGUEIRA - EPP	08.230.471/0004-40	FRANCA	SP	48610.010282/2011-62

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE-ADJUNTA
Em 29 de julho de 2011

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 885 BLASER SWISSLUBE DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.377.382/0001-28

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001899/2011 - 14	VASCOMILL HD 20	ISO 22	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FREZAMENTO, ENGRENAGENS, TORNEAMENTO, FURAÇÃO, BRUNIMENTO, RETÍFICA, BROCHAMENTO E SERRAGEM, CORTE E REPUXO	13423
48600.001899/2011 - 14	VASCOMILL HD 20	ISO 22	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FREZAMENTO, ENGRENAGENS, TORNEAMENTO, FURAÇÃO, BRUNIMENTO, RETÍFICA, BROCHAMENTO E SERRAGEM, CORTE E REPUXO	13423
48600.001900/2011 - 01	BLASOCUT BC 230	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SEMI SINTÉTICO, MISCÍVEL EM ÁGUA	13424
48600.001900/2011 - 01	BLASOCUT BC 230	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SEMI SINTÉTICO, MISCÍVEL EM ÁGUA	13424

Nº 886 BRASWORLD DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 67.541.086/0001-30

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001830/2011 - 82	BW HW	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS	13425
48600.001830/2011 - 82	BW HW	ISO 68	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS	13425

Nº 887 CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001851/2011 - 06	TQ-D	SAE NA	TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS MMC EXCETO ESPECIFICAÇÃO DIAMOND ATF SP, TRANSMISSÕES FORD EXCETO ATF TIPO F, MERCON V OU MERCON SP, TRANSMISSÕES GM EXCETO ATF DEXTRON III OU VI	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	8999
48600.001898/2011 - 61	SPHEEROL EPLX	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	3750
48600.001837/2011 - 02	MOLUB ALLOY 9030-1	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	DEVE SER UTILIZADA QUANDO AS CARGAS SÃO PESADAS, AS TEMPERATURAS ELEVADAS E A VELOCIDADE É BAIXA.	3589
48600.001928/2011 - 30	OPTITEMP LG	NLGI 0	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	INDICADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE CILINDROS DE FECHADURAS DE PORTAS. ROLAMENTOS E SUPERFÍCIES DESLIZANTES, ROLAMENTOS DE EMBREAGEM, CUBOS DE RODA COM LUBRIFICAÇÃO DE LONGA VIDA ÚTIL.	354

Nº 888 CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001840/2011 - 18	OPTIGEAR SYNTHETIC RO 150	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUÍDO DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM TODOS OS TIPOS DE ENGRENAGENS E ROLAMENTOS DE ROLO QUE OPEREM SOB ALTAS CARGAS E SUJEITOS A ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS.	13411
48600.001835/2011 - 13	OPTIGEAR SYNTHETIC X	ISO 320	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUÍDO DE ENGRENAGEM SINTÉTICO PARA APLICAÇÃO EM ENGRENAGENS CILÍNDRICAS, CÔNICAS OU PLANETÁRIAS, ASSIM COMO EM UNIDADES SUBMETIDAS A CARGAS EXTREMAS E TAMBÉM PARA A LUBRIFICAÇÃO DE MANCAIS DE ROLAMENTO LUBRIFICADOS A ÓLEO.	13398
48600.001895/2011 - 28	HYSPIN AWH-M 32	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	GAMA DE ÓLEOS HIDRÁULICOS DE BASE MINERAL, DE ELEVADO ÍNDICE DE VISCOSIDADE, ESPECIALMENTE ADAPTADOS A SEVERAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO, NOMEADAMENTE A GRANDES AMPLITUDES TÉRMICAS.	13409
48600.001838/2011 - 49	HYSPIN AWH-M 32 SUPERCLEAN	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	GAMA DE ÓLEOS HIDRÁULICOS DE BASE MINERAL, DE ELEVADO ÍNDICE DE VISCOSIDADE, ESPECIALMENTE ADAPTADOS A SEVERAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO, NOMEADAMENTE A GRANDES AMPLITUDES TÉRMICAS.	13410
48600.001927/2011 - 95	ANVOL PE 46 XC	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUÍDO HIDRÁULICO RESISTENTE AO FOGO DE ALTO DESEMPENHO, DESENVOLVIDO PARA OS USO EM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONTROLE ELETRO-HIDRÁULICO DE TURBINAS A VAPOR, INCLUINDO SISTEMAS QUE UTILIZEM SERVO VÁLVULAS DE TOLERÂNCIA MÍNIMA.	13408

Nº 889 CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001388/2011 - 94	MAGNATEC FLEX	SAE 15W-40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	10747

Nº 890 CHEMLUB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 45.036.670/0001-04

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001383/2011 - 61	BAL-90/S-EP	NLGI 000	N.A.	GRAXA LUBRIFICANTE	CAIXAS DE ENGRENAGENS, EM REDUTORES, ROSCA SEM FIM E MECANISMOS QUE UTILIZAM GRAXAS FLUIDAS, MANCAIS DE ROLAMENTOS E DESLIZAMENTOS, PAÇAS, MECANISMOS OU ELEMENTOS DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS QUE TRABALHAM SOB SEVERAS CONDIÇÕES DE UMIDADE E VAPOR A ALTAS TEMPERATURAS.	3041
48600.001383/2011 - 61	BAL-90/S-EP	NLGI 00	. N.A.	GRAXA LUBRIFICANTE	CAIXAS DE ENGRENAGENS, EM REDUTORES, ROSCA SEM FIM E MECANISMOS QUE UTILIZAM GRAXAS FLUIDAS, MANCAIS DE ROLAMENTOS E DESLIZAMENTOS, PAÇAS, MECANISMOS OU ELEMENTOS DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS QUE TRABALHAM SOB SEVERAS CONDIÇÕES DE UMIDADE E VAPOR A ALTAS TEMPERATURAS.	3041

Nº 891 ENALUB - EMPRESA NACIONAL DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 17.249.061/0001-90

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001367/2011 - 79	ENOL LGE	SAE 20	DIN 512524 PART.2	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMAS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS ÓLEO-DINÂMICOS, BOMBAS DE ENGRENAGENS E BOMBAS A VÁCUO	3296

Nº 892 HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001670/2011 - 71	HOCUT 558	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13395
48600.001669/2011 - 47	HOCUT 730	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13394

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 893 HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001861/2011 - 33	HOUGHTO GRIND 4253 B	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13413
48600.001864/2011 - 77	HOCUT 795 MP	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13416
48600.001867/2011 - 19	GARIA 298 M-26	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS.	13420
48600.001859/2011 - 64	SILUB 50	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS, ROLAMENTOS, JUNTAS E AFINS	3751
48600.001866/2011 - 66	CUT MAX 475	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESA, RETÍFICAS E AFINS	13418
48600.001863/2011 - 22	HOCUT 797 SD	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13415
48600.001865/2011 - 11	HOCUT 795 D	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13417
48600.001862/2011 - 88	HOUGHTO DRAW TD INT 7	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS	13414
48600.001860/2011 - 99	HYDRO DRIVE HP 100 DMS	ISO 100	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS HIDRÁULICAS E AFINS	13412

Nº 894 INCOL-LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 04.338.434/0001-57

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48620.000241/2011 - 49	INCOL SYNTHETIC	SAE 5W40	API SM/CF, ACEA A3/B4-04	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA EM CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO, A GASOLINA, ETANOL, FLEX OU GNV.	13339

Nº 895 INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA - CNPJ nº 07.830.331/0001-06

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001855/2011 - 86	Z-LUB ATF 1-SS	SAE 20W	GM TYPE A SUFFIX A, ALLISON C-4, MB-APROVAL 236.2 CATERPILLAR TO-02, VOLVO 97325, LEYLAND 85, RENK.	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO SEMI-SINTETICO PARA DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CÂMBIO AUTOMÁTICO.	13435
48600.001852/2011 - 42	MTO 4T ECOLOGY	SAE 10W30	API:SL, JASO MA/MA 2 QUALITY LEVEL	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO PARA MOTO A ETANOL E GASOLINA	13437
48600.001853/2011 - 97	Z-LUB MTF S	SAE 10W30	MAN 342 TYPE M-1	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SINTÉTICO PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS.	13438
48600.001854/2011 - 31	Z-LUB MTF G -SS	SAE 140	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS.	13429
48600.001854/2011 - 31	Z-LUB MTF G -SS	SAE 85W	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS.	13429
48600.001854/2011 - 31	Z-LUB MTF G -SS	SAE 75W80	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS.	13429
48600.001854/2011 - 31	Z-LUB MTF G -SS	SAE 90	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS.	13429
48600.001856/2011 - 21	Z-LUB ATF VI	SAE 20W	GM DEXRON IIIG/H, FORD MERCON, ALLISON C-4, ZF TE-ML-14A, VOITH 55.6335, MAN 339 TYPE Z-1 AND MB, VW AND 5 SPEED.	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUÍDO PARA DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CÂMBIO AUTOMÁTICO.	13436

Nº 896 ITW CHEMICAL PRODUCTS LTDA - CNPJ nº 03.102.205/0001-76

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001756/2011 - 02	WYNNGUARD DYNAMIC SM	SAE 10W40	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES À GASOLINA, ETANOL, TECNOLOGIA FLEX E GNV	13441
48600.001757/2011 - 49	WYNNGUARD SELECTIVE	SAE 5W30	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES À GASOLINA, ETANOL, TECNOLOGIA FLEX E GNV	13440

Nº 897 JCB DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 02.833.372/0001-24

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001832/2011 - 71	JCB ÓLEO PARA MOTORES DIESEL V-TRONIC	SAE 15W-40	JCB 4001/2800, API CI-4, ACEA E7	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL	5023

Nº 898 JX NIPPON OIL & ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 10.443.916/0001-70

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001951/2011 - 24	MTF LV NWS 4068E	SAE 75W	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PRIMEIRO ENCHIMENTO EM MONTADORA-TRANSMISSÃO (ENGRENAGENS)	13431

Nº 899 KELPEN OIL BRASIL LTDA - CNPJ nº 03.099.254/0001-05

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 10	DIN 51524 - PARTES 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 15	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 22	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 32	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 46	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 68	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 100	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 150	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 220	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001848/2011 - 84	SUPRA AW	ISO 320	DIN 51524 - PARTE 2 - HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MANCAIS E SISTEMAS HIDRÁULICOS	8017
48600.001847/2011 - 30	SUPRA HP	ISO 15	DIN 51524 - PARTES 3 - HVLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	10355
48600.001847/2011 - 30	SUPRA HP	ISO 32	DIN 51524 - PARTE 3 - HVLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	10355
48600.001847/2011 - 30	SUPRA HP	ISO 46	DIN 51524 - PARTE 3 - HVLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	10355
48600.001847/2011 - 30	SUPRA HP	ISO 68	DIN 51524 - PARTE 3 - HVLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	10355
48600.001847/2011 - 30	SUPRA HP	ISO 100	DIN 51524 - PARTE 3 - HVLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS	10355

Nº 900 KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001807/2011 - 98	KLUBERFLUID C-F 3 M ULTRA	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	OPERAÇÃO POR IMERSÃO PARA RODETES E EM ENGRENAGENS EM GERAL.	13399

Nº 901 KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001808/2011 - 32	KLUBERFOOD NH1 94-6000	NLGI 000	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA FLUIDA SINTÉTICA PARA ENGRENAGES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS E FARMACÊUTICAS.	3748

Nº 902 LUBRI PETRO COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 11.186.748/0001-47

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001893/2011 - 39	NIL OIL SF	SAE 50	API SF	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES ETANOL, GASOLINA, GNV.	13427
48600.001893/2011 - 39	NIL OIL SF	SAE 20W40	API SF	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES ETANOL, GASOLINA, GNV.	13427
48600.001893/2011 - 39	NIL OIL SF	SAE 40	API SF	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES ETANOL, GASOLINA, GNV.	13427
48600.001892/2011 - 94	NIL OIL 4 TEMPOS	SAE 20W50	API: SJ/CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES ETANOL, GASOLINA GNV.	13433
48600.001891/2011 - 40	NIL OIL TURBO SERIES 3	SAE 40	API: CF/CF2	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL	13434
48600.001894/2011 - 83	NIL OIL GEAR	SAE 140	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS	13426
48600.001894/2011 - 83	NIL OIL GEAR	SAE 90	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA TRANSMISSÕES MANUAIS AUTOMOTIVAS	13426
48600.001890/2011 - 03	NIL OIL HD DIESEL	SAE 40	API CF/SF	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL.	13432
48600.001889/2011 - 71	NIL OIL HD	ISO 68	DIN 51 524, PART 2 (HLP) AND PART 3 (HVLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	13422

Nº 903 MANGUINHOS QUÍMICA S.A - CNPJ nº 46.011.524/0001-89

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001822/2011 - 36	OSVC EP	ISO 320	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SINTÉTICO PARA APLICAÇÃO EM SISTEMAS DE ENGRENAGENS INDUSTRIAIS	13407

Nº 904 MANGUINHOS QUÍMICA S.A - CNPJ nº 46.011.524/0001-89

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001824/2011 - 25	GEAR GREASE 1000	NLGI 0	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	PRODUTO DESENVOLVIDO PARA LUBRIFICAR MANCAIS E GUIAS DE EQUIPAMENTOS QUE TRABALHAM EM CONDIÇÕES SEVERAS EM RELAÇÃO A PRESSÃO, VIBRAÇÃO E TAMBÉM RESISTÊNCIA À CONTAMINANTES, INDICADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE MANCAIS EM USINAS DE CANA DE AÇÚCAR E EQUIPAMENTOS QUE TRABALHAM EM MINERAÇÃO.	3749

Nº 905 NCH BRASIL LTDA - CNPJ nº 44.016.707/0001-61

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001833/2011 - 16	CCX-97	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE CABOS DE AÇO, CORRENTES E CORDAS DE SISAL, ETC	6027

Nº 906 PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.001884/2011 - 48	NEUTRON PHD 2123	ISO 100	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13404
48600.001885/2011 - 92	NEUTRON NEUCORT VG STAMP	ISO 150	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13405
48600.001882/2011 - 59	NEUTRON NEUCORT V 007	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13402
48600.001883/2011 - 01	NEUTRON PHD 2123 AT	ISO 100	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13403
48600.001880/2011 - 60	NEUTRON NEUCORT 2370	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13400
48600.001886/2011 - 37	NEUTRON NEUBROCH 3311	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13406
48600.001881/2011 - 12	NEUTRON NEUFORM 3070	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13401

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 907	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001234/2011 - 01	ARBOR MULTI FX	SAE 20W30	AGCO M 1135, FNHA-2-C-201, JDM J20C/J20D, VOLVO WB-101, ALISSON C-4, API GL-4, CATERPILLAR TO-2	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO MULTIFUNCIONAL PARA TRATORES AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO.	3049

Nº 908	PG LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 04.225.515/0001-40						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001844/2011 - 04	PG LUB MOTOSSERRA	SAE 40	JASO FB, ISO-L-EGB, JASO FC, ISO-L-EGC, API TC, JASO FD, ISO-L-EGD.	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13430
	48600.001845/2011 - 41	PG LUB SINTÉTICO	SAE 5W30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	9142
	48600.001845/2011 - 41	PG LUB SINTÉTICO	SAE 5W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	9142
	48600.001843/2011 - 51	PG LUB SINTH SL	SAE 10W30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	12593
	48600.001846/2011 - 95	PG LUB GEAR	SAE 250	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVO	5626

Nº 909	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001776/2011 - 75	MICROCUT 400	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA USINAGEM DE METAIS	13387
	48600.001797/2011 - 91	SIDERLUBRIC 822-200	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO HIDRÁULICO	4381
	48600.001765/2011 - 95	KUT B 750	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO MINERAL DE CORTE INTEGRAL	13391
	48600.001763/2011 - 04	KUT B 700	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO MINERAL DE CORTE INTEGRAL	13392
	48600.001773/2011 - 31	SAVEL 3100	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL UNIVERSAL	6822
	48600.001794/2011 - 57	QUINTOLUBRIC B 720	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDOS HIDRÁULICOS	4332
	48600.001772/2011 - 97	QUAKERCOOL 3730	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL UNIVERSAL	13389
	48600.001764/2011 - 41	SIDERSOL 408	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO SOLÚVEL PARA USINAGEM E ESTAMPAGEM	4354
	48600.001784/2011 - 11	QUAKEROL B 601 MDPD	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA LAMINAÇÃO A FRIO DE METAIS.	13393
	48600.001795/2011 - 00	QUINTOLUBRIC 888	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA SISTEMA HIDRÁULICO	4307
	48600.001795/2011 - 00	QUINTOLUBRIC 888	ISO 68	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA SISTEMA HIDRÁULICO	4307
	48600.001775/2011 - 21	MICROCUT B 400	SAE NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA USINAGEM DE METAIS	13388
	48600.001767/2011 - 84	DRAW B 205	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO LUBRIFICANTE PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS	4348
	48600.001777/2011 - 10	MICROCUT 510 F	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO DE CORTE SOLÚVEL EM ÁGUA EM USINAGEM DE METAIS.	13386
	48600.001768/2011 - 29	QUAKERCOOL 7598	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO SOLÚVEL PARA USINAGEM E ESTAMPAGEM	13390
	48600.001778/2011 - 64	MICROCUT B 510 FW	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUIDO PARA USINAGEM DE METAIS.	13385

Nº 910	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001780/2011 - 33	MICROCUT B 535	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	FLUÍDO SOLÚVEL EM ÁGUA PARA USINAGEM DE METAIS.	13397

Nº 911	SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001872/2011 - 13	SHELL WBF 100	SAE 80W	MASSEY FERGUNSON M1143 E M1135, JOHN DEERE JDM-20 C, FORD M2C 134-D, API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TRATORES COM FREIO ÚMIDO.	6246
	48600.001873/2011 - 68	SHELL GADUS S2 OG CLEAR OIL 4800	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA CAIXAS DE ENGRENAGENS	13419
	48600.001924/2011 - 51	SHELL SPIRAX S2 A	SAE 85W140	API GL 5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES E CÔNICO-HELICOIDAIS DE DIFERENCIAIS, CAIXAS DE DIREÇÃO E MUDANÇAS.	13428
	48600.001924/2011 - 51	SHELL SPIRAX S2 A	SAE 140	API GL 5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES E CÔNICO-HELICOIDAIS DE DIFERENCIAIS, CAIXAS DE DIREÇÃO E MUDANÇAS.	13428
	48600.001924/2011 - 51	SHELL SPIRAX S2 A	SAE 90	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS DE ENGRENAGENS HIPÓIDES E CÔNICO-HELICOIDAIS DE DIFERENCIAIS, CAIXAS DE DIREÇÃO E MUDANÇAS.	13428
	48600.001923/2011 - 15	SHELL GADUS S3 T100	NLGI 2	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	APLICAÇÕES VARIADAS NO CAMPO INDUSTRIAL.	13421
	48600.001874/2011 - 11	SHELL RETINAX LX 2 INA	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÕES MÚLTIPLAS NA LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS.	3752

Nº 912	SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001663/2011 - 70	SHELL GADUS S4 OG CLEAR OIL 20000	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	CAIXAS DE ENGRENAGENS	13396

Nº 913	TERNEC LUBRIFICANTES LTDA. - EPP - CNPJ nº 58.842.410/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001568/2011 - 76	HSM 330	ISO 320	DIN 51517 PART 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA REDUTORES E ENGRENAGENS INDUSTRIAIS	13363
	48600.001568/2011 - 76	HSM 330	ISO 220	DIN 51517 PART 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA REDUTORES E ENGRENAGENS INDUSTRIAIS	13363
	48600.001568/2011 - 76	HSM 330	ISO 150	DIN 51517 PART 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA REDUTORES E ENGRENAGENS INDUSTRIAIS	13363

Nº 914	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 03.972.433/0001-05						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001849/2011 - 29	HELICOIDAL R	SAE 90	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS MANUAIS.	2526
	48600.001849/2011 - 29	HELICOIDAL R	SAE 140	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS MANUAIS.	2526

Nº 915	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 03.972.433/0001-05						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001502/2011 - 86	HIDRO ATF	SAE -	DEXRON II D, MERCON, ALISON C-4, ZF TE-ML 03D, ZF TE-ML 04D, ZF TE-ML 05L,ZF, TE-ML 09, ZF TE-ML 11ª, ZF TE-ML 14A, ZF TE-ML 17C, VOITH H55.6335.XX, MB-APPROVAL 236.6, MAN 339 TYPE V-1, MAN 339 TYPE Z-1, CATERPILLAR TO-2, VOLVO 97335	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA CAIXAS DE CÂMBIO AUTOMÁTICAS	1385

Nº 923 - A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede a renovação do cadastro do LABORATÓRIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS - LABIO DAS FACULDADES CATÓLICAS - PUC, CNPJ: 33.555.921/0001-70, para ensaios de biodiesel.
Processo ANP: 48600.005102/2009-25
Cadastro: 33
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20ºC - ABNT NBR 14065
•Teor de água - ASTM D6304
•Índice de acidez - ASTM D664
•Glicerol livre - ASTM D6584 e ABNT NBR 15771
•Glicerol total - ASTM D6584 e ABNT NBR 15344
•Mono, di e triacilglicerol - ASTM D6584
•Sódio + potássio - ABNT NBR 15556
•Cálcio + magnésio - ABNT NBR 15556
•Índice de iodo - EN14111
Nº 924 - A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo, ao Laboratório de Corrosão e Proteção - LACOR, do Instituto Nacional de Tecnologia, CNPJ 01.263.896/0004-07, para ensaios de biodiesel.
Processo ANP: 48600.005966/2009-47
Cadastro: 045
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20ºC (ABNT NBR 14065)
•Viscosidade cinemática a 40ºC (ABNT NBR 10441)
•Teor de água (ASTM D 6304)
•Estabilidade à oxidação a 110ºC (EN 14112)
Nº 925 - A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da Resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede a alteração no cadastro do Laboratório de Controle de Qualidade da Unidade de Produção de Biodiesel de Candeias-BA, da Petrobras Biocombustível S.A., CNPJ: 10.144.628/0003-86, e que consiste em i) altera o nome do laboratório para Laboratório de Controle de Qualidade da Usina de Biodiesel de Candeias.
Processo ANP: 48600.001832/2009-57
Cadastro: 08
Nº 926 - A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da Resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede a alteração no cadastro do Laboratório da Divisão de Biocombustíveis - Centro de Referência em Biocombustíveis do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, localizado em Curitiba - PR, CNPJ: 77.964.393/0001-88, e que consistem em i) altera o nome do laboratório para Centro de Energias Renováveis e; ii) substitui a norma técnica EN 14105 pela norma ASTM D6584, aplicada aos ensaios de Glicerol livre, Glicerol total e Mono, di e triacilglicerol.
Processo ANP: 48600.001683/2009-26
Cadastro: 023

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 141/2011 - DF

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
826.178/1988-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 19/12/2007, que conservou na íntegra o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "...G.R. Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. " Município de União da Vitória " PR ...", Leia-se: "...G.R. Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. " Municípios de Porto Vitória e União da Vitória " PR ...".
891.169/1994-T.S. NOGUEIRA MINERADORA ME - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará nº 544, de 25/03/1997, publicado no DOU de 03/04/1997, e, conseqüentemente, o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 18/12/2006, relação nº 430/06, que tratou de conservar integralmente o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "... delimitada por um polígono que tem um vértice a 3.075m, no rumo verdadeiro de 81º20"NW, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 22º27"51,2" S e Long. 42º04"14,9" W...". Leia-se: "... delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 22º27"39,726" S e Long. 42º06"25,710" W...".
826.531/2003-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 03/09/2009, relação nº 111/2009, que conservou na ín-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tegra o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "... José Roberto Accordi " municípios de Rio Negro e Lapa " PR ...", Leia-se: "...José Roberto Accordi " município de Lapa " PR ...".

820.340/2009-MINERADORA RAF LTDA. - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o Edital de Disponibilidade nº 242/2005-DNPM/SP, publicado no Diário Oficial da União, de 26/10/2005. Onde " se lê: "... Área de 49,05 ha...", "... delimitada por um polígono que tem um vértice a 1.903m, no rumo verdadeiro 05º40"00" NW do ponto de coordenadas geográficas Lat. 23º39"15,4"S e Long. 47º53"19,6"W...". Leia-se: "... Área de 47,11 ha...", "... delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de coordenadas geográficas Lat. 23º37"57,168"S e Long. 47º53"17,104"W...".

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)

896.504/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 02/06/2011- Alvará de Pesquisa n° 5.154/2010

896.505/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 02/06/2011- Alvará de Pesquisa n° 5.155/2010

RELAÇÃO Nº 31/2011 - RR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

11006/2011-884.054/2011-MJM DA SILVA ME

RELAÇÃO Nº 36/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

10736/2011-871.338/2010-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY
10737/2011-872.278/2010-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA
10738/2011-872.522/2010-CERAMICA CANDEIAS LTDA ME
10739/2011-872.720/2010-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
10740/2011-872.975/2010-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.
10741/2011-870.445/2011-SILVÉRIO GOMES REZENDE
10742/2011-870.736/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10743/2011-871.018/2011-RAIMUNDO PETRÔNIO FAGUNDES DA SILVA
10744/2011-871.059/2011-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA
10745/2011-871.127/2011-BARRETO ARAUJO CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
10746/2011-871.174/2011-KELLY TAVARES DOS SANTOS
10747/2011-871.178/2011-ELIVAN OLIVEIRA SILVA
10748/2011-871.182/2011-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA
10749/2011-871.185/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10750/2011-871.186/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10751/2011-871.187/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10752/2011-871.188/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10753/2011-871.189/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10754/2011-871.190/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10755/2011-871.191/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10756/2011-871.193/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10757/2011-871.194/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10758/2011-871.195/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10759/2011-871.196/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10760/2011-871.197/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10761/2011-871.198/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10762/2011-871.199/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10763/2011-871.201/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10764/2011-871.203/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10765/2011-871.208/2011-COTEX CONSULTORIA TÉCNICA E EXECUÇÕES LTDA
10766/2011-871.209/2011-COTEX CONSULTORIA TÉCNICA E EXECUÇÕES LTDA
10767/2011-871.213/2011-RM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
10768/2011-871.220/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
10769/2011-871.224/2011-CRISTIANE FREIRE DE DEUS SANTIAGO
10770/2011-871.226/2011-GRAMABEX GRANITOS E MÁRMORES BRASILEIROS LTDA-EPP
10771/2011-871.267/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10772/2011-871.268/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10773/2011-871.271/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

10774/2011-871.526/2010-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
10775/2011-872.159/2010-FUSLEY MINERALS DO BRASIL LTDA
10776/2011-872.331/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA
10777/2011-872.333/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA
10778/2011-872.334/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA
10779/2011-872.511/2010-LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA
10780/2011-872.695/2010-THIAGO LUCIO DOS SANTOS
10781/2011-872.773/2010-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA
10782/2011-872.839/2010-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
10783/2011-872.933/2010-PAULO GRACIM OLIVEIRA BRITO
10784/2011-872.977/2010-FLOREST VALE AGROINDUSTRIAL IMP & EXP LTDA EPP
10785/2011-870.262/2011-ADILSON SILVA PAOLILO
10786/2011-870.311/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
10787/2011-870.377/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
10788/2011-871.204/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10789/2011-871.205/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10790/2011-871.206/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10791/2011-871.207/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10792/2011-871.269/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10793/2011-871.270/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 36/2011 - PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

10953/2011-803.046/2011-JOSÉ DO MONTE TORRES
10954/2011-803.088/2011-CORISCO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
10955/2011-803.103/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10956/2011-803.104/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10957/2011-803.105/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10958/2011-803.106/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10959/2011-803.107/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10960/2011-803.108/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
10961/2011-803.162/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10962/2011-803.163/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10963/2011-803.164/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10964/2011-803.165/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10965/2011-803.166/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10966/2011-803.167/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10967/2011-803.168/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10968/2011-803.169/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10969/2011-803.170/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10970/2011-803.171/2011-EMILIANO MADRID DOS SANTOS
10971/2011-803.172/2011-EMILIANO MADRID DOS SANTOS
10972/2011-803.178/2011-JOÃO BATISTA CRONEMBERGER FILHO
10973/2011-803.179/2011-MT4 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S A
10974/2011-803.182/2011-ANTONIO CARLOS CERQUEIRA FORTES
10975/2011-803.183/2011-ANTONIO CARLOS CERQUEIRA FORTES
10976/2011-803.184/2011-ANTONIO CARLOS CERQUEIRA FORTES
10977/2011-803.185/2011-ANTONIO CARLOS CERQUEIRA FORTES
10978/2011-803.196/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10979/2011-803.197/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10980/2011-803.201/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10981/2011-803.202/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10982/2011-803.204/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10983/2011-803.205/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10984/2011-803.206/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10985/2011-803.207/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10986/2011-803.208/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10987/2011-803.209/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10988/2011-803.210/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10989/2011-803.211/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10990/2011-803.212/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10991/2011-803.213/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10992/2011-803.214/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10993/2011-803.215/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10994/2011-803.216/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10995/2011-803.217/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10996/2011-803.218/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10997/2011-803.219/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10998/2011-803.220/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
10999/2011-803.221/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11000/2011-803.222/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11001/2011-803.223/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11002/2011-803.224/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11003/2011-803.225/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11004/2011-803.226/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
11005/2011-803.227/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA

RELAÇÃO Nº 37/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

10794/2011-871.143/2008-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
10795/2011-871.014/2011-ALLAN DELON SA ALVES
10796/2011-871.016/2011-AILTON DA CRUZ ALVES DE CAETITÉ
10797/2011-871.021/2011-DABS CONSTRUTORA E MINERADORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
10798/2011-871.026/2011-DABS CONSTRUTORA E MINERADORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
10799/2011-871.027/2011-DABS CONSTRUTORA E MINERADORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
10800/2011-871.057/2011-JOÃO XAVIER PEREIRA MACEDO
10801/2011-871.058/2011-JOÃO XAVIER PEREIRA MACEDO
10802/2011-871.061/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10803/2011-871.063/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10804/2011-871.125/2011-MARCELO ALMEIDA NUNES
10805/2011-871.142/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
10806/2011-871.144/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
10807/2011-871.145/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
10808/2011-871.149/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10809/2011-871.150/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10810/2011-871.151/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10811/2011-871.152/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10812/2011-871.153/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10813/2011-871.154/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10814/2011-871.155/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10815/2011-871.156/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10816/2011-871.157/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10817/2011-871.158/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
10818/2011-871.159/2011-GREYSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
10819/2011-871.160/2011-VALDA CARDOSO DE MENEZES
10820/2011-871.163/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
10821/2011-871.167/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
10822/2011-871.168/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
10823/2011-871.169/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
10824/2011-871.170/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
10825/2011-871.171/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
10826/2011-871.176/2011-GRACIANO SALVADOR ME
10827/2011-871.177/2011-GRACIANO SALVADOR ME
10828/2011-871.179/2011-ROGERIO NICOLI
10829/2011-871.180/2011-ROGERIO NICOLI
10830/2011-871.181/2011-ROGERIO NICOLI
10831/2011-871.183/2011-GOLDEN MOUTAIN MINERAÇÃO LTDA
10832/2011-871.184/2011-GOLDEN MOUTAIN MINERAÇÃO LTDA
10833/2011-871.192/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
10834/2011-871.210/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
10835/2011-871.211/2011-BP PROJETOS E CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
10836/2011-871.217/2011-AURINO BRITO DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10837/2011-871.222/2011-MARLENE MARTINS FERREIRA
10838/2011-871.223/2011-MARLENE MARTINS FERREIRA
10839/2011-871.272/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10840/2011-871.273/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10841/2011-871.274/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10842/2011-871.275/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10843/2011-871.276/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10844/2011-871.277/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10845/2011-871.278/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10846/2011-871.279/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10847/2011-871.280/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10848/2011-871.281/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10849/2011-871.282/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10850/2011-871.283/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10851/2011-871.287/2011-MARIA MADALENA REBECCA DA SILVA
10852/2011-871.289/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
10853/2011-871.290/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA

RELAÇÃO Nº 44/2011 - RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10692/2011-810.320/2003-SERRA NEGRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
10693/2011-810.759/2007-NILTO SCAPIN
10694/2011-810.050/2008-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
10695/2011-810.632/2008-ANDRÉ LUIS GHIS ARRUÉ
10696/2011-810.520/2010-LUIZ FERNANDO DA CUNHA
10697/2011-810.493/2011-PEDREIRA TAIMBÉ LTDA
10698/2011-810.574/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10699/2011-810.575/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10700/2011-810.576/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10701/2011-810.577/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10702/2011-810.578/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10703/2011-810.580/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
10704/2011-810.583/2011-ONEIDE SILVEIRA GUERRA-FI
10705/2011-810.586/2011-ENIO DE MELO FREITAS
10706/2011-810.587/2011-MINERAÇÃO SPODE LTDA
10707/2011-810.589/2011-EDUARDO SILVEIRA DE SOUZA
10708/2011-810.600/2011-GREPOL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
10709/2011-810.607/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10710/2011-810.608/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10711/2011-810.609/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10712/2011-810.610/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10713/2011-810.611/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10714/2011-810.612/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10715/2011-810.613/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10716/2011-810.616/2011-CARBONIFERA METROPOLITANA SA
10717/2011-810.633/2011-RAFAEL B.APOLO
10718/2011-810.638/2011-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
10719/2011-810.643/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10720/2011-810.644/2011-ITAMAR TOLEDO BITENCOURT
10721/2011-810.645/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10722/2011-810.646/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10723/2011-810.647/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10724/2011-810.648/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10725/2011-810.649/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10726/2011-810.650/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10727/2011-810.651/2011-CLÁUDIO NETTO LUMMERTZ
10728/2011-810.652/2011-SILVANA RIVAROLA JARRÉ
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10729/2011-810.383/2011-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
10730/2011-810.584/2011-CARBONIFERA METROPOLITANA SA
10731/2011-810.603/2011-EBRAX ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL LTDA
10732/2011-810.604/2011-EBRAX ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL LTDA
10733/2011-810.605/2011-EBRAX ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL LTDA
10734/2011-810.606/2011-EBRAX ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL LTDA
10735/2011-810.637/2011-AGUIA METAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 49/2011 - PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10877/2011-846.179/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
10878/2011-846.183/2011-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
10879/2011-846.194/2011-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
10880/2011-846.197/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
10881/2011-846.209/2011-J.A.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMOLDADOS LTDA.
10882/2011-846.231/2011-JOSÉ CIRILO DE SA JÚNIOR
10883/2011-846.260/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10884/2011-846.027/2011-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
10885/2011-846.029/2011-VON ROLL DO BRASIL LTDA
10886/2011-846.030/2011-CARMELINDA MAIA DA SILVA
10887/2011-846.062/2011-RDL MINERAÇÃO E PESQUISA LTDA
10888/2011-846.064/2011-JAIME DE MORAIS
10889/2011-846.089/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
10890/2011-846.115/2011-F J DA MATTA ALBUQUERQUE MINERAÇÃO
10891/2011-846.117/2011-F J DA MATTA ALBUQUERQUE MINERAÇÃO
10892/2011-846.119/2011-VALE S A
10893/2011-846.121/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
10894/2011-846.123/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
10895/2011-846.153/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
10896/2011-846.154/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
10897/2011-846.155/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
10898/2011-846.159/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10899/2011-846.160/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10900/2011-846.162/2011-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA
10901/2011-846.163/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA
10902/2011-846.166/2011-OTHAMAR BATISTA GAMA
10903/2011-846.180/2011-OTHAMAR BATISTA GAMA
10904/2011-846.181/2011-OTHAMAR BATISTA GAMA
10905/2011-846.184/2011-NMB COMERCIAL LTDA
10906/2011-846.187/2011-NMB COMERCIAL LTDA
10907/2011-846.188/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
10908/2011-846.190/2011-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA
10909/2011-846.193/2011-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA
10910/2011-846.203/2011-ROGÉRIO ANTÔNIO
10911/2011-846.207/2011-MINERACAO TANQUES VELHO LTDA ME
10912/2011-846.208/2011-AGUIA METAIS LTDA
10913/2011-846.211/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
10914/2011-846.215/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10915/2011-846.218/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10916/2011-846.219/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10917/2011-846.220/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10918/2011-846.221/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10919/2011-846.222/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10920/2011-846.223/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10921/2011-846.224/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10922/2011-846.225/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10923/2011-846.226/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10924/2011-846.229/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
10925/2011-846.233/2011-MINEGRAN MINERAIS E GRANITOS DO NORDESTE LTDA.
10926/2011-846.236/2011-RUBENS MARTINS MOURÃO
10927/2011-846.237/2011-RUBENS MARTINS MOURÃO
10928/2011-846.241/2011-RUBENS MARTINS MOURÃO
10929/2011-846.242/2011-RUBENS MARTINS MOURÃO
10930/2011-846.252/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
10931/2011-846.265/2011-CLÁUDIA RÉGIA QUEIROZ ALBUQUERQUE SILVA
10932/2011-846.270/2011-SHOPPING CIRNE CENTER LTDA

RELAÇÃO Nº 50/2011 - PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10933/2011-846.272/2011-MB MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
10934/2011-846.274/2011-PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10935/2011-846.282/2010-PAULO SÉRGIO DE ASSUNÇÃO SANTIAGO
10936/2011-846.167/2011-IMETAME GRANITOS LTDA
10937/2011-846.168/2011-MMENDS GEOLOGIA LTDA
10938/2011-846.182/2011-AGUIA METAIS LTDA
10939/2011-846.185/2011-AYALA CISSA ESQUIVEL FONSECA
10940/2011-846.191/2011-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA
10941/2011-846.196/2011-PROJETOS MINERAIS E AMBIENTAIS LTDA
10942/2011-846.199/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 70/2011 - SE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10943/2011-878.070/2011-CARLOS ROBERTO ALVES NASCIMENTO
10944/2011-878.073/2011-PEDREIRA RAMOS LTDA ME
10945/2011-878.088/2011-RICARDO CRUZ SANTOS
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10946/2011-878.043/2011-JOSÉ AUGUSTO BARREIROS DE AZEVEDO
10947/2011-878.059/2011-SANTANA E FILHOS LTDA
10948/2011-878.061/2011-CERÂMICA SERGIPE S.A.
10949/2011-878.062/2011-CERÂMICA SERGIPE S.A.
10950/2011-878.063/2011-CERÂMICA SERGIPE S.A.
10951/2011-878.069/2011-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA
10952/2011-878.071/2011-ALEXANDRE DE LIMA RODRIGUES

RELAÇÃO Nº 93/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10864/2011-815.212/2010-WELINTON ANDRAE DO PRADO ME
10865/2011-815.245/2011-HATHOR DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10866/2011-815.338/2011-WEEK GEO MINERAÇÃO LTDA
10867/2011-815.368/2011-JAURY ASSIS BANDEIRA
10868/2011-815.370/2011-PAULO RENATO CAVALCANTI DE SIQUEIRA
10869/2011-815.372/2011-AREAL PRATA LTDA ME
10870/2011-815.373/2011-AREAL PRATA LTDA ME
10871/2011-815.374/2011-AREAL PRATA LTDA ME
10872/2011-815.377/2011-CITRINA PARTICIPAÇÕES LTDA
10873/2011-815.378/2011-CITRINA PARTICIPAÇÕES LTDA
10874/2011-815.391/2011-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP
10875/2011-815.392/2011-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP
10876/2011-815.396/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR

RELAÇÃO Nº 98/2011 - CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10854/2011-800.262/2011-MINERAGRAN MINERAÇÃO DE MÁRMORES E GRANITOS
10855/2011-800.281/2011-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA
10856/2011-800.446/2011-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
10857/2011-800.447/2011-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10858/2011-800.089/2011-P.W.VASCONCELOS ME
10859/2011-800.449/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA
10860/2011-800.475/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
10861/2011-800.476/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
10862/2011-800.477/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
10863/2011-800.478/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2011

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

800.374/2005-LEDA M. R. P. AQUINO - ME-OF. N°1487/2011
800.033/2006-QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS E CARGAS MINERAIS E TINTAS LTDA-OF. N°1486/2011
800.121/2007-JOSÉ VIVALDO GONÇALVES & CIA LTDA ME-OF. N°1485/2011
800.150/2007-CERÂMICA PERI S A-OF. N°1484/2011
800.667/2007-J LUIS NETO ME-OF. N°1483/2011
800.748/2007-J. E. M. DE FREITAS ME-OF. N°1482/2011
800.136/2008-ADRIANA L. DE SOUSA-ME-OF. N°1481/2011
800.136/2008-ADRIANA L. DE SOUSA-ME-OF. N°1481/2011
800.685/2008-MEP PEQUENO EXTRAÇÕES-OF. N°1586/2011
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

800.225/2006-ASSOCIAÇÃO DOS EXTRATORES DE MINERAIS DO RIO JAGUARIBE- Registro de Licença No.:775/2006 - Vencimento em 10/06/2016
800.412/2009-CERÂMICA CAUCAIA LTDA- Registro de Licença No.:1101/2011 - Vencimento em 18/05/2012
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
800.309/1990-CERÂMICA CAMPO VERDE LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
801.122/2008-CERAMICA PEREIRA BRINGEL LTDA EPP-Registro de Licença n°1142/2011 de 04/07/2011-Vencimento em 06/11/2023
800.058/2009-CERAMICA PEREIRA BRINGEL LTDA EPP-Registro de Licença n°1141/2011 de 07/07/2011-Vencimento em 18/08/2039
800.393/2010-CERAMICA ROCHA LTDA-Registro de Licença n°1148/2011 de 26/07/2011-Vencimento em 28/09/2015
800.797/2010-F. CHARLENE SILVEIRA DE QUEIROZ ME-Registro de Licença n°1146/2011 de 05/07/2011-Vencimento em 13/08/2025
800.980/2010-CIRO ALLER DE SOUSA CHAVES ME-Registro de Licença n°1147/2011 de 05/07/2011-Vencimento em 17/09/2012
801.061/2010-CERÂMICA PAULO CÉSAR LTDA.-Registro de Licença n°1144/2011 de 04/07/2011-Vencimento em 28/09/2015
801.062/2010-CERÂMICA PAULO CÉSAR LTDA.-Registro de Licença n°1145/2011 de 04/07/2011-Vencimento em 28/09/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.316/2010-RDJ CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1618/2011
800.493/2010-PAULO CEZAR DE OLIVEIRA MONTEIRO-OF. N°1478/2011
800.511/2010-ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA-OF. N°1620/2011
800.603/2010-XAVIER & LIMA CERÂMICA LTDA.-OF. N°1619/2011
801.052/2010-PATRICIA SILVA LIMA ME-OF. N°1510/2011
800.228/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1493/2011
800.229/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1493/2011
800.235/2011-EXPLOFORT COMERCIO E SERVIÇOSS LTDA EPP-OF. N°1492/2011
800.299/2011-G.E.R INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME-OF. N°1617/2011
800.318/2011-CERAMICA N. S. DE FATIMA LTDA-OF. N°1567/2011
800.382/2011-S & A BRITA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1511/2011
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
800.550/2010-JOSE AIRTON FERREIRA LIMA
800.222/2011-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A
800.223/2011-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A
800.224/2011-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A
800.380/2011-CERÂMICA FLORESTA CAPUAN LTDA

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 163/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.841/2009-DETEC DETONAÇÕES E TRANSPORTES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.358/2010-M.B DE SOUZA-OF. N°2.658/2011 - DNPM/ES - Optar por uma das áreas remanescentes.
896.366/2010-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°2.654/2011 - DNPM/ES - Optar por uma das áreas remanescentes.
896.370/2010-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°2.657/2011 - DNPM/ES - Optar por uma das áreas remanescentes.
896.471/2010-BRAMATEX GRANITOS LTDA-ME-OF. N°1.266/2011 - DNPM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
896.020/2006-ATAYDES ANTÔNIO ARMANI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.514/2003-CERÂMICA CIMACO LTDA - EPP-OF. N°2.568/2011 e ofício nº 2.569/2011 - DNPM/ES - Exigência para Guia de Utilização.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.163/2010-VIX MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO-ITAPEMIRIM/ES, PIÚMA/ES - Guia n° 0039/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:VINCULADA A L.O.
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
896.514/2003-CERÂMICA CIMACO LTDA - EPP-ARGILA
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
896.259/1996-HELVÉCIO AMOEDO VIEIRA LOPES-AI N°126/2002
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.188/1986-SERRA NOVA GRANITOS E MÁRMORES LTDA-OF. N°2.864/2011 - DNPM/ES - Exigências para Outorga da Portaria de Lavra.
890.397/1990-PLEIADES MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.855/2011 - DNPM/ES - Exigência para emissão de Guia de Utilização.
890.546/1992-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA-ME-OF. N°2.871/2011 - Exigência p/ Outorga da Portaria de Lavra e ofício nº 2.873/2011 - Exigência para emissão de Guia de Utilização.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
890.546/1992-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA-ME-OF. N°2.872/2011 - DNPM/ES-60 (SESSENTA) dias
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
816.915/1973-REFRIGERANTES COROA LTDA- AI Nº 015/2011 - DNPM/ES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.534/2010-ALMIR ROCHA MACHADO-OF. N°2.788/2011 - DNPM/ES

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
846.266/2011-JOSÉ EURICO MACHADO DA SILVA
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
840.122/1991-GISEUDA CIRNE DE ALMEIDA-AI N°086/2006 e 233/2007
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.350/2010-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR ME-Alvará n°9.970/2011 - Cessionario:846.205/2011-Ricardo Freire Fernandes ME- CPF ou CNPJ 10.649.272/0001-70
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.235/2010-IVANISE SOUTO MAIOR- Cessionário:Corcovado Granitos Ltda- CPF ou CNPJ 05195728/0001-30- Alvará n°2.594/2011
846.257/2010-MICHELLE DE LIMA CONFESSOR- Cessionário:Kimina Britadeira e Extração de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 12611804/0001-06- Alvará n°6.522/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
846.216/2003-JOSÉ ADERALDO DE MEDEIROS FERREIRA-Área de 258,63 ha para 49,29 ha-Feldspato
846.003/2004-AMARAL MINERAÇÃO LTDA- Área de 2.000 ha para 884,41 ha-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.126/2001-JOSÉ LUZENILDO CRUZ NEVES
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.555/2008-ALEXANDRE MARIO TEIXEIRA NUNES-AI N°079/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.403/1987-GRANITOS MOREDO LTDA-OF. N°985/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
846.200/2006-PRISCILLA SANTOS DO NASCIMENTO- Alvará n°849/2007 - Cessionário: PRISCILLA SANTOS DO NASCIMENTO- CNPJ 13.346.369/0001-00
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
846.112/2009-DM DEPÓSITO DE CONSTRUÇÃO MALAQUIAS LTDA.-OF. N°947/2011
846.207/2009-GUILHERME RIBEIRO COUTINHO-OF. N°956/2011
846.245/2009-CLOROTEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°0957/2011
846.285/2009-FRANCISCO LEITE DE SOUZA-OF. N°958/2011
846.286/2009-JOSÉ CIRILO DE SA JÚNIOR-OF. N°959/2011
846.050/2010-LUCENA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.-OF. N°946/2011
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.182/2004-ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E EXPLOR DE MATERIAIS NAO METÁLICOS- Registro de Licença No.:161/2006 - Vencimento em 06/08/2034
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.134/2010-CERÂMICA CRISTO REI LTDA-Registro de Licença n°282/2011 de 11/07/2011-Vencimento em 30/06/2028
846.195/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Registro de Licença n°283/2011 de 20/07/2011-Vencimento em 22/12/2011
846.196/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Registro de Licença n°284/2011 de 20/07/2011-Vencimento em 22/12/2011
846.197/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Registro de Licença n°285/2011 de 20/07/2011-Vencimento em 22/12/2011
846.198/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Registro de Licença n°286/2011 de 20/07/2011-Vencimento em 22/12/2011
846.199/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Registro de Licença n°287/2011 de 20/07/2011-Vencimento em 22/12/2011
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
846.178/2008-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
846.179/2008-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
846.405/2008-FRONTEIRAS MINERAÇÕES LTDA
846.550/2008-MINERAÇÃO FARWELL LTDA

JOSE MADURO TOLEDO JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 133/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.225/2011-JOSÉ MÁRIO BRAGA FAVORETO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.172/2007-PAULO ROBERTO DA SILVA GHIGNATTI-OF. N°1238/2011
826.172/2007-PAULO ROBERTO DA SILVA GHIGNATTI-OF. N°1238/2011
826.761/2009-ROBSON JANUARIO-OF. N°1228/2011
826.255/2011-ULRICH HENKE-OF. N°1210/2011
826.323/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1242/2011
826.325/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1239/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
826.738/2006-JOSÉ FRANCISCO BIANCHI-OF. N°832/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.367/2002-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°1209/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.367/2002-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°951/2010
826.719/2006-ECOMONTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°830/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.461/2000-DEMÉTRIO ROCHA & CIA LTDA- Área de 707,56 HA para 50,00 HA-SAIBRO
826.328/2003-ILMAR PAULO PURKOTE - ME- Área de 21,94 HA para 17,04 HA-AREIA E ARGILA
826.018/2008-HOBI & CIA.LTDA.- Área de 820,64 HA para 49,86 HA-ARENITO
826.019/2008-HOBI & CIA.LTDA.- Área de 963,98 HA para 49,91 HA-ARENITO
826.020/2008-HOBI & CIA.LTDA.- Área de 355,95 HA para 49,45 HA-ARENITO
826.022/2008-HOBI & CIA.LTDA.- Área de 1.000,00 HA para 49,62 HA-ARENITO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.323/2003-DEMÉTRIO ROCHA & CIA LTDA-CAULIM, SAIBRO E MIGMATITO (BRITA)
826.235/2008-TAPALAM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-SAIBRO
826.470/2008-GEMINAS MINERADORA LTDA-AREIA
826.471/2008-GEMINAS MINERADORA LTDA-AREIA
826.080/2011-CONSTRUTORA SERRA DA PRATA LTDA.-GRANITO
Arquiva o relatório final de pesquisa -inexistência de jazida(319)
826.021/2008-HOBI & CIA.LTDA.
Torna sem efeito Auto de Infração - INICIO DE PESQ(1872)
826.203/2006-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA- AI N°414/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.135/1989-ACO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1168/2011
826.211/1998-CAL MARUMBI LTDA.-OF. N°1197/2011
826.064/2002-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-OF. N°1219/2011
826.187/2002-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°1202/2011
826.236/2002-STANSZYK E STEPANSKI LTDA-OF. N°1212/2011
826.527/2004-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL RADIANTE LTDA ME-OF. N°1200/2011
826.175/2005-JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA - PEDREIRA-OF. N°1232/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.564/1980-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°1298/2010-60 dias e OF. Nº 1299/2010-180 dias
826.028/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA-OF. N°1215/2007-180 dias
826.311/1998-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1217/2007-180 dias
826.064/2002-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-OF. N°189/2011-180 dias
826.187/2002-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°951/2010-60 dias
826.670/2003-CONBASE MINERADORA LTDA-OF. N°1416/2010-180 dias
826.153/2005-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-OF. N°1570/2010-180 dias
826.154/2005-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-OF. N°1570/2010-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.319/1984-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA.-OF. N°1194/2011
826.135/1989-ACO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1169/2011
826.211/1998-CAL MARUMBI LTDA.-OF. N°1198/2011
826.236/2002-STANSZYK E STEPANSKI LTDA-OF. N°1211/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

826.281/2004-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA-OF. N°1217/2011
826.282/2004-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA-OF. N°1218/2011
826.527/2004-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL RADIANTE LTDA ME-OF. N°1199/2011
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
803.429/1976-ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA- AI N° 482/2011
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
826.561/1993-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.- AI Nº 252/2011
826.532/1996-MINERAÇÃO LAGOA BONITA SOCAVÃO LTDA.- AI Nº 359/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.150/1990-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A-OF. N°1220/2011
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
804.267/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-AREIA E TURFA

RELAÇÃO Nº 137/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(126)
826.357/2007-HOBI & CIA.LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.399/2011-JAMRA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-OF. N°1262/2011
826.400/2011-JAMRA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-OF. N°1261/2011
826.401/2011-ANTONIO AFONSO FERREIRA DA SILVA-OF. N°1264/2011 E 1270/2011
826.402/2011-ANTONIO AFONSO FERREIRA DA SILVA-OF. N°1268/2011 E 1269/2011
826.403/2011-PAULO ROBERTO DA SILVA GHIGNATTI-OF. N°1271/2011 E 1272/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.266/1994-PINOCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL LTDA.- Área de 63,34 HA para 46,59 HA-CALCÁRIO DOLOMÍTICO
826.590/2002-MANOEL DA ROCHA- Área de 45,00 HA para 25,00 HA-CASCALHO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.361/1993-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1250/2011
826.627/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1243/2011
826.700/1996-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°1276/2011
826.295/1999-PORTO DE AREIA POR DO SOL LTDA.-OF. N°1246/2011
826.570/2002-PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA.-OF. N°1249/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
801.368/1978-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-OF. N°455/2009-180 dias
826.063/1989-MINERAÇÃO CAJUEL LTDA-OF. N°363/2011-180 dias
826.323/1998-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°531/2011-180 dias
826.493/1998-IRENE DELINSKI - ME.-OF. N°762/2008-180 dias
826.197/1999-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-OF. N°1565/2010-180 dias
826.078/2000-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1344/2007-180 dias
826.037/2001-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°532/2011-180 dias
826.588/2001-CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ-OF. N°376/2011-60 dias
826.127/2002-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1582/2010-180 dias
826.172/2003-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA-OF. N°1573/2010-180 dias
826.180/2003-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°988/2011-180 dias
826.407/2003-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-OF. N°1576/2010-180 dias
826.147/2004-INDUSCALTA INDÚSTRIA DE CALCÁREOS TAMANDARÉ LTDA.-OF. N°1584/2009-180 dias
826.209/2004-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1382/2010-180 dias
826.567/2007-AREAL COSTA LTDA-OF. N°1571/2010-180 dias
826.632/2008-AQUA-REGIA LTDA-OF. N°340/2009-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.104/1979-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1247/2011
826.280/1995-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-OF. N°1248/2011
826.700/1996-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°1277/2011
826.680/2003-BERNARDETE APARECIDA DA SILVA GUIMARÃES ADUR-OF. N°1278/2011
826.054/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1279/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.103/1999-TRES RIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-OF. N°1244/2011
826.215/1999-MINERADORA TIBAGIANA LTDA-OF. N°1230/2011
826.045/2002-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°1255/2011
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
826.103/1999-TRES RIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-OF. N°1245/2011
826.045/2002-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°1254/2011
Fase de Disponibilidade
Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(1871)
300.215/2011-ÂNGELA MARIA SILVA DE FREITAS

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
890.028/2009-VARGEM ALEGRE COMÉRCIO E IND. DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°3395/2009-FZ-DOU de 29/12/2009
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
890.138/2006-FB ASSESSORIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP-NOT. N°218/2009 - 9º DS/DNPM/RJ
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
890.075/2008-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.- AI N°287/2011
Retificação de despacho(1387)
890.162/2011-NELSON QUINTELLA VIEIRA - Publicado DOU de 15/07/2011, Relação n° 137/2011, Seção 1, pág. 77- Onde se lê CNPJ 04.944.713/0001-79 leia-se CNPJ 04.994.713/0001-79
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.449/2000-EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBA DE BOM JARDIM LTDA- Registro de Licença N°1.677/2001-Onde se lê Pedra, Areia e Argila leia-se Granito
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
890.589/2006-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA - Publicado DOU de 04/03/2010, Relação n° 53/2010, Seção 1, pág. 78- "Onde se lê numa área de 559,07 ha" "Leia-se numa área de 35,49 ha" " Leia-se numa área de 35,36 ha"

CARLOS ALBERTO MONTEIRO DA COSTA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 80/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
886.314/2008-TADEU APARECIDO AZEREDO QUEIROZ- DOU de 19/10/2010, pg. 68, Seção I, Relação 145/2010.Nos termos do Parecer 19ºDS/DNPM/RO-AC Nº 14/11-IA da Procuradoria Federal, bem como embasado no que estabelece a letra"a",item X,da Portaria nº216/2010.
Torna sem efeito despacho publicado(192)
886.447/2008-NOVA ARIQUEMES MINERAÇÃO ESTANÍFERA LTDA- DOU de 11/07/2011, Relação 70,pág.123
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa- TAH(651)
886.314/2008-TADEU APARECIDO AZEREDO QUEIROZ- Publicado DOU de 08/12/2010, pg. 63, Seção I, Relação 167/2010.Nos termos do Parecer 19ºDS/DNPM/RO-AC Nº 14/11-IA da Procuradoria Federal, bem como embasado no que estabelece a letra"a",item X,da Portaria nº216/2010.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Retificação de despacho(1392)
886.165/1997-WILIAM DONIZETE BRITO - Publicado DOU de 11/06/2011; dou 19/07/2011, Relação n° 70; relação 72, Seção I, pág. 123; Pg. 63- Onde se lê: 886.165/1997 - WILIAM DONIZETE BRITO; Leia-se: 887.165/1997 - José Cezar Marini.

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 25 de julho de 2011

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
O Processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias
830.596/1985 - DELMO TOMPSON LOPES BARRETO - Diamantina/MG
Em 27 de julho de 2011
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Indefere os requerimentos de concessão de lavra. (3.90)
Os Processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias
807.292/1975 - RIVEMA RIO VERMELHO MINERAÇÃO S.A. - Mara Rosa/GO
815.730/1987 - CERÂMICA KOCH LTDA. - Pomerode/SC
866.234/2001 - CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.- Cocalinho/MT
826.886/2001 - MARIA FRANCISCA MACRI FLORENTINO. - Tomazina e Arapoti/PR

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 45, DE 28 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no estado da Bahia, nomeado pela Portaria INCRA/Nº 227/2008, publicada no D.O.U do dia 03 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo nº 22 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de Abril de 2009, combinado com o artigo 132 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20 de 08 de Abril de 2009, publicada no DOU de 09 de Abril de 2009, resolve:

Art. 1º Na PORTARIA/INCRA/SR-05/Nº 38 de 02 de Agosto de 2005, publicado no D.O.U. 150 de 05 de Agosto de 2005, Seção 1, pág. 43, que criou o PA Água Salgada, Código SIPRA Nº BA0478000, no terceiro parágrafo, item II, onde se lê: "Criar o Projeto de Assentamento PA Água Salgada..."; leia-se: "Criar o Projeto de Assentamento PA Belo Monte...".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO SILVA NERY

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-12/N°71/1996, de 25 de julho de 1996que criou o Projeto de Assentamento denominado PE/TREZE DE MAIO, Código MA 0157000, localizado no município de Olinda Nova do Maranhão, no Estado do Maranhão, publicado no D.O.U. n° 144 de 29 de julho de 1996, Seção I, página 13.847, onde se lê 74 (setenta e quatro) lê-se 87 (oitenta e sete) unidades familiares.

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.003589/2004-15, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 204 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, especificamente as informações contidas no DESPACHO/PFE/INCRA/SR-06/MG/Nº 291/2011, resolve:

I - Tornar SEM EFEITO a Portaria/INCRA/SR-06/MG/Nº 33/2011, de 30 de março de 2011, publicada no D.O.U nº 96, de 20 de maio de 2011, que trata da rescisão do Contrato de Assentamento nº MG023500000108, de 23 de julho de 2004, firmado com a beneficiária Sílvia Maria Rodrigues - Carteira de Identidade nº M-4.575.714 SSP/MG e CPF nº 652.090.446-53.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

PORTARIA Nº 66, DE 25 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.001732/2005-15, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 63 do Projeto de Assentamento SANTO ANTÔNIO, localizado no município de PRESIDENTE OLEGÁRIO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG007800000219, de 15 de junho de 2005, relativo ao beneficiário Nilton César da Silva - Carteira de Identidade nº M-8.071.330 SSP/MG e CPF nº 004.165.286-00.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

PORTARIA Nº 67, DE 25 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.009371/2005-47 e 54170.003135/2011-65, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 51 do Projeto de Assentamento RECANTO DOS PÁSSAROS, localizado no município de COROMANDEL, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG028600000025, de 23 de fevereiro de 2006, relativo ao beneficiário Leonardo Azevedo Porto - Carteira de Identidade nº MG-14.603.102 SSP/MG e CPF nº 034.423.976-42.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-06/Nº 37, de 30 de março de 2006, que cria o Projeto de Assentamento ELDORADO DOS CARAJÁS, localizado no município de Uberlândia/MG, publicado no DOU nº 70, de 11 de abril de 2006, seção I, página 60, e Boletim de Serviço nº 16, de 17 de abril de 2006, onde se lê "... 30 (trinta) unidades agrícolas familiares ...", leia-se 24 (vinte e quatro) unidades agrícolas familiares.

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria / INCRA /SR-18/N° 035/1999, de 16 Dezembro de 1999, publicada no D.O.U. N° 248, de 28 de dezembro de 1999, seção I página 27, publicada no Boletim de Serviço N° 01, de 03.01..2000, que criou o P.A " Saco do Monte/Belmont", onde se lê, 33 (trinta e três) Unidades Agrícolas Familiares", leia-se, 22 (vinte e duas) Unidades Agrícolas Familiares.

Na Portaria / INCRA /SR-18/N° 034/2010, de 29 Setembro de 2010, publicada no D.O.U. N° 191, de 05 de outubro de 2010, seção I página 76, publicada no Boletim de Serviço N° 41 de 11.10..2010, que criou o P.A " NEGRO FUBA", onde se lê, 26 (vinte e seis) Unidades Agrícolas Familiares", leia-se, 30 (trinta) Unidades Agrícolas Familiares, e onde " se lê, NEGO FUBA"," leia-se, NEGO FUBA".

Na Portaria / INCRA /SR-18/N° 031/2010, de 27 de Setembro de 2010, publicada no D.O.U. N° 191, de 05 de outubro de 2010, seção I página 76, publicada no Boletim de Serviço N° 41 de 11,10..2010, que criou o P.A " ZEQUINHA", onde se lê, 18 (DEZÓITO) Unidades Agrícolas Familiares", leia-se, 20 (VINTE Unidades Agrícolas Familiares,

Na Portaria / INCRA /SR-18/N° 036/1998, de 07 de maio de 1998, publicada no D.O.U. N° 84, de 04 de maio de 2006 seção I página 51 publicada no Boletim de Serviço N° 19 de 08.05..2006, que criou o P.A " SANTA HELENA", onde se lê, 201 (DUZENTOS E UMA) Unidades Agrícolas Familiares ",leia-se, 206 (DUZENTOS E SEIS) Unidades Agrícolas Familiares,

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

DECISÃO Nº 9, DE 29 DE JULHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, em face do que consta no Processo MDS nº 71000.105331/2011-63, pelos jurídicos fundamentos expostos no Parecer nº 0359/2011/CONJUR-MDS/CGU/AGU, de 13 de julho de 2011, aprovado pelo Despacho da Consultoria Jurídica nº 601/2011/CONJUR-MDS/CGU/AGU de 18 de julho de 2011,

DECIDE:

INDEFERIR do recurso administrativo interposto por LUCELÂNIA GUIMARÃES LEITE, do Município de Patos, Estado da Paraíba, contra Notificação para devolução de recursos do Programa Bolsa Família, por intempestivo.

TEREZA CAMPELLO

DECISÃO Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, em face do que consta no Processo MDS nº 71000.008972/2011-51, pelos jurídicos fundamentos expostos no Parecer nº 0358/2011/CONJUR-MDS/CGU/AGU, de 13 de julho de 2011, aprovado pelo Despacho da Consultoria Jurídica nº 600/2011/CONJUR-MDS/CGU/AGU de 18 de julho de 2011,

DECIDE:

NÃO CONHECER do recurso administrativo interposto por VILMA NOGUEIRA DA SILVA, do Município de Pesqueira, Estado de Pernambuco, contra Notificação para devolução de recursos do Programa Bolsa Família, por intempestivo.

TEREZA CAMPELLO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 235, DE 22 DE JULHO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.016994/2011, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 316, de 22 de outubro de 2007, que aprova o modelo E23A, de medidor eletrônico de energia elétrica, monofásico, classe de exatidão B, marca LANDIS+GYR, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 236, DE 22 DE JULHO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.016993/2011, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 311, de 26 de outubro de 2007, que aprova o modelo E22A, de medidor eletrônico de energia elétrica, monofásico, classe de exatidão B, marca LANDIS+GYR, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 238, DE 26 DE JULHO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 246/2000, resolve:

Aprovar o modelo CORONA E, de medidor de volume de água, tipo mecânico, marca SAPPEL, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 239, DE 26 DE JULHO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 246/2000, resolve:

Aprovar o modelo ALTAIR V3 3,5 de medidor de volume de água, tipo mecânico, marca SAPPEL, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 243, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 03/05/2011, 07/06/2011, 05/07/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 03/05/2011, 07/06/2011, 05/07/2011;

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004598/2010-79
Proponente: Federação Paulista de Pentatlo Moderno
Título: Fortalecimento do Pentatlo
Registro/ ME: 02SP076312010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.004.069/0001-70
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.602.430,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 6819 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6469-6
Período de Captação: da data de publicação até 07/06/2012.

2 - Processo: 58701.005115/2010-53
Proponente: Aldeia Movimento Pro Cultura
Título: Aldeia Futebol Clube
Registro/ ME: 02SP047212009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.417.902/0001-28
Cidade: Limeira - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 89.435,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0216 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 66048-5
Período de Captação: da data de publicação até 07/04/2012.

3 - Processo: 58701.001094/2011-88
Proponente: Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura
Título: Projeto olímpico Basquete da Bahia
Registro/ ME: 02BA082332011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CNPJ: 11.322.314/0001-27
Cidade: Salvador - UF: BA
Valor aprovado para captação: R$ 465.297,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3454 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27960-9
Período de Captação: da data de publicação até 30/06/2012.

4 - Processo: 58701.005144/2010-15
Proponente: Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba - ADEFU
Título: Fomento ao Paradesporto - ADEFU em Ação Rumo às Paraolimpíadas
Registro/ ME: 02MG006242007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 26.040.691/0001-40
Cidade: Uberaba - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 359.041,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0015 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 79788-X
Período de Captação: da data de publicação até 07/06/2012.

5 - Processo: 58701.004701/2010-81
Proponente: Associação Cultural e Esportiva Correr bem
Título: Circuito e Caminhada da Longevidade - Capitais
Registro/ ME: 02RJ068422010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.705.522/0001-45
Cidade: Petrópolis - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.448.445,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29561-2
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001643/2009-08
Proponente: Prefeitura Municipal de Córrego Novo
Título: Inclusão Futebol Clube
Valor aprovado para captação: R$ 188.691,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0177 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44893-1
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.001722/2009-19.

No Diário Oficial da União nº 163, de 25 de agosto de 2010, na Seção 1, página 77 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 133/2010, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação R$ 581.059,93, leia-se: Valor aprovado para captação apos recurso: R$ 585.568,12.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 240, DE 28 DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, e tendo em vista o disposto no art. 53, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04962.113700/2010-26, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SPU nº 239, de 15 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 135, fls. 82, Seção 1, em 16 de junho de 2010, que declarou o imóvel da União de interesse público para instalação da sede da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional.

§ 1º. A revogação de que trata o caput se dá por decisão judicial do primeiro grau que suspendeu o andamento do processo administrativo de cancelamento da ocupação do imóvel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

PORTARIA Nº 241, DE 28 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, e de acordo com os autos do processo nº 04926.000120/2010-14, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social, imóvel de propriedade da União, com área de 26.779,00 m², localizado na BR-116, no distrito de Chonin de Baixo do Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, cadastrado sob o RIP 4553 00082.500-4 e inscrito sob a Matrícula nº 31.260 do Livro 2 do Registro de Imóveis Primeiro Ofício de Governador Valadares/MG, a seguir identificado e passível de cancelamento do atual cadastro.

Parágrafo Único: O imóvel apresenta as seguintes medidas e confrontações: 137,00 metros de frente para a Rodovia BR-116; 185,00 metros pela direita com terrenos da Municipalidade (Rua A e Rua Carlito de Paula); 160,00 metros pela esquerda com terrenos do município (Rua Lucas Coelho de Paula) e 185,00 metros nos fundos também com terrenos do município.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à execução de projeto de regularização fundiária de interesse social, direcionado ao atendimento de famílias que nele residem e com renda mensal de até 5 salários mínimos.

Art. 3º A SPU/MG dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 69, DE 14 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de competência atribuída pelo artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 173 da Secretaria do Patrimônio da União, de 31 de agosto de 2.009 e pelo §2º do art.6º da Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007, e, tendo em vista no inciso XIX, do art. 32 do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio de União - SPU, aprovado pela Portaria nº 232, de 3 de agosto de 2005; e resolve:

Art.1º - Indicar o imóvel situado no município de Cordeirópolis, terreno NBP 3221007-3, contrato SARP L-TR-1194-A, localizado entre os km 116+989,50 m e 117 +148,00 m, Pátio de Cordeirópolis, descrito a seguir, a compor o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA.

Área de terreno, sem benfeitoria, com 2.121.52 m2, situada na avenida Vereador Wilson D´orio s/n°, anexa ao Pátio Ferroviário de Cordeirópolis, identificada na Planta 5009464, cópia anexa ao Processo n° 04977.013975/2010-00;

Art. 2º - Colocar o Processo n.º 04977.013975/2010-00, à disposição do Agente Operador.

Art. 3° - O comprador deverá efetuar todos os procedimentos necessários para a regularização cartorial do imóvel, às suas custas, inclusive quanto a eventuais desmembramentos;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso V e § 3º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de junho de 2010, e tendo em vista o que prevê o inciso I do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como os elementos que integram o Processo nº 04902.002159/2011-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, em Caráter Provisório, ao Estado do Rio Grande do Sul, de dois imóveis que constituem o Hospital Tramandaí, em Tramandaí, adjudicados em favor da União.

Art. 2º Os imóveis ora cedidos, estão registrados sob matrículas nº 70.659 e 124.424 do Registro de Imóveis de Tramandaí/RS.

Art. 3º A cessão a que se refere o art.1º destina-se à continuidade da prestação de serviços de saúde para a população do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º A cessão provisória poderá ser revogada a qualquer tempo em caso de necessidade da administração federal.

Art. 5º A cessão terá vigência pelo prazo necessário à incorporação dos imóveis ao patrimônio da União no Cartório de Registro de Imóveis e não deve ultrapassar 1 (um) ano, sem prejuízo, então, da instrução e autorização de instrumento definitivo de destinação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA CORREIA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 29 de julho de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094005526201065 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Estrangeiro: JOHN LEE HAIDER Passaporte: 210862390, Processo: 46094006066201092 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MARVIN AREJA MORALES Passaporte: XX1403214, Processo: 46094009002201043 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Roman Nesterov Passaporte: 64N0929514, Processo: 46094000910201152 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: PHILIP KING Passaporte: 463165486, Processo: 46094007299201193 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: EDMOND DUANE COOPER Passaporte: 219488646, Processo: 46094011574201173 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: JAMES WENDELL VASTBINDER Passaporte: 460131930, Processo: 46094013285201117 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Estrangeiro: ART JOSEPH ARTON Passaporte: 403024131, Processo: 46094013834201145 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: VIKTOR GRYTSENKO Passaporte: EE280264, Processo: 46094013206201089 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Estrangeiro: BOTAO WANG Passaporte: G39760281, Processo: 46094016933201006 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: ZHIHUI CHEN Passaporte: G30275340, Processo: 46094002023201119 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CAROLINA CASTANEDA QUINONES Passaporte: CC52423995, Processo: 46094002608201139 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Estrangeiro: MAX CHRISTIAN EHRHARDT REICHEL Passaporte: CH1HNL5J9, Processo: 46094010548201128 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JUAN CARLOS LANDAZURI CABEZAS Passaporte: 1709212789, Processo: 46094011597201188 Empresa: SAP BRASIL LTDA Estrangeiro: SUSHUMNA PARUPALLI Passaporte: B5801994, Processo: 46094014464201163 Empresa: DALKIA BRASIL S.A. Estrangeiro: PERRINE MADELEINE DEMONGEOT Passaporte: 05RR11971, Processo: 46094007666201078 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Estrangeiro: CHRISTOPHER MARTIN DEVEREAUX Passaporte: BA620620, Processo: 46094014682201017 Empresa: OPMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RAFAEL RAMON GUEVARA Passaporte: C640050, Processo: 46094013549201124 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Estrangeiro: ATLE OYA FISKEBEKK Passaporte: 20803481, Processo: 46094013548201180 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Estrangeiro: HANS EIRIK ONARHEIM Passaporte: 20654016, Processo: 46094013550201159 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Estrangeiro: STEIN ERIK ANDERSEN Passaporte: 20405406, Processo: 46094015917201098 Empresa: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. Estrangeiro: TOMOTAKA SHINYA Passaporte: TG6491366, Processo: 46094002922201111 Empresa: MAYEKAWA DO BRASIL REFRIGERACAO LTDA Estrangeiro: MASAHIRO ISHITSUKA Passaporte: TG 7227871, Processo: 46094003876201178 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: SCOTT CHRISTOPHER SWARTS Passaporte: 470982922, Processo: 46094006502201112 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Estrangeiro: LUDOVICO DE CHIRICO Passaporte: AA5359401, Processo: 46094008687201191 Empresa: ACOTECNICA S/A INDUSTRIA E COMERCIO Estrangeiro: MARK DUNCAN WOOD Passaporte: 211592297, Processo: 46094008760201125 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: DANIEL AVELLANEDA Passaporte: 304091450, Processo: 46094008958201117 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: MATTHEW VINCENT BARTLETT Passaporte: 472710601, Processo: 46094008959201153 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: DANIEL THOMAS HILL Passaporte: 434426759, Processo: 46094010997201176 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Estrangeiro: AURELIO LENIN MITRE REYNA Passaporte: 1761923, Processo: 46094010044201116 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ABAD LEE PEREZ Passaporte: G01750112, Processo: 46094010045201152 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: LUCY DEL CARMEN GALLEGOS DIAZ Passaporte: G01749997, Processo: 46094016907201151 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Estrangeiro: ROLF HOP Passaporte: 26784960, Processo: 46094020767201115 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Estrangeiro: ALLAN JAMES MITCHELL Passaporte: 503875936, Processo: 46094005484201062 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ARISTIDES JOSÉ JIMENEZ QUIJADA Passaporte: 028315320, Processo: 46094013031201018 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: MARIUSZ LUKASZ JAWORSKI Passaporte: AU5923724, Processo: 46094013715201010 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: VLADIMIR PEREVOZOV Passaporte: 63N9036930, Processo: 46094001644201185 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: Sean Stewart Bickford Passaporte: BA620387, Processo: 46094018113201041 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: OLEKSIY SHUMIK Passaporte: AH695911, Processo: 46094008850201116 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Estrangeiro: JACQUELINE MCKENZIE Passaporte: 209101983, Processo: 46094012095201174 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: JAMIE MCHATTIE Passaporte: 402624713, Processo: 46094017851201151 Empresa: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Estrangeiro: KAMIL PATRYK KOZAK Passaporte: AJ 6564642.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46220002556201116 Empresa: INGLES AGORA ESCOLA DE IDIOMAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Helena Elizabeth Conlon Passaporte: 460133083, Processo: 46094015324201111 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW PHILIP TRAFFORD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Passaporte: 800991396, Processo: 46094021703201131 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA BRASILEIRA Prazo: 80 Dia(s) Estrangeiro: KATHARINA PASLAWSKI Passaporte: A1745739.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu por decurso de prazo os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094015464201008, Processo: 46220000199201143, Processo: 46220000223201144.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0368/2011 de 26/07/2011, 0371/2011 de 27/07/2011 e 0377/2011 de 28/07/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46212018601201064 Empresa: ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROT INFANCIA DR RAUL CARNEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIY DENYAK Passaporte: AH803186.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094024355201154 Empresa: ASSOCIACAO DESPORTIVA E CULTURAL METODISTA - ADCM Prazo: 13 Mês(es) Estrangeiro: NANCY CARRILLO DE LA PAZ Passaporte: B 927247.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094019421201174 Empresa: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CESAR AUGUSTO PATIÑO URIBE Passaporte: CC 94501775, Processo: 46094017297201111 Empresa: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAE HYUN KIM Passaporte: M17468511, Processo: 46094009361201181 Empresa: RECANTO COMERCIO DE FRIOS LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAVEL RUTH ROJAS HERRERA Passaporte: 5112435, Processo: 46094016700201186 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOANNA POLANSKA Passaporte: EB4505780, Processo: 46094019999201121 Empresa: THINKTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIACHEN LIU Passaporte: G26508545, Processo: 46094017634201161 Empresa: ASEC- INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA-EPP. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS HERNANDO CAMELO VELÁSQUEZ Passaporte: 79103883, Processo: 46094019960201111 Empresa: BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURICIO RAFAEL VALENCIA SOTO Passaporte: 13448795-K, Processo: 46094014800201178 Empresa: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUICHI SHIMIZU Passaporte: TH5212524, Processo: 46094019961201158 Empresa: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CECILE MARIE CATHERINE PERRIN Passaporte: 06AB46327, Processo: 46094019962201101 Empresa: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GISELE PATRICIA FERNANDEZ TAPIA DE MILLER Passaporte: 4128320, Processo: 46094017303201121 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrea Burghaus Passaporte: 583000808, Processo: 46094016107201130 Empresa: VTECH TECHNOLOGY CENTER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KUN CHANG Passaporte: G38106614, Processo: 46094016105201141 Empresa: VTECH TECHNOLOGY CENTER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUN LI Passaporte: G22292363, Processo: 46094016106201195 Empresa: VTECH TECHNOLOGY CENTER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PENG LIU Passaporte: G33515250, Processo: 46094017779201162 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAX JAVIER COLOMA NUÑEZ Passaporte: 5145190, Processo: 46094017112201160 Empresa: UMOE SCHAT HARDING DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO JACINTO MARTINS TAVARES Passaporte: H212221, Processo: 46094017641201163 Empresa: GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONH FREDY QUEVEDO VARON Passaporte: CC 93398190, Processo: 46094019681201140 Empresa: FNAC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marianne Julie Goalabre Passaporte: 07BD28526, Processo: 46094020000201196 Empresa: HEUFT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO TORINO CABALLERO Passaporte: AF408258, Processo: 46094017640201119 Empresa: GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN TRINO FLOREZ BARRIOS Passaporte: CC 91442770, Processo: 46094019959201189 Empresa: MICHAEL PAGE INTERNATIONAL DO BRASIL - RECRUTAMENTO ESPECIALIZADO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO CORDEIRO MADEIRA NUNES Passaporte: J913809, Processo: 46094017300201198 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gonçalo Guerra Maia de Loureiro Passaporte: L191388, Processo: 46094019580201179 Empresa: FNAC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paula Cristina Feiteiro dos Reis Gonçalves Passaporte: L690031, Processo: 46094019467201193 Empresa: SHEARMAN E STERLING LLP - CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO NORTE-AMERICANO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EVAN GLOVER ALSTON Passaporte: 104897071, Processo: 46094017534201135 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cristian Felipe Ruilova Vidal Passaporte: 0912530482, Processo: 46094018473201123 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Patrick Landry Passaporte: 09AC61536, Processo: 46094019740201180 Empresa: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODICA EVTUHOVICI Passaporte: 12049961, Processo: 46094019422201119 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER OLIVER BAUER Passaporte: 354817074, Processo: 46094019398201118 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO PAREJO NAVAJAS Passaporte: BC873081, Processo: 46094019946201118 Empresa: JAPONIQUE LOJA DE CONVENIENCIA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUKE ASHLEY CARTER Passaporte: 303530859, Processo: 46094019684201183 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SVEN HORNER Passaporte: X2780377, Processo: 46094020061201153 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALLYSON ELAINE MILNER Passaporte: 076779908, Processo: 46094020048201102 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PERCY ENRIQUE RIVERA SALAS Passaporte: 4700868, Processo: 46094019742201179 Empresa: SKY BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ESTHER FERNANDA ANGULO SANTIBANEZ Passaporte: GO 1301681, Processo: 46094019403201192 Empresa: AARHUSKARLSHAMN DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: LORENA MARIA DE VETTOR PINILLOS Passaporte: 3549712, Processo: 46094019428201196 Empresa: WTVISION SISTEMAS INFORMATICOS PARA TELEVISAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERA MONICA CANADAS SARDINHA Passaporte: L003451, Processo: 46094019755201148 Empresa: GFT BRASIL CONSULTORIA INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Núria Mir Font Passaporte: AAA537793, Processo: 46094019652201188 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANN MARIE FRISCH Passaporte: 078422575, Processo: 46094019958201134 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUHA MIKAEL YLI-PETAEYS Passaporte: PR0852300, Processo: 46094019143201155 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUN ONISHI Passaporte: TZ0745053, Processo: 46094019402201148 Empresa: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALE SEGURANCA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luis Gonzaga Higuero Robles Passaporte: AC912603, Processo: 46094019145201144 Empresa: IGUASPORT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIOGO MIGUEL DE ARAÚJO MONTEIRO Passaporte: G861208, Processo: 46094019400201159 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO MIGUEL DE BRITO BENIS Passaporte: L676746, Processo: 46094019353201143 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER MAXIME MAGE Passaporte: 03TB46759, Processo: 46094019399201162 Empresa: GRADUS CONSULTORIA DE GESTAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CIPRIAN ALIS VILCU Passaporte: 13632984, Processo: 46094019401201101 Empresa: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SONIA CLARISSE MARTINS CARDOSO Passaporte: J152011, Processo: 46094019395201184 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HOYOUNG PARK Passaporte: M54467821, Processo: 46094019746201157 Empresa: OGILVY & MATHER BRASIL COMUNICACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO AFONSO VIEIRA DA SILVA LOPES COUTINHO Passaporte: L195575, Processo: 46094013844201181 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mark Harold McClure Passaporte: 801326264, Processo: 46094019405201181 Empresa: TATE & LYLE BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN MURGAS Passaporte: BG6554936, Processo: 46094019757201137 Empresa: BES SECURITIES DO BRASIL S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: elizabeth jane azzolini Passaporte: 206331272, Processo: 46094019656201166 Empresa: BEUMER LATINOAMERICANA EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRÉ SILVA DE MELO Passaporte: L718913, Processo: 46094019982201173 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER RICHARD PATRIARCA Passaporte: 483731964, Processo: 46094019744201168 Empresa: DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS PINEDA SERNA Passaporte: CC71751686, Processo: 46094020066201186 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKUYA SAGARA Passaporte: TK 3617096, Processo: 46094020081201124 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOMENICO GATTI Passaporte: AA0478238, Processo: 46094020676201180 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HYUNCHAN LEE Passaporte: M27678627, Processo: 46094019956201145 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LANXIANG XU Passaporte: G48050833, Processo: 46094019957201190 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAIFANG ZHANG Passaporte: G50176353, Processo: 46094020025201190 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMON PERALBO UZQUIANO Passaporte: AAD577336, Processo: 46094020026201134 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER LARRAZ BORDONABA Passaporte: AAD417429, Processo: 46094020024201145 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR JAVIER JACOME IDROVO Passaporte: 1706691944, Processo: 46094020027201189 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORDI ORTIZ LÓPEZ Passaporte: BF421855, Processo: 46094020056201141 Empresa: AQUARIUS SHIPPING AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO MEINHARD GLAUSCH Passaporte: C1TCJCHFG, Processo: 46094020058201130 Empresa: OCTO TECHNOLOGY BRASIL CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTOINE MAURICE VERET Passaporte: 05TT64147, Processo: 46094020101201167 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEFAN CHEN Passaporte: G23668017, Processo: 46094020085201111 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QIFENG LIU Passaporte: G45448349, Processo: 46094020086201157 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIANPIAN LI Passaporte: G22821598, Processo: 46094020210201184 Empresa: FOSTER WHEELER AMERICA LATINA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julio Cesar Henao Passaporte: WQ850559, Processo: 46094020666201144 Empresa: CHRISTENSEN RODER PRODUTOS E SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS RAMON MONTERO VARGAS Passaporte: CC5689060, Processo: 46094020815201175 Empresa: PE LATAM SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID VIDANES OVELLEIRO Passaporte: AAC878495, Processo: 46094020887201112 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL JURADO POZUELO Passaporte: AAB176235.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094019693201174 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Samantha Mendes Gonçalves Passaporte: L566133.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46207000922201162 Empresa: FORMASET INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Guy Michel Mausy Passaporte: 11AH16574, Processo: 46094009749201182 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYRON EDUARDO GONZALEZ Passaporte: 000084581, Processo: 46094010526201168 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: IAIN CAMERON SUTHERLAND Passaporte: 099197627, Processo: 46094010524201179 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: WILLIAM FRANCIS BRUMBAUGH JR Passaporte: 438608658, Processo: 46094010527201111 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHD ARIS BIN SUPAR Passaporte: E1605182K, Processo: 46094010590201149 Empresa: BERMAS MARACANAU INDUSTRIA E COMERCIO DE COURO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO SOFONISBI Passaporte: B662929, Processo: 46094010591201193 Empresa: BERMAS MARACANAU INDUSTRIA E COMERCIO DE COURO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIOSUE CALANDRINO Passaporte: YA0215646, Processo: 46094011556201191 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gordon Hugh Macquarrie Passaporte: BA387026, Processo: 46094010900201125 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MORA BARRERA Passaporte: AAB831038, Processo: 46094011863201172 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMILY ANN HARRELL Passaporte: 404442500, Processo: 46094011864201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QI WANG Passaporte: 405480820, Processo: 46094011865201161 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROY LOUIS SMALL Passaporte: 434261260, Processo: 46094012630201197 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK FAHRENBERGER Passaporte: CH8FGYN5F, Processo: 46094013726201172 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNWOK JUNG Passaporte: SC4000126, Processo: 46094014202201107 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: George Mugurel Ciolacu Passaporte: 12576204, Processo: 46094014209201111 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Maximo Bolivar Castañeda Tapia Passaporte: BB382203, Processo: 46094014055201167 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY GIRARD BOUDREAUX JR Passaporte: 402545575, Processo: 46094014208201176 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dimitar Ivanov Georgiev Passaporte: AF392308, Processo: 46094014207201121 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gonzalo Manuel Ruiz Roa Passaporte: BC305380, Processo: 46094014212201134 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jesus Manuel Torres Piquet Passaporte: Q 553827, Processo: 46094014211201190 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Raul Ramirez Gismero Passaporte: AAB853888, Processo: 46094014210201145 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Lucio Euclides Matute Gallegos Passaporte: A2406000, Processo: 46094014203201143 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: David Garcia Lopez Passaporte: AAC162501, Processo: 46094014214201123 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ramiro Alfredo Jiron Abad Passaporte: AAB601982, Processo: 46094014213201189 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Vicente Sanchez Juarez Passaporte: AAD109011, Processo: 46094014032201152 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TERO TAPANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

KOSKINEN Passaporte: 17089196, Processo: 46094015673201124 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ANDRES ROMERO MIÑO Passaporte: 1710634757, Processo: 46094016231201103 Empresa: SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: HIDEYUKI YAMAMOTO Passaporte: TH9508545, Processo: 46094015993201184 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAZMIN ADRIANA HERNANDEZ LOPEZ Passaporte: 08340000227, Processo: 46094015995201173 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO HUERTA ROJAS Passaporte: 02390035026, Processo: 46094017420201195 Empresa: PANAMBRA ZWICK COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARIN HANAK Passaporte: 703811274, Processo: 46094017331201149 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN MICHAEL HALL Passaporte: 213690118, Processo: 46094017330201102 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES MARVIN BETHKE Passaporte: 219988997, Processo: 46094017329201170 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM JOHNSON JR Passaporte: 465636417, Processo: 46094017328201125 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND LOUIS BEAVERS Passaporte: 445164690, Processo: 46094017327201181 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS ALEXANDER MC CLOUD Passaporte: 447273120, Processo: 46094017332201193 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ROBERT CAMPIONE Passaporte: 420427286, Processo: 46094015994201129 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SILVERIO ARGUELLO MANRIQUE Passaporte: G04031847, Processo: 46094016949201191 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL EDWARD EPSTEIN Passaporte: 308227561, Processo: 46094017333201138 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRESTON MICHAEL LUKE Passaporte: 444658138, Processo: 46094017334201182 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW ALLEN CUDE Passaporte: 439132614, Processo: 46094017335201127 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRETT ANDREW ALLRED Passaporte: 420459470, Processo: 46094017887201135 Empresa: CERAMICA SCARPINELLI LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER WUNDER Passaporte: CGRNKX43Y, Processo: 46094018684201166 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XUEZHU JIAO Passaporte: G49975559, Processo: 46094016465201142 Empresa: KELLER ENGENHARIA GEOTECNICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUEL AGAYAN FISCO Passaporte: UU0283321, Processo: 46094017724201152 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAHIRO INOUE Passaporte: TZ0527824, Processo: 46094017078201123 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS S. A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRIS ALAN WAGNER Passaporte: 422080833, Processo: 46094016807201124 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS S. A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT LESLIE WOOD Passaporte: 136087852, Processo: 46094016962201141 Empresa: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES FREDRICK REES Passaporte: 452330207, Processo: 46094019842201103 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUKAS MICHALOVIC Passaporte: 38520076, Processo: 46094017247201125 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT LOUIS STRICKLAND Passaporte: 048267277, Processo: 46094017290201191 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO HORACIO FIGUEROA ANZALDO Passaporte: 07350028585, Processo: 46094017968201135 Empresa: SONARDYNE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH BRYCE BUSH Passaporte: 099038555, Processo: 46094017759201191 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN FLEMING Passaporte: 800910727, Processo: 46094017936201130 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: até 03/01/2012 Estrangeiro: OLIVIER CHRISTOPHER CHARRON Passaporte: 04DH74772, Processo: 46094018686201155 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BAILIANG LI Passaporte: G39279615, Processo: 46094019841201151 Empresa: LEAR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INTERIORES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN EFREN ARREOLA REYES Passaporte: G01363565, Processo: 46094019692201120 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASARU YODA Passaporte: TK3814264, Processo: 46094019570201133 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO HERRERA OJEDA Passaporte: 07310007940, Processo: 46094019573201177 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS CEAZAR LALAP SOSA Passaporte: XX2682808.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094010013201157 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jean Paul Rogé Passaporte: 11A176268, Processo: 46094010014201100 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jerôme Yohan François Thiery Passaporte: 07AF91588, Processo: 46094010015201146 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Laurent Chrisptophe Lentka Passaporte: 04CF06534, Processo: 46094010016201191 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Patrick Michel Henri Prevostat Passaporte: 07AF49681, Processo: 46094010018201180 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Edgar Falkowski Passaporte: 510205743, Processo: 46094010019201124 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jörg Geuenich Passaporte: C7RJ4N8PI, Processo: 46094011215201116 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT GEORGE GILLIE Passaporte: 094357236, Processo: 46094012626201129 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL HAHN Passaporte: 36504861, Processo: 46094012629201162 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RENE LOFFLER Passaporte: CCJH67XC8, Processo: 46094012627201173 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS NATHER Passaporte: 037703619, Processo: 46094013042201171 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFFEN TOBER Passaporte: 257902000, Processo: 46094014316201149 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VITOR JOSÉ MONTEIRO DA SILVA ALHO Passaporte: J440958, Processo: 46094019124201129 Empresa: CONSORCIO CONDUTO-EGESA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARM FREDERIK STEGMANN Passaporte: 158807068, Processo: 46094015547201170 Empresa: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL CHRISTOPHER BROCKMAN Passaporte: N3209615, Processo: 46094018220201150 Empresa: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE ENRIQUE HUAMAN PINILLOS Passaporte: 2930865, Processo: 46094020453201112 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ GILLE Passaporte: 778864721, Processo: 46094021225201160 Empresa: COMANDO DA AERONAUTICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dagoberto Medina Flores Passaporte: JQ894174, Processo: 46094021317201140 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATISH RAMACHANDRAN Passaporte: Z1948281, Processo: 46094021318201194 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MALLAIAH MURUGAN Passaporte: Z1745431, Processo: 46094021315201151 Empresa: ABP INDUCTION SISTEMAS DE FUNDICAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERD HERMANN ZILLINGER Passaporte: C7WTRK76J, Processo: 46094021525201149 Empresa: JOHN DEERE BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NITIN SAINATH ROHAMARE Passaporte: G1389733, Processo: 46094021526201193 Empresa: JOHN DEERE BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHRIKANT VASANTRAO MIRGE Passaporte: H0881629, Processo: 46094018632201190 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN CHMELÍK Passaporte: 38655814, Processo: 46094021982201133 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENJI OTANI Passaporte: TK4424501, Processo: 46094021984201122 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIHIKO MINAMI Passaporte: TK3592138, Processo: 46094021985201177 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKIRA MURAYAMA Passaporte: TG8157990, Processo: 46094021978201175 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOYUKI ISHII Passaporte: TK0250910, Processo: 46094021979201110 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIICHI KATO Passaporte: TG7679490, Processo: 46094021980201144 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KATSUHIRO YOKOJI Passaporte: TK2752420, Processo: 46094021549201106 Empresa: TTS SENSE - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LINDA HELLUM Passaporte: 28106192, Processo: 46094018997201114 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUDY SANCHEZ Passaporte: 445876544, Processo: 46094019296201101 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ryan David Smith Passaporte: 141807536, Processo: 46094019818201166 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Havard Molid Passaporte: 25419713, Processo: 46094020049201149 Empresa: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAIN MARK Passaporte: 01 DB 57701, Processo: 46094019445201123 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KLAUS CARL STEIN Passaporte: C1VV184KW, Processo: 46094019442201190 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK ANTHONY RAMIREZ Passaporte: 464994044, Processo: 46094019909201100 Empresa: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YANNI SUN Passaporte: G27312928, Processo: 46094019906201168 Empresa: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIZHAN SUN Passaporte: G50605320, Processo: 46094019908201157 Empresa: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAJUN KANG Passaporte: G31203059, Processo: 46094021713201177 Empresa: GLEASON DO BRASIL - COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIHIKO MATSUMOTO Passaporte: TH3531968, Processo: 46880000090201132 Empresa: GEA DO BRASIL INTERCAMBIADORES LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JIAN LONG ZHEN Passaporte: WS947941, Processo: 46094022119201101 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CONOR FRANCIS BOLTON Passaporte: 108395065, Processo: 46094019823201179 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JASON DENSON LAMBRIGHT Passaporte: 481561945, Processo: 46094022120201128 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ROBERT WILLIAMS Passaporte: 307680234, Processo: 46094022121201172 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON DOMINIC JOHN JENNER WARREN Passaporte: 307029878, Processo: 46094022005201153 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BERNHARD HEUCKE Passaporte: 951560396, Processo: 46094022009201131 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS GERHARD KUEHNE Passaporte: 8284305552, Processo: 46094019821201180 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EVANS JOHN CLOTEAUX Passaporte: 403944814, Processo: 46094022006201106 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO MUELLER Passaporte: CH1HJKJ4Z, Processo: 46880000091201187 Empresa: GEA DO BRASIL INTERCAMBIADORES LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: CHEN YOIET CHU Passaporte: BA474696, Processo: 46094020064201197 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROSS ANDREW CRAFT Passaporte: 465612396, Processo: 46094022075201110 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHELDON RAMDHAN Passaporte: TA153265, Processo: 46094022074201167 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCOS EDUARDO COBOS Passaporte: 30231588N, Processo: 46094020037201114 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Pau Roca Pares Passaporte: BD283719, Processo: 46094022082201111 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: ALBERTO PASINI Passaporte: YA1652804, Processo: 46094020377201145 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAREK KORCEK Passaporte: 36811435, Processo: 46094022117201112 Empresa: ENERBRASIL-ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTÓNIO ERMIDA MARINHEIRA Passaporte: L737565, Processo: 46094022116201160 Empresa: ENERBRASIL-ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS JORGE PINTO RODRIGUES Passaporte: L569993, Processo: 46094021483201146 Empresa: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDETO YAMAMOTO Passaporte: TG5775038, Processo: 46094021482201100 Empresa: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIRO IIO Passaporte: TK1368293, Processo: 46094021710201133 Empresa: FLEXTRONICS INSTITUTO DE TECNOLOGIA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Benjamin Donald Herrenschmidt Passaporte: 08AD51024, Processo: 46094021711201188 Empresa: FLEXTRONICS INSTITUTO DE TECNOLOGIA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL MACKERRAS Passaporte: N1710823, Processo: 46094021676201105 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES WILLIAM CURRIE Passaporte: 309544108, Processo: 46094021468201106 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIGURD VOLDSUND NYGARD Passaporte: 25628671, Processo: 46094021350201170 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDERS GARLID Passaporte: 28100233, Processo: 46094021989201155 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NIKITA ARESHEV Passaporte: 27724955, Processo: 46094021997201100 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAAL HELMICHSEN Passaporte: 25765098, Processo: 46094022001201175 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK MANFRED FRANZ MÜLLER Passaporte: C4YMT63HT, Processo: 46094021891201106 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAM IVAR HOVDEN Passaporte: 28290964, Processo: 46094021286201127 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andrea Manfredi Passaporte: YA0599980, Processo: 46094021291201130 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andrea Barozzi Passaporte: AA3454267, Processo: 46094020961201109 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Glenn Dale Gavinchuk Passaporte: BA644285, Processo: 46094021287201171 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andrea Canepa Passaporte: AA0580849, Processo: 46094021292201184 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Michele Bandera Passaporte: AA3454788, Processo: 46094022003201164 Empresa: FLEXIBRAS TUBOS FLEXIVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATEUS KALUNSEVIKO Passaporte: N0715632, Processo: 46094021288201116 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Giovanni Luigi Pedrazzi Passaporte: AA1537433, Processo: 46094021290201195 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mauro Bini Passaporte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

E168316, Processo: 46094021289201161 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Daniele Nordio Passaporte: E173449, Processo: 46094021643201157 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERARD ROBERT PINCHON Passaporte: 11AR48268, Processo: 46094021554201119 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMILIANO RODRIGUEZ SERNA Passaporte: AAC155832, Processo: 46094021841201111 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAYUKI NAKANISHI Passaporte: MS7708761, Processo: 46094021840201176 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOICHI MURASE Passaporte: TH4768157, Processo: 46094021839201141 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHINORI ONODA Passaporte: TH4255467, Processo: 46094021476201144 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PENG FAN Passaporte: G50801848, Processo: 46094021477201199 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHANJIN LU Passaporte: G50803562, Processo: 46094021478201133 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIAOPING ZHANG Passaporte: G50622061, Processo: 46094022268201162 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gregory Alan Chapman Passaporte: 422080681, Processo: 46094021480201111 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ENGANG LENG Passaporte: G49972172, Processo: 46094021479201188 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MING ZHANG Passaporte: G50338142, Processo: 46094021481201157 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QUN WANG Passaporte: G22070901, Processo: 46094022079201190 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: BRANKO IMPER Passaporte: 154427056, Processo: 46094021469201142 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAAKKO ROOPE ILMARI ESKOLA Passaporte: PX2623162, Processo: 46094021712201122 Empresa: GLEASON DO BRASIL - COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIGERU SAITO Passaporte: TH 2397488, Processo: 46094021842201165 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEITARO HASHIMOTO Passaporte: TK2765917, Processo: 46094021675201152 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CESAR ENRIQUE TORRES LEDEZMA Passaporte: 042533577, Processo: 46094021677201141 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON CHARLES DAVIES Passaporte: 093248361, Processo: 46094021674201116 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HERNAN GOLDEMBERG Passaporte: 18343439N, Processo: 46094022098201116 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOUKE PETER ZUIDERHOF Passaporte: NPF7HPPR2, Processo: 46094021975201131 Empresa: EXPRO DO BRASIL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS ROUND Passaporte: 456591243, Processo: 46094021976201186 Empresa: EXPRO DO BRASIL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOUGLAS IAN HENDERSON Passaporte: 453617121, Processo: 46094021829201114 Empresa: TRACERCO DO BRASIL - DIAGNOSTICOS DE PROCESSOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARY HOWARD BASTIMAN Passaporte: 099233290, Processo: 46094022011201119 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROGER ARLEN HORST Passaporte: 103830751, Processo: 46094021330201107 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAREK JANUSZ WASOWICZ Passaporte: AB8138025, Processo: 46094022096201127 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL BERRIMAN Passaporte: 800650509, Processo: 46094022158201109 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANUS REISENHUS Passaporte: 203289197, Processo: 46094022012201155 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RENE RAHBEK Passaporte: 204632383, Processo: 46094022013201108 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORBEN DAHL RASMUSSEN Passaporte: 202448717, Processo: 46094022010201166 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL DEAN WALLACE Passaporte: 428473637, Processo: 46094022160201170 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK JAMESON AVERY Passaporte: 800222896, Processo: 46094021384201164 Empresa: PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIYONG ZHAO Passaporte: G26599046, Processo: 46094021383201110 Empresa: PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BIXIANG WANG Passaporte: G27679136, Processo: 46094021921201176 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AHMED KHALIL ALLA Passaporte: 09AI79057, Processo: 46094021385201117 Empresa: PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUALIANG LAI Passaporte: G27679135, Processo: 46094020647201118 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHINJI KATSUKI Passaporte: TZ0206313, Processo: 46094021616201184 Empresa: AGR DRILLING SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Havard Breie Passaporte: 27871184, Processo: 46094021319201139 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOR INGE FOSSAN Passaporte: 21207665, Processo: 46094022081201169 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: FILLIPPO CASIRAGHI Passaporte: YA0114119, Processo: 46094021775201189 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURT OERJAN BRU JOESSANG Passaporte: 26954227, Processo: 46094021912201185 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LLOYD DAVID HERNANDEZ II Passaporte: 481353729, Processo: 46094022099201161 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN ALBERTUS DE KROON Passaporte: NX12RLH19, Processo: 46094021732201101 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NUNO ANTONIO SILVA RAMOS Passaporte: J862152, Processo: 46094021612201104 Empresa: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIRK BROGMUS Passaporte: 1014639583, Processo: 46094021570201101 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ HOPPE Passaporte: CG5FMY8MN, Processo: 46094021731201159 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANCE HOBBY Passaporte: 306950180, Processo: 46094021869201158 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANTHOSH KUMAR NEELAM Passaporte: G5748099, Processo: 46094021808201191 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANETA ANNA ELIASZ Passaporte: AS1267060, Processo: 46094021629201153 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES PAUL GESE Passaporte: 457227213, Processo: 46094021628201117 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ALAN IRVIN Passaporte: 028459165, Processo: 46094021569201179 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INGEMAR TAUBER Passaporte: CG5FL25VY, Processo: 46094021766201198 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN ZARSKE Passaporte: 886304623, Processo: 46094022094201138 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIO ORLANDI Passaporte: AA2985518, Processo: 46094022095201182 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABRIZIO VERGA Passaporte: C258068, Processo: 46094021768201187 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HEINZ HEMPFLING Passaporte: 886304887, Processo: 46094020646201173 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI TACHIBANA Passaporte: TH3475476, Processo: 46094021870201182 Empresa: STX OSV NITEROI S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAY HENNING OEKLAND HIGRAFF Passaporte: 25440708, Processo: 46094021783201125 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIRIL OLSEVSKIJ Passaporte: WP208835, Processo: 46094022778201130 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINCHUL CHOI Passaporte: JG0016078, Processo: 46094022768201102 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEJIN OH Passaporte: DG1718332, Processo: 46094022770201173 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOONHWA PARK Passaporte: M66431148, Processo: 46094022769201149 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYOUNGSOO KIM Passaporte: GK2349687, Processo: 46094022767201150 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYUNG KUN CHO Passaporte: M15544686, Processo: 46094022766201113 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEEJAE SHIN Passaporte: AY0080219, Processo: 46094022765201161 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNJUN KIM Passaporte: M57571453, Processo: 46094022777201195 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAK SAM KIM Passaporte: M54124917, Processo: 46094022776201141 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYONGYONG LEE Passaporte: GK2335512, Processo: 46094021688201121 Empresa: BDP SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Franco Luigi Locati Passaporte: F604411, Processo: 46094022775201104 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BONGYEON CHO Passaporte: AY0074991, Processo: 46094022774201151 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYUNG HUR Passaporte: GK1816251, Processo: 46094022773201115 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIN HEUNG JUNG Passaporte: AY0043231, Processo: 46094022772201162 Empresa: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAEHYUK MOON Passaporte: M00538009, Processo: 46094021797201149 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joachim Ruud Passaporte: 27629975, Processo: 46094021936201134 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMMY ERIKSROED Passaporte: 25643235, Processo: 46094021937201189 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SONDRE ELLEFSEN Passaporte: 21307172, Processo: 46094022779201184 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JUNG KRAGSIG KRISTENSEN Passaporte: 200519500, Processo: 46094021935201190 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOAKIM JOHNSEN Passaporte: 25832981, Processo: 46094021799201138 Empresa: HENKEL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Donald Robb Vonk Passaporte: 212909033, Processo: 46094021800201124 Empresa: HENKEL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Terrence Ray Giles Passaporte: 211495353, Processo: 46094022124201114 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIROSLAW DOMINIK BANAS Passaporte: AT8075010, Processo: 46094022125201151 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF MARIAN BARTOCHA Passaporte: AT1298072, Processo: 46094022130201163 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOGDAN LESZEK BOJAROWICZ Passaporte: AT4460018, Processo: 46094022128201194 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANUSZ STANISLAW SWIERAD Passaporte: AU 2891969, Processo: 46094022138201120 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMIL MICHAL KOBOS Passaporte: AV5026387, Processo: 46094022137201185 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIROSLAW KOBOS Passaporte: EB6594614, Processo: 46094022136201131 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN FRANCISZEK KOSCIELECKI Passaporte: AH2385674, Processo: 46094022901201112 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANI LUCA Passaporte: F983437, Processo: 46094022897201192 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Valerio Casanova Passaporte: AA2350112, Processo: 46094021955201161 Empresa: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THEODOR GEROLD PETER Passaporte: F1338128, Processo: 46094022900201178 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCESCO ANTONIO FEDERICO CASTIGLIONI Passaporte: D683605, Processo: 46094022135201196 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARKADIUSZ IRENEUSZ PAWLOWSKI Passaporte: AF3304931, Processo: 46094022134201141 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMIL MROZEK Passaporte: EA9498206, Processo: 46094022132201152 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYSZARD WLADYSLAW LYSZCZARZ Passaporte: AT8219452, Processo: 46094022133201105 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL KAMIL KÓSCIELECKI Passaporte: EB4807880, Processo: 46094022155201167 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELLE ANAK PAING Passaporte: K18286362, Processo: 46094022156201110 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YEAP TEIK HUN Passaporte: A23257339, Processo: 46094022265201129 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WINSTON ARROYO BOCOL Passaporte: E1437705L, Processo: 46094022266201173 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER CHRISTIAN KIERKEGAARD Passaporte: 204057759, Processo: 46094022267201118 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK CHRISTOPHER INNES Passaporte: 099259300, Processo: 46094022131201116 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRZEJ GEBKA Passaporte: EB6286759, Processo: 46094022899201181 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMO CAMPANILE Passaporte: AA4075671.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094022689201193 Empresa: FRAZAO ASSISTENCIA CONTABIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIC HOLYSZEWSKI Passaporte: 07BA99073, Processo: 46094024014201189 Empresa: JOAO CARLOS COUTO - PRODUCOES CULTURAIS E ASSESSORIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADOLFO CANTO Passaporte: 09PT32762 Estrangeiro: AGÚSTIN ALFREDO LETELIER IBANEZ Passaporte: 10737120-6 Estrangeiro: AHMAD SEEAR AHMAD ALI Passaporte: OR628508 Estrangeiro: ALICE MARIE MILLÉQUANT Passaporte: 06AB62310 Estrangeiro: ANDREA MARCHANT FERNANDEZ ep. HIGUERAS RIVERA Passaporte: 10CR69230 Estrangeiro: ANDREAS SIMMA Passaporte: P3372685 Estrangeiro: ANNIE TRAN ép. TRAN Passaporte: 04AI32322 Estrangeiro: ARIANE SVETLANA MNOUCHKINE Passaporte: 04DH68677 Estrangeiro: ARMAN SARIBEKYAN Passaporte: AF0648028 Estrangeiro: ASTRID SAMANTHA GRANT Passaporte: L1594323 Estrangeiro: AYOKO EVE DOE BRUCE Passaporte: 03RB96083 Estrangeiro: CLAIRE ARIANE VAN ZANDE Passaporte: 06AX29242 Estrangeiro: DAVID YVES ERNEST BUIZARD Passaporte: 07AI78692 Estrangeiro: DOMINIQUE PAULE ELIANE JAMBERT Passaporte: 07AB85056 Estrangeiro: DUCCIO BELLUGI Passaporte: AA2780310 Estrangeiro: ELAINE MERIC Passaporte: 10CA41562 Estrangeiro: ELSA MARIE-EUGÉNIE REVOL Passaporte: 05TR19824 Estrangeiro: ETIENNE MARIE GEORGES LEONARD LEMASSON Passaporte: 04HC24218 Estrangeiro: EVEREST CANTO DE MONTSERRAT Passaporte: 07000001340 Estrangeiro: FRANCK FABIEN PENDINO Passaporte: 11AL68758 Estrangeiro: FREDERIQUE MARIE CHRISTINE VORUZ Passaporte: 08CP68124 Estrangeiro: HUGO MARC WILLIAM MERCIER-BOSSENY Passaporte: 07AC01003 Estrangeiro: ISABELLE EBRU ERDINC Passaporte: 10AZ41364 Estrangeiro: JEAN SEBASTIEN MERLE Passaporte: 04DI99759 Estrangeiro: JEAN-JACQUES GEORGES LOUIS LEMETRE Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02YC42741 Estrangeiro: JOHANN ULYSSE QUENTIN PERRUCHON Passaporte: 10CF034155 Estrangeiro: JUDIT ANDREA JANCSÓ Passaporte: BB8131636 Estrangeiro: JUDITH MARVAN ENRIQUEZ Passaporte: G02922030 Estrangeiro: JULES, TOM INFANTE Passaporte: 08CZ84425 Estrangeiro: JULIA MARIN Passaporte: 09PF04033 Estrangeiro: KARIM GOUGAM Passaporte: 05EI59043 Estrangeiro: KAVEH KISHIPOUR Passaporte: 10AH09800 Estrangeiro: LILIANA INES ANDREONE Passaporte: B872810 Estrangeiro: MAIXENCE BAUDUIN Passaporte: 05AX50831 Estrangeiro: MARC HENRI MICHEL PUJO Passaporte: 02AH62786 Estrangeiro: MARIA ADROHER BAUS Passaporte: X159832 Estrangeiro: MARIE-HELENE FLORENCE YVONNE BOUVET Passaporte: 04FH83203 Estrangeiro: MARIE-JASMINE CAROLE MARTINE COCITO Passaporte: EI438922 Estrangeiro: MARJOLAINE JESSICA LARRANAGA Y AUSIN Passaporte: 03XY60428 Estrangeiro: MAURICE CAMILLE STÉPHANE DUROZIER Passaporte: 07AR74956 Estrangeiro: NATHALIE JOSIANE THOMAS Passaporte: 04FH60483 Estrangeiro: OLIVIA CORSINI Passaporte: C 569537 Estrangeiro: PAULA GIUSTI Passaporte: AA4401832 Estrangeiro: PAULINE CATHERINE HENRIETTE POIGNAND Passaporte: 04FI63120 Estrangeiro: SAMIR ABDUL JABBAR SAED Passaporte: 05HH70574 Estrangeiro: SEBASTIEN MICHEL CLAUDE BROTTET - usage BROTTET-MICHEL Passaporte: 04BI39744 Estrangeiro: SEBASTIEN ROMAIN BONNEAU Passaporte: 09AX15344 Estrangeiro: SEIETSU ONOCHI Passaporte: TZ0477302 Estrangeiro: SERGE JOSEPH PIERRE NICOLAI Passaporte: 08AK54482 Estrangeiro: SIMONA GRASSANO Passaporte: AA0378742 Estrangeiro: SYLVAIN JAILLOUX Passaporte: 07CR33693 Estrangeiro: SYLVIE DOUCET Passaporte: 05HI24421 Estrangeiro: SYLVIE PAPANDRÉOU Passaporte: 04BH36164 Estrangeiro: THERESE SPIRLI Passaporte: 08CV09936 Estrangeiro: VIJAYAN PANIKKAVEETTIL Passaporte: F3939384 Estrangeiro: VINCENT MANGADO Passaporte: 07AB85076 Estrangeiro: VIRGINIE MARIE MAGUY LE COENT Passaporte: 07AK76889 Estrangeiro: YANN STÉPHANE LOUIS LEMÊTRE Passaporte: 03XH10019, Processo: 46094024046201184 Empresa: WEB ROCKERS MIDIA DIGITAL LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL THATCHER Passaporte: 097162953 Estrangeiro: JAMES JOSEPH CONTI Passaporte: 305310111 Estrangeiro: MARK JOSEPH DE ROSA Passaporte: 028075918 Estrangeiro: MATTHEW B STEWART Passaporte: 431404996 Estrangeiro: MICHAEL RICHARD BROWN Passaporte: 097125310 Estrangeiro: NADAV SAM NIRENBERG Passaporte: 113165735 Estrangeiro: PAUL JEFFERY WELLS Passaporte: 446786782 Estrangeiro: PETER CRAIG MCCULLOUGH JR Passaporte: 425909364 Estrangeiro: STEPHEN WILLIAM SMITH Passaporte: 206704116 Estrangeiro: TOMAS KALNOKY Passaporte: 445012235, Processo: 46094024138201164 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE E PROMOCOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHANE VINCENT KEHOE Passaporte: R403701, Processo: 46094024140201133 Empresa: SERGIO OBA MASLOWSKY Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EELKE KLEIJN Passaporte: BER68BRR3, Processo: 46094024048201173 Empresa: TLM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO HERNANDEZ PLASENCIA Passaporte: B928517 Estrangeiro: ANGEL TERRY DOMECH Passaporte: B725434 Estrangeiro: ARIEL JIMENEZ PORTUONDO Passaporte: B021722 Estrangeiro: CARLOS JESUS LLAPUR ALMAGUER Passaporte: B928480 Estrangeiro: CARLOS MANUEL CALUNGA CAMARENO Passaporte: B658527 Estrangeiro: FREDDY FERNANDEZ VALDES Passaporte: B505390 Estrangeiro: GILBERTO OVIEDO LA PORTILLA Passaporte: B928509 Estrangeiro: IDANIA VALENTINA VALDES CASUSO Passaporte: B647908 Estrangeiro: JESUS RAMOS REDONET Passaporte: B928508 Estrangeiro: JULIO CESAR QUINTAS VIEGAS Passaporte: BC630394 Estrangeiro: LUIS ALEMANY CONDE Passaporte: B647909 Estrangeiro: LUIS FELIPE HEREDIA GUERRA Passaporte: B234374 Estrangeiro: LUIS MANUEL MIRABAL PLASENCIA Passaporte: B928518 Estrangeiro: LUIS MANUEL MIRABAL VAZQUEZ Passaporte: B647877 Estrangeiro: OMARA PORTUONDO PELAEZ Passaporte: B959516 Estrangeiro: PEDRO PABLO GUTIERREZ VALDEZ Passaporte: B706696 Estrangeiro: ROLANDO LUNA CARRILLO Passaporte: B358654 Estrangeiro: ROLDAN RAMON CARBALLOSO GOMEZ Passaporte: B951614 Estrangeiro: ROMAN ORDONEZ JUAN Passaporte: BA915847 Estrangeiro: ROMAN SIN BARRERA Passaporte: BE963852 Estrangeiro: VICTORIANO MARCIANO SANCHEZ AGUIAR Passaporte: B647910, Processo: 46094024142201122 Empresa: MARCOS ANDRADE YAMIN Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID CHARLES SEAMAN Passaporte: 504490668, Processo: 46094024141201188 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKO RADOVANOVIC Passaporte: 008568310, Processo: 46094024047201129 Empresa: LUCIANO HENRIQUE DE SOUZA ALVES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID GIMENEZ CARRERAS Passaporte: AAD098677 Estrangeiro: JOSÉ CARRERAS COLL Passaporte: AAC524291 Estrangeiro: MARINA ELISABET SILVA Passaporte: 27833603N Estrangeiro: PAUL BRANTNER Passaporte: P2367537 Estrangeiro: PETER SCHNEEKLOTH Passaporte: C1T8XFJOR Estrangeiro: ROSEMARIE PRITZ Passaporte: P5298107, Processo: 46094024139201117 Empresa: BUZIOS ENTRETENIMENTO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD CHRISTIAN RENÉ JACQUIN Passaporte: 10CT39057, Processo: 46215029577201140 Empresa: J & S PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 17 Dia(s) Estrangeiro: Karl Dion Dixon Passaporte: 445924521.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094014180201177 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/01/2012 Estrangeiro: CHANDRASEKHAR DASH Passaporte: G5032300 Estrangeiro: MANOJ KUMAR SHARMA Passaporte: H3611624, Processo: 46094015267201161 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ORTIZ VIVEROS Passaporte: 03350016168, Processo: 46094015269201151 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN MATA MEZA Passaporte: 05060038856, Processo: 46094016436201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: LEONARD BULADACO ARANJUEZ Passaporte: XX2359174, Processo: 46094018472201189 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAWN EDWARD DE GEER Passaporte: 136080992, Processo: 46094022624201148 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 01/11/2011 Estrangeiro: WITOLD ANDRZEJ POLCYN Passaporte: AU 5893522, Processo: 46094022623201101 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 01/11/2011 Estrangeiro: RODOLFO MIGUEL VALADÃO VIANA BOTELHO Passaporte: L666527, Processo: 46094019897201113 Empresa: SENIOR NAVEGACAO LTDA. Prazo: até 12/12/2012 Estrangeiro: SICCO RITSMA Passaporte: NX 4989356, Processo: 46094019896201161 Empresa: SENIOR NAVEGACAO LTDA. Prazo: até 12/12/2012 Estrangeiro: SZCZEPAN ANDRZEJ HALAREWICZ Passaporte: AK 2908807, Processo: 46094022042201161 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: ARNE ERIK SKILBRED Passaporte: 26430418 Estrangeiro: BARRY WILLIAM GRANT Passaporte: 099122707 Estrangeiro: EDEN QUEMA ARMADA Passaporte: UU0522066 Estrangeiro: SAMSON JR. SOLIS YAUN Passaporte: XX4964450 Estrangeiro: TITO TAGANAP TUGAS Passaporte: XX5311374, Processo: 46094022463201192 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LLOYD JAMES MCWALTERS Passaporte: 209385246, Processo: 46094022316201112 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: ALASTAIR JOHN TAYLOR Passaporte: 403277449 Estrangeiro: BRUCE SCOTT WISHART Passaporte: 093194927 Estrangeiro: JAMES FOX HARVEY Passaporte: 501532428 Estrangeiro: JOHN ERIC MACDONALD ROBERTSON Passaporte: 453428662 Estrangeiro: JOHN STRACHAN Passaporte: 080064769 Estrangeiro: KIERAN ALEXANDER STIRLING Passaporte: 099130735 Estrangeiro: MARTIN REIERSEN HAGLAND Passaporte: 099110749 Estrangeiro: MATTHEW PAUL WINFIELD Passaporte: 206271389 Estrangeiro: MICHAEL SKUSE BLUNT Passaporte: 093153609 Estrangeiro: NICHOLAS JOHN WHITTAM Passaporte: 761319061 Estrangeiro: ROBERT JOSEPH MALLETT Passaporte: 099130711 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM LANCASTLE Passaporte: 099100629 Estrangeiro: ROSS KRISTIAN HARDY Passaporte: 800586882 Estrangeiro: STEPHEN DAWSON Passaporte: 502417101, Processo: 46094020960201156 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steven Atkinson Passaporte: 801658842, Processo: 46094021010201149 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 23/05/2012 Estrangeiro: JAMES ROBERT MICHAEL CRABB Passaporte: 099087958 Estrangeiro: JAMES WILLIAM HARRIS Passaporte: 761118670 Estrangeiro: JOHANNES RONTGEN MILLER Passaporte: 470560316 Estrangeiro: JOHN ANDREW COLLIN Passaporte: 099063870 Estrangeiro: KENNETH NORMAN MACINTYRE Passaporte: 401246462 Estrangeiro: LARRY ORONIA PINUELA Passaporte: XX4731001 Estrangeiro: MAURO JR. OMBAJIN MEJARES Passaporte: XX4708642 Estrangeiro: RODERICK CHARLES HUTTON Passaporte: 099220434 Estrangeiro: SCOTT MATHEW MACINTYRE Passaporte: 652057733 Estrangeiro: TERENCE DEREK RICHARDS Passaporte: 099171649, Processo: 46094022613201168 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 31/05/2013 Estrangeiro: Luis Alberto Arce Passaporte: 27095874N, Processo: 46094022464201137 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD TUFTS Passaporte: 099092334, Processo: 46094022437201164 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIT PRAKRAMSINGH TAWAR Passaporte: Z2083776, Processo: 46094022467201171 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRU AXAN Passaporte: 050090721, Processo: 46094022850201129 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAVVAS OIKONOMIDIS Passaporte: AH2820477, Processo: 46094022919201114 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/01/2013 Estrangeiro: ALEKSANDR SERGEEVITCH SAZIN Passaporte: EH242974, Processo: 46094022466201126 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN JOHN PARFITT Passaporte: M9382677, Processo: 46094022327201101 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAVEEN VITHAL POOJARI Passaporte: H4198164, Processo: 46094022338201182 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCIS LATVIJAS SKUJA Passaporte: LV3142091, Processo: 46094022335201149 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALF JOHAN ELIUSSEN Passaporte: 26422813 Estrangeiro: HAAKON ARNE LARSEN Passaporte: 27622278 Estrangeiro: HARALD SOERDAL Passaporte: 28171338 Estrangeiro: KIM PETTER KOPPERSTAD Passaporte: 21296300 Estrangeiro: KINE LOVISE SAETRE KJELKENES Passaporte: 28309822 Estrangeiro: ODD JOHANNES OWESEN ROEREN Passaporte: 28110156 Estrangeiro: OEYSTEIN URKE Passaporte: 27781068 Estrangeiro: OLAV SCOTT FANOEY NORD Passaporte: 28309998 Estrangeiro: SVEINERIK MUREN Passaporte: 20484329, Processo: 46094022525201166 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANJAY GOMES Passaporte: Z1812919, Processo: 46094022465201181 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL IGNACIO RENTERIA MEDINA Passaporte: 08040010316, Processo: 46094022339201127 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 14/01/2012 Estrangeiro: STEVEN JAMES BARNES Passaporte: 438288897, Processo: 46094022664201190 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: Allan Pelostratos Villar Passaporte: EB270893, Processo: 46094022340201151 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 14/01/2012 Estrangeiro: JORMA KALEVI LEHTIMAEKI Passaporte: MP0046748, Processo: 46094022428201173 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: GUNNAR OLE BERSAAS Passaporte: 20827026, Processo: 46094022334201102 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLE MORTENSEN Passaporte: 204986934, Processo: 46094022346201129 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERT LARSEN Passaporte: 102356445, Processo: 46094022341201104 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARSTEN VALEUR SJOEGREN Passaporte: 200720871, Processo: 46094022408201101 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMNUAY UDOM Passaporte: L851788 Estrangeiro: CHAIRAT INPOOWONG Passaporte: P938128 Estrangeiro: FRED DOUGLAS PERRY JR Passaporte: 441119965 Estrangeiro: JAMES LOUIS GOLJENBOOM Passaporte: 457837032 Estrangeiro: JAMES PHILIP ALVARADO Passaporte: 433043655 Estrangeiro: KHANIT SOPHAN Passaporte: S901789 Estrangeiro: PHILIP ARMOND GAUDET Passaporte: 403544471 Estrangeiro: SASIKIT TAMNOI Passaporte: W862180 Estrangeiro: THOMAS BRODIE ANAK SULANG Passaporte: K24329298 Estrangeiro: THOMAS PETER BREAUX Passaporte: 433067726, Processo: 46094022040201172 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: JAIME JATICO SUSAS Passaporte: XX2587268 Estrangeiro: JONATHAN INNES Passaporte: 094622996 Estrangeiro: PERRY GUALDRAPA LOPEZ Passaporte: VV0392095 Estrangeiro: PIOTR TYLISZ Passaporte: AH0004663 Estrangeiro: ROMAN PIOTR FENGLER Passaporte: AH5658140, Processo: 46094022058201174 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: BJARTE HAUGE SAGEN Passaporte: 21146085, Processo: 46094022612201113 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 04/02/2012 Estrangeiro: Andre Wijnand den Braven Passaporte: NT37JK308, Processo: 46094022342201141 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DAVID LISTER Passaporte: 308488024, Processo: 46094022895201101 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANATOLIJ PODSIVALOV Passaporte: 22248170, Processo: 46094022347201173 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEREK KEVIN BUNNEY Passaporte: 099128616, Processo: 46094022619201135 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERENCE ROBERT MIKOCH Passaporte: 442922332, Processo: 46094022846201161 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 19/05/2013 Estrangeiro: RAYMOND ROBERT HOPKINS Passaporte: 435165209, Processo: 46094022620201160 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICENTE JR. OUANO BONADOR Passaporte: XX2239046, Processo: 46094022671201191 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARD SUPATASHVILI Passaporte: 10AA49774, Processo: 46094022845201116 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/05/2012 Estrangeiro: LEONID SHATSKY Passaporte: 714976490, Processo: 46094022521201188 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS ASPELUND Passaporte: 26819094 Estrangeiro: VICENTE ALVAREZ Passaporte: 135020441, Processo: 46094022425201130 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/05/2012 Estrangeiro: JAN TERJE MUNDAL HINDENES Passaporte: 20743961, Processo: 46094022427201129 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 28/02/2013 Estrangeiro: MELCHOR HINA BALINGBING Passaporte: EB1600423, Processo: 46094022844201171 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERT SOTO Passaporte: 445897279 Estrangeiro: HERMAN ANDRAS JR Passaporte: 448247297 Estrangeiro: JARED ABRAM ATKINS Passaporte: 477392295 Estrangeiro: JOHN DANIEL MARTIN Passaporte: 441133464 Estrangeiro: KENNETH WAYNE COFFMAN Passaporte: 477747903 Estrangeiro: MARK MARTIN SAYER Passaporte: 466486574 Estrangeiro: RAY JAMES PIERCE Passaporte: 471543696 Estrangeiro: RICHARD JOSEPH ORDOYNE Passaporte: 403744138 Estrangeiro: ROBERT JOSEPH BARDWELL Passaporte: 403545889 Estrangeiro: THOMAS JOSEPH MASSA JR Passaporte: 436947841, Processo: 46094022333201150 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN FRIZZEL Passaporte: 466098199, Processo: 46094022328201147 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIK AUGUST JOHAN DE GROOT Passaporte: BM84189B6 Estrangeiro: JOHANNES KAPTEIN Passaporte: BXPB7H462, Processo: 46094022317201167 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: CALUM FRASER CAMPBELL Passaporte: 099059372 Estrangeiro: KAYE SARAH GRIMLEY Passaporte: 099253852 Estrangeiro: MARC KELTON JOHN CHILDS Passaporte: 106685959 Estrangeiro: YVES MARGUS BAUMANN Passaporte: 34522226, Processo: 46094022312201134 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: CRISTINEL SFREJA

IMPRENSA NACIONAL SOMENTE PARA CONSULTA

Passaporte: 15377370 Estrangeiro: ROBERT TAYLOR MCINTOSH Passaporte: 099030626 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM LYTLE Passaporte: 099153982 Estrangeiro: THEODOOR JOSEPH JULIUS VENEBOER Passaporte: NS713KLJ2 Estrangeiro: TRYGVE SJOELI Passaporte: 28075120 Estrangeiro: VASILICA BUTA Passaporte: 12378766, Processo: 46094022929201150 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CESARIO MANDANAS MACUHA Passaporte: XX0870428, Processo: 46094022928201113 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIKHAIL ZHURAVLEV Passaporte: 714674800, Processo: 46094022669201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS SERRANO BUSTINZA Passaporte: 4632688, Processo: 46094022318201110 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN CHALMERS Passaporte: 450289273 Estrangeiro: KEITH WILLIAM CASSWELL Passaporte: 484134069 Estrangeiro: NEIL ROGER WILSON Passaporte: M00022326, Processo: 46094022627201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIRILL KOLOSOV Passaporte: 63Nº9035500, Processo: 46094022401201181 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY LOVE Passaporte: 403077569 Estrangeiro: PATRICK ROBERT CLARKE Passaporte: 205230032, Processo: 46094022628201126 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: ERNST THEODOR OMDAL Passaporte: 26317830, Processo: 46094022528201108 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLEMAGNE MARIANO COROS Passaporte: XX1402719, Processo: 46094022629201171 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VITALY KRAVCHENKO Passaporte: EE608868, Processo: 46094022632201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ANDRIY MOCHALOV Passaporte: EH927927, Processo: 46094022660201110 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAY LOBANOV Passaporte: 705015958, Processo: 46094022618201191 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: DANIEL JACEK GRZYMALA Passaporte: AM3329595, Processo: 46094022854201115 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESS HUMMELMOSE DINESS Passaporte: 200198468, Processo: 46094022529201144 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN GLEN REGIE VERSOZA GIDUQUIO Passaporte: UU0594512, Processo: 46094022659201187 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS KENT MARTINEZ DIMEN Passaporte: XX5138531, Processo: 46094022856201104 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONAS MOELLER SIMONSEN Passaporte: 203281175, Processo: 46094022662201109 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAGAN JANAKIRAMAN Passaporte: F6869486 Estrangeiro: KIRAN LALJI SOLANKI Passaporte: H3707524 Estrangeiro: PREMKUMAR ANTONY Passaporte: F4731728 Estrangeiro: STANLEY LIONEL MORAIS Passaporte: H2234398, Processo: 46094022857201141 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENT MUXOLL HORNBECH ANDERSEN Passaporte: 201341847, Processo: 46094022630201103 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: ARI TAPANI NURMI Passaporte: PT0591327 Estrangeiro: JAN HOMSTOEL Passaporte: 28077182 Estrangeiro: OLA JOHAN WILHELM DAHLSTROEM Passaporte: 45017895, Processo: 46094022448201144 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNOLD LAGRISOLA DINGLASAN Passaporte: XX0068728, Processo: 46094022531201113 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 23/03/2012 Estrangeiro: EDUARDO ALEJANDRO PEREA Passaporte: 22820035N, Processo: 46094022631201140 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: DARIUSZ MIKOLAJ SOSNOWIECKI Passaporte: EA4414458, Processo: 46094022853201162 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANNE KJEMS KRISTENSEN Passaporte: 102442643, Processo: 46094022665201134 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROGER DALTON-MORRIS Passaporte: 099229846, Processo: 46094022444201166 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/06/2013 Estrangeiro: HAMEL CLIFTON PEREIRA Passaporte: E2992268 Estrangeiro: OSITA FELIX NWABUNIKE Passaporte: A01467325, Processo: 46094022927201161 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISANTO JR. MARALIT JAVIER Passaporte: XX3672226, Processo: 46094022663201145 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID AUGUSTO GONZALEZ Passaporte: 436044145 Estrangeiro: JAYSON DONALD HARVEY Passaporte: 309917209 Estrangeiro: LEOBARDO ZARATE HERNANDEZ Passaporte: 421784902 Estrangeiro: THOMAS PATRICK HANLEN Passaporte: 467519986, Processo: 46094022849201102 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOBY ADAM MICHAEL RUSSELL Passaporte: 206885425, Processo: 46094022925201171 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KURT THOMAS BELYEU Passaporte: 483733446, Processo: 46094022926201116 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAMIR BAJIC Passaporte: 003533668, Processo: 46094022877201111 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 23/03/2012 Estrangeiro: CRISTIAN DARIO BAEZ Passaporte: 31794829N Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO GARCIA VIZCAINO Passaporte: 021318300 Estrangeiro: RUBEN ANTONIO FUENTES Passaporte: 28485662N, Processo: 46094022869201175 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: TERJE ANDRESEN Passaporte: 27968987, Processo: 46094022870201108 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: GORDON RONALD CHARLES FOOT Passaporte: 099152165 Estrangeiro: LUCIAN TRAIAN ANTON Passaporte: 050318999 Estrangeiro: PAUL JASON HEGARTY Passaporte: 085108406 Estrangeiro: ROBERT TANDA NEBA Passaporte: 868032 Estrangeiro: SHANAVAS PUTHUPPARAMBIL HAMEED RAWTHER Passaporte: H3914777 Estrangeiro: SYLVAIN ANDRE PIERRE Passaporte: 07AZ43150, Processo: 46094022918201170 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: Boren Maras Passaporte: 066771360, Processo: 46094022730201121 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 27/10/2012 Estrangeiro: IGOR TANSHYN Passaporte: EK488074, Processo: 46094022864201142 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: ADAMS JOSEPH NGWA CHEUWI Passaporte: 01397172 Estrangeiro: GEORGES PATRICK BEAS NDEDI Passaporte: 01322968 Estrangeiro: HENRI WANDA Passaporte: 01300375 Estrangeiro: RICHARD OBI AKO Passaporte: 893602 Estrangeiro: SAMUEL NANGAH SUH Passaporte: 01353396 Estrangeiro: TANGWA FELIX AKOUNJI Passaporte: 01437574, Processo: 46094022867201186 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: VANCE LANDRY Passaporte: BA452843, Processo: 46094022932201173 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/09/2011 Estrangeiro: MANISH KUMAR DHANKHAR Passaporte: G6503151 Estrangeiro: VIKAS PATHANIA Passaporte: H1585706, Processo: 46094022930201184 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: LEONARDO DE GUZMAN MATEO Passaporte: XX4823698, Processo: 46094022874201188 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ZENON BAJAO MACARAYAN Passaporte: EB1132903.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094012954201125 Empresa: CAPGEMINI BUSINESS SERVICES BRASIL - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SULAX SIRIBAGILU VITTALA Passaporte: E7662956, Processo: 46094014726201190 Empresa: BASF SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA LEE CRITES Passaporte: 400599656, Processo: 46094018073201118 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER VINCENT O'ROURKE Passaporte: PB8859585, Processo: 46094021146201159 Empresa: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATIANA MARIA ROIZ PEREZ Passaporte: 040879626, Processo: 46094021632201177 Empresa: WHIRLPOOL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW EVERETT SPANGLER Passaporte: 425400525, Processo: 46094021627201164 Empresa: TERRA NETWORKS BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FORENCIA PASCUA Passaporte: 32867892N.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094021206201133 Empresa: INSTITUTO SINTEF DO BRASIL - ISDB Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TROND NORDTUG Passaporte: 27264324, Processo: 46094021207201188 Empresa: INSTITUTO SINTEF DO BRASIL - ISDB Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BJØRN HENRIK HANSEN Passaporte: 26334314.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso II):

Processo: 46094021200201166 Empresa: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FREDERICO MIGUEL PREZA PEDREIRA ELIAS DA COSTA Passaporte: R374609, Processo: 46094021085201120 Empresa: TELEMAR PARTICIPACOES S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO GUIMARAES E MELO DE OLIVEIRA GUTERRES Passaporte: H556928, Processo: 46094021036201197 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: XIONG ZHANG Passaporte: G39772611, Processo: 46094021035201142 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WEIQIANG DU Passaporte: G29008315, Processo: 46094021030201110 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WEIBIN HE Passaporte: G31280454, Processo: 46094021032201117 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ZIQIANG DONG Passaporte: G20656858, Processo: 46094021033201153 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JIANKANG LU Passaporte: G21833122, Processo: 46094021034201106 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DEJUN WU Passaporte: G23861370.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094005608201191 Empresa: GUOXIA E LIU COMERCIO DE ARMARINHO LTDA EPP Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ZHAO CHEN Passaporte: G28771082, Processo: 46094013429201127 Empresa: NEW LOOK MIDIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ramon Günther Passaporte: 130118681, Processo: 46094019377201101 Empresa: PROTEA EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORGE MANUEL MOTA DE AZEVEDO Passaporte: L208220, Processo: 46094015191201174 Empresa: GFZ BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Cyrus Syroos Makarechian Passaporte: 448831460, Processo: 46205009375201109 Empresa: CONCRETOP CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERNANDO ARLINDO FELIX TELES VARELA Passaporte: V627912, Processo: 46094019375201111 Empresa: ELEMENTS CLUB PARTICIPACOES IMOBILIARIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDWARD BLAKE BAILLIE Passaporte: 094611734, Processo: 46094018387201111 Empresa: PIQUES INVESTIMENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Mathieu Olivier PIQUES Passaporte: 08AL68907, Processo: 46094019191201143 Empresa: BOIPEBA EVENTOS LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO MICHIELI Passaporte: AA1705558, Processo: 46094016690201189 Empresa: METRA MULTIHUSILLOS COMERCIO E IMPORTACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Antonio Mendez Trabado Passaporte: AA484242, Processo: 46094016514201147 Empresa: BRILLIANT DIAMOND DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PEDRAS LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: HARESH TRIKAMLAL SHAH Passaporte: G9436742, Processo: 46094019374201169 Empresa: RAINBOW POUSADA E RESTAURANTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HENDRIKUS JOHANNES VAN OOIJEN Passaporte: NUD49LC46, Processo: 46094018888201105 Empresa: FLAMASSI - SERVICOS DE PERFURACOES DIAMANTADAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FLAVIO MARUSSI Passaporte: YA1107544, Processo: 46094018505201191 Empresa: ZHAO VARIEDADES E PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Zhao Jinda Passaporte: G48200640, Processo: 46094018506201135 Empresa: QUINTA IMPERIAL - INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Javier Alcorta Arriola Passaporte: AAC340299, Processo: 46094018511201148 Empresa: M.R.O. COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE ACABAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FABRIZIO MARASTI Passaporte: D990566, Processo: 46094018882201120 Empresa: G M E BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BARBARA MUGNAI Passaporte: AA2741358, Processo: 46094018947201137 Empresa: BIG GAME NATAL PESCA ESPORTIVA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Maurizio Tagliazucchi Passaporte: 950519X, Processo: 46094018806201114 Empresa: TAJ MAHAL RESTAURANTE INDIANO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Rui Anselmo Vaz Passaporte: G797712, Processo: 46094019052201110 Empresa: SOL INCORPORADORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Susanna Marchionni Passaporte: C621898, Processo: 46094018390201134 Empresa: URBAJA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ JOAQUIN MAYA SAN MIGUEL Passaporte: BA183398, Processo: 46094018884201119 Empresa: JSO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAVIER SANCHEZ OÑATE Passaporte: XD618107, Processo: 46094019094201151 Empresa: MEGA TEXTILES COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: SHUSHENG ZHANG Passaporte: G19852848, Processo: 46094019905201113 Empresa: ANTWERP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Marc Julius Louis Van Denabeele Passaporte: EG013197, Processo: 46094019170201128 Empresa: MT BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THIERRY LAURENT MORICEAU Passaporte: 03EB31326, Processo: 46094019365201178 Empresa: IMPORSERVICE DISTRIBUIDORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO NUNO DA CUNHA SOARES Passaporte: L103803, Processo: 46094020069201110 Empresa: LETS GLOBAL DO BRASIL SERVICOS DE INTEGRIDADE ESTRUTURAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIS LOPEZ MARTINEZ Passaporte: 62884609, Processo: 46094020070201144 Empresa: LETS GLOBAL DO BRASIL SERVICOS DE INTEGRIDADE ESTRUTURAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MALCOLM HEDMAR Passaporte: 56586260, Processo: 46094020098201181 Empresa: LIAO E ZHEN RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHEN SHENGNIAN Passaporte: G48665267, Processo: 46094019943201176 Empresa: LEVTRADE - COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Gunder Ingmar Victor Holst Passaporte: 80777911, Processo: 46094020208201113 Empresa: COR MANIA ATELIER LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HEIKE SINIAWA WALLENDA Passaporte: C23K45RL8, Processo: 46094020727201173 Empresa: NY PARTICIPACOES LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YANNICK LAMBERT RAULT Passaporte: 11AA36640, Processo: 46094020728201118 Empresa: MARX SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: SASCHA JANDT Passaporte: C6Z6FJY0Y, Processo: 46217003829201191 Empresa: PORTAL DO SOL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE JUAN TORTOSA BONACHE Passaporte: AB955365, Processo: 46217003879201178 Empresa: PORTAL DO SOL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESTHER MARIA SANCHEZ LOPEZ Passaporte: AA677311.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o despacho publicado no DOU 130 de 08/07/2011, seção 1, página 112, referente à estrangeira: INÊS RAQUEL FERREIRA DA SILVA, processo 46094.013870/2011-17, empresa: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 671, DE 28 DE JULHO DE 2011

Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2011 - PDE/2011, de que trata a Resolução nº 661, de 24 de fevereiro de 2011.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, em face do que estabelece o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Resoluções nº 439 e nº 440, ambas de 2 de junho de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2011 - PDE/2011, de que trata a Resolução nº 661/2011, pelo remanejamento de recursos, no montante de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), conforme detalhado no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIGI NESE
Presidente do Conselho

ANEXO

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT - EXERCÍCIO DE 2011 - PDE/2011
R$

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	PDE APROVADA PELA RESOLUÇÃO Nº 661/2011	ALTERAÇÕES DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO Nº 671/2011			
		REMANEJAMENTO		ACRÉSCIMO DE NOVOS RECURSOS	NOVA PDE/2011
		ACRÉSCIMO	REDUÇÃO		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (A+B -C+D)
LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL					
FAT INFRAESTRUTURA - RECUPERAÇÃO DE BEM PÚBLICO	500.000.000	-	500.000.000	-	-
Financiar despesas de capital de recuperação de obras públicas de infraestrutura de municípios afetados por calamidades naturais, reconhecidas pelo Governo Federal, para estimulo ao investimento e ao emprego na economia local.					
INVESTIMENTO	500.000.000	-	500.000.000	-	-
PROGRAMAS					
FAT INFRA-ESTRUTURA	50.000.000	200.000.000	-	-	250.000.000
Financiar projetos de infra-estrutura e que contribuam para a geração de trabalho, emprego e renda, tornando o fornecimento de serviços públicos mais acessíveis à população, facilitando a inserção da produção brasileira no mercado externo, e compromisso de respeito às normas ambientais.					
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	50.000.000	200.000.000	-	-	250.000.000
PROGER URBANO	1.220.000.000	100.000.000	-	-	1.320.000.000
Programa de Geração de Emprego e Renda, Setor Urbano - PROGER URBANO, voltado para o atendimento da demanda por financiamento de capital de giro isolado para as micros e pequenas empresas e capital fixo mais capital de giro associado para as micro e pequenas empresas, cooperativas, associações de produção, profissionais liberais, trabalhadores dos setores formal e informal.					
INVESTIMENTO	1.220.000.000	100.000.000	-	-	1.320.000.000
-Micros e Pequenas Empresas, Coop, Liberais, Outros	1.000.000.000	100.000.000	-	-	1.100.000.000
- Transporte Coletivo Complementar	80.000.000	-	-	-	80.000.000
- Implementação de Sistemas e Métodos	100.000.000	-	-	-	100.000.000
- Cooperativas de Costureiras e Alfaiates	40.000.000	-	-	-	40.000.000
FAT - PNMPO	50.000.000	30.000.000	-	-	80.000.000
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, de que trata a Lei nº 11.110/ 2005 e o Decreto nº 5.288/2004, para disponibilizar recursos ao microcrédito produtivo orientado, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores por meio de financiamentos.					
FAT - PNMPO	50.000.000	30.000.000	-	-	80.000.000
PRONAF	300.000.000	170.000.000	-	-	470.000.000
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, cujos recursos do FAT serão destinados à concessão de financiamentos aos agricultores familiares, de forma individual ou coletiva.					
INVESTIMENTO	300.000.000	170.000.000	-	-	470.000.000
TOTAL	2.120.000.000	500.000.000	500.000.000	-	2.120.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 672, DE 28 DE JULHO DE 2011

Modifica a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, e o Termo de Referência aprovado na Resolução nº 667, de 26 de maio de 2011, bem como o Anexo da Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º Alterar o § 2º do art. 10 da Resolução nº 575/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. (...)

§ 2º Os PlanSeQs serão executados por entidades sem fins lucrativos de que tratam os incisos I a VI do art. 21 desta Resolução e destinados a atender a um determinado setor da atividade econômica, a um projeto de ampliação ou de implantação de unidade produtiva em territórios circunscritos, quando o setor apresentar características que justifiquem o investimento, a partir de iniciativas emergenciais por parte de governos, de empresas ou de entidades sindicais, empresariais ou sociais."

Art. 2º Alterar o item V, do capítulo 8, referente à Devolução de Recursos, do Termo de Referência aprovado por meio da Resolução nº 667/2011, que modificou a Resolução nº 575/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - não cumprirem a meta mínima de inserção dos educandos no mundo do trabalho em atividade assalariada, autônoma, empreendedora, aprendizagem, ou estágio, conforme estabelecido neste Termo. Nesse caso é exigida a restituição dos recursos repassados pelo Convênio correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do custo de qualificação social e profissional gasto com cada educando da meta de inserção não cumprida;"

Art. 3º Alterar o capítulo 10, dos Parâmetros Básicos dos Planos de Trabalho, do Termo de Referência aprovado por meio da Resolução nº 667/2011, que modificou a Resolução nº 575/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Para os casos descritos nas alíneas "a", "b" e "c", o limite de acréscimo para o dispêndio por aluno-hora é de até cinqüenta por cento (50%) o valor definido pelo CODEFAT, e para a alínea "d", esse limite é de até cem por cento (100%). Dessa forma, especificamente para atender as Pessoas com Deficiência - PcDs, esse custo poderá ser acrescido em até duas vezes o custo aluno-hora definido pelo CODEFAT.

O acréscimo para o dispêndio por aluno-hora acima do valor definido pelo CODEFAT, nos casos descritos nas alíneas "a", "b", "c" e "d", deverá estar previsto no planejamento dos convênios (edital /projeto/plano de trabalho), não podendo ser objeto de aditivo.

(...)"

Art. 4º Alterar a distribuição de recursos aprovada pela Resolução nº 670/2011, que passa a vigorar conforme anexo a esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIGI NESE
Presidente do Conselho

ANEXO

PNQ - Plano Nacional de Qualificação
PlanTeQs - Dimensão Qualificação do CPU
Alocação dos recursos com base na LOA 2011
Convênios Estaduais

UF	Meta	Valor (R$)
AC	357	329.868,00
AL	709	655.116,00
AM	802	741.048,00
AP	334	308.616,00
BA	2.837	2.621.388,00
CE	1.560	1.441.440,00
DF	569	525.756,00
ES	722	667.128,00
GO	1.357	1.253.868,00
MA	1.218	1.125.432,00
MG	3.085	2.850.540,00
MS	697	644.028,00
MT	819	756.756,00
PA	1.409	1.301.916,00
PB	847	782.628,00
PE	1.618	1.495.032,00
PI	801	740.124,00
PR	1.740	1.607.760,00
RJ	2.296	2.121.504,00
RN	797	736.428,00
RO	525	485.100,00
RR	312	288.288,00
RS	1.775	1.640.100,00
SC	1.177	1.087.548,00
SE	593	547.932,00
SP	5.788	5.348.112,00
TO	483	446.292,00
Total	**35.227**	**32.549.748**

Convênios Municipais

UF	Município	Meta	Valor (R$)
AL	Maceió	330	304.920,00
AM	Manaus	666	615.384,00
BA	Camaçari	118	109.032,00
BA	Feira de Santana	289	267.036,00
BA	Salvador	1.101	1.017.324,00
BA	Vitória da Conquista	137	126.588,00
CE	Caucaia	143	132.132,00
CE	Fortaleza	869	802.956,00
CE	Maracanau	107	98.868,00
ES	Serra	131	121.044,00
ES	Vila Velha	132	121.968,00
ES	Vitória	113	104.412,00
GO	Aparecida de Goiânia	183	169.092,00

GO	Goiânia	444	410.256,00
MA	Imperatriz	119	109.956,00
MG	Belo Horizonte	636	587.664,00
MG	Contagem	261	241.164,00
MG	Uberaba	106	97.944,00
MS	Campo Grande	363	335.412,00
MT	Cuiabá	212	195.888,00
PA	Belém	547	505.428,00
PB	Campina Grande	240	221.760,00
PB	João Pessoa	265	244.860,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	241	222.684,00
PE	Recife	562	519.288,00
PR	Curitiba	420	388.080,00
PR	Londrina	152	140.448,00
PR	Maringá	120	110.880,00
PR	Ponta Grossa	110	101.640,00
RJ	Belford Roxo	144	133.056,00
RJ	Duque de Caxias	227	209.748,00
RJ	Itaboraí	90	83.160,00
RJ	Niteroi	148	136.752,00
RJ	Rio de Janeiro	1.493	1.379.532,00
RJ	São Gonçalo	258	238.392,00
RJ	São João de Meriti	141	130.284,00
RN	Natal	378	349.272,00
RO	Porto Velho	175	161.700,00
RS	Canoas	113	104.412,00
RS	Nova Hamburgo	94	86.856,00
RS	Porto Alegre	412	380.688,00
SC	Joinville	154	142.296,00
SP	Campinas	275	254.100,00
SP	Diadema	126	116.424,00
SP	Guarulhos	306	282.744,00
SP	Mauá	133	122.892,00
SP	Osasco	255	235.620,00
SP	Piracicaba	183	169.092,00
SP	Santo André	267	246.708,00
SP	Santos	133	122.892,00
SP	São Bernardo do Campo	208	192.192,00
SP	São Carlos	90	83.160,00
SP	São Paulo	2.526	2.334.024,00
TO	Palmas	113	104.412,00
Total		**17.559**	**16.224.516,00**

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de julho de 2011

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, faz público que, em reunião de 28 de julho de 2011, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador decidiu aprovar, no uso da competência que lhe atribui o Regimento Interno do CODEFAT, Resolução nº 596, de 27 de maio de 2009, capítulo III, art. 3º, inciso IV, as seguintes prestações de contas:
Prestação de Contas Anual do Abono Salarial - PIS relativa ao Exercício de 2009/2010, de que trata o Processo nº 46068.000116/2010-45;
Prestação de Contas Anual do Abono Salarial - PASEP relativa ao Exercício de 2009/2010, de que trata o Processo nº 46068.000103/2010-76.

LUIGI NESE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

PORTARIA Nº 4, DE 28 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE GOIÁS, tendo em vista a delegação de competência constante da Portaria Ministerial nº 1095, de 19.05.2010 e considerando o que consta do processo nº 46208.000518/2011-89, resolve:

Art. 1º - DEFERIR o pedido de redução do intervalo intrajornada formulado pela empresa JOTA'S CHOPERIA E RESTAURANTE LTDA., situada na Rua 134, nº 155, Setor Oeste, Município de Goiânia - Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 15.975.212/0001-61;

Art. 2º - A presente concessão terá a vigência máxima de dois anos e não afasta a competência dos agentes da Inspeção do Trabalho de verificar, a qualquer tempo, in loco, o cumprimento dos requisitos legais, conforme art. 3º da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19.05.2010.

Art. 3º - Esta portaria possui vigência a partir da data de sua publicação.

HEBERSON ALCÂNTARA

PORTARIA Nº 5, DE 28 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE GOIÁS, tendo em vista a delegação de competência constante da Portaria Ministerial nº 1095, de 19.05.2010 e considerando o que consta do processo nº 46208.000519/2011-23, resolve:

Art. 1º - DEFERIR o pedido de redução do intervalo intrajornada formulado pela empresa GALETERIA BAR E RESTAURANTE LTDA., situada na Rua s1, Nº 237, Setor Bela Vista, Município de Goiânia - Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.424.083/0001-09;

Art. 2º - A presente concessão terá a vigência máxima de dois anos e não afasta a competência dos agentes da Inspeção do Trabalho de verificar, a qualquer tempo, in loco, o cumprimento dos requisitos legais, conforme art. 3º da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19.05.2010.

Art. 3º - Esta portaria possui vigência a partir da data de sua publicação.

HEBERSON ALCÂNTARA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 78, DE 28 DE JULHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SUBSTITUTA, tendo em vista o que consta no processo nº 46210.001076/2011-49, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União de 30 de maio de 2006.

Homologa o Plano de Cargos e Salários das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia - UNIVAR, inscrita junto ao CNPJ Nº 00.965.087/0001-31, com sede na Rua Moreira Cabral nº 1.000 - Setor Mariano, no município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

MÔNICA LUIZA DO AMARAL JESUS.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 19 de julho de 2011

Pedido de registro sindical

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46261.004329/2010-50
Entidade	SINTRAQUA - Sindicato dos Trabalhadores Aquaviários do Guarujá e Região.
CNPJ	12.227.288/0001-10
Abrangência	Intermunicipal.
Base Territorial	Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba -SP

Categoria Profissional-Trabalhadores aquaviários, marinheiros de convés (marítimo e fluviário), contramestres fluvial, marinheiros de máquinas, moços de convés (marítimo e fluviário), marinheiros fluvial de convés, moços de máquinas (fluviário e marítimo), marinheiros de esporte e recreio, todos que exerçam as referidas atividades nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 7827, bem como seus subgrupos, 7827-05, 7827-10, 7827-15, 7827-20, 7827-25.

Em 20 de julho de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46218.016693/2009-54
Entidade	Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de máquinas, implementos e peças agrícolas, tratores e motores de Passo Fundo
CNPJ	10.382.981/0001-32
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 695 /2011

Em 29 de julho de 2011

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho- Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, de 14 de abril de 2008, Nota Técnica Nº. 239/2011/AIJ/SRT/MTE resolve arquivar o pedido de registro nº. 46217.009957/2010-67, de interesse do Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Pedras Ornamentais, Calcário, Britagem, Areia, Pedreira, Tabatinga, Mármore e Granito no Estado do Rio Grande do Norte- SINDIPEDRA/RN, CNPJ nº. 12.972.015/0001-09, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo douto juízo da 3ª Vara do Trabalho de Natal-RN nos autos do processo nº. 177400.36.2010.5.21.0003.

ANDRÉ LUIZ GRANDIZOLI

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.162, DE 26 DE JULHO DE 2011

Adita o termo de autorização Nº 571-ANTAQ, aditado pelo 1º termo aditivo, que autorizou o EMPRESÁRIO INDIVIDUAL PEDRO IRAN PEREIRA ESPÍRITO SANTO, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Araguaia-Tocantins, sobre o Rio Araguaia, Entre os Municípios de São Geraldo do Araguaia-PA e Xambioá-TO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001065/2009-11 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº 571-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, aditado pelo Primeiro Termo de Aditamento, de 3 de junho de 2011, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 2º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em razão de alteração das embarcações.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.163, DE 26 DE JULHO DE 2011

Adita O Termo de Autorização Nº 570-Antaq, Que Autorizou O Empresário Individual Pedro Iran Pereira Espírito Santo, A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros, Veículos e Cargas Na Navegação Interior de Travessia Interestadual, Na Bacia Araguaia-Tocantins, Sobre O Rio Tocantins, Entre os Municípios de São Miguel do Tocantins-To e Imperatriz-Ma.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001075/2009-48 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº . 570-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração do esquema operacional, das embarcações e do Contrato Social.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.164, DE 26 DE JULHO DE 2011

Adita O Termo de Autorização Nº 572-Antaq, Que Autorizou O Empresário Individual Pedro Iran Pereira Espírito Santo, A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros, Veículos e Cargas Na Navegação Interior de Travessia Interestadual, Na Bacia Araguaia-Tocantins, Sobre O Rio Tocantins, Entre os Municípios de Filadélfia-To e Carolina-Ma.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001077/2009-37 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº . 572-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração do esquema operacional, das embarcações e do Contrato Social.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.165, DE 28 DE JULHO DE 2011

Adita O Termo de Autorização Nº 632-Antaq, Que Autorizou A Empresa Coral Sub Servicos Subaquáticos Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Navegação de Apoio Portuário e Apoio Marítimo, Exclusivamente Com Embarcações Sem Propulsão Ou Com Potência de Até 800 Hp.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS -ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50301.001992/2009-12 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº 632-ANTAQ, de 25 de fevereiro de 2010, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em razão da extinção, por renúncia da interessada, da autorização para operar na navegação de apoio marítimo.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.166, DE 28 DE JULHO DE 2011

Adita O Termo de Autorização Nº 46-Antaq, Que Autorizou A Empresa Aracruz Celulose S.A. A Explorar, Por Prazo Indeterminado, Terminal Portuário de Uso Privativo Misto, Para A Movimentação e Armazenagem de Cargas Próprias e, Complementarmente, Cargas de Terceiros, Destinadas Ou Provenientes de Transporte Aquaviário.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50000.003410/2001-70 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº 46-ANTAQ, de 14 de julho de 2003, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração da titularidade do Terminal.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.167, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza A Empresa Oceanpact Serviços Marítimos Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Exploração de Serviços Na Navegação de Apoio Portuário, Exclusivamente Com Embarcações Sem Propulsão Ou Com Potência de Até 800 Hp.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50301.001749/2010-38 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ Nº 09.114.805/0001-30, com sede na Rua da Glória, Nº 306, 12º andar, sala 1.201, Glória, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 800 HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.168, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza A Empresa Pipes Empreendimentos Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros, Veículos e Cargas Na Navegação Interior de Travessia Interestadual, Na Bacia do Nordeste, Sobre O Rio Parnaíba, Entre os Municípios de Nova Iorque-Ma e Porto Alegre do Piauí-Pi.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.002125/2011-29 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Carolina - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia do Nordeste, sobre o rio Parnaíba, entre os municípios de Nova Iorque-MA e Porto Alegre do Piauí-PI, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.169, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza A Empresa Navegação Mamoré Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e Cargas, Na Navegação Interior de Travessia Internacional, Na Bacia Amazônica, Sobre O Rio Mamoré, Entre As Cidades de Guajará-Mirim - Ro (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia)

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001820/2011-73 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa NAVEGAÇÃO MAMORÉ LTDA., CNPJ Nº 11.397.664/0001-52, com sede na Av. Beira Rio, Nº 580, Centro, Guajará-Mirim - RO, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim - RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia), na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.170, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza A Empresa Parecis Empresa de Navegação Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e Cargas, Na Navegação Interior de Travessia Internacional, Na Bacia Amazônica, Sobre O Rio Mamoré, Entre As Cidades de Guajará-Mirim - Ro (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia)

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001823/2011-15 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa PARECIS EMPRESA DE NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 34.741.454/0001-35, com sede na Av. Beira Rio, Nº 580 - Porto Oficial, Centro, Guajará-Mirim - RO, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim - RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia), na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.171, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza A Empresa Pipes Empreendimentos Ltda., A Operar, Por Prazo Indeterminado, A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros, Veículos e Cargas Na Navegação Interior de Travessia Interestadual, Na Bacia do Tocantins-Araguaia, Sobre O Rio Tocantins, Entre os Municípios de Sampaio - To e Cidelândia - Ma.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.002124/2011-84 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Carolina - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia do Tocantins-Araguaia, sobre o rio Tocantins, entre os municípios de Sampaio - TO e Cidelândia - MA, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.172, DE 28 DE JULHO DE 2011

Autoriza O Empresário Individual R. M. de O. Brito Me., A Operar, Por Prazo Indeterminado, Como Empresa Brasileira de Navegação, Na Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e Misto Na Navegação Interior de Percurso Longitudinal Interestadual, Na Bacia Amazônica, Entre os Municípios Macapá/Santana-Ap e Chaves-Pa.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50305.002079/2011-18 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar o empresário individual R. M. DE O. BRITO ME., CNPJ Nº 34.884.387/0001-08, com sede na Rua Marechal Deodoro, Nº 5, Centro, Chaves-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios Macapá/Santana-AP e Chaves-PA, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.173, DE 28 DE JULHO DE 2011

Invalida O 6º Termo Aditivo Ao Contrato de Arrendamento Nº 90/011/00, Celebrado Entre A Autoridade Portuária Porto do Recife S/A e A Empresa Bunge Alimentos S.A. e Dá Outras Providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 503004.001675/2009-76 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Invalidar, por anulação, do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Nº 90/011/00, celebrado entre a Autoridade Portuária Porto do Recife S/A e a empresa Bunge Alimentos S/A.

Art. 2º Determinar o retorno da área ao controle e gestão da Autoridade Portuária no prazo de até 30 (trinta) dias, sendo-lhe facultada a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, contendo cláusula de penalidade pecuniária.

Art. 3º Determinar a inaplicabilidade de sanção em face da Autoridade Portuária, em virtude da norma de regência ter sido editada por esta Agência em data posterior à prática da conduta irregular.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2.174, DE 28 DE JULHO DE 2011

Acata e Valida O 6º Aditivo Ao Contrato de Arrendamento Pres/022/98 Avençado Entre A Codesp e A Empresa Concais S.A. e Dá Outras Providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001071/2011-84 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Acatar e validar o 6º Aditivo ao Contrato de Arrendamento PRES/022/98, avençado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a empresa CONCAIS S.A., por restar demonstrado o caráter de excepcionalidade com respaldo na Lei 8.630/1993, e demais normas legais pertinentes ao caso, em especial o art. 27, §1º, do Decreto Nº 6620/2008

Art. 2º Determinar à CODESP que proceda ao reequilíbrio econômico-financeiro do referido contrato PRES/022/98, computando os resultados efetivamente obtidos até o presente e as novas projeções de receitas, investimentos, custos e despesas até o final do referido contrato, submetendo a informação a esta Agência.

Art. 3º Determinar que a CODESP faça a adequação do referido Contrato à norma da Resolução Nº 55/2002, em vigor, sobretudo no que se refere às suas cláusulas essenciais.

Art. 4º Determinar que a CODESP atualize no PDZ e no Programa de Arrendamento do Porto de Santos, a nova destinação das áreas a serem incorporadas ao contrato.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.175, DE 28 DE JULHO DE 2011

Reconhece e Valida A Prorrogação Tácita do Contrato de Arrendamento Celebrado Entre Cdp e A Liquigás e Dá Outras Providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.000332/2010-68 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Reconhecer e validar a prorrogação tácita do contrato de arrendamento celebrado entre a Companhia Docas do Pará - CDP e a empresa Liquigás Distribuidora S/A, cujo termo final expirar-se-à em 3/4/2014.

Art. 2º Decidir pela impossibilidade de nova prorrogação contratual a partir da data de encerramento, devendo a área ser objeto de procedimento licitatório.

Art. 3º Decidir também, pela impossibilidade de se levar a efeito novo arrendamento portuário em favor da empresa Liquigás Distribuidora S/A, com inexigibilidade ou dispensa de licitação à luz dos documentos e argumentos produzidos no âmbito do processo Nº 50300.000332/2010-68.

Art. 4º Determinar que a Companhia Docas do Pará - CDP apresente a esta Agência com a necessária antecedência, o Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica - EVTE do empreendimento, com vistas à aprovação e consequente realização do procedimento licitatório, evitando-se novas prorrogações.

Art. 5º Determinar que a Superintendência de Portos - SPO desta Agência monitore, em conjunto com a Unidade Regional de Belém - UARBL, o envio pela CDP da documentação completa, visando o arrendamento da área em questão, observando a antecedência de pelo menos seis meses à data do vencimento do contrato de arrendamento.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.176, DE 28 DE JULHO DE 2011

Reconhece A Regularidade Formal do Estudo de Viabilidade Técnica Para Implantação do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí e Dá Outra Providência.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo Nº 50300.001852/2011-79 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011,

Resolve:

Art. 1º Reconhecer a regularidade formal do Estudo de Viabilidade Técnica - EVTE para implantação do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí, na forma instruída no processo Nº 50300.001852/2011-79, sendo possível a continuidade dos procedimentos relativos ao certame licitatório pela interessada.

Art. 2º Determinar à CDRJ, que somente após a adequação editalícia pontuada no Ofício n 270/2011-SPO, encaminhe ao Tribunal de Contas da União, a documentação aprovada por esta Agência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.177 , DE 28 DE JULHO DE 2011

Instauração de Processo Administrativo Contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo Nº 50306.001077/2011-00 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo Nº 50306.001077/2011-00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.178, DE 28 DE JULHO DE 2011

Instauração de Processo Administrativo Contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo Nº 50303.001743/2011-21 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo Nº 50303.001743/2011-21.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.179, DE 28 DE JULHO DE 2011

Instauração de Processo Administrativo Contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo Nº 50301.000410/2009-81 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011,

Resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo Nº 50301.000410/2009-81.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.180, DE 28 DE JULHO DE 2011

Instauração de Processo Administrativo Contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo Nº 50300.001031/2008-37 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011,

Resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo Nº 50300.001031/2008-37.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.181, DE 28 DE JULHO DE 2011

Declara Extinta, Por Renúncia da Interessada, A Autorização Outorgada Por Meio da Resolução Nº 1.442/2009-Antaq e Termo de Autorização Nº 573/2009-Antaq, Ao Empresário Individual Pedro Iran Pereira Espírito Santo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.001067/2009-00 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011,

Resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio da Resolução Nº 1.442-ANTAQ e do Termo de Autorização Nº 573-ANTAQ, ambos de 7 de agosto de 2009, publicados no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2009, ao empresário individual PEDRO IRAN PEREIRA ESPÍRITO SANTO, CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Centro, Carolina-MA, para operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Araguaia-Tocantins, sobre o rio Araguaia, entre os municípios de Palestina do Pará-PA e Araguatins-TO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.182, DE 28 DE JULHO DE 2011

Arquivamento de Processo Administrativo Contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta dos Processos Nº s 50305.001783/2011-53 e 50305.001513/2010-61, e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Contencioso Nº 50305.001783/2011-53, instaurado por meio da Ordem de Serviço Nº 003-2011-SNM, de 24 de março de 2011, por considerar sanadas as irregularidades verificadas no curso do processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.183, DE 29 DE JULHO DE 2011

Aprova As Modificações dos Instrumentos Legais Para O Arrendamento de áRea e Instalações Portuárias Não Operacionais, Inserido No Projeto de Revitalização do Porto do Recife - Pe, e Dá Outra Providência.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.002181/2007-87, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar as modificações dos instrumentos legais para o arrendamento de área e instalações portuárias não operacionais, em conformidade com o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica-EVTE, relativo ao projeto de revitalização do Porto de Recife S.A., denominado Complexo Integrado Comercial, Hoteleiro, de Convenções e Exportações-REVAP.

Art. 2º Determinar que o Porto de Recife encaminhe ao Conselho de Autoridade Portuária-CAP, proposição para alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento-PDZ, com a finalidade de adequá-lo à destinação proposta no EVTE apresentado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial de União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

2ª ADITAMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 571, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo Nº 50300.001065/2009-11 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 571-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, aditado pelo Primeiro Termo de Aditamento, de 3 de junho de 2011, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás Nº 15, Centro, Carolina-MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Tocantins-Araguaia, sobre o rio Araguaia, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia-PA e Xambioá-TO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da citada Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 33, PIPES 36, PIPES 40, PIPES 41, PIPES 106, PIPES 108, PIPES 109 e PIPES 142, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA-XAMBIOÁ-TO):	
DIA DA SEMANA	**FREQUÊNCIA DE VIAGENS**
Segunda-feira	118
Terça-feira	120
Quarta-feira	122
Quinta-feira	108
Sexta-feira	124
Sábado	132
Domingo	116

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação dos serviços autorizados e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 570, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo Nº 50300.001075/2009-48 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 570-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Centro, Carolina-MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e veículos (motos) na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Araguaia-Tocantins, sobre o rio Tocantins, entre os municípios de Imperatriz-MA e São Miguel do Tocantins-TO.

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 18, PIPES 22, PIPES 25, PIPES 35 e PIPES 103, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA IMPERATRIZ-MA - SÃO MIGUEL DO TOCANTINS - TO):	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	22
Terça-feira	18
Quarta-feira	24
Quinta-feira	22
Sexta-feira	26
Sábado	24
Domingo	20

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informa à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação dos serviços autorizados e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 572, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo Nº 50300.001077/2009-37 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria Nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 572-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Centro, Carolina-MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia Tocantins-Araguaia, sobre o rio Tocantins, entre os municípios de Carolina-MA e Filadélfia-TO.

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 46, PIPES 49, PIPES 58, PIPES 97, PIPES 120, PIPES 130, PIPES 133, PIPES 134 e PIPES 139, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA CAROLINA-MA - FILADÉFIA - TO):	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	75
Terça-feira	78
Quarta-feira	68
Quinta-feira	64
Sexta-feira	68
Sábado	72
Domingo	66

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informa à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação dos serviços autorizados e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 632, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução Nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução Nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50301.001992/2009-12 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 632-ANTAQ, de 25 de fevereiro de 2010, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa CORAL SUB SERVICOS SUBAQUÁTICOS LTDA., CNPJ Nº 78.589.033/0001-06, doravante denominada Autorizada, com sede na rua José Lourenço Pinto, Nº 13, Ponta do Caju - Paranaguá-PR, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 800 HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei Nº 9.432, de 1997, pela Lei Nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução Nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 46, DE 14 DE JULHO DE 2003

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei º 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e no regulamento aplicável, considerando o que consta do processo Nº 50000.003410/2001-70 e tendo em vista a deliberação da Diretoria Colegiada em sua 298ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 46-ANTAQ, de 14 de julho de 2003, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I. Autorizar a Fibria Celulose S/A, doravante denominada Autorizada, com sede na Alameda Santos, Nº 1357, 6º andar, Cerqueira César, São Paulo - SP, CNPJ Nº 60.643.228/0001-21, a explorar, por prazo indeterminado, terminal portuário de uso privativo misto denominado Terminal de Navios e Barcaças Luciano Villas Boas Machado, para madeira, em especial eucalipto em toras, madeira em cavaco, madeira serrada, sulfato de sódio, contêineres, sal e celulose, localizado em Ponta da Areia, no Município de Caravelas, Estado da Bahia, CNPJ Nº 42.157.511/0034-20, para a movimentação e armazenagem de cargas próprias e, complementarmente, cargas de terceiros, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

II. A presente autorização é dada a título precário, e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público devidamente justificado, assegurada à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

III. A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias das operações do Terminal, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente.

IV. A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que lhe fixará prazo suficiente para adaptação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

. A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

VI. A liberdade de preços de que trata o item anterior não se aplica à movimentação de carga autorizada pela ANTAQ em virtude de situação de emergência de que trata o art. 49 da Lei Nº 10.233, de 2001, sujeitando-se a Autorizada, nesse caso, ao regime de preços que vier a ser estabelecido para as demais outorgas.

VII. O descumprimento de qualquer exigência legal, dos termos ou condições expressos ou implícitos neste Termo de Autorização implicará a aplicação das penalidades previstas em regulamento próprio baixado pela ANTAQ.

VIII. Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação mediante processo regular, nos seguintes termos:

1) será anulada quando eivada de vícios que a tornem ilegal ou quando constatado que a Autorizada apresentou documentação irregular ou usou de má-fé nas informações prestadas, independentemente de outras penalidades cabíveis;

2) poderá ser cassada, a critério da ANTAQ, considerada a gravidade da infração, quando:

a) não forem cumpridas, nos prazos assinalados, as penalidades aplicadas na conformidade do disposto no item VII;

b) não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação do Terminal;

c) for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;

d) não forem prestadas as informações solicitadas pela ANTAQ e bem assim não forem elaborados relatórios mensais sobre a movimentação de carga;

e) não for iniciada a operação do Terminal no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação deste Termo, no Diário Oficial da União;

f) o Terminal deixar de operar por mais de 180 (cento e oitenta) dias; sem motivo devidamente justificado;

g) for cometida infração contra norma instituída pela ANTAQ para a qual seja cominada a pena de cassação;

h) houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização.

3) As infrações de que trata o subitem 2 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com sanções pecuniárias, na forma do regulamento.

IX. Serão punidas com sanções pecuniárias, na forma que for estabelecida em regulamento baixado pela ANTAQ, as seguintes infrações cometidas pela Autorizada, além de outras que vierem a ser definidas pela regulamentação.

1) realizar operações de movimentação ou armazenagem de carga com infringência do disposto na Lei Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis;

2) utilizar terrenos, áreas, equipamentos e instalações vinculados ao Terminal com desvio de finalidade ou desrespeitando as leis e regulamentos aplicáveis;

3) movimentar ou armazenar mercadorias não autorizadas, ou em desconformidade com as normas aduaneiras, de segurança, de meio ambiente, de saúde e sanitárias aplicáveis;

4) prestar serviços inadequados.

X. A ANTAQ, em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares, e somente para os fins necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, bem assim também para atender situações de emergência que ponham em risco a distribuição de mercadorias essenciais ao consumo e uso da população, poderá determinar à Autorizada a movimentação ou armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas ao transporte aquaviário, enquanto perdurar a situação de emergência ou calamidade pública.

XI. Na ocorrência do previsto no item anterior, a Autorizada será remunerada pelos serviços prestados, diretamente pelos proprietários ou consignatários de mercadorias, utilizando-se, para efeito de cálculo da remuneração dos serviços, como limites-máximos, os preços ou tarifas dos serviços praticados no porto organizado mais próximo do Terminal.

XII. Fica a Autorizada obrigada a atualizar anualmente a documentação e as informações prestadas por ocasião do pleito de autorização, na forma do regulamento, e bem assim a informar à ANTAQ sempre que ocorrer alteração em sua composição societária, em seu instrumento constitutivo, mudança de sede ou de seus administradores, ou ainda quando ocorrer alteração relevante em sua situação patrimonial.

XIII. O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 774, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução Nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução Nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, à vista dos elementos constantes do processo Nº 50301.001749/2010-38 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ Nº 09.114.805/0001-30, doravante denominada Autorizada, com sede na Rua da Glória, Nº 306, 12º andar, sala 1.201, Glória, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 800 HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei Nº 9.432, de 1997, pela Lei Nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução Nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 775, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50300.002125/2011-29 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Carolina - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia do Nordeste, sobre o rio Parnaíba, entre os municípios de Nova Iorque-MA e Porto Alegre do Piauí-PI .

II - A presente Autorização, será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 131 e PIPES 132, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LinhaNova Iorque - MA a Porto Alegre do Piauí - PI)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	10
Terça-feira	10
Quarta-feira	8
Quinta-feira	7
Sexta-feira	8
Sábado	10
Domingo	9

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 776, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50300.001820/2011-73 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa NAVEGAÇÃO MAMORÉ LTDA., CNPJ Nº 11.397.664/0001-52, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Beira Rio, Nº 580, Centro, Guajará-Mirim - RO, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim - RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia).

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A Autorizada fica obrigada a respeitar o "TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO FLUVIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA BOLÍVIA", firmado em 12 de agosto de 1910 e promulgado pelo Decreto Nº 8.891, de 9 de agosto de 1911.

V - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação APOLO e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

Travessia de Guajará-Mirim - RO (Brasil) a Guayaramerín-Beni (Bolívia)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	13
Terça-feira	10
Quarta-feira	11
Quinta-feira	11
Sexta-feira	15
Sábado	18
Domingo	9

VI - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 777, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50300.001823/2011-15 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa PARECIS EMPRESA DE NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 34.741.454/0001-35, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Beira Rio, Nº 580 - Porto Oficial, Centro, Guajará-Mirim - RO, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim - RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A Autorizada fica obrigada a respeitar o "TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO FLUVIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA BOLÍVIA", firmado em 12 de agosto de 1910 e promulgado pelo Decreto Nº 8.891, de 9 de agosto de 1911.

V - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação TUCUNARÉ e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

Travessia de Guajará-Mirim - RO (Brasil) a Guayaramerín-Beni (Bolívia)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	15
Terça-feira	12
Quarta-feira	13
Quinta-feira	13
Sexta-feira	19
Sábado	25
Domingo	10

VI - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 778,DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50300.002124/2011-84 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ Nº 06.065.767/0001-85, doravante denominada Autorizada, com sede na Praça Goiás, Nº 15, Carolina - MA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia interestadual, na Bacia do Tocantins-Araguaia, sobre o rio Tocantins, entre os municípios de Sampaio - TO e Cidelândia - MA.

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução Nº 1.274-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações PIPES 115 e PIPES 141, e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (Linha Sampaio - TO a Cidelândia - MA)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	9
Terça-feira	7
Quarta-feira	9
Quinta-feira	8
Sexta-feira	8
Sábado	9
Domingo	7

V - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VI - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 779, DE 28 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei Nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução Nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo Nº 50305.002079/2011-18 e tendo em vista o que foi deliberado na 298ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 28 de julho de 2011, resolve:

I - Autorizar o empresário individual R. M. DE O. BRITO ME., CNPJ Nº 34.884.387/0001-08, doravante denominado Autorizado, com sede na Rua Marechal Deodoro, Nº 5, Centro, Chaves-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios Macapá/Santana-AP e Chaves-PA.

II - A presente Autorização, será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei Nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução Nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação COMTE MOISES, e ocorrerá conforme o seguinte esquema operacional, podendo ocorrer variações nos horários de partida e chegada em função da tábua de marés:

ESQUEMA OPERACIONAL (Linha Macapá - AP a Chaves - PA)					
PARTIDA			CHEGADA		
Local	Dia da Semana	Horário	Local	Dia da Semana	Horário
Macapá - AP	5ª feira	20:00	Chaves - PA	6ª feira	04:00
Chaves - PA	4ª feira	13:00	Macapá - AP	4ª feira	20:00

V - O Autorizado fica obrigado a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada

VI - O Autorizado deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - O Autorizado deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 140, DE 27 DE JULHO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 064/11, de 21 de julho de 2011, no que consta dos Processos nºs 50500.049885/2010-62, e 50500.057819/2009-22;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto Nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, nas investigações procedidas pela Comissão de Processo Administrativo, instituída pela Portaria SUCAR Nº 118, de 10 de agosto de 2010; e

CONSIDERANDO os fundamentos expostos no Relatório Final da Comissão Processante, ratificadas pelo PARECER Nº 292 - 3.7.1.1/ 2011/PF-ANTT/PGF/AGU, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo relativo às empresas Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Serviços Gerais de Uruguaiana Ltda - COTASGU e MAF Transportes & Logística Ltda - ME, por insuficiência de provas.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR, que dê ciência às empresas sobre os termos da presente decisão.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor da data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 29 de julho de 2011

Ratifico a inexigibilidade de licitação na forma do disposto do caput do artigo 25, da Lei Nº 8.666/9, com vistas à concessão de patrocínio ao "18º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito", promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, que ocorrerá entre os dias 18 a 21 de outubro de 2011, no Rio de Janeiro/RJ. O valor global da despesa perfaz o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Processo Nº 50500.032594/2011-16.

BERNARDO FIGUEIREDO

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 103, DE 29 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.026337/2011-45, resolve:

Art. 1º APROVAR a postergação no cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER da Rodovia BR-116/PR/SC trecho: Curitiba - Divisa SC/RS para o ano subsequente, em função de inexecuções apuradas no exercício relativo ao 3º ano da Concessão, conforme disposto no Parecer Técnico Nº 033/2011/GEINV/SUINF, de 04.07.11.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000865/2011-37
Requerente: Sargento Aragão
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Diante do caso narrado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000956/2011-72
Requerente: Rilke Rithcliff Pierre Branco
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado da Paraíba, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000959/2011-14
Requerente: Jose Carlos Bonatto - Presidente S.O.S Natureza do Brasil

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO

[…] Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

DESPACHOS DE 25 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000983/2011-45
Requerente: Anônimo
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Paraná, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000989/2011-12
Requerente: Anônimo
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000984/2011-90
Requerente: Lucimara dos Santos Bordan
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

DESPACHOS DE 28 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.001003/2011-21
Requerente: Carlos Augusto de Oliveira Ribeiro
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000957/2011-17
Requerente: Gilson Carlos Daré
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000958/2011-61
Requerente: Josenildo Morais de Araújo
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000960/2011-31
Requerente: Isabela Barreto
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000965/2011-63
Requerente: Germano Schulz
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000966/2011-16
Requerente: Rodrigo Leibnitz Resende
DESPACHO

[…] Dessa forma, tendo em vista que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

DESPACHOS DE 25 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000892/2011-18
Requerente: João Mendes Benigno Filho
DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000982/2011-09
Requerente: Nicodemos Campelo Borges
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000985/2011-34
Requerente: Marcos Luiz da Silva Rondão
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000988/2011-78
Requerente: Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 874 Data:27/07/2011 Hora:11:44
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001018/2011-90
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.001016/2011-09
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Piracicaba/SP
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.001011/2011-78
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Luis - MA
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.001012/2011-12
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Juiz de Fora/MG
Relator : Adilson Gurgel de Castro

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora da Autuação e Distribuição

Sessão: 875 Data:28/07/2011 Hora:13:00
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001019/2011-34
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Paulo/SP
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora da Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÃO DE 21 DE JULHO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000772/2011-11

Requerente: COMISSÃO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
RELATORA: CONSELHEIRA CLAUDIA CHAGAS
DECISÃO

(...)Da leitura das informações acima transcritas, verifica-se que não restou demonstrada nenhuma omissão por parte do Parquet de Roraima a ensejar a atuação deste Colegiado. Ao contrário, resta evidente que Ministério Público de Roraima atuou de forma efetiva, porquanto instaurou 7 (sete) inquéritos civis públicos para apurar as condições de ensino, de atividades pedagógicas, de implantação de plano operativo de saúde, de implantação dos serviços de assistência social, dentre outros.

Outrossim, é de se ressaltar que cabe ao Ministério Público do Estado de Roraima acompanhar as providências dos demais órgãos para, se necessário, ajuizar as medidas judiciais cabíveis, assim como exigir da Promotoria de Infância e Juventude permanente fiscalização acerca das condições dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na indigitada unidade de internação.

Pelo exposto, extingo o presente procedimento com seu consequente arquivamento, uma vez que restou demonstrada a atuação do Ministério Público do Estado de Roraima e a desnecessidade de atuação deste CNMP neste momento.

CLAUDIA CHAGAS
Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO DE 19 DE JULHO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000209/2010-53

RELATORA: Conselheira Sandra Lia Simón

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. IRREGULARIDADE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 31/2009. NÃO OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. IRREGULARIDADE SANADA. IMPROCEDÊNCIA.

1. As contratações diretas baseadas no pequeno valor (art. 24, I e II, da Lei nº 8666/93) prescindem das formalidades de ratificação do ato de dispensa pela autoridade superior e de sua publicação na imprensa oficial, tendo em vista a simples relevância dessas contratações e em observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

2. A desnecessidade de publicação na imprensa oficial não retira do Órgão o dever de motivar o ato que dispensou a licitação, uma vez que imprescindível o conhecimento público da conduta da administração.

3. Não restou demonstrado o prejuízo ao erário e as irregularidades foram sanadas.

4. Improcedência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar o presente Procedimento de Controle Administrativo IMPROCEDENTE, tudo nos termos do voto da Relatora.

SANDRA LIA SIMÓN
Relatora

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 16, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), e,

Considerando o quanto descrito na representação firmada por NEUSA OLIVEIRA VIEIRA, segundo a qual a empresa FEDERAL SEGUROS não estaria adimplindo com as suas obrigações firmadas em contrato de seguro de vida, bem como não possuiria fundos necessários a tanto, a despeito de ser conveniada com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

Considerando que a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXII, estabelece que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Considerando que ao Ministério Público, nos termos do artigo art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, II, da Lei nº. 7.347/1985, compete a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais os relacionados ao consumidor;

Considerando que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar eventual omissão da SUSEP na fiscalização de atos e omissões da empresa FEDERAL SEGUROS quanto aos contratos por esta comercializados e eventualmente não cumpridos, fato que vem trazendo prejuízo aos consumidores.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a representação em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão;

ii. expeça-se ofício à SUSEP, requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito dos fatos narrados na representação que deve seguir anexa;

iii. expeça-se ofício à empresa FEDERAL SEGUROS, requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito dos fatos narrados na representação que deve seguir anexa;

iv. expeça-se ofício ao INSS, requisitando informações, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito da existência de convênio firmado com a empresa FEDERAL SEGUROS, através do Ministério do Planejamento, tal como afirmado na representação (cuja cópia deve seguir anexa), devendo encaminhar a documentação pertinente à comprovação de suas alegações;

v. cientifique-se a 3ªCCR, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor JOEL MAGNO CIRQUEIRA DOS SANTOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE JULHO DE 2011

Peças de Informação nº 1.35.000.000964/2011-48

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes do presente procedimento administrativo;

Instauro o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: Memo. MPF/PRSE/LNT nº 030/2011 e ICP nº 1.35.000.000330/2011-95.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS): Defensoria Pública da União.

RESUMO: Apurar possível negativa de atendimento ao índio desaldeado Antônio Vieira Feitosa.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Oficie-se à Defensoria Pública da União, requisitando informações detalhadas sobre a regulamentação do atendimento e área de atuação da Defensoria Pública da União em Sergipe.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PABLO COUTINHO BARRETO

PORTARIA Nº 24, DE 22 DE JULHO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público n° 1.29.000.002031/2010-10.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que a saúde, direito indisponível de cunho social, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 6º c/c 196, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO as irregularidades apontadas na Auditoria DENASUS n. 9120, referentes à ausência de Plano Municipal de Saúde no Município de Porto Alegre nos quadriênios 2006/2009 e 2010/2013; ausência de Programação Anual referente aos anos de 2007, 2008 e 2009; não aprovação, pelo Conselho Municipal de Saúde, dos Relatórios de Gestão, dentre outros;

CONSIDERANDO que a inexistência de Plano Municipal de Saúde impossibilita a verificação do conteúdo dos Relatórios Anuais de Gestão quanto à adequação da aplicação de recursos e cumprimento de metas e impede o conhecimento das ações e serviços considerados prioritários pelo Gestor Municipal para atender às necessidades da população, conforme exposto no Relatório de Auditoria do DENASUS, determino:

A instauração do Inquérito Civil Público n. 1.29.000.002031/2010-10, tendo por objeto acompanhar a apuração das irregularidades apontadas na Auditoria DENASUS n. 9120, realizada no Município de Porto Alegre.

Oficie-se ao DENASUS, para que informe se foram acatadas as justificativas apresentadas pelo Município de Porto Alegre, e qual o andamento da auditoria, considerando que o Of. Nº 405-11/SGEP não esclareceu tais questionamentos.

Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para fins de conhecimento e publicação.

Inclua-se o presente procedimento no banco de dados da PFDC.

SUZETE BRAGAGNOLO

PORTARIA Nº 45, DE 25 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas Peças de Informação nº 1.28.100.000282/2010-61, instauradas com o escopo de apurar supostas dificuldades enfrentadas por usuário do Sistema Único de Saúde para o recebimento de medicamentos destinados ao tratamento de miocardiopatia isquêmica grave.

Convertam-se as Peças de Informação nº 1.28.100.000282/2010-61 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e procedendo ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Na oportunidade, determino que sejam reiterados os expedientes de fls. 17 e 38.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARINA ROMERO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 125, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, 'a' e 'd', e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, objetivando apurar impropriedades no âmbito do Programa de Subsídio Habitacional - PSH, desenvolvido pelo Estado do Maranhão em parceria com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a construção de casas populares nos bairros Canudos, Vila Vitória, Terra Livre, Argola e Tambor, Ana Jansen, Residencial Estrela Dalva e Vila Magril, situados no município de São Luís/MA.

Determino, outrossim, seja expedido ofício à Secretaria Estadual de Desenvolvimento de Cidades do Maranhão - SECID, a fim de que informe o estado atual do procedimento licitatório anunciado no ofício de folha 15, bem como encaminhe cópia do Convênio n. 217.839-16 e respectivos aditivos, celebrados com a Caixa Econômica Federal, no prazo de 10 (dez) dias.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JURACI GUIMARÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 265, DE 26 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a instauração das Peças Informativas nº 1.34.001.005352/ 2009-54 para apurar o oferecimento do curso de "Tecnologia em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil" pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) sob a expectativa de obtenção de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP) ao final do mesmo;

CONSIDERANDO que o curso teria sido aprovado pelo Ministério da Educação em setembro de 2006, segundo o IFSP, mas que o Instituto iniciou o processo de registro do mesmo no CREA/SP somente em março de 2008;

CONSIDERANDO a notícia da conclusão de turma do referido curso em fevereiro de 2006, anterior à solicitação de registro ao CREA/SP pelo IFSP;

CONSIDERANDO que o recurso interposto pelo IFSP nos autos do processo de registro do curso no CREA/SP foi indeferido, entendendo o CREA/SP que o cadastramento do curso deve ser solicitado ao Conselho Regional de Administração (CRA), conforme fls. 70/73;

CONSIDERANDO que segundo a Nota Técnica CGRET/DRSEPT/SETEC/MEC nº 116/2010 (fls. 59/61), emitida pela Coordenação-Geral de Regulação da Educação Tecnológica do MEC, o curso em questão é classificado, em termos estritos, no Eixo Tecnológico de Infra-Estrutura, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;

CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar a apuração de possível divulgação inexata de informações pelo IFSP sobre curso por ele ministrado, bem como o indevido indeferimento de registro do mesmo curso no CREA/SP, em desrespeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças Informativas nº 1.34.001.005352/2009-54, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 03/04;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e das Peças Informativas nº 1.34.001.007371/2010-59 com a seguinte ementa: "Educação. IFSP. Falsa garantia de registro de curso no CREA/SP. Indeferimento do CREA/SP. Nota técnica do MEC favorável ao registro.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil; e

d. atendimento ao determinado no "Item 11" de fl. 102.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 269, DE 26 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração das Peças Informativas nº 1.34.001.005168/ 2008-23 para apurar o oferecimento, pelas instituições de ensino FUNORTE/ SOEBRAS e INGÁ/UNINGÁ, de cursos de pós-graduação no Estado de São Paulo a despeito de estarem credenciadas pelo Ministério da Educação para atuarem em outras localidades; e também a terceirização dessas pós-graduações;

CONSIDERANDO que a Associação Educativa do Brasil (SOEBRAS), localizada em Belo Horizonte/MG, é mantenedora das Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE), sediada em Montes Claros/MG; e que a Faculdade Ingá, mantida pela Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda. (UNINGÁ) é sediada em Maringá/PR;

CONSIDERANDO que a UNINGÁ sustentou possuir autonomia para, inde-pendente de autorização do MEC, oferecer cursos de pós-graduação fora de sua sede (fls. 149/154), e que o MEC ratificou tal afirmação (fls. 268/286);

CONSIDERANDO que a FUNORTE/SOEBRAS e a INGÁ/UNINGÁ declararam serem as únicas responsáveis pelos respectivos cursos de pós-graduação oferecidos no Estado de São Paulo (fls. 431/386);

CONSIDERANDO que se encontra pendente a realização de fiscalização in loco nas instituições de ensino pela representação do MEC em São Paulo (fls. 490, 491 e 495);

CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar a apuração da possível terceirização de cursos de pós-graduação por instituições de ensino, em desrespeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças Informativas nº 1.34.001.005168/2008-23, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 04/05;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e das Peças Informativas nº 1.34.001.005168/2008-23 com a seguinte ementa: "Educação. Ensino Superior. Pós-graduações ministradas em local não autorizado pelo MEC. Terceirização de pós-graduações.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil; e

d. atendimento ao determinado no "Item 13" de fl. 501.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 7, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Ref.: PA nº 1.22.005.000046/2011-27.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República lotado no 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Montes Claros, ALLAN VERSIANI DE PAULA, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, legitimado pelo artigo 129, inciso VI da Constituição e pelo art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93, e:

CONSIDERANDO o expediente enviado ao Ministério Público Federal pelo Município de Francisco Dumont/MG, noticiando que o ex-prefeito daquele município no período de 2001 a 2008, CARLOS MÁRIO PEREIRA, não teria apresentado os documentos da prestação de contas relativa ao Convênio nº MC-058/2005 (SIAFI 558263), firmado com o Ministério das Comunicações, cujo objeto era a implantação de um Telecentro Comunitário, e nem teria deixado na sede da prefeitura documentos que permitissem ao sucessor demonstrar a regularidade das despesas efetuadas ao órgão concedente;

CONSIDERANDO que se trata do emprego de recursos federais sujeitos à prestação de contas perante órgão federal (Ministério das Comunicações), circunstância que fixa a competência da Justiça Federal para processar e julgar eventual demanda judicial que venha a envolver os fatos (art. 109, inciso I da Constituição Federal e Súmula nº 208 do STJ);

CONSIDERANDO que os fatos em tese configuram a prática de atos de improbidade administrativa, passíveis de sancionamento na forma da Lei nº 8.429/92;

Resolve converter, em inquérito civil de mesma numeração, o procedimento administrativo nº 1.22.005.000046/2011-27, para apurar se houve ausência de prestação de contas e/ou malversação dos recursos públicos federais transferidos ao município de Francisco Dumont/MG para a implantação de Telecentro Comunitário, objeto do Convênio nº MC-058/2005 (SIAFI 558263), celebrado com o Ministério das Comunicações, de modo a subsidiar futura promoção de arquivamento ou a adoção das providências judiciais cabíveis.

Autue-se a presente portaria como peça inaugural do inquérito civil, sob a numeração de fls. 02-A/03-A, registrando-se o objeto do inquérito civil na capa dos autos e no SISTEMA ÚNICO e enviando-se cópia desta, por correio eletrônico, para a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência, inclusão em seu banco de dados e publicação (art. 5º, VI da Resolução CSMPF nº 87/2010 - versão consolidada).

Como providências iniciais, determino:

a) a expedição de ofício, com prazo de 10 (dez) dias úteis:

ao Ministério das Comunicações, requisitando seja informado se houve prestação de contas do Convênio nº MC-058/2005 (SIAFI nº 558263), firmado com o município de Francisco Dumont/MG, cujo objeto era a implantação de Telecentro Comunitário naquele município, esclarecendo, em caso positivo, se a mesma foi aprovada ou rejeitada, com remessa, em qualquer caso, do processo de prestação de contas e/ou tomada de contas especial relativa(s) ao convênio em tela. A documentação, quando recebida, deverá ser autuada como anexo ao presente, constando na capa os dizeres que o identifiquem;

ao Banco do Brasil S.A. (ag. 0393-X, Bocaiúva), requisitando o envio do extrato e de cópia de todos os documentos de saque (cheques, saques contra recibo, transferências, etc) relativos à conta pública 8304-6, aberta em nome do Município de Francisco Dumont/MG para recebimento e movimentação dos recursos federais do Convênio MC-058/2005, firmado com o Ministério das Comunicações;

à Prefeitura Municipal de Francisco Dumont/MG, requisitando o envio de cópias integrais e autenticadas dos procedimentos licitatórios cujas vencedoras foram a RADIER Construções, Consultoria, Indústria e Comércio Ltda e a MICROTELL Informática Comércio & Prestação de Serviços Ltda., no tocante à execução do Convênio nº MC-058/2005, firmado com o Ministério das Comunicações para a implantação de Telecentro Comunitário (convites 54/2006 e 08/2007). A documentação, assim que quando recebida, deverá ser autuada como anexo, contendo na capa os dizeres que o identifiquem.

b) o registro desta portaria em livro próprio, para efeito de controle do prazo previsto no art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Respondidos os ofícios e atendidas as determinações, venham conclusos.

ALLAN VERSIANI DE PAULA

PORTARIA Nº 31, DE 5 DE JULHO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.28.200.000140/2010-75. Conversão em inquérito civil público.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

a) CONSIDERANDO a instauração deste procedimento administrativo com finalidade de promover a apuração de irregularidades na execução de contrato de repasse referente a construção de uma Praça de Eventos localizada entre as Ruas Governador José Varela e Governador Georgino Avelino no Município de São Rafael (contrato de repasse nº 200.578-01/2006);

b) CONSIDERANDO que os fatos relatados, em tese, apresentam-se como possíveis atos de improbidade administrativa previstos nos artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92.

c) CONSIDERANDO que o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável (§6° do artigo 2° da Resolução 23/2007 do CNMP);

d) CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§7° do artigo 2° da Resolução 23/2007 do CNMP);

e) CONSIDERANDO que nesses autos o prazo para conclusão encontra-se expirado e há diligências pendentes;

f) CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o Procedimento administrativo n° 1.28.200.000140/2010-75 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção da matéria versada, razão pela qual deverá ser registrada a presente portaria em livro próprio, autuá-la e afixá-la em local de costume, conforme dispõe o artigo 4° da Resolução CNMP n° 23/2007 e ainda o §4° da Resolução CSMPF n° 87/2006, após alteração por meio da Resolução CSMPF n° 106/2010, bem como a comunicação, com o envio do arquivo virtual da portaria, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para ciência e publicação da presente.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Designo o servidor DANIEL SIQUEIRA LEVIS como Secretário, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito Civil Público.

Oficiem-se as empresas CONSTRUTORA ASSU EMPREENDIMENTOS LTDA, TERRAMAQ - LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA e LT CONSTRUÇÕES E PAVIMENTOS LTDA para esclarecer se foram consultadas pelo Município de São Rafael/RN sobre o interesse de celebrar contrato referente ao objeto da carta convite nº 015/2007, em razão da rescisão contratual do instrumento firmado com a empresa F E A CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA.

Após cumprimento das determinações supra, venham os autos conclusos para ulteriores deliberações.

CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS

PORTARIA Nº 34, DE 4 DE JULHO DE 2011

PEÇAS INFORMATIVAS 1.22.001.000174/2011-19. REQUERENTE: MPT - JUIZ DE FORA/MG. REQUERIDO: FADEPE e OUTROS. EMENTA: VERBAS PÚBLICAS.EVENTUAL DESVIO.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador Regional da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitarem-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema, da amplitude de interessados e/ou da necessidade de investigações que demandem maior tempo para serem concluídas;

Considerando que os fatos narrados nos presentes autos requerem a realização de investigações e de diligências que, por sua natureza e complexidade, poderão extrapolar os prazos previstos no art. 4º, § 1º, da Resolução CSMPF nº 87, de 06 de abril de 2010 (com as alterações introduzidas pela Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010);

Considerando que a instauração de procedimento administrativo para apuração dos fatos narrados nestes autos poderia acarretar, apenas, um acréscimo de formalidade, sem, contudo, contribuir para a sua efetiva instrução ou para o deslinde dos fatos;

Considerando que a atuação ministerial deve ser pautada nos princípios da razoabilidade e da economia processual, devendo ser evitados os excessos de formalidade que acabem por imprimir caráter moroso e/ou protelatório às investigações do parquet; determina:

1º) a conversão das presentes Peças Informativas em Inquérito Civil Público, para apuração dos fatos narrados nos presentes autos, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, a conclusão dos autos para ulteriores determinações.

Cumpra-se.

ONOFRE DE FARIA MARTINS

PORTARIA Nº 35, DE 4 DE JULHO DE 2011

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL. AUTOS Nº: 1.22.001.000017/2011-03. REQUERENTE: 2ª VARA DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA. REQUERIDO: UFJF. EMENTA: PROVÁVEL CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE FUNCIONÁRIO. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador Regional da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou, então, admitir-se entre eles uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, apenas se necessário, instaurar-se, em seguida, um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados;

Considerando que a Resolução n. 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em seu artigo 4º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante as Resoluções citadas, determina:

1º) a conversão do Procedimento Administrativo Cível em epígrafe em Inquérito Civil Público, para apuração e responsabilização dos fatos sucintamente acima narrados, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, a conclusão dos autos para ulteriores determinações.

Cumpra-se.

ONOFRE DE FARIA MARTINS

PORTARIA Nº 35, DE 11 DE JULHO DE 2011

Autos n°: 1.22.011.000045/2011-01

O Ministério Público Federal, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando a representação encaminhada pela Divisão de Tutela Coletiva Cível da PRMG, que encaminhou cópia do Procedimento Investigatória nº 88/07 do MPE, que apurou possíveis irregularidades no Convênio CRT/MG 25.000/02 firmado entre o INCRA e o estado de Minas Gerais, com interveniência da COPASA, cujo objeto era a perfuração de poços profundos, captação e armazenamento de água em projetos de assentamentos, localizados no estado de Minas Gerais;

g) considerando que por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, § 1º, e 5º, o procedimento administrativo, a partir de agora, serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução; sendo que, no presente caso, é necessário o aprofundamento das investigações;

h) considerando a possibilidade de que tenha havido irregularidades na aplicação de recursos públicos;

i) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" e XIV, "f", todos da LC 75/93, o disposto no artigo 28 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, o disposto nos artigos 2º, § 7º, e 16 da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e, mais, os elementos de convicção constantes dos autos que indiciam a necessidade de apuração de eventual lesão ao patrimônio público;

Resolve converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em conseqüência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se, remetendo cópia do presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) oficie-se à Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais, requisitando que, em 20 (vinte) dias, informe se a COPASA já cumpriu todas as condicionantes do Parecer 008/2011do Serviço de Contabilidade do INCRA, exarado no processo de prestação de contas nº 54170.000414/200791.

Aguarde-se em Secretaria, vindo os autos conclusos com a resposta ou em no máximo 60 (sessenta) dias.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 42, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das apurações no bojo das Peças de Informação nº 1.30.002.000001/2011-19, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 6º e 7º, do art. 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 4º, do art. 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; determina:

1. Converta-se as presentes Peças de Informação em Inquérito Civil Público, mantendo-se a sua ementa para: "APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PROMOVIDO PELA AGEVAP - ASSOCIAÇÃO PRÓ GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - EDITAL N° 001/2010" instaurado a partir de denúncia formulada pelo Sr. Marcelo Cappela Ribeiro Jardim .

2. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 49, DE 14 DE JULHO DE 2011

PEÇAS INFORMATIVAS 1.22.001.000189/2011-79. REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - OFÍCIO DE JUIZ DE FORA/MG. REQUERIDO: UFJF - FACULDADE DE EDUCAÇÃO (CAED). EMENTA: IRREGULARIDADES. CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitarem-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema, da amplitude de interessados e/ou da necessidade de investigações que demandem maior tempo para serem concluídas;

Considerando que os fatos narrados nos presentes autos requerem a realização de investigações e de diligências que, por sua natureza e complexidade, poderão extrapolar os prazos previstos no art. 4º, § 1º, da Resolução CSMPF nº 87, de 06 de abril de 2010 (com as alterações introduzidas pela Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010);

Considerando que a instauração de procedimento administrativo para apuração dos fatos narrados nestes autos poderia acarretar, apenas, um acréscimo de formalidade, sem, contudo, contribuir para a sua efetiva instrução ou para o deslinde dos fatos;

Considerando que a atuação ministerial deve ser pautada nos princípios da razoabilidade e da economia processual, devendo ser evitados os excessos de formalidade que acabem por imprimir caráter moroso e/ou protelatório às investigações do parquet; determina:

1º) a conversão das presentes Peças Informativas em Inquérito Civil Público, para apuração dos fatos narrados nos presentes autos, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, a conclusão dos autos para ulteriores determinações.

Cumpra-se.

ONOFRE DE FARIA MARTINS

PORTARIA Nº 109, DE 13 DE JULHO DE 2011

Ref. ao Inquérito Civil nº 1.24.001.000064/2011-74

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Instaurar o competente Inquérito Civil, com vistas a apurar possíveis irregularidades envolvendo verbas públicas federais repassadas ao Município de Juazeirinho/PB, na gestão do prefeito Bevilacqua Matias Maracajá, quanto a pagamentos realizados, no ano de 2009, pela Prefeitura com recursos do PAB, FMS e FARMÁCIA BÁSICA sem a ocorrência de procedimentos licitatórios.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação da instauração do presente Inquérito Civil Público à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de correspondência eletrônica, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006 e ao Ofício-Circular nº 30/2008/5ªCCR/MPF, enviando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III. Proceda-se à comunicação da instauração deste inquérito Civil à ASCOM da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, enviando-lhe cópia desta portaria por meio do e-mail atosmpf@prpb.mpf.gov.br, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP e do art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

IV. Oficie-se o Prefeito Municipal de Juazeirinho/PB para que envie a esta Procuradoria os documentos pertinentes à aplicação dos recursos do PAB, FMS e FARMÁCIA BÁSICA, no ano de 2009. Ademais, requisite que seja informado se o Município celebrou contrato com as seguintes empresas para aquisição de medicamentos: NORDESTE HOSPITALAR LTDA (CNPJ: 049.226.53/0001-89, a empresa A. COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTO FARMACÊUTICOS LTDA (CNPJ: 029.773.62/0001-62) e NATERCIO DA COSTA ASSIS. Em caso afirmativo, deve ser enviada toda documentação que se refira às citadas aquisições.

V. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 134, DE 14 DE JUNHO DE 2011

A Dra. Lívia Maria de Sousa, Procuradora da República atuante na PRM Sousa/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal,

Resolve

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, o competente Inquérito Civil Público - ICP, a fim de apurar irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 903, durante a execução do Programa de Atenção Básica em Saúde, no Município de Santana de Mangueira, exercício 2005.

Determinar, de imediato, as seguintes providências:

I. Comunique-se por meio eletrônico à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme o caso, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006, remetendo-lhe cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos d o art. 16 da Resolução nº 87/2006;

II. Efetuem-se os devidos registros no Sistema Único, para fins de controle de prazo de tramitação deste procedimento;

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor Alexsandro de Oliveira Valério.

LÍVIA MARIA DE SOUSA

PORTARIA Nº 135, DE 14 DE JUNHO DE 2011

A Dra. Lívia Maria de Sousa, Procuradora da República atuante na PRM Sousa/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, o competente Inquérito Civil Público - ICP, a fim de apurar supostas irregularidades na execução do Convênio nº 3.676/2005 (SIAFI 545263), firmado entre o Município de Santana de Mangueira - PB e o Fundo Nacional de Saúde -, cujo objetivo era a aquisição de unidade móvel de saúde.

Determinar, de imediato, as seguintes providências:

I. Comunique-se por meio eletrônico à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme o caso, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006, remetendo-lhe cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

II. Efetuem-se os devidos registros no Sistema Único, para fins de controle de prazo de tramitação deste procedimento;

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor Alexsandro de Oliveira Valério.

LÍVIA MARIA DE SOUSA

PORTARIA Nº 136, DE 14 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993:

CONSIDERANDO que o art. 7º, I, da LC 75/1993 estabelece que, incumbe ao MPU, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

CONSIDERANDO que os recursos do FNDE são direcionados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e organizações não-governamentais para atendimento às escolas públicas de educação básica;

CONSIDERANDO que é função institucional deste Ministério Público Federal a apuração do regular repasse, bem como aplicação, por parte dos entes estaduais e municipais, dos recursos provenientes do fundo e;

CONSIDERANDO que a prestação de contas referente aos programas do fundo, do Município de Fundão/ES ainda se encontra pendente, o que demanda a continuidade das investigações;

Resolve converter o PA/PR/ES nº 1.17.000.000844/2010-88 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

1. Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar a regularidade no repasse e aplicação dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação - FNDE -, ano 2010, no Município de Fundão/ES , referente aos programas educacionais deste fundo".

2. Cientifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

3. Designo como Secretária deste ICP a servidora Márcia Vitor de M e Guerra lotada neste gabinete;

4. Publique-se, em forma de extrato, a presente portaria no Diário Oficial (Portaria CNMP nº 23, de 17/09/2007, art. 7º, §2º).

FABRÍCIO CASER

PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993:

CONSIDERANDO que o art. 7º, I, da LC 75/1993 estabelece que, incumbe ao MPU, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

CONSIDERANDO que os recursos do FNDE são direcionados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e organizações não-governamentais para atendimento às escolas públicas de educação básica;

CONSIDERANDO que é função institucional deste Ministério Público Federal a apuração do regular repasse, bem como aplicação, por parte dos entes estaduais e municipais, dos recursos provenientes do fundo e;

CONSIDERANDO que a prestação de contas referente aos programas do fundo, do Município de Marechal Floriano/ES ainda se encontra pendente, o que demanda a continuidade das investigações;

Resolve converter o PA/PR/ES nº 1.17.000.000843/2010-33 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

1. Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar a regularidade no repasse e aplicação dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação - FNDE -, ano 2010, no Município de Marechal Floriano/ES , referente aos programas educacionais deste fundo".

2. Cientifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

3. Designo como Secretária deste ICP a servidora Márcia Vitor de M e Guerra lotada neste gabinete;

4. Publique-se, em forma de extrato, a presente portaria no Diário Oficial (Portaria CNMP nº 23, de 17/09/2007, art. 7º, §2º).

FABRÍCIO CASER

PORTARIA Nº 182, DE 12 DE JULHO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, sob os fundamentos do artigo 129, inciso III, da Constituição da República, mormente dos interesses difusos e coletivos, e do artigo 6°., inciso VII, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO que é atribuição do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal criada pele Decreto 1.324/94 e pela Lei 8.876/94, assegurar, controlar, fiscalizar, fomentar e outorgar a pesquisa e o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional (artigo 3°. da Lei 8.876/94 c/c artigo 2°. do Anexo I do Decreto 1.324/94);

CONSIDERANDO que o DNPM exerce suas atribuições em cada Unidade da Federação por meio de Superintendências (Distritos), conforme estabelece o artigo 16 do Decreto 7.092/10 c/c o artigo 13 do Anexo I do Decreto n. 1.324/94;

CONSIDERANDO que o Departamento Nacional de Produção Mineral relatou, por meio do Ofício/DIPAR n. 044/2010, a existência de limitações tecnológicas que estão prejudicando a manutenção dos sistemas necessários para o controle da arrecadação;

CONSIDERANDO que a Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral no Estado do Rio de Janeiro informou, através do Ofício 491/11-SUP/DNPM/RJ, que o seu reduzido quadro de pessoal impede a realização de 01 (uma) fiscalização por ano em cada entidade objeto de fiscalização, causando, dentre outros prejuízos, na formação de um passivo de cobranças;

Resolve o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o Procedimento Preparatório MPF/PR/RJ 1.30.010.000101/2010-57 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento na Lei Complementar nº 75/93, para averiguar a precariedade da estrutura tecnológica e de pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, especialmente no que se refere à Superintendência no Estado do Rio de Janeiro.

Para isto, DETERMINA-SE:

1. Seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República (ARP); e

2. Seja encaminhado, por meio eletrônico, comunicado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informando a instauração do presente Inquérito Civil Público, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Cumpra-se.

RODRIGO RAMOS POERSON

PORTARIA Nº 241, DE 12 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente

CONSIDERANDO as informações carreadas no procedimento administrativo cível nº 1.29.008.000089/2010-41;

Resolve, nos termos da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público, e da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar o presente Inquérito Civil Público, versando sobre a VERIFICAÇÃO QUANTO À APLICAÇÃO DOS REPASSES EFETUADOS PELO FNDE AO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA/RS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 656874/2009, VINCULADO AO PROINFANCIA; e determina:

1. autue-se na categoria de Inquérito Civil Público, mantendo a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista as regras internas de distribuição vigentes;

2. proceda-se a devida classificação (em meio físico e eletrônico) do presente procedimento, vinculando-o à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. oficie-se ao Município, solicitando fotocópia, em meio digital, da prestação de contas.

RAFAEL BRUM MIRON

PORTARIA Nº 242, DE 4 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000406/2010-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de representação feita pelo Senador Mozarildo Cavalcanti na qual requer fiscalização do Ministério Público Federal na correta aplicação dos recursos oriundos da conta corrente dos contratos n° 20/6650-3 - P.E.F e n° 20/06651 - P.E.F III, pelo Governo do Estado de Roraima;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 246, DE 4 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000426/2010-84.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de ofício enviado a esta Procuradoria por Sub-Procurador Geral da República, solicitando informações acerca de possíveis irregularidades envolvendo administradores públicos e entidades não governamentais (OSCIPS, em geral), potencialmente implicados em fraudes e desvios na utilização de recursos públicos federais destinados a políticas públicas e programas como o "Programa de Saúde da Família" e outros afetos à saúde pública, indicativos de interconexão entre as atividades de saúde pública, terceirização de programas do SUS e da presença das mesmas OSCIPS em diferentes municípios e Estados brasileiros;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 247, DE 4 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000405/2009-25

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório instaurado a partir de representação do Sr. Antônio Muniz de Souza, Prefeito Municipal de Caroebe, através do qual noticiou a não prestação de contas pelo ex-prefeito, Francisco Severo da Silva, de verba recebida através do convênio firmado com o Ministério da Defesa (SIAFI 579996) para aquisição de Unidade Móvel de Saúde;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Reitere-se o ofício requisição de fl. 44, com as advertências legais, enviando-se a mesma com AR-Mão própria e por fax ao Gabinete do Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias;

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 248, DE 5 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000095/2010-82

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de representação formulada pelo Município de IRACEMA, através do seu então prefeito Raryson Pedrossa Nakayama, através da qual noticiou irregularidades relacionadas à prestação de contas das verbas referentes ao PNAE - 2005, de responsabilidade do anterior gestor: AMADEU BATISTA FILHO;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 249, DE 5 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000193/2010-10

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de cópia de PIC encaminhado com o objetivo de se aquilatar a eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa pretensamente praticado por Delegado de Polícia Federal, ao sacar arma de fogo em casa noturna, fora do exercício da função. Foram juntados documentos(fls.05-109);

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 250, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000357/2010-17

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de requerimento feito pelo Município de Bonfim, presentado pelo então prefeito Domingos Santana Silva acerca de irregularidades em relação aos convênios firmados junto ao Governo Federal - Convênios 587043 e 521212 - Ministério da Saúde e 574573 - Ministério da Defesa;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 251, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000410/2010-71

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir do encaminhamento, pelo TCU, de cópia do acórdão 4191/TCU, que condenou JOSÉ FÁBIO MAIA a ressarcimento de dano gerado à empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 252, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000454/2005-34

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO Procedimento Administrativo instaurado com base em representação protocolada nesta Procuradoria da República, denunciando grilagem de mais de 10.000 hectares de terras no Projeto Jatapú.

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 253, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000031/2010-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado para se apurar o cancelamento dos Incentivos Fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, concedidos à empresa Cauamé Agropastoril S/A em razão de desvio na aplicação dos recursos;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Oficie-se a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Roraima, requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias, informações sobre a inscrição da empresa Cauamé Agropastoril S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.607.122/0001-64 e Processo n° 59003.000005/2007-30, na Dívida Ativa da União, além de outras informações que julgar importantes;

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 254, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000215/2009-16

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório instaurado a partir de cópia de peças extraídas da Apelação em Mandado de Segurança n° 2007.61.00.022724-5, encaminhados por Procurador Regional da República para apurar a demora atribuível à administração fazendária em proceder à consolidação de débitos "PAEX", propiciando às empresas devedoras pagarem valores irrisórios em relação ao montante real da dívida;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Oficie-se a Receita Federal, encaminhando-lhe cópia do documento de fls.15/16, a fim de que, no prazo de 20 dias, informe se foram solucionados os problemas expostos no citado documento;

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 255, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000353/2007-25

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de Relatório de Ação de Controle da CGU a respeito de "Possível aplicação irregular de recursos destinados à construção de casas no bairro Cidade Satélite do Município de Boa Vista e de unidades habitacionais nos municípios de Caroebe, Iracema e Rorainópolis, mediante convênio entre o Ministério das Cidades e o Estado de Roraima;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Reitere-se o Ofício de fl.31;

3. Oficie-se o TCU, dando cumprimento ao que foi determinado no despacho de fl.30;

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 256, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000255/2008-79

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado em 14 de outubro de 2008, para apurar possível irregularidade na atuação do servidor público ROBERTO QUEIROZ LOPES, na condição de Procurador Jurídico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Roraima - CEFET/RR, hoje Instituto Federal de Roraima - IFRR;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Oficie-se à Procuradoria Federal no Estado de Roraima, anexando cópias das fls. 04-05; 13-14 e 18, para que no prazo de 30 dias, preste esclarecimentos acerca dos fatos narrados na representação, e informe quem fazia as vezes de Procurador Jurídico no antigo CEFET-RR, à época dos fatos narrados;

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 256, DE 11 DE JULHO DE 2011

ICP nº 1.34.001.003131/2011-66

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que, em razão de denúncia anônima, foi autuada e distribuída para esse 2º Ofício do Grupo II da Tutela Coletiva - Patrimônio Público e Social a Peça Informativa n.º 1.34.001.003131/2011-66, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. Realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Remoção de dutos do terreno onde será construído a Arena Corinthians. Propriedade da TRANSPETRO."

CONSIDERANDO que os fatos que são objeto da presente peça informativa já estavam sendo apurados no âmbito do Inquérito Civil nº 1.34.001.005822/2010-13, o qual tem por objeto principal o acompanhamento das obras de reforma/construção do Estádio de Futebol na cidade de São Paulo, visando a Copa do Mundo de 2014;

CONSIDERANDO que no âmbito do Inquérito Civil nº 1.34.001.005822/2010-13, inclusive, já havia sido expedida a Recomendação º 18/2011, recomendando-se à TRANSPETRO que adote as providências necessárias para impedir o início da obras sem que exista contrato previamente assinado com o SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA ou sociedade de propósito específico criada pelo mesmo em conjunto com a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A - ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A , no qual este assuma os custos com o processo de remoção e recolocação dos dutos que se encontram no terreno de Itaquera, local onde pretende-se construir o Estádio de Futebol;

CONSIDERANDO que, consoante despacho exarado pelo Exmo. Procurador da República signatário, membro titular de São Paulo/SP, integrante do Grupo de Trabalho "AD HOC" Copa do Mundo FIFA 2014, constituído para atuar preventivamente na fiscalização de recursos públicos federais, determinou-se o desentranhamento dos documentos relacionados ao objeto da presente peça de informação, juntando-se aos autos e epígrafe;

CONSIDERANDO que estão em curso atos de instrução processual voltados ao acompanhamento e a obtenção de documentos e informações acerca dos projetos envolvidos na realização do evento futebolístico na cidade-sede de São Paulo - Copa do Mundo 2014, confirmando a premente necessidade de fiscalização de eventuais recursos públicos federais relacionados ao processo de remoção e recolocação dos dutos que se encontram no terreno de Itaquera, local

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

onde pretende-se construir o Estádio de Futebol do SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA, no âmbito de proteção ao patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que, nos termo do art. 1º, "caput" da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 20007, o inquérito civil público será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais;

CONSIDERANDO que os elementos que formam a presente Peça Informativa não são suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública e, por ora, também não é o caso de arquivamento, sugerindo a melhor apuração dos fatos por meio de inquérito civil público;

CONSIDERANDO, enfim, que os documentos e informações acerca dos projetos envolvidos na realização do evento futebolístico na cidade-sede de São Paulo confirmam a premente necessidade de fiscalização de todos os recursos públicos federais relacionados às obras na cidade de São Paulo, no âmbito de proteção ao patrimônio público e da probidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.001.005805/2010-86 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público), atentando-se para o disposto no art. 15 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (Art. 15. A publicação dos atos sigilosos, se for o caso, limitar-se-á aos seus respectivos números, datas de expedição e ementas, redigidas de modo a não comprometer o sigilo";

Após, tornem os autos conclusos.

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

PORTARIA Nº 257, DE 6 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.000214/2011-88

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor da representação formulada por Renildo Correia da Silva, representante da empresa ASATUR TRANSPORTE, na qual sustenta a existência de supostas irregularidades no processo licitatório realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - Campos Novo Paraíso - Pregão Eletrônico IFRR - 08/2011, juntando-se documentos às fls.05-24 ;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Junte-se a nova documentação enviada pela denunciante aos autos do procedimento administrativo.

3. Após, oficiem-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR e o Comprasnet, na pessoa de seus representantes, encaminhando-lhes cópia de toda a representação (inclusive da documentação enviada posteriormente), a fim de que se manifestem sobre o teor da mesma, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, devolvam-me conclusos.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 260, DE 7 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.0000311/2007-94

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado para apurar possível irregularidade no abastecimento de veículos da Delegacia Regional do Trabalho em Roraima, noticiadas por meio de denúncia anônima a esta Procuradoria da República;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Oficie-se a AGU, encaminhando-lhe cópia do ofício 112/2009/GAB-SRTE (fls.42-47), a fim de que informe se foi ajuizada a devida ação para ressarcimento ao erário, vide tópico 20 (fl.47), no prazo de 20 (vinte) dias;

3. Oficie-se a SR/DPR/RR, encaminhando-lhe cópia do documento de fl.49, solicitando informações, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre a conclusão das investigações objeto do IPL 590/2006, tendo em vista que, através do Ofício 760/2009- SR/DPF/RR, de 31/03/2009, foi informado a este Órgão Ministerial que restavam somente duas oitivas para a sua conclusão e enviado cópia do IPL, até à fl.151.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 261, DE 7 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.0000301/2007-59

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de denúncia feita por Roseane Maria Ponciano Mendes, recebida nesta Procuradoria em setembro de 2007, visando apurar possíveis irregularidades nos programas PROJOVEM e CRESCER, objeto do convênio com o Governo Federal, firmados com a Prefeitura de Boa Vista;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 262, DE 8 DE JULHO DE 2011

Ref: 1.32.000.0000143/2007-37

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado a partir de Relatório de Ação de Controle da Controladoria Geral da União realizado na FUNASA-RR, o qual foi desmembrado no âmbito deste MPF-RR para apuração pormenorizada das diversas irregularidades na aplicação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de menos de 90 dias; resolve:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 351, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000517/2011-36, instaurado para apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados por auditor fiscal da receita federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000517/2011-36 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Corregedoria da Receita Federal do Brasil, da 7.ª Região Fiscal, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 352, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000518/2011-81, instaurado para apurar possíveis irregularidades na criação e no repasse de recursos federais à Fundação Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000518/2011-81 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB-Brasil Resseguros S. A. e Fundação Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG, na forma das minutas ora apresentadas;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 353, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000262/2011-10, instaurado para apurar possíveis irregularidades na terceirização de atividade-fim, diante da prorrogação de concurso público para nomeação de aprovados para cargos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000262/2011-10 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 354, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000346/2011-45, instaurado para apurar possíveis irregularidades na realização de contrato de trabalho por tempo determinado, constante da Portaria n.º 39/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, nos termos da Lei 8.745/93, de 09/12/1993;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000346/2011-45 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 355, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000318/2011-28, instaurado para averiguar suposta omissão de procedimento administrativo disciplinar na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para apuração de eventual desídia funcional na contratação emergencial de empresa de limpeza;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000318/2011-28 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 356, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000317/2011-83, instaurado para apuração de possíveis irregularidades de repasses de verbas públicas federais aplicadas no Complexo da Mangueira para a Copa do Mundo de 2014, no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000317/2011-83 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 357, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000312/2011-51, instaurado para averiguar suposta omissão de procedimento administrativo disciplinar na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para apuração de prescrição em processo administrativo;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.30.012.000312/2011-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3) Oficie-se à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na forma da minuta ora apresentada;

4) Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

PORTARIA Nº 467, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a ocorrência de possíveis irregularidades na duplicidade de cobrança de anuidade pelo Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - COREN/SC quando profissional de unidade da federação diversa passa exercer atividade profissional em Santa Catarina com anuidade totalmente adimplida no conselho do estado de origem e deve pagar novamente o valor para o conselho catarinense, ainda assim, inexistindo procedimento para apuração dessas irregularidades no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PPMA. Possíveis irregularidades na cobrança de nova anuidade pelo Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - COREN/SC quando profissional passa exercer atividades no estado e anteriormente adimpliu anuidade no respectivo estado de origem";

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) expedição de ofício ao Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - COREN/SC para esclarecimento dos fatos alegados na representação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 196, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000487.2011.20.000/7, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Atos Sindicais Irregulares ou Abusivos - Irregularidades Administrativas e/ou Financeiras, Liberdade e Organização Sindical,Irregularidades em Assembleias Sindicais), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDTRES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.605.801/0001-58.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 197, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000278.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (FGTS, Extinção do Contrato Individual de Trabalho - Não Pagamento das Verbas, Máquinas e Equipamentos - NR 12, Exames Médicos Admissionais/Demissionais e Instalações Sanitárias - NR 31), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa GPA - GOLDEN POND AQUACULTURA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 03.302.448/0001-58.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 198, DE 26 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85,

Considerando a Representação instaurada a partir de representação anônima em desfavor da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo como objeto irregularidades: Remuneração e Benefícios; Atraso ou não ocorrência do pagamento; Documentos a cargo do empregador e Fiscalização do trabalho; Documentos de apresentação obrigatória pelo empregador; Embaraço à fiscalização do trabalho;

Considerando que o relatório fiscal posteriormente juntado aponta participação da Fundação Hospitalar de Saúde - FHS naquelas irregularidades;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda e Fundação Hospitalar de Saúde - FHS, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000069.2011.20.000/1;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.124/128.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 200, DE 28 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de representação anônima em desfavor da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo como objeto irregularidades:Meio Ambiente do Trabalho; Condições de Trabalho; Órgãos e Medidas de Proteção; Atividades e Operações Insalubres;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 000367.2011.20.000/4;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.104/105.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 203, DE 28 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de representação do Sindicato dos Trabalhadores da Área de Saúde no Estado de Sergipe - SINTASA; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Sergipe - SRTE/SE e Identidade Sob Sigilo em desfavor da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo como objeto irregularidades: Temas Gerais; Duração do Trabalho e Pagamentos Respectivos; Trabalho Noturno; Remuneração e Benefícios; Vale-Transporte; Não fornecimento de Contracheque;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 000472.2011.20.000/8;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.110/112.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 204, DE 28 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de representação do Sindicato dos Trabalhadores da Área de Saúde no Estado de Sergipe - SINTASA; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Sergipe - SRTE/SE e Identidade Sob Sigilo em desfavor da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo como objeto irregularidades:Meio Ambiente do Trabalho; Condições de Trabalho, Órgãos e Medidas de Proteção; PCMSO; Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; Alimentação doTrabalhador;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 000513.2011.20.000/9;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.100/101.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 205, DE 28 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de representação anônima em desfavor da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo como objeto irregularidades: Temas Gerais; Extinção do Contrato Individual de Trabalho e Pagamentos Respectivos; Atraso ou não pagamento das VerbasRescisórias;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Captar - Serviços Técnicos e Terceirizações Ltda, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 000624.2011.20.000/0;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.13/15.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DA PGJM

PROTOCOLO N. 746/11/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL N. 4-90.2011.1303
PJM SANTA MARIA/RS
...
Pelo exposto, determino o arquivamento do feito, com a consequente restituição dos autos à PJM Santa Maria/RS.
Publique-se o dispositivo.
…

Brasília - DF, 25 de julho de 2011.
JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
Em exercício

PROTOCOLO N. 645/2011/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) N. 7-55.2011.1201
PJM SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO
...
Considerando, portanto, tratar-se de matéria estranha à atribuição do Ministério Público Militar, como igualmente reconhecido, à unanimidade, pela Egrégia CCR/MPM (fls. 214/216), determino o arquivamento dos autos, com sua consequente restituição ao 1º Ofício da PJM São Paulo/SP.
Publique-se o dispositivo.
…

Brasília/DF, 25 de julho de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
Em exercício

PROTOCOLO N. 651/11/DDJ/PGJM
NOTÍCIA-CRIME 4-96.2011.1301
PJM PORTO ALEGRE/RS
...
Pelo exposto, determino o arquivamento deste feito, com a consequente restituição dos autos à PJM Porto Alegre/RS para ulterior comunicação ao Comando da 3ª Região Militar (fl. 38).
Publique-se o dispositivo.
…

Brasília-DF, 26 de julho de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR NO DISTRITO FEDERAL
2º OFÍCIO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 4/2º OFÍCIO PJM/DF, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Procuradora da Justiça Militar, Dra Claudia Rocha Lamas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o contido no Ofício Circular n° 003/2011/CMPM, de 27 de abril de 2011; resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Portaria n° 01/2º Ofício PJM/DF, de 12 de abril de 2011, publicada no DOU Seção 1, Pág. 104, em 26 de abril de 2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Instaurar Peça de Informação para subsidiar o acompanhamento, mensal e à distância, das prisões de natureza judicial e administrativa no âmbito das Organizações Militares do Exército Brasileiro, sediadas nos Estados do Tocantins e Goiás, e mensal e presencial naquelas situadas no Distrito Federal;"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data;

Art. 3º - Encaminhe-se à PGJM para conhecimento e publicação.

CLAUDIA ROCHA LAMAS

PORTARIA Nº 5/2º OFÍCIO PJM/DF, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Procuradora da Justiça Militar, Dra Claudia Rocha Lamas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o contido no Ofício Circular n° 003/2011/CMPM, de 27 de abril de 2011; resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Portaria n° 02/2º Ofício PJM/DF, de 12 de abril de 2011, publicada no DOU Seção 1, Pág. 104, em 26 de abril de 2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Instaurar Peça de Informação para subsidiar o acompanhamento, mensal e à distância, das prisões de natureza judicial e administrativa no âmbito das Organizações Militares da Marinha do Brasil, sediadas nos Estados do Tocantins e Goiás, e mensal e presencial naquelas situadas no Distrito Federal;"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data;

Art. 3º - Encaminhe-se à PGJM para conhecimento e publicação.

CLAUDIA ROCHA LAMAS

PORTARIA Nº 6/2º OFÍCIO PJM/DF, DE 28 DE JULHO DE 2011

A Procuradora da Justiça Militar, Dra Claudia Rocha Lamas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o contido no Ofício Circular n° 003/2011/CMPM, de 27 de abril de 2011; resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Portaria n° 03/2º Ofício PJM/DF, de 12 de abril de 2011, publicada no DOU Seção 1, Pág. 104, em 26 de abril de 2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Instaurar Peça de Informação para subsidiar o acompanhamento, mensal e à distância, das prisões de natureza judicial e administrativa no âmbito das Organizações Militares da Força Aérea Brasileira, sediadas nos Estados do Tocantins e Goiás, e mensal e presencial naquelas situadas no Distrito Federal;"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data;

Art. 3º - Encaminhe-se à PGJM para conhecimento e publicação.

CLAUDIA ROCHA LAMAS

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 27, DE 27 DE JULHO DE 2011
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretário do Plenário em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

Às 16 horas e 51 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Ubiratan Aguiar), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues), e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes, em férias, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, José Múcio Monteiro e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 26, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 20 de julho (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foi excluído de Pauta, o processo nº TC-003.775/2009-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir listadas e proferiu os Acórdãos de nºs 1953 a 1959.

- Relação nº 11, do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que contém os processos de nºs TC-011.536/2009-2, TC-013.318/2011-0, TC-019.631/2011-1 e TC-032.560/2010-9; e
- Relação nº 12, do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que contém os processos de nºs TC-013.310/2011-9, TC-018.162/2010-0 e TC-033.300/2010-0.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário aprovou os Acórdãos de nºs 1960 a 1968, proferidos no âmbito dos processo de nºs:

- TC-019.165/2011-0, de relatoria do Ministro Valmir Campelo;
- TC-019.527/2011-0 e TC-019.656/2011-4, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro;
- TC-017.472/2009-0 e TC-019.232/2011-0, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
- TC-017.918/2011-1 e TC-019.879/2011-3, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e
- TC-004.714/2011-3 e TC-030.150/2010-8, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSOS

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Os acórdãos listados abaixo, a seguir transcritos, tornaram-se públicos em razão do levantamento de sigilo dos processos respectivos e serão publicados na ata da sessão ordinária realizada nesta data (artigo 133, parágrafo único, do Regimento Interno).

Os acórdãos de nºs 1963, 1967 e 1968, apreciados de forma unitária, constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

- Acórdão nº 1953, adotado no processo nº TC-011.536/2009-2, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira na Relação nº 11/2011;

- Acórdão nº 1954, adotado no processo nº TC-013.318/2011-0, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira na Relação nº 11/2011;

- Acórdão nº 1955, adotado no processo nº TC-019.631/2011-1, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira na Relação nº 11/2011;
- Acórdão nº 1956, adotado no processo nº TC-032.560/2010-9, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira na Relação nº 11/2011;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Acórdão nº 1963, adotado no processo nº TC-017.472/2009-0, apresentado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

- Acórdão nº 1967, adotado no processo nº TC-004.714/2011-3, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

- Acórdão nº 1968, adotado no processo nº TC-030.150/2010-8, apresentado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

RELAÇÃO Nº 11/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1953/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos.

1. Processo TC-011.536/2009-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA; Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.3. Órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional/AP - MDA (Incra/MDA)

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amapá (Secex-AP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA , Superintendência Regional no Amapá (Incra/AP) que, quando da fiscalização da entrega dos materiais e produtos oriundos do Crédito Instalação, verifique se correspondem exatamente ao descrito nas notas fiscais e no plano de aplicação, bem como, no caso da aquisição coletiva de bens de valor superior ao crédito, verifique se a nota fiscal apresenta o valor global do bem adquirido e a assinatura de todos os beneficiários que rateaaram o bem;

1.6.2. encaminhar cópia das notas fiscais com produtos distintos dos entregues aos beneficiários emitidas pela empresa J.U.A. LOBATO (CNPJ 34.936.211/0001-52), no âmbito do programa de concessão do Crédito Instalação, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Amapá (fls. 9, 78, 168 e 212, anexo 2), bem como cópia da instrução de fls. 308/321, para o Ministério Público do Estado do Amapá, a fim de eventual responsabilização penal dos proprietários da empresa pela irregularidade descrita no item.

ACÓRDÃO Nº 1954/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-013.318/2011-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/TO - JE.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1955/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-019.631/2011-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei nº 8.443/1992).

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei nº 8.443/1992).

1.3. Entidade: Município de Normandia/RR.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima (Secex-RR).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1956/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-032.560/2010-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/PE - JT

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex-PE)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 27/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 1963/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-017.472/2009-0.
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessado: Identidade preservada, conforme art. 55 da Lei 8.443/92.
4. Unidades: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia noticiando a suposta prática de irregularidades ambientais em projetos de saneamento executados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) com recursos federais,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:
9.1. considerar esta denúncia, no mérito, improcedente;
9.2. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos;
9.3. dar ciência desta deliberação ao denunciante e às entidades responsáveis;
9.4. encaminhar à Segecex cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, e
9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1963-27/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1967/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.714/2011-3.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão: Ministério da Justiça/Ministério da Defesa.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex-8).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia relatando irregularidades em contratações diretas por diversos órgãos da Administração de *spray* de pimenta, com fulcro no art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993, respaldadas em declaração de exclusividade emitida pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer da presente denúncia;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos Ministérios da Defesa e da Justiça para que adotem as providências necessárias à observância do disposto no Súmula TCU nº 255, de forma a confirmar a veracidade das condições de exclusividade de aquisição de spray de pimenta em contratações futuras;
9.3. dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Abimde;
9.4. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos;
9.5. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1967-27/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1968/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.150/2010-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: Marisaura Rebelatto dos Santos (OAB/SC nº 9.702); Eduardo Carlin Kilian (OAB/SC nº 13.890) e Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF nº 788).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à denúncia em que o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, nos autos do processo nº 729.255/2001-4, em curso naquela corte trabalhista, proferiu decisão na qual considerou ilegal a percepção do adicional por tempo de serviço (ATS) por representantes classistas cujos atos de concessão de aposentadoria já haviam sido julgados legais por esta Corte há mais de cinco anos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denúncia por preencher os requisitos estabelecidos no art. 235 do RI/TCU para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. alertar o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que, nos termos da Súmula nº 6 do Supremo Tribunal Federal, os atos de anulação, parcial ou integral, de ato sujeito a registro anteriormente emitido e já julgado legal pelo Tribunal de Contas da União, expedidos no exercício do poder de auto-tutela da Administração, devidamente observado o disposto no art. 54, § 1º da Lei nº 9.784/1999, não produzem efeitos antes de serem julgados por esta Corte;
9.3. determinar ao TRT que, no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência deste acórdão, adote as medidas necessárias para suspender os efeitos dos atos administrativos que modificaram os atos já julgados legais por esta Corte, de que trata este processo;
9.4. cientificar o TRT que, no caso de constatação de ilegalidade em ato já registrado por esta Corte após o prazo decadencial de que trata o art. 54, § 1º da Lei nº 9.784/1999, e ainda não ultrapassado o prazo de cinco anos do julgamento, represente a ilegalidade a este Tribunal para que, nos termos do art. 260, § 2º, do RI/TCU, seja promovida revisão de ofício;
9.5. determinar à Sefip que elabore procedimento para encaminhamento e processamento dos atos que visem anular, parcial ou integralmente, atos já registrados por esta Corte;
9.6. encaminhar este processo à Comissão de Jurisprudência deste Tribunal para revisão da Súmula 199 do TCU.
9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao denunciante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
9.8. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos;
9.9. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1968-27/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 17 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário do Plenário em substituição

Aprovada em 28 de julho de 2011.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATA Nº 30, DE 27 DE JULHO DE 2011
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretário do Plenário em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Ubiratan Aguiar), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues), e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes, em férias, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, José Múcio Monteiro e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 29, da Sessão Ordinária realizada em 20 de julho (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

- Registro da presença, no Plenário, dos participantes do Programa de Formação, segunda etapa do concurso público do TCU para provimento de cargos de Auditor Federal de Controle Externo nas especialidades de Tecnologia da Informação e de Controle Externo. (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Dia 03 de agosto será reaberta a sessão extraordinária convocada para a apreciação da revisão do Regimento Interno do Tribunal, que teve início em 29 de junho de 2011.

Do Ministro Aroldo Cedraz: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Apresentação de Projeto de Decisão Normativa que disciplinará a organização e a apresentação de peças complementares para formação de processos de contas ordinárias de unidades jurisdicionadas relativas ao exercício de 2011, a serem apresentadas em 2012, com abertura de prazo de 15 dias para a apresentação de emendas e sugestões de modificação pelos demais Ministros.

- Participação, representando o Tribunal, por designação da Presidência, no 21º Simpósio NU/Intosai, realizado no Centro Internacional da ONU em Viena, no período de 13 a 15 de julho de 2011.

Do Auditor Augusto Sherman Cavalcanti: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Participação, por designação da Presidência, da delegação que representou o Tribunal na 3ª Reunião do Conselho Diretivo de Cooperação entre a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) e a comunidade de doadores, na sede do Banco Mundial em Washington, Estados Unidos, realizada entre os dias 19 e 20 de julho.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos de nºs:

- TC-003.857/2011-5, pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que determinou a suspensão do procedimento de dispensa de licitação envolvendo a incorporação/permuta de terreno de propriedade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Espírito Santo - Crea/ES; e

- TC-019.450/2011-7, pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que determinou a suspensão do Pregão Eletrônico n° 16/2011 - SALC - 1º BEC, realizado pelo Primeiro Batalhão de Engenharia de Construção (1º BRv/1955), com a oitiva do órgão para que, no prazo de 15 (quinze) dias, justifique a pertinência e legalidade das exigências contidas no edital.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 21/7/2011

Processo: 002.128/2008-1
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES-ES/CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES-ES
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 002.512/2011-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 004.127/2009-1
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 009.830/2010-3
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 013.240/1994-3
Interessado: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA
Motivo do sorteio: Contestação
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 013.659/2010-3
Interessado: L A TURISMO E VIAGENS LTDA/L A
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 017.005/2008-8
Interessado: MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR), HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - MD, FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA - MD
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 017.356/2001-6
Interessado: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-RJ
Motivo do sorteio: Contestação
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 018.715/2005-2
Interessado: Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 018.783/2007-9
Interessado: MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR), HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - MD
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 019.349/2011-4
Interessado: Sefti Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 020.537/2007-2
Interessado: TCM/TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS NO ESTADO DE GOIÁS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 022.849/2006-0
Interessado: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME, CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DE FURNAS E ELETRONUCLEAR - CAEFE/CAIXA DE AS e outros
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 022.877/2008-1
Interessado: FUNDO NACIONAL DE CULTURA - MinC, SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - CGU/PR, /SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 028.166/2008-7
Interessado: CNPQ/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Motivo do sorteio: Contestação
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 575.332/1996-4
Interessado: HOSPITAL DO ANDARAÍ - RJ, Mario Reis Xavier Junior, Exm.º Sr. João Paulo Fernandes Pontes, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, /REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DA OITAVA CIRCUNSCRIÇÃO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Data do sorteio: 26/7/2011

Processo: 000.889/2006-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 002.817/2008-6
Interessado: SECEX-AC/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho, Elizano Santos de Assis, Louise Maria Holtz Santos de Oliveira e outros
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 003.856/2010-0
Interessado: MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR), Prefeitura Municipal de Amajari - RR
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 003.915/2010-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 010.824/1999-5
Interessado: INPI
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 015.658/2009-3
Interessado: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - MD
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 016.532/2005-3
Interessado: FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 017.270/2010-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 018.588/2008-2
Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - MEC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 020.983/2007-7
Interessado: SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - RJ/SECEX-RJ
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

ATO NORMATIVO APROVADO (v. Anexo III a esta Ata)

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 114 - "Aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012."

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação dos processos nºs TC-010.493/2010-7 e TC-010.528/2010-5, cujo Relator é o Ministro Valmir Campelo, o Dr. Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira apresentou sustentação oral em nome da Construtora Andrade Gutierrez SA.

Na apreciação do processo nº TC-000.312/2011-8, cujo Relator é o Ministro Raimundo Carreiro, a Dra. Tathiana Passoni Reis apresentou sustentação oral em nome da Call Tecnologia e Serviços Ltda..

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, os processos de nºs:

- TC-032.787/2008-6, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-021.459/2003-6 e 031.441/2010-6, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- TC-000.260/2011-8 e TC-032.621/2010-8, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1905 a 1921.

RELAÇÃO Nº 25/2011 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO
ACÓRDÃO Nº 1905/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 1407/2011-TCU-Plenário, Sessão de 1/6/2011, para fins de correção de erro material, para fazer constar o nº do CPF correto do responsável Sr. Carlos Roberto de Oliveira, de forma que onde se lê: (184.619.488-15) leia-se: (111.660.457-49), mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-005.745/2009-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Carlos Roberto de Oliveira (111.660.457-49)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - MT
1.3.Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES(SECEX-ES)
1.4. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/MG 71.947; Patrícia Güércio Teixeira, OAB/MG 90.459; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG 75.173; Marcelo Andrade Fiúza, OAB/MG 90.637; Ariadna Augusta Eloy Alves, OAB/DF 20.085.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 1906/2011 - TCU - Plenário

Considerando que após a autuação do presente processo de monitoramento para verificação do cumprimento da determinação constante do item 1.6.1. do Acórdão nº 379/2010 - Plenário (TC-013.094/2009-8), adveio a prolação do Acórdão nº 10/2011- Plenário, em sede de pedido de reexame, que alterou o Acórdão nº 379/2010 - Plenário, para transformar a determinação do item 1.6.1 em "recomendação";
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar o apensamento destes autos ao processo originador (TC-013.094/2009-8), tendo em vista o cumprimento da finalidade processual, de acordo com a instrução da unidade técnica:

1. Processo TC-010.187/2010-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF (00.000.000/0001-91)
1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR(SECEX-RR)
1.3. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
Ata n° 30/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 36/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO
ACÓRDÃO Nº 1907/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que os responsáveis cumpram a determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão nº 1452/2011-TCU - Plenário, conforme os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica.

1. Processo TC-015.705/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 007.429/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Cobrape - CIA. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (58.645.219/0001-28); Jose Roberto Jung Santos (403.576.787-53); Ricardo Braga Vieira (006.884.857-90); Tecnosolo Engenharia S.A. (33.111.246/0001-90)
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1(SECOB-1)
1.5. Advogado constituído nos autos: Alexandre de Oliveira Barbosa, Brasileiro, OAB/RJ 128.732, José Antonio Bastos Valente Viana, OAB/RJ 155.239, Michely Monteiro Santos, OAB/RJ 168.716, Érika Christina Louzada Bomfim, OAB/RJ 158.634, Sergei Augusto Monteiro Forte, RG n°889.717/DF.
Ata n° 30/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 44/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE
ACÓRDÃO Nº 1908/2011 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação aos responsáveis, indicados no subitem 1.6 desta deliberação, diante do recolhimento integral da multa que lhes foram cominadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-012.706/2005-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2004)
1.1. Responsáveis: Abraão Dionisio da Costa (312.305.714-34); Adauto José Ferreira de Souza (360.321.074-34); Ademir Gomes Ferraz (119.735.955-91); Alfredo Olivera Galvez (014.375.679-67); Ana Carolina Borges Lins e Silva (792.711.114-00); Ana Licia Patriota Feliciano (223.881.094-34); Ana Maria Penha dos Anjos (428.023.504-04); Angelo Bras Fernandes Callou (126.423.554-20); Antonio Andre Cunha Callado (461.469.894-87); Antonio Fernando de Souza Leão Veiga (005.444.694-53); Antonio de Souza Cavalcante (305.491.324-49); Ariadne do Nascimento Moura (542.351.464-91); Aurea Wischral (485.533.449-91); Benedito Luiz Correia (375.536.234-15); Carmen Silvia Zickel (079.809.588-10); Cirdes Nunes Moreira (281.915.104-30); Cleto Bezerra de França (141.416.044-53); Cristiane Maria Farrapeira de Assuncao (197.428.864-15); Cícero Monteiro de Souza (177.083.464-87); Delson Laranjeira (125.594.904-04); Djalma Euzebio Simoes Neto (128.693.334-04); Edenilde Maria Soares Maciel (174.598.854-87); Edilene Souza Pinto (178.222.974-49); Edson Ferreira da Silva (000.902.714-91); Emanuelina Rodrigues de Siqueira (034.751.604-12); Emidio Cantidio de Oliveira Filho (084.446.094-04); Eric Thal Brambilla Cordeiro da Silva (218.108.808-07); Eudes de Souza Correia (043.004.404-68); Eufrazio de Souza Santos (005.863.234-49); Evandro de Oliveira Cavalcanti (459.702.894-34); Expedito Bandeira de Araujo (008.366.054-20); Fernado José Freire (477.415.114-91); Francisco Fernando Ramos de Carvalho (238.597.334-00); Fábio Hissa Vieira Hazin (399.585.824-49); George Brawne Rego (003.103.284-20); Giovanildo Francisco de Farias (097.928.214-49); Helena Simoes Duarte (018.922.904-72); Heloisa Flora Brasil Nobrega Bastos (113.706.704-78); Inaldo Galdino de Menezes (113.305.464-15); Joaquim Evencio Neto (359.091.534-04); Jones Oliveira de Albuquerque (706.551.894-91); José Antonio Aleixo da Silva (105.469.284-04); José Milton Barbosa (070.622.144-34); João Marcelo Lima Marques (009.862.624-80); Júlio César Gomes Brasil (053.421.604-80); Luana Paz (038.174.464-70); Luciano de Azevedo Soares Neto (198.196.254-91); Lucimauro Antonio Alves Oliveira (621.187.064-72); Luiz Antonio de Araujo Silva (235.983.444-49); Luiz Carlos Marangon (261.499.666-15); Manoel Adriao Gomes Filho (127.156.204-97); Manoel de Farias Souza Filho (132.014.924-34); Marcelo Brito Carneiro Leão (514.836.884-53); Marcelo de Andrade Ferreira (426.108.266-72); Marcelo de Ataide Silva (076.203.224-34); Marco Antonio Araujo de Andrade (127.351.914-00); Marcus Metri (771.914.634-49); Maria Cristina de Oliveira Cardoso Coelho (603.477.837-91); Maria José de Sena (317.874.104-63); Maria Lúcia Alves Valois (052.531.104-10); Maria de Fatima Santiago (128.555.964-91); Maria de Fátima de Araujo Vieira Santos (097.832.534-68); Mario Monteiro Rolim (282.541.714-91); Mario de Andrade Lira Junior (794.002.644-53); Mercia Virginia Ferreira dos Santos (405.359.834-68); Michelle Adila Silva dos Reis (041.316.564-77); Márcia Brayner Paes Barreto (295.316.164-34); Nara Suzy Aguiar de Freitas (366.812.024-20); Paulo Donizeti Sipierski (857.262.068-00); Paulo de Jesus (042.302.724-72); Pedro Augusto Marinho Patriota Lima (011.660.954-01); Pericles de Albuquerque Melo Filho (192.367.434-04); Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva (047.737.894-33); Reginaldo Barros (097.751.535-49); Ricardo Gonsalves Ferreira do Rego (330.519.924-53); Ricardo Jorge Gueiros Cavalcante (008.873.742-04); Ricardo Wagner Guimarães da Rocha (147.390.624-53); Rinaldo Luiz Caraciolo Ferreira (360.243.764-72); Rita Maria Santiago de Souza (355.639.744-72); Rodolfo Araújo de Moraes Filho (054.154.464-00); Romero Falcão Bezerra de Vasconcelos (213.049.554-00); Ronaldo Freire de Moura (193.309.104-59); Roseana Borges de Medeiros (145.346.734-34); Rosimar dos Santos Musser (545.717.317-87); Sandra Maria Morgado Ferreira Conduru de Oliveira (159.733.282-87); Severino Benone Paes Barbosa (126.679.354-20); Severino Mendes de Azevedo Junior (102.794.824-34); Sheila Maria Bretas Bittar Schulze (667.614.507-30); Sonia Maria Barreto Pereira (085.384.764-91); Tarciso José Vasconcelos de Melo (411.995.884-15); Ulysses Paulino de Albuqueque (653.006.294-72); Valberes Bernardo do Nascimento (175.086.494-00); Valmar Correa de Andrade (114.328.454-20); Vicentina Maria Ramires Borba (167.486.464-72); Wilibaldo Bezerra da Silva (173.864.384-00); Wilson Moreira Dutra Junior (469.773.337-15)
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.6. Quitação relativamente ao subitem 9.1. do Acórdão nº 30/2008, proferido no Plenário, em Sessão de 23/01/2008, Ata nº 1/2008:
Responsável: Francisco Fernando Ramos de Carvalho (238.597.334-00)

data de origem do débito	valor original do débito
23/01/2008	R$ 5.000,00
data do recolhimento	valor recolhido (R$)
04/11/2010	1.597,46
04/12/2010	1.619,21
04/01/2011	1.619,21
04/02/2011	828,12
20/06/2011	164,33
Total do recolhimento	5.828,33

Responsável: Reginaldo Barros (097.751.535-49)

data de origem do débito	valor original do débito
23/01/2008	R$ 5.000,00
data do recolhimento	valor recolhido (R$)
04/11/2010	1.597,46
04/12/2010	1.619,21
04/01/2011	1.619,21
04/02/2011	828,12
20/06/2011	164,33
Total do recolhimento	5.828,33

Ata n° 30/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 30/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1909/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação à responsável Sonia Faerstein, ante o recolhimento integral da multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) que lhe foi cominada mediante o Acórdão nº 1463/2008-TCU-Plenário, sem prejuízo das demais providências suscitadas pela unidade técnica, com vistas ao saneamento do processo, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 4.000,00 Data da condenação: 30/7/2008
Valor recolhido: R$ 4.000,00 Data do recolhimento: 4/9/2008

1. Processo TC-004.682/2001-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Casa de Produção Filme e Vídeo Ltda (58.492.448/0001-50); José Francisco Pereira do Vale (093.009.101-91); José Álvaro Moisés (049.249.678-15); Marina Massi (397.130.679-91); Moacir Ferreira de Oliveira (049.313.866-87); Renato Bulcão de Moraes (403.245.677-15); Sonia Faerstein (510.555.467-15); Sérgio Eustáquio Assunção (091.211.966-72); Vera Zaverucha (405.994.267-72)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria do Audiovisual - Minc
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP(SECEX-SP)
1.4. Advogados constituídos nos autos: Roberta Maria Batochio Segall (OAB/SP 154.000); José Roberto Batochio (OAB/SP 20.685); Guilherme Octávio Batochio (OAB/SP 123.000); Ricardo Toledo Santos Filho (OAB/SP 130.856); Fábio Coelho Ayruth (OAB/SP 107.539-E); Jardel Alarcon de Andrade (OAB/SP 110.472-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

E); Júnia de Abreu Guimarães Souto (OAB/DF 10.778); Ana Cláudia Borges Torres Perez (OAB/DF 18.978); Renato dias Rolim Visentin (OAB/DF 13.838); Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905); Sérgio Rabello Tamm Renault (OAB/SP 66.823); Frederico Prado Lopes (OAB/SP 143.263); Flávio Crocce Caetano (OAB/SP 130.202); Gabriella Fregni (OAB/SP 146.721); Maria Teresa Bresciani Prado Santos (OAB/SP 94.908); Aline Zucchetto (OAB/SP 166.271); Flávia Cecília de Souza Oliveira Vitória (OAB/SP 183.677); Carolina Gabas Stuchi (OAB/SP 194.969); Cristina Corrêa da Silveira Gomes (OAB/SP 202297-B); Johnatan Christian Molitor (OAB/SP 180.862); Juliana Lasmar de Lima (OAB/SP 156.829); Cláudia Roberta Santesso (OAB/SP 200.842); Thaís de Ávila Marques (OAB/SP 199.254); Celita Rosenthal (OAB/SP 201.351); Leila Cecília Vidal (OAB/SP 103.466-E); Cristina Luiza Vinhal Reis (OAB/SP 110.123-E); Yumi Teruya (OAB/SP 108.242-E); Guilherme Monti Martins (OAB/SP 116.831-E); Edson Francisco Martim (OAB/SP 111.446-E); Paulo Afonso Bortolotti Calenda (OAB/SP 114.363-E); Karen Müller da Silva (OAB/SP 115.515-E); Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 109.922-E); Marcela Caldas Arroyo (OAB/SP 200.674); Luis Eduardo Patrone Regules (OAB/SP 137.416); Ana Paula Simão (OAB/SP 206.547); e Renata Perez Dantas (OAB/SP 232.544); Jorge Henrique de Oliveira Souza (OAB/SP 185.779); Thiago Ferreira Neves Bocuto (OAB/SP 138.961-E); Renato Sztokbant de Freitas (OAB/SP 144.582-E); Thiago Imbernom (OAB/SP 124.079-E); Ana Paula Fernandes Jubran (OAB/SP 128.772-E); Marcela Perez Gardini (OAB/SP 139.473-E); Fatima de Sá Pereira (OAB/SP 138.844-E); e Maria Cecilia Fricke Siqueira Chohfi (OAB/SP 138.275-E); Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB-SP 66.905).

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1910/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em acolher parcialmente as razões de justificativa oferecidas pelo Sr. Cláudio Tomaz de Freitas, Prefeito do Município de Iturama/MG, em relação às impropriedades apontadas no subitem 1.8 do Acórdão 913/2011-TCU-Plenário; arquivar o presente processo, sem prejuízo de dar ciência ao Município de Iturama/MG de que a não exigência da apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica do fiscal do município que acompanhou a obra de construção da creche - Programa Pró-infância, objeto do Convênio 710013/2008, afronta o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei 6.496/1977, arts. 1º e 2º da Resolução Confea 425/1998 e Súmula 260 da jurisprudência predominante do Tribunal; e encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução constante da peça nº 5 deste processo ao Município de Iturama/MG.

1. Processo TC-011.854/2011-1 (ACOMPANHAMENTO)

1.1.Classe de Assunto: V

1.2. Responsável: Claudio Tomaz de Freitas (CPF 532.963.386-91)

1.3. Interessado: Município de Iturama - MG (CNPJ 18.457.242/0001-74)

1.4. Entidade: Município de Iturama - MG

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1911/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar integralmente cumpridas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Espírito Santo (SEAUD/ES) as determinações que lhe foram dirigidas por meio do item 1.5.2 e respectivos subitens do Acórdão nº 1768/2010-Plenário; arquivar o presente feito, com fundamento no art. 40, inciso II, da Resolução/TCU nº 191/2006, sem prejuízo de se encaminhar cópia dos elementos de fls. 137-152 e 158-163 à Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, à vista do interesse demonstrado nos autos do TC 030.122/2010-4 (ref. OF/PMIU/nº 249/2010).

1. Processo TC-005.057/2010-8 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 9º e 120 da Resolução/TCU nº 191/2006)

1.3. Entidade: Município de Iúna/ES

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1912/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar cumpridas as determinações do Acórdão nº 2.622/2010-TCU-Plenário; apensar definitivamente este processo ao TC-003.233/2007-3, no qual está apensado o processo TC-006.534/2009-7 (conforme determinado pelo item 1.6.4 do referido Acórdão), nos termos dos arts. 2º, inciso XV; 33 e 34, da Resolução TCU 191/2006.

1. Processo TC-033.683/2010-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU (CNPJ 05.049.940/0001-99)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT)

1.4. Advogado: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1913/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Jadir Dias Proença (082.079.845-20), ante o recolhimento integral da multa, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) que lhe foi cominada mediante o Acórdão nº 1591/2011-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data da condenação: 15/6/2011

Valor recolhido: R$ 5.000,00 Data do recolhimento: 30/6/2011

1. Processo TC-014.275/2004-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 010.038/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Alencar Rodrigues Ferreira Júnior (054.988.988-43); Beneficente José Orgete da Silva - Santa Rita de Cassia - BA (13.693.627/0001-17); Cobra Tecnologia S.a. - Mf (42.318.949/0001-84); Cordesito Antunes de Figueiredo (300.215.297-87); Emerson Brandao dos Santos (286.108.141-49); Gladys Rodrigues de Andrade (063.665.368-48); Jadir Dias Proença (082.079.845-20); Maria Abadia Alves (338.900.566-87); Monique da Rocha Brandão (894.519.961-68); Remígio Todeschini (764.403.628-87); Ricardo Andres Cifuentes Silva (260.398.788-78); Samuel Costa Neto (603.559.486-72); Sebastião Ubyrajara de Brito (249.109.881-49); Silvana Marcia Veloso de Castro (506.984.786-49)

1.3. Interessado: Procuradoria da República/df - Mpf/mpu (26.989.715/0012-65)

1.4. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador); Secretaria Executiva - Mte

1.5. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-5)

1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Agnaldo Garcia Campos, OAB/SP 130.036; Albertino Ribeiro Coimbra, OAB/DF 19.081; Alberto Lemos Giani, OAB/DF 10.801; Alessandro Vietri, OAB/SP 183.282; Alexandre Pocai Pereira, OAB/SC 8.652; Altemir Bohrer, OAB/DF 23.260; Amílcar Martins de Oliveira, OAB/DF 14.900; Amir Vieira Sobrinho, OAB/GO 15.235; Ana Cláudia Cardoso Borges Bessa de Souza, OAB/SP 184.528; Ana Diva Teles Ramos Ehrich, OAB/CE 4.149; André Luiz de Medeiros e Silva, OAB/DF 5.539; Ane Elisa Perez, OAB/SP 138.128; Ângelo Altoé Neto, OAB/BA 7.410; Ângelo Aurélio Gonçalves Pariz, OAB/SP 74.864 e OAB/DF 23.980; Antônio Carlos da Rosa Pellegrin, OAB/SC 15.672-B; Antônio Carlos Rosa, OAB/MT 4.990-B; Antônio Pedro da Silva Machado, OAB/DF 1.739-A; Antônio Rugero Guibo, OAB/SP 114.145; Auderi Luiz de Marco, OAB/SC 20.525-B; Augusto César Machado, OAB/DF 18.765; Camila Alves da Silva, OAB/MG 100.811; Carlos José Marciéri, OAB/SP 94.556; Célio Cota de Queiroz, OAB/DF 18.625; César José Dhein Hoefling, OAB/DF 24.758; Danielle Costa do Amaral, OAB/DF 26.781; Edino Cézar Franzio de Souza, OAB/SP 113.937; Edivaldo José Bento, OAB/SP 108.464; Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, OAB/SP 69.219; Elda Ettinger de Menezer, OAB/BA 6.597; Eneida de Vargas e Bernardes, OAB/SP 135.811-B; Erika Cristina Frageti Santoro, OAB/SP 128.776; Ewerton Zeydir Gonzalez, OAB/SP 112.680; Fábio Barbalho Leite, OAB/SP 168.881-B; Fábio da Costa Azevedo, OAB/SP 153.384; Fabrício Trindade de Sousa, OAB/DF 17.407; Fernando Alves de Pinho, OAB/RJ 97.492; Flávio Márcio Firpe Paraíso, OAB/DF 4.866; Flávio Renato Fanchini Terrasan, OAB/SP 227.304; Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, OAB/SP 112.208; Gilberto Eifler Moraes, OAB/RS 13.637; Glaudistone Alvarenga Torres, OAB/MG 87.297; Herbert Leite Duarte, OAB/DF 14.949; Hortência Maria de Medeiros e Silva, OAB/DF 3.744; Índio Brasil Leite, OAB/DF 19.624; Jairo Waisros, OAB/DF 24.769; Jamilton Bispo dos Santos Filho, OAB/MG 94.700; Jefferson Luís Mathias Thomé, OAB/DF 20.666; João Frederico Hofstatter Trott, OAB/SC 12.809-B; João Roberto Egydio Piza Fontes, OAB/SP 54.771; Joel Barbosa da Silva, OAB/DF 17.363; Jorge Elias Nehme, OAB/MT 4.642; Jorge Vergueiro da Costa Machado Neto, OAB/DF 6.744; José Eduardo Berto Galdiano, OAB/SP 220.356; José Ercídio Nunes, OAB/DF 14.919; José Roberto Manesco, OAB/SP 61.471; Leonardo Gauland de Magalhães Bortoluzzi, OAB/DF 18.056; Lincoln de Souza Chaves, OAB/DF 1398-A; Luciana Monteaperto, OAB/SP 134.209-E; Luciana Rodrigues Nunes, OAB/DF 31.409; Luciano Henrique Pereira de Menezes, OAB/RJ 126.407; Lucinéia Possar, OAB/PR 19.599; Luís Alberto da Silva, OAB/DF 26.767; Luís Carlos Kader, OAB/RS 46.088; Luís Justiniano de Arantes Fernandes, OAB/DF 2.193/A e OAB/SP 119.234; Luiz Antônio Borges Teixeira, OAB/DF 18.452; Luiz Emiraldo Eduardo Marques, OAB/SP 117.402-B; Luiz de França Pinheiro Torres, OAB/DF 8.523; Luzimar de Souza, OAB/GO 7.680; Magda Montenegro, OAB/DF 8.055; Marcelo Pires Torreão, OAB/DF 19.848; Marco Aurélio Aguiar Barreto, OAB/BA 8.755; Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075; Maria Luíza de Paula, OAB/MG 88.018; Mário Eduardo Barberis, OAB/SP 148.909; Marly Figueiredo Mubarac, OAB/AC 1.180; Mayris Fernandez Rosa, OAB/DF 5.451; Neila Maria Barreto Leal, OAB/DF 15.547; Nelson Buganza Júnior, OAB/SP 128.870; Nilo Alfredo Moroni, OAB/DF 21.605; Nivaldo Pellizzer Júnior, OAB/RS 17.904; Paulo Sérgio França, OAB/SP 115.012; Pedro Afonso Bezerra de Oliveira, OAB/DF 5.098; Rodrigo Alves Soares, OAB/MG 87.943; Rogério Aparecido Gil, OAB/SP 123.500; Rosângela de Souza Raimundo, OAB/DF 11.242; Samis Antônio de Queiroz, OAB/SP 115.698; Sandro Diehl, OAB/RS 67.136-B; Sandro Nunes de Lima, OAB/DF 24.693; Sebastião Donizete Batista Pires, OAB/SP 76.652; Solon Mendes da Silva, OAB/RS 32.356; Stella Maria Ferreira de Castro, OAB/DF 21.935; Sueli Santos Mendonça, OAB/DF 9.782; Tatiana Matiello Cymbalista, OAB/SP 131.662; Valdemi Mateus da Silva, OAB/SP 213.593; Vilmar de Souza Carvalho, OAB/GO 17.820; Vilmón Malcorra Villagran, OAB/PE 860-B; Vitor da Costa de Souza, OAB/DF 17.542; Wagner Martins Prado de Lacerda, OAB/SP 111.593; Wilderson Botto, OAB/MG 66.037; Wilson Roberto Parpinelli, OAB/SP 135.266.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1914/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, por cumprir todos os requisitos de admissibilidade prescritos no art. 237 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente e arquivar o processo, sem prejuízo de se fazer as seguintes determinações aos órgãos/entidades elencadas abaixo, com fundamento no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.484/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Responsáveis: Celine Salles Migdalski - JFPR (CPF 016.335.329-84); Danilo Pereira Junior - JFPR (CPF 567.163.899-20); Sinval Dias dos Santos - IBGE/PR (CPF 302.944.879-72)

1.3. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (CNPJ 00.414.697/0013-51)

1.4.Órgão/Entidade: IBGE - Depart. Regional Sul/PR - MP; Justiça Federal - Seção Judiciária/PR - TRF-4

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR)

1.6. Advogado: não há.

1.7. ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na pessoa de seu Presidente, Sr. Sinval Dias dos Santos, para que:

1.7.1. se pronuncie quanto à ocorrência de acumulação ilegal de cargos nos casos descritos no § 7.1 da instrução, fixando-se, diante da extensão da tarefa, o prazo de 60 (sessenta) dias para o seu cumprimento, nos termos dos artigos 179 e 187 do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. adote, desde já, as providências previstas no art. 133 da Lei 8.112/90 nas situações em ficar comprovada a ocorrência da irregularidade, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, relatório conclusivo de todos os casos apurados;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.8.à Justiça Federal de Primeira Instância do Paraná - JFPR, na pessoa de seu Presidente, Sr. Danilo Pereira Junior, para que:

1.8.1. se pronuncie quanto à ocorrência de acumulação ilegal de cargos nos casos descritos no § 7.2 da instrução, fixando-se, diante da extensão da tarefa, o prazo de 60 (sessenta) dias para o seu cumprimento, nos termos dos artigos 179 e 187 do Regimento Interno do TCU;

1.8.2. adote, desde já, as providências previstas no art. 133 da Lei 8.112/90 nas situações em que ficar comprovada a ocorrência da irregularidade, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, relatório conclusivo de todos os casos apurados;

1.9. autuar processo de monitoramento para verificação do efetivo cumprimento das determinações exaradas no presente processo; e

1.10. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução constante da peça nº 1 deste processo ao IBGE, na pessoa de seu Presidente, Sr. Sinval Dias dos Santos e à Justiça Federal de Primeira Instância do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Sr. Danilo Pereira Junior, para conhecimento.

Ata n° 30/2011 - Plenário

Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 22/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1915/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela Secex/SC:

1. Processo TC-032.607/2010-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Infraestrutura de Santa Catarina.

1.3. Unidade Técnica: Secex/SC.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. à Secretaria de Infraestrutura de Santa Catarina que, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, apresente à Secex/SC o resultado do Processo Administrativo SIE n. 552/2011;

1.6.2. à Secex/SC que autue novo processo de monitoramento caso o processo administrativo a que se refere o subitem precedente não resulte em redução do valor do Contrato n. 008/STO-Getra/2002 em R$ 664.009,60 (seiscentos e sessenta e quatro mil, nove reais e sessenta centavos), a preços de março de 2002.

Ata n° 30/2011 - Plenário

Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 10/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1916/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso II, "a", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por 30 (trinta) dias, a contar da ciência do presente acórdão, para que os Srs. Francisco Augusto Pereira Desideri, Roberto Borges Furtado da Silva, Luis Munhoz Prosel Junior, Maurício Hasenclever Borges e o Consórcio Construtor da BR 163/MT, formado pelas Empresas Construtora Queiroz Galvão S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Construtora Norberto Odebrecht S/A; Construtora Queiroz Galvão S/A e Estacon Engenharia S/A apresentem as alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as quantias indicadas no ofício citatório encaminhado em cumprimento ao subitem 9.3 do Acórdão 1193/2011-TCU-Plenário, proferido na Sessão Ordinária do Plenário de 11/05/2011.

1. Processo TC-013.635/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.010/2008-9 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)

1.2. Responsáveis: Consorcio Construtor Br-163 (02.870.297/0001-71); Construtora Andrade Gutierrez S.a. (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S.a. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S/a (33.412.792/0001-60); Estacon Engenharia S/a (04.946.406/0001-12); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34); Rogério Gonzales Alves (553.259.397-34)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1917/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno/TCU, em acolher as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Jackson Charles Martins Antunes, José Roizenbruch, João Ernani Antunes Costa e João Marcos Bemfica Pinto, e arquivar o presente processo, de acordo com o parecer da Secex/MG, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Companhia Brasileira de Trens Urbanos/Superintendência de Trens Urbanos de Minas Gerais:

1. Processo TC-028.152/2009-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antônio Cury (162.051.976-34); Jackson Charles Martins Antunes (241.175.956-87); José Roizenbruch (245.138.146-91); João Ernani Antunes Costa (132.600.066-72); João Marcos Bemfica Pinto (433.972.476-91); Édson Amorim de Paula (354.731.266-34)

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos/Superintendência de Trens Urbanos de Minas Gerais (42.357.483/0011-06)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1918/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e tendo em vista estes autos de representação da empresa Gestão Inteligente com Tecnologia da Informação Ltda. em face do pregão eletrônico 1/2011 promovido pelo Ministério das Comunicações;

Considerando a medida cautelar determinada mediante despacho (peça 32);

Considerando a anulação da licitação por iniciativa do Ministério das Comunicações, conforme publicação no Diário Oficial da União de 31/5/2011 (peça 38);

Considerando a expectativa de que o Ministério das Comunicações venha a promover nova licitação em substituição à que foi anulada;

Considerando as falhas e impropriedades identificadas no processo, à luz do art. 4º da Portaria-Segecex 13/2011;

Considerando que as recomendações preconizadas pela Unidade Técnica tratam de oportunidades de melhoria de desempenho, nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

ACORDAM, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação da empresa Gestão Inteligente com Tecnologia da Informação Ltda., com base no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, e no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista a perda do objeto decorrente da anulação do pregão eletrônico 1/2011 do Ministério das Comunicações.

1. Processo TC-006.054/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: GITI - Gestão Inteligente com Tecnologia da Informação Ltda. (CNPJ 05.395.103/0001-11)

1.2. Órgão: Ministério das Comunicações

1.3. Unidades Técnicas: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1) e Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI)

1.4. Advogado(s) constituídos nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. revogar a medida cautelar determinada no despacho de 23/5/2011 (peça 32);

1.5.2. com fulcro no art. 4º da Portaria-Segecex 13/2011, dar ciência ao Ministério das Comunicações sobre as seguintes impropriedades constatadas no edital do pregão eletrônico 1/2011:

1.5.2.1. inexistência, no edital, de especificação do ambiente tecnológico, metodologias, procedimentos e outras informações necessárias para caracterizar de forma clara e suficiente os serviços previstos nos lotes 1 e 2, o que afronta o disposto no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, no art. 15 da IN-SLTI 2/2008, no art. 13 da IN-SLTI 4/2010 e na Súmula 177 do TCU;

1.5.2.2. previsão, no termo de referência, da possibilidade de deslocamento de funcionários da contratada para prestar serviços em outros estados da Federação, sem, contudo, fornecer a quantidade estimada desses deslocamentos e a necessidade de hospedagem dos empregados, com as respectivas estimativas de despesas, o que afronta o disposto no art. 15, inciso XIII, da IN-SLTI 2/2008;

1.5.2.3. obrigatoriedade da vistoria prévia, sem que fosse apresentada justificativa subsistente, o que afronta o disposto no art. 19, inciso IV, da IN-SLTI 2/2008, e nos Acórdãos-TCU 409/2006-P e 2.990/2010-P;

1.5.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério das Comunicações que, na licitação que se destine a suceder o pregão eletrônico 1/2011:

1.5.3.1. reavalie os valores orçados, considerando, entre outras variáveis, os preços praticados no mercado, mormente aqueles que se verificaram no referido pregão, em atenção ao art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005;

1.5.3.2. retifique as estimativas de postos e de pontos de função, bem como o fator de conversão de ponto de função em horas de serviço técnico, de forma que tais números guardem coerência entre si, em prol do nível de clareza e precisão requerido para o projeto básico ou termo de referência, conforme art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93;

1.5.3.3. revise o edital e seus anexos, com vistas à eliminação de possíveis falhas, a exemplo das relatadas nos itens 4.3.15 a 4.3.19 desta instrução, em prol do nível de clareza e precisão requerido para o projeto básico ou termo de referência, conforme art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93;

1.5.4. dar conhecimento aos interessados no feito;

1.5.5. com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1919/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, e tendo em vista estes autos de Representação sobre possíveis irregularidades na aquisição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ de simulador aquaviário, no âmbito do Programa de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;

Considerando que, o Tribunal, por meio do Acórdão 259/2011-TCU-Plenário (fls. 440-442, vol. 2), julgou parcialmente procedente a Representação, fez determinações à UFRJ, e aplicou multa aos responsáveis;

Considerando que o Sr. Aloísio Teixeira (fl. 2, Anexo 2) e a Sra. Sylvia da Silveira Mello Vargas (fl. 1, Anexo 3) interpuseram Pedidos de Reexame em 3/5/2011, havendo sido notificados do acórdão recorrido em 15/4/2011 (fls. 445 e 448, vol. 2), expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que os interessados não apresentaram fatos novos supervenientes que permitiriam relevar a eiva da intempestividade, nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o que impede o conhecimento dos recursos.

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (fls. 59/64 do anexo 2 e fls. 63/66 do anexo 3);

Considerando, ainda, o pedido de prorrogação de prazo formulado em 27/6/2011 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para o atendimento do Ofício 740/2011-TCU/Secex-RJ/D3;

ACORDAM, com fundamento no art. 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer dos pedidos de reexame, dar ciência aos recorrentes do teor deste Acórdão e, no art. 143, inciso V, "e", do mesmo regimento, em prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo concedido ao Ministério da Ciência e Tecnologia para o atendimento das determinações previstas no item 9.7.3. do Acórdão 259/2011-Plenário.

1. Processo TC-023.803/2006-6 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 030.402/2007-5 (DENÚNCIA)

1.2. Interessados: Aloisio Teixeira (385.691.087-53) e Sylvia da Silveira Mello Vargas (004.360.707-15);

1.3. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1920/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, 143, inciso III, e 169, inciso IV, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que a diligência realizada pela Secex/RS não identificou fatos novos que justificasse a autuação deste processo como representação, arquivando-se os autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta decisão ao interessado.

1. Processo TC-011.398/2010-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessados: Mark Torronteguy Nunez Weber (582.405.510-68); Procuradoria da República/RS - MPF/MPU (26.989.715/0028-22)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador); Prefeitura Municipal de Maratá - RS; Programas do Ministério do Turismo/CEF - MTUR

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1921/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 7º, *caput*, da IN/TCU 63/2010 e no art. 143, inciso V, "e", em conhecer da solicitação formulada pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Interino, para no mérito autorizar a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN/MF a apresentar a Prestação de Contas do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, referentes ao exercício de 2010, até o dia 30 de setembro de 2011, e adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer da Secex-2:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-018.931/2011-1 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo de Garantia À Exportação - MDIC
1.2. Interessado: Ministro de Estado da Fazenda
1.3. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Medida: encaminhar cópia desta deliberação à SAIN/MF, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério da Fazenda e à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU.

Ata n° 30/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1922 a 1952 a seguir transcritos e incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1922/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.493/2010-7
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2008)
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-4
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos apartados de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO, no âmbito do Fiscobras 2008, para apuração de irregularidades identificadas no contrato 36/2007, pactuado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. para construção de trecho ferroviário na Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Tocantins.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. fixar prazo à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, para que, em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação, tome as providências a seu alcance para a repactuação do Contrato 036/07, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., com vistas a adequação dos preços unitários contratuais às referências de preços calculadas pela Secob às fls. 7/8 deste processo (data base jan/2007), de modo a sanear o sobrepreço de R$ 42.096.469,29 identificado pela unidade técnica, promovendo, inclusive, a compensação dos valores indevidamente pagos;
9.2. determinar à Secob-4 que:
9.2.1. monitore o cumprimento do item 9.1 desta decisão;
9.2.2. no caso do não atendimento do item 9.1. supra, dê imediata ciência ao relator, propondo, se for o caso, as medidas inscritas no art. 45, § 2º, da Lei 8.443/1992;
9.2.3. encaminhe cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam à Valec e à Controladoria Geral da União, em resposta ao Ofício 19184/2011/DITRA/DI/SFC/CGU-PR;
9.3. autorizar à Segecex a encaminhar cópia parcial ou integral dos presentes autos à CGU;
9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, no que concerne ao Contrato 036/2007, pactuado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. para construção de trecho ferroviário na Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Tocantins:
9.4.1 foram detectados indícios de irregularidades graves que recomendem a suspensão das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, nos termos do Art. 94, § 1º, IV, da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011);
9.4.2. para a o saneamento das impropriedades, a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. deve providenciar a repactuação do Contrato 036/07, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., com vistas a adequação dos preços unitários contratuais ao saneamento do sobrepreço de R$ 42.096.469,29 calculado pelo Tribunal, promovendo, inclusive, a glosa dos valores indevidamente já pagos.
10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1922-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1923/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.528/2010-5
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2008)
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-4
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos apartados de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO, no âmbito do Fiscobras 2008, para apuração de irregularidades identificadas no contrato 37/2007, pactuado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. para construção de trecho ferroviário na Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Tocantins.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. fixar prazo à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, para que, em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação, tome as providências a seu alcance para a repactuação do Contrato 037/07, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., com vistas a adequação dos preços unitários contratuais às referências de preços calculadas pela Secob às fls. 40/41 deste processo (data base jan/2007), de modo a sanear o sobrepreço de R$ 40.340.201,35 identificado pela unidade técnica, promovendo, inclusive, a compensação dos valores indevidamente pagos;
9.2. determinar à Secob-4 que:
9.2.1. monitore o cumprimento do item 9.1 desta decisão;
9.2.2. no caso do não atendimento do item 9.1. supra, dê imediata ciência ao relator, propondo, se for o caso, as medidas inscritas no art. 45, § 2º, da Lei 8.443/1992;
9.2.3. encaminhe cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam à Valec e à Controladoria Geral da União, em resposta ao Ofício 19184/2011/DITRA/DI/SFC/CGU-PR;
9.3. autorizar à Segecex a encaminhar cópia parcial ou integral dos presentes autos à CGU;
9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, no que concerne ao Contrato 037/2007, pactuado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. para construção de trecho ferroviário na Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Tocantins:
9.4.1 foram detectados indícios de irregularidades graves que recomendem a suspensão das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, nos termos do Art. 94, § 1º, IV, da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011);
9.4.2. para a o saneamento das impropriedades, a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. deve providenciar a repactuação do Contrato 037/07, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., com vistas a adequação dos preços unitários contratuais ao saneamento do sobrepreço de R$ 40.340.201,35 calculado pelo Tribunal, promovendo, inclusive, a glosa dos valores indevidamente já pagos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1923-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1924/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.312/2011-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Call Tecnologia e Serviços Ltda (05.003.257/0001-10).
4. Órgão/Entidade: Companhia Energética de Alagoas (CEAL); Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo (OAB-DF 12.04); Acioli Cardoso Silva (OAB-DF 27.407); Luiz César Simões Cardoso (OAB-DF 22.435); Tathiana Passoni Reis (OAB-DF 31.414); Alexandre Spezia (OAB-DF); Antônio Sérgio Elias Filho (OAB-DF 21.677); Cristiane Nina Antunes (OAB-DF 20.132); Karina Bronzon de Castilho (OAB-DF 20.971); Priscila Brito Marangon (OAB-DF 25.562); Mariana Aires Coelho Araujo Dias (OAB-DF 9.716./E); Marcus Paulo Santiago Teles Cunha (OAB-DF 10.028/E); Hugo Medeiros Gallo da Silva (OAB-DF 10.396/E); Guilherme de Macedo Soares (OAB-DF 9.665/E).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação oferecida pela empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., com pedido de medida cautelar, inaudita altera pars, em face do Pregão Eletrônico nº 26/2010, promovido pela Companhia Energética de Alagoas (CEAL), para registro de preço, visando a futuras contratações de empresa especializada em gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional para atendimento de consumidores e cidadãos em geral, com cobertura de todas as áreas de concessão das Empresas de Distribuição da Eletrobrás (EDE), mediante o fornecimento de teleatendimento ativo e receptivo (call center), na forma humana e eletrônica, disponibilizando instalações físicas, mobiliário, pessoal, treinamento, telefonia, equipamentos, aplicativos (hardware e software) e os demais recursos necessários à prestação dos serviços.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. revogar, com fulcro no art. 276, § 5º, do Regimento Interno do TCU, a medida cautelar que suspendeu os procedimentos do Pregão Eletrônico nº 26/2010 da CEAL;
9.3. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis quanto à:
9.3.1. inabilitação da representante em detrimento dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa;
9.3.2. adjudicação do objeto licitado à empresa Provider sem prévia renegociação de preços;
9.3.3. exigência indevida de Declaração de Habilitação Profissional (DHP), contrariando jurisprudência do TCU;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, para que a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da CF e 45 da Lei nº 8.443/1992, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei nº 8.666/1993, art. 3º e dos princípios do interesse público, da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa na licitação, no sentido de:
9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação;
9.4.2. observar o disposto nos artigos 3º, § 1º, inciso I, 40, inciso I, e 44, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, quando da aplicação da Cláusula 7.12.3, alíneas "a" e "b" do Edital, de modo a evitar interpretação que restrinja injustificadamente o caráter competitivo do certame;
9.4.3. abster-se de incluir exigência não justificada de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) (item 7.12.4, a5, do edital), em desacordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e com o artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993;
9.5. determinar à Secex-AL que monitore o cumprimento do item 9.4 retro;
9.6. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam:
9.6.1. à representante;
9.6.2. à empresa vencedora do certame;
9.6.3. à Companhia Energética de Alagoas (CEAL);
9.6.4. ao Ministério das Minas e Energia (MME);
9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1924-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1925/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 020.572/2008-0 (com 2 anexos compostos por 4 volumes).
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidade Jurisdicionada: Banco do Brasil.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/2.
8. Advogados constituídos nos autos: André Luiz de Medeiros e Silva (OAB/DF 5.539), Ângelo Altoé Neto (OAB/BA7.410), Antônio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739-A), Áurea Farias Martins (OAB/AM 189-A), Hortência Maria de Medeiros e Silva (OAB/DF 3.744), Leonardo Gauland de Magalhães Bortoluzzi (OAB/DF 18.056), Lucinéia Possar (OAB/PR 19.599), Luiz Antônio Borges Teixeira (OAB/DF 18.452), Luiz de França Pinheiro Torres (OAB/DF 8.523), Marco Aurélio Aguiar Barreto (OAB/BA 8.755), Maurício Doff Sotta (OAB/PR 13.489 e OAB/DF 18.856-A), Nivaldo Pellizze Júnior (OAB/RS 17.904), Orival Grahl (OAB/SC 6.266), Pedro Afonso Bezerra de Oliveira (OAB/DF 5.098), Vitor Augusto Ribeiro Coelho (OAB/DF 3.364), Agnaldo Garcia Campos (OAB/SP 130.036).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação autuada, a partir de provocação da Secex/2, com o objetivo avaliar a regularidade do empréstimo concedido pelo Banco do Brasil à Oi/Telemar Norte Leste S.A. para a aquisição do controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A.;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 237, inciso VI, e 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. recomendar ao Banco do Brasil que inclua nos normativos internos que regulam suas políticas de crédito e a condução de operações estruturadas:

9.2.1. diretrizes específicas e parâmetros objetivos a serem considerados para a dispensa de garantias nas concessões de empréstimos em que a expectativa de geração de caixa da empresa tomadora justifique essa forma de atuação;

9.2.2. a obrigatoriedade do acompanhamento prévio e tempestivo de sua Diretoria Jurídica, ainda na fase de discussões e ajustes negociais, das operações estruturadas cujas relevância, materialidade e complexidade justifiquem essa forma de atuação;

9.3. determinar, nos termos do art. 9º e 10 da Resolução/TCU 191/2006, que os volumes do anexo 1 deste processo tenham tratamento sigiloso no âmbito deste tribunal;

9.4. encaminhar ao Banco do Brasil cópia da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que a fundamentam;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1925-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1926/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.167/1995-7.
1.1. Apensos: 011.423/1996-0; 005.698/1995-2; 001.594/1997-4; 002.246/1993-7; 625.341/1993-7; 014.023/1993-8; 011.273/1994-1; 007.476/1993-0
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Recursos de Reconsideração.
3. Recorrentes: Ministério Público junto ao TCU (Anexo 14), Sr. Celso Albano Costa (Anexo 18), espólio do Sr. João Maria Stefanon (Anexo 23), Sr. Luiz Jorge de Oliveira (Anexo 24), Sr. Sayde José Miguel (Anexo 25), Sr. Antônio Costa Athayde (Anexo 26), Sr. Luís Fernando Duarte Siqueira (Anexo 27), Sr. Álaor Bagno (Anexo 28), Sr. Wagner de Medeiros (Anexo 29), Sr. Roberto Ricardo Barbosa Machado (Anexo 30), Sr. Alcir Augustinho Calliari (Anexo 31), Sr. Virmondes Lourenço Gonçalves (Anexo 32), Sr. Ernesto Huascar Blum Capozzi (Anexo 33), Sr. Paulo Raimundo Martiningui (Anexo 34), Sr. Geraldo de Oliveira Faria (Anexo 35), Sr. José Carlos Alves da Conceição (Anexo 36), Sr. Sérgio Pinheiro Rodrigues (Anexo 37) e Sr. Cláudio Dantas de Araújo (Anexo 40).
4. Entidade: Banco do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados: Antônio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739/A), Nivaldo Pellizer Júnior (OAB/RS 17.904), Ana Carolina Reis Magalhães (OAB/DF 3.3640), Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Gilberto Eifler de Moraes (OAB/RS 13.637), Vitor Augusto Ribeiro Coelho (OAB/DF 3.364), Wilderson Botto (OAB/MG 66.037), Jefferson Luís Mathias Tomé (OAB/DF 20.666), Eduardo Uchôa Athayde (OAB 21.234) e Cláudio Dantas de Araújo (OAB/DF 27.040).

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão nº 31/2009-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar provimento ao recurso do Ministério Público junto ao TCU e conceder parcial provimento aos recursos interpostos pelos demais recorrentes indicados no item 3 deste acórdão;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de todos os responsáveis elencados nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 31/2009-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Banco do Brasil S.A.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1926-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1927/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.662/2011-0.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
3.2. Responsáveis: Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20).
4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
8. Advogados constituídos nos autos: Regis Antônio Caetano, OAB/TO n° 1.863; Mário Augusto Giannerini, OAB/MG n° 46.381; Paula Pires Parente, OAB/DF n° 23.668; Walter Costa Porto, OAB/DF n° 6.098; Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF n° 21.359; Paula Cardoso Pires, OAB/DF n° 23.668; Carlos Pinto Coelho Motta, OAB/MG n° 12.228; Luiz Carlos Nogueira Bicalho, OAB/MG n°10.731; Alécia Paolucci Nogueira Bicalho Tostes, OAB/MG n° 60.929; Leonardo Motta Espírito Santo, OAB/MG n° 81.884; Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier Cançado, OAB/MG n° 80.050; Bellini Balduino Fonseca, OAB/DF n° 17.183; Alexandre Aroeira Salles, OAB/MG n° 71.947; Fernanda Mendonça dos Santos Figueiredo, OAB/DF n° 84.375; José Carlos Fonseca, OAB/DF n° 1.495; Henrique Araújo Costa, OAB/DF n° 21.989..

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contra o item 9.2 do Acórdão 1.517/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 287, § 1º do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, considerá-los improcedentes;

9.2. encaminhar aos embargantes cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1927-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1928/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.040/2011-1.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Solicitação de informações.
3. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.
4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Governo do Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Sefid-1.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de informações apresentadas pela Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com vistas a análise do TCU das respostas apresentadas pela Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco à Recomendação Conjunta 12, de 7/4/2011, resultante de informações prestadas por esta Corte àquela procuradoria no Acórdão 841/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, pelo preenchimento dos requisitos abrigados no art. 69, inciso II, da Resolução-TCU nº 191/2006, modificada pela Resolução-TCU nº 196/1006;

9.2. dar ciência à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, na pessoa da Procuradora Carolina de Gusmão Furtado, ao BNDES e ao Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 naquele Estado, que:

9.2.1. as alegações apresentadas pela Secretaria Extraordinária da copa de 2014 no Estado de Pernambuco em resposta à Recomendação Conjunta 12, de 7/7/2011, não foram suficientes para elidir os apontamentos efetuados nas recomendações A, B, D e E do relatório técnico encaminhado por meio do Acórdão 841/2011-Plenário;

9.2.2. foram acatadas as justificativas apresentadas com relação à recomendação C do relatório técnico encaminhado pelo Acórdão 841/2001-Plenário;

9.2.3. a minuta de aditivo contratual constante da peça 7 dos correntes autos, caso seja efetivamente assinada entre as partes, é suficiente para corrigir os apontamentos identificados anteriormente no trabalho técnico encaminhado pelo Acórdão 841/2011-Plenário;

9.3. encaminhar à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, na pessoa da Procuradora Carolina de Gusmão Furtado, ao BNDES e ao Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 naquele Estado, cópia da minuta de aditivo contratual objeto da peça 7 dos correntes autos, bem como de cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentarem;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1928-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1929/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC-019.153/2011-2
2. Grupo: I - Classe de assunto: VII - Administrativo - Projeto de Decisão Normativa.
3. Interessados: Estados e Distrito Federal.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que é apresentado ao Plenário o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2012, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do inciso VI do artigo 237 do Regimento Interno do TCU;

9.2. aprovar o anexo Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2012, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal;

9.3. enviar cópia deste acórdão e da Decisão Normativa ora aprovada, bem como do relatório e do voto que os fundamentam, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Presidente do Banco do Brasil S/A;

9.4. determinar à Secretaria das Sessões que adote as providências necessárias à imediata publicação da presente Decisão Normativa, em cumprimento ao prazo estipulado no art. 2º da Lei Complementar nº 61/1989;

9.5. determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos Estados sobre a necessidade de encaminhar tempestivamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, em face dos prazos fixados no art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 61/1989 e em conformidade com o estabelecido no art. 292 do Regimento Interno;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1929-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1930/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-020.061/2010-2
2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas
3. Responsáveis: Alessandra Reschke Stanislau Affonso, Secretária do Patrimônio da União (CPF nº 066.195.378-55); Jorge Arzabe, Secretário-Adjunto do Patrimônio da União (CPF nº 675.133.874-00); Miguel Batista Ribeiro Neto, Secretário-Adjunto do Patrimônio da União - Substituto (CPF nº 309.887.051-68); e Louise Henriques Ritzel, Secretária-Adjunta do Patrimônio da União (CPF nº 295.529.740-20)
4. Órgão: Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
5. Relator: Ministro Valmir Campelo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (8ª Secex)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), relativa ao exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Alessandra Reschke Stanislau Affonso (CPF nº 066.195.378-55); Jorge Arzabe (CPF nº 675.133.874-00); Miguel Batista Ribeiro Neto (CPF nº 309.887.051-68); e Louise Henriques Ritzel (CPF nº 295.529.740-20), gestores da Secretária do Patrimônio da União, no exercício de 2009, tendo em vista que foram constatadas impropriedades de natureza formal das quais não resultaram dano ao Erário;

9.2. dar ciência à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) de que o Tribunal constatou a inobservância de exigências estabelecidas em normativo para a elaboração do Relatório de Gestão da unidade no que se refere às informações acerca de recursos humanos, contrariando as disposições contidas na DN/TCU nº 100/2009;

9.3. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para cientificá-la acerca das medidas em curso na Secretaria do Patrimônio da União com vistas ao atendimento das determinações prolatadas no Acórdão nº 1.042/2006-TCU-Plenário.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1930-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1931/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 930.240/1998-7.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Recurso de Revisão).

3.Interessado(s)/Recorrente(s):

3.1. Interessado(s): Município de Vilhena/RO (CNPJ nº 04.092.706/0001-81) e Lorivaldo Renato Ruttmann, ex-prefeito (CPF nº 310.257.149-20).

3.2. Recorrente(s): Lorivaldo Renato Ruttmann, ex-prefeito (CPF nº 310.257.149-20).

4. Entidade: Município de Vilhena/RO (CNPJ nº 04.092.706/0001-81).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo/RO (SECEX-RO) e Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Caetano Vendimiatti Netto, OAB/RO nº 1853; Marcos Rogério Schmidt. OAB/RO nº 3.254.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Lorivaldo Renato Ruttmann, ex-prefeito do Município de Vilhena/RO, ao Acórdão nº 1.258/2010 - TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II e 34, caput e § 1º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 287, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo o Acórdão nº 1.258/2010 - TCU - Plenário, em seus exatos termos; e

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1931-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1932/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.770/2006-4.

2. Grupo: II; Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.

3. Embargante/Interessados:

3.1. Embargante: Maria de Lourdes Alves Leite (CPF-138.820.074-00).

3.2. Interessados: José Maurício de Sousa Filho (025.666.304-10); Ministério Público do Estado da Paraíba (09.284.001/0001-80); Raphael Melo da Costa (018.518.014-05); Secretaria de Controle Externo no RN (00.414.606/0017-85).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região/RN - JT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: não atuou.

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Sra. Maria de Lourdes Alves Leite contra o Acórdão nº 1.271/2011-TCU-Plenário, que conheceu do pedido de reexame da embargante para, no mérito, dar-lhe provimento parcial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos embargos de declaração opostos para, no mérito, acolhê-los, em parte, apenas para que a fundamentação do voto que sustenta este acórdão passe a integrar a do Acórdão nº 1.271/2011-TCU-Plenário, com o esclarecimento dos motivos por quais os argumentos ora apontados pela embargante deixaram de ser especificamente ali discutidos, mantendo-se, contudo, na íntegra, o dispositivo do aresto vergastado;

9.2. enviar à embargante cópia do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1932-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1933/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.070/2008-0.

2. Grupo: I, Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

4. Responsáveis: Elma Ribeiro Dias (385.290.847-72), Fátima Cristina de Oliveira (624.665.187-91), Miriam Pinho Balbino (367.277.767-68), Paulo Roberto dos Anjos (482.026.577-68), Valdira dos Santos (382.967.727-87) e Wilma Barbosa de Oliveira (464.304.077-72).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogado constituído nos autos: Jordão Bruno Júnior (OAB/RJ 52.778).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em função de fraude na concessão de 177 benefícios previdenciários, conforme apurado no Procedimento Administrativo Disciplinar n° 35301.021517/96-84, o qual resultou na suspensão, cassação de aposentadoria e demissão de diversos servidores,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o processo, em relação a:

9.1.1. Valdira Santos Costa (CPF n° 382.967.727-87), sem julgamento do mérito, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.1.2. Paulo Roberto dos Anjos (CPF 482.026.577-68), Elma Ribeiro Dias (CPF 385.290.847-72), Fátima Cristina de Oliveira (CPF 624.665.187-91) e Wilma Barbosa de Oliveira dos Santos (CPF 464.304.077-72), sem cancelamento do débito, ante o disposto no artigo 213 do Regimento Interno/TCU, c/c artigo 5º da Instrução Normativa TCU 56/2007, a título de racionalização administrativa e economia processual, condicionando a expedição de quitação ao pagamento das dívidas apuradas nos autos;

9.2. considerar revel a responsável Miriam Pinho Balbino (CPF n° 367.277.767-68), nos termos do art. 202, §8º, do Regimento Interno/TCU;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Miriam Pinho Balbino (CPF n° 367.277.767-68), condenando-a ao pagamento das quantias indicadas nas tabelas constantes de fls. 2.430/2.516, vol. 8 (item 17 do relatório integrante desta deliberação), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas nas mesmas tabelas, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU, em face de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários, conforme exposto no processo de tomada de contas especial do INSS de nº 35301.000092/2007-01;

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, aplicar à Sra. Miriam Pinho Balbino a multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. permitir o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando à responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. nos termos do artigo 60 da Lei 8.443/1992, declarar a Sra. Miriam Pinho Balbino inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

9.8. remeter cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao denunciante e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1933-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1934/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.437/2003-0

2. Grupo I - Classe VII - Pensão Civil (Revisão de Ofício)

3. Interessados: Elberto Ristow (002.070.479-87), Elberto Ristow Júnior (007.035.529-02), , Amelia Pichler (039.974.109-76); Henrique Antonio Ostapiuk (111.134.309-82), Glaucilia Ostapiuk (233.204.279-20), Zeni Machiavelli Taborda (007.477.949-44), Ines Afonso Ferreira (008.906.359-78), Santina Coutinho (835.661.719-72); Sergio Alves Coutinho (007.577.419-40), Carma Ignez Alves de Lara (170.937.249-49), Eli Alves de Lara (036.488.879-20), Florita de Lara (773.770.959-20), Cristina Mami Borges (014.619.169-25), Elsie Annies (536.104.409-10); Maria Matilde Macedo Fernandes (320.498.709-49), Celestino Aquino (110.740.439-87), Rosa Aleixo Armstrong (832.493.209-78), Neusa Ribeiro dos Santos Gonçalves (393.049.069-20), Marta Regina Gonçálves (856.590.619-15), Glaci Terezinha Travisani Costa (027.271.519-00), Inizilda Abrão Inata (499.978.749-00), Barbara Kerscher (922.900.199-68), Diogo Fernando de Castro (029.865.769-40), Roseli Ungeheuer Esmanhotto (610.172.808-91), Mihalina Kozak (874.961.279-49), Leoni Lopes de Miranda (039.231.029-50), Jacira Oliveira Nunes de Deus (860.109.649-20), Maria Emília Lipietz (043.322.159-31) e José do Nascimento (145.433.119-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da revisão de ofício de atos de Pensão Civil de dependentes de servidores da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 260, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal, rever de ofício o Acórdão 2.219/2006 - 1ª Câmara, proferido nestes autos, para torná-lo insubsistente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. considerar legais os atos dos beneficiários Elberto Ristow, Elberto Ristow Junior (fls. 1/2), Amélia Pichler (fls. 3/5), Henrique Antônio Ostapiuk, Glaucilia Ostapiuk (fls. 6/7), Zeni Machiavelli Taborda (fls. 14/16), Inês Afonso Ferreira (fls. 23/24), Santina Coutinho, Sérgio Alves Coutinho (fls. 30/32), Carma Ignez Alves de Lara, Eli Alves de Lara, Florita de Lara (fls. 40/41), Cristina Mami Borges (fls. 59/60), Elsie Annies (fls. 65/67), Maria Matilde Macedo Fernandes (fls. 70/71), Celestino Aquino (fls. 95/96), Rosa Aleixo Armstrong (fls. 108/109), Neusa Ribeiro dos Santos Gonçalves, Marta Regina Gonçalves (fls. 118/119), Glaci Terezinha Travisani Costa (fls. 133/134), Inizilda Abrão Inata (fls. 139/140), Bárbara Kerscher, Diogo Fernando de Castro, Roseli Ungeheuer Esmanhotto (fls. 141/142), Mihalina Kozak (fls. 143/143-A), Leoni Lopes de Miranda (fls. 150/151), Jacira Oliveira Nunes de Deus (fls. 154/155), Maria Emília Lipietz (fls. 159/160) e José do Nascimento (fls. 161/162), ordenando os respectivos registros;

9.3. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal do Paraná e aos interessados; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1934-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1935/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.030/2009-6.

2. Grupo II - Classe VII - Representação

3. Responsável: Orlando de Vasconcelos Silva (CPF: 066.729.904-10).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação constituída como apartado do TC 032.635/2008-4, para apurar irregularidades em processo licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, tendo por objeto a aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde, com recursos federais transferidos ao mencionado Município pelo Fundo Nacional de Saúde, por meio do Convênio 1.335/2003 (Siafi 495.600).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no § 2º do art. 3º da Resolução/TCU 178/2005, com o acréscimo incorporado pelo art. 4º da Resolução/TCU 235/2010, em:

9.1. tornar insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 864/2011 - TCU - Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou ao responsável Orlando de Vasconcelos Silva a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 e autorizou a cobrança judicial da dívida, considerando que o gestor faleceu antes da deliberação que lhe aplicou a mencionada sanção;

9.2. corrigir, por inexatidão material, os termos do item 9 do mencionado acórdão, para fazer constar "Fundo Nacional de Saúde", em vez de "Fundação Nacional de Saúde", como constou;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, ao Fundo Nacional de Saúde e à Controladoria-Geral da União; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1935-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1936/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.868/2009-7

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Luiz Antônio Pagot (CPF 435.102.567-00), Ary Torquato Ribeiro (CPF 065.573.251-91 - falecido), Orlando Fanaia Machado (CPF 789.624.046-72), Luiz Antônio Ehret Garcia (CPF 820.696.201-82), Margareth Gugelmin Okada (CPF 570.064.901-20), Laércio Coelho Pina (CPF 545.363.911-34), Hideraldo Luiz Caron (CPF 323.497.930-87), Rui Barbosa Egual (CPF 361.213.046-34) e Sílvio de Figueiredo Mourão (CPF 729.316.637-00).

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Mato Grosso - Dnit/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT e 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-2.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2009 (registro Fiscalis 187/2009), nas obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-163/MT.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as justificativas apresentadas por Hideraldo Luiz Caron, Rui Barbosa Egual e Laércio Coelho Pina acerca da publicação do edital 110/2008-11 com previsão orçamentária insuficiente;

9.2. rejeitar as justificativas de Rui Barbosa Egual para descumprimento da orientação contida no item 9.2.1. do acórdão 978/2006 - Plenário;

9.3. acatar todas as outras justificativas apresentadas pelos gestores mencionados no item anterior e pelos demais responsáveis ouvidos nestes autos;

9.4. com base no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, aplicar a Hideraldo Luiz Caron e a Laércio Coelho Pina multas individuais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;

9.5. com fundamento no art. 58, II, IV e § 1º da Lei 8.443/1992, aplicar a Rui Barbosa Egual multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. determinar ao Dnit, com esteio no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, que:

9.8.1. utilize a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, em licitações referentes a contratos de conservação rodoviária, com vistas a atender o disposto na Lei 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005;

9.8.2. atualize a Instrução de Serviço/DG 2/2002, mediante inclusão de índices específicos de reajuste de materiais betuminosos, com o objetivo de melhor atender ao art. 40, XI, da Lei 8.666/1993;

9.8.3. não inclua, em seus orçamentos de obras e serviços de engenharia, o fornecimento de veículos para fiscalização nos casos em que estiverem disponíveis veículos pertencentes ou administrados pelo próprio Dnit;

9.8.4. justifique, quando necessário o aluguel de veículos nos orçamentos das obras, a economicidade desse ato em comparação com a aquisição ou administração de veículos do mesmo porte, mediante licitações específicas;

9.8.5. abstenha-se de medir o fornecimento, no mesmo tempo, de mais de um veículo por fiscal de obras;

9.8.6. no prazo de 30 (trinta) dias, envie a este Tribunal documentos que comprovem o cumprimento das determinações acima;

9.9. determinar ao Dnit/MT, com base nos arts. 43, I, e 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.9.1. exija das empresas responsáveis por obras de manutenção e conservação rodoviária sob sua administração que: (i) realizem ensaios tecnológicos para aferir a qualidade dos serviços, nos moldes das normas 11/2004-PRO e 13/2004-PRO do DNIT, e (ii) mantenham tais ensaios disponíveis nos respectivos canteiros de obras;

9.9.2. identifique as causas das trincas surgidas após a execução dos serviços de recuperação do contrato 14/2008 e, caso seja verificado que o problema decorreu de deficiências na execução dos serviços, notifique a empresa contratada para regularizar os defeitos observados, com vistas a dar cumprimento do art. 67, §1º, da Lei 8.666/1993;

9.9.3. adote providências para corrigir os defeitos de exsudação no segmento do contrato 14/2008, exigindo da empresa executora os serviços necessários para a devida retificação, sem ônus para a Administração;

9.9.4. exija da empresa executora do contrato 14/2008 a execução dos serviços de transporte do material fresado, conforme disposição contratual;

9.9.5. glose, nas medições de fevereiro e março de 2009, o pagamento pelos serviços de manutenção e conservação (1º ano) do contrato 14/2008, relativo aos indicadores: "Buracos e Panelas", "Limpeza", "Localização e altura da vegetação" e "Existência e Funcionamento da Drenagem" - nos termos da IS 05/2008 do DNIT, com a garantia às empresas contratadas do direito ao contraditório;

9.9.6. adote providências para quantificar os serviços de "tapa-buraco" e "correção de defeitos com mistura betuminosa" em desconformidade aos normativos do Dnit, e, por conseguinte reaver os valores pagos indevidamente nos contratos 15/2007 e 18/2007, com a garantia às empresas contratadas do direito ao contraditório;

9.9.7. repactue, nos termos do art. 65, I, b da Lei 8.666/1993, os preços unitários do serviço "Reciclagem simples com incorporação de material" dos contratos 1/2009 e 2/2009 para o valor de R$ 90,34/m³, a preços iniciais, em virtude do sobrepreço em relação aos valores de mercado, tendo em vista a duplicidade de pagamentos pelo transporte do cimento, com a garantia às empresas contratadas do direito ao contraditório;

9.9.8. glose, nas futuras medições dos contratos 1/2009 e 2/2009 SR/DNIT/MT, os valores de R$ 578.121,12 (quinhentos e setenta e oito mil cento e vinte e um reais e doze centavos) e R$ 1.282.594,98 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos), respectivamente, relativos aos pagamentos até a 22ª medição de ambas as obras, tendo em vista o superfaturamento dos serviços de "Reciclagem simples com incorporação de material" já executados, com a garantia às empresas contratadas do direito ao contraditório;

9.9.9. no caso de recusa das empresas em assinar ajustes contratuais, adote providências para ressarcimento das diferenças pagas a maior ou dos valores correspondentes a serviços com problemas de execução, em conformidade com o art. 1º da Instrução Normativa TCU 56/2007;

9.9.10. informe a esta Corte, no prazo de 45 dias, o resultado das providências decorrentes das determinações contidas neste item 9 deste acórdão;

9.10. alertar o Dnit acerca da ocorrência das seguintes impropriedades:

9.10.1. emissão de empenhos por estimativa em situações não compatíveis com o no art. 60, §§2º e 3º, da Lei 4.320/1964;

9.10.2. emissão de empenhos com valores insuficientes para pagamento de todas as obrigações originadas pelo contrato 14/2008 no ano de 2008, decorrente do descumprimento da decisão 767/2002-Plenário, reiterada pelo acórdão 1.320/2006-Plenário;

9.11. alertar o Dnit e o Dnit/MT acerca das seguintes impropriedades:

9.11.1. pagamento dos serviços de fresagem contínua/descontínua do contrato 14/2008 sem que tenha ocorrido remoção do material fresado e transporte para local adequado, o que caracteriza liquidação irregular da despesa e descumprimento art. 62 da Lei 4.320/1964;

9.11.2. execução de serviços de microrrevestimento do contrato 14/2008 sem cobertura contratual, em desacordo com o parágrafo único do art. 60 da Lei 8.666/1993;

9.11.3. ausência de mapeamento das jazidas não comerciais da região por ocasião do lançamento da concorrência 110/2008, o que configurou descumprimento do item 9.2.1.2 do acórdão 268/2003 - Plenário;

9.11.4. ausência de levantamento de jazidas comerciais da região quando do lançamento da concorrência 152/2008, para o segmento do contrato 14/2008, o que configurou descumprimento do item 9.2.1.2 do acórdão 268/2003 - Plenário;

9.12. recomendar ao Dnit, com base no art. 250, III, do Regimento Interno, que reavalie a adequação das soluções técnicas atualmente empregadas no programa Crema - 1ª Etapa a fim de garantir que sejam aplicadas técnicas que impeçam ou retardem a ocorrência de trincas no pavimento, como a implantação de geotêxteis, camadas de alívio de tensões ou de interrupção do trincamento, de forma a aumentar a durabilidade do pavimento após sua recuperação.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1936-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1937/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.811/2009-9.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Divino Marciano da Silva (078.583.881-34).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: 7ª Secretaria de Controle Externo (Secex/7).

8. Advogados constituídos nos autos: Válber Melo (OAB/MT 8.927) e Augusto Assumpção (OAB/MT 13.279).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra o Sr. Divino Marciano da Silva, ex-prefeito de Jauru/MT, e a empresa Santa Maria Comércio e Representações Ltda., em virtude de irregularidades na execução do convênio 1.355/2001 (Siafi 433831).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c; 19, caput; 23, inciso III; 26, 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno:

9.1. julgar irregulares as presentes contas;

9.2 condenar o responsável Sr. Divino Marciano da Silva a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS a importância de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), acrescida dos encargos legais de 18/2/2002 até a data do pagamento;

9.3. aplicar ao responsável multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional acrescida dos encargos legais desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.4 fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. declarar , com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do Regimento Interno, a inidoneidade da empresa Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54) para participar de licitação na Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação e do relatório e do voto que a fundamentaram ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, ao FNS, ao Denasus e à CGU.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1937-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1938/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.296/2011-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Inspeção
3. Interessados/Responsáveis
3.1 Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - e Congresso Nacional
3.2 Responsável: Sebastião Donizete de Souza (Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais)
4. Órgãos/Entidades: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Minas Gerais - SR/DNIT/MG
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex-MG.
8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de inspeção realizada nas obras de restauração da Rodovia BR-393/MG, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Minas Gerais - SR/DNIT/MG, contratadas junto ao consórcio Fidens-Empa-Terrayama, vencedor da Concorrência nº 15/2009, para cumprimento do Acórdão nº 1755/2010, pertinente a auditoria vinculada ao Fiscobras-2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar atendido o objetivo da inspeção ordenada no item 9.2 do Acórdão 1755/2010-Plenário;
9.2 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:
9.2.1 à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Minas Gerais - DNIT/SR-MG;
9.2.2 à Direção-Geral do DNIT, para que dê ciência do teor integral desta deliberação a suas demais superintendências no País;
9.2.3 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em complemento às informações enviadas por ocasião do Acórdão 1755/2010-Plenário.
9.3. autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1938-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1939/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.542/2011-6
1.1 Apenso: TC 014.595/2011-7
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Acompanhamento
3. Interessado: TCU
4. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel
4.1. Responsável: Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Aneel
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Sefid-2
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar, com ressalva, o primeiro estágio do Leilão Aneel 4/2011, em razão das impropriedades relacionadas ao Banco de Preços de Referência que fundamentou a orçamentação dos respectivos investimentos, verificadas no âmbito do TC 029.178/2007-4 e objeto de determinações de saneamento exaradas por este Tribunal no Acórdão 1.140/2011-TCU-Plenário, vez que este acórdão foi objeto de Pedido de Reexame ainda não apreciado;
9.2. recomendar à Aneel que, nos próximos leilões, considere as especificidades dos empreendimentos a serem instalados em distintas regiões do território brasileiro na definição do percentual relativo aos custos ambientais incidentes sobre o custo total;
9.3. restituir os autos à 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação (Sefid-2) para a continuidade do acompanhamento.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1939-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1940/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.488/2009-6
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (em processo de Representação)
3. Interessado: Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda.
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1 Revisor da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Vanessa Pizarro Rapp (OAB/SP 196.126 e OAB/AM A-569) e Glauce Maria Costa de Souza (OAB/AM 6140)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que na atual fase processual tratam de pedido de reexame interposto pela empresa Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda. em relação ao Acórdão nº 2179/2010-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame interposto pela empresa Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda. para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1940-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1941/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.760/2011-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Ministério dos Transportes (MT).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de relatório de auditoria realizada com o objetivo de avaliar as obras de melhorias e adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, formado pelas rodovias federais BR-262, BR-381 e BR-040.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011), nas obras de Melhorias e Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte BR-262/381/040/MG, funcional programática 26.782.1458.7M95.0031 - 2011;
9.2. encaminhar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), cópia da presente deliberação acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1941-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1942/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.071/2011-6.
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Interessado: Conserg - Prestação de Serviços, Terceirização, e Obras de Engenharia (CNPJ n.º 02.297.645/0001-63).
4. Entidade: Companhia Energética de Alagoas (Ceal).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação oferecida pela empresa Conserg - Prestação de Serviços, Terceirização, e Obras de Engenharia acerca de supostas irregularidades praticadas no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 024/2011, Promovido pela Companhia Energética de Alagoas (Ceal), cujo objeto era o registro de preço para futura e eventual contratação de serviços especializados em recepção, a serem executados nas dependências da Ceal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do documento de fls. 1/7 da lavra da empresa Conserg - Prestação de Serviços, Terceirização, e Obras de Engenharia como representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 e no 237, inciso VII, do Regimento Interno c/c o art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2 alertar a Companhia Energética de Alagoas de que deve observar os procedimentos prescritos pelos Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, garantindo que informações corretas sejam prestadas aos pregoentes durante a realização de futuros pregões, sob pena de sofrer as sanções estabelecidas em lei o responsável por irregularidades que firam os princípios da legalidade, da publicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração ou quaisquer outros princípios insculpidos na Lei 8.666, de 1993;
9.3 informar a interessada desta decisão;
9.4 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1942-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1943/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.941/2000-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Aposentadoria (Revisão de Ofício)
3. Interessado: Cassio Luiz Pereira de Menezes (095.091.277-87);
4. Órgão: Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da revisão de ofício do ato de concessão de aposentadoria do senhor Cassio Luiz Pereira de Menezes.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992; 260, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. sugerir à Segecex que avalie a conveniência, oportunidade e viabilidade de implementar alertas nos sistemas informatizados deste Tribunal, de modo que as secretarias e os gabinetes de autoridades sejam cientificados sobre a proximidade de prazos importantes para o regular desenvolvimento do processo; e
9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1943-30/11-P.
13. Especificação do quorum:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1944/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.068/2006-7 (5volumes e 1 anexo).
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação
3. Interessado: Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF
4. Entidade: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acerca de possíveis irregularidades na participação acionária da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap no capital social da empresa Corumbá Concessões S/A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 não conhecer da presente Representação, com base nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do RITCU;

9.2 dar ciência ao Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca do entendimento do TCU de que a competência para exame dos atos praticados pelos representantes da União nos Conselhos Fiscal e de Administração da Terracap é daquele órgão de controle externo;

9.3 remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e aos Srs. José Roberto Bassul Campos e Tânia Battella de Siqueira, representantes da União no Conselho de Administração da Terracap, e Paulo Márcio Neves Rodrigues, representante da União no Conselho Fiscal da Terracap; e

9.4 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1944-30/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1945/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.877/2010-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento
3. Responsáveis: Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira (066.814.761-04); José Alexandre Nogueira de Resende (694.826.917-68).
4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação 1 (SEFID-1).
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento do cumprimento das determinações exaradas por meio dos Acórdãos nºs 1.894/2009 e 970/2010, ambos deste Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 43, I, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 250, II, do RITCU, em:

9.1 considerar cumpridas as determinações exaradas por meio do Acórdão nº 970/2010-TCU-Plenário e a determinação contida no subitem 1.7.1.2 do Acórdão 1.894/2009-TCU-Plenário;

9.2 determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que corrija, quando da próxima revisão tarifária da Concessionária Rodovia Osório-Porto Alegre S.A., os registros relativos às tarifas praticadas e deflacionadas nos períodos de 26/10/1997 a 25/10/1998 e 18/11/1998 a 17/8/1999, de forma a guardarem sintonia com o procedimento aplicado às demais concessionárias de rodovias federais para compensação de arredondamento e atraso na cobrança das tarifas de pedágio reajustadas;

9.3 recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que deixe consignado, nos demonstrativos econômicos e financeiros das concessionárias de serviços públicos sob sua jurisdição, todos os valores lançados;

9.4 dar ciência desta deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; ao Ministério dos Transportes; às Concessionárias NovaDutra, Concer, CRT e Concepa; aos Procuradores da República no Rio Grande do Sul, Carolina da Silveira Medeiros, Luiz Roberto Guedes Bemvenuto, Waldir Alves e Silvana Mocellin; ao Procurador da República no Rio de Janeiro, Claudio Gheventer; e ao Procurador da República no Distrito Federal, José Robalinho Cavalcanti; e

9.5 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1945-30/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1946/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-006.637/2011-6
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Unidade: Município de Acarape/CE.
4. Interessada: Secex/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/CE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, encaminhada a esta Corte, com fundamento no art. 246 do RI/TCU, por integrantes de equipe de auditoria da Secex/CE, por meio da qual foram noticiados indícios de irregularidades na condução de convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Acarape/CE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, e art. 237, combinado com os arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável, Sr. José Acélio Paulino de Freitas, Prefeito Municipal de Acarape/CE;

9.3. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, em 60 dias, rescinda o Convênio 656420/2009 (Registro Siafi 654637), nos termos do art. 62 da Portaria Interministerial 128/2008, e instaure tomada de contas especial para apurar irregularidades e eventual dano na aplicação dos recursos financeiros já transferidos, e

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, assim como das peças que o fundamentam, à Câmara Municipal de Acarape/CE, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará-TCM/CE, à Procuradoria da República no Estado do Ceará e ao Ministério Público Estadual, para adoção das medidas que entenderem cabíveis em seus âmbitos de atuação;

9.5. determinar à Secex/CE que monitore a adoção das medidas determinadas no item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1946-30/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1947/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-017.381/2011-8
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
4. Órgão/Entidade: não há
5. Relator: Ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-1
8. Advogado: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em acolhimento ao Requerimento nº 68/2011, de autoria do Deputado Fernando Francischini, para que o Tribunal de Contas da União preste informações referentes à fiscalização de obras da empresa WTorre.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso VII, da Constituição Federal, 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/92, e 231 e 232, inciso III, do Regimento Interno, conhecer da presente solicitação de informações;

9.2. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em atendimento ao Ofício nº 342/2011/CFFC-P, de 16/6/2011, cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, bem assim cópia dos Acórdãos Plenários nºs 405/2008 e 101/2009, acompanhados dos respectivos relatórios e votos;

9.3. comunicar à referida Comissão que, além dos acórdãos mencionados no item 9.2, não foram localizados outros relatórios ou fiscalizações referentes à empreiteira WTorre;

9.4. nos termos dos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução/TCU nº 215/2008, considerar integralmente atendida a solicitação de que tratam estes autos;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1947-30/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N. 1948/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC n. 005.929/2011-3.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
4. Entidade: Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Espírito Santo - Senac/DR/ES.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo - Secex/ES, em face da possível existência de cláusulas limitadoras à competitividade da licitação identificadas no Edital da Concorrência Pública n. 002/2011, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de todo o material para a reforma e ampliação dos Blocos A, B e C do prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac-DR/ES, localizado na cidade de Vitória - ES.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei n. 8.443/1993, fixar prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, para que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional no Espírito Santo adote as medidas necessárias para o exato cumprimento da lei, no sentido de anular a Concorrência n. 002/2011;

9.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional no Espírito Santo que, em futuras licitações:

9.3.1. abstenha-se de estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação;

9.3.2. não vede a aceitação de atestados emitidos por uma mesma pessoa jurídica, por ausência de amparo legal ou regulamentar nesse sentido;

9.3.3. defina previamente, para efeito da comprovação da capacidade técnico-operacional e/ou técnico-profissional, os itens de serviços ou da obra que atendam, simultaneamente, aos requisitos de relevância técnica e de significância econômica, de modo a tornar objetivo o critério de valoração dos atestados a serem apresentados;

9.3.4. deixe de limitar a realização de vistoria técnica a um único dia e horário;

9.3.5. elabore, em se tratando de regime de empreitada por preço global, cronograma físico-financeiro detalhado, no qual estejam definidas as etapas/fases da obra a executar e os serviços/atividades que as compõem, e utilize esse instrumento para controle da execução dos serviços e apuração da remuneração devida ao contratado;

9.3.6. estabeleça expressamente no ato convocatório critério de aceitabilidade de preços unitários, a par do valor global máximo admissível;

9.3.7. inclua no edital, como anexo, a planilha orçamentária estimativa, em que constem os preços unitários relativos a cada item de serviço e o valor global, a fim de que as licitantes tomem ciência deles, de modo a orientar a elaboração das respectivas propostas;

9.3.8. explicite, em anexo próprio do edital, os itens que integram o BDI - Bonificação e Despesas Indiretas, seguindo a diretriz traçada pelo Acórdão n. 325/2007 - Plenário e os percentuais praticados, inserindo, ainda, no ato convocatório, exigência expressa do respectivo detalhamento nas propostas, com a previsão do percentual e a descrição de todos os seus componentes (composição analítica), sob pena de desclassificação da licitante, de forma a garantir maior transparência na execução das despesas e a evitar sobrepreço no orçamento pela inclusão indevida de parcelas;

9.4. determinar à Secex/ES que acompanhe o cumprimento da medida constante do subitem 9.2 supra, representando a este Tribunal caso necessário;

9.5. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, à empresa Potens Engenharia Construções e Serviços Ltda., e ao Senac/DR-ES;

9.6. arquivar os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1948-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N. 1949/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 013.284/2011-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V- Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.
4.1. Responsáveis: Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia, CPF 222.706.987-20; Augusto Cézar Alves de Pinho, Presidente da Comissão Permanente de Licitações Substituto, CPF 462.477.937-15; Jorge Antonio Mesquita Pereira de Almeida, Superintendente de Projetos, CPF 341.332.917-00.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-4.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada pela 4ª Secob com relação às obras da primeira etapa da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - Fico, a ser executada por meio de concessão outorgada à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A - Valec.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar cautelarmente à Valec, com fundamento no art. 276, caput, do RI/TCU, que:
9.1.1. suspenda o procedimento licitatório referente ao edital de Concorrência n. 1/2011, que tem por objeto a contratação do projeto executivo entre Campinorte/GO - Água Boa/MT, até que este Tribunal decida quanto à regularidade das perfurações efetuadas para fins de elaboração do projeto básico, a adequação dos critérios fixados em normas internas da entidade e à não-inclusão do detalhamento executivo das obras de arte especiais no objeto licitado;
9.1.2. abstenha-se de realizar licitações para elaboração de projetos ou execução de obras de construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste baseada no projeto básico elaborado no bojo do Contrato n. 19/2010 pela empresa Enefer Consultoria e Projetos Ltda., até que este Tribunal decida quanto ao mérito das questões referentes à sondagem mencionadas no subitem anterior;
9.2. promover a oitiva da Valec, para que, no prazo de 15 dias, se manifeste quanto aos seguintes aspectos:
9.2.1. adequação dos requisitos de sondagem estabelecidos na norma Valec 80-EG-000A-29-000 Rev. 1ª, em comparação com os parâmetros adotados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes na publicação IPR-726;
9.2.2. conveniência de incluir explicitamente no objeto das licitações para contratação da elaboração de projeto executivo a apresentação de estudos que fundamentarem a viabilidade de execução da obra no prazo estipulado, contendo gráfico de Gantt, ABC de insumos, histograma de mão de obra e caminho crítico;
9.3. determinar à 4ª Secob que adote as providências necessárias para identificar os responsáveis pelos seguintes indícios de irregularidade constatados quanto ao Trecho Campinorte/GO - Água Boa/MT e, posteriormente, realize as respectivas audiências, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, para que apresentem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, razões de justificativa:
9.3.1. fuga à licitação para a contratação da elaboração do projeto básico;
9.3.2. determinação de elaboração do projeto básico sob a cobertura do Contrato n. 19/2010, cujo objeto era distinto;
9.3.3. recebimento do projeto básico do trecho Campinorte/GO - Água Boa/MT e liquidação da respectiva despesa, a despeito da não-realização dos estudos geológicos mínimos necessários com parâmetros fixados em normativos internos da Valec;
9.4. determinar a audiência, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 250, inciso IV, do RI/TCU, dos Responsáveis abaixo nominados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, encaminhe a este Tribunal suas razões de justificativas:
9.4.1. Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia, por ter aprovado, por meio do Memorando n. 306/2010-Supro, o termo de referência do Edital n. 1/2011, a despeito das seguintes irregularidades:
9.4.1.1. ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto básico;
9.4.1.2. falta de aprovação do projeto básico, contrariando o disposto no art. 7º da Lei 8.666/1993;
9.4.1.3. deficiência do projeto básico, em decorrência da não-realização dos estudos geológicos mínimos necessários definidos em norma técnica interna da Valec;
9.4.1.4. determinação de que o detalhamento estrutural executivo das obras de arte especiais ficará a cargo da empresa construtora, e não da empresa contratada para a elaboração do projeto executivo, em desacordo com o disposto no art. 6º, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;
9.4.1.5. ausência de exigência de detalhamento dos prazos da obra no projeto executivo a ser elaborado;
9.4.2. Sr. Augusto Cézar Alves de Pinho, Presidente da Comissão Permanente de Licitações Substituto, por ter realizado da Concorrência n. 1/2011, a despeito das seguintes impropriedades:
9.4.2.1. ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto básico;
9.4.2.2. falta de aprovação do projeto básico;
9.4.3. Sr. Jorge Antonio Mesquita Pereira de Almeida, Superintendente de Projetos, por ter praticado os seguintes atos:
9.4.3.1. encaminhar para aprovação projeto básico destituído de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por meio do Memorando n. 101/2011-Supro/RJ;
9.4.3.2. aprovar o relatório de sondagem do furo SP 16, Estaca 31+040, na ponte sobre o Ribeirão do Meio, que não apresentada dados nos campos 'resistência à penetração do barrilete tipo SPT', 'número da amostra', 'nível d'água' e 'soma do número de golpes';
9.5. determinar à Valec, com fundamento no art. 45 da Lei n. 8.443/1992, que encaminhe a este Tribunal de Contas da União, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento definitivo do projeto básico objeto da Concorrência n. 11/2010, bem como dos projetos que vierem a ser licitados no bojo da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, copia digital dos seguintes elementos, de forma a atender o disposto no art. 6º da Lei n. 8.666/1993:
9.5.1.1. projeto completo;
9.5.1.2. Anotações de Responsabilidade Técnica dos projetistas;
9.5.1.3. termo de recebimento do objeto da concorrência, acompanhada da identificação dos responsáveis por meio da indicação do número de Cadastro de Pessoa Física;
9.6. dar ciência à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. de que a ausência de apuração da responsabilidade dos projetistas em caso de necessidade de alterações significativas nos projetos básicos e/ou executivos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste afronta o disposto nos artigos 67 e 87 da Lei n. 8.666/1993;
9.7. autorizar a 4ª Secob a instaurar processo de monitoramento a fim de acompanhar, até a contratação das Obras de Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, o cumprimento das determinações realizadas por este Tribunal;
9.8. encaminhar cópia do Relatório de Auditoria, bem como deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentarem:
9.8.1. aos responsáveis cuja audiências foi determinada;
9.8.2. à Valec;
9.8.3. à Secretaria de Controle Externo em Goiás e à Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso;
9.8.4. à 1ª Secretaria de Controle Externo, para avaliação de possíveis impactos dos achados de audotiria nas contas ordinárias da Valec referentes aos anos de 2010 e 2011;
9.8.5 ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, acompanhado da evidência "08 - ART e termos de responsabilidade referente ao projeto básico Campinorte-GO - Água Boa-MT", para a apuração de eventual falta ética profissional, nos termos da Resolução Confea 1.002, de 26/12/2002;
9.9. encaminhar cópia da documentação pertinente ao Ministério Público competente para as providências que entender cabíveis;
9.10. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.309/2010 (LDO/2011), no Edital n. 1/2011, cujo objeto é a elaboração de projeto executivo para a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, entre Campinorte/GO - Água Boa/MT, informando que as medidas necessárias ao saneamento dos indícios inicialmente apontados consistem da adequação dos projetos básico e executivo, antes da publicação dos editais de licitação das etapas subsequentes.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1949-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1950/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.525/2010-5.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Luciene Vieira de Souza Dourado (022.447.348-46); sucessores de Verônica Otília Vieira de Souza (030.007.598-75); inventariante Eduardo Frias (075.221.608-20);
4. Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo, em decorrência da concessão fraudulenta de benefício de pensão naquela unidade;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. consideral revel, para todos os efeitos, a Sra. Luciene Vieira de Souza Dourado e os sucessores de Verônica Otília Vieira de Souza, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12. § 3º, da Lei nº 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e 19, *caput*, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e solidariamente em débito Luciene Vieira de Souza Dourado (CPF 022.447.348-46) e o espólio de Verônica Otília Vieira de Souza (CPF 030.007.598-75), condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas a contar das datas especificadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Valores históricos dos débitos (R$)	Datas de ocorrência
4.742,10	01/10/1997
9.484,90	01/11/1997
4.742,10	01/12/1997
4.581,24	01/01/1998
4.639,53	01/02/1998
4.639,53	01/03/1998

9.3. aplicar à Sra. Luciene Vieira de Souza Dourado (CPF 022.447.348-46) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 8.000,00, (oito mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;
9.5. declarar a Sra. Luciene Vieira de Souza Dourado (CPF 022.447.348-46) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92, pelo período de cinco anos;
9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo para adoção das medidas que entender cabíveis, bem como à Gerência Regional de Administração no Estado de São Paulo - GRA/SP e à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1950-30/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1951/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.865/2010-8.
2. Grupo I - Classe IV- Assunto: Tomada de Contas Especial.
3.1. Interessado: Ministério da Fazenda.
3.2. Responsáveis: Humberto de Oliveira (CPF 128.395.258-01); Verônica Otília Vieira de Souza (030.007.598-75); inventariante Eduardo Frias (075.221.608-20).
4. Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
8. Advogado constituído nos autos: Lara Eleonora Dante Agrasso (OAB/SP 157.948) e outros (peça 10).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo, em decorrência da concessão fraudulenta de benefício de pensão naquela unidade;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o espólio de Verônica Otília de Souza, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d"; 19, caput e 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e solidariamente em débito o Sr. Humberto de Oliveira e o espólio da Sra. Verônica Otília Vieira de Souza, condenando-os a pagar as quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias desde a notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Valores Originais dos Débitos: (R$)	Datas:
4.742,10	1/9/1997
4.742,10	1/10/1997
9.484,90	1/11/1997
4.742,10	1/12/1997
4.581,24	1/1/1998
4.639,52	1/2/1998
4.639,52	1/3/1998

9.3. aplicar ao Sr. Humberto de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendida a notificação;

9.5. declarar Sr. Humberto de Oliveira inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de cinco anos;

9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo para adoção das medidas que entender cabíveis, bem como à Gerência Regional de Administração no Estado de São Paulo - GRA/SP e à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1951-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1952/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.882/2009-7

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessado: Procuradoria da República no Município de Campinas; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no estado de São Paulo (Secex-SP)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes representação, originária da Procuradoria da República no Município de Campinas, sobre possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a presente representação, como representação da unidade técnica nos termos do art. 237, VI, do RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. assinar prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, para que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região adote providências visando:

9.2.1. recolher os recursos oriundos dos convênios 09/2008 e 10/2008 celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, respectivamente, à Conta Única do Tesouro Nacional;

9.2.2. celebrar contratos para a qualificação do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal como agentes captadores e mantenedores dos saldos de precatórios e de requisições de pequeno valor (RPVs);

9.2.3. avaliar se a cessão de espaço físico às instituições financeiras foi procedida em conformidade com o disposto no art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636/1998 e, se necessário, adotar as medidas requeridas para o exato cumprimento da Lei;

9.2.4. promover licitação para contratação de instituição financeira à qual será concedida exclusividade para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares, se assim for necessário, em face de estudos que demonstrem ser operacionalmente inviável ou economicamente ineficiente possibilitar a seus servidores a livre escolha da instituição em que desejam receber a remuneração, caso em que o procedimento licitatório deverá ser precedido de avaliação do potencial benefício econômico a ser auferido pela instituição que vier a ser selecionada inerente à incorporação dos servidores à sua base de clientes;

9.2.5. tornar sem efeito os atos que confiram, direta ou indiretamente, exclusividade a instituição financeira para realização de operações de empréstimo consignado com seus servidores;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que, em 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste acórdão, informe, circunstanciadamente, a esta Corte sobre as providências mencionadas no item 9.2 supra;

9.4. determinar à Secex-SP que monitore o item 9.2 deste acórdão;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Conselho Nacional de Justiça e à Procuradoria da República no Município de Campinas;

9.6. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 30/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1952-30/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos nºs 1953 a 1956, 1963, 1967 e 1968, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

Os acórdãos nºs 1963, 1967 e 1968 constam também do Anexo V desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 11/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1953/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos.

1. Processo TC-011.536/2009-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA; Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.3. Órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional/AP - MDA (Incra/MDA)

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amapá (Secex-AP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA , Superintendência Regional no Amapá (Incra/AP) que, quando da fiscalização da entrega dos materiais e produtos oriundos do Crédito Instalação, verifique se correspondem exatamente ao descrito nas notas fiscais e no plano de aplicação, bem como, no caso da aquisição coletiva de bens de valor superior ao crédito, verifique se a nota fiscal apresenta o valor global do bem adquirido e a assinatura de todos os beneficiários que ratearam o bem;

1.6.2. encaminhar cópia das notas fiscais com produtos distintos dos entregues aos beneficiários emitidas pela empresa J.U.A. LOBATO (CNPJ 34.936.211/0001-52), no âmbito do programa de concessão do Crédito Instalação, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Amapá (fls. 9, 78, 168 e 212, anexo 2), bem como cópia da instrução de fls. 308/321, para o Ministério Público do Estado do Amapá, a fim de eventual responsabilização penal dos proprietários da empresa pela irregularidade descrita no item.

ACÓRDÃO Nº 1954/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-013.318/2011-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/TO - JE.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1955/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-019.631/2011-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei nº 8.443/1992).

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei nº 8.443/1992).

1.3. Entidade: Município de Normandia/RR.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima (Secex-RR).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1956/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante.

1. Processo TC-032.560/2010-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região/PE - JT

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex-PE)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 27/2011 - Plenário
Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 1963/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-017.472/2009-0.

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.

3. Interessado: Identidade preservada, conforme art. 55 da Lei 8.443/92.

4. Unidades: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia noticiando a suposta prática de irregularidades ambientais em projetos de saneamento executados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) com recursos federais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. considerar esta denúncia, no mérito, improcedente;

9.2. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos;

9.3. dar ciência desta deliberação ao denunciante e às entidades responsáveis;

9.4. encaminhar à Segecex cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, e

9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1963-27/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1967/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.714/2011-3.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão: Ministério da Justiça/Ministério da Defesa.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex-8).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia relatando irregularidades em contratações diretas por diversos órgãos da Administração de *spray* de pimenta, com fulcro no art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993, respaldadas em declaração de exclusividade emitida pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente denúncia;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos Ministérios da Defesa e da Justiça para que adotem as providências necessárias à observância do disposto no Súmula TCU nº 255, de forma a confirmar a veracidade das condições de exclusividade de aquisição de spray de pimenta em contratações futuras;

9.3. dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Abimde;

9.4. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos;

9.5. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1967-27/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1968/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.150/2010-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: Marisaura Rebelatto dos Santos (OAB/SC nº 9.702); Eduardo Carlin Kilian (OAB/SC nº 13.890) e Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF nº 788).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à denúncia em que o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, nos autos do processo nº 729.255/2001-4, em curso naquela corte trabalhista, proferiu decisão na qual considerou ilegal a percepção do adicional por tempo de serviço (ATS) por representantes classistas cujos atos de concessão de aposentadoria já haviam sido julgados legais por esta Corte há mais de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia por preencher os requisitos estabelecidos no art. 235 do RI/TCU para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. alertar o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que, nos termos da Súmula nº 6 do Supremo Tribunal Federal, os atos de anulação, parcial ou integral, de ato sujeito a registro anteriormente emitido e já julgado legal pelo Tribunal de Contas da União, expedidos no exercício do poder de auto-tutela da Administração, devidamente observado o disposto no art. 54, § 1º da Lei nº 9.784/1999, não produzem efeitos antes de serem julgados por esta Corte;

9.3. determinar ao TRT que, no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência deste acórdão, adote as medidas necessárias para suspender os efeitos dos atos administrativos que modificaram os atos já julgados legais por esta Corte, de que trata este processo;

9.4. cientificar o TRT que, no caso de constatação de ilegalidade em ato já registrado por esta Corte após o prazo decadencial de que trata o art. 54, § 1º da Lei nº 9.784/1999, e ainda não ultrapassado o prazo de cinco anos do julgamento, represente a ilegalidade a este Tribunal para que, nos termos do art. 260, § 2º, do RI/TCU, seja promovida revisão de ofício;

9.5. determinar à Sefip que elabore procedimento para encaminhamento e processamento dos atos que visem anular, parcial ou integralmente, atos já registrados por esta Corte;

9.6. encaminhar este processo à Comissão de Jurisprudência deste Tribunal para revisão da Súmula 199 do TCU.

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao denunciante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

9.8. levantar a chancela de sigilo aposta a estes autos;

9.9. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 27/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 27/7/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1968-27/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 48 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário do Plenário em substituição

Aprovada em 28 de julho de 2011.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 28/2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA
Em 3 de agosto de 2011 , às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-006.426/2011-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-006.352/2011-1
Natureza: Denúncia
Denunciante: Denúncia apócrifa
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.967/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em substituição ao Ministro UBIRATAN AGUIAR)

TC-027.052/2010-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-019.647/2011-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.018/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.514/2011-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.651/2011-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-032.048/2010-6
Natureza: Relatório de Levantamento
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-019.753/2011-0
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC 017.767/2011-3
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-017.933/2011-0
Natureza: Processo Administrativo Eletrônico
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.538/2011-1
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-017.593/2011-5
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.575/2011-2
Natureza: Representação.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-010.451/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-012.908/2010-0
Natureza: Relatório de Monitoramento
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-016.721/2011-0
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.728/2007-6
Apenso: TC-007.381/2008-2
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 29 de julho de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 30/2011
SESSÃO ORDINÁRIA RESERVADA
Em 3 de agosto de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-018.327/2009-4
Natureza: Monitoramento
Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa
Responsável: Danilo Roger Marçal Queiroz
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-022.938/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Ednacé Alves Silvestre Henrique (804.828.564-91); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC (00.378.257/0001-81); Marcos André de Abreu (038.086.224-74); Maria de Lourdes Aragão Cordeiro (020.693.184-00).
Interessados: Prefeitura Municipal de Monteiro - PB (09.073.628/0001-91); Secex-PB - Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (00.414.607/0012-70).
Advogados constituídos nos autos: Carlos André Guerra Saraiva Bezerra, OAB/PB 10.551; João Vaz de Aguiar Neto, OAB/PB 12.086; Werton Soares da Costa Júnior, OAB/PB 15.994.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-003.540/2011-1
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso - Secex/MT
Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.131/2003-0
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Alvorada Comércio Transportes Importação e Exportação Ltda (00.923.842/0001-15); Celivan Araujo (145.816.552-34); Dalva Furtado Veloso (374.078.132-72); Dario Furtado Veloso (497.128.296-34); Eduardo Barbosa de Souza (159.766.962-87); Geraldo Mendes de Castro Veloso (001.658.402-34); Haroldo Junior Cunha e Silva (268.648.002-53); Jose Maria Rodrigues Barros (047.022.042-20); Max Faraday Dias (530.599.641-49); Nara Mirian Mota Rodrigues Araújo (442.952.862-49); Silvio Rogerio da Silva (177.265.491-49)
Unidade: Município de Marabá - PA
Advogados constituídos nos autos: Antônio Francisco da Silva Filho (OAB/PA 9.955), Cremilda Aquino da Costa (OAB/PA 11.049), Olivaldo Ferreira (OAB/PA 8.383) e Plínio Pinheiro Neto (OAB/PA 3.073)

TC-005.438/2000-2
Apensos: TC-008.614/2003-0 (DENÚNCIA); TC-011.280/2000-0 (REPRESENTAÇÃO); TC-013.504/1999-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
Natureza: Tomada de contas.
Exercício: 1999
Responsáveis: Floriano Vaz da Silva, ex-Presidente(CPF 00.265.229-34); João Bosco Prisco da Cunha, ex-Ordenador de Despesa (CPF 040.438.808-63); Helena Yoshimi Nakagawa Kamihara, Dirigente do Controle Interno (CPF 050.396.208-29); Carlos Orlando Gomes (CPF 000.433.548-15); Décio Sebastião Daidone (CPF 135.883.978-68); João Carlos de Araújo (CPF 396.581.558-04); Maria Aparecida Pellegrina (CPF 609.579.808-68); Délvio Buffulin (CPF 018.559.808-00); Leocádio Geraldo Rocha (CPF 020.523.508-53); Lenir Antunes de Santos Proença (CPF 031.493.188-07); Antônio José Teixeira de Carvalho (CPF 621.447.078-04); Renato Mehanna Khamis (CPF 730.144.278-53); Paulo Pimentel (CPF 126.695.638-72); Argemiro Gomes (CPF 002.007.868-49); Anélia Li Chum (CPF 057.291.228-53), Dora Vaz Treviño (CPF 027.521.828-72); Gualdo Amaury Fórmica (CPF 025.218.228-68) e Rubens Tavares Aidar (CPF 069.622.038-53), Membros do Órgão Especial do TRT/SP.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Advogado constituído nos autos: Leci Confessor Servini (OAB/SP 167.684)

TC-007.903/1999-5
Apensos: TC-928.083/1998-5 (Representação)
Natureza: Recurso de reconsideração (PC)
Recorrente: Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Advogado constituído nos autos: Vicente Aragão Prado Júnior (OAB/AC 1.619)

TC-008.273/2007-1
Apensos: TC-018.977/2008-0 (ACOMPANHAMENTO)
Natureza: Pedido de reexame (Denúncia)
Recorrente: Martha Mafra Gonzalez (193.684.612-87)
Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.843/2010-8
Natureza: Relatório de auditoria
Responsáveis: Alan Kardec Pinto (034.530.657-00); Alexandre Antonio M. de Almeida Alves (075.046.288-40); Ary Rubinstein (090.111.537-15); Daniel Henrique Salgado (218.686.698-66); Emmanuel Danilo Resende Lemos (380.480.787-91); Fernando Vicente Casassola (243.730.950-00); Gilberto Milton Bartz (199.915.760-53); Gilberto Sussumu Kaihara (030.767.028-74); Henrique Mauro Wajnztajn (297.972.177-87); Jorge Alberto Merola Faria (447.866.039-53); José Carlos Cosenza (222.066.200-49); Leonardo Duarte Cyrne (002.796.477-94); Luiz Alberto Gaspar Domingues (370.529.007-00); Luiz Antônio Scavazza (275.502.739-87); Marcelo Lopes dos Santos (602.713.967-68); Marco Tullio Jennings (069.177.677-60); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Ruy Carlos Mortari (819.840.578-04); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04); Ubirajara Ribeirinho Telles (258.427.307-15); Venina Velosa da Fonseca (550.496.306-06); Vicente Gullo (411.317.037-15); Wagner Menezes de Magalhaes (338.604.757-20)
Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - MME
Advogados constituídos nos autos: Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB /RJ 67.460); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506).

TC-009.880/2004-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (PC)
Recorrente: Antonio Carlos Alves Carvalho (024.811.703-34)
Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969; Claudismar Zupiroli (OAB-DF12.250); Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652; Fernando Augusto Miranda Nazaré (OAB/DF 11.485); Giancarlo Machado Gomes (OAB-DF 16.006); Guilherme Élcio Teixeira Mendes de Oliveira (OAB/DF 22.007); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Lucenir Rodrigues (OAB/DF 12.158); VeraLúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204); Victor Alves Martins (OAB/DF 21.804); Lida Juliane de Almeida Paiva (OAB/DF 30.235); e Marcos Thiago Ávila Silva (OAB-DF 8.213/E)

TC-012.872/2003-0
Natureza: Prestação de contas.
Exercício: 2002
Responsáveis: Amauri Ribas de Oliveira (110.373.509-87); Rubens Armando Brustolin (000.199.509-00)
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná - SESC/PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.911/2010-2
Natureza: Relatório de auditoria
Responsável: Hélio Vítor Ramos Filho (512.168.097-04)
Entidade: Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.771/2010-2
Natureza: Pedido de reexame (relatório de auditoria)
Recorrente: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-004.274/1998-9
Apensos: TC-008.146/1999-3 (Denúncia); TC-014.229/1997-8 (Denúncia); TC-550.084/1997-5 (Relatório de Auditoria); TC-200.138/1997-9 (Relatório de Auditoria); TC-275.092/1997-6 (Relatório de Auditoria); TC-005.725/2002-7 (Tomada de Contas Especial); TC-275.025/1998-5 (Relatório de Auditoria); TC-450.174/1997-2 (Representação); TC-600.182/1997-5 (Relatório de Auditoria); TC-475.852/1997-4 (Relatório de Auditoria); TC-300.259/1997-2 (Relatório de Auditoria); TC-325.284/1997-0 (Relatório de Auditoria); 014.279/1995-9 (Apartado); TC-011.020/1997-0 (Relatório de Auditoria).
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: José Alves de Farias Filho (ex-chefe do Serviço de Administração da Funasa/SE, CPF nº 151.004.485-04), José Américo Menezes (ex-chefe da Equipe de Material, CPF nº 111.740.725-04), José Menezes Neto (ex-chefe da Equipe de Material, CPF nº 182.714.131-04), José Roberto dos Santos (ex-almoxarife, CPF nº 312.125.815-04), Constâncio Conceição dos Santos (ex-almoxarife, CPF nº 033.925.625-72), Edna Maria Rodrigues Cerqueira (servidora, CPF nº 103.298.115-68) e Sandra de Fátima Caldas de Oliveira (servidora, CPF nº 236.144.715-00).
Unidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4)
Advogados constituídos nos autos: João Santana Filho (OAB/SE 1.664), Daniel Fabrício Costa Júnior (OAB/SE 1.698), Laert Nascimento Araújo (OAB/SE 1.780), Luiz Roberto Dantas de Santana (OAB/SE 1.682), Anna Paula Sousa da Fonseca Santana (OAB/SE 2.668), Kaliany Varjão de Santana Oliveira (OAB/SE 3.583), José Elenaldo Alves de Góis (OAB/SE 3.132), Marcel Costa Fortes (OAB/SE 3.815), Camila Tavares (OAB/SE 3.976), Gilson Luis Souza de Araújo (OAB/SE 2.834), Ricardo Monteiro Mota (OAB/SE 2.759), Lézio Lopes da Rocha (OAB/SE 2789), Helino Silva de Oliveira (OAB/SE 2.069), Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (OAB/SE 385), João Santana Filho (OAB/SE 1.664)

TC-005.359/2009-0
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo Em Goiás (00.414.607/0007-03)
Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC Relator: Raimundo Carreiro
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO(SECEX-GO)
Advogados constituídos nos autos: Marlene Sardenberg Sussekind, OAB/RJ- 31.289, Mara Rocha Aguilar, OAB/RJ- 52.897, Regina Célia Sampaio Montez, OAB/RJ- 25.673, Surreaux Strunck Vasques de Freitas, OAB/RJ - 25.384, Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva, OAB/RJ- 46807, Jorge Fernando Schettini Bento Da Silva, OAB/RJ- 56.920, Luiz Carlos da Rocha Messias, OAB/RJ-31.460, - Carlos Eduardo Gabina de Medeiros, OAB/RJ-77.775, Paulo Roberto de Souza Cirino, OAB/RJ- 758-B, Luiz Roberto Paranhos de Magalhães, OAB/DF 5735, Adriana Diniz de Vasconcellos Guerra, OAB/SP - 191.390-3, Hamilton Soares de Andrade Junior, OAB/RJ - 29.836, Rita de Cássia Amaral Marques De Souza, OAB/RJ - 39.435, - Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro, OAB/SP - 51099, Marcelo Sampaio Vianna Rangel, OAB/RJ- 90.412, Fátima Luiza de Faria Costa Dias, OAB/RJ 46.777, Tulio Romano Dos Santos, OAB/RJ 86.995, Ara Coelho Martinez, OAB/RJ 134.443, JÚLIO César Gomes Ribeiro da Costa, OAB/RJ - 108.483, Nelson Luiz Machado Lamego, OAB/RJ -82.542, Renato Goldstein, OAB/RJ- 57.135, Daniela Pio Borges Marlino da Fonseca, OAB/RJ - 109.935, Danusa Paulo de Campos, OAB/RJ - 114.618, Luciane Aparecida Poletti Moreira, OAB/RJ-123.503, Maria Carolina Pina Correia de Melo, OÁB/RJ - 99.297, Oliver Azevedo Tuppan, OAB/RJ-112.644, Rogério Fraga Mercadante, OAB/SP - 152.926, Bruno Machado Eiras, OAB/RJ- 12.579, André Carvalho Teixeira, OAB/DF- 18.135, Fabíola Patrícia de Oliveira Lima, OAB/PE - 18.645, Thais da Silva Freire, OAB/RJ 136.356, Amaro de Oliveira Filho, OAB/RJ- 95.156, Alexandra de Luca Marques de Oliveira, OAB/RJ- 132.601, Paula Saldanha Jaolino Fonseca, OAB/RJ - 95.457, Patrice Gilles Paim Lyard, OAB/RJ-121.558, Renato Costa Ganeff Ribeiro, OAB/RJ- 134.314, Paulo Kubrusly Soares Terra, OAB/RJ -109.813, Melissa Cordeiro Dutra, OAB/RJ 116569, Luiz Cláudio Lima Amarante, OAB/SP-156.859, Nelson Alexandre Paloni, OAB/SP - 136.989, Luciana Vilela Gonçalves, OAB/SP - 160.544, Leonardo Forster, OAB/SP - 209.708-B, Caio Cavalcanti Ramos, OAB/PE- 863-B, Thécio Clay de Souza Amorim, OAB/PE- 20.22.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-003.093/2001-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Wigberto Ferreira Tartuce (ex-Secretário de Trabalho, Emprego e Renda do DF/Seter - CPF nº 033.296.071-49) e outros
Unidade: Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do DF - Seter/DF
Entidade: Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília - Sindhobar
Advogados constituídos nos autos: Any Ávila Assunção (OAB/DF 7.750), Herman Ted Barbosa (OAB/DF 10.001), Jacques Maurício Ferreira Veloso de Meio (OAB/DF 3.558) e Ulisses Borges de Resende (OAB/DF 4.595).

TC-012.807/2003-2
Apensos: TC 004.593/2002-1 (REPRESENTAÇÃO); TC 020.537/2008-0 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: João Ribeiro, ex-prefeito (CPF 050.585.704-91), e COBRATE - Companhia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia (CNPJ 14.737.522/0006-90)
Unidade: Prefeitura Municipal de Massaranduba/PB
Advogados constituídos nos autos: Katarinne Leite Ribeiro Cabral Crispim (OAB/PB 10757), Marcos William Guedes de Arruda (OAB/PB 1046) e Márcio Maranhão (OAB/PB 11301).

TC-015.202/2011-9
Apenso: TC 013.378/2011-2 (Denúncia)
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogados constituídos nos autos: Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233), Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), Alexandre Rosa Botelho (OAB/SP 206.529), Alexandre Yukito More (OAB/DF 22.742), Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829), Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565), Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708), Amilton Rodrigues Júnior (OAB/MG 101.743), Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596), André Luis Fares Francis (OAB/RJ 66.211), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Andréia Bambini (OAB/DF 18.331), Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317), Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659), Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Cláudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802), Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376), Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416), Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470), Daniela Farrulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133), Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408), Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821), Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 131.412), Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428), Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338), Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669), Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Heloísa de Paula Batista Zorattini (OAB/RJ 149.195), Henrique da Silva Louro (OAB/RJ 114.792), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085), Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ 118.350), Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Jussara Martins Pimentel (OAB/DF 27.883), Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401), Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492), Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969), Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035), Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011), Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242), Luis Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779), Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903), Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.108), Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Míriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632), Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Pedro Bastos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de Souza (OAB/RJ 135.165), Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Renato Amado Barreto (OAB/RJ 136.456), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920), Tales David Macedo (OAB/DF 20.227), Tatiany Batista Coutinho da Costa (OAB/RJ 146.702), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466).

TC-019.255/2011-0
Natureza: Solicitação
Interessado: Antonio Duarte Nogueira Junior (Deputado Federal)
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-019.365/2011-0
Natureza: Consulta Consulente: Prefeitura Sarina Moreira da Silva Faro
Unidade: Prefeitura Municipal de Malhador/SE
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em substituição ao Ministro UBIRATAN AGUIAR)

TC-006.220/1999-1
Natureza: Tomada de Contas
Entidade: Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II
Responsáveis: Ailton dos Santos Pohlmann (CPF 581.035.388-68), Luiz Carlos Moreira Lima (CPF 016.207.588-06), Ricardo Augusto Sampaio de Souza (CPF 033.709.208-75), Samuel de Mattos Barroso Junior (CPF 520.993.936-72), Gilmar Declainton Rossi (CPF 316.906.299-91), Empresas Puntual Engenharia Ltda. (CNPJ 79.790.564/0001-25), Construlab Construções e Instalações Ltda. (CNPJ 63.971.352/0001-04), Gerenco Gerenciamento e Construções Ltda. (CNPJ 01.572.168/0001-34) e Ghosn Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 50.919.158/0001-38).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.664/2007-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsáveis: Antônio Carlos Alvarez Justi (CPF 268.866.777-72); Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda (CNPJ 01.898.295/0001-28); Jose Carlos Pereira (CPF 727.556.609-53); Moacir Carvalho Aires Filho (CPF 563.144.426-72); Valseni José Pereira Braga (CPF 740.872.748-53).
Interessado: Congresso Nacional
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - MD
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Schutze Nanni (OAB/MT nº 7.513), José Alexandre Schutze (OAB/SP nº 115.367), João Guizzo (OAB/SP nº 47.750), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF nº 10.969), Walter Costa Porto (OAB/DF nº 6.098), Antônio Perilo Teixeira Neto (OAB/DF nº 21.359), Flávia Soares Coelho (OAB/DF nº 26.307), Luciane Alves Barreto (OAB/SP nº 220.308), Dauto Barbosa C. Passare (OAB/MT nº 6.199), Alexandre de Oliveira Barbosa (OAB/RJ nº 128.732) e Eduardo Monteiro Nery (OAB/DF nº 8.376)

TC-010.814/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: João Bosco de Almeida (CPF 059.132.414-87); Judas Tadeu Alves de Souza (CPF 178.493.814-91); Luiz Carlos Coutinho (CPF 108.731.554-91)
Interessado: Congresso Nacional
Entidade/Órgão: Companhia Pernambucana de Saneamento e Ministério da Integração Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-011.272/2011-2
Natureza: Monitoramento
Interessado: Senar - Administração Regional/RS
Órgão/Entidade: Senar - Administração Regional/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.571/2009-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessados: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (vinculador); Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador); Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE; Prefeitura Municipal de Maranguape - CE; Secretaria Nacional de Juventude - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.496/2009-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: 5ª Secretaria de Controle Externo - TCU
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Mte
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-006.267/2006-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Estado de Tocantins
Responsáveis: Adair Marques de Lima (CPF 025.744.111-53); Alexandre Martins de Araújo (CPF 510.099.511-49); Dilma Maria Soares Pereira (CPF 120.247.405-53); Edilson Jose Pereira Araujo (CPF 204.172.253-34); Eduardo Novaes Medrado Santos (CPF 048.953.205-53); Estado do Tocantins (CNPJ 01.786.029/0001-03); Iron Marques da Silva (CPF 085.716.861-49); José de Paiva Pinto (CPF 218.676.581-00); NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda. (CNPJ 37.119.971/0001-65); e Wilfredo de Oliveira Carvalho (CPF 090.854.081-72)
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Meller Fernandes, OAB/TO 2.602; Leonardo de Oliveira Carvalho, OAB/TO 3.878; e Bruno Sérgio de Almeida, OAB/GO 23.133

TC-019.383/2011-8
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Roraima - Incra/RR - MDA
Interessado: Pedro Paulino Soares, Superintendente Regional do Incra no Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-002.852/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura - MinC
Responsáveis: Marino Lobello (CPF 227.363.368-87); Prêmio Editorial Ltda. (CNPJ 54.386.677/0001-39)
Advogados constituídos nos autos: José Maurício Fittipaldi (OAB/SP nº 221.054); Fábio Cesnik (OAB/SP nº 146.717); Maira Pires Videira (OAB/SP nº 166.067) e Flávio Resende Pena Costa (OAB/DF nº 27.705) Sustentação Oral em nome da PRÊMIO EDITORIAL LTDA.

Interessado(s) na Sustentação Oral
José Maurício Cezar Fittipaldi - OAB/SP 221.054

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-014.508/2007-5
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Agravo e Pedidos de Reexame (em Representação) (VISTA ao Procurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO em 11/05/2011 - ATA 16/2011)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - MT
Interessado: Tribunal de Contas da União
Recorrentes: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT- Ministério dos Transportes - MT; Serviços Técnicos de Engenharia S.A - STE (CNPJ 88.849.773/0001-98); Associação Brasileira de Consultoras de Engenharia (CNPJ 33.700.048/0001-61)
Advogados constituídos nos autos: Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373); Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400); Marília de Almeida Maciel Cabral (OAB/DF 11.166); Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344); Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512); Carlos Eduardo Ornellas Amorim (OAB/RJ 117.811)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em substituição ao Ministro UBIRATAN AGUIAR)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.294/2011-3
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista - art.119 do R.I.)
Natureza: Representação
REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 23/2011)
Entidade: Município de Cambé/PR
Responsáveis: João Dalmacio Pavinato, Prefeito (499.565.829-72), Eduardo Roberto Pavinato, Secretário Municipal de Administração (529.143.649-20), Simone Tito Freitas, Pregoeira (849.464.909-49)
Representante: Hospfar - Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 26921908/0001-21)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-017.688/2011-6
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)
Interessado: Congresso Nacional
Unidades Jurisdicionadas: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN do Estado de Rondônia, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.524/2009-3
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Federação Rondoniense de Mulheres/FEROM (CNPJ nº 01.173.906/0001-70).
Responsável: Helena da Costa Bezerra, Presidente da FEROM (CPF nº 638.205.797-53).
Interessados: Helena da Costa Bezerra, Presidente da FEROM (CPF nº 638.205.797-53) e Federação Rondoniense de Mulheres/FEROM (CNPJ nº 01.173.906/0001-70).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.115/2010-4
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Interessado: Tribunal de Contas da União (9ª Secex; Sefid-1)
Advogados constituídos nos autos: André Carvalho Teixeira (OAB 18.135/DF); Hugo Ribeiro Ferreira (OAB 58.426/RJ); Mara Rocha Aguilar (OAB 52.897/RJ); Jorge Fernando Schettini Bento da Silva (OAB 56.920/RJ); Marcus Vinicius Noronha da Silva (OAB 95.440/RJ); Luiz Roberto Paranhos de Magalhães (OAB 5.735/DF); Fátima Luiza de Faria Costa Dias (OAB 46.777/RJ); Renato Goldstein (OAB 57.135/RJ); Maria Carolina Pina Correia de Melo (OAB 99.297/RJ); Patice Gilles Paim Lyard (OAB 121.558/RJ); Amaro de Oliveira Filho (OAB 95.156/RJ); Henri Wataru Koga (OAB 202.717/SP); Melissa Cordeiro Dutra (OAB 116.569/RJ); André Luiz Bastos (OAB 140.295/RJ); Maurício Vasconcelos Galvão Filho (OAB 113.087/RJ); Raoni da Cruz Chaves (OAB 108.845/RJ); Paulo Surreaux Strunck Vasques de Freitas (OAB 25.384/RJ); Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva (OAB 46.807/RJ); Luiz Carlos da Rocha Messias (OAB 31.460/RJ); Carlos Eduardo Gabina de Medeiros (OAB 77.775/RJ); Adriana Diniz de Vasconcelos Guerra (OAB 191.390-A/SP); Rita de Cássia Amaral Marques de Souza (OAB 39.435/RJ); Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro (OAB 51.099/SP); Marcelo Sampaio Vianna Rangel (OAB 90.412/RJ); Yara Coelho Martinez (OAB 134.443/RJ); Nelson Luiz Machado Lamego (OAB 82.542/RJ); Rogério Fraga Mercadante (OAB 152.926/SP); Bruno Machado Eiras (OAB 112.5679/RJ); Paula Saldanha Jaolino Fonseca (OAB 95.457/RJ); Renato Costa Ganeff Ribeiro (OAB 134.314/RJ); Paulo Kubrusly Soares Terra (OAB 109.813/RJ); Luís Cláudio de Lima Amarante (OAB 156.859/SP); Nelson Alexandre Paloni (OAB 136.989/SP); Luciana Vilela Gonçalves (OAB 160.544/SP); Leonardo Forster (OAB 209.708-B/SP); Thécio Clay de Souza Amorim (OAB 20.223/PE); Juliana Souto de Noronha (OAB 108.106/RJ); Clery Jesuz da Silveira (OAB 113.245/RJ); Paula Souza de Menezes (OAB 109.716/RJ); Romero Paes Barreto de Albuquerque (OAB 23.683/PE); Felipe Fernandes de Christo (OAB 120.614/RJ); Eduardo Pontieri (OAB 234.635/SP); Bruno Ferreira Motta Teixeira (OAB 113.066/RJ); Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB 133.596/RJ); André Carvalho Teixeira (18.135/DF); Juliana Calixto Pereira (OAB 130.070/RJ); Felipe Machado Guedes (OAB 150.032/RJ); Gabriela Mattos Gonçalves (OAB 129.385/RJ); Cristiano Caldas Pinto (OAB 129.593/RJ).

TC-028.888/2010-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC; Caixa Econômica Federal - MF; Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária; Ministério das Cidades (vinculador); Ministério do Esporte (vinculador)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-009.218/2011-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Ministério do Esporte.
Interessado: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-007.356/2008-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)
Entidade: Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras - BA
Interessada: Câmara Municipal de Vereadores de Malhada de Pedra - BA
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-008.284/2005-9
Apensos: TC-007.295/2004-9 e TC-021.688/2004-0.
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego (Cindacta III).
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
Responsáveis: (no exercício de 2003) Elias Vieira de Souza (622.103.517-15), Francisco Iran de Vasconcelos Junior (621.820.723-49), Lúcio Minoru Yoshida (521.026.886-15), Luiz Carlos Amaral Crasto (026.656.484-40), Luiz Carlos Santos da Silveira (016.207.438-76), Mario Luis Ribeiro Santos (087.415.878-80), Ma-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

rio Sergio Malheiros (967.646.518-68), Natanael Torres Domais Junior (253.690.718-02), Ricardo Rodrigues Gonçalves (017.057.318-48), Roney Tavares (017.059.748-21), Walter Dias Fernandes Filho (491.380.907-59). Responsáveis no exercício de 2004: Francisco Iran de Vasconcelos Junior (621.820.723-49), Lúcio Minoru Yoshida (521.026.886-15), Luiz Carlos Amaral Crasto (026.656.484-40), Luiz Fernando de Azevedo (963.832.598-49), Mario Luis Ribeiro Santos (087.415.878-80), Natanael Torres Domais Junior (253.690.718-02), Osmar de Freitas Campos (033.709.108-02), Ricardo Rodrigues Gonçalves (017.057.318-48), Roney Tavares (017.059.748-21), Walter Dias Fernandes Filho (491.380.907-59) e Yara Nascimento de Souza de Oliveira (603.820.747-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.175/2010-7
Natureza: Administrativo - Recurso ao Plenário.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessada: Liliane Andréa de Araújo Bezerra (180.413.964-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.528/2008-9
Natureza: Pedido de Reexame.
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Regional do Estado de Goiás - Sebrae/GO.
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Regional do Estado de Goiás - Sebrae/GO.
Advogados constituídos nos autos: Aldo Francisco Guedes Leite (OAB/GO nº 26.998), Sandra Esther Cardoso (OAB/GO nº 10.574), Adriana Machado Martins Camelo (OAB/GO nº 9.083), Juliana Martins dos Reis (OAB/GO nº 23.238), Maria Silvia Hatschbach Pinheiro (OAB/GO 21.159) e Jeanny Araújo de Sá (OAB/GO nº 13.555).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-009.742/2006-9
Apenso: TC 008.182/2007-5
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Espírito Santo (Dnit/ES).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.223/2011-9
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e Município de Guarulhos/SP.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-015.709/2011-6
Apenso: TC 015.839/2011-7
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social.
Interessados: A3 Brasil Promoções e Organizações de Eventos Ltda. (CNPJ 06.021.598/0001-81) e ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. (CNPJ 07.715.069/0001-40).
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Spezia (OAB/DF 20.555); André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004); Cristiane Nina Antunes (OAB/DF 20.132); Karina Bronzon de Castilho (OAB/DF 20.971); Luiz César Simões Cardoso (OAB/DF 22.435); Marcus Paulo Santiago Teles Cunha (OAB/DF 34.184); Priscila Brito Marangon (OAB/DF 25.562); e Tathiana Passoni Reis (OAB/DF 31.414).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-009.222/2001-8
Natureza: Denúncia
Unidade: Ministério dos Transportes.
Responsável: Robson de Souza Andrade, coordenador-geral de recursos humanos (CPF 163.888.365-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.575/2005-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Unidade: Casa da Moeda do Brasil (CMB).
Responsáveis: Álvaro Gonçalves Figueiredo Filho (311.419.437-00); Cooperativa de Trabalho de Especialistas Ltda. (02.483.558/0001-09); Kléder Barbosa Macias (268.673.117-68); Manoel Severino dos Santos (597.954.337-68); Marcos Rajzman (315.041.677-91); Márcio Deitos (440.081.120-49); Planear Assessoria e Consultoria Ltda. (04.562.041/0001-22).
Interessada: 2ª Secretaria de Controle Externo.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.577/2011-6
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Vila Velha/ES.
Interessada: Secob-3.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.371/2011-8
Natureza: Representação
Interessada: Sistemas de Computação S/A (CNPJ 28.708.477/0001-61)
Unidade: Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro - CDRJ
Advogados constituídos nos autos: Rafael Silva Melão (OAB/DF 26.264) e Eduardo Lorenzoni Candeia (OAB/DF 25.430)

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-005.427/2009-2
Apensos: TC 029.412/2009-5, TC 033.289/2010-7.
Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento).
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; Ministério dos Transportes-MT (vinculador); Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio Grande do Norte.
Responsáveis: Consórcio Constran/galvão/construcap (08.308.651/0001-55); Fernando Rocha Silveira (107.545.124-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00).
Interessados: Consórcio Constran/galvão/construcap (08.308.651/0001-55);
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.906), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997), Alexandre Ferreira Mourão (OAB/MG 116.292), André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021), Milene Lúcia Vianna de Paula (OAB/MG 115.278), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) procuração à f. 6 do Anexo 3.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-000.868/2011-6
Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscobras).
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; Ministério dos Transportes-MT (vinculador); Superintendência Regional do Dnit no Estado de Alagoas.
Responsáveis: Carlos Manoel Melo (CPF 276.421.605-00); Fernando Fortes Melro Filho (CPF 787.303.504-25); Rommel Mello Cruz (CPF 564.167.174-68).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.995/2011-6
Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2011)
Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo S.A. (Codesa) e Secretaria Especial de Portos (SEP/PR)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.302/2010-7
Natureza: Relatório de Monitoramento
Unidade: Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-000.947/2004-9
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Responsável: Natanael Caetano Fernandes (004.702.791-68)
Interessados: Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (01.225.986/0001-60); Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF (26.446.781/0001-36); Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (00.531.954/0001-20)
Advogados constituídos nos autos: Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB/DF 3.037); René Rocha Filho (OAB/DF 8.855); Aracéli Alves Rodrigues (OAB/DF 26.720); Jean Paulo Ruzzarin (OAB/DF 21.006); Marcos Joel dos Santos (OAB/DF 21.203).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-001.630/2010-5
Natureza: Relatório de Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.546/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Saquarema/RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.404/2010-3
(com 2 anexos)
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Município de Laranjal do Jari/AP
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-000.303/2002-5
(com 26 volumes e 17 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração (em Recurso Inominado - Prestação de Contas)
Embargantes: Wagner Huckleberry Siqueira, ex-Presidente do CRA/RJ, e Jorge Humberto Moreira Sampaio, ex-Conselheiro e ex-Membro da Comissão de Licitação do CRA/RJ
Unidade: Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro - CRA/RJ
Advogados constituídos nos autos: Aníbal Sérgio Corrêa de Souza (OAB/RJ 66.899) e Nilton Cesar da Silva Flores (OAB/RJ 84.804)

TC-014.466/2002-2
Apenso: TC 019.065/2004-2
Natureza: Embargos de Declaração em Representação
Recorrentes: Júlio Bernardo do Carmo (CPF 073.117.296 53), Márcio Túlio Viana (CPF 076.528.526 68), José Nassif Antunes (CPF 103.912.406 25), Aroldo Plínio Gonçalves (CPF 070.176.856 87), João Roberto Borges (CPF 103.871.616 00), Michelângelo Liotti Raffaele (CPF 003.758.966 34), Oswaldo Machado (CPF 074.626.896 34), Pedro Lopes Martins (CPF 055.667.206 25), Raul Moreira Pinto (CPF 013.683.206-78), Ilma Maria Braga (CPF 110.462.016 20), José Murilo de Moraes (CPF 043.303.076 34), Diva Dorothy Safe de Andrade Carneiro (CPF 163.086.626 15), José Cesar de Oliveira (CPF 076.617.976 15), Marcelo Wagner Prado Bueno (CPF 010.295.506 97), Tarcísio Alberto Giboski (CPF 081.576.506 15), Josué Silva Abreu (CPF 017.766.496 72), Leda Souza Lima de Mello (CPF 208.582.566 49), Cássio Gonçalves (CPF 000.700.766 34), Rosalvo Miranda Moreno (CPF 010.474.346 87), Heriberto de Castro (CPF 065.020.836 68), Ivan Gaudereto de Abreu (CPF 009.802.346 20), Eduardo Augusto Lobato (CPF 082.700.156 87) e Renato Moreira Figueiredo (CPF 092.292.726 04)
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Advogados constituídos nos autos: Tiago Cardoso Penna (OAB/MG nº 83.514), Ricardo Drummond da Rocha (OAB/MG nº 38.581), José Geraldo Lopes Araújo (OAB/DF nº 16.848), Flávia Lopes Araújo (OAB/DF nº 16.681), Carlos André Lopes Araújo (OAB/DF nº 17.510), Fabrício Coutinho Petra de Barros (OAB/DF nº 23.012), Maurício Franco Alves (OAB/MG nº 97.644), Rogério Rocha (OAB/MG nº 97.893), Estevão Ferreira de Melo (OAB/MG nº 96.241), Frederico Gomes de Almeida Horta (OAB/MG nº 96.936), Flávia Mello e Vargas (OAB/MG nº 79.517), Adailton da Rocha Teixeira (OAB/DF nº 19.283), Melissa Dias de Oliveira Silva (OAB/MG nº 107.132), Carolina Carsalade Von Gossler Kubitz (OAB/MG nº 113.504), Moacir Akira Yamakawa (OAB/DF nº 1.937-A), Cláudio Barbosa de Moraes (OAB/DF nº 12.388), Mônica Miranda Franco Vilela (OAB/DF nº 25.852), Nicolino Caselato Junior (OAB/DF nº 30.503) e Sara Raquel Lima Lustosa (OAB/DF nº 31.852)

TC-018.507/2010-7
(com 3 anexos e 4 volumes)
Natureza: Pedido de Reexame (em Relatório de Auditoria)
Recorrente: Município de Campo Grande/MS
Unidade: Município de Campo Grande/MS
Advogado constituído nos autos: Henrique Anselmo Brandão Ramos (OAB/MS 7.551)

TC-033.488/2008-1
(com 1 volume e 2 anexos)
Apensos: TC 028.275/2010-1 e TC 028.244/2009-3
Natureza: Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Narriman Felicidade Correa Faria Zito dos Santos, ex-prefeita (CPF 462.806.857-72)
Unidade: Prefeitura do Município de Magé/RJ
Advogados constituídos nos autos: Fabricio Juliano Mendes Medeiros (OAB/DF 27.581), Gustavo do Vale Rocha (OAB/DF 13.422), Renato Oliveira Ramos (OAB/DF 20.562), Miguel Ângelo Barros da Silva (OAB-DF 10.376) e Marcelo de Souza do Nascimento (OAB/DF 23.180)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-008.448/2009-6
Natureza: Administrativo
Interessada: Secretaria das Sessões (Seses)
Unidade: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em substituição ao Ministro UBIRATAN AGUIAR)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.736/2011-0
(EXCLUÍDO DE PAUTA)
Natureza: Representação
Órgão: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia (CPF 385.346.061-53), Augusto Wagner Padilha Martins (CPF 102.102.961-0) e Marcelo Pereira Borges (CPF 132.543.594-53)
Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-023.112/2009-1
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central - Senar
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-018.118/2006-0
(com 4 volumes, Anexo 1 e Anexo 2, com 06 volumes)
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2005
Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MinC
Responsáveis: Alessandra Deotti e Silva (635.916.506-68); Alfredo Gastal (024.254.751-68); Americo David Aurelio (663.578.457-87); Amilcar Pereira Fraga (168.186.950-00); Ana Cláudia Vasconcellos Magalhães (453.368.574-91); Ana Lucia Goelzer Meira (263.847.010-49); Ana Maria da Silva (486.385.527-34); Analucia Oliveira Gomes dos Santos (224.788.841-00); Anderson Nunes Loureiro (700.703.697-04); Andre Moreira de Assis (074.464.587-55); Angelo Plinio Bonatto (144.764.281-34); Anildo Cecilio de Albuquerque (043.136.664-00); Antonio Augusto Arantes Neto (330.126.958-34); Antonio Jorge Amaral Marques (094.370.963-68); Arlete Rocha Carvalho (504.828.317-15); Aroldo dos Santos Araújo (528.592.407-30); Artaxerxes Vieira da Silva (855.787.627-00); Camila da Costa Marques (527.552.238-04); Carlos Alberto Moreira da Silva (834.763.427-00); Carlos Roberto de Menezes (668.215.927-72); Carmen Lúcia Tavares Almeida Dantas (133.974.514-34); Chrystiane Marinho de Lucena (829.629.527-04); Claudia Lucia de Souza Moura Santos (510.443.747-72); Cláudia Márcia Ferreira (629.076.977-49); Cremilda Martins de Albuquerque (050.900.084-34); Cristovão Fernandes Duarte (631.099.567-72); Dalmo Vieira Filho (359.349.489-20); Daniel Ferreira de Castro (193.212.102-10); Dayse Abreu Oliveira Silva (116.576.691-49); Delite Nepomuceno da Fonseca (209.185.933-87); Denise Grinspum (047.544.728-02); Dilson Bertino Pereira de Carvalho (005.789.818-90); Dirceu de Oliveira (431.285.058-53); Diva Maria Fereire Figueiredo (239.347.003-49); Domingos Savio Cordeiro de Oliveira (288.156.531-04); Dora Maria Pereira Rego Correia (521.355.437-72); Durval Augusto Pereira (785.858.217-87); Edio Ribeiro Correa (258.523.617-04); Edmilson Antonio Matos Pinto (383.200.617-68); Eduardo Furtado de Simas (063.733.135-49); Eduardo Hahn (560.179.280-15); Eliana Pinheiro de Lemos (341.223.621-72); Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho (111.508.745-20); Eliane de Castro Machado Freire (203.300.144-04); Eliezer Gomes do Nascimento (277.347.737-53); Elizabeth Carbone Baez (023.917.837-87); Eugenio de Avila Lins (118.229.705-63); Fabiano Lopes de Paula (327.092.696-00); Fernando Cesar Beliche Alves (023.374.793-15); Fernando Cesar de Vasconcellos Azeredo (185.226.371-72); Francisca Marques Mendes (024.647.992-20); Francisca Mota Barbosa (208.317.493-34); Francisco de Assis Souza Silva (151.897.831-20); Frederico Faria Neves Almeida (297.910.654-20); Gerson Dalfior Vidal (386.274.267-91); Gildo de Castro Moraes (459.528.417-91); Gilson de Souza (873.867.477-72); Gisele Andrea da Costa Seixas (609.610.231-04); Grace Elizabeth de Oliveira Cruz (114.427.271-87); Haroldo Gallo (693.929.438-49); Helio de Queiroz Boudet Fernandes (733.973.007-97); Heloiza Helena Martins Araujo (077.243.062-49); Henrique Armbrust (676.200.947-68); Henrique Martins Barros (225.272.571-00); Ildeu Cosme Gomes (801.091.797-49); Iran Martins de Moura (130.935.333-68); Irma Aparecida Bandeira Gomes (214.518.851-72); Janio Paulo Gomes da Silva (363.396.367-72); Joao Carlos Campello Esteves (516.521.377-34); Joel Marinho de Oliveira (403.790.867-00); Jorge Tenorio Luchesi (158.743.977-87); Jose Geraldo Basilio (442.099.756-72); Jose La Pastina Filho (165.168.859-15); Jose Marcio de Alvarenga Rocha (132.893.576-00); Jose Roberto Domingues Tenorio (125.683.687-72); Jose Rui Guimaraes Mourao (007.156.116-15); Katia Santos Bogea (215.422.953-00); Kleber de Sousa Coutinho (523.140.147-15); Lauro Augusto de Paiva Cavalcanti (543.717.167-68); Lauzanne Leão Ferreira (020.691.374-57); Lelison Almeida Santos (041.183.245-04); Lia Heloisa Sicuro (467.022.967-20); Lucia Maria Madureira Yunes (514.489.987-00); Luciano Siqueira Cortez (447.284.413-34); Lucy Cupello Monteiro (690.777.547-68); Luis Manuel Nunes de Moura e Silva (053.017.854-00); Luiz Carlos Lopes da Silva (537.576.967-00); Luiz Carlos de Assis (585.363.377-53); Luiz Claudio Ribeiro da Silva (441.308.057-20); Luiz Eduardo Borzino (397.286.767-00); Luiz Leite de Oliveira (042.873.201-15); Luiz Octavio Mendes de Oliveira Castro (610.676.107-82); Luiz Otávio Fernandes Monteiro (875.058.007-87); Luiz Roberto Dias dos Santos (282.922.860-04); Marcelo Jose Damasceno Leandro (387.452.164-87); Marcelo Jose Santos de Brito (296.310.094-91); Marcelo Paiva Paes Deoliveira (703.099.577-53); Marcelo Rebello Magalhães (434.010.077-34); Marcilio Ferreira Matos (275.049.566-00); Marcos Antonio Renault Supino (715.879.507-15); Marcos Batisti (690.122.967-49); Marcos Jose Silva Rego (703.448.177-68); Maria Bernadete Mafra de Andrade (053.136.432-15); Maria Cecília Soubhia (006.446.238-29); Maria Cristina Bandeira de Figueiredo (298.356.827-04); Maria Cristina Portugal Ferreira (086.058.741-04); Maria Dorotea de Lima (081.480.072-68); Maria Helena Martins Santos (397.139.035-87); Maria Jose Ribeiro (195.348.685-15); Maria Margareth Escobar Ribas Lima (181.921.571-72); Maria Zenaide de Araujo (260.879.365-72); Maria das Gracas Ribeiro de Oliveira (144.640.475-72); Maria de Lourdes Diniz (385.347.386-53); Maria de Lourdes Parreiras Horta Barretto (911.631.887-00); Marines Denck (262.653.890-68); Mario Luiz Degle Esposte (748.717.817-04); Mario Otavio Vieira da Silva (542.965.957-68); Marta Maria Silva Chagas (061.522.795-34); Mauro David Artur Bondi (535.152.348-53); Messias Cutrim Veloso (067.512.533-20); Monica Figueiredo Braunschweiger Xexeo (805.198.577-04); Mércia de Abreu Dechiqui (179.246.341-34); Nara Abud Tauile (405.844.887-34); Nauro Jose de Cerqueira (632.980.407-97); Nelson Jorge dos Santos (382.259.997-20); Newton Faria da Silva Júnior (114.318.811-04); Olga Gomes da Paiva (015.676.243-91); Patricia Laurence Deffes (450.404.789-68); Paulo Estellita Herkenhoff Filho (363.012.807-68); Paulo Roberto Leonardo Pereira (661.224.577-87); Paulo Sergio Moraes de Sa (430.665.187-87); Pedro Paulo da Cruz Rocha (062.409.843-53); Raimundo Alves Reis (182.469.581-00); Raimundo Ferreira da Silva (198.172.234-34); Raimundo Nonato dos Santos Cardoso (221.577.862-87); Regina Celi Moreira (809.187.198-87); Regina Márcia Santana (210.456.401-82); Ricardo Vieir Alves de Castro (880.058.107-25); Roberio Dias (256.647.867-87); Roberta Saraiva Coutinho (213.305.638-67); Roberto de Almeida Bispo (490.185.587-53); Roberto dos Santos (210.466.461-68); Robson Antonio de Almeida (863.810.839-72); Rogério Maurílio Alecrim Rezende (870.794.887-53); Rogério Tadeu de Salles Carvalho (578.700.631-34); Romeu Duarte Junior (135.557.663-68); Rosemary Gomes do Nascimento (495.064.556-00); Rosemeire Castanha Jorge (073.775.778-78); Rubem Vergeti Leite (805.203.167-20); Rubens Valerio dos Santos (072.652.041-15); Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo (116.987.051-15); Salma Saddi Waress de Paiva (212.923.531-04); Sergio da Silva Abrahao (149.912.681-68); Silvana Lima da Costa (263.933.442-53); Silvia Helena de Mello Fenizola (730.234.937-15); Silvia Miloco (090.345.228-65); Silvio Barbosa de Lima (164.755.266-49); Silvio Mariano Neri Solano (001.557.051-72); Sista Souza dos Santos (348.490.417-87); Suely Maria Perucci Esteves (165.342.476-15); Tania Maria Barbosa de Lima (507.253.867-20); Tania Plugik (274.646.109-97); Tereza Carolina Frota de Abreu (141.243.194-87); Thays Pessotto de Mendonca (818.650.317-04); Turibio Soares Santos (238.089.937-15); Vaderli Cardoso de Oliveira (583.373.697-87); Valeria Santos Oliveira (626.820.245-72); Vera Lucia Bottrel Tostes (625.800.277-34); Vera Lúcia Ferreira Ramos (210.320.501-44); Vera Maria Abreu de Alencar (667.173.887-49); Walquiria Carmo da Silva (113.023.518-18)
Interessado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc (26.474.056/0001-71)
Advogados constituídos nos autos: André de Oliveira Domingues, OAB/DF 28.566; Daniel Torres Figueiredo de Lucena, OAB/PB 14.280; Danielle Ferreira Glielmo, OAB/DF 19.293; Erica Vieira Lopes Rosa, OAB/DF 24.629; Hanah Karine Hilario do Nascimento, OAB/DF 26.034; Juliana Montadon, OAB/DF 25.286; Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury, OAB/DF 18.243; Karina Neuls, OAB/DF 29.267; Leonardo Pacheco e Deus Mundim, OAB/MG 97.985; Luiz Antonio Muniz Machado, OAB/DF 750-A, RJ 024.281, MA 7736-A e SP 214.046; Marina de Magalhães Rodrigues Coelho, OAB/DF 21.069; Noeli Andrade Moreira, OAB/MG 62.050 e OAB/DF 24.354; Paula Kadine Souza Abelha, OAB/DF 28.862; Paula Terra Passos de Souza, OAB/MG 104.645; Simone Hajjar Cardoso, OAB/DF 13.493; Talita Mara Idalgo Gabriel da Silva, OAB/DF 29.632

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-004.163/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Instituto Amazônia de Formação, Estudos e Pesquisas
Responsáveis: Andréia Ribeiro Dias (CPF 688.520.612-15); Criação Publicidade e Propaganda Ltda. (CPF 09.402.704/0001-65); Evidência Pesquisa de Opinião e Mercado (CNPJ 01.890.832/0001-93); Jedelson P. da Silva (CNPJ 05.574.260/0001-94); Oliveiros Domingos Marques Neto (CPF 451.861.110-15); Silvia Danieli Pinheiro Barbosa (CPF 766.980.252-91); Sotaque Brasil Publicidade e Propaganda (CNPJ 01.599.369/0001-25)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.464/2003-2
Natureza: Levantamento de Auditoria - Fiscobras 2003 - PT 26.782.0238.5711.0005
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; 7º Batalhão de Engenharia e Construção - 7º BECnst; Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre - Deracre
Responsáveis: Alexsander Menezes Mendes, 580.761.583-20; Dorinaldo do Vale Braz, 196.392.282-49; Emanoel Messias França, 132.179.501-78; Fernando Cesar Costa Gonçalves Loiola, 497.041.927-20; Fernando Manuel Moutinho da Conceição, 005.647.292-72; Jailson Barbosa de Souza, 634.443.722-72; João Bosco de Medeiros, 131.933.174-20; Joselito José da Nóbrega, 439.495.334-00; Lourival da Silva Nolasco, 461.535.002-34; Marcus Alexandre Médici Aguiar, 264.703.988-71; Maria Gorete das Dores Luchesi, 733.105.906-82; Paulo Jose dos Santos, 971.414.888-04; Rosimar Gomes de Moura, 434.258.362-34; Sérgio Yoshio Nakamura, 004.641.628-58; Tercam - Engenharia e Empreendimentos Ltda., 71.485.908/0007-76; Tercam-Engenharia e Empreendimentos Ltda., 71.485.908/0001-80
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-020.930/2009-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidades: Prefeitura Municipal de Cristalina/GO, Prefeitura Municipal de Planaltina/GO e Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás/GO.
Responsáveis: Adriana Bizzotto (782.824.541-68); Alexon Luiz Felix dos Santos (576.031.701-68); Aline Gonçalves Matos Nunes Maciel (617.508.671-68); Antonio Camilo de Andrade (066.461.741-72); Brasiliano Januario da Silva (052.277.201-34); Cristina Freire dos Santos (644.161.601-78); Edi Xavier da Guirra (351.383.511-68); Eloidi Pereira de Menezes Oliveira (462.742.431-00); Everaldo Fernandes Benevides (030.303.106-98); Humberto de Alencar Pereira (339.080.791-87); Jorge Elias da Silva (160.140.731-91); Joseane da Silva Cruz (885.120.881-68); José Olinto Neto (046.247.931-53); José Valdecio Pessoa (132.987.201-00); Juarez Sarmento (151.582.681-34); LC Engenharia Ltda. (10.586.921/0001-31); Leda Borges de Moura (576.951.806-53); Luiz Carlos Attiê (042.592.971-04); Maria Valdenea Melo Barbalho (573.435.191-15); Márcio Xavier da Silva (871.213.791-04); RF Construções Ltda. (10.685.506/0001-35); Vânia Fraim de Lima (455.157.271 34)
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Ribeiro Pereira, OAB/GO 25.882 A; Arnaldo Silva Júnior, OAB/MG 72.629; Juliana Degani Paes Leme, OAB/MG 97.063; Gabriel Massote Pereira, OAB/GO 28.143-A; Juliana Queiroz Souza, OAB/GO 30.760; Narjara Castro, OAB/GO 30.629; Rafael Tavares da Silva, OAB/MG 105.317; Wenderson Alves de Souza, OAB/GO 30.231 e Hercílio Cruz Silva, OAB/GO 9.635.

TC-021.027/2009-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidades: Secretaria Nacional de Juventude - PR; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDA; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Educação; Prefeitura Municipal de Curitiba/PR; Prefeitura Municipal de Cascavel/PR.
Responsáveis: Carlos Alberto Richa (CPF 541.917.509-68); Edgar Bueno (CPF 118.174.459-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-014.479/1996-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Campina Grande/PB.
Responsáveis: Construtora OAS Ltda. (CNPJ n. 14.310.777/0001-04); Bertrand Figueiredo Cunha Lima (CPF n. 226.015.034-91); Cássio Rodrigues da Cunha Lima (CPF n. 427.874.324-68); Félix Araújo Filho (CPF n. 059.037.004-97); Geraldo Nobre Cavalcante (CPF n. 162.177.484-87); Gutemberg Oliveira Santos (CPF n. 373.883.474-53); Iramir Barreto Paes (CPF n. 225.453.794-68); Janser Loudal Florentino Teixeira (CPF n. 144.032.774-20); Onildo Carneiro Ribeiro (CPF n. 203.163.644-87); Raimundo Antônio de Souza Carvalho (CPF n. 203.138.024-91); Rosinalda Belo de Assis Pereira (CPF n. 451.214.434-04); Rui Barbosa (CPF n. 113.808.964-87); Severino do Ramo Pinheiro Brasil (CPF n. 023.332.604-91), Guilherme Cavalcanti Cruz (falecido), por seus herdeiros, Gustavo Henrique Muniz Cavalcanti da Cruz (CPF n. 007.739.904-88), Paulo Guilherme Muniz Cavalcanti da Cruz (CPF n. 007.739.894-71), Flávio Marcelo Muniz Cavalcanti da Cruz (CPF n. 007.739.884-08) e Karla Juliana Muniz Cavalcanti da Cruz (CPF n. 007.739.854-84).
Advogados constituídos nos autos: Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF n. 22.998, Djenane Lima Coutinho, OAB/DF n. 12.053, Aloísio Alves de Vasconcelos, OAB/DF n. 8.418/E, Roberto Barbosa, OAB/PB n. 9.618, Irapuan Sobral Filho, OAB/PB n. 5.295, Fabrício de Castro Oliveira, OAB/BA n. 15.055, João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF n. 800-a, Luiz Custódio de Lima Barbosa, OAB/DF n. 791, Arthur Lima Guedes, OAB/DF n. 2.893/E, Thiago Gomide Nasser, OAB/DF n. 3.432/E, Marina Couto Giordano, OAB/DF n. 4.567/E, Raquel Gomide Nasser, OAB/DF 6.271/E, Rodrigo de Sá Queiroga, OAB/DF n. 16.625, Adriana Rodrigues Fernandes, OAB/DF n. 20.127, Lidiane Neiva Martins Lago, OAB/DF n. 7.451/E, Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury, OAB/DF n. 18.243, Luciano José Nóbrega Pires, OAB/PB n. 6.820, Anibal Bruno Montenegro Arruda, OAB/PB n. 8.571, Harrison Alexandre Targino, OAB/PB n. 5.410, Jovino Machado da Nóbrega Neto, OAB/PB n. 10.727.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-002.810/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - MICI, Município de Manaus/AM e Caixa Econômica Federal - Caixa.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-006.306/2008-3
Natureza: Embargos de Declaração
Recorrentes: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Consórcio Conpar
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Henrique Pohl Figueiredo (OAB/DF 7.271/E), Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485), Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204), Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Marco Antonio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Ademir Antonio de Carvalho (OAB/MG 121.890), Lara Maria de Araújo Barreira (OAB/MG 126.039), Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997), Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318), Flávia Mendes Ribeiro Moreira (OAB/MG 87.893), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250), Marcos Damasceno (OAB/MG 128.719), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), Alexandre Rosa Botelho (OAB/SP 206.529), Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 15.1829), Alexsandra Enes de Araujo Lebre (OAB/RJ 147.565), Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708), Amilton Rodrigues Junior (OAB/MG 101.743), Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126), André Luís Fares Francis (OAB/RJ 66.211), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Bianca Congro Cittadino (OAB/RJ 148.772), Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317), Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361), Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802), Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376), Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416), Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470), Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130), Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133), Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408), Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329), Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791), Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 131.412), Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428), Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669), Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044), Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339), Helena Medeiros Martins Santos (OAB/RJ 142.110), Henrique da Silva Louro (OAB/RJ 114.792), Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ 118.350), Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401), Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969), Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943), Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011), Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242), Luisa da Cunha Ribeiro (OAB/RJ 163.166), Luiz Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230), Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779), Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903), Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.408), Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940), Maria Gabriela Martins Ferraz (OAB/RJ 155.583), Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632), Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037), Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ 135.165), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Renato Amado Barreto (OAB/RJ 136.456), Tatiany Batista Coutinho da Costa (OAB/RJ 14.6702), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466), Candido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659), Alexandre Yukito More (OAB/DF 22.742), Andréia Bambini (OAB/DF 18.331), Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821), Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191), Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085), Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567), Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035), Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428), Tales David Macedo (OAB/DF 20.227), Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-008.175/2009-7
Natureza: Relatório de Levantamento
Entidade: Município de Fortaleza/CE
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Alays Andrade Madeira Barros (091.534.703-20); Antonio Carlos Benevides (043.214.893-00); Carlos Marcos Augusto (385.997.913-20); Eduardo Luis Rodrigues Alves (854.681.343-49); José Célio Araújo de Oliveira (061.555.533-00); Lorena Gomes Moura (895.365.253-72); Luciano Linhares Feijão (139.573.413-53); Luiz Odorico Monteiro de Andrade (192.493.303-91); Luiza de Marilac Martins e Silva Perdigã (369.237.701-06); Marcio Montenegro (723.632.313-68); Maria Adriani de Oliveira Ribeiro (260.922.633-00); Maria de Lourdes Goes Araújo (049.022.203-00); Ricardo Porto Facchini (303.895.768-24); Rosália Maria Barros Cavalcante (165.758.573-53); Samuel Miranda Colares (003.515.173-08)
Advogados constituídos nos autos: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE nº 6.854); Lyanna Magalhães Castelo Branco (OAB/CE nº 17.841); Charles Goiana de Andrade (OAB/CE nº 20.160); Valdetario Andrade Monteiro (OAB/CE nº 11.140); Antonio Pinto Martins (OAB/SP nº 7.472); Benedicto Pereira Porto Neto (OAB/SP nº 88.465); Valéria Hadlich Camargo Sampaio (OAB/SP nº 109.029); Pedro Paulo de Rezende Porto Filho (OAB/SP nº 147.278); Rodrigo Mauro Dias Chohfi (OAB/SP nº 205.034); Marcos Rolim Fernandes Fontes (OAB/SP nº 146.210); Cristina Alvarez Martinez Gerona (OAB/SP nº 197.342); Ione Rodrigues Pessoa (OAB/SP nº 218.441); Daniel Nobre Morelli (OAB/SP nº 242.559); Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP nº 251.382); Juliano Barbosa de Araújo (OAB/SP nº 252.482); Flávio Geraldo Ferreira (OAB/SP nº 253.878); Márcio Leandro Mastropietro (OAB/SP nº 219.935); Érika Crystina Munhoz de Freitas (OAB/SP nº 74.956); Eliane Vargas da Silva (OAB/SP nº 276.207); Daniel Rubio Lotti (OAB/SP nº 199.551); Luiz Antônio Queiroz de Aquino Filho (OAB/SP nº 220.311); Rodrigo Valentim Portela (OAB/SP nº 187.162); Renata Yumi Shigematsu (OAB/SP nº 244.358); Fernanda Lara Campos Takla (OAB/SP nº 175.439); Rodrigo César de Oliveira Marinho (OAB/SP nº 233.248); Cristiane Silva Costa (OAB/SP nº 209.173); Juliano Antunes Martins (OAB/SP nº 217.635); Luiz Carlos Capistrano do Amaral (OAB/SP nº 259.574); Maria Augusta Finotti Peregrina Santos (OAB/SP nº 272.331); Ricardo dos Santos Martins (OAB/SP nº 276.347); Ítalo Mitre Alves de Lima (OAB/SP nº 291.476); Diogo Rossetti Cleto (OAB/SP nº 285.612); Bianca Mariano Brégula (CPF nº 320.956.118-45); Evelyn Carine Ferreira Leão (OAB/SP nº 157.147-E); José Roberto Coradi Junior (OAB/SP nº 172.430-E); Andrea Yuri Yashiro (OAB/SP nº 171.743-E); Maria Silva Pugliesi (OAB/SP nº 173.163-E); Eduardo Humberto Dalcamim (OAB/DF nº 1636-A)

TC-011.571/2008-3
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Antônio Carlos Navarrete Sanches (CPF 142.558.711-91); Anízio Pereira Tiago (CPF 024.674.881-87); Dioscoro de Souza Gomes Filho (CPF 371.771.507-06); Heitor do Patrocínio Lopes (CPF 049.308.197-68); João Reis Santana Filho (CPF 005.832.605-78); Luiz Antonio Souza da Eira (CPF 308.357.981-00); Moisés Teodoro Erbano (CPF 538.897.208-97).
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Carlo Daniel Coldibelli Francisco, OAB/MS 6.701-B; Ronaldo de Souza Franco, OAB/MS 11.637; Luíza Hemelinda Oliveira Rocha, OAB/MS 10.113; Alberto de Matos Oliveira, OAB/MS 5.718; Júlio César Pereira da Silva, OAB/MS 7.036; Rodrigo Marques Moreira, OAB/MS 5.104-A, OAB/SP 105.210; Márcia Aparecida Pérez Herédia Miotto, OAB/MS 4.762-B; Mauro de Figueiredo, OAB/MS 4.617

TC-021.477/2009-3
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Cláudio Roberto Lima do Rego (CPF 069.946.087-51); Luís Alberto Spagnolo (CPF 135.230.316-72); João Carlos Loss (CPF 451.520.807-10); João Bosco Santini Pereira (CPF 178.696.927-00); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Tarcísio Tarszkiewicz (CPF 491.680.619-00); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Ricardo Zorron Cavalcanti (CPF 476.831.207-15); Maurício de Freitas Costa (CPF 092.078.997-87); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); George Wilson Melco (CPF 058.933.139-68); Jorge Assis da Cruz (CPF 567.516.037-68); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); Confab Industrial Sociedade Anônima (CNPJ 60.882.628/0001-90); e Confab Montagens Ltda. (CNPJ 47.376.454/0001-25)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233); Alex Lenquist da Rocha (OAB/SP 240.758); Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078); Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979); Alexandro Yukito More (OAB/DF 22.742); Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829); Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565); Andrea Damiani Maia (OAB/RJ 113.985); André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596); Andréia Bambini (OAB/DF 18.331); André Luis Fares Frances (OAB/RJ 66.211); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070); Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828); Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659); Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073); Caroline Fontes Rezende (OAB/DF 27.775); Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364); Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361); Cláudio Víctor de Castro Freitas (OAB/RJ 115.759); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256); Danielle Cristina Uemura (AB/SP 234.990); Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130); Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404); Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485); Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329); Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759); Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821); Fábio Melhorance de Jesus (OAB/RJ 125.026); Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895); Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895); Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969); Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338); Guilherme Nilo Miranda de Vasconcellos Chaves (OAB/RJ 56.739); Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Juliana de Hollanda Lima Quintela (OAB/RJ 131.414); Janaína Marreiros Guerra Dantas (OAB/DF 23.393); Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085); Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492); Luciana de Lourdes e Castro (OAB/MG 85.422); Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078); Marcela Conrado de Farias (OAB/RJ 138.779); Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940); Micaela Dominguez Dutra (OAB/RJ 121.248); Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104); Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632); Maíra Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506); Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649); Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758); Rodrigo Mello de Motta Lima (OAB/RJ 122.090); Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF 1.226); Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398); Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428); Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920); Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683); Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500); Tales David Macedo (OAB/DF 20.227); Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466)

TC-021.478/2009-0
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Clóvis de Almeida Júnior (CPF 462.651.809-59); César Arantes Sobral (CPF 941.593.008-04); Luiz Alberto de Oliveira Miranda (CPF 829.574.369-49); Luiz Alberto Martins de Miranda (CPF 066.109.288-78); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Marco Túllio Jennings (CPF 069.177.677-60); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); Ivan Ilia Baltoski (CPF 316.700.839-34); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); Cegelec Ltda. (CNPJ 04.534.692/0001-09); Consórcio ABB/CEGELEC/MHA (CNPJ 08.872.353/0001-93); e ABB Ltda. (CNPJ 61.074.829/0001-23); e MHA Engenharia Ltda. (CNPJ 47.283.189/0001-30)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Adriano Daleffe (OAB/PR 20.619); Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233); Alex Lenquist da Rocha (OAB/SP 240.758); Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078); Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979); Alexandro Yukito More (OAB/DF 22.742); Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829); Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565); Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708); Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126); Andrea Damiani Maia (OAB/RJ 113.985); André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596); Andréia Bambini (OAB/DF 18.331); André Luis Fares Frances (OAB/RJ 66.211); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070); Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828); Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317); Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099); Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659); Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802); Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376); Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416); Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073); Caroline Fontes Rezende (OAB/DF 27.775); Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364); Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361); Cláudio Víctor de Castro Freitas (OAB/RJ 115.759); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470); Daniela Lemos Farulla (OAB/RJ 96.130); Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133); Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408); Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256); Danielle Cristina Uemura (AB/SP 234.990); Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130); Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404); Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485); Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329); Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759); Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791); Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821); Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 143.412); Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428); Fábio Melhorance de Jesus (OAB/RJ 125.026); Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895); Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895); Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969); Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044); Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339); Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338); Guilherme Nilo Miranda de Vasconcellos Chaves (OAB/RJ 56.739); Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669); Heloísa de Paula Batista Zorattini (OAB/RJ 149.195); Henrique da Silva Louro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(OAB/RJ 114.792); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ RJ 118.350); Juliana de Hollanda Lima Quintela (OAB/RJ 131.414); Janaína Marreiros Guerra Dantas (OAB/DF 23.393); Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085); Juassara Martins Pimentel (OAB/DF 27.883); Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567); Karen da Cunha Nassim (OAB/RJ 127.591); Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401); Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969); Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943); Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011); Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242); Luis Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492); Luciana de Lourdes e Castro (OAB/MG 85.422); Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078); Marineli de Sampaio (OAB/PR 38.747); Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779); Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940); Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903); Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.108); Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037); Micaela Dominguez Dutra (OAB/RJ 121.248); Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104); Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632); Maíra Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506); Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ 135.165); Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649); Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758); Renato amado Barreto (OAB/RJ 136.456); Rodrigo Mello de Motta Lima (OAB/RJ 122.090); Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF 1.226); Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398); Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428); Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920); Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683); Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500); Tales David Macedo (OAB/DF 20.227); Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466)

TC-021.480/2009-9
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Clarice Regina Czarnik Coelho Martins (CPF 916.571.999-91); César Arantes Sobral (CPF 941.593.008-04); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Maria Emília Guimarães Lovato Santos (CPF 508.894.199-49); Marco Túllio Jennings (CPF 069.177.677-60); Estefano Lapkovski Neto (CPF 402.175.409-10); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); e José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Anapaula Catani Brodella Nichols (OAB/SP 87.362); Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233); Alex Lenquist da Rocha (OAB/SP 240.758); Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078); Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979); Alexandro Yukito More (OAB/DF 22.742); Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829); Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565); Andrea Damiani Maia (OAB/RJ 113.985); André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596); Andréia Bambini (OAB/DF 18.331); André Luis Fares Frances (OAB/RJ 66.211); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070); Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828); Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659); Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073); Caroline Fontes Rezende (OAB/DF 27.775); Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364); Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712); Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361); Cláudio Víctor de Castro Freitas (OAB/RJ 115.759); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256); Danielle Cristina Uemura (OAB/SP 234.990); Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130); Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404); Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485); Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329); Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759); Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821); Fábio Melhorance de Jesus (OAB/RJ 125.026); Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895); Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895); Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969); Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338); Guilherme Nilo Miranda de Vasconcellos Chaves (OAB/RJ 56.739); Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Juliana de Hollanda Lima Quintela (OAB/RJ 131.414); Janaína Marreiros Guerra Dantas (OAB/DF 23.393); Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085); Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492); Luciana de Lourdes e Castro (OAB/MG 85.422); Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078); Marcela Conrado de Farias (OAB/RJ 138.779); Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940); Micaela Dominguez Dutra (OAB/RJ 121.248); Maria Angela Hebisz Catani (OAB/SP 131.763); Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104); Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632); Maíra Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506); Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649); Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758); Rodrigo Centeno Suzano (OAB/SP 202.286); Rodrigo Mello de Motta Lima (OAB/RJ 122.090); Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF 1.226); Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398); Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428); Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920); Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683); Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500); Tales David Macedo (OAB/DF 20.227); Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466); Wiliam Simões Cerqueira (OAB/SP 243.780)

TC-021.484/2009-8
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Armando Silva Almeida (CPF 025.537.848-30); César Arantes Sobral (CPF 941.593.008-04); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Reginaldo Miras Bueno (CPF 450.730.909-34); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Rosa Akie Stankewitz (CPF 232.208.569-34); Marco Túllio Jennings (CPF 069.177.677-60); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); Normatel Nordeste Materiais Ltda. (CNPJ 05.353.545/0001-03)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233); Alex Lenquist da Rocha (OAB/SP 240.758); Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078); Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979); Alexandro Yukito More (OAB/DF 22.742); Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829); Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565); Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708); Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126); Andrea Damiani Maia (OAB/RJ 113.985); André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596); Andréia Bambini (OAB/DF 18.331); André Luis Fares Frances (OAB/RJ 66.211); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070); Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828); Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317); Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099); Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659); Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802); Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376); Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416); Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073); Caroline Fontes Rezende (OAB/DF 27.775); Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364); Claudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361); Cláudio Víctor de Castro Freitas (OAB/RJ 115.759); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470); Daniela Lemos Farulla (OAB/RJ 96.130); Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133); Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408); Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256); Danielle Cristina Uemura (AB/SP 234.990); Daniela Farulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130); Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404); Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485); Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329); Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759); Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791); Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821); Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 143.412); Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428); Fábio Melhorance de Jesus (OAB/RJ 125.026); Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895); Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895); Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969); Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044); Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339); Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338); Guilherme Nilo Miranda de Vasconcellos Chaves (OAB/RJ 56.739); Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669); Heloísa de Paula Batista Zorattini (OAB/RJ 149.195); Henrique da Silva Louro (OAB/RJ 114.792); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ RJ 118.350); Juliana de Hollanda Lima Quintela (OAB/RJ 131.414); Janaína Marreiros Guerra Dantas (OAB/DF 23.393); Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085); Juassara Martins Pimentel (OAB/DF 27.883); Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567); Karen da Cunha Nassim (OAB/RJ 127.591); Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401); Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969); Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943); Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011); Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242); Luis Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492); Luciana de Lourdes e Castro (OAB/MG 85.422); Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078); Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779); Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940); Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903); Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.108); Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037); Micaela Dominguez Dutra (OAB/RJ 121.248); Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104); Miriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632); Maíra Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506); Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ 135.165); Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649); Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758); Renato amado Barreto (OAB/RJ 136.456); Rodrigo Mello de Motta Lima (OAB/RJ 122.090); Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho (OAB/DF 1.226); Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398); Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428); Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920); Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683); Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500); Tales David Macedo (OAB/DF 20.227); Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-011.737/2011-5
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF
Interessado: NB Soluções e Serviços Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa, OAB/DF 18.712-A; Paulo Maurício Braz Siqueira, OAB/DF 18.114; Ivo Teixeira Gico Júnior, OAB/DF 15.396; e Murilo de Oliveira Abdo, OAB/DF 2399

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-029.352/2009-5
Apenso: TC 023.508/2010-8.
Natureza: Embargos de Declaração (Representação).
Interessado: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
Responsáveis: Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (25.898.180/0001-00); Sinalizadora Rodoviária Ltda. (87.942.454/0001-60); Pró Sinalização Viária Ltda. (44.218.154/0001-20).
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
Advogados constituídos nos autos: Renato Soares Cunha (OAB/MG 36.060); Arianne Soares de Oliveira (OAB/MG 71.862); Leo Alves de Assis Jr. (OAB/MG 97.013); Heloisa Maristela Pereira (OAB/MG 95.480); Adriano José Borges Silva (OAB/BA 17.025); Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto (OAB/DF 23.490); Giovanna Ramos Mee do Nascimento (OAB/DF 30.790); Robson Maia Lins (OAB/SP 208.576); Olívia Tonello Mendes Ferreira (OAB/DF 21.776); Maurício Charlita de Freitas (OAB/DF 25.891); Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373); Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400); Marília de Almeida Maciel Cabral (11.166); Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344); Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512).

Secretaria das Sessões, 29 de julho de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 29 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a estrutura orgânica do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Regimento Interno, art. 21, XX, e considerando o que consta do Processo STJ n. 2555/2011 e o decidido pelo Conselho de Administração em 27 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º A estrutura orgânica do Tribunal passa a ser a constante do Anexo I.

Art. 2º A composição dos cargos em comissão e das funções comissionadas do quadro de pessoal fica alterada na forma do Anexo II.

Art. 3º A lotação dos cargos em comissão e das funções comissionadas fica estabelecida na forma do Anexo III, a ser publicado no Boletim de Serviço.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução n. 6 de 30 de junho de 2009, a Resolução n. 7 de 31 de agosto de 2009, a Resolução n. 5 de 30 de abril de 2010, a Portaria n. 260 de 16 de setembro de 2009 e a Portaria n. 290 de 8 de outubro de 2009.

MINISTRO ARI PARGENDLER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011080100142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I
(Art. 1º da Resolução n. 9 de 29 de julho de 2011.)

Estrutura Orgânica do Superior Tribunal de Justiça
I - PLENÁRIO
II - CORTE ESPECIAL
III - SEÇÕES (Primeira à Terceira)
IV - TURMAS (Primeira à Sexta)
V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
VI - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
VII - GABINETES DOS MINISTROS
VIII - GABINETE DO MINISTRO DIRETOR DA REVISTA
IX - COMISSÕES PERMANENTES DE MINISTROS
A - Assessoria
X - PRESIDÊNCIA
A - GABINETE DA PRESIDÊNCIA
1. Gabinete do Secretário-Geral
2. Assessoria Especial
3. Assessoria de Atendimento aos Ministros
4. Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas
5. Assessoria de Assuntos Parlamentares
6. Assessoria de Relações Internacionais
7. Núcleo de Procedimentos Especiais da Presidência
8. Secretaria de Comunicação Social
8.1. Gabinete
8.2. Coordenadoria de Editoria e Imprensa
8.3. Coordenadoria de TV
8.4. Coordenadoria de Rádio
8.5. Coordenadoria de Programação Visual
B - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
1. Gabinete
2. Coordenadoria de Orientação e Acompanhamento da Gestão Administrativa
2.1. Seção de Análise de Licitações e Contratos
2.2. Seção de Análise de Despesas Contratuais
2.3. Seção de Análise de Dispensas, Inexigibilidades e Despesas Diversas
3. Coordenadoria de Orientação e Acompanhamento da Gestão de Pessoal
3.1. Seção de Análise de Despesas com Pessoal e Benefícios
3.2. Seção de Análise de Provimento, Vacância e Concessões
4. Coordenadoria de Auditoria
4.1. Seção de Auditoria Operacional
4.2. Seção de Auditoria de Gestão
4.3. Seção de Auditoria Contábil
5. Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação
5.1. Seção de Acompanhamento de Gestão de Tecnologia da Informação
5.2. Seção de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação
C - SECRETARIA DO TRIBUNAL
1. Gabinete do Diretor-Geral
2. Assessoria Jurídica
3. Comissão Permanente Disciplinar
4. Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
4.1. Coordenadoria de Planejamento Estratégico
4.2. Coordenadoria de Gestão de Processos de Trabalho
4.3. Coordenadoria de Gestão da Informação
5. Representação no Rio de Janeiro
6. Representação em São Paulo
7. Secretaria Judiciária
7.1. Gabinete
7.2. Coordenadoria de Protocolo de Petições e Informações Processuais
7.2.1. Seção de Protocolo de Petições
7.2.2. Seção de Informações Processuais
7.2.3. Seção de Expedição
7.3. Coordenadoria de Registro de Processos Recursais
7.3.1. Seção de Registro de Processos
7.3.2. Seção de Digitalização de Processos
7.3.3. Seção de Validação e Indexação
7.3.4. Seção de Baixa
7.4. Coordenadoria de Processos Originários
7.4.1. Seção de Atendimento de Processos Originários
7.4.2. Seção de Autuação de Processos Originários
7.4.3. Seção de Classificação de Processos Originários
7.5. Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais
7.5.1. Seção de Autuação de Processos Recursais
7.5.2. Seção de Apoio à Autuação de Processos Recursais
7.6. Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais
7.6.1. Seção de Classificação de Processos Recursais
7.6.2. Seção de Apoio à Classificação de Processos Recursais
7.7. Coordenadoria de Análise de Matéria Repetitiva
7.7.1. Seção de Análise de Matéria Repetitiva
7.7.2. Seção de Controle de Matéria Repetitiva
8. Secretaria dos Órgãos Julgadores
8.1. Gabinete
8.2. Seção de Apoio aos Advogados
8.3. Coordenadoria de Recursos Extraordinários
8.3.1. Seção de Atendimento e Publicação
8.3.2. Seção de Processamento
8.3.3. Seção de Análise e Baixa
8.4. Coordenadoria de Taquigrafia
8.4.1. Taquígrafos e Taquígrafos Supervisores
8.4.2. Seção de Suporte de Notas e Textos
8.4.3. Seção de Multimídia
8.5. Coordenadoria de Execução Judicial
8.5.1. Seção de Precatórios e RPV
8.5.2. Seção de Contadoria
8.5.3. Seção de Processamento
8.6. Coordenadoria da Corte Especial
8.6.1. Seção de Atendimento
8.6.2. Seção de Processamento e Petições
8.6.3. Seção de Feitos de Competência do Presidente e Cartas Rogatórias
8.6.4. Seção de Apoio a Julgamentos
8.6.5. Seção de Análise e Baixa
8.6.6. Seção de Processamento de Sentenças Estrangeiras
8.7. Coordenadorias de Seções (Primeira à Terceira)
8.7.1. Seção de Atendimento e Publicação
8.7.2. Seção de Processamento e Petições
8.7.3. Seção de Comunicação
8.7.4. Seção de Apoio a Julgamentos
8.7.5. Seção de Análise e Baixa
8.8. Coordenadorias de Turmas (Primeira à Sexta)
8.8.1. Seção de Atendimento e Publicação
8.8.2. Seção de Processamento e Petições
8.8.3. Seção de Comunicação
8.8.4. Seção de Apoio a Julgamentos
8.8.5. Seção de Análise e Baixa
9. Secretaria de Jurisprudência
9.1. Gabinete
9.2. Coordenadoria de Classificação e Análise de Jurisprudência
9.2.1. Seção de Manutenção de Base de Dados
9.2.2. Seção de Sucessivos e Principais
9.2.3. Seção de Seleção e Classificação
9.2.4. Seção de Análise de Acórdãos
9.2.5. Seção de Conferência e Uniformidade
9.3. Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência
9.3.1. Seção de Pesquisa de Jurisprudência
9.3.2. Seção de Análise Comparativa
9.3.3. Seção de Jurisprudência Temática
9.3.4. Seção de Análise de Recursos Repetitivos
10. Secretaria de Documentação
10.1. Gabinete
10.2. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva
10.2.1. Seção de Processos Técnicos
10.2.2. Seção de Desenvolvimento de Coleções
10.2.3. Seção de Atendimento e Pesquisa
10.2.4. Seção de Gestão de Acervos
10.2.5. Seção de Biblioteca Digital
10.2.6. Seção de Periódicos Eletrônicos
10.3. Coordenadoria de Gestão Documental
10.3.1. Seção de Documentos Judiciários
10.3.2. Seção de Documentos Administrativos
10.3.3. Seção de Atendimento, Pesquisa e Difusão Documental
10.3.4. Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos
10.3.5. Seção de Protocolo Administrativo
10.4. Coordenadoria de Memória e Cultura
10.4.1. Seção Educativa e Social
11. Secretaria de Administração e Finanças
11.1. Gabinete
11.2. Comissão Permanente de Licitação
11.3. Seção de Apoio Logístico
11.4. Seção de Apoio Técnico
11.5. Seção de Contabilidade Analítica
11.6. Coordenadoria de Compras e Contratos
11.6.1. Seção de Especificação e Registro de Preços
11.6.2. Seção de Aquisição
11.6.3. Seção de Elaboração de Contratos
11.6.4. Seção de Gestão de Contratos
11.7. Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio
11.7.1. Seção de Controle de Consumo de Material
11.7.2. Seção de Almoxarifado
11.7.3. Seção de Controle do Patrimônio
11.7.4. Seção de Registro Contábil de Material
11.8. Coordenadoria de Orçamento e Finanças
11.8.1. Seção de Programação Orçamentária
11.8.2. Seção de Programação Financeira
11.8.3. Seção de Acompanhamento de Despesas com Pessoal e Benefícios
11.8.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
11.8.5. Seção de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro
11.8.6. Seção de Análise de Faturamento e Liquidação de Despesas
11.9. Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
11.9.1. Seção de Orçamentos Técnicos
11.9.2. Seção de Arquitetura
11.9.3. Seção de Obras Civis
11.9.4. Seção de Instalações Mecânicas
11.9.5. Seção de Eletroeletrônica
11.10. Coordenadoria de Serviços Gerais
11.10.1. Seção de Administração de Edifícios
11.10.2. Seção de Copa
11.10.3. Seção de Reprografia e Encadernação
11.11. Coordenadoria de Transporte
11.11.1. Seção de Transporte
11.11.2. Seção de Atendimento de Veículos Leves
11.11.3. Seção de Manutenção de Veículos
12. Secretaria de Gestão de Pessoas
12.1. Gabinete
12.2. Coordenadoria de Legislação de Pessoal
12.2.1. Seção de Direitos do Servidor
12.2.2. Seção de Aposentadorias e Pensões
12.2.3. Seção de Legislação e Jurisprudência
12.3. Coordenadoria de Provimento e Informações Funcionais
12.3.1. Seção de Provimento e Vacância
12.3.2. Seção de Movimentação de Pessoas
12.3.3. Seção de Registros Funcionais
12.4. Coordenadoria de Pagamento
12.4.1. Seção de Pagamento de Pessoal Ativo
12.4.2. Seção de Pagamento de Inativos e Pensionistas
12.4.3. Seção de Conformidade
12.4.4. Seção de Pagamento de Cedidos e Sem Vínculo Efetivo
12.5. Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
12.5.1. Seção de Gestão de Desempenho e Orientação para a Carreira
12.5.2. Seção de Eventos Externos e Pós-Graduação
12.5.3. Seção de Educação e Desenvolvimento Técnico-Administrativo
12.5.4. Seção de Educação e Desenvolvimento Técnico-Jurídico
12.5.5. Seção de Desenvolvimento Gerencial
12.5.6. Seção de Ações da Cidadania Organizacional
13. Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
13.1. Gabinete
13.2. Seção de Apoio Administrativo
13.3. Coordenadoria de Assistência Médica
13.3.1. Seção de Assistência Médica
13.3.2. Seção do Aparelho Locomotor
13.3.3. Seção de Enfermagem
13.4. Coordenadoria de Saúde Ocupacional e Prevenção
13.4.1. Seção de Assistência Psicossocial
13.4.2. Seção de Assistência Nutricional
13.4.3. Seção de Medicina Preventiva
13.5. Coordenadoria de Assistência Odontológica
13.5.1. Seção de Odontologia Clínica
13.5.2. Seção de Odontologia de Perícia
13.6. Coordenadoria de Benefícios
13.6.1. Seção de Atendimento aos Beneficiários do Pró-Ser
13.6.2. Seção de Benefícios
13.6.3. Seção de Informações e Gestão de Contratos do Pró-Ser
13.6.4. Seção de Análise de Despesas Médicas
13.6.5. Seção de Custeio e Análise de Despesas Odontológicas
14. Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
14.1. Gabinete
14.2. Coordenadoria de Desenvolvimento
14.2.1. Seção de Análise e Projeto
14.2.2. Seção de Testes
14.2.3. Seção de Desenvolvimento
14.2.4. Seção de Desenvolvimento Web
14.2.5. Seção de Metodologia e Qualidade
14.2.6. Seção de Modelagem de Negócio e Requisito
14.3. Coordenadoria de Infraestrutura
14.3.1. Seção de Segurança de Rede
14.3.2. Seção de Gerência de Rede
14.3.3. Seção de Serviços Corporativos
14.3.4. Seção de Sistemas Operacionais
14.3.5. Seção de Banco de Dados
14.3.6. Seção de Operação e Controle de Serviços
14.4. Coordenadoria de Relacionamento
14.4.1. Seção de Atendimento Remoto
14.4.2. Seção de Atendimento a Ministros
14.4.3. Seção de Atendimento a Gabinetes
14.4.4. Seção de Atendimento à Área Administrativa
14.4.5. Seção de Atendimento à Área Judiciária
14.4.6. Seção de Gerência de Hardware
14.5. Coordenadoria de Comunicação
14.5.1. Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel
14.5.2. Seção de Gerência de Rede Física e Operação de Serviços
15. Secretaria de Segurança
15.1. Gabinete
15.2. Assessoria de Inteligência
15.3. Coordenadoria de Segurança
15.3.1. Seção de Segurança de Dignitários
15.3.2. Seção de Segurança de Áreas e Instalações
15.3.3. Seção de Serviços da Central de Segurança
15.3.4. Seção de Monitoramento Eletrônico de Segurança
15.4. Coordenadoria de Serviços Especiais
15.4.1. Seção de Embarque
15.4.2. Seção de Expediente

ANEXO II
(Art. 2º da Resolução n. 9 de 29 de julho de 2011.)

COMPOSIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO
E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS

NÍVEL	GRUPO DIREÇÃO	QUANTIDADE
CJ-4	Diretor-Geral	01
CJ-4	Secretário-Geral da Presidência	01
CJ-3	Chefe de Gabinete	37
CJ-3	Assessor Chefe	06
CJ-3	Secretário	11
CJ-3	Chefe de Representação	02
CJ-2	Coordenador	57
FC-6	Chefe de Seção	191
FC-6	Taquígrafo Supervisor	06
	Subtotal	312
NÍVEL	GRUPO ASSESSORAMENTO	QUANTIDADE
CJ-3	Assessor da Presidência	05
CJ-3	Assessor Técnico	01
CJ-3	Assessor da Vice-Presidência	03
CJ-3	Assessor de Ministro	204
CJ-2	Assessor "A"	19
CJ-1	Assessor "B"	41
FC-6	Assessor "C"	16
	Subtotal	289
NÍVEL	GRUPO OUTRAS FUNÇÕES	QUANTIDADE
FC-5	Assistente V	61
FC-4	Assistente IV	413
FC-2	Assistente II	363
	Subtotal	837

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÍVEL	ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	QUANTIDADE
CJ-3	Secretário	01
CJ-2	Coordenador	03
CJ-2	Assessor "A"	03
CJ-1	Assessor "B"	01
FC-4	Assistente IV	04
	Subtotal	12
	Total	1.450

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SECRETARIA DA TURMA

ACÓRDÃOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2008.51.51.016149-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LUCIMAR HONORATO DE SOUZA
PROC./ADV.: VAGNEI FERREIRA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATORA: JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS EXIGIDOS EM LEI. PERDA E REAQUISIÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. IRRELEVÂNCIA DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO INSTITUIDOR DA PENSÃO. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1. Para a concessão de aposentadoria por idade do trabalhador urbano não é necessária a comprovação da qualidade de segurado no momento do requerimento do benefício, com a condição de que o beneficiário, que tenha atingido a idade, conte com o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência.
2. É aplicável a regra transitória do artigo 142 da Lei de Benefícios nº 8213/91, tendo em vista que não há nenhuma vedação à aplicação da lei 10.666/03, que permite que os requisitos da aposentadoria sejam preenchidos de forma não simultânea e a referida regra de transição.
3. Demonstrados os requisitos estabelecidos em lei que dispensam na aposentadoria opor idade urbana a simultaneidade, afigura-se cabível benefício referido e, em consequência, a pensão por morte derivada.
4. Incidente conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do incidente e dar-lhe provimento, nos termos do voto da juíza federal relatora.
Brasília, 02 de dezembro de 2010.

Juíza ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Relatora

ATO DE 29 DE JULHO DE 2011

De ordem da Excelentíssima Juíza Federal Relatora Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, a publicação do acórdão dos autos nº. 2008.51.51.016149-0, na página 87 do Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 26 de julho de 2011, torna-se sem efeito.

Juíza ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN
Relatora

RETIFICAÇÕES

Na edição 29 de julho de 2011, do Diário Oficial da União, Seção 1, na página 314, onde se lê "PROCESSO Nº 2009.50.50.000898-0", leia-se "PROCESSO Nº 2009.50.50.000898-9" e, na página 330, onde se lê "PROCESSO N.º: 0012344-70.2009.4.01.3200", leia-se "PROCESSO N.º: 0012344-70.2008.4.01.3200".

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5ª REGIÃO

ATO Nº 470, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando o que decidiu o Conselho Nacional de Justiça à apreciação do Pedido de Providências nº 0002043-22.2009.2.00.0000, acerca da simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens;
Considerando o disposto na Resolução nº 133/2011-CNJ, do Conselho Nacional de Justiça, disponibilizada em 24/06/2011 no Diário de Justiça Eletrônico/CNJ (DJ-e), Edição nº 115/2011 (pág. 15), que tratou da comunicação de vantagens funcionais do Ministério Público Federal à Magistratura Nacional, resolve:
Art. 1º - AUTORIZAR o pagamento de auxílio-alimentação aos Magistrados da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região, em valor equivalente ao fixado pelo Conselho da Justiça Federal para os Servidores dos Órgãos da Justiça Federal.
Art. 2º - O pagamento do benefício de que trata o art. 1º deverá ser implementado com efeitos a partir de 27/06/2011, data de vigência da Resolução nº 133/2011-CNJ, disponibilizada no DJ-e/CNJ de 24/06/2011, de acordo com o estabelecido no art. 4º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006.
Art. 3º - Este Ato entra em vigor a partir da data de publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 827 DE 28 DE JULHO DE 2011

Define a área e a especialidade de vinte cargos criados pela Lei 11.697, publicada no DOU de 16 de junho de 2008, para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º Definir as áreas de 20 (vinte) cargos de Técnico Judiciário, criados pela Lei 11.697, de 16 de junho de 2008, para o exercício de 2011, em área Administrativa, especialidade Segurança.
Parágrafo único. Os cargos mencionados nesse artigo atenderão ao Projeto de Ampla Proteção aos Magistrados e Servidores - PAP, Projeto Institucional definido no PLABI 2010-2012.
Art. 2º Os 286 (duzentos e oitenta e seis) cargos remanescentes - do total dos 562 (quinhentos e sessenta e dois) cargos criados pela Lei 11.697, de 2008 - serão distribuídos pela Administração segundo critérios de conveniência e oportunidade.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 1.973, DE 14 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM Nº 1.845/08, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei Nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto Nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e
CONSIDERANDO o convênio celebrado em 11 de abril de 2002 entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), visando estabelecer critérios para o reconhecimento e denominação de especialidades e áreas de atuação na Medicina, bem como a forma de concessão e registros de títulos de especialista;
CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Resolução CFM Nº 1.634/02 de 11 de abril de 2004, que prevê o reconhecimento de outras especialidades e áreas de atuação dispostas no Anexo II da referida resolução;
CONSIDERANDO a aprovação do novo relatório da Comissão Mista de Especialidades (CME), que modifica a relação de especialidades e áreas de atuação dispostas no Anexo II da Resolução Nº 1.845/08 de 12 de julho de 2008;
CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em reunião plenária de 14/7/2011, resolve:
Art. 1º Aprovar a nova redação do Anexo II da Resolução CFM Nº 1.845/08.
Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-geral

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O CFM, A AMB E A CNRM

ANEXO II

RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA DE ESPECIALIDADES

CFM/AMB/CNRM
A Comissão Mista de Especialidades (CME), no uso das atribuições que lhe confere o convênio celebrado em 11 de abril de 2002 entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), visando estabelecer critérios para o reconhecimento e denominação de especialidades e áreas de atuação na Medicina, bem como a forma de concessão e registros de títulos de especialista, aprova o novo relatório que modifica o Anexo II da Resolução Nº 1.785/06 - do qual fazem parte os seguintes itens: 1) Normas orientadoras e reguladoras; 2) Relação das especialidades reconhecidas; 3) Relação das áreas de atuação reconhecidas; 4) Titulações e certificações de especialidades médicas e 5) Certificados de áreas de atuação.
1) NORMAS ORIENTADORAS E REGULADORAS
a) O Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) reconhecerão as mesmas especialidades e áreas de atuação;
b) A CME não reconhecerá especialidade médica com tempo de formação inferior a dois anos e área de atuação com tempo de formação inferior a um ano;
c) A CNRM somente autorizará programas de Residência Médica nas especialidades listadas no item 2 deste relatório;
d) As áreas de atuação previstas pela CME e listadas no item 3 terão sua certificação sob responsabilidade da AMB e/ou CNRM;
e) O tempo de formação de especialidade médica ou área de atuação, tanto para a CNRM como para a AMB, será o previsto neste relatório, respeitados os pré-requisitos necessários;
f) Cabe à CNRM autorizar e disciplinar ano opcional com o mesmo nome dos programas de Residência Médica, para complementação da formação, mediante solicitação da instituição e com a devida justificativa e comprovação da capacidade e necessidade de sua implantação;
g) A AMB emitirá apenas títulos e certificados que atendam às determinações da CME;
h) Em seus editais de concurso para título de especialista ou certificado de área de atuação, a AMB deverá observar o tempo mínimo de formação na especialidade ou área de atuação constante neste relatório;
i) A área de atuação que apresente interface com duas ou mais especialidades somente poderá ser criada após consenso entre as respectivas sociedades;
j) A extinção de qualquer área de atuação só poderá ser efetivada pela CME, após pedido fundamentado;
k) Os exames da AMB para certificação de áreas de atuação comuns a duas ou mais sociedades serão únicos e sob responsabilidade da AMB;
l) Os conselhos regionais de medicina (CRMs) deverão registrar apenas títulos de especialidade e certificados de áreas de atuação reconhecidos pela CME;
m) Os registros, junto aos CRMs, obedecerão aos seguintes critérios:
1) Os documentos emitidos pela CNRM ou AMB, prévios à Resolução CFM Nº 1.634/02 e anexos, deverão preservar, no registro, a denominação original;
2) Os documentos emitidos após a Resolução CFM Nº 1.634/02 e anexos serão registrados de acordo com a denominação vigente no ato do registro. Se sofrerem alteração de especialidade para área de atuação, serão registrados por analogia;
n) Quando solicitada pelo médico, a AMB, por intermédio das Sociedades de Especialidade, deverá atualizar a anterior denominação dos títulos ou certificados para a nomenclatura vigente, cabendo aos CRMs promoverem idêntica alteração no registro existente;
o) As especialidades médicas e as áreas de atuação devem receber registros independentes nos CRMs;
p) O médico só poderá fazer divulgação e anúncio de até duas especialidades e duas áreas de atuação;
q) É proibida aos médicos a divulgação e anúncio de especialidades ou áreas de atuação que não tenham o reconhecimento da CME;
r) A AMB deverá preservar o direito à certificação de área de atuação para as sociedades que respondiam por especialidades transformadas em áreas de atuação: Administração em Saúde, Citopatologia, Endoscopia Digestiva, Hansenologia, Hepatologia, Nutrição Parenteral e Enteral e Neurofisiologia Clínica;
s) Todas as demais áreas de atuação receberão certificação, na AMB, via Sociedades de Especialidade;
t) As Sociedades de Especialidade ou de áreas de atuação reconhecidas ficam obrigadas a comprovar sua participação em centros de treinamento e formação, mediante relatório anual enviado à AMB.
2) RELAÇÃO DAS ESPECIALIDADES RECONHECIDAS
1. Acupuntura
2. Alergia e Imunologia
3. Anestesiologia
4. Angiologia
5. Cancerologia
6. Cardiologia
7. Cirurgia Cardiovascular
8. Cirurgia da Mão
9. Cirurgia de Cabeça e Pescoço

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Cirurgia do Aparelho Digestivo
11. Cirurgia Geral
12. Cirurgia Pediátrica
13. Cirurgia Plástica
14. Cirurgia Torácica
15. Cirurgia Vascular
16. Clínica Médica
17. Coloproctologia
18. Dermatologia
19. Endocrinologia e Metabologia
20. Endoscopia
21. Gastroenterologia
22. Genética Médica
23. Geriatria
24. Ginecologia e Obstetrícia
25. Hematologia e Hemoterapia
26. Homeopatia
27. Infectologia
28. Mastologia
29. Medicina de Família e Comunidade
30. Medicina do Trabalho
31. Medicina de Tráfego
32. Medicina Esportiva
33. Medicina Física e Reabilitação
34. Medicina Intensiva
35. Medicina Legal e Perícia Médica
36. Medicina Nuclear
37. Medicina Preventiva e Social
38. Nefrologia
39. Neurocirurgia
40. Neurologia
41. Nutrologia
42. Oftalmologia
43. Ortopedia e Traumatologia
44. Otorrinolaringologia
45. Patologia
46. Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
47. Pediatria
48. Pneumologia
49. Psiquiatria
50. Radiologia e Diagnóstico por Imagem
51. Radioterapia
52. Reumatologia
53. Urologia

3) RELAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO RECONHECIDAS

1. Administração em Saúde
2. Alergia e Imunologia Pediátrica
3. Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular
4. Atendimento ao queimado
5. Cardiologia Pediátrica
6. Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial
7. Cirurgia do Trauma
8. Cirurgia Videolaparoscópica
9. Citopatologia
10. Densitometria Óssea
11. Dor
12. Ecocardiografia
13. Ecografia Vascular com Doppler
14. Eletrofisiologia Clínica Invasiva
15. Endocrinologia Pediátrica
16. Endoscopia Digestiva
17. Endoscopia Ginecológica
18. Endoscopia Respiratória
19. Ergometria
20. Foniatria
21. Gastroenterologia Pediátrica
22. Hansenologia
23. Hematologia e Hemoterapia Pediátrica
24. Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista
25. Hepatologia
26. Infectologia Hospitalar
27. Infectologia Pediátrica
28. Mamografia
29. Medicina de Urgência
30. Medicina do Adolescente
31. Medicina do Sono
32. Medicina Fetal
33. Medicina Intensiva Pediátrica
34. Medicina Paliativa
35. Medicina Tropical
36. Nefrologia Pediátrica
37. Neonatologia
38. Neurofisiologia Clínica
39. Neurologia Pediátrica
40. Neurorradiologia
41. Nutrição Parenteral e Enteral
42. Nutrição Parenteral e Enteral Pediátrica
43. Nutrologia Pediátrica
44. Pneumologia Pediátrica
45. Psicogeriatria
46. Psicoterapia
47. Psiquiatria da Infância e Adolescência
48. Psiquiatria Forense
49. Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia
50. Reumatologia Pediátrica
51. Sexologia
52.Transplante de Medula Óssea
53. Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia

4) TITULAÇÕES E CERTIFICAÇÕES DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

Título de especialista em ACUPUNTURA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Acupuntura
AMB: Concurso do Colégio Médico de Acupuntura
Título de especialista em ALERGIA e IMUNOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Alergia e Imunopatologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia
Título de especialista em ANESTESIOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Anestesiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Anestesiologia
Título de especialista em ANGIOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Angiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular
Título de especialista em CANCEROLOGIA/CANCEROLOGIA CLÍNICA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cancerologia/Clínica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cancerologia
Título de especialista em CANCEROLOGIA/CANCEROLOGIA CIRÚRGICA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cancerologia/Cirúrgica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cancerologia
Título de especialista em CANCEROLOGIA/CANCEROLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cancerologia/Pediátrica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cancerologia
Título de especialista em CARDIOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cardiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cardiologia
Título de especialista em CIRURGIA CARDIOVASCULAR
Formação: 4 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular
Título de especialista em CIRURGIA DA MÃO
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia da Mão
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão
Título de especialista em CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia de Cabeça e Pescoço
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço
Título de especialista em CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia do Aparelho Digestivo
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva
Título de especialista em CIRURGIA GERAL
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Cirurgiões
Título de especialista em CIRURGIA PEDIÁTRICA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Pediátrica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica
Título de especialista em CIRURGIA PLÁSTICA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Plástica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
Título de especialista em CIRURGIA TORÁCICA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Torácica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica
Título de especialista em CIRURGIA VASCULAR
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Cirurgia Vascular
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular
Título de especialista em CLÍNICA MÉDICA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Clínica Médica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Clínica Médica
Título de especialista em COLOPROCTOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Coloproctologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Coloproctologia
Título de especialista em DERMATOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Dermatologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Dermatologia
Título de especialista em ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Endocrinologia e Metabologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia
Título de especialista em ENDOSCOPIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Endoscopia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva
Título de especialista em GASTROENTEROLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Gastroenterologia
AMB: Concurso da Federação Brasileira de Gastroenterologia
Título de especialista em GENÉTICA MÉDICA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Genética Médica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Genética Médica
Título de especialista em GERIATRIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Geriatria
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
Título de especialista em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia
AMB: Concurso da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
Título de especialista em HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Hematologia e Hemoterapia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia
Título de especialista em HOMEOPATIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Homeopatia
AMB: Concurso da Associação Médica Homeopática Brasileira
Título de especialista em INFECTOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Infectologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Infectologia
Título de especialista em MASTOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Mastologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Mastologia
Título de especialista em MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
Título de especialista em MEDICINA DO TRABALHO
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina do Trabalho
AMB: Concurso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho
Título de especialista em MEDICINA DE TRÁFEGO
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina de Tráfego
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego
Título de especialista em MEDICINA ESPORTIVA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Esportiva
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte
Título de especialista em MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Física e Reabilitação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação
Título de especialista em MEDICINA INTENSIVA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Intensiva
AMB: Concurso da Associação de Medicina Intensiva Brasileira
Título de especialista em MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Legal e Perícia Médica
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas
Título de especialista em MEDICINA NUCLEAR
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Nuclear
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Título de especialista em MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Medicina Preventiva e Social
AMB: Concurso de sociedade a ser definida
Título de especialista em NEFROLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Nefrologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Nefrologia
Título de especialista em NEUROCIRURGIA
Formação: 5 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Neurocirurgia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia
Título de especialista em NEUROLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Neurologia
AMB: Concurso da Academia Brasileira de Neurologia
Título de especialista em NUTROLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Nutrologia
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Nutrologia
Título de especialista em OFTALMOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Oftalmologia
AMB: Concurso do Conselho Brasileiro de Oftalmologia
Título de especialista em ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia
Título de especialista em OTORRINOLARINGOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Otorrinolaringologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia
Título de especialista em PATOLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Patologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Patologia
Título de especialista em PATOLOGIA CLÍNICA/MEDICINA LABORATORIAL
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
Título de especialista em PEDIATRIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Pediatria
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Pediatria
Título de especialista em PNEUMOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Pneumologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia
Título de especialista em PSIQUIATRIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Psiquiatria
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Psiquiatria
Título de especialista em RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Título de especialista em DIAGNÓSTICO POR IMAGEM: atuação exclusiva ULTRASSONOGRAFIA GERAL
Formação: 2 anos
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Título de especialista em DIAGNÓSTICO POR IMAGEM: atuação exclusiva RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA E ANGIORRADIOLOGIA
Formação: 2 anos
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Título de especialista em RADIOTERAPIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Radioterapia
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Título de especialista em REUMATOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Reumatologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Reumatologia
Título de especialista em UROLOGIA
Formação: 3 anos
CNRM: Programa de Residência Médica em Urologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Urologia

5) CERTIFICADOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em qualquer Programa de Residência Médica (PRM)
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Administração de Saúde
Requisito: título de especialista da AMB (TEAMB)
ALERGIA E IMUNOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Alergia e Imunologia ou Pediatria
AMB: Concurso Convênio AMB
Requisitos: TEAMB em Alergia e Imunologia
TEAMB em Pediatria
ANGIORRADIOLOGIA E CIRURGIA ENDOVASCULAR
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Cirurgia Vascular ou Angiologia
AMB: Concurso do Convênio Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem/Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular
Requisitos: TEAMB em Radiologia e Diagnóstico por Imagem
TEAMB em Cirurgia Vascular
TEAMB em Angiologia
ATENDIMENTO AO QUEIMADO
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cirurgia Plástica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
Requisito: TEAMB em Cirurgia Plástica
CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cardiologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Cardiologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Cardiologia
TEAMB em Pediatria
CIRURGIA CRÂNIO-MAXILO-FACIAL
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Plástica ou Otorrinolaringologia
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço/Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica/Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia
Requisitos: TEAMB em Cirurgia de Cabeça e Pescoço
TEAMB em Cirurgia Plástica
TEAMB em Otorrinolaringologia
CIRURGIA DO TRAUMA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cirurgia Geral
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Cirurgiões
Requisito: TEAMB em Cirurgia Geral
CIRURGIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Geral ou Coloproctologia
AMB: Concurso do Convênio Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva/Colégio Brasileiro de Cirurgiões/Sociedade Brasileira de Coloproctologia
Requisitos: TEAMB em Cirurgia do Aparelho Digestivo
TEAMB em Cirurgia Geral
TEAMB em Coloproctologia
CITOPATOLOGIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Patologia
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Citopatologia
Requisito: TEAMB em Patologia
DENSITOMETRIA ÓSSEA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Endocrinologia e Metabologia, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Nuclear, Ortopedia e Traumatologia ou Reumatologia
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Requisitos: TEAMB em Endocrinologia e Metabologia
TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
TEAMB em Medicina Nuclear
TEAMB em Ortopedia e Traumatologia
TEAMB em Reumatologia
DOR
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Acupuntura, Anestesiologia, Medicina Física e Reabilitação, Neurocirurgia, Neurologia, Ortopedia ou Reumatologia
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Anestesiologia/Academia Brasileira de Neurologia
Requisitos: TEAMB em Acupuntura
TEAMB em Anestesiologia
TEAMB em Medicina Física e Reabilitação
TEAMB em Neurocirurgia
TEAMB em Neurologia
TEAMB em Ortopedia
TEAMB em Reumatologia
ECOCARDIOGRAFIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cardiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cardiologia
Requisitos: TEAMB em Pediatria + certificado de atuação em Cardiologia Pediátrica
TEAMB em Cardiologia
ECOGRAFIA VASCULAR COM DOPPLER
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Radiologia, Cirurgia Vascular ou Angiologia
AMB: Concurso do Convênio Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem/Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular
Requisitos: TEAMB em Radiologia e Diagnóstico por Imagem
TEAMB em Diagnóstico por Imagem: atuação Ultrassonografia Geral
TEAMB em Angiologia
TEAMB em Cirurgia Vascular
TEAMB em Cardiologia + certificado de atuação em Ecocardiografia
ELETROFISIOLOGIA CLÍNICA INVASIVA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cardiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cardiologia
Requisito: TEAMB em Cardiologia
ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Endocrinologia e Metabologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Endocrinologia e Metabologia
TEAMB em Pediatria
ENDOSCOPIA DIGESTIVA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Endoscopia, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Gastroenterologia ou Coloproctologia
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva
Requisitos: TEAMB em Endoscopia
TEAMB em Cirurgia do Aparelho Digestivo
TEAMB em Gastroenterologia
TEAMB em Coloproctologia
TEAMB em Cirurgia Geral
ENDOSCOPIA GINECOLÓGICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Ginecologia e Obstetrícia
AMB: Concurso da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
Requisito: TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cirurgia Torácica, Endoscopia ou Pneumologia
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia/Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica
Requisitos: TEAMB em Cirurgia Torácica
TEAMB em Endoscopia
TEAMB em Pneumologia
ERGOMETRIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Cardiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cardiologia
Requisito: TEAMB em Cardiologia
FONIATRIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Otorrinolaringologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia
Requisito: TEAMB em Otorrinolaringologia
GASTROENTEROLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Gastroenterologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Federação Brasileira de Gastroenterologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Gastroenterologia
TEAMB em Pediatria
HANSENOLOGIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Dermatologia, Clínica Médica, Infectologia, Neurologia,
Medicina de Família e Comunidade ou Medicina Preventiva e Social
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Hansenologia
Requisitos: TEAMB em Dermatologia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TEAMB em Clínica Médica
TEAMB em Infectologia
TEAMB em Neurologia
TEAMB em Medicina de Família e Comunidade
TEAMB em Medicina Preventiva e Social
HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Hematologia e Hemoterapia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Hematologia e Hemoterapia
TEAMB em Pediatria
HEMODINÂMICA E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Cardiologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Cardiologia
Requisito: TEAMB em Cardiologia
HEPATOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Clínica Médica, Gastroenterologia ou Infectologia
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Hepatologia
Requisitos: TEAMB em Clínica Médica
TEAMB em Gastroenterologia
TEAMB em Infectologia
INFECTOLOGIA HOSPITALAR
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Infectologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Infectologia
Requisito: TEAMB em Infectologia
INFECTOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Infectologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Infectologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Infectologia
TEAMB em Pediatria
MAMOGRAFIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Ginecologia e Obstetrícia ou Mastologia
AMB: Concurso pelo Convênio do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem/Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia/Sociedade Brasileira de Mastologia
Requisitos: TEAMB em Diagnóstico por Imagem: atuação Ultrassonografia Geral
TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
TEAMB em Mastologia
MEDICINA DE URGÊNCIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Clínica Médica
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Clínica Médica
Requisito: TEAMB em Clínica Médica
MEDICINA DO ADOLESCENTE
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Pediatria
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisito: TEAMB em Pediatria
MEDICINA DO SONO
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Otorrinolaringologia, Pneumologia, Neurologia ou Psiquiatria
AMB: Concurso do Convênio da Academia Brasileira de Neurologia/Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia/Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia/Sociedade Brasileira de Psiquiatria
Requisitos: TEAMB em Neurologia
TEAMB em Otorrinolaringologia
TEAMB em Pneumologia
TEAMB em Psiquiatria
MEDICINA FETAL
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Ginecologia e Obstetrícia
AMB: Concurso da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
Requisito: TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Medicina Intensiva ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Associação de Medicina Intensiva Brasileira/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Medicina Intensiva
TEAMB em Pediatria
MEDICINA PALIATIVA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Anestesiologia, Cancerologia, Clínica Médica, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Anestesiologia/Sociedade Brasileira de Cancerologia/Sociedade Brasileira de Clínica Médica/Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Anestesiologia
TEAMB em Cancerologia
TEAMB em Clínica Médica
TEAMB em Geriatria
TEAMB em Medicina de Família e Comunidade
TEAMB em Pediatria
MEDICINA TROPICAL
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Infectologia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Infectologia
Requisito: TEAMB em Infectologia
NEFROLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Nefrologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Nefrologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Nefrologia
TEAMB em Pediatria
NEONATOLOGIA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Pediatria
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisito: TEAMB em Pediatria
NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Medicina Física e Reabilitação, Neurologia ou Neurocirurgia
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica
Requisitos:
TEAMB em Medicina Física e Reabilitação
TEAMB em Neurologia
TEAMB em Neurocirurgia
TEAMB em Pediatria + certificado de atuação em Neurologia Pediátrica
NEUROLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 2 anos
CNRM: Opcional em PRM em Neurologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Academia Brasileira de Neurologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Neurologia
TEAMB em Pediatria
NEURORRADIOLOGIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Neurologia ou Neurocirurgia
AMB: Concurso do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
Requisitos: TEAMB em Radiologia e Diagnóstico por Imagem
TEAMB em Neurologia
TEAMB em Neurocirurgia
NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Nutrologia, Pediatria, Medicina Intensiva, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Gastroenterologia ou Cirurgia Geral
AMB: Concurso do Convênio AMB/Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral
Requisitos: TEAMB em Nutrologia
TEAMB em Pediatria
TEAMB em Medicina Intensiva
TEAMB em Cirurgia do Aparelho Digestivo
TEAMB em Gastroenterologia
TEAMB em Cirurgia Geral
NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Nutrologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Pediatria/Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral
Requisitos: TEAMB em Nutrologia
TEAMB em Pediatria
NUTROLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Nutrologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Pediatria/Associação Brasileira de Nutrologia
Requisitos: TEAMB em Nutrologia
TEAMB em Pediatria
PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Pediatria ou Pneumologia
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Pediatria
TEAMB em Pneumologia
PSICOGERIATRIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Psiquiatria
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Psiquiatria
Requisito: TEAMB em Psiquiatria
PSICOTERAPIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Psiquiatria
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Psiquiatria
Requisito: TEAMB em Psiquiatria
PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Psiquiatria
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Psiquiatria
Requisito: TEAMB em Psiquiatria
PSIQUIATRIA FORENSE
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Psiquiatria
AMB: Concurso da Associação Brasileira de Psiquiatria
Requisito: TEAMB em Psiquiatria
RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA E ANGIORRADIOLOGIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Angiologia, Cirurgia Vascular ou Radiologia e Diagnóstico por Imagem
AMB: Concurso do Convênio Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem/Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular
Requisitos: TEAMB em Angiologia
TEAMB em Cirurgia Vascular
TEAMB em Radiologia e Diagnóstico por Imagem
REUMATOLOGIA PEDIÁTRICA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Reumatologia ou Pediatria
AMB: Concurso do Convênio Sociedade Brasileira de Reumatologia/Sociedade Brasileira de Pediatria
Requisitos: TEAMB em Reumatologia
TEAMB em Pediatria
SEXOLOGIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Ginecologia e Obstetrícia
AMB: Concurso da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
Requisito: TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Hematologia e Hemoterapia
AMB: Concurso da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia
Requisito: TEAMB em Hematologia e Hemoterapia
ULTRASSONOGRAFIA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
Formação: 1 ano
CNRM: Opcional em PRM em Ginecologia e Obstetrícia
AMB: Concurso do Convênio Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem/Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
Requisito: TEAMB em Ginecologia e Obstetrícia
OBS: a Auditoria será designada área de atuação especial e receberá outro tipo de especificação.

ANEXO III

Do funcionamento da Comissão Mista de Especialidades:

1) A Comissão Mista de Especialidades só analisará propostas de criação de especialidades e áreas de atuação mediante solicitação da Sociedade de Especialidade, via AMB.

2) As solicitações para a criação de área de atuação deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos pré-requisitos necessários.

3) A Comissão Mista de Especialidades não analisará pedido de criação de área de atuação com programa inferior a um ano e carga horária inferior a 2.880 horas.

4) As propostas recusadas pela Comissão Mista de Especialidades só poderão ser reapresentadas para nova avaliação após cinco anos.

5)Só constarão do relatório anual da Comissão Mista de Especialidades as propostas que derem entrada até o último dia útil do mês de abril de cada ano.

6) A Comissão Mista de Especialidades emitirá, anualmente, um relatório aos convenentes, cujo prazo limite é o último dia útil do mês de setembro.

7) A Comissão Mista de Especialidades poderá, a seu critério, emitir recomendações e normativas sobre suas atividades.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-geral

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 101, DE 20 DE JULHO DE 2011

Processo eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - Aprovação do PARECER GTAE Nº 026/2011

O Presidente do CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, juntamente com o Primeiro Secretário da Autarquia, o uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Resolução COFEN nº 242/2000, e

CONSIDERANDO a Resolução COFEN 355/2009, que disciplina as regras do processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Grupo Técnico de Acompanhamento Eleitoral - GTAE instituído pelo Conselho Federal de Enfermagem com a finalidade de assessorar o plenário do Cofen, bem como emitir pareceres para subsídios de eventuais deliberações do Plenário com relação aos processos eleitorais dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos das Portarias COFEN n.º 123 de 16/02/2011 e Portaria COFEN n.º 554 de 16/06/2011;

CONSIDERANDO o expediente encaminhado pela Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul s/n datado de 09 de junho de 2011;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a deliberação de Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, ocorrido na 15ª REP, datada de 20 de julho de 2011, decide:

Art. 1.º Aprovar o Parecer GTAE n.º 026/2011, da relatoria da Conselheira Federal, Dra. Ivete Santos Barreto, recomendar às Comissões Eleitorais dos Regionais que a utilização das urnas itinerantes nas Eleições dos Conselhos Regionais de Enfermagem para o biênio 2012/2014, será facultativa e de maneira complementar às eleições feitas através das urnas convencionais e/ou eletrônicas.

§ 1º. A utilização das urnas itinerantes só será possível diante da concordância expressa das chapas concorrentes, devidamente registrada em Ata de Reunião designada, inclusive, para essa finalidade.

§ 2º. Quando da utilização das urnas itinerantes, o itinerário a ser percorrido deverá ser previamente definido, nos termos do artigo 37 da Resolução Cofen n.º 355/2009.

§ 3º. É indispensável que a Comissão Eleitoral franqueie aos fiscais das chapas concorrentes o acesso e acompanhamento das urnas até os locais de votação, dentro dos veículos que as transporte.

§ 4º. Nos Conselhos Regionais onde houver chapa única concorrendo ao pleito eleitoral fica igualmente autorizada a utilização das urnas itinerantes, respeitadas as regras estabelecidas nesta Decisão.

Art. 2.º Autorizar a utilização dos veículos de propriedade dos Conselhos Regionais de Enfermagem, em especial o COREN MÓVEL, para servirem de meio de transporte das urnas itinerantes como também de local de votação, e de suporte e apoio às Comissões Eleitorais durante a votação e apuração.

Art. 3.º Autorizar a utilização dos Enfermeiros Fiscais e demais funcionários dos Conselhos Regionais a integrar as mesas receptoras ou apuradoras, nos termos e limites estabelecidos na Resolução COFEN 355/2009 e os das Consolidações das Leis Trabalhistas - CLT.

Art. 4.º Autorizar que os fiscais das chapas concorrentes possam ser tanto profissionais da enfermagem regulamente inscritos quanto cidadãos da Sociedade sem vínculo com a profissão de enfermagem.

Art. 5.º Determinar que os Conselhos Regionais de Enfermagem se utilizem da prerrogativa disposta no artigo 9º da Resolução COFEN n.º 242, que trata da autonomia administrativa para decidir sobre a contraprestação aos profissionais que irão trabalhar no dia das eleições.

Art. 6.º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposições em contrário.

.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

DECISÃO Nº 100, DE 20 DE JULHO DE 2011

Eleitoral e processo - Processo eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul - Aprova o parecer do GETAE e declara nula a decisão do COREN Mato Grosso do Sul

O Presidente do CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, juntamente com o Primeiro Secretário da Autarquia, o uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Resolução COFEN nº 242/2000, e

CONSIDERANDO a Resolução COFEN 355/2009, que disciplina as regras do processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Grupo Técnico de Acompanhamento Eleitoral - GTAE instituído pelo Conselho Federal de Enfermagem com a finalidade de assessorar o plenário do Cofen, bem como emitir pareceres para subsídios de eventuais deliberações do Plenário com relação aos processos eleitorais dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos das Portarias COFEN n.º 123 de 16/02/2011 e Portaria COFEN n.º 554 de 16/06/2011;

CONSIDERANDO o oficio encaminhado pela Ilustríssima Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul n.º 085/2011;

CONSIDERANDO o oficio encaminhado pela Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul n.º 012/2011;

CONSIDERANDO a deliberação de Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, ocorrido na 15ª REP, datada de 20 de julho de 2011, decide:

Art. 1.º Aprovar o Parecer GTAE n.º 023/2011, da relatoria da Conselheira Federal, Dra. Ivete Santos Barreto, para determinar ao Conselho Regional do Mato Grosso do Sul a revogação da sua Decisão nº 012/2011, que destituiu e substituiu os membros da Comissão Eleitoral do COREN/RS, concedendo-lhe o prazo de 72 (setenta e duas horas), contados do dia 21/07/2011, para que o Conselho comprove o cumprimento da presente Decisão.

Art. 2.º Determinar a inscrição da chapa concorrente ao Quadro I, representada pela Dra. Judith Willemann Flor, nos termos do artigo 33 da Resolução Cofen n.º 355/2009.

Art. 3.º Determinar a abertura de procedimento administrativo disciplinar para apurar nos termos da Resolução COFEN n.º 155, a responsabilidade do plenário do COREN-PB do flagrante abuso de autoridade e tumulto ao Processo Eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul através da decisão COREN/MS n.º 012/2011.

Parágrafo único. Trasladem-se cópias dessa decisão, da decisão COREN/MS nº 012/2011, como bem assim da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Plenário do COFEN, e dos demais documentos que forem encaminhados pelo COREN/MS para cumprimento da primeira parte da determinação contida no caput deste artigo.

Art. 4.º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposições em contrário.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de julho de 2011

Tendo em vista o que consta do processo nº 104/11, ratifico a presente inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25, da Lei nº 8.666-93, para locação de espaço por ocasião da realização do 10º Seminário de Contabilidade do Vale do Taquari, a realizar-se em 19/08/11, em Lajeado - RS, pelo valor total de R$ 3.000,00, mediante contrato a ser firmado com o Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari, organizadora do referido evento.

ZULMIR BREDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618